



VI - contribuir na elaboração do planejamento estratégico e do Relatório de atividades da ANA;

VII - estudar e propor aprimoramentos de caráter científico e tecnológico em suas áreas de atribuição;

VIII - propor a celebração de acordos, ajustes, convênios e contratos com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e com pessoas jurídicas de direito privado, envolvendo assuntos relacionados a recursos hídricos de competência da ANA, e ainda, analisar e avaliar, sob os aspectos técnico e financeiro, as prestações de contas dos convênios, cabendo ao Ordenador de Despesas avaliar e aprovar a correta e regular aplicação dos recursos financeiros repassados;

IX - apresentar à Diretoria Colegiada, em prazo por ela fixado, relatório de suas atividades; e

X - receber e manter os bens patrimoniais da ANA, necessários à execução das atividades da respectiva área de competência.

Parágrafo único. O Superintendente Adjunto auxiliará o Superintendente no exercício das atribuições previstas neste artigo e as exercerá diretamente por ocasião das substituições.

#### SEÇÃO XI

Das Atribuições dos Gerentes

Art. 72. São atribuições dos Gerentes:

I - planejar, dirigir e orientar a execução das atividades de sua área de atuação;

II - administrar a execução das atividades das respectivas áreas, zelando, particularmente, pela eficiência, pela eficácia, pela racionalização dos custos, pela observância aos cronogramas, pelo bom desempenho dos executores e pela promoção de boas condições de trabalho;

III - propor os programas de trabalho e as respectivas estimativas de recursos humanos, físicos e financeiros para o desempenho das atribuições de sua área de competência;

IV - promover a obtenção de informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;

V - elaborar e propor normas de procedimento em relação aos temas de suas áreas de competência; e

VI - zelar pela permanência de condições de trabalho propícias à cooperação entre os servidores e à integração das atividades entre as UORGs da ANA.

Parágrafo único. Aplicam-se as atribuições previstas neste artigo ao responsável pelo CEDOC, pelo NHI e pelas UARs.

#### CAPÍTULO VI

Do Contrato de Gestão

Art. 73. A administração da ANA será regida por contrato de gestão, negociado entre o Diretor-Presidente e o Ministro de Estado do Meio Ambiente, no prazo máximo de cento e vinte dias seguintes à nomeação do Diretor-Presidente da ANA.

§ 1º O contrato de gestão tem por objetivo a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira da ANA.

§ 2º O contrato de gestão conterá:

I - premissas e metas, inclusive, se for o caso, com seus respectivos planos de ação;

II - demonstrativo de compatibilidade dos planos de ação com o orçamento e com as normas de execução orçamentária;

III - critérios de avaliação de desempenho a serem considerados no cumprimento do contrato;

IV - obrigação de responsabilidades das partes contratantes em relação ao atingimento das metas definidas, inclusive no provimento dos meios necessários à consecução dos resultados propostos; e

V - prazo de duração e critérios de prorrogação e de rescisão.

§ 3º A Diretoria Colegiada subscreverá o contrato de gestão após sua unânime aprovação.

§ 4º A inexistência do contrato de gestão não impedirá o normal desempenho da ANA no exercício de suas competências.

#### CAPÍTULO VII

Das Audiências Públicas

Art. 74. As decisões da Diretoria Colegiada da ANA poderão ser precedidas de audiências públicas com os objetivos de:

I - recolher subsídios e informações;

II - propiciar aos usuários envolvidos a possibilidade de encaminhamento de opiniões e sugestões;

III - identificar, da forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes da matéria objeto da audiência pública; e

IV - dar publicidade à ação da ANA.

Parágrafo único. As audiências públicas serão convocadas, na forma estabelecida pela Diretoria Colegiada, e serão presididas pelo Diretor-Presidente ou por um dos Diretores da ANA.

#### ANEXO II

#### QUANTITATIVO E DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS

CARGO COMISSIONADO			
Nível	Valor (R\$)	Quantidade	Despesa (R\$)
CD - I	11.500,82	1	11.500,82
CD - II	10.925,78	4	43.703,12
CGE - I	10.350,73	15	155.260,95
CGE - III	8.625,61	13	112.132,93
CGE - IV	5.750,40	20	115.008,00
CA - II	8.625,61	12	103.507,32
CA - III	2.587,69	0	0,00
CAS - I	2.156,41	5	10.782,05
CAS - II	1.868,89	3	5.606,67
CCT - V	2.186,60	40	87.464,00
CCT - IV	1.507,88	6	9.047,28
CCT - III	962,48	1	962,48
CCT - II	848,48	31	26.302,88
TO TA L		151	681.278,50

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### PORTARIA Nº 69, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

A PRESIDENTA, SUBSTITUTA, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, nomeada pela Portaria nº 153, de 06 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 09 de junho de 2008, de acordo com o texto da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente. Considerando o art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como o art. 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou; Considerando que o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Purus foi apreciado pelo Conselho Consultivo da Unidade, analisado e aprovado pela Chefia da Unidade de Conservação e pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais, constantes do Processo ICMBio nº 02001.001771/2009-62, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Purus, localizada no estado do Amazonas/AM.

Art. 2º Tornar disponível para consulta do público, o texto completo do Plano de Manejo ora aprovado, na sede da referida Unidade de Conservação e no Centro Nacional de Informações Ambientais - CNIA.

Art. 3º A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, que será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO MEDEIROS

### PORTARIA Nº 70, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

A PRIESIDENTA, SUBSTITUTA, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, nomeada pela Portaria nº 153, de 06 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 09 de junho de 2008, de acordo com o texto da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do dia subsequente. Considerando o art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como o art. 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou; Considerando que o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Mapiá-Inauni foi apreciado pelo Conselho Consultivo da Unidade, analisado e aprovado pela Chefia da Unidade de Conservação e pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP; e Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais, constantes do Processo ICMBio nº 02001.001772/2009-15, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Mapiá-Inauni, localizada no estado do Amazonas/AM.

Art. 2º Tornar disponível para consulta do público, o texto completo do Plano de Manejo ora aprovado, na sede da referida Unidade de Conservação e no Centro Nacional de Informações Ambientais - CNIA.

Art. 3º A Zona de Amortecimento constante neste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, que será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO MEDEIROS

## Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

### SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

#### PORTARIA Nº 161, DE 13 DE AGOSTO DE 2009

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 30, de 16 de março de 2000, tendo em vista o disposto no art. 23 e no art. 31, inciso I e §§ 1º e 2º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e art. 17, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os elementos que integram o Processo nº 11080.004055/98-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, ao Município de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, do imóvel urbano situado no lugar denominado Vila Esperança, naquele Município, constituído por terreno com área de 57.900,00 m², com as características constantes da Matrícula nº 5.072, Livro nº 2, fls.1, do Registro de Imóveis da Comarca de Esteio/RS.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária de loteamento popular, que beneficiará 242 famílias de baixa renda.

Art. 3º São fixados os prazos de um ano, contados da data de assinatura do respectivo contrato, para que o donatário inicie o programa de regularização fundiária e de três anos para a conclusão da titulação das áreas fracionadas em nome dos futuros beneficiários.

Parágrafo Único Os prazos de que trata o art. 3º são prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos a partir da análise de conveniência e oportunidade administrativa pela Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 4º Fica o donatário obrigado a:

I - transferir gratuitamente o domínio pleno e as obrigações relativas às parcelas do imóvel descrito e caracterizado no art. 1º aos beneficiários do projeto de regularização fundiária, desde que atendam aos requisitos expressos no art. 31, § 5º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998.

II - nos contratos de transferência dispor sobre eventuais encargos e conter cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos;

Art. 5º É permitido ao donatário a alienação de frações do terreno, antes dos cinco anos, com a finalidade de obter recursos para execução dos objetivos da doação, inclusive para construções de edificações que pertencerão no todo ou em parte, ao donatário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ARZABE

## SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

### PORTARIA Nº 2.049, DE 18 DE AGOSTO DE 2009

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de sua competência outorgada pela Portaria MP nº 83, de 17 de abril de 2001, e de conformidade com o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Redistribuir os cargos vagos, abaixo relacionados, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Portaria MP nº 83, de 17 de abril de 2001.

Do : Órgão Central do SIPEC  
Para : Ministério do Esporte

Cargo va- : Engenheiro  
go  
Cód. Vaga : 0497035

Cargo va- : Engenheiro  
go  
Cód. Vaga : 0497052  
Documen- : 04500.015088/2008-40  
to

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DUVANIER PAIVA FERREIRA

## Ministério do Trabalho e Emprego

### CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

#### DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 14 de agosto de 2009

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração faz público que em reunião de 11 de Agosto de 2009, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos temporário, permanente e permanência definitiva.

Temporário Item V sem vínculo empregatício no Brasil: RN 27, DE 25/11/1998:

Processo: 46000018897200975 Prazo: 15 MESES Passaporte: M1809687 Estrangeira: JENNIFER IRENE ELFVERSON Passaporte: M8293911 Estrangeiro: CLAUDIO WALTER VELLA Passaporte: BA502482 Estrangeiro: MICHEL GUILLEMETTE Passaporte: JG708870 Estrangeira: SUZANNE MALO Passaporte: 04B191833 Estrangeiro: PHILIPPE RONDOUIN Passaporte: 103658275 Estrangeiro: JUSTINE LEE WILLIS Passaporte: 203243442 Estrangeiro: MICHAEL SCOTT KRUG Passaporte: 402442035 Estrangeira: AMANDA LYNN BERRY Processo: 08390002715200828 Prazo: 26/05/2010 Passaporte: 12917062 Estrangeira: IOANA VARUICU

Visto Temporário - Item V RN 77, DE 11/02/2008:

Processo: 46000018528200982 Prazo: 1 ano Passaporte: 08CL15992 Estrangeiro: JEAN-MICHEL GIRARDIN Processo: 46000016833200930 Prazo: 20/04/2011 Passaporte: H078424 Estrangeira: MARIA JOÃO FREITAS DOS SANTOS Processo: 46000010303200988 Prazo: 03/03/2010 Passaporte: M9083946 Estrangeira: KIRSTIE NICOLE ROBSON Processo: 46000010294200925 Prazo: 02 ANOS Passaporte: 08AP60566 Estrangeira: ANNE NICOLE BOUCLEY Processo: 46000010038200938 Prazo: 1 ano Passaporte: 08CL25406 Estrangeiro: ORASIMI RUBIO Processo: 4600009779200976 Prazo: 14/08/2010 Passaporte: 27252032N Estrangeira: ANALIA DEL VALLE SUAREZ Processo: 46000018265200910 Prazo 2 anos Passaporte BF381936 Estrangeira SARA FERNANDEZ GARCIA

Visto Permanente - RN 27, DE 25/11/1998:



# **Floresta Nacional do Purus**

## **Plano de Manejo**



### **Volume I - Diagnóstico**

julho/2009

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Luís Inácio Lula da Silva

**MINISTRO DO MEIO AMBIENTE**

Carlos Minc

**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Rômulo José Fernandes Barreto de Mello

**DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL E  
POPULAÇÕES TRADICIONAIS**

Paulo Fernando Mayer Souza

**COORDENAÇÃO GERAL DE FLORESTAS NACIONAIS**

Daniel Bolsonaro Guimarães Penteado

**FLORESTA NACIONAL DO PURUS**

Flávio Marcelo de Mattos Paim

## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

### **COORDENAÇÃO GERAL**

Sebastião Santos Silva - Analista Ambiental - ICMBio

### **COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CAMPO**

Adimar Amaral – Biólogo - Analista Ambiental – IBAMA / FLONA Mapiá-Inauini

### **EQUIPE DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO – IBAMA / ICMBio**

Adalberto Ianuzzi Alves – Tecnólogo – Coord. de Planejamento CGFLO/IBAMA  
Adimar Amaral – Biólogo - Analista Ambiental – IBAMA / FLONA Mapiá-Inauini  
Adriana Mota Gomes – Bióloga - Analista Ambiental – IBAMA / FLONA do Purus  
Cynira A. F. Lopes – Bióloga - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC  
Felipe Cruz Mendonça - Analista Ambiental – ICMBio  
Flávio Marcelo de Mattos Paim - Analista Ambiental – ICMBio / FLONA do Purus  
Leomar Indrusiak - Analista Ambiental – ICMBio / FLONA Mapiá-Inauini  
Ricardo Brnhardt - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC  
Sebastião Santos Silva - Analista Ambiental - ICMBio  
Verusca Cavalcante - - Analista Ambiental – ICMBio / DIUSP / CGFLO

### **LEVANTAMENTO FLORÍSTICO E POTENCIAL MADEIREIRO**

#### **Responsáveis Técnicos**

Alexandre Quinet – Biólogo MSc - JBRJ  
Renato Magalhães da Silva – Eng<sup>o</sup> Florestal - Consultor  
Ricardo Bernhardt – Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC

#### **Equipe Técnica**

Adimar Amaral – Biólogo - Analista Ambiental – IBAMA / FLONA Mapiá-Inauini  
João Marcelo A. Braga – Biólogo, MSc. – JBRJ  
Mariana Andrade Iguatemy – Bióloga – Estagiária /JBRJ  
Pablo J. F. Pena Rodrigues – Ecólogo – PhD. – JBRJ  
Pedro Christo Brandão – Eng<sup>o</sup> Florestal, MSc. – Consultor/UFV

### **LEVANTAMENTO FAUNÍSTICO**

#### **Responsáveis Técnicos**

Alberto Klefasz - Bióloga - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC  
Rosana C. D'Arrigo - – Bióloga - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC

### **Equipe Técnica**

Arlindo Gomes Filho - Biólogo - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC  
Cynira A. F. Lopes – Bióloga - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC  
Eliete Silva Souza – Bióloga – Estagiária / UFAC

### **LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO**

#### **Responsáveis Técnicos**

Felipe Cruz Mendonça - Analista Ambiental – ICMBio  
Nilda Maria Gomes Esteves - Antropóloga – Consultora

#### **Equipe Técnica**

Acigelda da Silva Cardoso – Estudante de Ciências Sociais UFAC  
Maria de Fátima de S. Pereira – Estudante de Ciências Sociais UFAC  
Maria de Fátima Oliveira Barros – Socióloga  
Ocimar Leitão Mendes - Historiador

### **CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO**

#### **Responsáveis Técnicos**

Felipe Cruz Mendonça - Analista Ambiental – ICMBio  
Ricardo Bernhardt - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC

#### **Equipe Técnica**

Felipe Cruz Mendonça - Analista Ambiental – ICMBio  
Ricardo Bernhardt - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC  
Pedro Christo Brandão – Eng<sup>o</sup> Florestal, MSc. – Consultor/UFV

### **CARTOGRAFIA**

#### **Responsável Técnico**

Felipe Cruz Mendonça - Analista Ambiental – ICMBio

#### **Equipe Técnica**

Alessandra Luiza Gouveia – cartógrafa – IBAMA / CGFLO  
Pedro Christo Brandão – Eng<sup>o</sup> Florestal, MSc. – Consultor/UFV

### **AUXILIARES DE CAMPO (Comunitários)**

Airton Oliveira da Silva – Vila Céu do Mapiá – entrevistador socioeconômico  
Francinete Lopes de Souza – Vila Céu do Mapiá – mateiro / potencial florestal  
Francisco Trindade Lima – Rio Inauini – barqueiro / socioeconômico  
Francisco Pereira da Silva – comunidade Pista / Rio Inauini  
Gerônimo G. Rocha – Igarapé São Francisco / Rio Inauini  
José Ramos Almeida - comunidade Pista / Rio Inauini  
Manoel Pereira de Almeida (Inharé) - comunidade Pista / Rio Inauini

Marcus Vinícius B. Scotão - Vila Céu do Mapiá – entrevistador socioeconômico  
Milton Alves Rocha – Igarapé São Francisco – mateiro / potencial florestal  
James Silva dos Santos – Vila Céu do Mapiá – escalador / florístico  
Raimundo Cardoso da Silva – Vila Céu do Mapiá – mateiro / potencial florestal

## **REVISÃO**

Adimar Amaral – Biólogo - Analista Ambiental – IBAMA / FLONA Mapiá-Inauini  
Anderson Oliveira Duque - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC  
Cynira A. F. Lopes – Bióloga - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC  
Edson Amaral - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC  
Felipe Cruz Mendonça - Analista Ambiental – ICMBio  
Flávio Marcelo de Mattos Paim - Analista Ambiental – ICMBio / FLONA do Purus  
Ricardo Bernhardt - Analista Ambiental – IBAMA / SUPES-AC / NUC  
Verusca Cavalcante – Analista Ambiental – ICMBio / DIUSP / CGFFLO

## **CAPA E DIAGRAMAÇÃO**

Flávio Marcelo de Mattos Paim - Analista Ambiental – ICMBio / FLONA do Purus  
Gustavo Stancioli Campos de Pinho – Eng<sup>o</sup> Florestal – ICMBio / DIUSP / CGFLO  
Luís Otávio Saturno Corrêa – Programador Visual – ICMBio / DIPLAN

## **Agradecimentos**

A construção do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus é fruto dos esforços e do empenho de várias pessoas e órgãos que fizeram de suas contribuições algo decisivo para sua concretização.

Em primeiro, agradecemos à Coordenação Geral de Florestas Nacionais pela confiança e apoio irrestrito - financeiro, inclusive - que nos depositou desde o começo.

Agradecemos também à Superintendência do Ibama no Estado do Acre, pelo empenho em oferecer a estrutura necessária para a finalização deste trabalho. Sem ela não seria possível sua finalização, tanto antes, como após a criação o ICMBio. Também agradecemos aos técnicos da Superintendência Estadual do Ibama no Acre lotados no Núcleo de Unidades de Conservação, por toda dedicação com que se entregaram à construção deste Plano de Manejo.

À Superintendência do Ibama no Estado do Amazonas, pela confiança e apoio.

Aos servidores da Floresta Nacional do Purus e da Floresta Nacional Mapiá-Inauini pelo desafio que se comprometeram, quando da decisão de levar para frente a construção deste Plano de Manejo. Mesmo com um número reduzido de servidores, acreditaram que era possível.

Às comunidades da Unidade e do seu entorno, os reais interessados pelo sucesso deste Plano. Quando chamados a participar do processo, foram decisivos nos rumos que o documento traçou para a gestão da Floresta Nacional. Muito da sua qualidade, deve-se à sua contribuição.

Ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro e à Universidade Federal de Viçosa, pela parceria estabelecida. Esperamos poder contar com esses novos parceiros na implementação da Unidade. Suas contribuições foram valiosas.

Aos membros do Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Purus, pela participação e contribuição decisiva.

Por fim, agradecemos à direção do ICMBio, especialmente à DIUSP, pelo apoio dado especialmente na fase final do processo.

## **Os Coordenadores.**

## SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União  
ANA – Agência Nacional de Águas  
APAS – Associação dos Produtores de Artesanato e Seringa  
APP – Área de Preservação Permanente  
ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais  
CEMAVE – Centro de Pesquisa para Conservação de Aves Silvestres  
CGFLO – Coordenação Geral de Florestas Nacionais  
CMF – Centro de Medicina da Floresta  
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
COOPERAR – Cooperativa Agro Extrativista do Mapiá e Médio Purus  
DAP – Diâmetro a Altura do Peito (padrão: 1,30 metros de altura)  
DICOF – Divisão de Controle e Fiscalização  
DIREC – Diretoria de Ecossistemas  
DIREF – Diretoria de Florestas  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IDAM - Instituto de Desenvolvimento de Agropecuária do Amazonas  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas  
JBRJ – Jardim Botânico do Rio de Janeiro  
ONG – Organização não-Governamental  
PDC – Programa de Desenvolvimento Comunitário  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SFB – Serviço Florestal Brasileiro  
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SUPES – Superintendência Estadual  
UC – Unidade de Conservação  
UFAC – Universidade Federal do Acre

UFV – Universidade Federal de Viçosa

WWF – World Wildlife Found

ZEP – Zona Especial de Pesquisa

ZMFF – Zona de Manejo Florestal e Faunístico

ZP – Zona Populacional

ZUC – Zona de Uso Comunitário

## ÍNDICE

### VOLUME I – Diagnóstico e Caracterização

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DO PLANO DE MANEJO ..</b>	<b>199</b>
1.1. Fundamentos do Plano de Manejo.....	21
1.2. Histórico do Processo de Elaboração do Plano de Manejo .....	25
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>29</b>
2.1. Contexto Nacional.....	29
2.1.1. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC....	30
2.1.2. Contextualização das Unidades de Conservação Federais .....	31
2.1.3. Contextualização das Florestas Nacionais .....	36
2.1.4. Enquadramento Ecológico da Floresta Nacional .....	39
2.2. Contexto Regional .....	46
2.2.1. Contextualização das Unidades de Conservação na Amazônia Ocidental .....	46
2.2.2. Contextualização das Unidades de Conservação no Estado do Amazonas .....	47
2.2.3. Mosaico de Áreas Protegidas do Médio e Alto Purus .....	51
2.3. Contexto Local .....	53
2.3.1. Histórico da Unidade .....	55
2.3.2. Acessos .....	58
<b>3. CARACTERIZAÇÃO GERAL.....</b>	<b>60</b>
3.1. Ficha Técnica da Floresta Nacional do Purus .....	60
3.2. Situação Geográfica .....	61
3.3. Situação Fundiária .....	66
3.4. Meio Físico .....	68
3.4.1. Clima .....	69
3.4.2. Geomorfologia.....	69
3.4.3. Geologia .....	74
3.4.4. Solos .....	77
3.4.5. Hidrografia/Hidrologia .....	81
3.5. Meio Biótico.....	93
3.5.1. Flora .....	93
3.5.2. Fauna .....	116
3.5.3. Interações entre Flora e Fauna .....	132
3.6. Meio Antrópico .....	132
3.6.1. Caracterização Geral.....	133
3.6.2. Levantamento Socioeconômico - procedimentos metodológicos.....	134
3.6.3. Levantamento Socioeconômico - Resultados da Pesquisa .....	135

3.6.4. Aspectos Históricos e Antropológicos Peculiares da Floresta Nacional do Purus .....	243
3.6.5. Análise dos Impactos Ambientais das Atividades Produtivas e do Processo de Ocupação Humana .....	263
4. ÁREA DE INFLUÊNCIA .....	269
4.1. Área de influência regional .....	269
4.2. Área de influência direta .....	271
4.2.1. Caracterização do Meio biótico .....	271
4.2.2. Características da população do entorno .....	272
4.3. Terras Indígenas e Mosaico de Áreas Protegidas .....	274
5. ATIVIDADES EM ANDAMENTO NA UNIDADE .....	276
5.1. Atividades Apropriadas .....	276
5.1.1. Agricultura Familiar de Subsistência .....	276
5.1.2. Sistemas Agroflorestais .....	278
5.1.3. Criação de animais de pequeno e médio porte .....	278
5.1.4. Atividades Relacionadas à Caça e Pesca .....	279
5.1.5. Atividades Florestais Madeireiras .....	280
5.1.6. Atividades Florestais Não Madeireiras .....	281
5.1.7. Comércio .....	282
5.1.8. Turismo .....	283
5.1.9. Fiscalização e controle .....	284
5.1.10. Manutenção e Conservação .....	284
5.1.11. Atividades Técnicas .....	285
5.1.12. Atividades desenvolvidas por iniciativas comunitárias .....	286
5.2. Atividades Conflitantes .....	289
5.2.1. Extração ilegal de madeira .....	290
5.2.2. Caça .....	291
5.2.3. Sobrepesca .....	291
6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS .....	292
6.1. Estrutura Organizacional .....	292
6.2. Recursos Humanos .....	292
6.3. Infra-estrutura (Edificações e benfeitorias) .....	294
6.4. Equipamentos e Materiais Permanentes .....	295
6.5. Relações Intra-Institucionais .....	296
6.6. Relações Inter-Institucionais .....	297
7. REVISÃO DA ÁREA DEFINIDA NO DECRETO DE CRIAÇÃO .....	308
7.1. Redefinição dos Limites .....	308
8. DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DA UNIDADE .....	311
BIBLIOGRAFIA .....	315

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Unidades de Conservação Federais no Brasil.....	33
Tabela 2 – Comparação da quantidade de Unidades de Conservação Federais no Brasil e na Amazônia, com exceção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. ....	47
Tabela 3 – Unidades de Conservação Federais no Amazonas .....	48
Tabela 4 – Evolução das áreas estaduais protegidas do Amazonas ...	48
Tabela 5 – Áreas protegidas do estado do Amazonas .....	49
Tabela 6 – Relação dos imóveis com registro de propriedades dentro do polígono da Floresta Nacional do Purus.....	67
Tabela 7 – Lista títulos definitivos que, de acordo com o ITEAM, estão dentro da Floresta Nacional do Purus. ....	67
Tabela 8 – Localização dos ambientes aquáticos não construídos. ...	92
Tabela 9 – Localização dos Ambientes aquáticos construídos .....	93
Tabela 10 – Área ocupada pelas tipologias florestais existentes na Floresta Nacional do Purus.....	94
Tabela 11 – Famílias mais representativas para a Floresta Nacional do Purus, em número de espécies e gêneros.....	99
Tabela 12. Sumário de parâmetros fitossociológicos para as 10 espécies com maior VI na Floresta Nacional do Purus - AM.....	102
Tabela 13 - Classes para a determinação do potencial madeireiro .	109
Tabela 14 – Valores médios de volume comercial (m <sup>3</sup> /ha) de madeira para 05 unidades amostrais do Levantamento Expedito e para 05 unidades amostrais do Plano de Desenvolvimento Comunitário da Vila Céu do Mapiá (SOUZA, 2004). ....	109
Tabela 15 – Resultados do Levantamento do Potencial Madeireiro da Floresta Nacional do Purus para os parâmetros abundância (ind./ha), área basal (m <sup>2</sup> /ha) e volume (m <sup>3</sup> /ha). ....	110
Tabela 16 – As 10 espécies comerciais mais abundantes e seu respectivo volume para a Floresta Nacional do Purus ....	112
Tabela 17 – Abundância, posição relativa com relação à abundância e volume das espécies consideradas de alto valor de mercado .....	112
Tabela 18 – Relação das espécies da ictiofauna migratórias. ....	128
Tabela 19 – Lista de espécies de peixes ornamentais.....	130
Tabela 20 - Questionários aplicados na Floresta Nacional do Purus e entorno .....	134
Tabela 21 - Distribuição da população por área. ....	136
Tabela 22 – Alimentos comprados de maior consumo, freqüência de uso e origem – Vila Céu do Mapiá .....	183
Tabela 23 - Consumo de frutas – Vila Céu do Mapiá .....	184
Tabela 24 – Consumo de Hortaliças – Vila Céu do Mapiá .....	184
Tabela 25 – Alimentos comprados de maior consumo, freqüência de uso e origem – Igarapé Mapiá.....	185
Tabela 26 – Consumo de Frutas – Igarapé Mapiá .....	186
Tabela 27 – Consumo de Hortaliças – Igarapé Mapiá .....	187

<b>Tabela 28 – Alimentos comprados ou produzidos de maior consumo e frequência de uso – Rio Inauini .....</b>	<b>188</b>
<b>Tabela 29 – Consumo de frutas – Rio Inauini.....</b>	<b>189</b>
<b>Tabela 30 – Consumo de hortaliças – Rio Inauini .....</b>	<b>190</b>
<b>Tabela 31 – Alimentos comprados de maior consumo, frequência de uso e origem – Entorno(Purus) .....</b>	<b>192</b>
<b>Tabela 32 – Consumo de frutas – Entorno (Purus) .....</b>	<b>193</b>
<b>Tabela 33 – Consumo de hortaliças – Entorno (Purus) .....</b>	<b>193</b>
<b>Tabela 34 – Plantas curativas e casca de árvores identificadas (% por família).....</b>	<b>196</b>
<b>Tabela 35 - Produção e comercialização ano 2004 – Vila Céu do Mapiá .....</b>	<b>210</b>
<b>Tabela 36 - Categorias e valor da diária paga – Vila Céu do Mapiá..</b>	<b>215</b>
<b>Tabela 37 - Produção e comercialização ano 2004 – Igarapé Mapiá</b>	<b>217</b>
<b>Tabela 38 - Produção e comercialização ano 2004 – Rio Inauini.....</b>	<b>222</b>
<b>Tabela 39 - Produção e comercialização ano 2004 – Entorno (Purus) .....</b>	<b>226</b>
<b>Tabela 40 – Calendário anual - Igreja do Culto Eclético - Patrono Sebastião Mota de Melo.....</b>	<b>230</b>
<b>Tabela 41 – Evolução do desmatamento na face Nordeste da Floresta Nacional do Purus (margens do rio Purus) .....</b>	<b>263</b>
<b>Tabela 42 – Lista de moradores residentes na área de influência direta da Unidade.....</b>	<b>272</b>
<b>Tabela 43 – Relação de equipamentos e materiais permanentes da Floresta Nacional do Purus (atualizado em Junho/2006) .....</b>	<b>296</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição das Unidades de Conservação no Brasil por tipo de uso. FONTE: Ibama (2005).....	33
Figura 2 – Área das Unidades de Conservação Federais por região. ....	34
Figura 3 – Número de Florestas Nacionais por região.....	37
Figura 4 – Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas por categoria.....	49
Figura 5 - Perfil de relevo (rio Purus).....	72
Figura 6. Perfil de Solo (Rio Inauini a montante do igarapé são Domingos, Formação Solimões) Fonte: BRASIL, 1976 .....	75
Figura 7- Foz do rio Acre no rio Purus, no município de Boca do Acre-AM ...	84
Figura 8 - Rio Inauini .....	84
Figura 9 - Igarapé Mapiá.....	85
Figura 10 - Lago Flor-de-Ouro.....	87
Figura 11 – Lago aparentemente originário do extravasamento de tributários de terra firme do rio Inauini - Ponto 11.....	87
Figura 12- Açude 1/PONTO 241 .....	88
Figura 13 - Açude 2/PONTO 242 .....	89
Figura 14 - Açude 3/PONTO 240.....	89
Figura 15 - Açude 4/PONTO 243 .....	90
Figura 16 - Açude 5/PONTO 248 .....	90
Figura 17 - Açude 6/PONTO 249 .....	91
Figura 18 - Açude 7/PONTO 251 .....	91
Figura 19 - Açude 9/PONTO 001 .....	92
Figura 20 – Detalhes da Floresta Ombrófila Densa Aluvial na Floresta Nacional do Purus, no médio curso do igarapé Mapiá e próximo à foz, já com influência do rio Purus .....	95
Figura 21 – Detalhes da Floresta Ombrófila Densa Aluvial do rio Purus, com formação de praias e dinâmica de desbarrancamento das margens .....	96
Figura 22 – Detalhes da Floresta Ombrófila Densa Submontana na Floresta Nacional do Purus.....	97
Figura 23 . Histograma da distribuição de indivíduos arbóreos (DAP $\geq$ 10cm) por classes de diâmetro para a Floresta Nacional do Purus .....	103
Figura 24. Histograma de distribuição de indivíduos (DAP $\geq$ 10cm) por classes de altura (1 vara:1,8m) na Floresta Nacional do Purus.....	104
Figura 25 - Esquema do conglomerado utilizado como unidade amostral .	105
Figura 26 – Representação gráfica dos resultados do Levantamento do Potencial Madeireiro da Floresta Nacional do Purus para os parâmetros abundância (ind./ha), área basal (m <sup>2</sup> /ha) e volume (m <sup>3</sup> /ha). ....	110
Figura 27 – Distribuição de abundância (ind./ha) e volume comercial (m <sup>3</sup> /ha) por classe de diâmetro para a Floresta Nacional do Purus .....	111
Figura 28 - Exemplos de procedimentos para identificação de espécies de ictiofauna, como captura e observação direta.....	121
Figura 29 - Exemplo de identificação de animais por registro vestigial e por partes encontradas em residências de moradores .....	121
Figura 30 - Exemplos de observação direta de exemplares de fauna, como jacaré e jacamim .....	121

<b>Figura 31 - Exemplos de ictiofauna.....</b>	<b>123</b>
<b>Figura 32 - Exemplos de répteis da Floresta Nacional Mapiá-Inauini .....</b>	<b>124</b>
<b>Figura 33 - Apresentação do questionário para os alunos da Escola Cruzeiro do Céu .....</b>	<b>135</b>
<b>Figura 34 – Pirâmide etária da Floresta Nacional do Purus e seu entorno. ....</b>	<b>136</b>
<b>Figura 35 – Pirâmide Etária da Vila Céu do Mapiá.....</b>	<b>141</b>
<b>Figura 36 – Pirâmide Etária do Igarapé Mapiá.....</b>	<b>144</b>
<b>Figura 37 – Pirâmide Etária do rio Inauini .....</b>	<b>146</b>
<b>Figura 38 – Pirâmide Etária do Entorno da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>147</b>
<b>Figura 39 – Sede da AMVCM e COOPERAR .....</b>	<b>155</b>
<b>Figura 40 - Participação religiosa na Floresta Nacional do Purus.....</b>	<b>163</b>
<b>Figura 41 – Proximidade física das escolas (percentuais por regiões que dispõem de escolas próximas às moradias) .....</b>	<b>164</b>
<b>Figura 42 – Escolaridade por área.....</b>	<b>165</b>
<b>Figura 43 – Professora e alunos da Escola Estadual Cruzeiro do Céu – Vila Céu do Mapiá.....</b>	<b>166</b>
<b>Figura 44 – Jardim e pré-escolar – Escola Estadual Cruzeiro do Céu – Vila Céu do Mapiá.....</b>	<b>166</b>
<b>Figura 45 - Escola Estadual Cruzeiro do Céu – Vila Céu do Mapiá .....</b>	<b>167</b>
<b>Figura 46 – Atividade dos alunos no CMF – Vila Céu do Mapiá.....</b>	<b>168</b>
<b>Figura 47 - Escola Municipal São Sebastião – Igarapé Mapiá.....</b>	<b>169</b>
<b>Figura 48 - Escola Municipal Alexandrina de Souza – Rio Purus .....</b>	<b>171</b>
<b>Figura 49 – Comércio – Vila Céu do Mapiá .....</b>	<b>174</b>
<b>Figura 50 – Moradia – Vila Céu do Mapiá .....</b>	<b>174</b>
<b>Figura 51 – Destino do lixo – Vila Céu do Mapiá .....</b>	<b>176</b>
<b>Figura 52 – Destino do lixo – Igarapé Mapiá.....</b>	<b>177</b>
<b>Figura 53 – Moradia - Igarapé Mapiá .....</b>	<b>177</b>
<b>Figura 54 – Moradia - Rio Inauini.....</b>	<b>178</b>
<b>Figura 55 – Destino do lixo – Rio Inauini .....</b>	<b>179</b>
<b>Figura 56 – Moradia – Entorno (Purus) .....</b>	<b>180</b>
<b>Figura 57 – Destino do lixo – Entorno (Purus) .....</b>	<b>181</b>
<b>Figura 58 – Secagem de carne de caça .....</b>	<b>182</b>
<b>Figura 59 – Canteiros de hortaliças.....</b>	<b>182</b>
<b>Figura 60. Agravos de maior incidência .....</b>	<b>194</b>
<b>Figura 61 – Tratamento utilizado (em % de famílias) .....</b>	<b>195</b>
<b>Figura 62. Local de atendimento aos enfermos.....</b>	<b>197</b>
<b>Figura 63 - Medicamentos produzidos pelo CMF - Vila Céu do Mapiá.....</b>	<b>198</b>
<b>Figura 64 - Posto de Saúde – Vila Céu do Mapiá .....</b>	<b>199</b>
<b>Figura 65 - Cabana para hospedagem dos pacientes do Instituto de Etnopsicologia Amazônica Aplicada – IDEAA (Prato Raso) – Vila Céu do Mapiá.....</b>	<b>200</b>
<b>Figura 66 – Santa Casa Manoel Corrente – Vila Céu do Mapiá .....</b>	<b>201</b>
<b>Figura 67 – Artesanato – Vila Céu do Mapiá.....</b>	<b>214</b>
<b>Figura 68 - Animais de pequeno e médio porte – Entorno (Rio Purus) .....</b>	<b>228</b>
<b>Figura 69 - Espaço Cultural e Pousada São Miguel – Vila Céu do Mapiá....</b>	<b>230</b>
<b>Figura 70 - Lanchonete e padaria – Vila Céu do Mapiá.....</b>	<b>233</b>
<b>Figura 71 – Igarapé Mapiá: importante igarapé para a Unidade e utilizado também para lazer. ....</b>	<b>234</b>
<b>Figura 72 - Quadra de esportes da Escola Estadual Cruzeiro do Céu – Vila Céu do Mapiá.....</b>	<b>235</b>
<b>Figura 73 – Jogo de futebol – Entorno (Purus) .....</b>	<b>236</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Percepção dos moradores da Unidade e do entorno e dos representantes de instituições em relação à Floresta Nacional do Purus. ....</b>	<b>240</b>
<b>Quadro 2 – Análise dos impactos gerados pelo adensamento populacional e pelas atividades desenvolvidas na Vila Céu do Mapiá .....</b>	<b>266</b>
<b>Quadro 3 – Indicadores sócio-econômicos dos municípios de Boca do Acre e Pauini .....</b>	<b>270</b>
<b>Quadro 4 – Projetos desenvolvidos por iniciativa das comunidades de Floresta Nacional do Purus.....</b>	<b>286</b>
<b>Quadro 5 - Quadro de servidores da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>294</b>
<b>Quadro 6 – Instituições que possuem vínculo com a Floresta Nacional do Purus ou com os moradores .....</b>	<b>297</b>

**LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1 – Unidades de Conservação Federal do Brasil. ....</b>	<b>35</b>
<b>Mapa 2 – Localização das Florestas Nacionais do Brasil. ....</b>	<b>38</b>
<b>Mapa 3 – Vegetação do Brasil. ....</b>	<b>40</b>
<b>Mapa 4 – Solos do Brasil. ....</b>	<b>41</b>
<b>Mapa 5 – Bacias Hidrográficas do Brasil. ....</b>	<b>42</b>
<b>Mapa 6 – Biomas do Brasil. ....</b>	<b>43</b>
<b>Mapa 7 – Ecossistemas do Brasil. ....</b>	<b>44</b>
<b>Mapa 8 – Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos do Brasil .....</b>	<b>45</b>
<b>Mapa 9 – Unidades de Conservação do Estado do Amazonas .....</b>	<b>50</b>
<b>Mapa 10 – Estado do Estado Acre e Sudoeste do Amazonas (Amazônia Ocidental) .....</b>	<b>52</b>
<b>Mapa 11 – Localização da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>54</b>
<b>Mapa 12a – Carta de Imagem da Floresta Nacional do Purus (setembro de 2004) .....</b>	<b>64</b>
<b>Mapa 12b – Carta de Imagem da Floresta Nacional do Purus (setembro de 2005) .....</b>	<b>65</b>
<b>Mapa 13 – Geomorfologia da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>73</b>
<b>Mapa 14 – Aspectos Geológicos da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>76</b>
<b>Mapa 15 – Solos da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>80</b>
<b>Mapa 16 – Bacias de drenagem da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>83</b>
<b>Mapa 17 – Tipologias florestais da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>98</b>
<b>Mapa 18 – Localização das Unidades Amostrais para definição do potencial florestal da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>107</b>
<b>Mapa 19 – Potencial Florestal da Floresta Nacional do Purus - AM .</b>	<b>115</b>
<b>Mapa 20a – Localização das moradias. ....</b>	<b>137</b>
<b>Mapa 20b – Localização das moradias. ....</b>	<b>138</b>
<b>Mapa 20c – Localização das moradias. ....</b>	<b>139</b>
<b>Mapa 20d – Localização das moradias. ....</b>	<b>140</b>
<b>Mapa 21 - Processo de desmatamento na Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>265</b>
<b>Mapa 22 – Proposta de Zona de Amortecimento da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>275</b>
<b>Mapa 23 – Proposta de redefinição dos limites da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>310</b>

## **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos a Floresta Amazônica vem sendo devastada em ritmo acelerado. O avanço da fronteira agropecuária tem sido apontado como um dos principais fatores que agravam essa situação. A grilagem de terras seguida pelo desmatamento descontrolado com a abertura de novas áreas para a formação de pastagem ainda é comum na Região Norte e vem sendo uma ameaça constante para significativos ecossistemas desse bioma Amazônia, reconhecidamente importante para todo o equilíbrio climático do planeta. A falta de estrutura e de recursos financeiros dos órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades potencialmente degradadoras dificulta a implementação de ações para mudar esse cenário. Por isso, a criação de áreas protegidas tem se mostrado como uma importante estratégia para a conservação de amostras significativas dos ecossistemas brasileiros.

Nesse contexto, através do Decreto Nº 96.190, de 14 de Junho de 1988, foi criada a Floresta Nacional do Purus, com uma área de 256.000 hectares, no município de Pauini - AM. Em conjunto com outras áreas protegidas, essa Unidade de Conservação tem um papel fundamental para a preservação do meio ambiente e a para a sustentabilidade na região. Além disso, no interior da Unidade e no seu entorno residem centenas de moradores, que vivem na expectativa de melhores condições de vida com a floresta.

No entanto, a falta do Plano de Manejo tem dificultado o desenvolvimento de ações voltadas à gestão da Floresta Nacional e à busca de alternativas para a melhoria da qualidade de vida da população. Dessa forma, o desejo das comunidades locais de contarem com um planejamento capaz de promover as mudanças necessárias para a região, juntou-se com o compromisso do Instituto Chico Mendes – ICMBio - de construir uma das principais ferramentas de gestão da Unidade. Assim, o órgão e as comunidades assumem o desafio de construir o Plano de Manejo da floresta Nacional do Purus em conjunto, através de um processo participativo.

Visando garantir o caráter participativo, conforme dispõe o artigo 27, parágrafo 1º, da Lei Nº 9.985/00, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, foram realizadas várias reuniões e oficinas com a participação de representantes de diversos órgãos públicos, de moradores da Unidade e da sociedade civil, para discutir o planejamento das ações, a execução e acompanhamento dos resultados das atividades relacionadas à construção do Plano de Manejo. Dessa forma, os representantes mencionados participaram de todas as etapas: na discussão do Plano de Trabalho, nos

levantamentos do Diagnóstico ambiental e socioeconômico, no Zoneamento e no Planejamento dos Programas.

Na prática, o evento que desencadeou o processo de construção do Plano de Manejo foi uma reunião realizada em janeiro de 2005, na Vila Céu do Mapiá, comunidade localizada no interior da Floresta Nacional do Purus. Nessa reunião, entre outros assuntos tratados, ficou acertado que os Planos de Manejo das Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini, contígua, seriam elaborados em conjunto. Seriam construídos simultaneamente, com o objetivo de otimizar os recursos disponibilizados à Floresta Nacional do Purus e poder estendê-los para a Floresta Nacional Mapiá-Inauini. Foi acordado, também, que os trabalhos seriam conduzidos por servidores do Ibama, como órgão então responsável pelas Unidades de Conservação Federais, conforme o SNUC. Na confecção do Plano contou-se com a contribuição de parceiros importantes, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Universidade de Viçosa.

Para a elaboração dos dois Planos de Manejo foi constituída uma equipe composta pelos Analistas Ambientais das duas Florestas Nacionais e do Núcleo de Unidades de Conservação (NUC) da Superintendência do Ibama no Estado do Acre. O diagnóstico sócio-econômico e ambiental, bem como o zoneamento da Unidade e a proposição de programas, foram elaborados pela referida equipe, que contou com a participação de moradores, pesquisadores de instituições parceiras e autônomos.

Portanto, o presente documento visa a servir como ferramenta de gestão, com ênfase no planejamento do uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, para cumprimento do objetivo desta categoria de Unidade de Conservação, Floresta Nacional, conforme preconiza o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei Nº 9.985/00. Nesse contexto, também visa definir estratégias capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida da população residente.

Dentro deste propósito, tomando como base formal o *Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Florestas Nacionais (Ibama, 2003)*, este Plano de Manejo foi estruturado em três volumes, assim distribuídos: Volume I – Diagnóstico e Caracterização da Unidade; Volume II – Planejamento e Programas e Volume III – Sumário Executivo.

## 1. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DO PLANO DE MANEJO

Antes da Lei Nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, não existia nenhum instrumento jurídico que tratasse a gestão e o uso das Unidades de Conservação de forma unificada.

A Constituição Federal, assim como a Lei Nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, não apresentam maiores detalhes sobre as áreas naturais especialmente protegidas, porém já estabelece que o poder público tem a atribuição de instituí-las.

Outras Leis e Decretos, mesmo antes da Constituição de 1988, como o Código Florestal, instituíram algumas categorias de Unidades de Conservação, sem, no entanto, enquadrá-las em um sistema de áreas protegidas.

A partir destes instrumentos cada categoria de Unidade de Conservação era tratada em instrumentos específicos e individuais, não havendo uma norma que definisse regras gerais para o conjunto de Unidades.

O Plano de Manejo, mesmo não estando definido claramente na legislação, já vinha sendo adotado como veículo de planejamento e gestão para as Unidades de Conservação. Entretanto nas Florestas Nacionais, o objetivo básico original da categoria era a produção de madeira e o Plano de Manejo da Unidade frequentemente se confundia com um Plano de Manejo Florestal para produção de madeira em áreas privadas, não considerando a multiplicidade dos recursos e a complexidade dos elementos de gestão.

O primeiro instituto legal para a obrigatoriedade da elaboração de um Plano de Manejo, no caso específico das Florestas Nacionais, embora de forma subjetiva, foi trazido pelo Decreto Nº 1.298, de 27 de outubro de 1.994, que passou também a considerar a multiplicidade do manejo e definindo uma estrutura básica para a sua composição. Diz assim o Decreto Nº 1.298/94:

*Art. 3º A preservação e o uso racional e sustentável das FLONAS, consentâneos com a destinação e os objetivos mencionados no art. 1º deste decreto, far-se-ão, em cada caso, de acordo com o respectivo Plano de Manejo.*

*Parágrafo único. O Plano de Manejo de que trata este artigo conterà, além de programas de ação e de zoneamento ecológico-econômico, diretrizes e metas válidas por um período mínimo de cinco anos, passíveis de revisão a cada dois anos, pelo Ibama.*

O entendimento jurídico geral é que, como o Decreto Nº 1.298/94 não entra em choque com a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, foi ele recepcionado pela mesma, mantendo-se a sua aplicabilidade.

O artigo 27 da Lei Nº 9.985/00, estabelece que "as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo" a ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação, assim definindo-o:

*"Art. 2º. Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:"  
XVII – plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade;" .*

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC estabelece ainda que na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Florestas Nacionais, quando couber, será assegurada a ampla participação da população residente. Portanto, o estabelecimento de processos participativos para as comunidades locais, além de promover a conscientização sobre a importância e benefícios da Unidade, atende às normas legais.

O decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei 9.985/00, estabelece no seu capítulo IV, entre outros dispositivos, que o Plano de Manejo das Florestas Nacionais será aprovado em portaria do órgão executor, nesse caso do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. E também que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta do público na sede da Unidade de Conservação e no centro de documentação do ICMBio.

Mais recentemente a Lei Nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, assim definindo-as:

*Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se:  
I - florestas públicas: florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta;*

Esta Lei não só criou um sistema de concessão de florestas públicas, como enquadra como tal as Florestas Nacionais e passa a estabelecer novos procedimentos para criação e gestão desta categoria de Unidades de Conservação, estabelecendo, entre outros o contrato de gestão.

A Lei de Concessões Florestais, como passou a ser chamada, trouxe alguns avanços para a gestão das Florestas Nacionais, sobretudo da Região Amazônica, principalmente no tocante a exploração dos produtos florestais, pois com a legislação anterior, esta prática tornava-se quase impossível.

Outra inovação da Lei foi em considerar atendidas as fases de licenciamento prévio para as atividades de manejo por ocasião da aprovação do Plano de Manejo da Unidade (art. 18, § 8º).

Ao considerar as Florestas Nacionais como Florestas Públicas, a Lei Nº 11.284/06 possibilitou o acesso aos recursos florestais da Unidade através de concessões, porém isto fica condicionado à aprovação do Plano de Manejo, à autorização do órgão gestor e à oitiva do Conselho de Gestão (art. 48), assegurada a previsão de zonas de uso restrito destinadas às comunidades locais (art. 78), assim como de áreas consideradas necessárias para preservação dos recursos naturais.

Apesar de a referida Lei ter sido sancionada durante a elaboração do Plano de Manejo, procurou-se já inseri-la na concepção deste, desde a descrição e caracterização da Unidade à definição das zonas e dos programas de manejo.

### **1.1. Fundamentos do Plano de Manejo**

A Lei Nº 9.985/00 estabelece condições especiais, para o exercício de atividades, até que seja elaborado o Plano de Manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral. Tal condição não é prevista para as Florestas Nacionais. Estas são criadas em áreas, em geral, já previamente ocupadas por populações tradicionais, cuja permanência é admitida e sobre as quais o ICMBio passa imediatamente a ter a responsabilidade pelo ordenamento e controle de uso dos recursos, bem como pela promoção do desenvolvimento sustentável. Considerando ainda, que o Decreto Nº 4.340/02, em seu artigo 26 estabelece que a autorização para exploração comercial só seja permitida se prevista no Plano de Manejo, entende-se que seja necessário o estabelecimento de processos de elaboração de Planos de Manejo que levem o menor tempo possível e tenham início imediatamente após a criação da Unidade de Conservação.

O Decreto Nº 4.340/02 estabelece em seu artigo 12 que o Plano de Manejo da Unidade de Conservação deve ser elaborado pelo órgão gestor e, em caso de Floresta Nacional, será aprovado pelo órgão executor, neste caso o ICMBio.

Traz ainda o Decreto Nº 4.340/02, em seu artigo 14 que:

*“Art. 14. **Os órgãos executores** do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, ..., devem estabelecer, ..., **roteiro metodológico básico** para elaboração dos Planos de Manejo das diferentes categorias de Unidades de Conservação, **uniformizando conceitos e metodologias**, **fixando diretrizes** para o **diagnóstico da Unidade**, **zoneamento**, **programas de manejo**, **prazos de avaliação e de revisão e fases de implementação.**”* (grifos nossos).

Para construção do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus foi tomado por base o roteiro metodológico para as Florestas Nacionais e Planos de Manejo de outras Unidades, além de considerar as peculiaridades dos processos internos e externos de ocupação e uso da Unidade.

A Lei Nº 9.985/00 traz em seus conceitos a definição de Plano de Manejo, que por sua concepção constitui-se de um plano de gestão, assim definido:

*“Plano de Manejo – documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade”. (Art. 2º do SNUC, 2000).*

Complementarmente o Decreto Nº 4.340/02, como já expresso anteriormente, estabelece que o Plano de Manejo deva fixar as *“diretrizes para o diagnóstico da Unidade, zoneamento, programas de manejo, prazos de avaliação e revisão e fases de implementação”*. Foi seguindo estes preceitos que o presente Plano de Manejo foi elaborado.

Portanto, como se pode ver, trata-se de um conjunto de *“normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais”*, e que direcionarão a elaboração dos futuros projetos específicos para cada programa e respectivas ações previstas, voltados à conservação, pesquisa, visitação, uso sustentável dos recursos naturais, administração e gestão da Unidade. Daí a importância deste documento ser construído por equipes multidisciplinares. Torna-se relevante essa definição, porque esclarece confusões feitas por muitos quanto à definição de “Plano de Manejo” para atividades florestais produtivas, realçando que se trata de Plano de Manejo sw uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

O Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação é um plano diretor, que considera as peculiaridades de cada categoria, conforme estabelecidos nos programas

que o compõem. No caso de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a exploração sustentável de recursos naturais e dos serviços ambientais serão detalhadas em projetos técnicos operacionais específicos para cada um dos produtos ou serviços. Estes serão definidos a partir objetivos da Unidade e dos anseios dos diversos segmentos da sociedade, a serem elaborados após a aprovação do Plano de Manejo.

Assim, o Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação, ao contrário do Plano de Manejo Florestal, não deve ser direcionado apenas para produção. A gestão da Unidade é muito mais que isto. Principalmente em se tratando de uma Floresta Nacional, devem ser consideradas ainda sua caracterização, estrutura de gestão, organização social, conservação, pesquisa, uso público, proteção e administração.

Na sua função de fixarem diretrizes, o Plano de Manejo constitui-se de um guia orientador para os procedimentos de gestão e administração e para elaboração dos projetos específicos.

Quanto à estrutura de gestão, o Plano de Manejo esclarece os papéis dos diversos atores envolvidos, pressupondo, neste caso, a necessidade de organização comunitária da população residente, como forma de garantir a sua participação no processo de gestão incluindo assento no Conselho Gestor da Unidade.

Um dos instrumentos fundamentais para elaboração do Plano de Manejo é o zoneamento, que consiste na distinção espacial das diversas áreas da Unidade, segregando-as em diversas zonas, tendo em vistas os usos previstos para cada qual. No caso das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o Zoneamento define as áreas destinadas ao uso populacional, à produção florestal, à recuperação da fauna, à pesquisa, à conservação da biota e à proteção das nascentes, como é o caso das zonas intangíveis.

As áreas de preservação permanente – APP, já são definidas em Lei, assim como as condições para seu uso e proteção, ficando sua localização e regramento implicitamente estabelecidos.

O Plano de Manejo e, principalmente o zoneamento foi elaborado de forma participativa, com o envolvimento de todos os atores sociais relacionados com a Unidade, sendo as áreas de uso definidas utilizando, os estudos realizados e o conhecimento das suas potencialidades por parte dos técnicos e população local.

Quanto aos “Programas de Manejo”, o Plano de Manejo pretende, com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, dar diretrizes principais. Cada programa gerará projetos específicos, a serem elaborados em momento apropriado, os

quais se integrarão como apêndices do Plano de Manejo, podendo ter diferentes fontes de financiamento. Planejar os detalhes de execução de todas as ações inviabilizaria a conclusão do Plano de Manejo no prazo ideal e conseqüentemente sua implementação.

O Plano de Manejo deve conduzir à consolidação da Unidade, priorizando os fundamentos estabelecidos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, sem desconsiderar, em nenhum momento a produção sustentável.

A Lei Nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, é o mais novo instrumento a estabelecer regras para a gestão das Florestas Nacionais, enquadrando esta categoria de Unidade de Conservação como Floresta Pública. A lei estabelece alguns princípios para gestão de Florestas Públicas, os quais refletem os objetivos gerais das Florestas Nacionais e assemelham-se aos princípios das Unidades de Conservação, como pode ser visto a seguir.

*Art. 2º Constituem princípios da gestão de florestas públicas:*

*I - a proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e valores culturais associados, bem como do patrimônio público;*

*II - o estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e racional das florestas e que contribuam para o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável local, regional e de todo o País;*

*III - o respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação;*

*IV - a promoção do processamento local e o incentivo ao incremento da agregação de valor aos produtos e serviços da floresta, bem como à diversificação industrial, ao desenvolvimento tecnológico, à utilização e à capacitação de empreendedores locais e da mão-de-obra regional;*

*V - o acesso livre de qualquer indivíduo às informações referentes à gestão de florestas públicas, nos termos da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003;*

*VI - a promoção e difusão da pesquisa florestal, faunística e edáfica, relacionada à conservação, à recuperação e ao uso sustentável das florestas;*

*VII - o fomento ao conhecimento e a promoção da conscientização da população sobre a importância da conservação, da recuperação e do manejo sustentável dos recursos florestais;*

*VIII - a garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas.*

Assim, o Plano de Manejo servirá como instrumento para políticas públicas e gestão ambiental, subsidiando os órgãos governamentais e entidades da sociedade

civil, no estabelecimento de critérios para conservação e uso sustentável dos recursos naturais e no planejamento de futuros investimentos na região.

O processo deve ser conduzido com serenidade, espírito público, responsabilidade e compromisso, de acordo com os propósitos das políticas de Estado.

Os Planos de Manejo de Unidades de Conservação devem ser elaborados de forma dinâmica, considerando a diversidade de alternativas e a diversidade dos profissionais nos variados campos de conhecimento, devendo ser analisados com imparcialidade, unicamente dentro dos interesses institucionais e dos atores sociais envolvidos, em tempo o mais curto possível e de forma que facilite sua implementação.

## **1.2. Histórico do Processo de Elaboração do Plano de Manejo**

A Floresta Nacional do Purus foi criada em 1989 e, apesar de já haver população tradicional residente desde antes de sua criação, o Ibama (órgão responsável pela gestão na época) nunca havia desenvolvido qualquer atividade voltada à sua efetiva implementação. Sequer ações de controle e fiscalização eram realizadas rotineiramente. A Unidade tinha um chefe nomeado por portaria, que, no entanto, residia em Manaus e não atuava na gestão da Floresta Nacional. Somente a partir do final de 2002 e início de 2003, com a contratação de novos técnicos do Ibama por meio de concurso, houve a lotação de Analistas Ambientais na Floresta Nacional Mapiá-Inauini e no Escritório Regional de Boca do Acre. A partir desse momento se iniciaram efetivamente as atividades de gestão da Unidade de Conservação.

Devido à situação geográfica e às relações entre a Floresta Nacional do Purus e a Floresta Nacional Mapiá-Inauini, as ações empreendidas para a implementação de ambas passaram a ser conduzidas conjuntamente. Isto é percebido também nos Planos de Manejo das duas Unidades, onde alguns capítulos se assemelham e até se repetem, sobretudo neste histórico e na contextualização, embora sejam realçadas especificidades de cada Floresta Nacional, sempre que necessário.

Em janeiro de 2003, a convite da comunidade local, esteve em visita à Vila Céu do Mapiá, na Floresta Nacional do Purus, uma comitiva composta pelos novos analistas ambientais lotados em Boca do Acre, acompanhados de representantes da Coordenação Geral de Florestas Nacionais e da Gerência Executiva do Acre. Esta pode ser considerada a primeira visita oficial do órgão às Unidades, numa nova fase mais comprometida com o processo de gestão, que buscava delinear rumos para a Unidade. Na oportunidade foram identificados os principais problemas enfrentados pela

comunidade local, destacando-se dificuldades trazidas pela criação da Floresta Nacional, geralmente decorrentes da ausência do Ibama na área, até então. Foi enfatizada a necessidade de se estabelecerem mecanismos de controle da Unidade e iniciar as ações necessárias para a elaboração do Plano de Manejo, tão logo fosse possível.

Em março de 2003, foi realizada, na Vila Céu do Mapiá, uma oficina patrocinada pela WWF Brasil, com técnicos de organizações não governamentais. Em razão de articulações promovidas pela comunidade local, a WWF havia lançado no orçamento referente à 2002/2003, atividades de apoio à construção do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus. Técnicos da WWF, Instituto Nawa e CTA reuniram-se, então, durante três dias com lideranças da comunidade local, sensibilizando-lhe para temas como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Plano de Manejo e Conselho de Gestão. Deliberou-se que a comunidade deveria se preparar para o processo de construção do Plano de Manejo da Floresta Nacional. Decidiu-se priorizar a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC), para ser posteriormente incorporado ao Plano de Manejo, quando este fosse elaborado. Assim, foi dado início a um processo de planejamento participativo patrocinado pela WWF com apoio técnico de Instituto Nawa e CTA, além de outras assessorias especialmente contratadas. Nesse processo, ao longo de um ano e meio, foram treinados cerca de vinte agentes comunitários em técnicas de pedagogia social, facilitação de reuniões comunitárias, mobilização social, etc. Promoveram-se diversas oficinas, trabalhos de campo, reuniões de bairro e capacitações de membros daquela comunidade da Floresta Nacional, resultando, como principal produto, o documento intitulado Plano de Desenvolvimento Comunitário da Vila Céu do Mapiá, datado de junho de 2004.

Em agosto de 2003 outros servidores do Ibama concursados foram lotados na Floresta Nacional do Purus, engajando-se imediatamente no processo de construção do PDC, que já estava em curso. Uma das primeiras providências do órgão foi nomear um chefe para a Unidade, entre os novos analistas ambientais concursados. O analista nomeado já residia dentro da própria Unidade, acumulando conhecimentos prévios sobre a realidade local e tornando visível a face do Ibama para a comunidade, aumentando as demandas e as responsabilidades para a consolidação de uma estrutura de gestão para a Floresta Nacional.

Em janeiro de 2005, na Vila Céu do Mapiá, Floresta Nacional do Purus, foi realizada uma nova reunião com representantes do Ibama. Na ocasião foi feita uma

avaliação do processo de gestão da Unidade e das atividades ligadas à gestão ambiental, que desde 2003 vinham sendo empreendidas pelo Ibama e pela comunidade em conjunto com parceiros. O Coordenador de Planejamento da CGFLO acenou com a possibilidade concreta de destinação de recursos para a elaboração do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus em conjunto com o da Floresta Nacional Mapiá-Inauini, contígua, e para constituição dos respectivos Conselhos de Gestão, que, conforme determina o Sistema Nacional de Conservação - SNUC, devem participar da elaboração dos Planos de Manejo. Este evento teve uma duração de três dias, envolvendo visitas a campo, reuniões com grupos específicos e uma assembléia geral de encerramento. Contou com a presença de moradores da Vila Céu do Mapiá, de representantes das comunidades do Rio Inauini e de parceiros estratégicos para o processo de gestão, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Viçosa e o Centro de Trabalhadores da Amazônia - CTA. A assembléia de encerramento deliberou que esse evento fosse considerado como a 1ª Oficina de Planejamento Participativo do processo de elaboração conjunta dos Planos de Manejo das Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini, já implementando as diretrizes do Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo em Florestas Nacionais. Deliberou-se, também, que todo o processo desenvolvido naquela comunidade no âmbito do PDC seria incorporado ao Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus.

Na seqüência, em abril de 2005, com a liberação dos recursos para elaboração dos Planos de Manejo, foi realizada a 2ª Oficina de Planejamento Participativo. Ali foram definidas as fases da elaboração do Plano de Manejo e da constituição do Conselho de Gestão. Após a oficina uma equipe de pesquisadores permaneceu na Floresta Nacional, com intuito de realizar os estudos necessários: Levantamento Sócio-Econômico, Levantamento Florístico, Levantamento de Potencial Florestal, Levantamento de Fauna Aquática e Terrestre e outros dados, para o presente Plano de Manejo.

A partir dos resultados obtidos com a conclusão das pesquisas de campo e fechamento dos relatórios, foram desenvolvidas, pela equipe técnica, propostas preliminares do zoneamento, dos programas e uma sistematização das ações sugeridas nos diversos Levantamentos. O resultado dos estudos, as propostas de zoneamento e ações de programas foram levados à discussão com os atores envolvidos na 3ª Oficina de Planejamento Participativo, realizada no período de 17 a 19 de novembro de 2005, na cidade de Boca do Acre. Desta vez, envolveu um número maior de representações, com participação de representantes da população residente das Unidades, das

instituições públicas e privadas dos municípios de Boca do Acre e Pauini e dos Estados do Acre e Amazonas, tomando como base a possível composição dos Conselhos de Gestão das duas Unidades.

O resultado da 3ª Oficina foi a definição consensualizada do zoneamento, dos programas e das ações que compõem o Plano de Manejo, considerando, desta feita as indicações técnicas e as manifestações dos atores envolvidos.

Assim iniciaram-se a sistematização dos produtos da Oficina, a elaboração de textos complementares, a adequação dos trabalhos para o texto padrão do Plano de Manejo e a finalização da base cartográfica para composição da 1ª versão do Plano de Manejo. Essa versão preliminar foi distribuída para todos os prováveis componentes do Conselho de Gestão da Unidade e outras organizações e setores do Ibama que se consideraram pertinentes para análise e sugestões. Salieta-se que o processo de constituição dos Conselhos Consultivos deu-se simultaneamente à elaboração dos Planos de Manejo.

Em novembro de 2006, foi realizada a 4ª Oficina de Planejamento Participativo, juntamente com a Oficina de capacitação dos conselheiros do Conselho Consultivo. Na ocasião os presentes, incluindo representantes dos diversos atores envolvidos, da coordenação e o corpo técnico, puderam manifestar-se quanto ao conteúdo, expondo seus pontos de vista, fazendo propostas de alterações, inclusões ou supressões no documento.

Os resultados da 4ª Oficina de Planejamento Participativo foram analisados pela equipe técnica e incorporados ao documento, culminando na versão final do Plano de Manejo encaminhada para a Procuradoria Geral do ICMBio para os procedimentos de aprovação.

Aprovado o Plano de Manejo mediante a Portaria de Criação publicada no Diário Oficial da União, o mesmo foi lançado oficialmente em solenidade na Câmara de Vereadores de Boca do Acre.

Seguindo os princípios estabelecidos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, o processo de construção do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus foi conduzido dentro do caráter participativo, envolvendo todos os segmentos sociais, econômicos, ambientais e políticos da região de influência da Unidade e levando em conta todas as manifestações, proposições e anseios considerados tecnicamente pertinentes.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

A fim de entender a importância da Floresta Nacional do Purus é necessário visualizá-la em todas as suas escalas. Em ordem crescente, iniciou-se por enquadrá-la no contexto nacional, ampliando em seguida o seu recorte para o contexto regional e local.

Em qualquer situação, uma Unidade de Conservação tem papel fundamental para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tanto no conjunto de Unidades que o integram, como na sua participação na promoção da conservação e do desenvolvimento do município onde se situa.

### **2.1. Contexto Nacional**

Após o advento da Lei Nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as UCs passaram a ser enquadradas em um sistema único, e com esta denominação mais claramente definida. Antes disto eram citadas, em geral, como Áreas Especialmente Protegidas e as diversas categorias eram instituídas por normas específicas e dissociadas não estabelecendo uma relação clara entre as mesmas.

As Unidades de Conservação eram, em grande parte, criadas com base nas conveniências econômicas e políticas, não havendo critérios claros para se definir em qual categoria seriam enquadradas as áreas em estudo. De acordo com o poder de um ou outro segmento, tanto dentro quanto fora do órgão responsável, criava-se uma Floresta Nacional, uma Área de Proteção Ambiental, ou um Parque Nacional, numa clara medição de força. A Floresta Nacional do Purus foi criada neste contexto, no advento do "Programa Nossa Natureza", durante o Governo do Presidente José Sarney, quando foi criada a grande maioria das Florestas Nacionais da Amazônia.

Com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, os procedimentos para identificação de áreas prioritárias para criação de Unidades de Conservação passaram a seguir os critérios definidos pela Lei, definindo a categoria com base em estudos preliminares, de acordo com a aptidão da área identificada.

A Floresta Nacional do Purus integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, desempenhando seu papel na proteção da biodiversidade, unindo-se ao conjunto de Unidades de Conservação do País e na promoção do uso sustentável dos recursos naturais, integrando o conjunto de Florestas Nacionais.

A considerar a amplitude do Sistema, hoje com mais de 50.000.000 ha de Unidades de Conservação em todo o país, a Floresta Nacional do Purus, com seus 256.116 hectares pode não significar tanto, mas ao se analisar seu enquadramento ecológico vê-se que ela representa uma importante parcela na conservação da natureza na Amazônia.

### **2.1.1. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC**

A primeira Unidade de Conservação legalmente reconhecida no Brasil foi o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, no município de Resende-RJ. Em 1939 foram criados os Parques Nacionais do Iguaçu e Serra dos Órgãos. Em 15 de setembro de 1965, a lei 4.771 estabeleceu o Código Florestal que, entre outros dispositivos legais, instituiu as Reservas Biológicas (REBIOS), as Áreas de Preservação Permanentes (APP) e as Florestas Nacionais (FLONAs).

Após a criação de vários instrumentos legais para instituir e regular as diferentes categorias de Unidades de Conservação, o Congresso aprovou a lei 9.985 de 18 de julho de 2000, estabelecendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. O SNUC integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, que é o responsável pela aplicação da Política Nacional do Meio Ambiente. A publicação da lei do SNUC trouxe muitos benefícios aos órgãos responsáveis por Unidades de Conservação Federais, estaduais e municipais e para a sociedade civil, através dos dispositivos legais adequados à preservação de importantes remanescentes dos biomas brasileiros.

Em 22 de agosto de 2002 foi aprovado o decreto nº 4.340, que regulamenta a lei 9.985/2000. Esse instrumento legal proporcionou significativos avanços nos processos de criação e gestão das Unidades de Conservação, dos quais podem ser destacados: estabelecimento da forma de consulta pública, que deve preceder a criação de Unidades de Conservação; definição das atribuições dos conselhos consultivo e deliberativo, objetivando a legitimação e a maior participação da sociedade civil na gestão das Unidades; definição dos critérios para gestão compartilhada com Organizações Sociais de Interesse Público - OSCIPs; definição de dispositivos claros e objetivos para a relação com populações residentes em Unidades de Conservação de Proteção Integral, quando de sua criação, assegurando seus direitos; explicação das regras para aplicação dos recursos advindos de compensação

dos empreendimentos de significativo impacto ambiental, facilitando o uso deste instrumento na implantação e consolidação das Unidades de Conservação.

De acordo com o artigo 6º do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, os órgãos gestores de UCs têm a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

Em seu artigo 7º, a lei 9.985/2000 classifica as Unidades de Conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC em dois grupos:

*I – Unidades de Proteção Integral que têm como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei. Integram esse grupo as Estações Ecológicas (ESEC), as Reservas Biológicas (REBIO), os Parques Nacionais (PARNA), os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestre.*

*II – Unidades de Uso Sustentável, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, esse grupo é constituído pelas seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), **Floresta Nacional (FLONA)**, Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).*

A partir do artigo 9º, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC caracteriza cada categoria de Unidade de Conservação, e no seu artigo 17º define Floresta Nacional como “uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas”.

A Lei do SNUC estabelece ainda que as Florestas Nacionais disponham de Conselhos Consultivos, que serão presididos pelo órgão responsável por sua administração e constituídos por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

### **2.1.2. Contextualização das Unidades de Conservação Federais**

A criação do *Yellowstone National Park* em 1872, nos Estados Unidos, deu início a uma sensibilização mundial sobre a necessidade da existência de espaços naturais institucionalmente protegidos. Na prática, isso refletiu no Brasil somente a partir de

1937 com a criação da primeira Unidade de Conservação no país, que foi o Parque Nacional de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro. Dois anos depois foram criados mais dois Parques Nacionais (Iguaçu e Serra dos Órgãos). Esses primeiros Parques eram administrados pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Em 1959 foram criados mais três Parques Nacionais: Araguaia, Ubajara e Aparados da Serra, destinados a proteger belezas cênicas excepcionais (Ibama, 2005).

Além da categoria Parque Nacional, outras Unidades foram criadas no Brasil ao longo do tempo. Em 1946 foi criada a primeira unidade de uso sustentável – a Floresta Nacional do Araripe-Apodi. Entre as décadas de 1950 e 1970 foram criadas 46 Unidades de Conservação federais (25 Parques Nacionais e 21 Florestas Nacionais). No entanto, foi na década 1980, com a inclusão de novas categorias de Unidades, como as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental, que houve um grande incremento na quantidade e na área total protegida, tendo sido criadas 114 Unidades de Conservação, sendo: 25 Florestas Nacionais, 24 Estações Ecológicas, 17 Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 17 Reservas Biológicas e 12 Parques Nacionais. Na década de 1990 foram criadas mais 38 unidades, sendo 13 Reservas Extrativistas, 11 Florestas Nacionais, 11 Áreas de Proteção Ambiental, 10 Parques Nacionais, uma Reserva Biológica e uma Área de Relevante Interesse Ecológico. O mapa 01 mostra a distribuição das Unidades federais pelo Brasil.

Contabilizando todas as Unidades criadas desde o estabelecimento da primeira Unidade de Conservação, em 2004 o território brasileiro contava com mais de 650 Unidades de Conservação, cobrindo uma área superior a 56 milhões de hectares.

*“A evolução da área protegida do conjunto de Unidades de Conservação federais variou bastante no decorrer do tempo, mas pode-se dizer que na década de 1980 foi quando houve o maior acréscimo de áreas ao sistema. Nesse período foram incorporados cerca de 24,4 milhões de hectares. Entretanto, em termos relativos, o maior acréscimo de área ao sistema foi na primeira década do século XXI. Em apenas quatro anos foram acrescentados ao sistema cerca de 11,2 milhões de hectares.” (Couto et alii, 2004)*

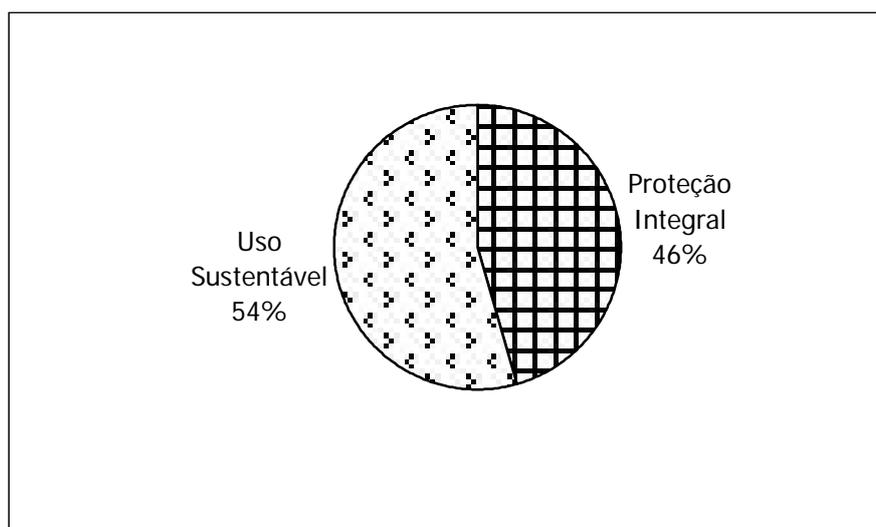
**Tabela 1** – Unidades de Conservação Federais no Brasil

<b>CATEGORIA</b>	<b>TIPO DE USO</b>	<b>ÁREA (HA)</b>	<b>%</b>
Estação Ecológica	Proteção Integral	7.203.392,19	11,65
Parque Nacional	Proteção Integral	17.074.743,93	27,62
Refúgio de Vida Silvestre	Proteção Integral	128.521,25	0,21
Reserva Biológica	Proteção Integral	3.740.557,56	6,05
Floresta Nacional	Uso Sustentável	19.190.166,23	31,05
Reserva Extrativista	Uso Sustentável	7.914.518,64	12,80
Área de Proteção Ambiental	Uso Sustentável	6.526.679,08	10,56
ARIE*	Uso Sustentável	32.574,80	0,05
<b>TOTAL</b>		<b>61.811.153,68</b>	<b>100,00</b>

\* ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico.

FONTE: Ibama (2005)

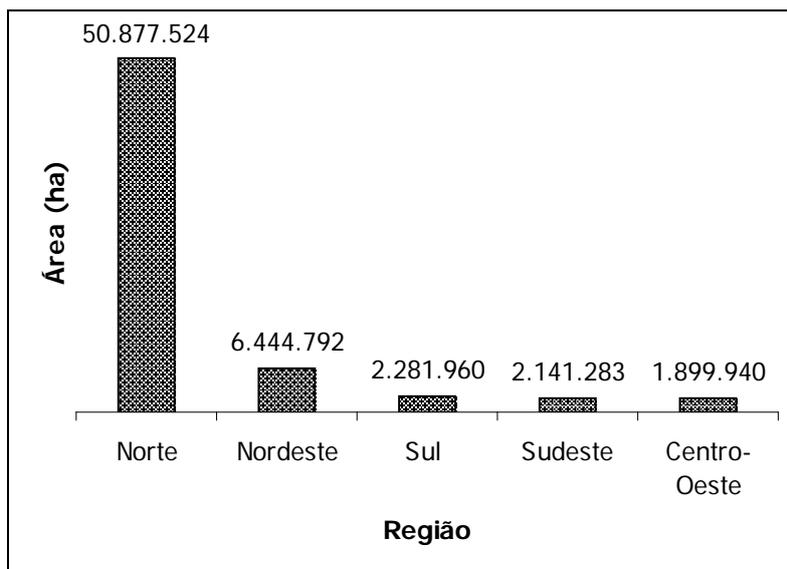
Em relação aos dois grupos distintos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, as Unidades de Uso Sustentável possuem uma área um pouco maior que as de proteção integral, como mostra a figura 1.



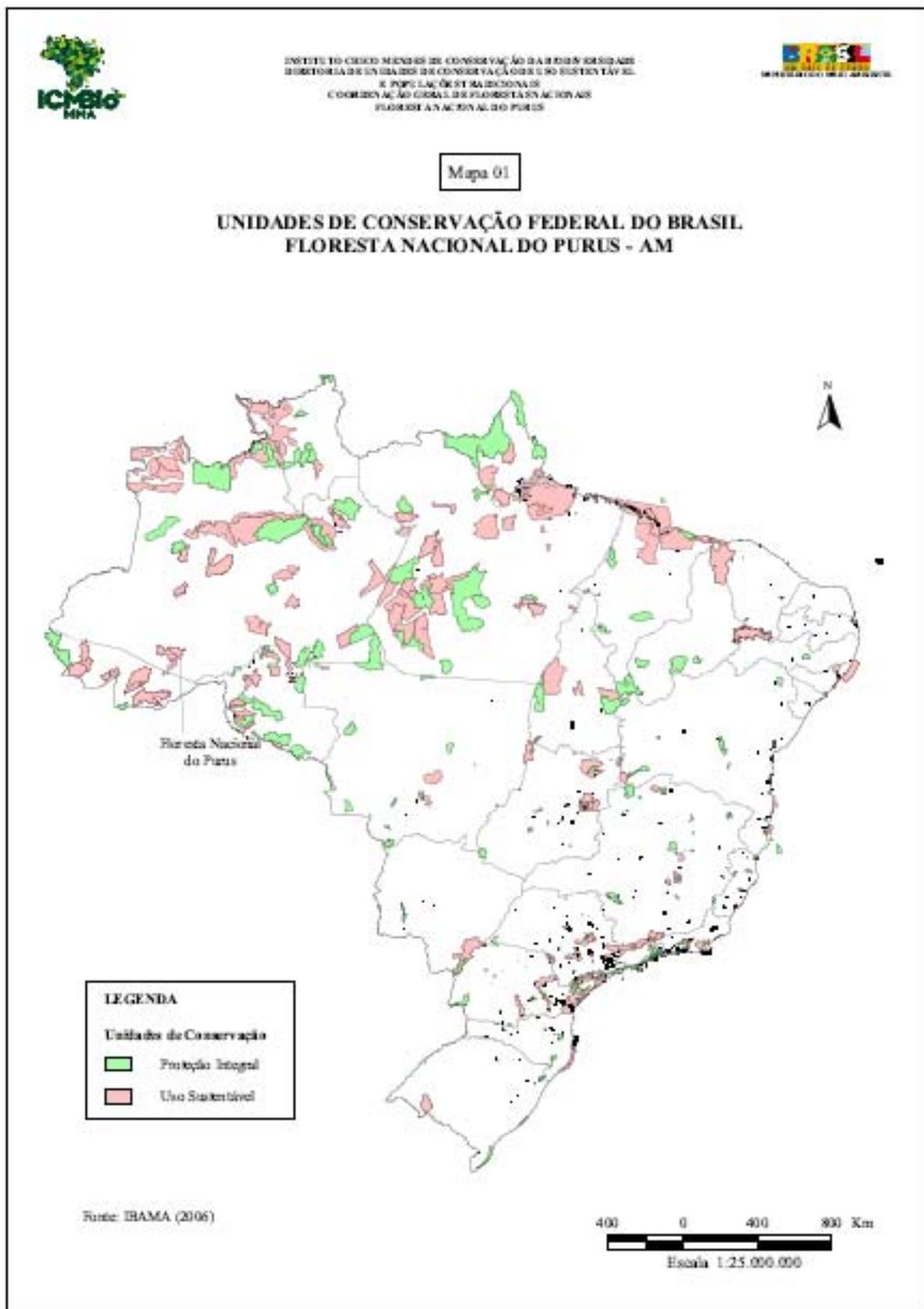
**Figura 1** – Distribuição das Unidades de Conservação no Brasil por tipo de uso.

FONTE: Ibama (2005)

Quando observada a distribuição das Unidades de Conservação pelas 5 grandes regiões do Brasil, fica evidente o destaque que o bioma Amazônico (região Norte) tem dentro do Sistema, como mostra a figura 2.



**Figura 2** – Área das Unidades de Conservação Federais por região.  
FONTE: (Ibama, 2005)



Mapa 1 – Unidades de Conservação Federal do Brasil.

### 2.1.3. Contextualização das Florestas Nacionais

A contínua supressão da cobertura florestal, especialmente nas regiões sul e sudeste, que se intensificava principalmente a partir das décadas de 1930 e 1940, despertou nas autoridades públicas e privadas a preocupação com a descaracterização dos ecossistemas brasileiros, que vinha refletindo na perda de biodiversidade e na redução do estoque de madeira do país. Essa preocupação também era notada nos outros continentes, principalmente na Europa.

Na época, a exploração florestal no Brasil, em especial nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, ocorria de forma desordenada, comprometendo os ecossistemas e pondo em risco a indústria madeireira do país, pela escassez da matéria prima.

Para atenuar essa eminente crise, em 19 de março de 1941 foi criado o Instituto Nacional do Pinho (INP), pelo decreto 3.124, com o objetivo, entre outros, de “coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa da produção de pinho e contribuir para o reflorestamento nas suas zonas de produção”. Com esse intuito, O INP adquiriu dez glebas de terra que foram transformadas em Parques Florestais e destinadas ao reflorestamento, notadamente de *Araucaria angustifolia* (Ibama, 2004).

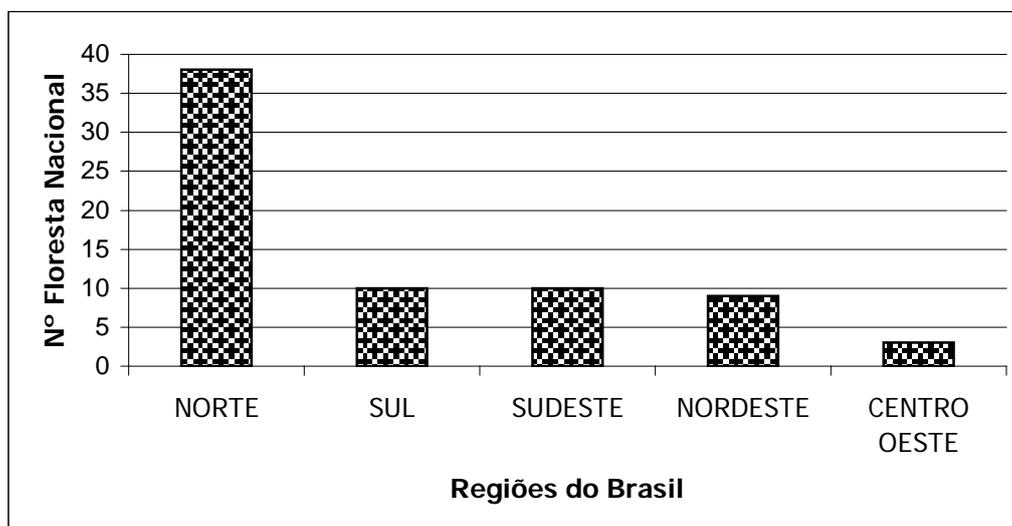
Tendo o Código Florestal de 1965 criado a categoria de Unidade de Conservação denominada Floresta Nacional, os Parques Florestais foram transformados em Florestas Nacionais, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, em 1967.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, as Florestas Nacionais enquadram-se na categoria de Unidade de Conservação de uso sustentável, onde “... é admitida a permanência de populações tradicionais que habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da Unidade” (parágrafo 2º do Art. 17, SNUC).

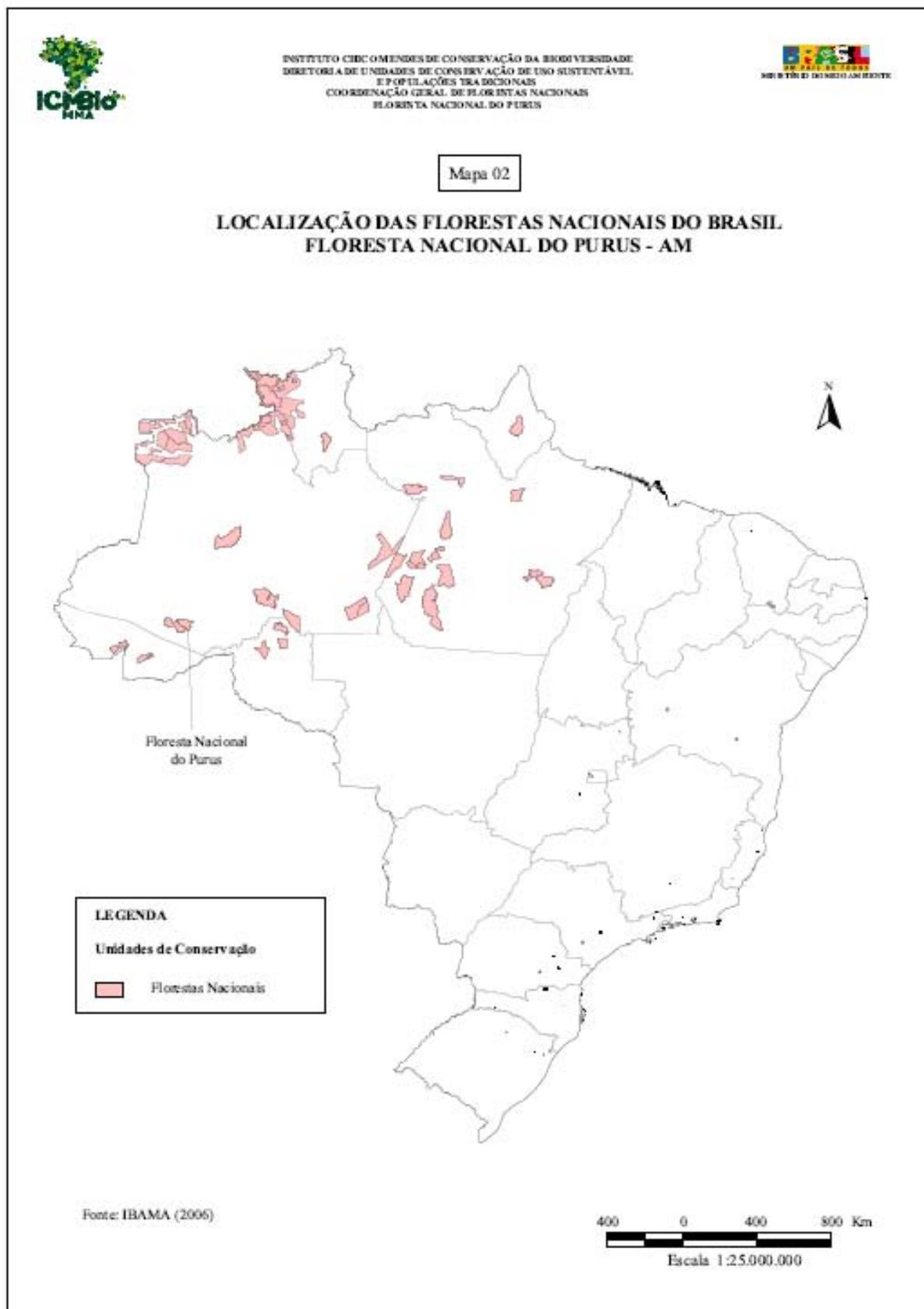
A primeira Floresta Nacional criada no Brasil, em 1946, foi a Floresta Nacional Araripe-Apodi (inicialmente denominada Floresta de Rendimento), com 38.626 ha, no município de Crato – CE, com o objetivo de conservar os recursos florestais para manter as nascentes d’água que irrigavam os vales da região (Brasil, 2004).

Ao longo dos anos, por razões diversas, foram criadas várias outras Unidades dessa categoria. Nas décadas de 1960 e 1970 foram criadas 12 Florestas Nacionais; enquanto que nas décadas de 1980 e 1990 foram criadas mais 25 Florestas Nacionais. Entre os anos de 2001 e 2004 foram criadas outras 17.

Atualmente são 70 Florestas Nacionais legalmente instituídas, que ocupam uma superfície de quase 20 milhões de hectares, distribuídas em todo o país, principalmente na Amazônia (site Ibama, atualizado em 19/09/2005, acesso 05/10/2005).



**Figura 3** – Número de Florestas Nacionais por região  
FONTE: Ibama (2005)



Mapa 2 – Localização das Florestas Nacionais do Brasil.

#### 2.1.4. Enquadramento Ecológico da Floresta Nacional

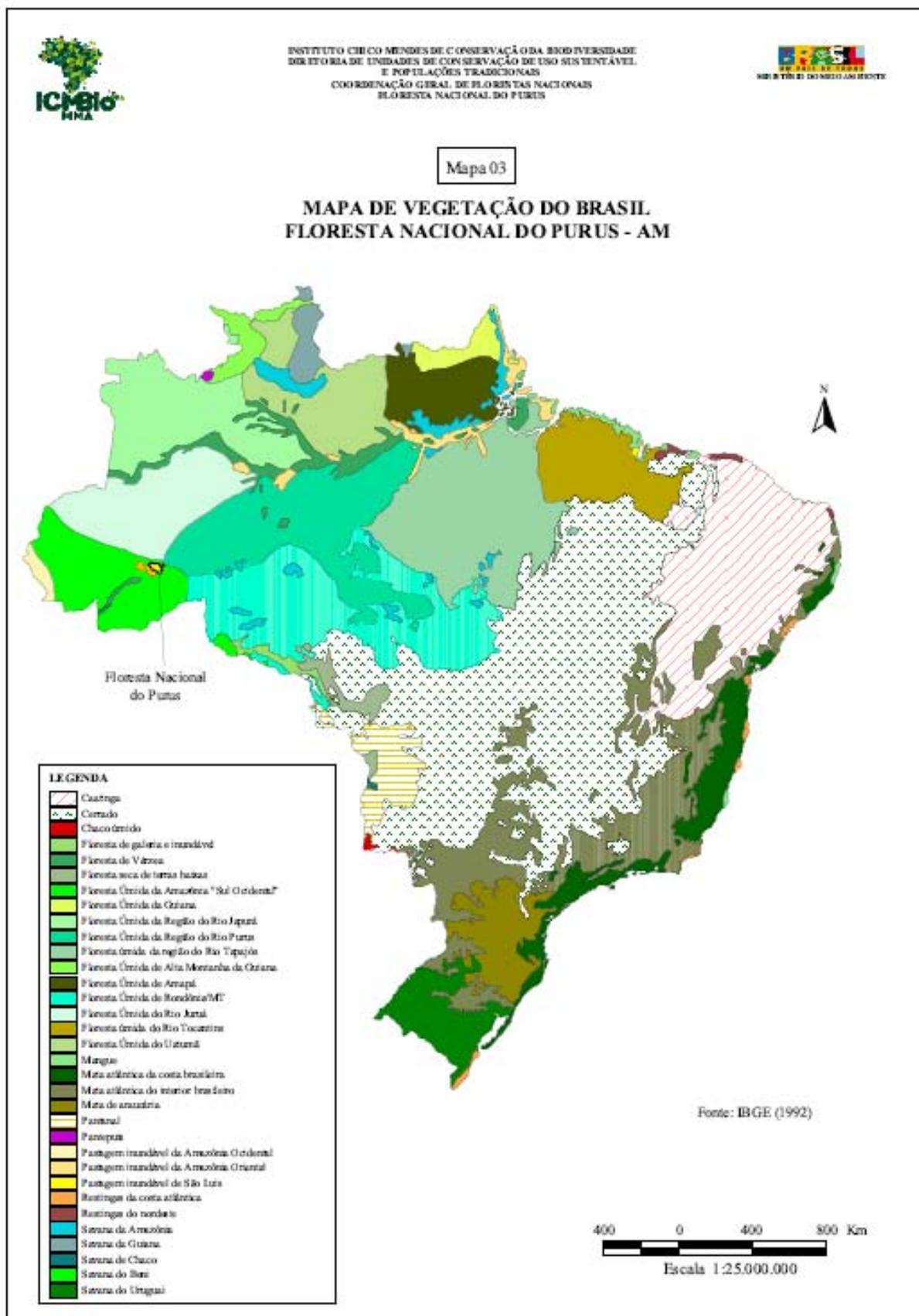
Como foi visto, a Floresta Nacional do Purus faz parte de um Sistema de Unidades de Conservação que envolve todas as regiões e Estados do Brasil. Um dos objetivos a serem alcançados pelo referido sistema é buscar preservar, através de Unidades de Conservação, parcelas significativas e representativas de todos os biomas brasileiros. A título de conhecimento, torna-se importante identificar em que ambiente físico e biológico a Unidade está inserida dentro da enorme diversidade de ambientes que compõem o país.

A Floresta Nacional do Purus, segundo o Mapa de Vegetação do IBGE (1992), encontra-se na tipologia de vegetação identificada como Floresta Úmida da Amazônia "Sul Ocidental", que se estende por quase todo o Estado do Acre e parte do sudoeste do Amazonas (mapa 03).

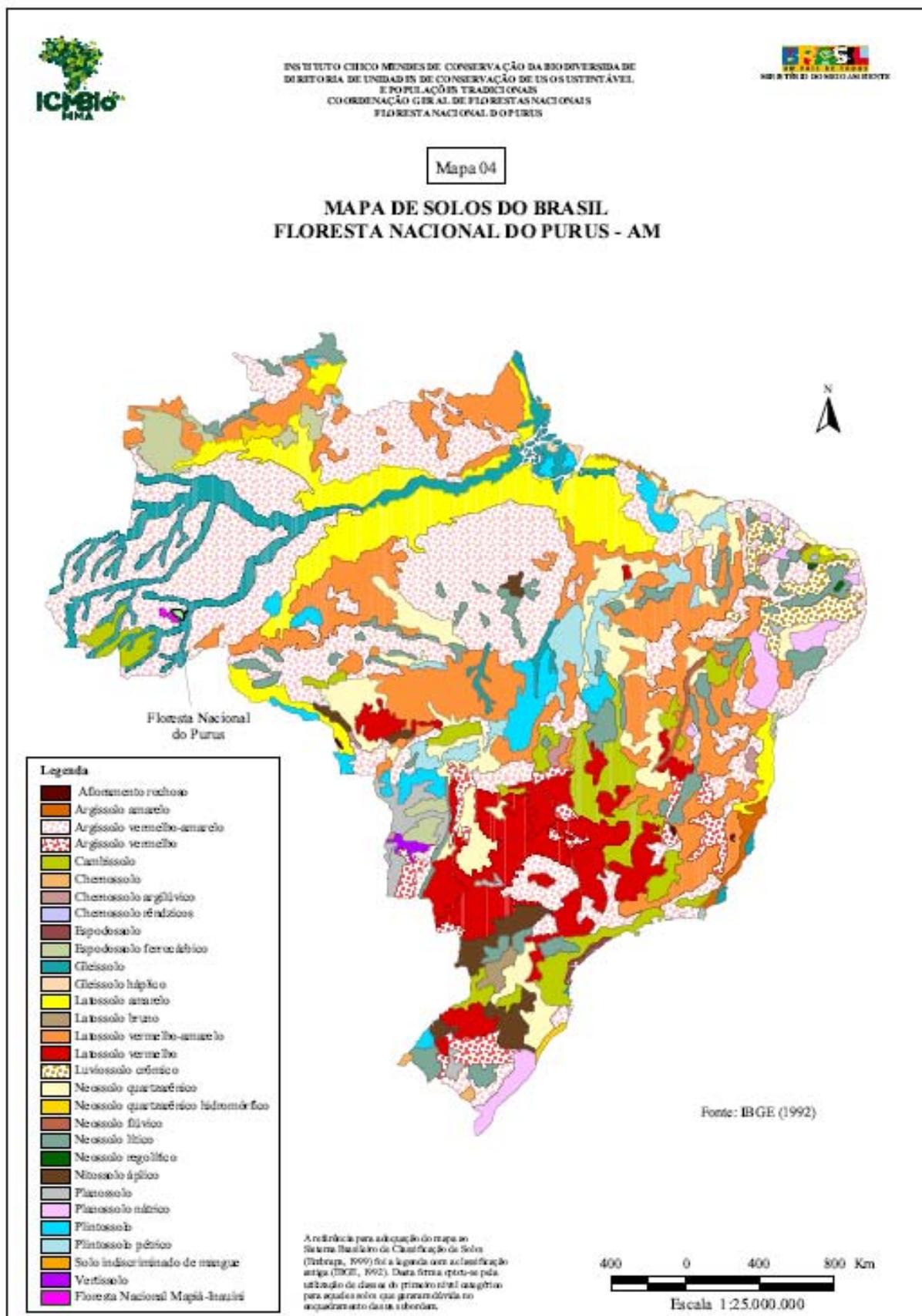
No que diz respeito ao solo (mapa 04), de acordo com o Mapa de Solos do Brasil, produzido pelo IBGE em 1992, na Unidade são observados dois tipos de solos: o Argissolo Vermelho-Amarelo, por quase toda Floresta Nacional, e o Gleissolo, que acompanha, principalmente, a calha do rio Inauini.

A bacia hidrográfica que a Floresta Nacional do Purus está inserida é a bacia Amazônica (mapa 05), a maior bacia hidrográfica do mundo com 5,8 milhões de km<sup>2</sup>, sendo 3,9 milhões de km<sup>2</sup> em território brasileiro. Ela fica localizada mais especificamente na sub-bacia do rio Purus, afluente da margem direita do rio Solimões, que mais a jusante se encontrará com o rio Negro para formar o rio Amazonas, o principal da bacia.

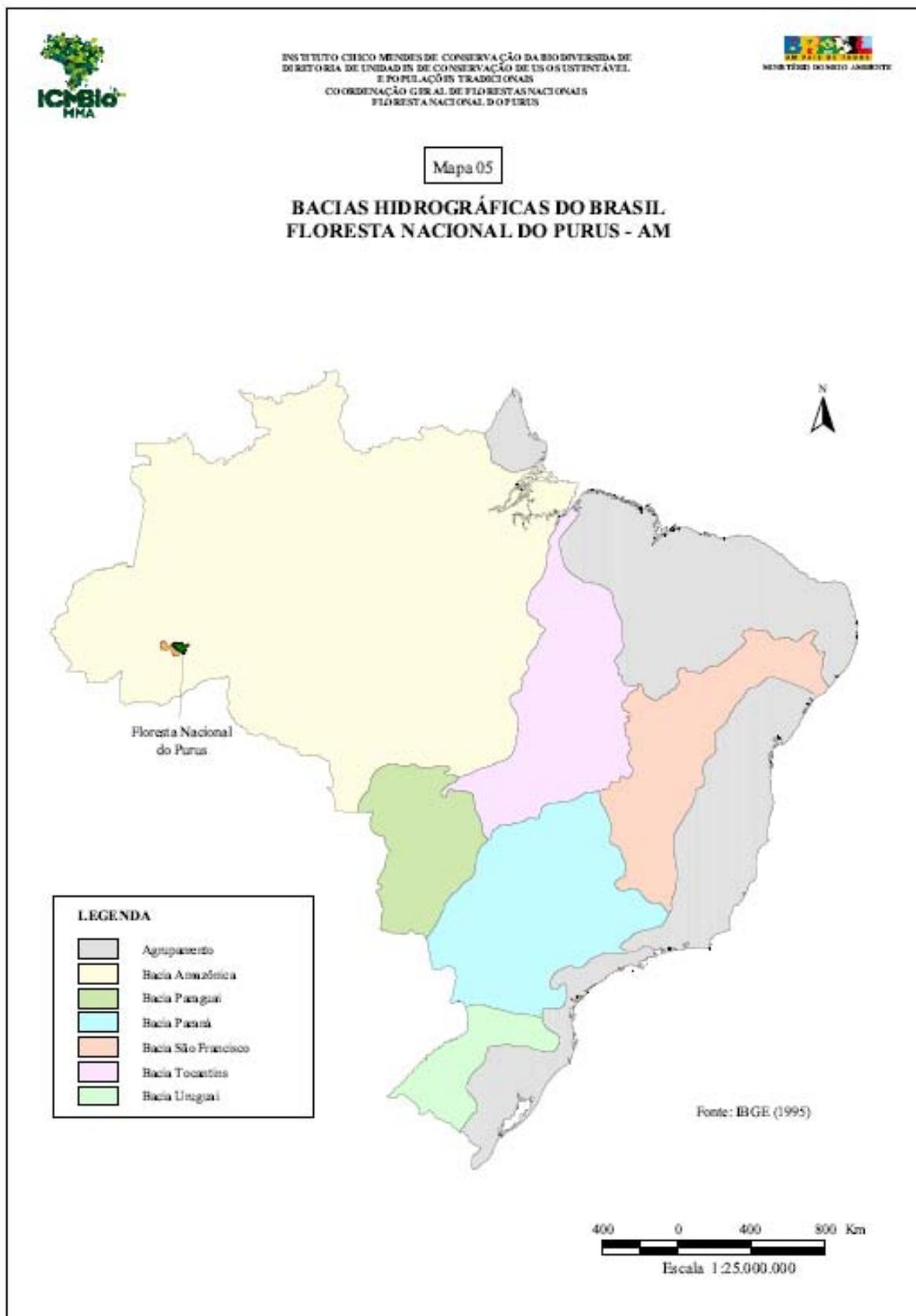
Dentre os grandes biomas em que está dividido o Brasil, a Unidade está inserida no bioma Amazônico (mapa 06), predominando em toda a sua área o ecossistema de florestas (mapa 07). O domínio morfoclimático da área, segundo Aziz Ab´saber (1980), é o Equatorial Amazônico, assim como a de toda floresta Amazônica, influenciado decisivamente pela sua cobertura vegetal, seu relevo e por sua continentalidade (mapa 08).



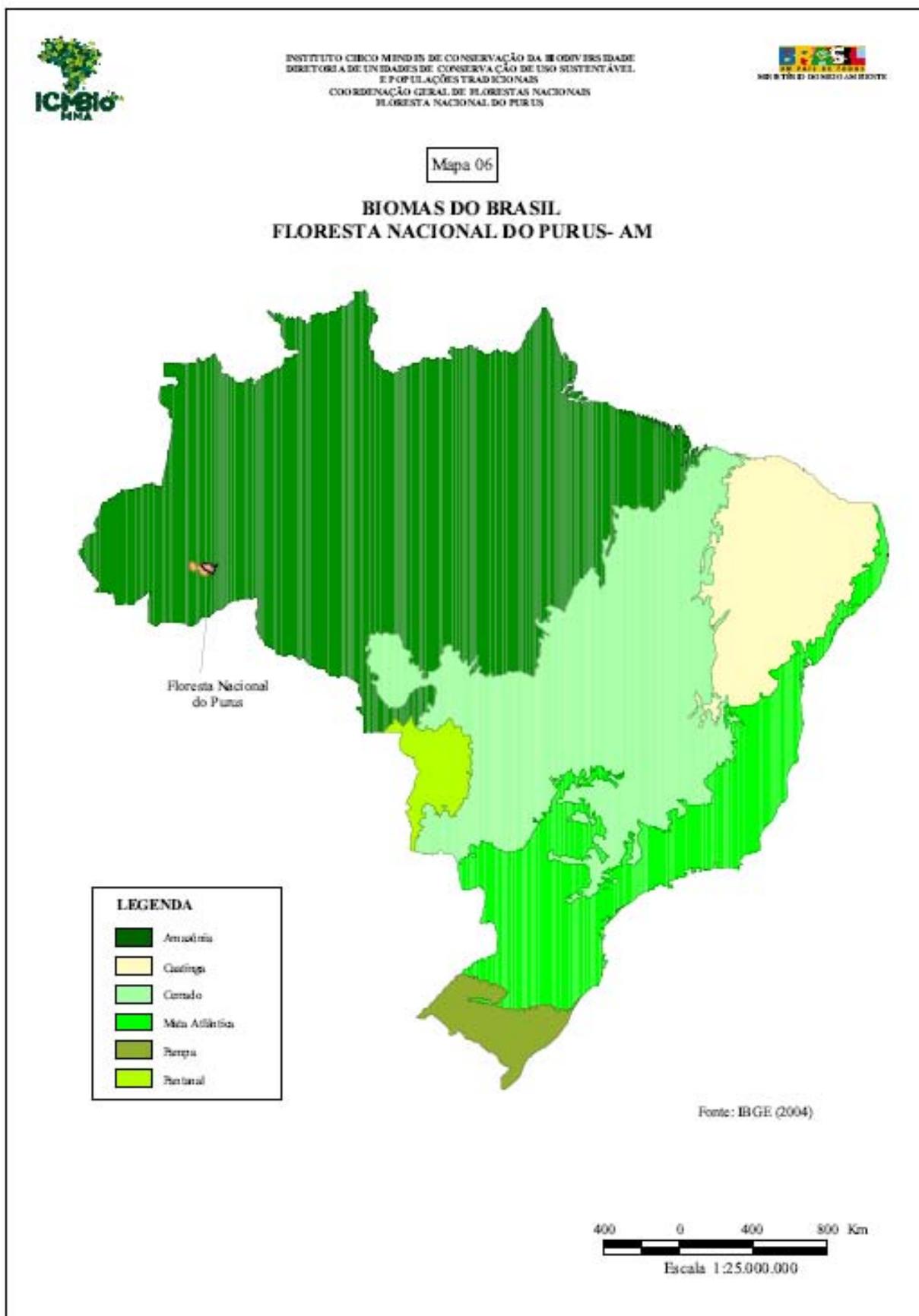
Mapa 3 – Vegetação do Brasil.



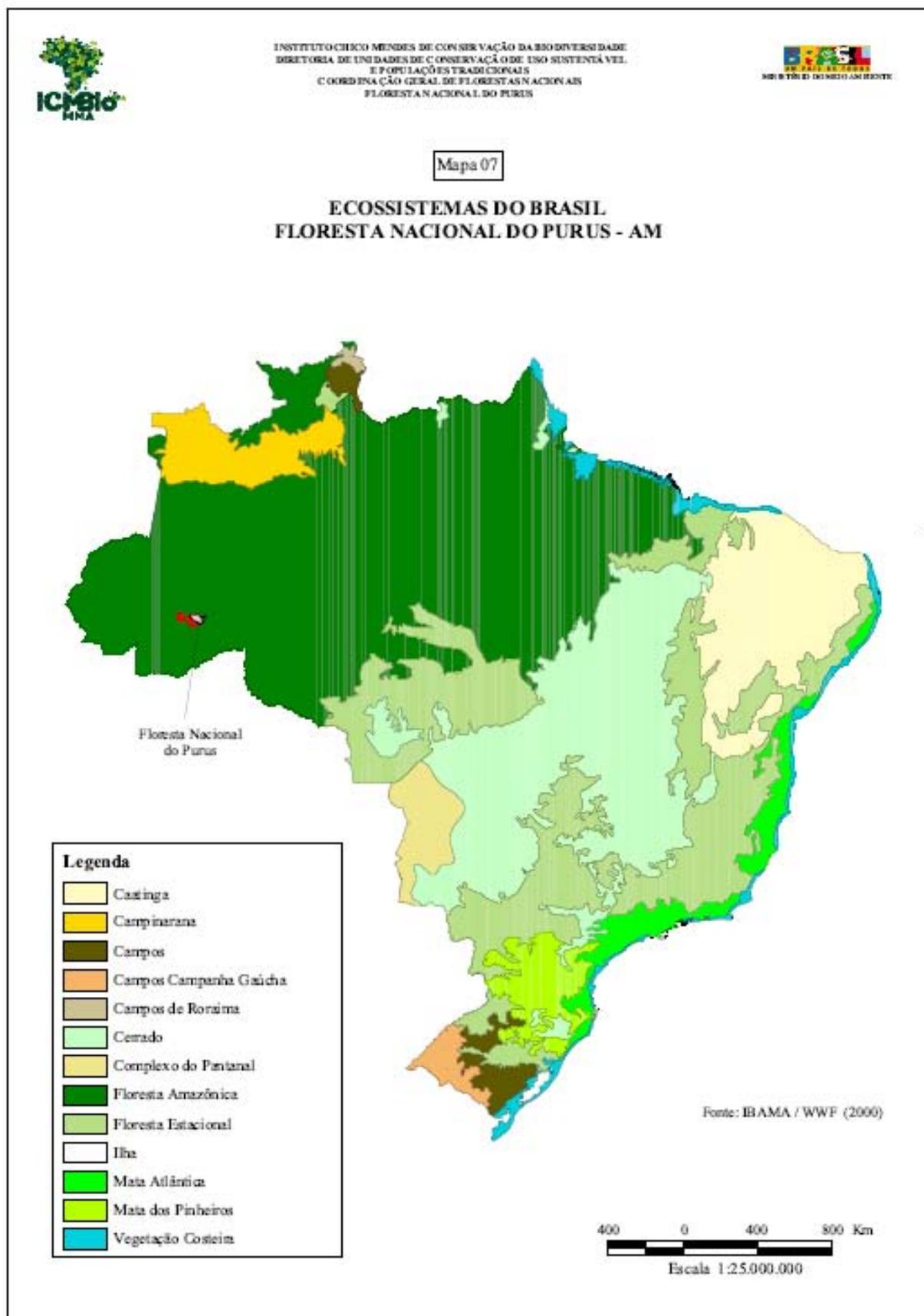
Mapa 4 – Solos do Brasil.



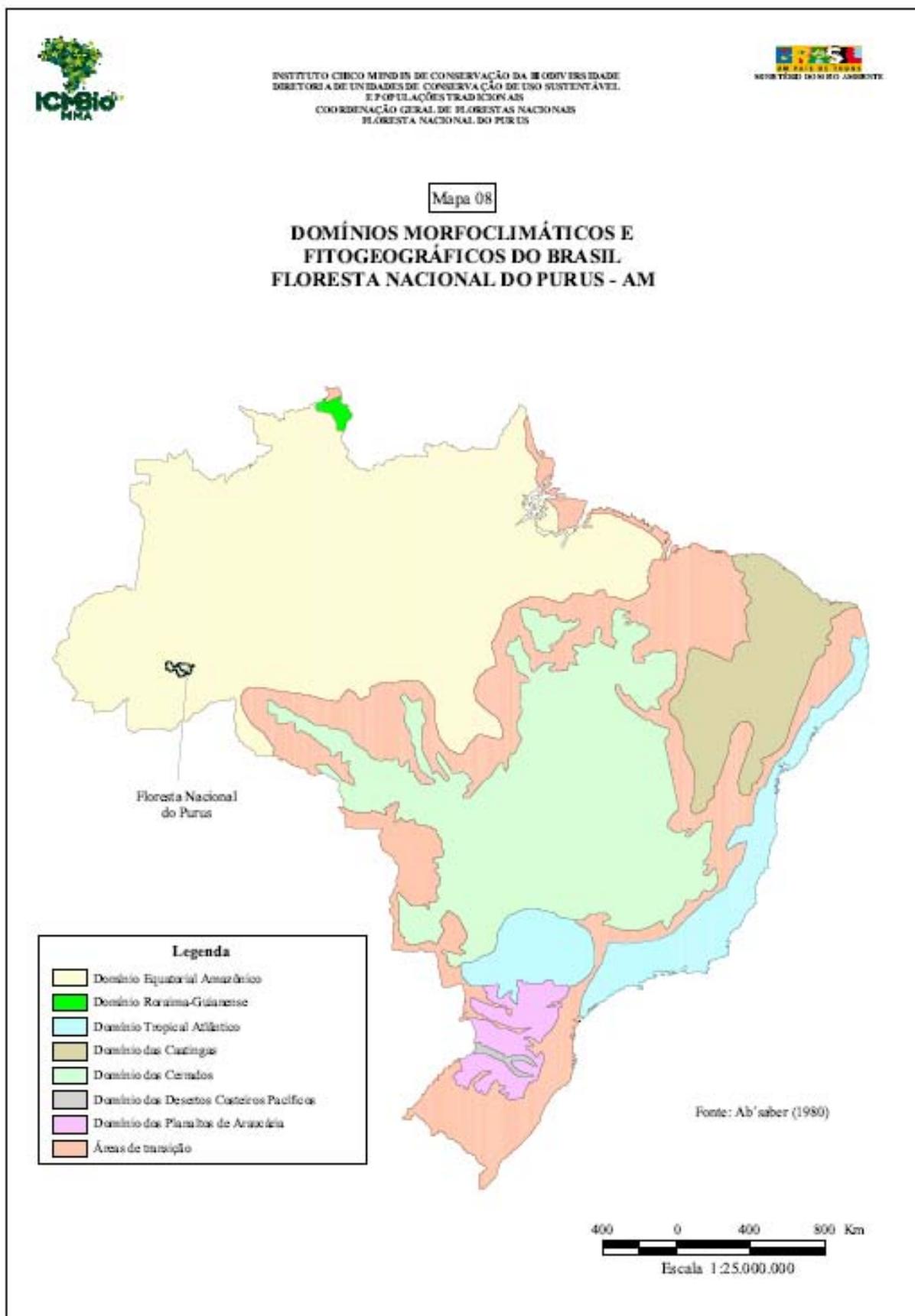
Mapa 5 – Bacias Hidrográficas do Brasil.



Mapa 6 – Biomas do Brasil.



Mapa 7 – Ecossistemas do Brasil.



Mapa 8 – Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos do Brasil

## **2.2. Contexto Regional**

Seguindo a mesma linha, aumentando a escala da contextualização, faz-se uma correlação da Floresta Nacional do Purus com o bioma amazônico, a sua participação no percentual de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas e sua integração no mosaico de áreas protegidas da Amazônia Ocidental, mais especificamente no sudoeste do Amazonas e no estado do Acre, com o qual a Unidade possui uma relação geopolítica mais próxima.

### **2.2.1. Contextualização das Unidades de Conservação na Amazônia Ocidental**

Nas décadas de 1960 e 1970, a preocupação com a crescente onda de exploração ilegal de madeira na Amazônia, principalmente no estado do Pará, despertou as autoridades públicas sobre a necessidade de buscar alternativas capazes de atenuar essa situação. Nesse contexto, foi criada a primeira Unidade de Conservação legalmente instituída na região norte: a Floresta Nacional de Caxiunã. Essa Unidade de uso sustentável foi criada através do decreto nº 239 de 28 de novembro de 1961, com o intuito de regular a exploração de madeira na região e também o preço de sementes e mudas para promover o florestamento e reflorestamento em propriedades particulares. Com área de 200.000 hectares, está localizada entre os rios Xingu e Tocantins, no município de Melgaço – PA. Em 1974 foi criada a Floresta Nacional do Tapajós, pelo decreto nº 73.694, com o objetivo de “promover a utilização múltipla dos recursos da Floresta sob o regime de rendimento sustentado”. Com 600.000 hectares, ela está localizada ao sul da cidade de Santarém no estado do Pará (Brasil, 2004)

Com a ocupação acelerada e desordenada do estado de Rondônia, a partir da abertura da BR 364, tornou-se imprescindível a criação de Unidades de Conservação, para preservar amostras representativas dos ecossistemas da região. Por isso, em 1979 foram criadas em Rondônia duas Unidades de categorias diferentes: o Parque Nacional de Picaás Novos, com 764.000 hectares e a Reserva Biológica de Jarú, com 293.386 ha.

Depois disso, por diferentes motivos, várias outras Unidades de Conservação foram criadas na região norte. Atualmente são 33 Unidades de proteção integral e 72 de uso sustentável, como mostra a tabela 2.

**Tabela 2** – Comparação da quantidade de Unidades de Conservação Federais no Brasil e na Amazônia, com exceção das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN.

<b>CATEGORIA</b>	<b>BRASIL</b>	<b>AMAZÔNIA</b>	<b>%</b>
Estação Ecológica	30	12	40,00
Parque Nacional	55	13	23,60
Refúgio de Vida Silvestre	2	0	0,00
Reserva Biológica	27	8	29,60
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1	0	0,00
Floresta Nacional	70	38	54,30
Reserva Extrativista	42	30	71,40
Área de Proteção Ambiental	29	1	3,40
ARIE*	17	3	17,60
<b>TOTAL</b>	<b>273</b>	<b>105</b>	<b>38,50</b>

\* ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico.

FONTE: Ibama (2005)

### 2.2.2. Contextualização das Unidades de Conservação no Estado do Amazonas

O Amazonas é um dos estados brasileiros com maior cobertura florestal do país. No entanto, esse estado de preservação há muitos anos vem sendo ameaçado pela grilagem de terras e pelo avanço da fronteira agrícola. A falta de estrutura dos órgãos executores da Política Nacional do Meio Ambiente tem dificultado a mudança desse cenário. Assim, a criação de Unidades de Conservação desponta como uma importante estratégia para controlar o desflorestamento.

Em 1979 foi criada através do decreto nº 83.550 a primeira Unidade de Conservação do estado, o Parque Nacional do Pico da Neblina, com 2,2 milhões de hectares. Abrange os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. “Além de contar com extraordinária beleza paisagística do conjunto de montanhas e da flora, ali se encontra o ponto culminante do país – o Pico da Neblina – com 3.014 metros de altitude” (Brasil, 2004).

Nos últimos 20 anos, por motivos diferentes, foram criadas várias Unidades de Conservação federais no estado. Hoje são sete Unidades de proteção integral e 26 de uso sustentável, com destaque para Florestas Nacionais que totalizam 19 Unidades, conforme mostra a tabela 1.3. As categorias que não aparecem na referida tabela é porque não existem no estado do Amazonas.

**Tabela 3** – Unidades de Conservação Federais no Amazonas

CATEGORIA	QTDADE	TIPO DE USO	ÁREA (ha)	%
Estação Ecológica	3	Proteção Integral	2.594.402,70	12,39
Parque Nacional	2	Proteção Integral	4.638.233,90	22,15
Reserva Biológica	2	Proteção Integral	2.110.397,70	10,08
Floresta Nacional	19	Uso Sustentável	10.406.627,00	49,71
Reserva Extrativista	5	Uso Sustentável	1.169.585,00	5,59
ARIE*	2	Uso Sustentável	16.427,80	0,08
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>		<b>20.935.673,10</b>	<b>100,00</b>

\* ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

FONTE: Ibama (2005)

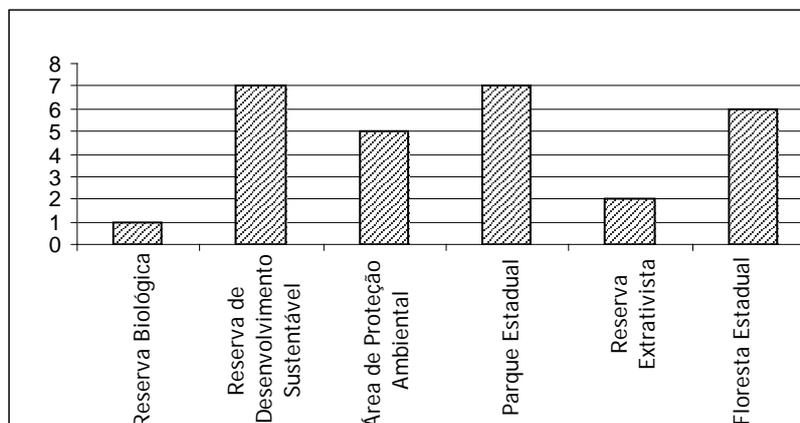
Desde 1989, a partir da criação da primeira Unidade de Conservação estadual (Parque Estadual Nhamundá, com 28.370 ha no município de Nhamundá), foram criadas várias Unidades estaduais. Até o ano 2002 o estado possuía uma área abrangida por Unidades de Conservação estaduais superior a 7 milhões de hectares. Com as Unidades criadas em 2003 essa área já ultrapassava 11,5 milhões de hectares. Atualmente são mais de 15 milhões de hectares, conforme apresentado na tabela 4.

**Tabela 4** – Evolução das áreas estaduais protegidas do Amazonas

PERÍODO	ÁREA (ha)	% EM RELAÇÃO À ÁREA DO ESTADO
Até 2002	7.404.985	4,69
Em 2003	4.161.423	2,64
Em 2004 e 2005	3.767.760	2,28
<b>Total</b>	<b>15.334.168</b>	<b>9,61</b>

FONTE: AMAZONAS (2005)

Notadamente, a maior parte das Unidades de Conservação sobre gestão Estadual no Amazonas pertence ao grupo das de Uso Sustentável, com destaque para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, como mostra a figura 4.



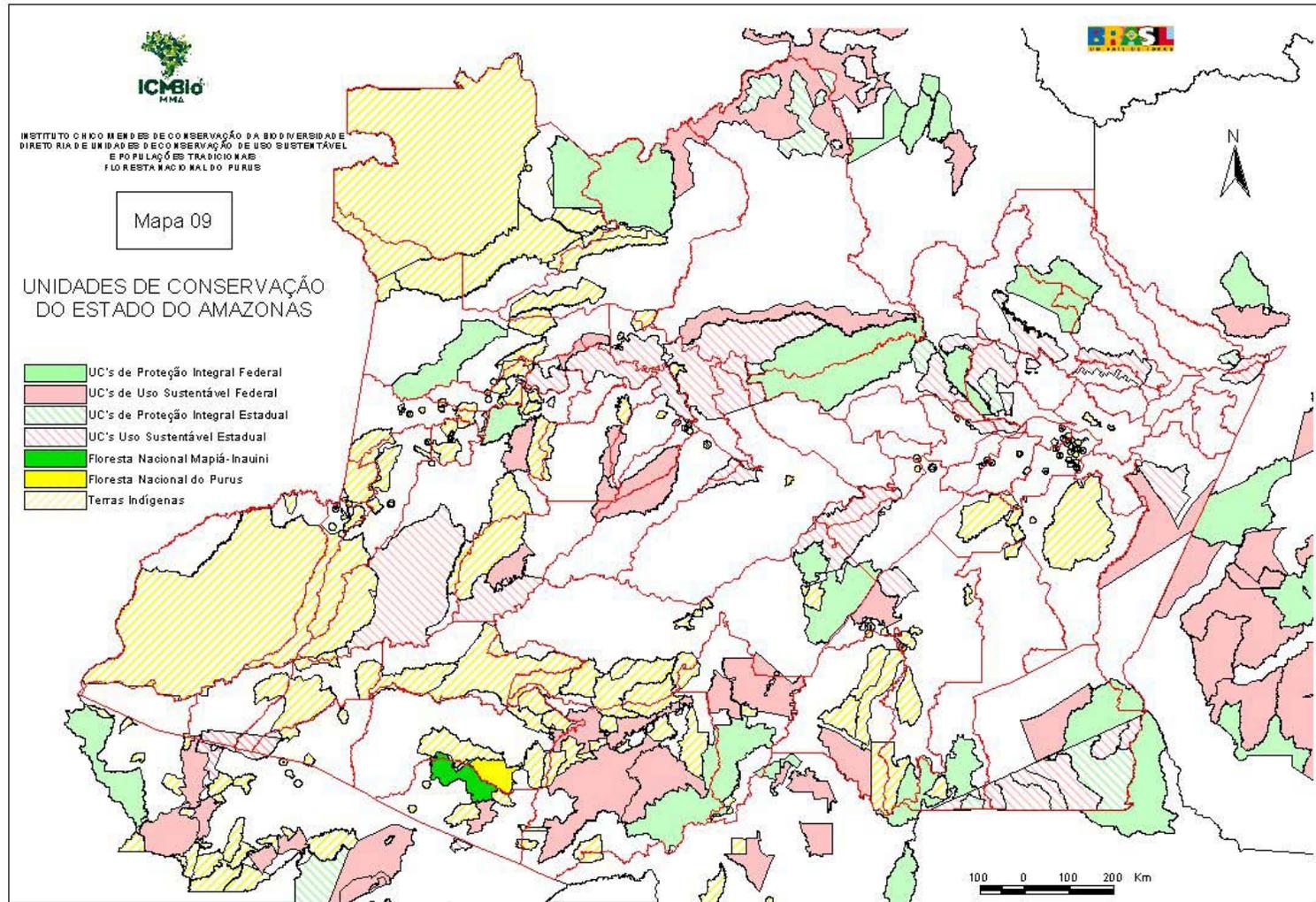
**Figura 4** – Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas por categoria  
**FONTE:** AMAZONAS (2005)

A tabela 5 mostra que praticamente metade da área do estado do Amazonas esta contemplada por áreas protegidas, através de Unidades de Conservação Federal, Estadual ou Terras Indígenas. O mapa 09 apresenta da distribuição espacial das terras protegidas dentro do Estado.

**Tabela 5** – Áreas protegidas do estado do Amazonas

<b>TIPO</b>	<b>ÁREA (ha)</b>	<b>ÁREA DO ESTADO (%)</b>
Unidades de Conservação Federais	17.479.264	11,1
Unidades de Conservação Estaduais	15.334.168	9,6
Terras Indígenas	45.985.930	29,2
<b>Total</b>	<b>78.799.362</b>	<b>49,9</b>

**FONTE:** AMAZONAS (2005)



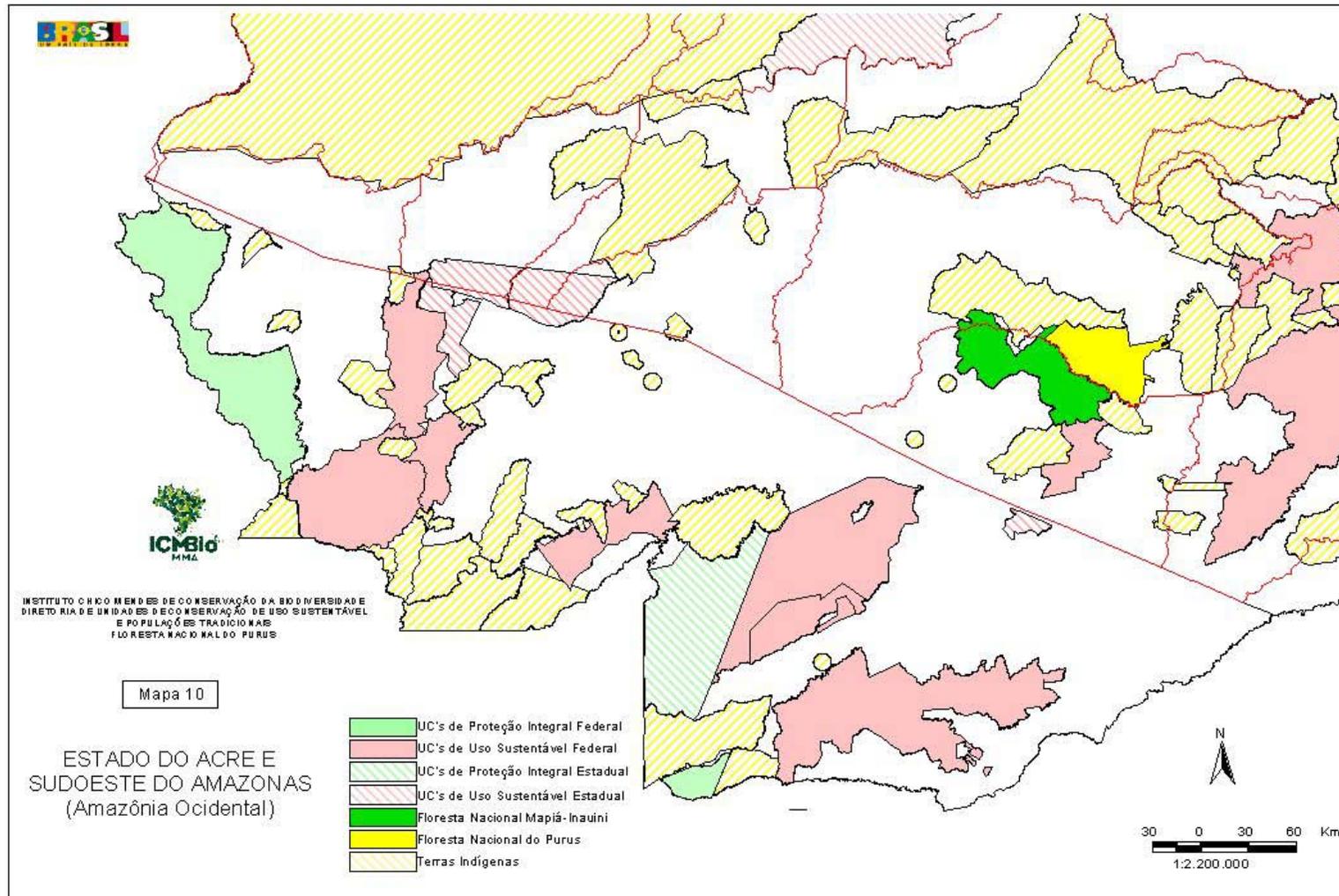
Mapa 9 – Unidades de Conservação do Estado do Amazonas

### **2.2.3. Mosaico de Áreas Protegidas do Médio e Alto Purus**

Na região do Alto e Médio Purus, que pra esse estudo compreende a região entre os municípios de Santa Rosa do Purus/AC e Pauini/AM, abrangendo parte do estado do Acre e parte do sudoeste do Amazonas, onde também está localizada, entre outras Unidades, a Floresta Nacional do Purus, existe um conjunto de áreas protegidas formado por Unidades de Conservação federais e estaduais e por várias Terras Indígenas. Considerando as Unidades estaduais e federais localizadas neste recorte e criadas até agosto de 2006, contabilizam-se duas Unidades de proteção integral, sendo um Parque Estadual e uma Estação Ecológica; e 10 de uso sustentável: cinco Florestas Nacionais e uma Floresta Estadual, três Reservas Extrativistas e uma Área de Relevante Interesse Ecológico. O mapa 10 mostra a distribuição espacial das áreas protegidas

O ICMBio está conduzindo outros processos para criação de Unidades de Conservação na região. Além disso, o governo do estado do Acre está propondo a criação de novas Unidades estaduais.

Esse mosaico de áreas protegidas é de fundamental importância para a preservação de significativas amostras dos ecossistemas da região, que sofrem forte pressão do avanço da fronteira agropecuária, da grilagem de terras e da exploração predatória de madeira.



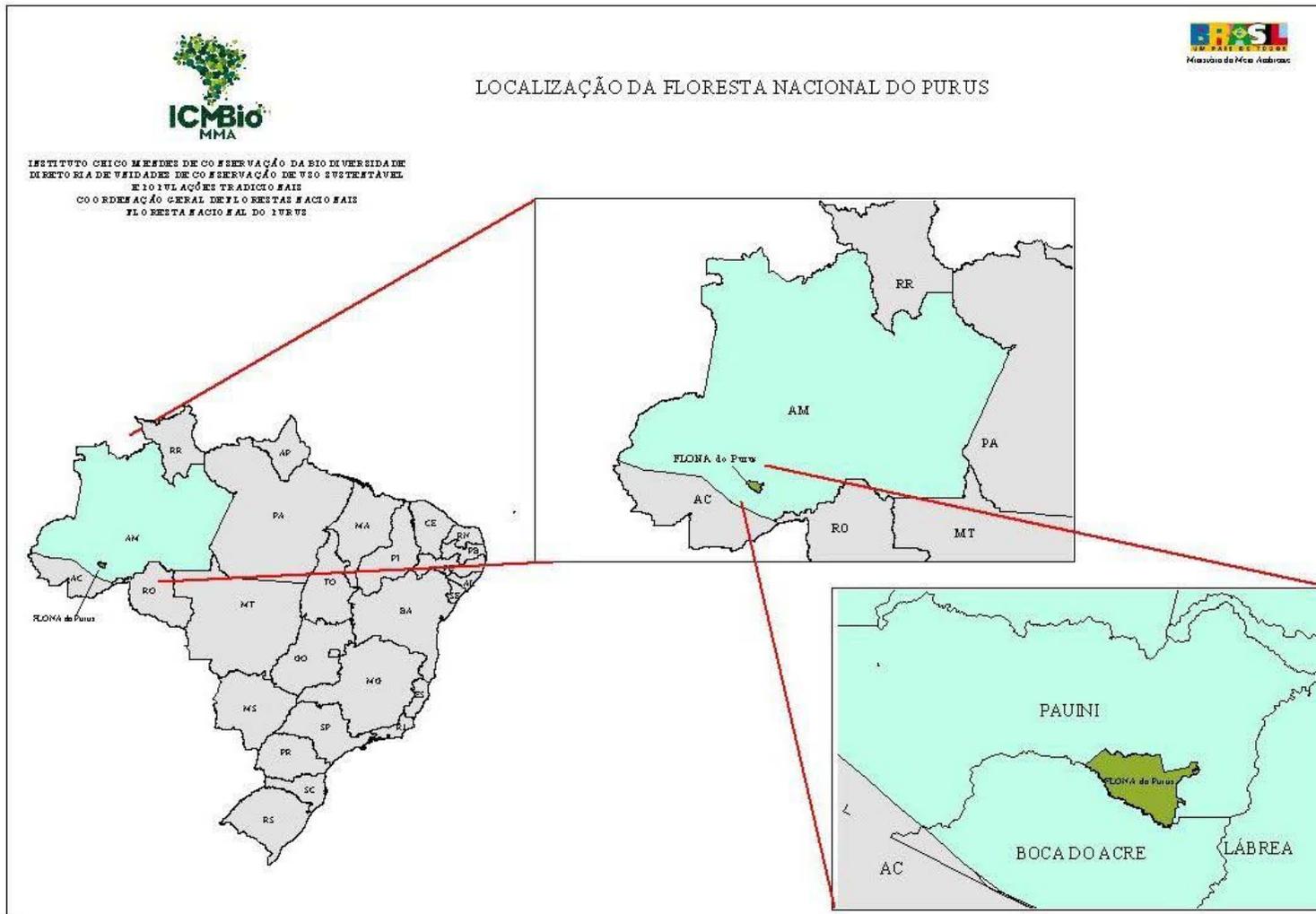
Mapa 10 – Estado do Estado Acre e Sudoeste do Amazonas (Amazônia Ocidental)

### 2.3. Contexto Local

A Floresta Nacional do Purus está localizada totalmente no município de Pauini, no estado do Amazonas, no chamado Arco do Desmatamento ou do Povoamento Adensado (mapa 11). Foi criada durante a gestão do governo José Sarney, no Programa Nossa Natureza, em 1988. Naquela época, a pressão pela ocupação das terras na região era muito grande. Com o avanço da fronteira agropecuária, grandes áreas vinham sendo desflorestadas para a formação de pastagens. Muitas vezes a forma de ocupação das glebas era através da grilagem de terras; gerando, além da devastação de parte da Floresta Amazônica, conflitos entre os ocupantes. Outra preocupação iminente era a pressão crescente pela exploração madeireira sem nenhum tipo de planejamento, predominantemente próximo das margens dos rios, para favorecer o seu escoamento. Em geral, as madeiras nobres eram selecionadas e cortadas sistematicamente, sem nenhuma preocupação com o uso sustentável e com outros impactos sobre a floresta. Portanto, a criação da Unidade significou uma importante estratégia para atenuar os problemas gerados pela exploração desordenada.

Centenas de moradores vivem no interior ou no entorno da Unidade, onde garantem a sobrevivência, sobretudo através do extrativismo (castanha, borracha e pesca) e da agricultura de subsistência. Grande parte dessa população são descendentes dos chamados "Soldados da Borracha", que migraram de várias regiões do país, principalmente do nordeste, atraídos pelos incentivos governamentais na luta para aumentar a produção de borracha dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

A produção de borracha na Amazônia passou por dois ciclos importantes: o primeiro aconteceu em meados do século XIX e início do século XX, e o segundo aconteceu durante a II Guerra Mundial. Sempre que houve a queda da produção de seringa (látex), houve uma emigração acentuada da Floresta, permanecendo ali as famílias que não tinham condições de ir buscar melhores condições em outras regiões. Elas tomaram posse de parcelas de terras dos grandes seringais, denominadas colocações, para a sua subsistência e perpetuação das atividades extrativistas.



Mapa 11 – Localização da Floresta Nacional do Purus

### 2.3.1. Histórico da Unidade

A Floresta Nacional do Purus foi criada em 21 de junho de 1988 pelo Decreto 96.190 assinado pelo Presidente José Sarney, no âmbito das ações promovidas, como já foi dito, pelo Programa Nossa Natureza do Governo Federal.

Para contextualizar historicamente o ato de criação da Floresta Nacional do Purus é importante ter em consideração dois fatos marcantes na época. O primeiro foi a chamada “crise da dívida externa da América Latina”, que teve lugar durante a década de oitenta. Estabeleceu-se nessa época, através do Banco Mundial, um longo e difícil processo de negociação entre os países credores e os países em desenvolvimento. Dentro de um processo de desenvolvimento desigual, estes países acumularam dívidas que se tornavam impagáveis. Por isso, entre outros motivos, a década de oitenta ficou conhecida, nos meios econômicos mundiais, como a “década perdida”. O Brasil, na ocasião, detinha uma das maiores dívidas externas do planeta, chegando a pedir moratória em 1987. Essa conjuntura mundial influenciou indireta, mas decisivamente, a criação da Floresta Nacional do Purus.

O segundo fato importante naquela conjuntura mundial, que também contribuiu indireta, mas decisivamente para a criação da Floresta Nacional, foi a publicação em 1987 do Relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Bruntlandt pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD, 1988). A CNUMAD fora criada em 1982, em meio às comemorações de dez anos da Conferência de Estocolmo, que fora realizada em 1972. Esta havia chamado a atenção das autoridades mundiais, pela primeira vez, para a crise ambiental que o planeta já enfrentava, demarcando o despertar da moderna consciência ambientalista mundial. No contexto de dez anos depois de Estocolmo, a missão da CNUMAD, a partir de 1982, seria estudar, durante cinco anos, em todo o mundo, as relações entre meio ambiente e desenvolvimento. Assim, até 1987, representantes da CNUMAD visitaram diversos países em todos os continentes, procurando elementos para uma avaliação mais acurada da situação ambiental real do planeta e das premissas para garantir vias sustentáveis para o desenvolvimento mundial. Suas conclusões foram publicadas no Relatório Nosso Futuro Comum, em 1987, mas, desde antes, já vinham sendo divulgadas questões importantes para o planeta, que foram incorporadas ao Relatório, como as mudanças climáticas, por exemplo. Entre as recomendações do Relatório Bruntlandt se destaca, para nós, a importância da conservação da Amazônia.

Em reunião do G-7 realizada em Tóquio no final da década de 80, a CNUMAD apresentou as conclusões expressas no Relatório Brundtland. Estavam ali reunidos, entre outros chefes de Estado, Helmut Köll da Alemanha, Margareth Thatcher da Inglaterra e George Bush dos Estados Unidos. Este último chegou a declarar à imprensa, após o encerramento da reunião, que a questão ambiental seria a mais importante para a humanidade no final do século XX. Além das fortes argumentações científicas disponibilizadas pela CNUMAD, esses governantes também enfrentavam em seus países, na época, significativas pressões da opinião pública, no sentido de responsabilizá-los pela busca de soluções concretas para a crise ecológica do planeta, incluindo-se nisso, a conservação da Amazônia.

Todos esses fatores entraram, então, para a mesa de negociações da dívida externa brasileira. Os países credores passaram a colocar, como condicionantes para a rolagem da dívida brasileira, diversas exigências de ordem ambiental, entre as quais, o aumento dos gastos nacionais na pauta de meio ambiente e a ampliação das áreas protegidas na Amazônia. Essa imposição pelos credores de ampliação das áreas protegidas na Amazônia foi decisiva para a criação da Floresta Nacional do Purus.

Foi em razão dessas pressões, que se estabeleceu, no Governo Sarney, o Programa Nossa Natureza. Tinha o propósito de criar, em apenas dois anos, alguns milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia. Pressionado pela área econômica, que precisava de resultados na área ambiental para assegurar a rolagem da dívida nacional, o Programa Nossa Natureza criou, em apenas dois anos, dezesseis Florestas Nacionais na Amazônia. Assim, o referido programa se desenvolveu dentro de um contexto açodado pelas pressões de rolagem da dívida externa. E nesse contexto, não se puderam tomar todos os cuidados normalmente exigidos para a criação de Unidades de Conservação.

Sabia-se genericamente, que a região de Boca do Acre, na época, já vinha sofrendo um processo de conversão de áreas de floresta em pastagens. Portanto, seria estratégica a criação de uma Floresta Nacional nessa região pertencente ao vale do rio Purus – daí o nome da Unidade. Mas para a criação da Floresta Nacional, dado o contexto descrito acima, contaram-se apenas com dados secundários. Os dados disponibilizados pelo Incra sobre a região, no entanto, eram desatualizados, datando de 1981 (tais dados foram resgatados para a elaboração deste Plano de Manejo). Observa-se, confrontando o traçado do contorno da Floresta Nacional do Purus com esses dados de títulos definitivos disponibilizados pelo Incra, que os técnicos do Programa Nossa Natureza tomaram todos os cuidados possíveis para evitar quaisquer

sobreposições da nova Unidade de Conservação com áreas tituladas, representativas de ocupação humana. A intenção, certamente, era evitar futuros conflitos fundiários.

Os dados secundários disponibilizados pelo Incra na época da criação da Floresta Nacional eram desatualizados e, naquela conjuntura pressionada pelas necessidades da área econômica, havia também, a impossibilidade de realização de levantamentos em campo nas imensas e remotas áreas da Amazônia que estavam sendo colocadas sob regime de conservação ambiental. Com essas limitações, comunidades tradicionais ribeirinhas da margem esquerda do rio Inauini ficaram localizadas no interior da Unidade, além de uma comunidade bastante peculiar, a Vila Céu do Mapiá, junto ao centro geométrico do polígono da Unidade de Conservação, próximo às cabeceiras do igarapé Mapiá.

Essa comunidade formada por populações tradicionais amazônidas e por pessoas provenientes de centros urbanos, havia sido ali colocada cinco anos antes da criação da Floresta Nacional, num processo conduzido pelo Incra, em 1982/83, para reassentamento de colonos removidos de outra área. Como esse processo de reassentamento conduzido pelo Incra, até então, não havia sido formalizado, os técnicos do Programa Nossa Natureza não puderam receber qualquer informação sobre a existência desse grupo populacional na área. A peculiaridade dessa população é que se caracterizava como uma *comunidade intencional*. Esta comunidade se organizou tendo em vista o exercício da religião do Santo Daime - um movimento espiritualista autóctone da Amazônia, que se baseia num conhecimento etnobotânico ancestral da floresta. A comunidade tinha, desde sua origem, a vocação declarada de atrair adeptos para realizar uma experiência ântropo-ecológica peculiar: reunir um povo para viver dentro da floresta, com a floresta, em devoção à floresta.

O processo histórico de criação da Floresta Nacional do Purus, portanto, resultou na sobreposição da área da Floresta Nacional com uma comunidade florestal atípica. Esta situação de sobreposição criada por acaso, mas historicamente estabelecida, trouxe para a Floresta Nacional do Purus, um aspecto que lhe distingue das demais Unidades do Sistema: o trabalho de preservação de um patrimônio etnobotânico ancestral da Amazônia. E o aspecto de intencionalidade dessa comunidade traz um conjunto de fatores culturais peculiares, que se tornam interessantes para a Política Nacional de Meio Ambiente. Como a intenção da população local é protagonizar uma experiência de convívio harmonizado com a Floresta Amazônica, pode se tornar de grande interesse para a Política Nacional de Meio Ambiente em geral e das Florestas Nacionais, em particular.

Assim, a título de análise do legado histórico do processo de criação da Floresta Nacional do Purus, em razão desse aspecto antropológico peculiar, que resultou fortuitamente desse processo, estabelece-se uma significância especial para a Floresta Nacional do Purus, no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: a preservação de uma herança etnobotânica ancestral da Floresta Amazônica. Esta significância especial da Floresta Nacional do Purus traz intrínseca uma *vocação*, que, portanto, também foi legada fortuitamente pelo seu processo histórico de criação: constituir um Laboratório Sócio-Ambiental, onde possam ser realizadas experiências para um convívio mais harmonizado e sustentável entre o homem e a Amazônia, conforme já vem acontecendo na área. Tal convívio mais harmonizado e sustentável com a floresta poderá ser dinamizado através do Plano de Manejo e as experiências positivas poderão ser difundidas para outras áreas do bioma, através de políticas públicas adequadas, integradas à Política Nacional de Meio Ambiente.

### **2.3.2. Acessos**

Para acessar a Floresta Nacional do Purus é necessário deslocamento até o município de Boca do Acre – AM, onde fica a sede da Unidade. Esse acesso se dá pela BR 317 que liga o referido município a Rio Branco/AC, com uma distância de 210 km. Apenas uma parte da rodovia é pavimentada. O trecho não pavimentado dificulta o deslocamento, principalmente no período chuvoso, de outubro a abril, quando a estrada, eventualmente, pode até ficar obstruída por dias.

A partir de Boca do Acre o transporte é feito exclusivamente por meio fluvial, através do rio Purus, navegável o ano todo, consumindo-se duas horas em voadeira com motor de 40 hp para chegar ao rio Inauini ou até o igarapé Mapiá, cerca de mil metros a jusante. Para acessar a Vila Céu do Mapiá, situada nas proximidades do centro geométrico do polígono que circunscreve a Floresta Nacional, utiliza-se o igarapé Mapiá, onde somente transitam pequenas embarcações (canoas ou voadeiras). Na época de cheias (dezembro a abril) ainda transitam voadeiras com motor de popa, consumindo cerca de três horas até o povoado. No período seco a navegação torna-se mais difícil, em função da redução do nível fluviométrico dos rios e igarapés. Durante todo esse período só é possível o acesso fluvial através de embarcações com canoa de rabeta, consumindo de quatro a seis horas de viagem, conforme o nível de água presente no igarapé.

Em agosto de 2005 foi aberto um ramal, ligando a margem do rio Purus até a Vila Céu do Mapiá, o qual somente é transitável na época seca. Esse ramal de 46 km tem substituído o tráfego no igarapé durante o período seco, em vista de suas águas virem se tornando mais rasas a cada ano, tornando inviável o trânsito nos meses de agosto a outubro, mesmo em canoas. O trânsito de cargas e passageiros no ramal é realizado através de automóveis tipo perua, consumindo três horas, em média, para percorrer um trajeto de apenas 40 km. Isto acontece em vista da inexistência de qualquer tipo de pavimentação e drenagem, que o torna especialmente esburacado, e em vista de sua implantação, pois foram preservadas todas as árvores possíveis, resultando num percurso extremamente sinuoso.

Já o rio Inauini é navegável o ano todo (com dificuldades no período seco), facilitando o acesso. No interior da Floresta Nacional, o deslocamento pelos igarapés é facilitado no período da cheia, mas fica bastante prejudicado durante o verão amazônico.

### 3. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Para a construção do Plano de Manejo, como já foi dito, foram realizados diversos estudos em campo visando caracterizar a Unidade. Os estudos foram feitos, se não em todos, mas em diversos aspectos que irão servir para nortear as atividades de gestão e implementação da Floresta Nacional. Para isso, são abordados temas como: características do meio físico, composição da flora, levantamento do potencial madeireiro, estudos sobre a fauna, caracterização dos aspectos sócio-econômicos e de que forma se dá uso e ocupação do solo.

A seguir são apresentados esses resultados.

#### 3.1. Ficha Técnica da Floresta Nacional do Purus

Nome da Floresta Nacional: FLORESTA NACIONAL DO PURUS
Endereço da sede: Rua Cecília Leite, 67. Platô do Piquiá Boca do Acre – AM. CEP: 69.850-000
Telefone/Fax: (97) 3451 2229
E-mail:
Área: 256.000 hectares (decreto); 256.116 hectares (georreferenciado)
Perímetro: 376,82 km (georreferenciado). Não consta no decreto.
Municípios abrangidos: Pauini
Estado: Amazonas
Coordenadas geográficas: Latitude: 08° 01' 40" S a 08° 34' 47" S    longitude: 68° 04' 09" W a 67° 16' 23" W
Decreto de Criação: Decreto no. 96.190 de 21 de Junho de 1988.
Marcos geográficos importantes: Fica situada margem esquerda do rio Inauini, rio este que faz limite entre os municípios Boca do Acre e Pauini. Abrange a totalidade da bacia do Igarapé Mapiá e parte da bacia do rio Teuini. O rio Inauini, Teuini e o Igarapé Mapiá são afluentes da margem esquerda do rio Purus
Bioma: Floresta Amazônica
Tipologia Florestal Predominante: Floresta Ombrófila Densa
Acesso: Fluvial, através dos rios Purus e Inauini. A partir do município de Boca do Acre – AM desloca-se pelo rio Purus (descendo) até a Foz do Rio Inauini ou do Igarapé Mapiá. Segue-se pelo rio Inauini (subindo) até a foz do Igarapé Solidão na sua margem esquerda, onde se inicia a Floresta Nacional do Purus. Subindo Igarapé Mapiá, os limites da Unidade começa um pouco depois da Fazenda São Sebastião.
Atividades conflitantes: Caça, pesca e extração ilegal de madeira.

### 3.2. Situação Geográfica

A Floresta Nacional do Purus é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, criada pelo Decreto Federal No. 96.190 de 21 de Junho de 1988, com uma área de 256.116 hectares de extensão e um perímetro de 376,82 km, embora o decreto de criação mencione uma área de 256.000 hectares e não cita seu perímetro. Localizada na Amazônia Ocidental, no município de Pauini, no Estado do Amazonas, situa-se na margem esquerda do rio Inauini, iniciando a partir da foz do igarapé Solidão no ponto de coordenadas geográficas a 8°32'42" S e 67°27'36" W estendendo-se a montante do referido rio, com os seguintes limites e confrontações: a Sul-Sudoeste com a margem esquerda do rio Inauini; a Norte-Noroeste com a Terra Indígena Inauini/Teuini e margem direita do rio Teuini; e de Nordeste a Sudeste com a margem esquerda do rio Purus e terras particulares. O limite natural entre a Floresta Nacional do Purus e a Mapiá-Inauini é feito pelo rio Inauini. Pertence a Bacia Hidrográfica do Rio Purus e se estende latitudinalmente entre as coordenadas geográficas 08° 01' 40" S a 08° 34' 47" S e longitudinalmente 68° 04' 09" W a 67° 16' 23" W.

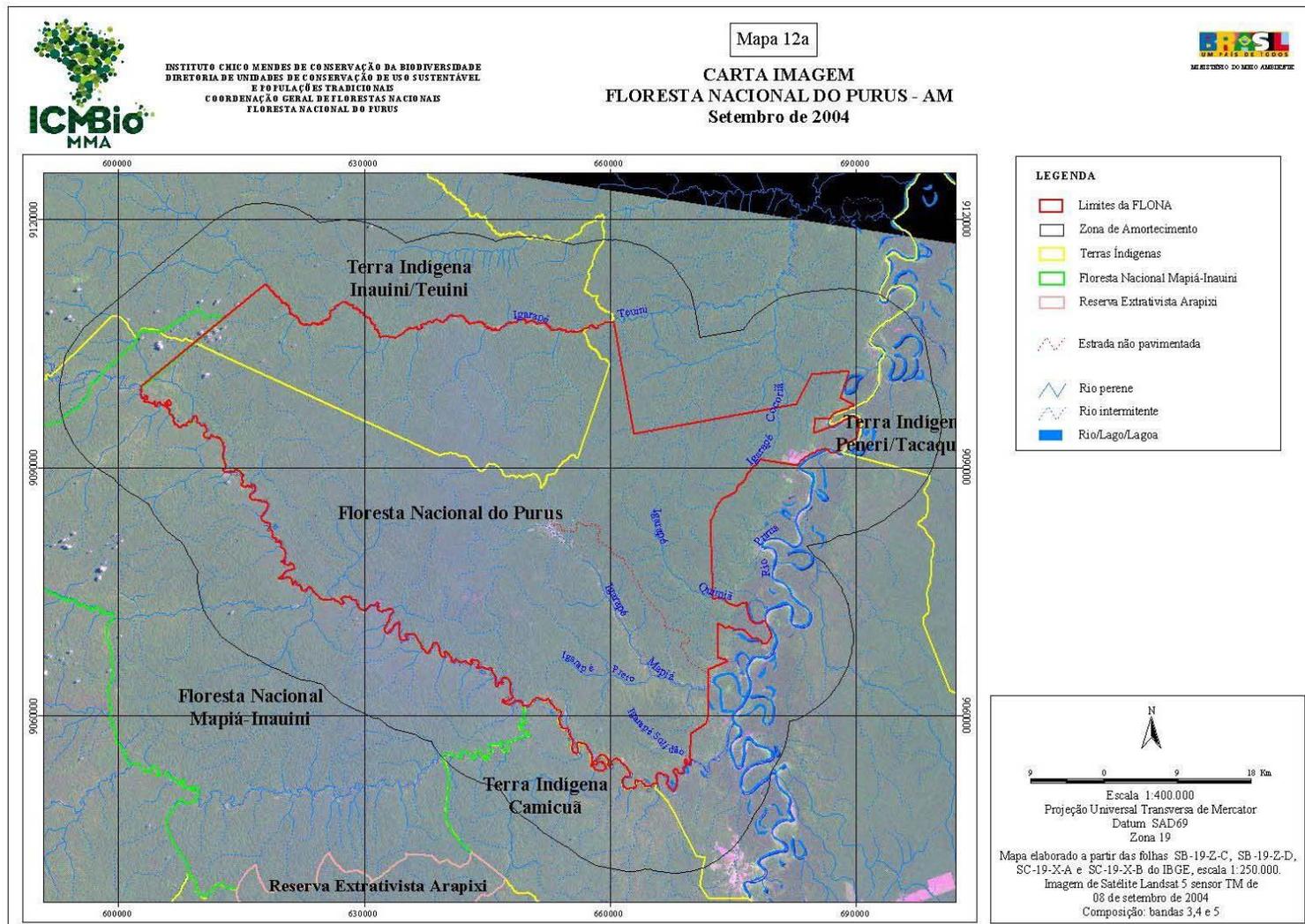
De acordo com o parágrafo único do artigo 1° do decreto de criação, a Unidade possui o seguinte memorial descritivo:

"Partindo do ponto situado a 8°25'02" de latitude Sul e 67°22'10" de longitude Oeste, localizado na desembocadura do Igarapé Salpico, no Rio Purus, sobe-se o igarapé acima mencionado pela sua margem esquerda no sentido Sudoeste e depois Noroeste, cerca de 7.550m aproximadamente, até o ponto situado a 8°23'46" de latitude sul e 67°25'45" de longitude Oeste; deste, deflete à esquerda, por uma linha seca e reta, no azimute 180°00', cerca de 4.420m até o ponto situado a 8°26'10" de latitude sul e 67°25'45" de longitude Oeste, localizado à margem esquerda do Igarapé do Alarme, limitando-se nesta linha com terras do Seringal São Joaquim; daí, cruza-se esse Igarapé e desce-se pela sua margem direita cerca de 1.150m aproximadamente, até o ponto situado a 8°26'19" de latitude Sul e 67°25'09" de longitude Oeste; daí, deflete à direita, por uma linha seca e reta, no azimute de 248°00', cerca de 2.400m até o ponto situado a 8°26'48" de latitude Sul e 67°26'21" de longitude Oeste, limitando-se nesta linha com terras do Seringal Mapiá; deste, deflete à esquerda, por uma linha seca e reta, no azimute de 180°00', cerca de 5.400m até o ponto situado a 8°29'45" de latitude Sul e 67°26'21" de longitude Oeste, limitando-se nesta linha com terras do Seringal Mapiá; deste, deflete à direita, por uma linha seca e reta, no azimute de

240°30', cerca de 2.400m até o ponto situado a 8°30'24" de latitude Sul e 67°27'31" de longitude Oeste, localizado à margem direita de um Igarapé sem denominação, limitando-se nesta linha com terras do Seringal São Luiz; deste, deflete à esquerda, por uma linha seca e reta, no azimute de 180°00' cerca de 1.400m até o ponto situado a 8°31' de latitude Sul e 67°27'31" de longitude Oeste, limitrofe do Seringal São Leopoldo; deste, deflete à direita, por uma linha seca e reta, no azimute de 184°00', cerca de 3.000m até o ponto situado a 8°32'42" de latitude Sul e 67°27'36" de longitude Oeste, localizado à margem esquerda do Rio Inauini, limitando se nesta linha com terras do Seringal São Leopoldo. Daí, sobe-se este Rio, pela sua margem esquerda, no sentido geral sudoeste e depois Noroeste, cerca de 135.900m aproximadamente, até o ponto situado a 8°08'23" de latitude Sul e 68°04'10" de longitude Oeste, localizado junto ao limite dos 100km (cem quilômetros) estabelecidos pelo Decreto-lei n.º 1.164/71, margem direita da Rodovia Transamazônica, nas proximidades da cidade de Boca do Acre; deste ponto, segue-se por uma linha seca e reta (limite do Decreto-lei n.º 1.164/71), no azimute de 51°00', cerca de 20.000m aproximadamente, até o ponto situado a 8°01'42" de latitude Sul e 67°55'59" de longitude Oeste, localizado à margem direita do Rio Teuini; deste, desce pela margem citada, no sentido geral Leste, cerca de 50.800m aproximadamente, até o ponto situado a 8°04'04" de latitude Sul e 67°32'43" de longitude Oeste, localizado junto ao limite do Seringal Tupi; deste, segue-se por uma linha seca e reta, no azimute de 169°31'00, cerca de 13.700m até o ponto situado a 8°11'22' de latitude Sul e 67°31'22" de longitude Oeste; deste, deflete à esquerda e segue-se por uma linha seca e reta (limite do Seringal Tupi), no azimute 79°33', cerca de 20.200m até o ponto situado a 8°09'23" de latitude Sul e 67°20'37" de longitude Oeste; deste, deflete à esquerda e segue-se por uma linha seca e reta no azimute 27°31', cerca de 4.130m até o ponto situado a 8°07'24" de latitude Sul e 67°19'35" de longitude Oeste; deste, deflete à direita e segue-se por uma linha seca e reta no azimute de 82°14', cerca de 4 570m até o ponto situado a 8°07'12" de latitude Sul e 67°17'07" de longitude Oeste, limitando-se nesta linha com terras do Seringal Volta da França; deste, deflete à direita e segue-se por uma linha seca e reta, no azimute 197°17', cerca de 3.380m até o ponto situado a 8°08'58" de latitude sul e 67°17'40" de longitude Oeste, limitando-se nesta linha com terras do Seringal Vitória dos Afogados; deste, deflete à esquerda e segue-se por uma linha seca e reta no azimute de 116°34', cerca de 2.250m até o ponto situado a 8°09'31" de latitude Sul e 67°16'34" de longitude Oeste, localizado à margem esquerda do Rio Purus; deste ponto, subindo este rio pela sua margem citada,

no sentido Sudeste, cerca de 3.950m aproximadamente, até o ponto situado a 8°10'19" de latitude sul e 67°18'17" de longitude Sul, limítrofe do Seringal São Romão; deste, segue-se por uma linha seca e reta, no azimute de 271°51', cerca de 1.950m até o ponto situado a 8°10'17" de latitude sul e 67°19'19" de longitude Oeste; deste, deflete à esquerda e segue-se por uma linha seca e reta, no azimute 185°37', cerca de 1.900m até o ponto situado a 8°11'18" de latitude Sul e 67°19'25" de longitude Oeste; deste, deflete outra vez à esquerda e segue-se por uma linha seca e reta, no azimute 79°42', cerca de 2.050m até o ponto situado a 8°11'06" de latitude Sul e 67°18'19" de longitude Oeste localizado à margem esquerda do Rio Purus, limitando-se nessas 3 (três) últimas linhas com terras do Seringal São Romão; deste, sobe-se o Rio Purus pela sua margem esquerda no sentido Nordeste, Sul e depois Sudoeste, cerca de 13.500m aproximadamente, até o ponto situado a 8°13'25" de latitude Sul e 67°20'16" de longitude Oeste, limítrofe do Seringal São Miguel; deste, segue-se por uma linha seca e reta, no azimute 278°21', cerca de 4.420m até o ponto situado a 8°13'04" de latitude Sul e 67°22'39" de longitude Oeste, localizado à margem direita do Igarapé Cacorian; deste, sobe-se este igarapé pela sua margem direita, cerca de 10.600m aproximadamente até o ponto situado a 8°17'07" de latitude sul e 67°26'17" de longitude Oeste; deste, segue-se por uma linha seca e reta, no azimute 177°45', cerca de 9.350m até o ponto situado a 8°22'12" de latitude Sul e 67°26'05" de longitude Oeste, localizado à margem esquerda do Igarapé Quimiã, limitando-se nesta linha com terras do Seringal São Miguel; deste, cruza-se este igarapé e desce-se pela sua margem direita cerca de 4.600m até o ponto situado a 8°22'51" de latitude Sul e 67°23'58" de longitude Oeste, localizado na desembocadura do referido igarapé, com o lago do mesmo nome; deste, segue-se pela margem desse lago, no sentido Sudeste e depois Nordeste, cerca de 3.800m até o ponto situado a 8°23'39" de latitude Sul e 67°22'45" de longitude Oeste, localizado no final deste lago; deste, segue-se por uma linha seca e reta, no azimute 77°00', cerca de 400m até o ponto situado a 8°23'36" de latitude Sul e 67°22'32" de longitude Oeste, localizado à margem esquerda do Rio Purus; deste, sobe-se este rio no sentido Sudeste; cerca de 2.600m até o ponto situado a 8°25'02" de latitude Sul e 67°22'10" de longitude Oeste, localizado na desembocadura do Igarapé do Salpico, ponto inicial do presente memorial descritivo."

Os mapas 12a e 12b mostram as cartas imagem da Unidade nos anos de 2004 e 2005, respectivamente, identificando seus limites e as áreas protegidas limítrofes.



**Mapa 12a** – Carta de Imagem da Floresta Nacional do Purus (setembro de 2004)



### 3.3. Situação Fundiária

O Decreto de criação da Floresta Nacional do Purus estabelece nos termos do art. 4º que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (órgão que foi incorporado à estrutura do IBAMA pela lei nº 7.735/1989) entrará em entendimento com os órgãos competentes da União (nesse caso com o INCRA), visando a transferência da área de que compõe a Floresta Nacional. Tal condição foi reforçada pelo art. 17, § 1º, da Lei Nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação onde reza que *"a Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispões a Lei"*.

Ainda, de acordo com a mesma lei, em seu artigo 17, § 2º, diz que *"é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da Unidade"*. A permanência de populações tradicionais em Unidades de Conservação é estabelecida através de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

De acordo com documento encaminhado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a área compreendida pela Floresta Nacional do Purus abrange as terras da Gleba Puruini, que foi objeto de discriminatória administrativo (aprovado pela Portaria/INCRA/DF/Nº 088 de 25 de maio de 1981), arrecadada e matriculada em nome da União. A Gleba Puruini foi registrada em nome da União Federal no Cartório do Judicial e Anexos – Termo de Pauini/AM, no livro 2 de Registro Geral, às folhas 133/134, sob nº de ordem 131, data de 01/09/1981. Através do referido documento, o INCRA informa que após a arrecadação e matrícula em nome da União, foram outorgados documentos de titulação (Licença de Ocupação) a vários ocupantes (posseiros) da área, que ficaram na expectativa de receber os Títulos Definitivos de suas posses, o que não chegou a ocorrer. Como a Licença de Ocupação tem um prazo de validade definido, vários moradores apresentaram tal Licença vencida.

O documento apresentado pelo INCRA informa ainda que, por falha no levantamento de campo e nas pesquisas de cartório, durante o procedimento discriminatório, alguns imóveis com registro de propriedade dentro do polígono em discriminatória deixaram de ser constatados, ficando, em consequência disso, englobados na área arrecada (área da Floresta Nacional). A tabela 06 apresenta esses imóveis com seus presumíveis proprietários.

**Tabela 6** – Relação dos imóveis com registro de propriedades dentro do polígono da Floresta Nacional do Purus.

IMÓVEL	ÁREA	SUPOSTO PROPRIETÁRIO
Solidão	400,0 ha	Abrahim Isper Júnior (Herdeiro)
Cajueiro	400,0 ha	Abrahim Isper Júnior (Herdeiro)
Igarapé Preto	500,0 ha	Abrahim Isper Júnior (Herdeiro)
Pindo	500,0 ha	Abrahim Isper Júnior (Herdeiro)
Novo Oriente	1.290,0 ha	Abrahim Isper Júnior (Herdeiro)
T.D. Novo Oriente	2.890,0 ha	Antônio Couto e Silva (Herdeiro)

**FONTE:** Documento interno do INCRA (08 de junho de 1992)

T.D. – Título Definitivo

Em consulta realizada no Cartório do Judicial de Boca do Acre – AM não foi encontrado nenhum registro de imóveis, escritura pública ou qualquer outro documento de comprovação dominial de imóveis inseridos na Floresta Nacional do Purus. Entretanto, faz-se necessário consultar os cartórios dos municípios de Pauini-AM, Lábrea – AM e de Manaus.

O Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM, atendendo à consulta do Ibama, informou que existem alguns Títulos Definitivos dentro da Floresta Nacional do Purus, conforme tabela 07. No entanto, ao confrontar os dados do mapa fornecido pelo ITEAM com os limites reais (definidos pelo decreto de criação) da Floresta Nacional, constatou-se que **apenas o imóvel denominado São Romão localiza-se dentro dos limites da Floresta Nacional**, os demais estão na área de entorno. Além disso, os moradores locais não conhecem ninguém que possui Título Definitivo naquela localidade. Portanto, é necessário fazer um levantamento mais minucioso para comprovar a situação do referido imóvel.

**Tabela 7** – Lista títulos definitivos que, de acordo com o ITEAM, estão dentro da Floresta Nacional do Purus.

IMÓVEL	ÁREA	SUPOSTO PROPRIETÁRIO
Volta da França	2.974,58 ha	Augusto R. Pinheiro
Mapiá	1.414,99	José Delphino de Lima
São Joaquim	1.692,93 ha	José Barbosa da Silva
Vit. Do Afogado	1.037,66 ha	José Barbosa da Silva
São Romão	265,05 ha	Cândido Guerreiro de Brito
Seringal Tupy	27.050,64 ha	Antônio Joaquim Ribeiro

**FONTE:** Ofício ITEAM (2006).

Na porção Noroeste há uma sobreposição entre os limites da Floresta Nacional do Purus com a Terra Indígena Inauini/Teuini de 68.000 ha, que corresponde a 14% da área total da Floresta Nacional. Essa área está descrita com maiores detalhes no

capítulo sobre zoneamento e foi identificada como Zona de Sobreposição com Terra Indígena. Não foram verificados conflitos em função da sobreposição; apesar disso, no Subprograma de Regularização Fundiária serão previstas ações para solucionar essa questão.

Portanto, faz-se necessário um levantamento mais detalhado da situação fundiária da área, para confirmar a validade dos Títulos emitidos, localizar os atuais proprietários (se houver), verificar em cartórios de registros de imóveis de outros municípios (vizinhos) e também junto ao ITEAM a possível existência de documentos que comprovem domínio de alguma área de propriedade particular, para que sejam tomadas as providências necessárias à regularização fundiária, cujas ações serão previstas no Subprograma de Regularização Fundiária.

Além disso, para a implementação do Plano de Manejo da Unidade, é imprescindível que toda área esteja matriculada em nome do ICMBio, principalmente para que se proceda a concessão de posse e uso às famílias tradicionais residentes e para concessão da exploração de produtos e serviços florestais, na forma da Lei N.º 11.284, de 02 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de Florestas Públicas, fato este que torna a regularização fundiária uma ação emergencial e imprescindível para a gestão e o manejo da Unidade, o que se espera seja concretizado de direito no primeiro ano de vigência do Plano de Manejo.

### **3.4. Meio Físico**

O presente item pretende trazer informações sobre a Unidade no que diz respeito as características do meio abiótico. Foram caracterizados os seguintes aspectos: clima, geomorfologia (relevo), geologia, solos e hidrografia/hidrologia.

A maioria dos dados foram tirados de fontes secundárias, principalmente, do projeto RADAMBRASIL de 1976, que, apesar de ter sido feito há 30 anos, ainda é um dos documentos mais confiáveis sobre a caracterização do meio físico da Amazônia. Outra fonte de dados foi a dissertação de mestrado de Brandão (2005) e do relatório de fauna feito para o presente Plano de Manejo, que trouxe maior clareza sobre a caracterização dos ambientes aquáticos.

### 3.4.1. Clima

O clima da região é classificado genericamente pelo sistema de Köppen como Am, ou seja, tropical úmido com curta estação seca (Carvalho, 1994). Apresenta precipitação média anual entre 2000 e 2250 mm, com o período chuvoso iniciando em outubro e, prolongando-se até maio. O primeiro trimestre do ano é a época mais chuvosa. No trimestre mais seco a precipitação média não atinge 125 mm (BRASIL, 1976).

As precipitações na Amazônia, em geral, ocorrem através de três processos dinâmicos:

- a) convecção diurna resultante do aquecimento da superfície e condições de larga-escala favoráveis;
- b) linhas de instabilidade originadas na costa N-NE do litoral do Atlântico;
- c) aglomerados convectivos de meso e larga escala, associados com a penetração de sistemas frontais (frentes frias) na região S/SE do Brasil e interagindo com a região Amazônica; (Fisch, Marengo & Nobre, 2004)

A amplitude térmica anual da região onde se localiza a Floresta Nacional é pequena, variando a temperatura média durante o ano entre 22°C e 26°C. O período mais quente fica entre os meses de agosto e outubro (BRASIL, 1976).

Na Amazônia, principalmente na sua parte ocidental-meridional onde se localiza a Floresta Nacional, acontece o fenômeno climático chamado *friagem*, onde as temperaturas podem alcançar mínimas inferiores a 10 °C. Isso acontece por causa da entrada da massa Polar Atlântica, geralmente no período menos chuvoso, que compreende os meses de maio a setembro. Já no período quente e chuvoso o regime térmico da região é controlado pelas massas Equatorial Continental e Tropical Continental, não apresentando grande amplitude térmica.

### 3.4.2. Geomorfologia

A Floresta Nacional do Purus apresenta um relevo bastante uniforme, sem acentuados contrastes topográficos, formado principalmente sobre litologias sedimentares da Formação Solimões (BRASIL, 1976). A feição geomorfológica característica da área são os interflúvios tabulares, com topos aplainados, com diferentes ordens de grandeza e de aprofundamento de drenagem (BRASIL, 1976).

Outra forma de relevo encontrada na Unidade, localiza-se ao longo das várzeas dos seus dois principais rios, Purus e Inauini. São áreas formadas por planícies e terraços fluviais, em geral, aplainadas resultante da acumulação fluvial, sujeitas a inundações periódicas, comportando meandros abandonados. São espaços “com ou sem ruptura de declive, a patamar mais elevado, que também comporta meandros abandonados” (BRASIL, 1976)

#### **3.4.2.1. Unidades Morfoestruturais**

Segundo dados do projeto RADAMBRASIL do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM de 1976, a Floresta Nacional do Purus encontra-se sobre duas unidades morfoestruturais: Planície Amazônica e Planalto Rebaixado da Amazônia (Occidental).

##### **a. Planície Amazônica**

Planície são terrenos mais ou menos planos onde os processos de acumulação de sedimentos superam os de degradação (Guerra, 2003). E uma das maiores planícies do mundo é a planície Amazônica. Trata-se uma extensa área que começa nas várzeas do rio Amazonas e se estende por seus principais afluentes, como o rio Purus. A denominação que se dá é a mesma por tratar-se do mesmo processo morfodinâmico de deposição de sedimentos holocênicos, mudando apenas algumas características (BRASIL, 1976). A planície Amazônica é constituída da planície propriamente dita e por, pelo menos, três terraços fluviais: baixos, intermediários e altos (BRASIL, 1976). Os terraços fluviais são superfícies horizontais ou levemente inclinadas, constituída de depósitos sedimentares modeladas pela erosão fluvial, limitadas por dois declives no mesmo sentido (Guerra, 2003).

Os terraços fluviais estendem-se pelas duas margens do rio Purus. Os chamados terraços altos (Etf1) encontram-se na margem direita do referido rio quando passa pela Floresta Nacional. São áreas que caracterizam parte da porção leste da zona de entorno da Unidade. São terrenos que apresentam meandros abandonados sem água e onde há ocorrência de eventuais rupturas de declive que expõem rochas plio-pleistocênicas (BRASIL, 1976).

Os terraços baixos e intermediários (Aptf) estendem por todo o curso do rio Purus e por grande parte dos seus afluentes, como o rio Inauini. Os terraços baixos

são contíguos a planície de inundação, apresentando-se levemente inclinado. Em geral, seus meandros abandonados comportam água, formando lagos de grande importância para as populações locais. Os terraços intermediários apresentam-se descontínuos ao longo do curso do rio Purus, mas observa-se uma clara ruptura altimétrica em relação aos terraços baixos (BRASIL, 1976).

Outra forma de acumulação fluvial encontrada na Floresta Nacional do Purus, é ao longo da várzea do baixo igarapé Mapiá onde existem as planícies fluviais (Apf), com áreas aplainadas, constantemente alagadas, comportando também, assim como a várzea do rio Purus e Inauini, meandros abandonados (BRASIL, 1976). Trata-se de uma área que sofre bastante influência do leito do rio Purus.

Importante salientar que é chamada de unidade morfoestrutural Planície Amazônica a área de várzea do rio Amazonas e de seus principais afluentes. No entanto, por se tratar de uma grande bacia hidrográfica, são encontrados nela rios de diversos tamanhos e volume, que também formam planícies ao longo de suas várzeas. É o caso do rio Inauini, limite de Sudeste a Oeste da Floresta Nacional, que assim como o rio Purus, apresenta a mesma estrutura.

#### **b. Planalto Rebaixado da Amazônia (Ocidental)**

O Planalto Rebaixado da Amazônia é a feição geomorfológica predominante na Floresta Nacional do Purus. Apresenta-se, em geral, nas áreas marginais da bacia do rio Amazonas. Sua principal característica é a presença de terrenos aplainados com relevos dissecados em interflúvios tabulares, apresentando altimetrias entre 250m a 300m (BRASIL, 1976). Os planaltos são definidos como terrenos elevados, mais ou menos planos, delimitadas por declives ou aclives íngremes, onde o processo de degradação supera os de acumulação (Guerra, 2003)

Os interflúvios são pequenas colinas que separam os vales de igarapés e rios (Guerra, 2003). No caso da Floresta Nacional, essa colinas possuem seus topos aplainados ainda bastante preservado e, por isso mesmo, recebem o nome de tabulares. Os vales apresentam, em geral, fundo plano e a drenagem obedece a um padrão subdendrítico.

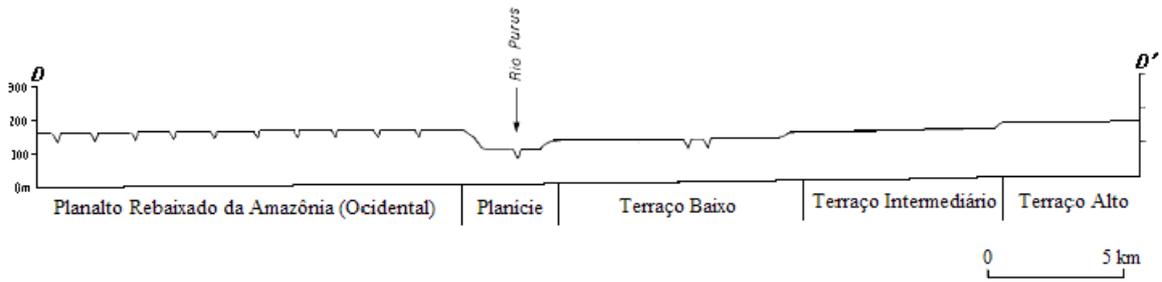
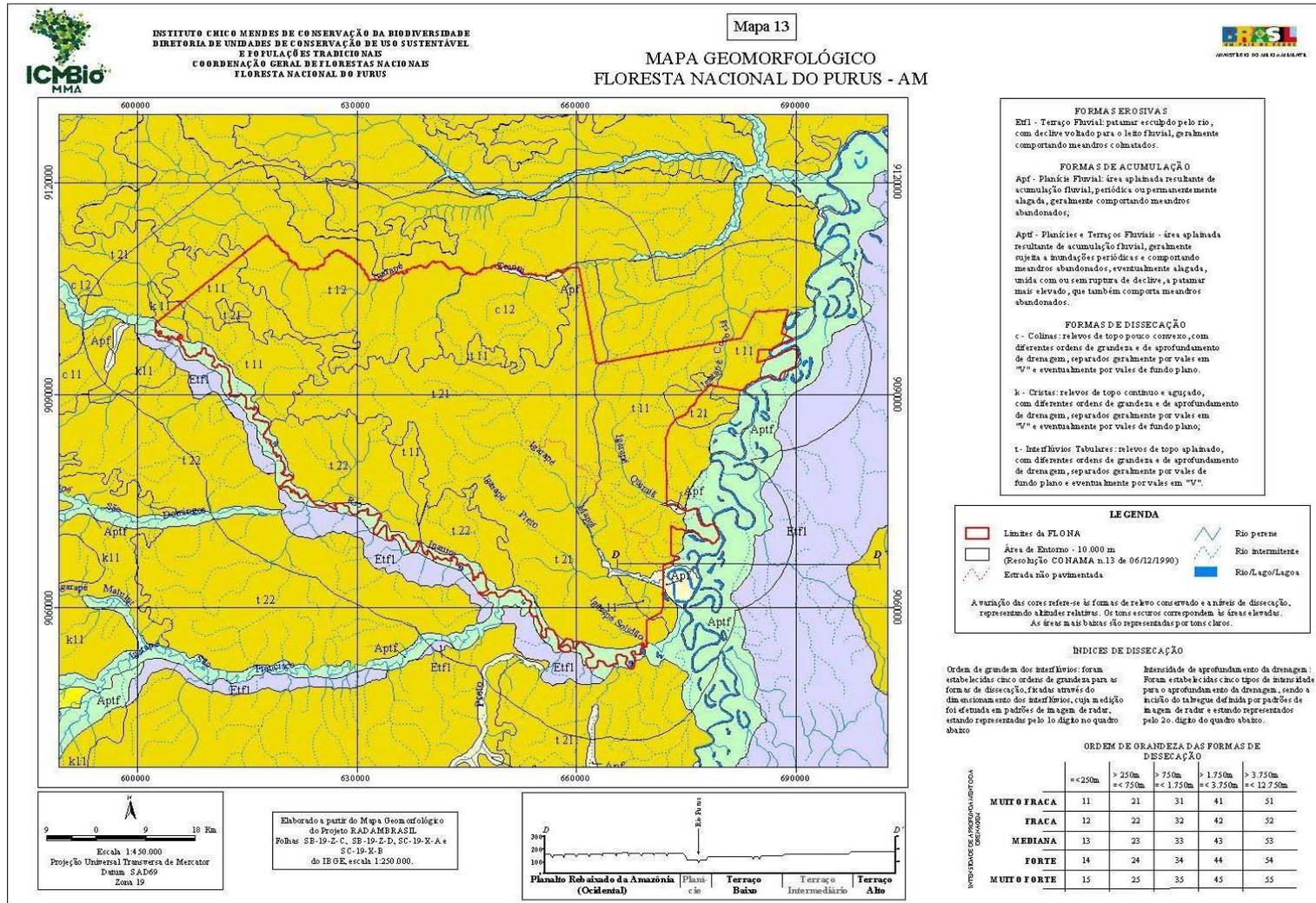


Fig 6 — Perfil D-D'

**Figura 5** - Perfil de relevo (rio Purus)  
Fonte: (BRASIL, 1976)



Mapa 143 – Geomorfologia da Floresta Nacional do Purus

### 3.4.3. Geologia

A Floresta Nacional do Purus esta localizada numa região de ocorrência da Formação Solimões, que é caracterizada por ser resultante de uma deposição plio-pleistocênica. São sedimentos típicos de planícies de inundação, com litologias e estruturas sedimentares sobejamente características.

A Formação Solimões é formada pelas seguintes litologias:

- Argilitos maciços ou acamados, com concreções carbonáticas e gipsíferas, com vênulas de calcita e gipsita, ocasionalmente com material vegetal carbonizado (turfa a linhito) com concentrações de pirita, fósseis de vertebrados e invertebrados. Apresentam estratificação cruzada de grande amplitude;
- Argilitos variegados, com estrutura laminada;
- Siltitos maciços ou acamados;
- Arenitos, com textura fina a grosseira, em lentes ou interdigitados com siltitos e argilitos. Apresentam estrutura friável a bem compactada e cimento calcífero com leitos tabulares de material carbonático. A estratificação é cruzada de pequena a média amplitude;
- Calcários síltico-argilosos a arenosos;
- Arenitos limoníticos, em leitos tabuliformes, e;
- Conglomerados polimíticos. (BRASIL, 1976)

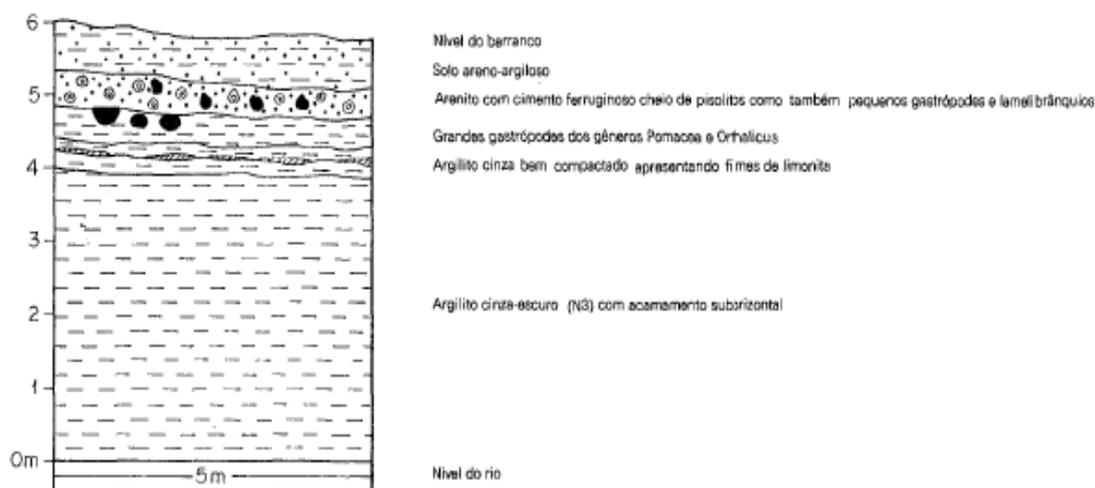
A série Solimões, de acordo com Rego, 1930 *apud* BRASIL,1976, é descrita como

*constituída de argilas e areias sempre pardas, castanhas ou azuladas, contrastando com as cores vivas da "Série" das Barreiras. Fauna malacozoária com gêneros de água doce, salobra e marinha; plantas de água salobra e vestígios de peixes de gêneros que podem ser até fluviais.*

Fósseis de vertebrados, quando encontrados, em geral estão associadas à seqüência argilosa e carbonata. Eventualmente ocorre material carbonizado (turfa e linhito) com concentração de pirita, em conjunto com fósseis, que se encontram mineralizados totalmente ou em pequenas zonas (BRASIL, 1976).

Ao longo dos trabalhos realizados pelo Projeto RADAMBRASIL, foi colhida uma amostra representativa da Formação Solimões na margem esquerda do rio Inauini, a montante do igarapé São Domingos. Na área analisaram um pacote de 200 metros de extensão e com 6 m de espessura, constituído da base ao topo por um argilito de cor

cinza-escuro (N3), com bons planos de acamamento dispostos subhorizontalmente, com espessura máxima de 5m. É possível observar uma camada de 40 cm de espessura, formada por um arenito litificado, de cor amarelo-ocre, ferruginoso, impregnado de concreções liminiticas sob a forma de pisolitos. Na interface deste arenito foi encontrado fósseis de gastrópodes com 15 cm de diâmetro. (BRASIL, 1976).

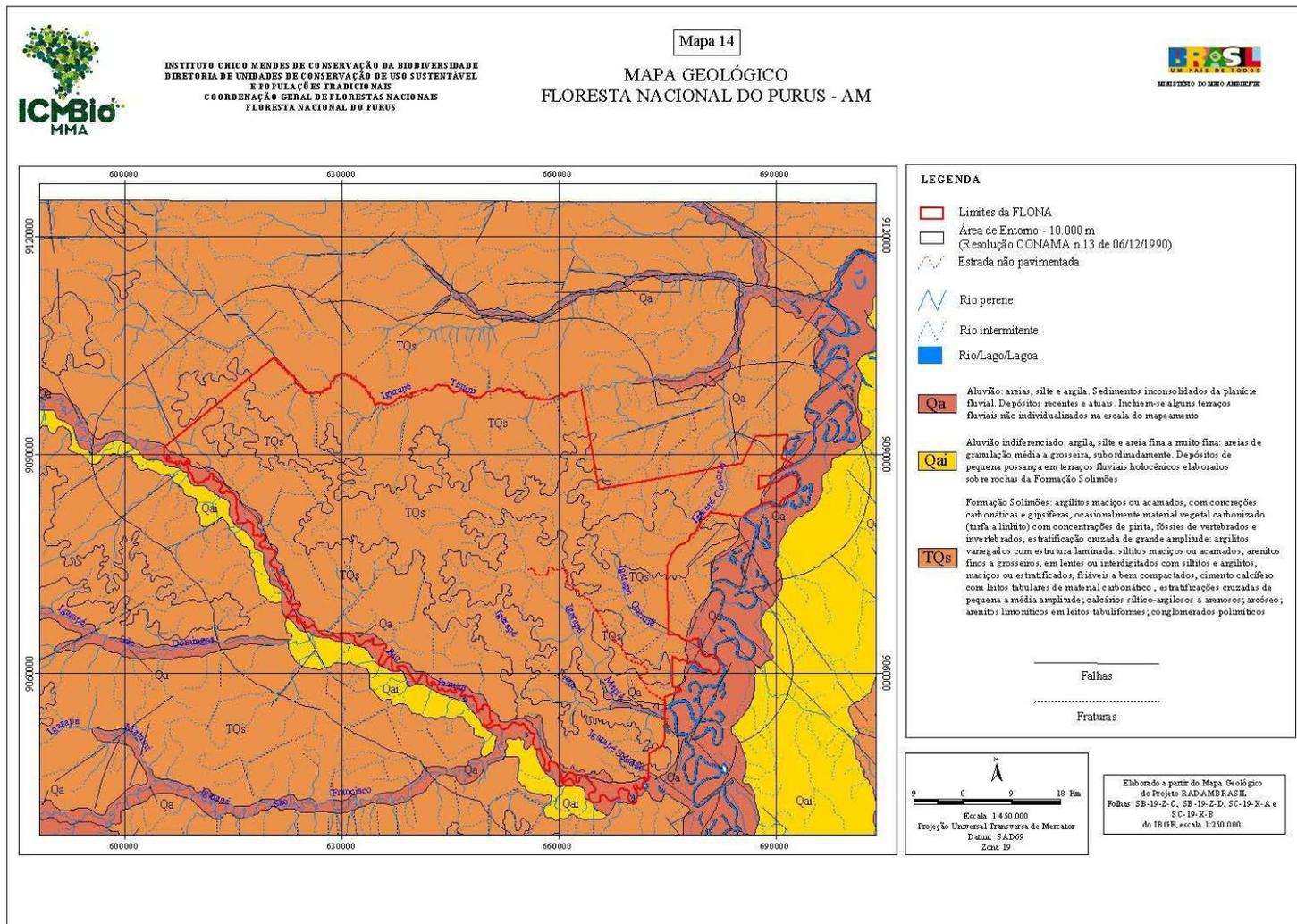


**Figura 6. Perfil de Solo** (Rio Inauini a montante do igarapé são Domingos, Formação Solimões) Fonte: BRASIL, 1976

O início da sedimentação da Formação Solimões deve corresponder ao início do Plioceno, uma vez que suas unidades litológicas encontram-se subhorizontalizadas e não tectonizadas (BRASIL, 1976). Segundo estudiosos a Formação Solimões coloca-se num período pós-paroxísmico, ou seja, o Plioceno desenvolveu-se após um período de intensa aceleração das atividades geológicas, como os vulcões e os abalos sísmicos.

Interessante observar que o Plioceno, que teve início há cerca de 6 milhões de anos, no Terciário Superior da era Cenozóica apresenta muito das espécies atualmente conhecidas. Inclusive, os primeiros hominídeos são deste período. O *Eoanthropus dawsoni* é considerado por diversos estudiosos como membro primitivo da transição para a espécie humana (Guerra, 2003). Esse fato reforça a crença de muitos estudiosos que afirmam que a floresta amazônica assim como a conhecemos é o resultado da interação de diversos fatores físicos e biológicos, tendo inclusive a participação do homem na sua constituição.

O mapa 14 mostra os aspectos geológicos da Unidade.



Mapa 154 – Aspectos Geológicos da Floresta Nacional do Purus

### 3.4.4. Solos

Na área da Floresta Nacional do Purus é comumente observada a ocorrência de 3 tipos distintos de solo, todos tendo como material de origem sedimentos e rochas sedimentares, do plio-pleistoceno da Formação Solimões (BRASIL, 1976). São eles: Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico, Argissolo Vermelho Amarelo Alumínico e Gleissolo Háptico Ta Eutrófico.

#### a. Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico (LVAd)

São solos com o horizonte B latossólico, "com feições que estão em íntima relação com o alto grau de intemperismo sofrido pelo material formador do solo" (BRASIL, 1976). É um solo que apresenta uma mistura de óxidos hidratados de ferro e de alumínio, com proporção de argila 1:1, e com a presença de minerais altamente resistentes como o quartzo. Uma relação molecular  $Al_2O_3/Fe_2O_3$  proporciona uma constante acumulação de alumínio nas camadas subsuperficiais do solo, "sendo a fração argila constituída por minerais do grupo da caulinita e óxidos de ferro e alumínio condicionando uma baixa capacidade de troca de cátions." (BRASIL, 1976)

O desenvolvimento deste solo também está expresso em um baixo teor de argila natural que proporciona um alto grau de floculação. O solo apresenta normalmente uma seqüência de horizontes A, B e C, com horizontes subdivididos e com transição entre eles difusa ou gradual. Em geral apresentam uma profundidade de 2m (BRASIL, 1976).

O horizonte A é normalmente formado por A<sub>1</sub> e A<sub>3</sub>, apresentando cores muito claras, cromas alto, com pouca presença de matéria orgânica, com estrutura maciça ou em grãos simples. Este horizonte possui uma espessura que varia de 20 a 30 cm, com coloração brunada a avermelhada, nos matizes 75YR, 10YR e 5YR com valores de 3 a 5 e cromas de 2 a 8. Sua textura é predominantemente argilosa (BRASIL, 1976).

O horizonte B possui uma espessura média de 160 cm, com cores brunadas a amareladas, nos matizes 10YR, 7,5YR, 5YR e 25YR, cm valores variando de 4 a 6, cromas de 6 a 8. Possui uma textura argilosa e consistência friável a firme quando úmido e, quando molhado, é plástico e pegajoso (BRASIL, 1976). Do ponto de vista geomorfológico, estes solos ocorrem em interflúvios tabulares, relevos já descritos anteriormente.

Apresenta-se difundido por toda a área da Floresta Nacional do Purus.

### **b. Argissolo Vermelho Amarelo Alumínico (PVAa)**

São solos com horizonte B textural ou argílico e com um horizonte A fraco ou moderado. São de profundidade média, bem drenados e com uma seqüência de horizontes do tipo A, B e C, com o A subdividido em A<sub>1</sub> e A<sub>3</sub> e o B em B<sub>1</sub>, B<sub>2</sub> e B<sub>3</sub>. Pode ocorrer também a presença muitas vezes de um "horizonte A<sub>2</sub> eluvial, e cor pálida e com significativo decréscimo dos valores de argila, ferro e alumínio" (BRASIL, 1976).

Esse tipo de solo apresenta grande acidez.

*A retirada dos elementos Ca, Mg e outros do complexo coloidal do solo, por meio de um conjunto de fatores naturais, como água de percolação das chuvas e remoção erosiva das camadas superficiais, conferiu, através de prolongado tempo, condições intensas de acidificação, com valores de pH que variam entre 3,5 e 4,8 incluídos nas classes de reação de solo em relação aos níveis e acidez em extremamente e fortemente ácido.(BRASIL, 1976)*

Apresenta uma saturação de alumínio sempre superior a 50%, exceto em alguns perfis, onde nos horizontes superiores a saturação de bases é alta e a concentração de alumínio fica nas camadas mais profundas. (BRASIL, 1976). O fósforo não é muito presente nesse tipo de solo. Quando encontrado, atinge valores médios a altos próximos a superfície.

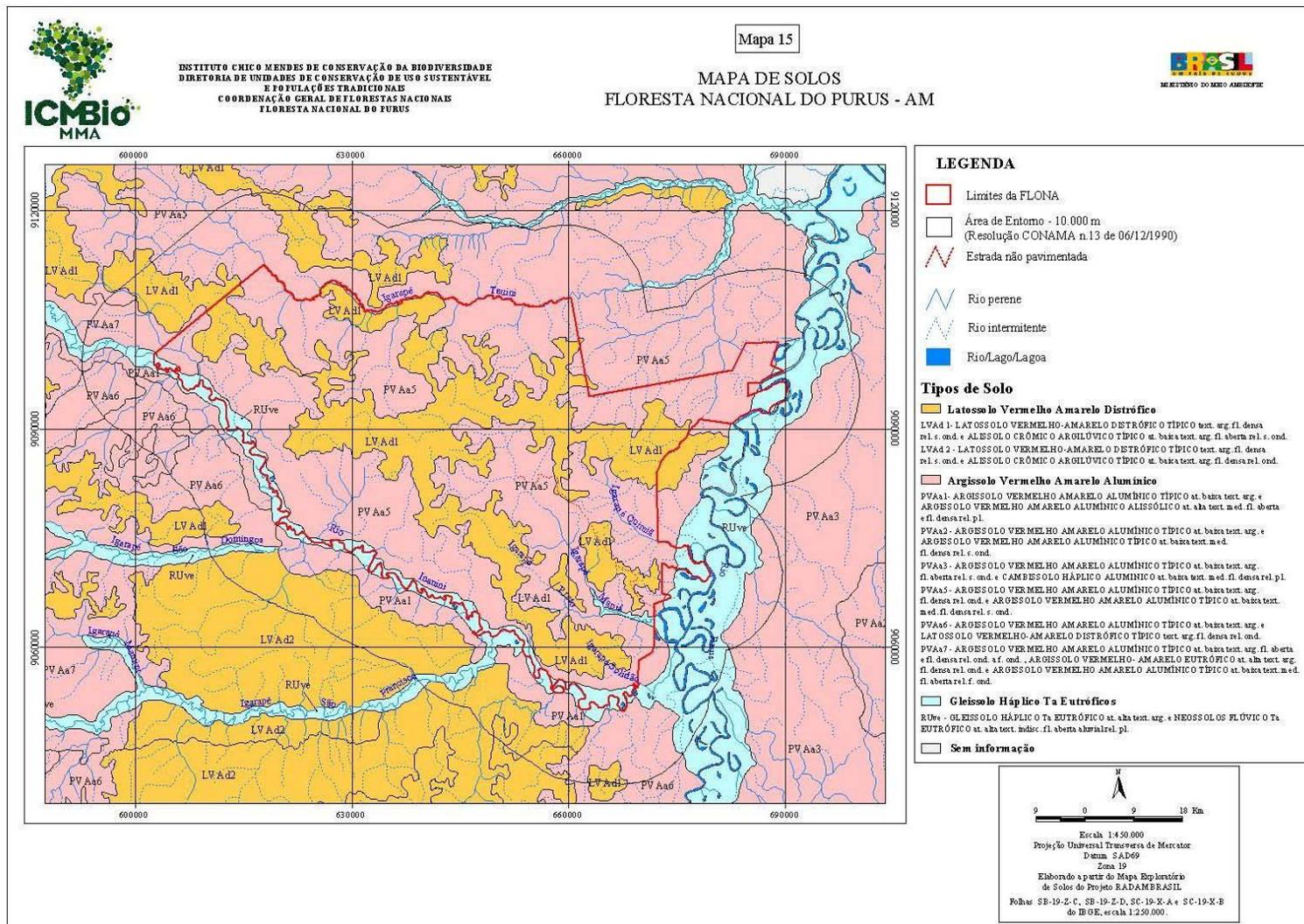
Assim como o solo anterior, este está presente por toda a Unidade.

### **c. Gleissolo Háptico Ta Eutrófico (RUve)**

Este solo ocorre nas várzeas dos rios Purus e Inauini. São solos desenvolvidos sobre sedimentos recentes referentes ao Quaternário, de textura geralmente argilo-siltosa. Observa-se uma seqüência de horizontes A e C<sub>g</sub>, com média profundidade onde sua coloração é influenciada pelo processo de redução do ferro, que ocorre durante o seu desenvolvimento ou pela permanente saturação com umidade (BRASIL, 1976).

Estes solos apresentam grande fertilidade, com saturação de bases variando de 55 a 93%, com capacidade de troca de cátions de 30 a 88 mE/100g, com teores de matéria orgânica altos nas camadas superficiais (BRASIL, 1976)

Na Unidade este solo é observado ao longo das margens do rio Inauini e das margens do baixo igarapé Mapiá. O mapa 15 mostra a distribuição dos tipos de solo no interior da Unidade e em seu entorno imediato.



Mapa 165 – Solos da Floresta Nacional do Purus

### 3.4.5. Hidrografia/Hidrologia

A Floresta Nacional do Purus encontra-se na maior bacia hidrográfica do mundo, a Bacia Amazônica. Com uma área estimada de 6,3 milhões de km<sup>2</sup>, ela estende-se por cinco países do Norte-Nordeste da América do Sul: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Deste total, aproximadamente 5 milhões de km<sup>2</sup> está localizado no Brasil. A bacia amazônica limita-se ao Norte com o Planalto das Guianas (com altitudes que podem chegar a 3.000 metros), ao Sul com o Planalto Central (com altitudes médias de 1.200 metros), a Oeste com a Cordilheira dos Andes (com picos de até 6.000 metros) e a Leste com o Oceano Atlântico, por onde escoam toda a água captada pela bacia.

A bacia Amazônica é formada por diversas bacias secundárias de grande volume d'água que são responsáveis pelo seu gigantismo. Entre essas bacias esta a do rio Purus, onde está localizada a Floresta Nacional do Purus. Os principais rios e igarapés que cortam e limitam a Floresta Nacional são: os rios Purus e Inauini e os igarapés Mapiá, Quimiã e Teuini. O rio Inauini e os Igarapés Mapiá e Quimiã têm suas direções de escoamento dispostas nos sentidos Nordeste-Sudoeste, o igarapé Teuini no sentido Oeste-Leste e o rio Purus corre de Sul para Norte. O rio Purus é o limite Leste da Floresta Nacional, não a cruzando em ponto algum.

Dentro dos limites da Floresta Nacional, a maior área de drenagem é a do rio Inauini com 89.363,4 ha. As vertentes representada pelos igarapés Mapiá e Quimiã formam uma área de drenagem de 84.436,5 ha e a do igarapé Teuini fica em torno de 82.109,3 ha (BRANDÃO, 2005). O mapa 16 mostra a distribuição das principais bacias de drenagens no interior da Unidade.

Em relação ao comprimento dos canais de drenagem dentro dos limites da Floresta Nacional, observa-se que a sua soma é de 1.857,7km, "sendo que 39,3% (730,8 km) estão dispostos ao longo da vertente Teuini, 33,4% (620,2 km) na vertente Mapiá-Quimiã e 27,3% (506,6 km) na vertente Inauini." (BRANDÃO, 2005)

Os rios, em geral, apresentam-se de forma meândrica com pequenos trechos retilíneos. Este caráter leva à formação de bancos de areia nos leitos, ao aumento das distâncias da navegação fluvial (ACRE, 2000) e à ocorrência de diversos lagos formados por meandros abandonados ao longo da várzea dos rios e igarapés.

Os rios da região apresentam como dinâmica morfológica muito comum, o deslizamento das margens. Este fenômeno se relaciona às variações do regime fluvial, onde no período das cheias as margens dos rios ficam saturadas de água e no início da

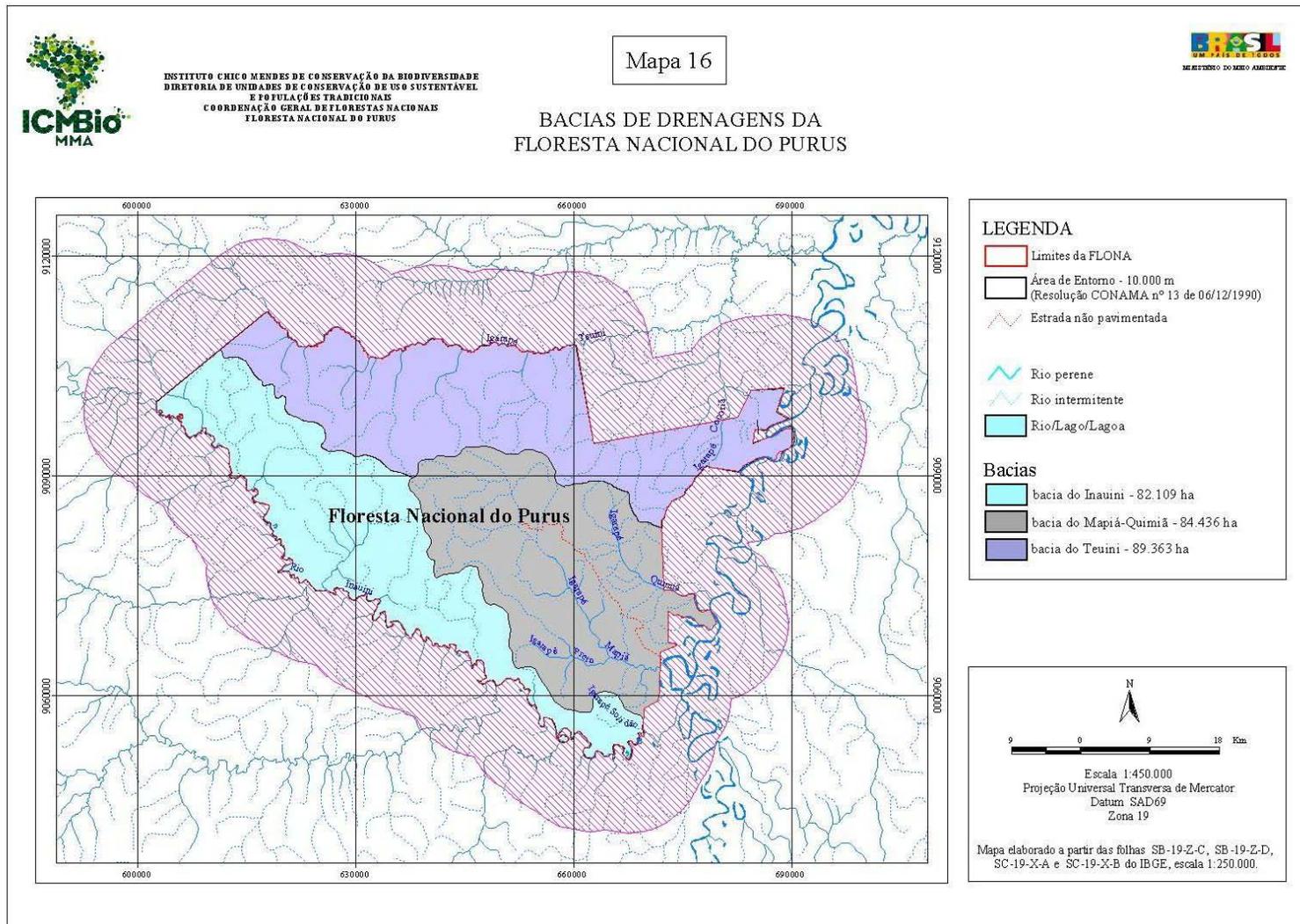
vazante, quando o nível das águas começa a baixar, a pressão hidrostática diminui e a água anteriormente retida nas margens é liberada. Com a liberação da água as margens então deslizam de forma rotacional, ou em pacotes, verticalmente, configurando patamares desmoronados, ocasionando o assoreamento do leito e a deposição de troncos de árvores.

Os rios e igarapés, principalmente o Purus, Inauini e Mapiá, têm papel fundamental para o acesso à área da Floresta Nacional e para a mobilidade das populações residentes no entorno e interior da Unidade. Como o regime fluvial é muito dependente do pluviométrico, observa-se que no período com baixo índice de chuvas (julho a outubro) o nível de água nos rios fica baixo, dificultando muito o transporte fluvial nas principais vias de acesso. A navegabilidade fica facilitada no período de novembro a junho, correspondente a época das cheias na região.

#### **3.4.5.1. Caracterização dos Ambientes Aquáticos**

A Floresta Nacional do Purus é banhada pelo rio Purus (Figura 7) e três de seus afluentes; o rio Inauini (Figura 8), o rio Teuini e o igarapé Mapiá. O rio Purus é um importante afluente da macro-bacia amazônica e se situa na Amazônia Ocidental (ARAÚJO-LIMA & RUFINO, 1995).

Os afluentes ocidentais da margem direita do Amazonas são classificados como pré-andinos. Eles permeiam sedimentos de origem marinha (red bed) e apresentam coloração branca (SIOLI, 1968). Trata-se de águas alcalinas a neutras com altas concentrações de cálcio, magnésio e sulfato (ERTEL et *alii.*, 1986; FORSBERG et *alii.*, 1988; GIBBS, 1967). Por causa da alcalinidade da água, nesses rios o ácido húmico oriundo da decomposição de matéria orgânica dos ecossistemas florestais terrestres é neutralizado (FORSBERG et *alii.*, 1988). Essa característica referente à coloração da água do Purus e, provavelmente de sua qualidade se repete no rio Inauini. Não existem dados disponíveis sobre a qualidade da água do Inauini.



**Mapa 176** – Bacias de drenagem da Floresta Nacional do Purus

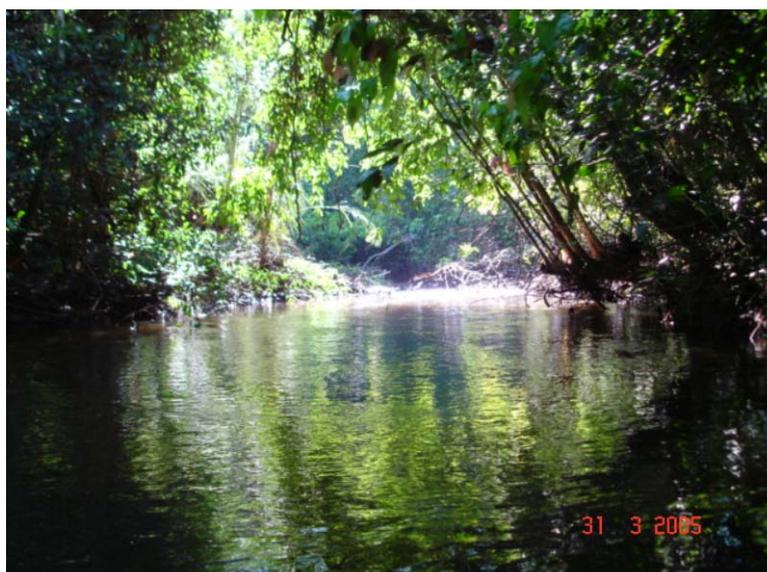


**Figura 7-** Foz do rio Acre no rio Purus, no município de Boca do Acre-AM



**Figura 8** - Rio Inauini

O igarapé Mapiá (Figura 9) possui águas com padrão diferenciado, tendem a ácidas (conforme analisado nas atividades de campo). Não apresentam sedimentos finos dissolvidos e, conseqüentemente, a coloração branca, mas uma coloração tendendo a marrom escuro translúcido e, aparentemente, deve repetir um padrão de baixa concentração de nutrientes, característico dos afluentes de menor porte que nascem e drenam áreas de florestas (SIOLI, 1968). Esse padrão de águas tendendo a ácidas e negras também é verificado nos lagos marginais ao rio Purus localizados no entorno da Unidade – ex: lago Flor de Ouro. Essas diferenças de qualidade de água são prováveis barreiras ecológicas para muitas espécies da biota aquática, e, portanto espera-se que muitos endemismos sejam verificados em futuros inventários.



**Figura 9** - Igarapé Mapiá

O monitoramento da qualidade da água é interessante para futuros estudos ecológicos e, também, para a geração de dados visando a assegurar a qualidade da água para a população residente e diretamente dependente desse recurso, assim como para a biota.

A dinâmica anual de regime fluvial, com períodos de cheia e seca e a formação de ambientes temporários de várzea (FINK & FINK, 1978; JUNK, 1993; TUNDISI *et alii*, 2002) associados a grande variedade de habitats são consideradas as causas para a grande diversidade de fauna ictiológica observada na bacia amazônica (LOWE-MCCONELL, 1991).

Tomando como referência estudos realizados para a Amazônia Central sobre ecossistemas aquáticos amazônicos (BUHRNHEIM, 1999, 2002; BUHRNHEIM & COX FERNANDES, 2001; FINK & FINK, 1978; VAL & ALMEIDA-VAL, 1999; WALKER, 1995) podem ser identificados uma imensa variedade de habitats aquáticos:

- Ambiente pelágico da calha dos grandes rios;
- Ambiente bentônico da calha dos grandes rios;
- Associados aos grandes rios:
  - Praias arenosas;
  - Praias de lama;
  - Margens dominadas por gramíneas;
  - Margens dominadas por floresta;

- Ambiente pelágico dos lagos e seus braços laterais e canais;
- Ambiente bentônico dos lagos e seus braços laterais e canais;
- Associados aos lagos:
- Praias arenosas;
- Praias de lama;
- Margens dominadas por gramíneas;
- Margens dominadas por floresta;
- Áreas de várzea dominadas por gramíneas;
- Áreas de várzea dominadas por floresta;
- Igarapés de água corrente sobre substrato duro (dominado por areia, raízes e troncos caídos) e seus tributários de terra firme;
- Igarapés de águas paradas com poços dominados por lama e folhiço e seus tributários de terra firme.

Todos esses habitats são observados na Floresta Nacional do Purus.

Nas áreas de terra firme, há alternância de ambientes de água corrente (riffles) e parada ("pools") em vários igarapés tributários ao igarapé Mapiá e Inauini. Nos ambientes rasos do tipo "pools", foi observada ictiofauna associada – espécies dos gêneros *Rivulus* sp e *Pyrrhulina* sp repetindo padrão citado para a Amazônia Central (Buhrnheim, 1999). Localmente esse tipo de ambiente é denominado de cacimba (tabela 1) e suas águas são utilizadas para uso doméstico.

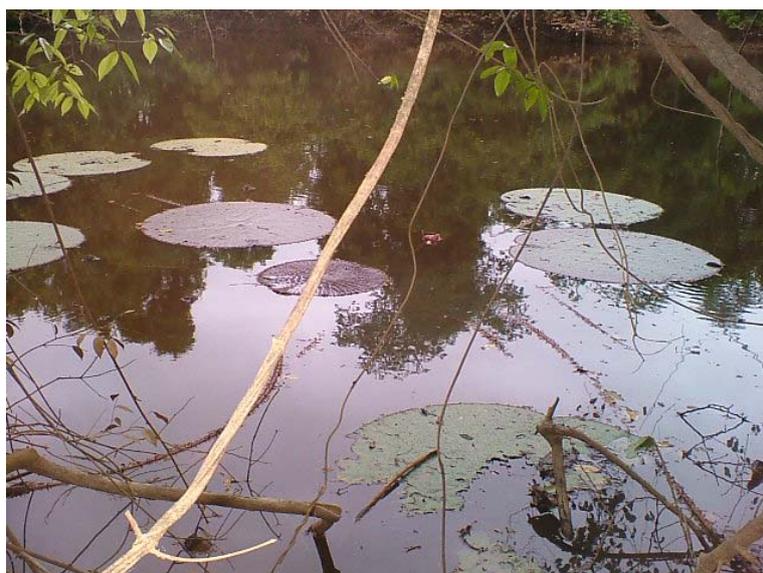
Foram também observados lagos cuneiformes originários de antigos braços do rio Purus (Lago Flor de Ouro – Figura 4) e lagos originários do extravasamento de tributários de terra firme (Figura 5), esses últimos sujeitos ao regime hídrico do igarapé Mapiá (ARAÚJO-LIMA & RUFINO, 1995).

A essa grande diversidade de habitats aquáticos observados na Floresta Nacional Purus está associado um significativo número de espécies, registradas nas fontes secundárias.

Além dos corpos d'água de origem natural, pequenos reservatórios para piscicultura vêm sendo construídos pela população da Floresta Nacional do Purus. Percebe-se um impacto localizado, desses reservatórios, alterando habitats de terra firme e a fauna associada (WALKER, 1995). Esses reservatórios são criados através do represamento de pequenos rios tributários de terra firme e parecem estar sujeitos ao regime hídrico do igarapé Mapiá, conforme informado pelos seus criadores, porque nos períodos de cheia sofrem extravasamento.



**Figura 10** - Lago Flor-de-Ouro



**Figura 11** – Lago aparentemente originário do extravasamento de tributários de terra firme do rio Inauini - Ponto 11.

Como a origem da água, o substrato e o comportamento hidrológico desses reservatórios são semelhantes aos dos lagos originários do extravasamento de tributários de terra firme, esperam-se condições ambientais equivalentes a esses lagos nos reservatórios. Em função disso, propõe-se um trabalho com os ribeirinhos para identificação de espécies lacustres mais indicadas para a criação nos reservatórios.

O manejo dos ecossistemas aquáticos deve ser feito de uma forma integrada. A redução da pressão de pesca e o reflorestamento das áreas de várzea, associado ao

aproveitamento múltiplo de um maior número de espécies e suas várias potencialidades contribui para um caminho mais harmônico de exploração sustentável desse recurso. Deve-se maximizar a utilização dos reservatórios já construídos e a construção de novos reservatórios não é indicada antes de uma avaliação rigorosa do grau dos impactos prováveis.

#### **a. Lagos e Açudes**

Somente na bacia do Igarapé Mapiá foram observados onze açudes. Trata-se de reservatórios de porte médio a pequeno construídos artesanalmente para criação de peixes para consumo da comunidade. Essas iniciativas não tiveram assistência técnica e muitos reservatórios estão localizados em áreas sujeitas a alagação, apresentando problemas de vazamento no período da cheia.

**Açude 1** – Localizado no alto igarapé Mapiá, Vila Céu do Mapiá, ao lado da igreja – Barragem de um pequeno afluente do Mapiá. Pouca vegetação arbórea nas margens e sujeito a vazamento em períodos de cheia extrema. PONTO 241 – 19 L 0652235/ 9089001.



**Figura 12-** Açude 1/PONTO 241

**Açude 2** – Localizado no alto igarapé Mapiá, Vila Céu do Mapiá – Área escavada e com barragem de pequeno afluente do igarapé Mapiá, com sangradouro lateral. Foi construído por meio de trabalho comunitário. Possui muita vegetação arbórea nas margens e sujeito a vazamento no período da cheia. PONTO 242 – 19 L 0652235/9083002 - UTM.



**Figura 13** - Açude 2/PONTO 242

**Açude 3** – Localizado no alto igarapé Mapiá, Vila Céu do Mapiá, área escavada e com barragem de pequeno afluente do igarapé Mapiá com sangradouro lateral. Construído por meio de trabalho comunitário. Pouca vegetação arbórea nas margens e sujeito a vazamento em período de cheia. PONTO 240 – 19 L 0652832/9083973 - UTM.



**Figura 14** - Açude 3/PONTO 240.

**Açude 4** – Localizado no médio igarapé Mapiá. Área escavada, com barragem de pequeno afluente do igarapé Mapiá, com sangradouro lateral. Pouca vegetação arbórea nas margens e sem problemas com extravasamento nos períodos de cheia. PONTO 243 – 19L 0652722/9083115 – UTM.



**Figura 15** - Açude 4/PONTO 243

**Açude 5** – Localizado no médio igarapé Mapiá, colocação Cachoeira. Área pequena escavada, com barragem incompleta de pequeno olho d'água. Trata-se de um reservatório com sangradouro lateral. Construído pelos moradores da colocação. A vegetação arbórea nas margens foi afetada pelo acúmulo de água sem um desflorestamento prévio da área inundada. Construção recente. Apresenta problemas com extravasamento nos períodos de cheia. PONTO 248 –19L 0662466/9069814 – UTM.



**Figura 16** - Açude 5/PONTO 248

**Açude 6** – Localizado no médio igarapé Mapiá – colocação Santa Rita de Cristal. Área pequena escavada, com barragem completa de pequeno olho d'água. Trata-se de um reservatório com sangradouro lateral. Construído pelo morador da

colocação. Muita vegetação arbórea nas margens. Não apresenta problemas com extravasamento nos períodos de cheia. PONTO 249 –19L 0662982/9066458 – UTM.



**Figura 17** - Açude 6/PONTO 249

**Açude 7 e Açude 8** – Localizados no baixo igarapé Mapiá, colocação Fazenda, dois açudes próximos à sede da colocação. Área escavada, com barragem completa e fornecimento de água via canos de água, com sangradouro lateral. Construído pelos moradores da colocação. Pouca vegetação arbórea nas margens. Não apresenta problemas com extravasamento nos períodos de cheia. PONTO 251 –19L 0672337/9065050 – UTM.



**Figura 18** - Açude 7/PONTO 251

**Açudes 9, 10 e 11** - Localizado no baixo igarapé Mapiá, colocação Fazenda. Trata-se de um reservatório que está associado a outros dois, muito próximos e menores, todos afastados da área de moradia a jusante da sede da Fazenda São Sebastião. Área escavada, barragem completa e fornecimento de água via canos de água, com sangradouro lateral. Construído pelos moradores da colocação. Pouca vegetação arbórea nas margens. Não apresenta problemas com extravasamento nos períodos de cheia. PONTO 001 –19L 0671524/9063974 UTM.



**Figura 19** - Açude 9/PONTO 001

A Tabela 8 mostra a localização dos ambientes aquáticos não construídos, como lagos e cacimbas, e suas coordenadas geográficas.

A Tabela 9 mostra a localização e as coordenadas geográficas dos ambientes construídos (açudes).

**Tabela 8** – Localização dos ambientes aquáticos não construídos.

<b>Classificação</b>	<b>Localização</b>	<b>Ponto</b>	<b>Coordenada</b>
LAGO 1	Várzea do Inauini	009	19L 0605577/9097786 UTM
LAGO 2	Várzea do Inauini	011	19L 0600214/9099686 UTM
LAGO 3	Várzea do Purus	005	19L 0679577/9060389 UTM
CACIMBA 1	Colocação seu Antônio	245	19L 0661584/9071393 UTM
CACIMBA 2	Colocação Cachoeira	247	19L 0662397/9069711 UTM
CACIMBA 3	Fazenda	002	19L 0671438/9063971 UTM
CACIMBA 4	Colocação Pista	014	19L 0621516/9073383 UTM

**Tabela 9** – Localização dos Ambientes aquáticos construídos

<b>Açude</b>	<b>Localização</b>	<b>Ponto</b>	<b>Coordenada</b>
1	Vila Céu do Mapiá	241	19 L 0652235/ 9089001 UTM
2	Vila Céu do Mapiá	242	19 L 0652235/9083002 UTM
3	Vila Céu do Mapiá	240	19 L 0652832/9083973 UTM
4	Colocação Paulinho		19 L 0660744/9072578 UTM
5	Cachoeira	248	19L 0662466/9069814 UTM
6	Santa Rita de Cristal	249	19L 0662982/9066458 UTM
7	Fazenda	251	19L 0672337/9065050 UTM
8	Fazenda	251	19L 0672337/9065050 UTM
9	Fazenda	001	19L 0671524/9063974 UTM
10	Fazenda	001	19L 0671524/9063974 UTM
11	Fazenda	001	19L 0671524/9063974 UTM

### 3.5. Meio Biótico

Para o uso racional dos recursos naturais da Floresta Nacional do Purus é fundamental conhecê-los e definir suas potencialidades, formas de uso e acesso, práticas de manejo e destinação de áreas para a conservação. Com essa ideia foram realizados levantamentos de campo e de dados secundários, visando a caracterização da vegetação existente na Unidade, estimativa do potencial das diferentes tipologias florestais, caracterização dos diversos componentes da fauna (herpetofauna, ictiofauna, avifauna e mastofauna) com indicativos de espécies com potencial futuro para manejo e conservação e as interações entre fauna e flora.

Na realização dos levantamentos, o conhecimento tradicional das populações residentes foi uma importante fonte de informações, bem como a sua participação enriqueceu os resultados dos trabalhos, que são apresentados a seguir.

#### 3.5.1. Flora

A Floresta Nacional do Purus está localizada no Bioma Amazônia. As vegetações deste bioma apresentam alta diversidade biológica, que é resultado da interação das variadas condições geoclimáticas dominantes.

##### 3.5.1.1. Tipologias Florestais

A área da Floresta Nacional do Purus é recoberta integralmente pela Floresta Amazônica, cuja expressão designa vários tipos de florestas úmidas. A heterogeneidade fisionômica e florística nesse conjunto de florestas são decorrentes,

em sua maior parte, da complexa combinação de fatores geomorfológicos, climáticos, hidrológicos e pedológicos (RIZZINI, 1979). Porém, sua característica ecológica principal está relacionada aos fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias de 25°C) e de alta precipitação bem distribuída ao longo do ano, com menos de 60 dias secos, o que determina uma situação sem período biologicamente seco (VELLOSO et al., 1991). Nas áreas de abrangência da Floresta Nacional ocorre a tipologia Floresta Ombrófila Densa, que é subdividida em 5 formações ordenadas segundo hierarquia topográfica, que refletem fisionomias diferentes, de acordo com variações ecotípicas resultantes de ambientes distintos, são elas: i) Floresta Ombrófila Densa Aluvial; ii) Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas; iii) Floresta Ombrófila Densa Submontana; iv) Floresta Ombrófila Densa Montana e; v) Floresta Ombrófila Densa Alto-Montana. Na Floresta Nacional do Purus ocorrem as tipologias Floresta Ombrófila Densa Aluvial e Submontana. A área ocupada por cada uma delas é apresentada na Tabela 10.

**Tabela 10** – Área ocupada pelas tipologias florestais existentes na Floresta Nacional do Purus

<b>TIPOLOGIA FLORESTAL</b>	<b>ÁREA OCUPADA (HA)</b>	<b>ÁREA OCUPADA (%)</b>
Floresta Ombrófila Densa Aluvial	39.409,4462	15,40
Floresta Ombrófila Densa Submontana	216.706,5968	84,6
<b>Total</b>	<b>256.116,043</b>	<b>100,00</b>

#### **a. Floresta Ombrófila Densa Aluvial**

Esta é uma formação ribeirinha ou “floresta ciliar” que ocorre ao longo dos cursos d’água ocupando os terraços antigos das planícies quaternárias, sujeitas a inundações periódicas na época das chuvas. É composta por macro, meso e microfanerófitos de rápido crescimento, em geral de casca lisa, tronco cônico, por vezes com a forma característica de botija e raízes tabulares. É uma formação com muitas palmeiras no estrato intermediário, além de muitas lianas lenhosas e herbáceas, epífitas e poucas parasitas.

Na Floresta Nacional do Purus esta formação representa aproximadamente 15,40% da área total da Unidade, se concentrando principalmente ao longo da várzea do igarapé Mapiá e do rio Purus, que apresentam características distintas entre si, descritas a seguir.

### a.1. Várzea do Igarapé Mapiá

A vegetação da várzea do igarapé Mapiá é caracterizada por um dossel de 20 – 30 m de altura, apresentando poucas espécies emergentes e sub-bosque composto por um grande número de indivíduos jovens do estrato arbóreo, além de espécies herbáceas de rara beleza das famílias Heliconiaceae e Zingiberaceae. As espécies arbóreas que se destacam nas margens do igarapé são as gameleiras (*Ficus* sp.), imbaúbas (*Cecropia* sp.) e ingás brancos (*Inga* sp.). A vegetação do baixo igarapé Mapiá é influenciada pelas águas do rio Purus, que na época das chuvas ocupa grandes extensões das planícies inundáveis, sendo composta por espécies adaptadas ao excesso de água no solo.



**Figura 20** – Detalhes da Floresta Ombrófila Densa Aluvial na Floresta Nacional do Purus, no médio curso do igarapé Mapiá e próximo à foz, já com influência do rio Purus

### a.2. Várzea do Rio Purus

Nas várzeas do rio Purus pode se observar a sucessão da vegetação das margens em direção ao interior. Nas áreas de sedimentação mais recente observa-se a colonização por imbaúba (*Cecropia* sp.), espécie heliófila, e posteriormente a inserção de outras espécies ciófilas, que posteriormente formam a floresta de várzea. Nas áreas de sedimentação mais antiga formam-se as florestas altas, com árvores emergentes de grande porte e interesse madeireiro como samaúma (*Ceiba pentandra* (L.) Gaertn.), faveira (*Dalbergia* sp.), pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum* (Benth.) Hook. f. & K. Schum.), cedro (*Cedrela* sp.), seringueira (*Hevea* sp.), ucuúba (*Virola* sp.), entre outras. Nas áreas em que ocorre exploração madeireira, a sua fisionomia torna-se bastante aberta. O estrato intermediário é composto por indivíduos jovens do estrato arbóreo e pela presença de muitas lianas que emprestam um aspecto mais denso ao

sub-bosque. O estrato herbáceo é bastante denso, formado por muitas espécies da família das Heliconiaceae, Maranthaceae e Graminae.



**Figura 21** – Detalhes da Floresta Ombrófila Densa Aluvial do rio Purus, com formação de praias e dinâmica de desbarrancamento das margens

## **b. Floresta Ombrófila Densa Submontana**

Esta é a tipologia mais representativa para a Floresta Nacional do Purus, ocupando cerca de 84,6 % de sua área total. A vegetação arbórea apresenta grande número de indivíduos com diâmetros pequenos e poucos com diâmetros grandes, os quais em geral estão mais dispersos na paisagem. Numa escala mais detalhada se identificam variações nesta tipologia, em função da geomorfologia do terreno e pelo tipo de solo sendo divididas em: i) Floresta Ombrófila Densa Submontana sobre Platôs Dissecados e, ii) Floresta Ombrófila Densa Submontana sobre Encostas e Rampas.

### **b.1. Floresta Ombrófila Densa Submontana sobre Platôs Dissecados**

Ocupa as partes mais elevadas da paisagem, com altimetria variando entre 160 a 200 m. A vegetação apresenta dossel de 35 – 40 m de altura, com muitos indivíduos emergentes que chegam a atingir 50 m de altura como por exemplo a castanheira (*Bertholletia excelsa* Bonp.), sumaúma (*Ceiba pentandra* (L.) Gaerth) e corrimboque (*Cariniana* sp.). O sub-bosque não é muito denso, sendo composto por um grande número de indivíduos jovens do estrato arbóreo, palmeiras (*Geonoma* sp., e *Bactris* spp.), como também arbustos da família Rubiaceae (*Psychotria* sp.; *Coussarea* sp.), e Melastomataceae (*Leandra* sp.), entre outras.

## b.2. Floresta Ombrófila Densa Submontana sobre Encostas e Rampas

Ocupa a paisagem de colinas, a vegetação é caracterizada por apresentar dossel de 25 – 30 m de altura, com poucos indivíduos emergentes. O sub-bosque é constituído por um denso estrato de porte arbustivo, predominando espécies de melastomatáceas (*Leandra* sp.; *Miconia* sp.), rubiáceas (*Psychotria* sp.), e do grande número de palmeiras. Em função da presença de corpos d'água nos fundos dos talwegues, estes ambientes mais úmidos são favoráveis ao estabelecimento de uma grande diversidade de ervas como as sororocas (Maranthaceae, Heliconiaceae e Costaceae) e samambaias e avencas (Pteridófitas) de diferentes famílias. Nestes locais observa-se também grande quantidade de espécies e indivíduos epífitos das famílias Araceae, Bromeliaceae e Orchidaceae.



**Figura 22** – Detalhes da Floresta Ombrófila Densa Submontana na Floresta Nacional do Purus



### 3.5.1.2. Parâmetros Florísticos

O levantamento florístico da Floresta Nacional do Purus foi realizado no mês de maio de 2005, por equipe de pesquisadores do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Foram amostrados cerca de 200 indivíduos, distribuídos em 67 famílias botânicas, onde se identificaram 178 táxons, sendo 99 em nível de espécie e 79 em nível de gênero. Porém do total de indivíduos coletados 4 foram identificados somente ao nível de família e 18 ficaram totalmente indeterminados.

As famílias mais representativas em número de espécie e gênero são apresentadas na tabela abaixo.

**Tabela 11** – Famílias mais representativas para a Floresta Nacional do Purus, em número de espécies e gêneros

<b>Família</b>	<b>Espécies</b>	<b>Gêneros</b>
RUBIACEAE	14	7
MORACEAE	9	7
LAURACEAE	9	5
CHRYSOBALANACEAE	9	3
CAESALPINACEAE	8	5
MELIACEAE	8	4
SAPOTACEAE	6	4
MYRISTICACEAE	6	2
FABACEAE	6	5
LECYTHIDACEAE	6	3

A análise da forma de vida das espécies coletadas apresentou a seguinte proporção: 60% são árvores, 14% são ervas, 13% são arbustos e 13% são de outras formas de vida. A elevada proporção de indivíduos arbóreos foi sensivelmente superior em função de terem sido consideradas as espécies amostradas nos levantamentos fitossociológicos, onde apenas os indivíduos arbóreos foram amostrados.

Como o levantamento florístico foi realizado de forma estanque, compreendendo apenas um período do ano, a quantidade de espécies amostradas pode ter sido inferior a existente para a área. Isto se deve ao fato, de só terem sido coletados indivíduos que apresentassem material reprodutivo. Dessa forma, se fazem necessárias coletas em outras épocas do ano para uma amostragem mais representativa da flora local.

A tipologia florestal Floresta Ombrófila Densa Submontana apresentou diversidade superior à Floresta Ombrófila Densa Aluvial, tanto com relação ao número de espécies quanto de famílias. Isto se deve às condições adversas e específicas para o

estabelecimento de novas espécies, em função da inundação das várzeas durante a época de chuvas. Em uma unidade amostral do baixo igarapé Mapiá, que sofre influência do rio Purus, a vegetação é composta principalmente por duas espécies orana e araçá (*Psidium* sp.).

### 3.5.1.3. Parâmetros Fitossociológicos

Para os levantamentos fitossociológicos da Floresta Nacional do Purus utilizou-se método de Mueller-Dombois & Elleberg (1974), demarcando-se uma parcela contínua de 0.1 ha (50 x 20m), que foi segmentada em 5 parcelas de 10 x 20m. Dentro de cada parcela todos os indivíduos com diâmetro do tronco à altura do peito (DAP = 1,30 m) > ou = a 10 cm foram amostrados.

Os parâmetros fitossociológicos foram calculados através de programa FITOPAC de autoria do Dr. George Shepherd (Depto. Botânica – UNICAMP) e seguem as fórmulas de Mueller-Dombois & Elleberg (1974). No método de parcelas os indivíduos mortos em pé foram tratados separadamente e para estes foram inferidas a densidade e área basal por parcela.

Na perspectiva fitossociológica foram estimados em relação às espécies os parâmetros número de indivíduos (n), número de sítios de ocorrência (NS), área basal (AB), densidade relativa (DR), dominância relativa (DoR), valor de importância (VI) e valor de cobertura (VC).

Os parâmetros n, NS e AB foram utilizados para espécies, pois representam medidas simples, diretas e informativas. Neste caso, a área basal (AB) extraída do DAP constitui a medida primordial de biomassa utilizada neste trabalho. A densidade relativa ( $DR = n_i / N_t \times 100$ ) também é bastante útil, pois estabelece de forma direta e clara a relação entre o número de indivíduos encontrados de determinada espécie ( $n_i$ ) com o número total de indivíduos ( $N_t$ ). A dominância relativa ( $DoR = AB_i / AB \times 100$ ), extraída diretamente da área basal (ou do DAP), exprime em que proporção determinada espécie ocupa o substrato em relação às outras. O valor de importância ( $VI = DR + FR + DoR$ ), amplamente utilizado, segundo Whittaker (1970), confere maior ou menor "importância" a determinado parâmetro acerca de espécies, grupos de espécies ou comunidades. O valor de cobertura ( $VC = DR + DoR$ ) estabelece uma ligação entre a densidade relativa (DR) e a dominância relativa (DoR), expressando de forma clara como o táxon (*e.g.* família, espécie) ocupa o espaço.

Para a avaliação da diversidade foi utilizado o Índice de Shannon-Wiever, que se baseia na abundância relativa das espécies.

Foram alocadas 4 unidades amostrais, de 0,1 ha cada, para estudos de estrutura fitossociológica, apenas em trecho de Floresta Ombrófila Densa Submontana. Como o tempo de levantamento era escasso, foi amostrada apenas esta tipologia que é a mais expressiva para a Floresta Nacional do Purus.

Foi registrada uma densidade absoluta de 297 indivíduos arbóreos, o que equivale a 742 ind./ha, dos quais 282 eram árvores vivas e apenas 15 mortas em pé. Estes indivíduos mortos representaram 5 % do total de indivíduos amostrados, o que equivale ao quinto lugar em densidade e o oitavo lugar em IVI. Dentro do grupo das árvores vivas foi encontrada uma riqueza ( $S'$ ) de 29 espécies que juntamente com a diversidade de Shannon ( $H'$ ) de 2,69 nats evidencia a grande heterogeneidade local, apesar do reduzido tamanho amostral. Porém quando é dito riqueza de espécies local é importante salientar que uma espécie citada aqui pode estar representando um grande grupo taxonômico de espécies e até mesmo gêneros, já que o critério adotado no presente estudo foi de nomes vulgares (populares). Logo os dados apresentados podem estar de certa forma reduzindo os valores da real megadiversidade local.

As espécies encontradas foram representadas por dois grandes grupos, sendo duas destas representantes das Liliopsida (Palmae) e as demais de Magnoliopsida. Com relação ao IVI as famílias Chrysobalanaceae, Sapotaceae, Myristicaceae e Moraceae, corresponderam um pouco mais da metade dos indivíduos amostrados. Além disso, Chrysobalanaceae, Moraceae, Myristicaceae e Lecythidaceae apresentaram maior riqueza de espécies, concentrando 55% do total encontrado e o maior número de indivíduos.

A espécie com IVI mais alto (14% do total) foi o macucu que exibiu a maior densidade relativa e demais índices, o que reflete sua importância na composição florística e fisionômica na área. Esta apresenta ainda, a maior dominância relativa estando entre as árvores mais altas desta floresta. As demais espécies com maior IVI destacam-se por apresentar dois padrões: aquelas com um considerável número de indivíduos como a ucuúba, a farinha seca e as que apresentam um número menor de indivíduos, mas área basal expressiva como Mata-matá branco. As três espécies com maiores IVI e IVC alcançaram 36 % do total do número de indivíduos, demonstrando para esta área uma diversidade relativamente baixa de espécies (Tabela 12).

A área estudada apresentou 7 espécies com um único indivíduo amostrado representando 20 % do total das espécies identificadas. Estas espécies menos

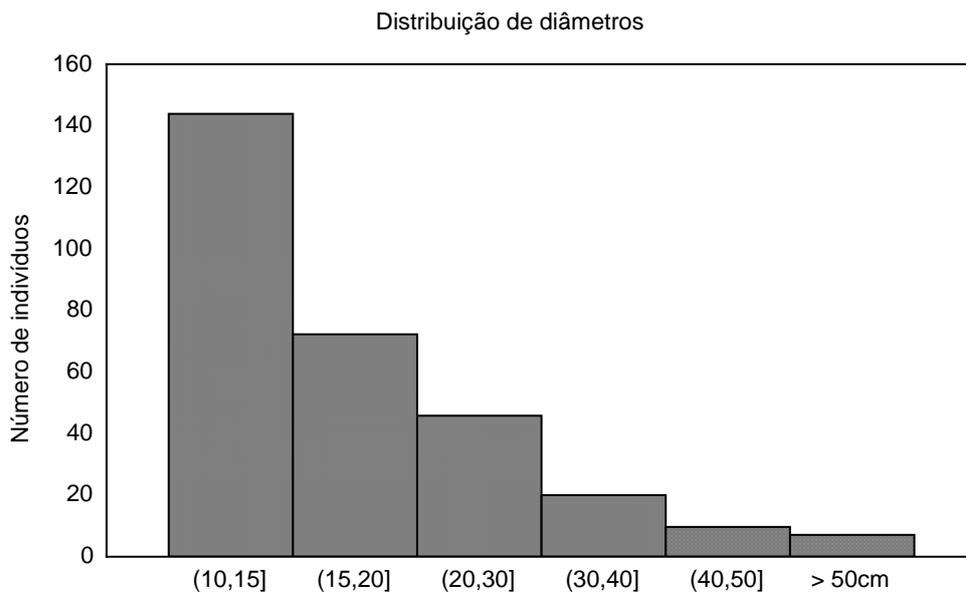
abundantes ou raras no local demonstram a necessidade da ampliação dos estudos, principalmente pela característica das florestas tropicais apresentarem muitas das suas espécies com distribuição ampla e rarefeita, enquanto outras apresentam distribuição agregada e que não foram amostrados nas parcelas.

**Tabela 12.** Sumário de parâmetros fitossociológicos para as 10 espécies com maior VI na Floresta Nacional do Purus - AM

	<b>Espécie</b>	<b>N</b>	<b>NP</b>	<b>DR</b>	<b>DoR</b>	<b>VI</b>	<b>VC</b>	<b>AB</b>
1	Macucu	52	4	17,51	22,76	45,99	40,27	2,48
2	Abiorana	29	4	9,76	16,25	31,73	26,01	1,77
3	Ucuúba	41	4	13,80	9,55	29,07	23,35	1,04
4	Farinha seca	47	4	15,82	6,79	28,33	22,61	0,74
5	Mata- matá branco	13	3	4,38	5,85	14,52	10,23	0,64
6	Envirera	11	3	3,70	5,39	13,38	9,10	0,59
7	Tachi	9	4	3,03	4,21	12,96	7,24	0,46
8	Mata- matá preto	13	3	4,38	2,36	11,02	6,74	0,26
9	Ingá ferro	9	4	3,03	2,05	10,79	5,08	0,22
10	Piquiarana	5	3	1,68	3,81	9,78	5,49	0,42

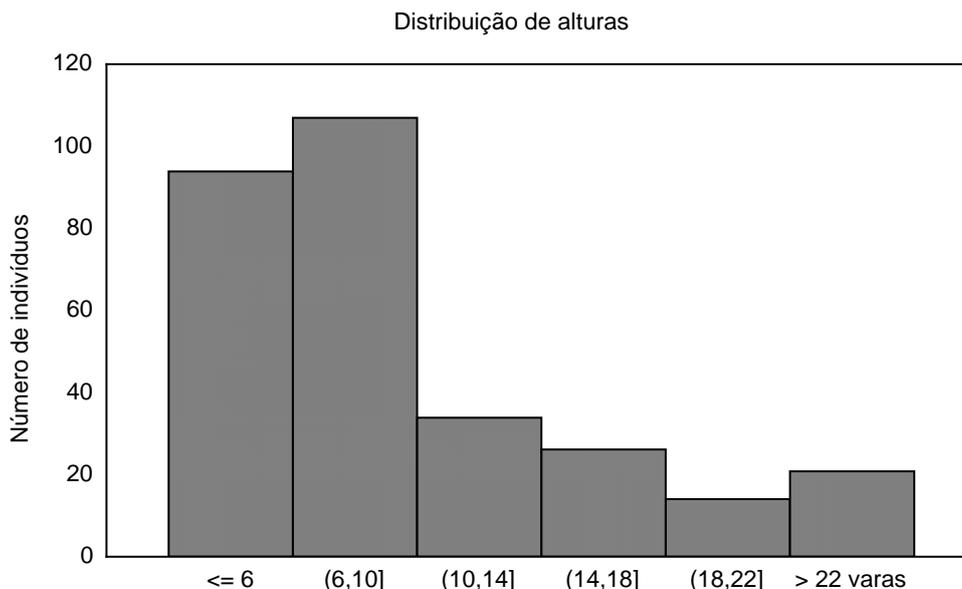
Parâmetros: Número de indivíduos (n), número de parcelas em que a espécie ocorre (NP), densidade relativa em porcentagem (DR), dominância relativa (DoR), valor de importância (VI), valor de cobertura (VC) e área basal em m<sup>2</sup> (AB). Espécies ordenadas em ordem decrescente de VI.

Em relação à distribuição diamétrica dos indivíduos (Figura 23) observa-se que cerca de 49 % dos indivíduos possuem diâmetros entre 10 e 15 cm. Do total de indivíduos amostrados na área 27% tem diâmetros superiores a 20 cm e apenas 7 indivíduos ou 2% do total é composto por indivíduos com mais de 50 cm de DAP, onde se destacam os macucus e ucuúbas. Assim este padrão de distribuição torna o gráfico representativo em forma típica de "J reverso" caracterizando elevada presença de indivíduos jovens na comunidade.



**Figura 23** . Histograma da distribuição de indivíduos arbóreos ( $DAP \geq 10cm$ ) por classes de diâmetro para a Floresta Nacional do Purus

A distribuição dos indivíduos por altura evidencia a ocorrência de dois estratos, além das árvores emergentes. O estrato inferior, com indivíduos entre 1,8 a 18m de altura apresenta a maior concentração de indivíduos da área amostrada, com 200 indivíduos, perfazendo 67 % do número total de indivíduos (Figura 24). Neste estrato destacam-se principalmente por sua abundância, o mata-matá branco e a farinha seca. O estrato superior é composto por árvores entre 18 e 39,6m de altura, totalizando 80 indivíduos, o que representa cerca de 27 % do total amostrado. O dossel não chega a ser contínuo, pois o número de indivíduos diminui gradativamente com o aumento das classes de altura. Dentro desta estratificação da comunidade foram amostrados como emergentes: a abiorana, o macucu e a pequiarana. Dentre as 29 espécies encontradas, 21 apresentaram indivíduos com altura mínima entre 1,8 e 5,4 m, indicando que populações com indivíduos jovens das espécies dominam a paisagem.



**Figura 24.** Histograma de distribuição de indivíduos ( $DAP \geq 10\text{cm}$ ) por classes de altura (1 vara: 1,8m) na Floresta Nacional do Purus.

Os levantamentos tiveram tempo restrito para sua realização, por se tratar de um Levantamento Expedito, porém indicam que a área da Floresta Nacional do Purus é um importante componente da Floresta Amazônica, por encontrar-se em ótimo estado de conservação, o que aponta para sua importância na conservação deste bioma.

#### 3.5.1.4. Potencial dos Recursos Florestais

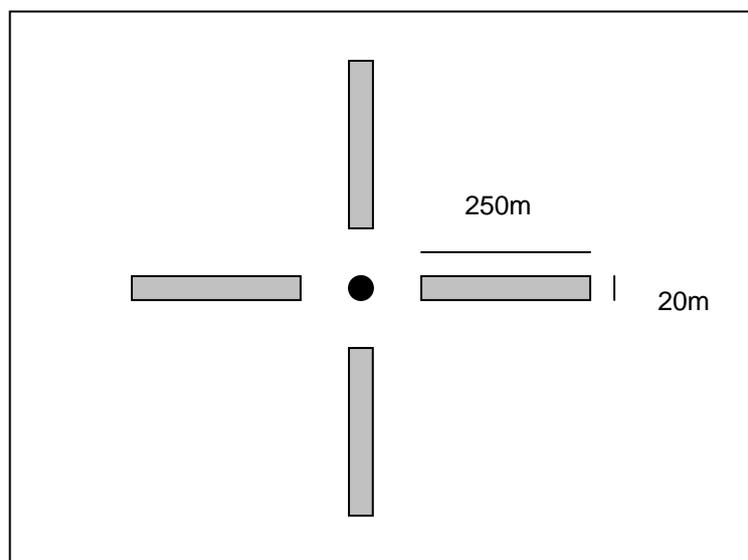
O levantamento da estimativa do potencial dos recursos florestais da Floresta Nacional do Purus foi dividido em duas categorias de uso dos recursos, sendo elas: i) Recursos Madeireiros, e; ii) Recursos Não-Madeireiros.

Para o levantamento do potencial dos recursos florestais madeireiros utilizou-se uma adaptação de um sistema de inventário florestal, para atender os requisitos de um Levantamento Expedito. Para o levantamento do potencial dos recursos florestais não-madeireiros consideraram-se principalmente as informações dos moradores, como produtos atualmente coletados, além da observação das espécies mais abundantes para cada tipologia. No caso dos produtos não-madeireiros não se utilizou um método de amostragem, visto que para cada produto deveria haver um sistema específico de amostragem, o que não seria factível em um levantamento, cujo tempo para execução era restrito.

### 3.5.1.4.1. Recursos Florestais Madeireiros

O levantamento dos recursos florestais foi feito através da instalação de unidades amostrais basicamente na tipologia Floresta Ombrófila Densa Submontana, que ocupa cerca de 85 % da área da Floresta Nacional do Purus e também levantamento de dados florestais secundários do RADAMBRASIL (BRASIL, 1976) e do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Vila Céu do Mapiá.

A unidade amostral selecionada para a coleta de dados foi o conglomerado, composto de quatro subunidades de 0,5 hectares (20 x 250m) com área total de 2,0 hectares. As subunidades foram dispostas em forma de cruz.



**Figura 25** - Esquema do conglomerado utilizado como unidade amostral

Para a determinação dos locais para a instalação das unidades amostrais foram utilizados o mapa de vegetação da Floresta Nacional do Purus, elaborado pelo WWF-Brasil e imagem do satélite LANDSAT 7 ETM - Bandas 4, 5 e 6, além de GPS e bússola.

No total foram instaladas 05 conglomerados no Levantamento Expedito, além destes foram utilizados como dados secundários informações de 05 conglomerados instalados próximos à Vila Céu do Mapiá e 01 parcela do RADAMBRASIL (BRASIL, 1976), totalizando 20,5 ha de área amostrada.

Foram medidas todas as espécies arbóreas com diâmetro à altura do peito (DAP) maior ou igual a 20 cm. As espécies de palmeiras que possuem estipe não foram medidas, apenas contabilizadas. Os dados coletados foram:

- DAP – diâmetro à altura de 1,30m, em relação ao solo;

- Altura comercial – comprimento do fuste da árvore desde o solo até a primeira bifurcação ou grande tortuosidade;
- Nome vulgar – nome regional da espécie arbórea fornecido pelo mateiro.

A partir dos dados coletados foram calculados os seguintes parâmetros:

**a) Abundância** - A - (número de árvores/ha):

**A =  $\sum ni$** , onde:

$\sum ni$  = somatório do número de árvores de cada espécie

**b) Área basal** – G – (m<sup>2</sup>/ha)

**G =  $\sum gi$** , onde:

G = área basal total de cada espécie

$\sum gi$  = somatório da área basal individual de cada árvore

$gi$  = área basal de cada árvore

$gi = (3,1416 \times D^2)/4$

D = diâmetro à altura do peito

**c) Volume** –V- (m<sup>3</sup>/ha)

**V =  $\sum vi$** , onde:

**$vi = gi \times Hc \times Ff$**

V = Volume de madeira em pé

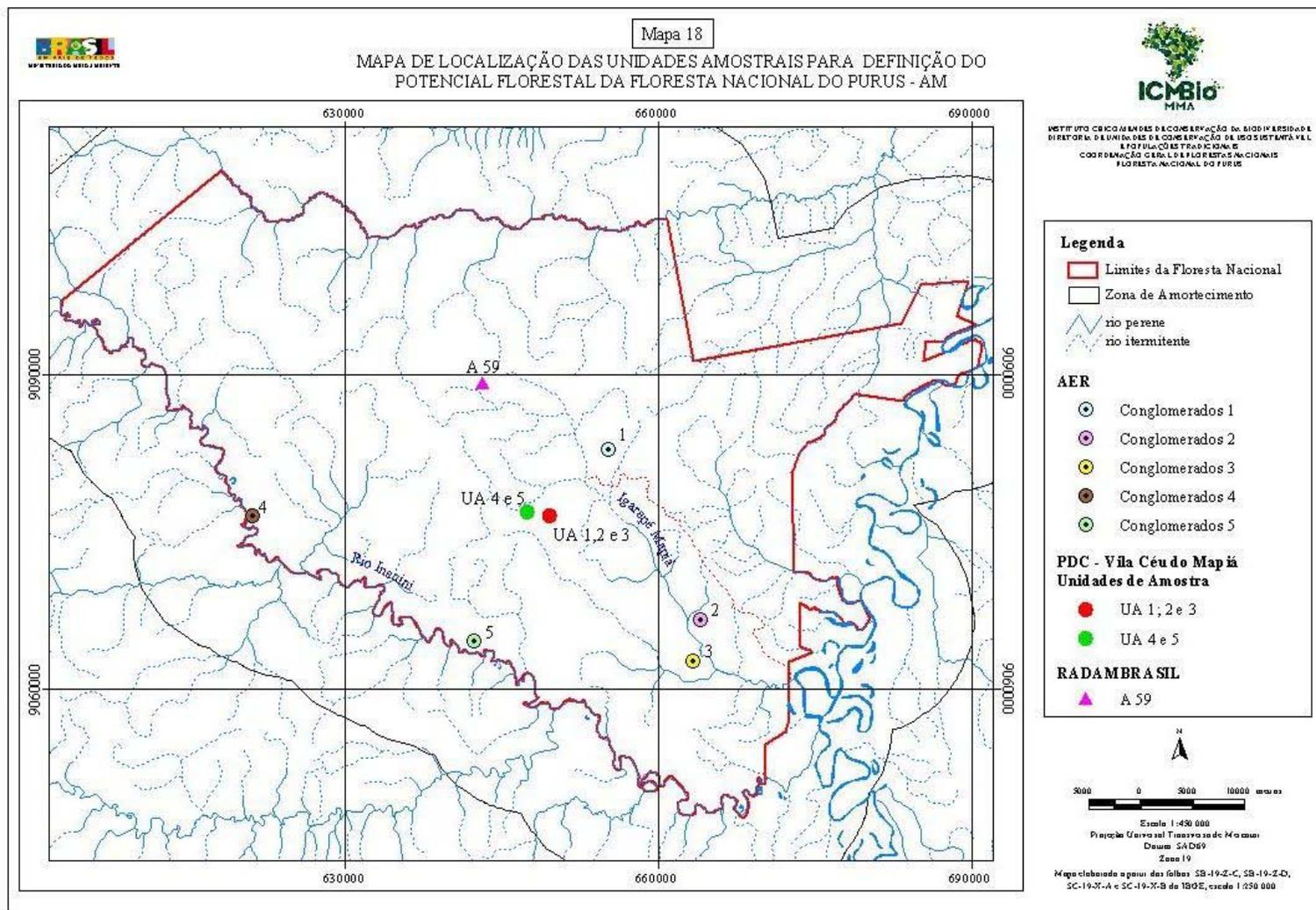
$\sum vi$  = somatório do volume individual de uma mesma espécie

$vi$  = volume de madeira em pé, de cada árvore

$gi$  = área basal individual de cada árvore

Hc = altura comercial de cada árvore

Ff = fator de forma, igual a 0,70



**Mapa 198** – Localização das Unidades Amostrais para definição do potencial florestal da Floresta Nacional do Purus

#### 3.5.1.4.1.1. Resultados

Nos levantamentos na tipologia Floresta Ombrófila Densa Submontana foram registradas a ocorrência de aproximadamente 190 espécies de porte arbóreo, sendo que uma pequena parcela das espécies não foi identificada no campo. Do total de 1.374 árvores medidas, as espécies registradas com maior frequência foram: mata-matá (126), abiuranas (125), pama (97), macucu (76), breu (56), louro (49), catuaba (31), envira sangue (30), amarelinho (28), caripé (28), tachi (27), correspondendo a aproximadamente 50% do total dos indivíduos amostrados.

Apesar do elevado número de espécies amostradas no levantamento, foram consideradas apenas 35 espécies como sendo de valor comercial. A definição das espécies de valor comercial levou em consideração os seguintes parâmetros: i) existência de mercado local; ii) existência de mercado regional, nacional e externo, e; iii) espécies que apresentam potencial futuro de comercialização. Esta restrição a algumas espécies de valor comercial se deve ao fato de que estudos indicam que a extração madeireira na região onde está inserida a Floresta Nacional só é economicamente viável para espécies de alto valor comercial (VERÍSSIMO et. al., 2000).

Para a avaliação dos parâmetros quantitativos do levantamento realizado na Floresta Nacional do Purus dividiu-se a análise dos resultados do potencial madeireiro em 03 categorias, são elas:

- **Total (T)** – corresponde às informações relativas a indivíduos arbóreos com DAP  $\geq$  20 cm;
- **Estoque comercial (EC)** – corresponde às informações relativas a todos os indivíduos arbóreos considerados espécies comerciais com DAP  $\geq$  20 cm;
- **Comercial (C)** – corresponde às informações relativas aos indivíduos arbóreos considerados espécies comerciais com DAP  $\geq$  40 cm.

O volume médio de madeira de espécies consideradas comerciais para a Floresta Nacional do Purus foi de **90,037** m<sup>3</sup>/ha, valor que indica que o potencial dos recursos madeireiros pode ser considerado alto, conforme as classes da tabela abaixo.

**Tabela 13** - Classes para a determinação do potencial madeireiro

<b>CLASSE DE POTENCIAL MADEIREIRO</b>	<b>VOLUME em m<sup>3</sup>/ha de espécies comerciais com DAP ≥ 40 cm</b>
Alto	≥ 60
Médio	31 – 59
Baixo	10 – 30

Para a determinação do volume foram consideradas informações das 5 unidades amostrais do Levantamento Expedito e 5 do Plano de Desenvolvimento Comunitário da Vila Céu do Mapiá (SANTOS & SOUZA, 2004). Apesar da média do volume comercial ser alta, este parâmetro apresentou elevada variabilidade com médias por unidade amostral variando entre 40,043 a 146,415 m<sup>3</sup>/ha (Tabela 14). Isto se deve ao fato que, apesar de se tratar de uma mesma macrotipologia, Floresta Ombrófila Densa Submontana, existe grande variação de composição florística e habitats, o que gera esta grande variabilidade nas estimativas relacionadas ao potencial florestal madeireiro. O menor volume comercial foi observado na unidade amostral 3, que representou uma área de interface entre Floresta Ombrófila Densa Submontana e Floresta Ombrófila Densa Aluvial, ilustrando assim a variabilidade da floresta.

**Tabela 14** – Valores médios de volume comercial (m<sup>3</sup>/ha) de madeira para 05 unidades amostrais do Levantamento Expedito e para 05 unidades amostrais do Plano de Desenvolvimento Comunitário da Vila Céu do Mapiá (SOUZA, 2004).

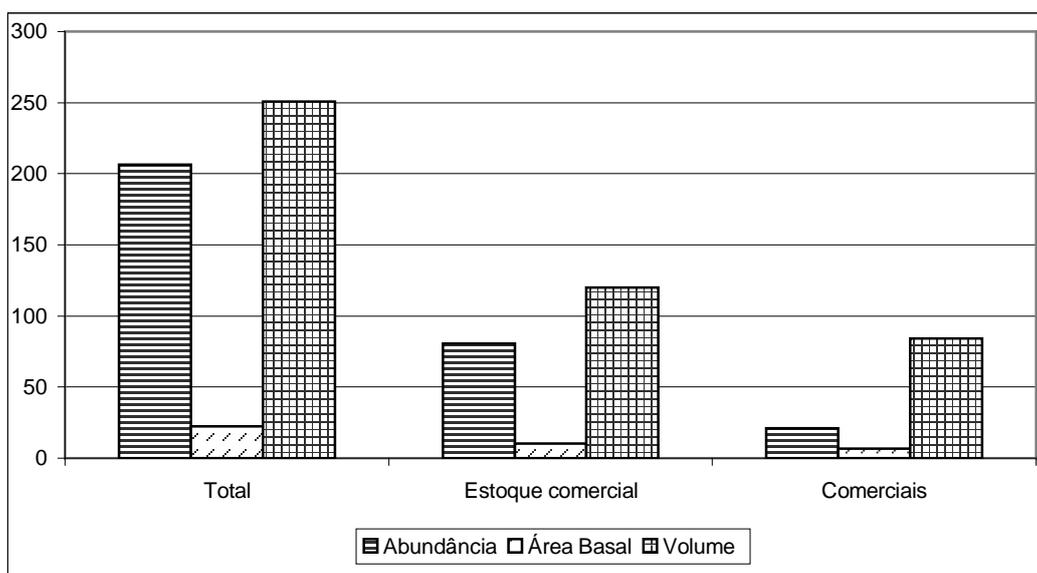
<b>Unidade Amostral</b>	<b>Volume comercial (m<sup>3</sup>/ha)</b>
1	101,310
2	146,415
3	40,043
4	95,333
5	49,400
6	122,607
7	56,518
8	91,712
9	69,095
10	127,937
<b>Média</b>	<b>90,037</b>

\* os dados das unidades amostrais 6 a 10 se referem ao levantamento do Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Vila Céu do Mapiá (Souza, 2004)

A tabela 15 apresenta as estimativas das unidades amostrais do Levantamento Expedito para os parâmetros abundância, área basal e volume, considerando o total de indivíduos arbóreos, o estoque de espécies comerciais e as espécies comerciais acima do diâmetro mínimo de corte, para a Floresta Nacional do Purus.

**Tabela 15** – Resultados do Levantamento do Potencial Madeireiro da Floresta Nacional do Purus para os parâmetros abundância (ind./ha), área basal (m<sup>2</sup>/ha) e volume (m<sup>3</sup>/ha).

Parâmetros	Total	Estoque comercial	Comercial
Abundância (ind./ha)	206,2	80,6	21,2
Área Basal (m <sup>2</sup> /ha)	22,433	10,229	6,566
Volume (m <sup>3</sup> /ha)	250,917	120,218	90,037

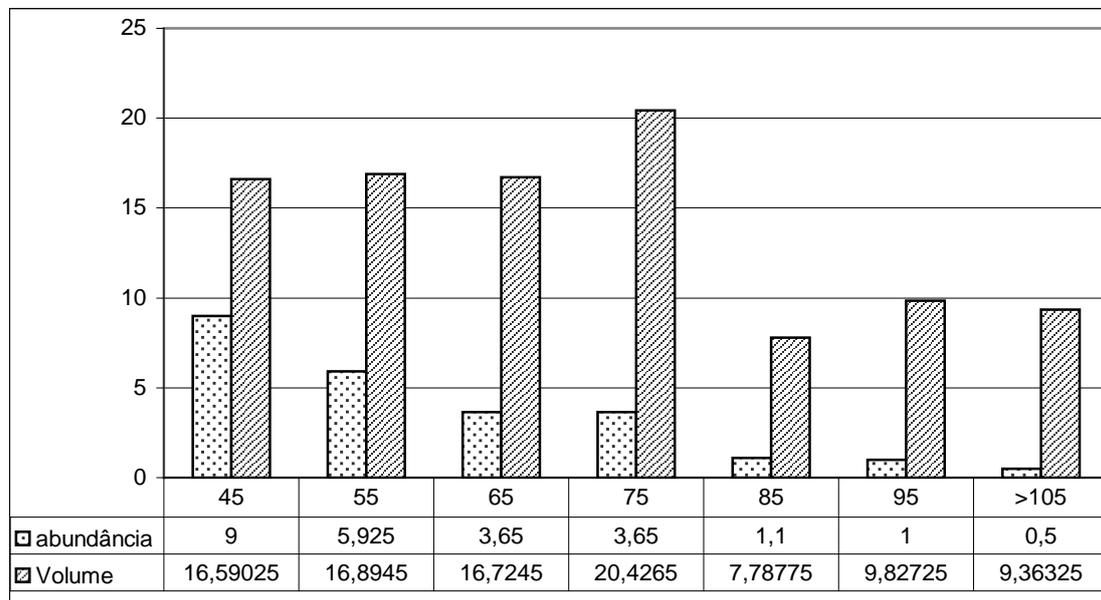


**Figura 26** – Representação gráfica dos resultados do Levantamento do Potencial Madeireiro da Floresta Nacional do Purus para os parâmetros abundância (ind./ha), área basal (m<sup>2</sup>/ha) e volume (m<sup>3</sup>/ha).

Observa-se pelo resultado acima que o estoque total de madeira da floresta é muito superior ao volume comercial, que contempla apenas 35 espécies. Visando buscar a sustentabilidade do manejo florestal madeireiro é fundamental que se aumente o número de espécies comerciais, para que se distribua melhor a intensidade de colheita sobre mais espécies e conseqüentemente não haja sobreexploração em poucas espécies de elevado valor comercial.

Os resultados do levantamento do potencial madeireiro indicam que o volume comercial médio de madeira para a Floresta Nacional do Purus, de 90,037 m<sup>3</sup>/ha, é superior a outros levantamentos realizados no Projeto de Assentamento Extrativista Porto Dias (80 – 88,5 m<sup>3</sup>/ha) e da Floresta Nacional do Macauã (46 – 51 m<sup>3</sup>/ha), porém inferior ao volume estimado de 106,112 m<sup>3</sup>/ha para a mesma tipologia florestal na Floresta Nacional Mapiá-Inauini. A distribuição diamétrica das espécies comerciais

apresenta forma de “J invertido”, ou seja, existem mais indivíduos de menor diâmetro que de grande diâmetro. Considerando o volume, observa-se que as classes diamétricas menores concentram a maior parte do volume, como ocorre com a abundância.



**Figura 27** – Distribuição de abundância (ind./ha) e volume comercial (m<sup>3</sup>/ha) por classe de diâmetro para a Floresta Nacional do Purus

Com relação à abundância das espécies consideradas comerciais observou-se para a Floresta Nacional do Purus média de 22 indivíduos/ha, enquanto no Projeto de Assentamento Extrativista Porto Dias observou-se uma média entre 35 – 40 indivíduos/ha e na Floresta Nacional do Macauã entre 31-33 indivíduos/ha.

A existência de 35 espécies identificadas durante os levantamentos está dentro da média de ocorrência para a Amazônia, tendo sido maior que no Projeto de Assentamento Agro-extrativista Porto Dias (30 espécies) e Floresta Nacional Macauã (29 espécies), porém nestas duas áreas existe maior ocorrência de espécies com alto valor de mercado como por exemplo: cumaru, cedro, cerejeira, jatobá, mogno, ipês e angelim. A tabela 16 apresenta as 10 espécies mais abundantes para a Floresta Nacional do Purus e seus respectivos volumes por hectare, observa-se que nenhuma das espécies citadas como de alto valor de mercado está entre as 10 mais abundantes.

**Tabela 16** – As 10 espécies comerciais mais abundantes e seu respectivo volume para a Floresta Nacional do Purus

<b>Espécie</b>	<b>Abundância (ind./ha)</b>	<b>Volume (m<sup>3</sup>/ha)</b>
Abiorana	3,32	9,110
Corrimboque	2,14	11,157
Roxinho	1,80	7,151
Amapá	1,38	5,474
Catuaba	1,34	4,857
Mutamba	1,00	3,282
Acariquara	0,94	3,911
Louro	0,92	2,216
Guariúba	0,80	1,834
Massaranduba	0,72	1,994

A posição relativa das espécies de *alto valor comercial* (considerando a abundância) e seus respectivos volumes são apresentados na Tabela 17, abaixo.

**Tabela 17** – Abundância, posição relativa com relação à abundância e volume das espécies consideradas de alto valor de mercado

<b>Espécie</b>	<b>Abundância (ind./ha)</b>	<b>Posição</b>	<b>Volume (m<sup>3</sup>/ha)</b>
Cumarú	0,28	21	0,99
Cedro	0,20	25	1,19
Cerejeira	-	-	-
Jatobá	0,14	32	0,25
Mogno	-	-	-
Ipê	-	-	-
Angelim	0,20	24	3,22

Como a abundância das espécies comerciais é considerada mediana, bem como a ocorrência de espécies de alto valor comercial, devem-se aprofundar os estudos sobre a floresta e sobre a viabilidade do manejo florestal, visto que atualmente a Unidade de Conservação não está inserida em nenhuma região considerada como pólo madeireiro.

#### **3.5.1.4.2. Potencial Florestal Não-Madeireiro**

A avaliação do potencial dos recursos florestais não-madeireiros da Floresta Nacional do Purus foi baseado em entrevistas com os comunitários e na observação do seu potencial nas unidades amostrais do levantamento dos recursos florestais madeireiros. Para este levantamento não foi utilizado nenhum sistema de amostragem, pois para cada um dos recursos é necessária a utilização de um sistema específico.

Desta forma, foi feita apenas uma avaliação qualitativa dos recursos não-madeireiros potenciais e dos atualmente utilizados pelas comunidades, buscando indicar quais os principais recursos utilizados e os potenciais.

#### 3.5.1.4.2.1. Resultados

O uso de recursos não-madeireiros é bastante difundido na região, visto que a colonização da região está intimamente relacionada ao "Ciclo da Borracha". Em função de sua importância histórica e comercial, os principais produtos não-madeireiros utilizados pelas comunidades da Floresta Nacional do Purus são a seringa (*Hevea brasiliensis*), a castanha (*Bertholletia excelsa*) e o cipó jagube (*Banisteriopsis caapi*), muito utilizado na preparação do "Ayauasca" que é consumido durante os cultos da doutrina do Santo Daime.

Os recursos florestais não-madeireiros têm como principais usos: alimentação, construção civil, utensílios domésticos, medicinal, artesanato, culto religioso e como ceva para caça, com vistas ao próprio consumo e comercialização. Os produtos mais extraídos são: óleos, gomas, látex, resina, raízes, folhas, cascas, palhas, caule e frutos.

Com base no levantamento de campo e em um levantamento realizado por SOUZA (2004) na Vila Céu do Mapiá, foram identificadas 12 espécies que possuem grande uso e importância para os moradores, além de apresentarem potencial para o uso sustentável e geração de renda. As espécies selecionadas foram:

**Patauá** (*Oenocarpus bataua* Mart.) – seu fruto é utilizado para alimentação e comercialização (polpa) e para produção de óleos. Apresenta distribuição ampla e abundante na área. Em função de sua abundância e usos deve ser priorizada para implementação de manejo.

**Marajá** (*Bactris* sp.) – seu caule é utilizado para a produção de utensílios domésticos (cortinas) e artesanato. Apresenta distribuição ampla e abundância média.

**Tucumã** (*Astrocaryum tucuma*) – É uma palmeira utilizada para obtenção de fibras, alimentação humana, óleo e artesanato, a partir das sementes. Ocorre principalmente na terra alta e apresenta abundância média. É bastante coletado.

**Açaí** (*Euterpe precatoria* Mart.) – seu fruto é utilizado para alimentação (polpa), para produção de artesanato e também há a possibilidade de extração de óleo. Sua distribuição se concentra nas terras altas, tendo comportamento gregário e apresenta abundância média.

**Murumuru** (*Astrocaryum murumuru*) – o murumuru é uma palmeira que cresce em touceiras, possui estipe que pode atingir até 10m e cujos frutos possuem óleo e massa de grande interesse para a produção de cosméticos, principalmente sabonetes.

**Cipó-titica** (*Heteropsis* sp.) – é uma Arácea cujas raízes são uma das principais fibras utilizadas para a produção de artesanato e utensílios domésticos. Sua distribuição é ampla, com maior abundância na terra firme.

**Cipó Jagube ou Mariri** (*Banisteriopsis caapi*) – é um cipó cujo caule é utilizado para o feitiço de ayahuasca, que é consumido nos ritos da doutrina do Santo Daime. Além do consumo local, o ayahuasca é distribuído para outras igrejas da doutrina no Brasil e exterior. Boa parte do cipó consumido é proveniente de plantios, porém há também a coleta na floresta.

**Rainha ou Chacrona** (*Psychotria viridis*) – é um arbusto cujas folhas são utilizadas em conjunto com o cipó jagube para o feitiço de ayahuasca. Assim como o cipó jagube a maior parte do consumo é proveniente de plantios.

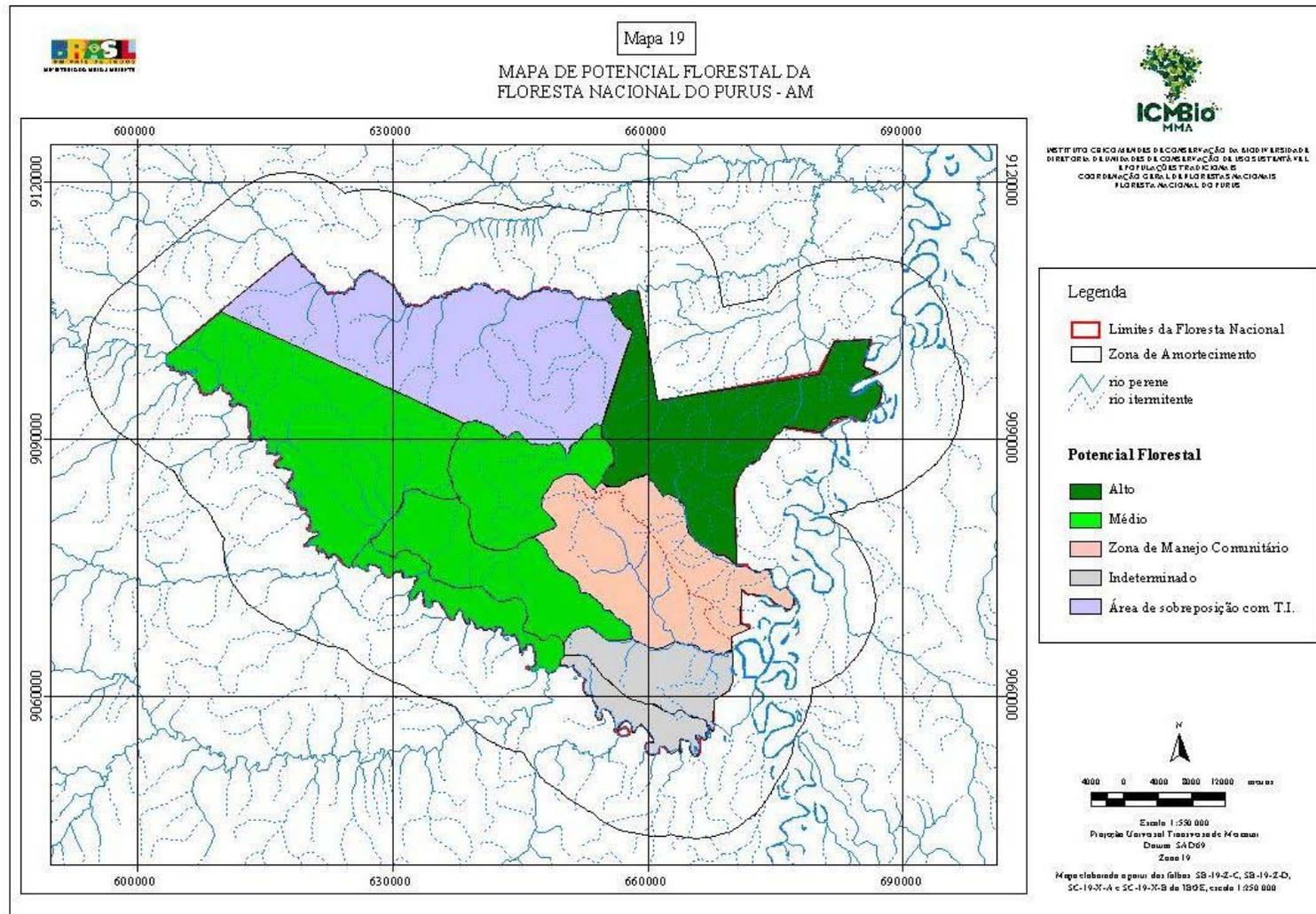
**Jarina** (*Phytelephas macrocarpa*) – é uma palmeira acaule de pequeno porte, que se distribui por toda a Amazônia, principalmente no sudoeste do Amazonas e estado do Acre. É uma planta muito utilizada pelas populações locais para construção civil (folhas para a cobertura de casas), alimentação humana e animal, confecção de cordas e artesanato. Este último tem sido o principal uso comercial da jarina, também chamada de marfim vegetal.

**Castanha** (*Bertholletia excelsa*) – é uma espécie arbórea utilizada para alimentação humana, sendo um dos principais recursos florestais comercializados pelas comunidades locais.

**Seringa** (*Hevea brasiliensis*) – é uma espécie arbórea que ocorre nas áreas de várzea e de terra firme. A seringa já foi um importante produto para a composição da renda das comunidades, porém seu mercado está um pouco estagnado.

**Andiroba** (*Carapa guianensis*) – é uma espécie arbórea que ocorre preferencialmente em áreas de várzea. A extração do óleo é feita a partir das sementes, sendo utilizado com fins medicinais e cosméticos.

**Copaíba** (*Copaifera* spp.) – são várias as espécies de copaíba produtoras de óleo, ocorrendo nas áreas de várzea e de terras firmes. A extração do óleo é feita através da perfuração do tronco, sendo utilizado com fins medicinais e cosméticos.



**Mapa 19** – Potencial Florestal da Floresta Nacional do Purus - AM

### **3.5.2. Fauna**

Uma importante característica da fauna neotropical sul americana é sua alta diversidade, com grande número de espécies ocorrendo em baixas densidades. Além disso, comparativamente a outras áreas tropicais do mundo, os mamíferos americanos são pequenos e a biomassa total de vertebrados terrestres é baixa - 10 a 30 kg/ha em média.

Aves e mamíferos são considerados os grupos mais bem conhecidos da América do Sul, embora ainda existam enormes lacunas no conhecimento da distribuição destes grupos (OVERAL & MASCARENHAS, 1993). Existem grandes áreas de florestas e de sistemas não florestais sem estudos de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes, sendo o nível de desconhecimento ainda mais acentuado para outros grupos animais, especialmente artrópodes, provavelmente em razão do imenso número de espécies, do seu tamanho reduzido e da escassez de especialistas em cada um dos diversos taxa componentes. Esses taxa não foram amostrados no presente parecer, tendo em vista as dificuldades inerentes. Recomenda-se o levantamento dessas espécies, priorizando aquelas com usos potenciais ou relevância como bio-indicadores.

Tendo em vista a lacuna de informações sobre os invertebrados e o caráter preliminar do presente levantamento de vertebrados, que não incluiu os anfíbios, futuros levantamentos de fauna são de grande valor como informação naturalística básica. Esses levantamentos são recomendados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento para subsidiar as ações de manejo que possibilitarão o uso múltiplo da Unidade.

#### **Ameaças à Fauna**

A Floresta Nacional do Purus possui uma concentração populacional relativamente baixa (IBGE, 1992) e o impacto da população residente da Unidade sobre seus recursos é aparentemente baixo. No entanto, existem moradores que praticam caça e pesca ilegal. Mas o impacto maior sobre a fauna é gerado por pescadores "profissionais" não residentes na reserva, que a invadem, visando a atender diretamente à demanda de consumo das populações de Boca do Acre e Rio Branco. Esses centros urbanos com alta concentração de habitantes demandam, principalmente, uma grande quantidade de pescado, causando impacto significativo

nas populações ictiológicas. A pesca praticada por esses grupos é predatória, com sistemático desrespeito à legislação vigente.

Em relação às populações de mamíferos, aves, répteis e anfíbios, a situação se repete, sendo que as maiores ameaças a sua conservação, provêm da ocupação irregular das terras na Unidade, do crescente desmatamento para a formação de pastagens e do abate de animais silvestres e comercialização de carne de caça e seus subprodutos, direcionados a atender às demandas desses núcleos de adensamento humano.

Sendo a Floresta Nacional do Purus uma Unidade de Conservação de uso sustentável, a utilização racional dos seus recursos naturais é não só permitida, mas também incentivada como uma forma harmônica de relação entre a ocupação ou utilização humana e a conservação desses bens naturais (SNUC, 2000). Este conceito também está inserido no artigo 6, alínea b, da Convenção sobre Diversidade Biológica, que diz:

*integrar, na medida do possível e conforme o caso, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes.*

As principais fontes de proteína dos habitantes da Floresta Nacional são o pescado e carne de caça. A pesca de subsistência é realizada quase diariamente ao longo do ano, sendo intensificada na época do verão amazônico. Já a caça é realizada mais ocasionalmente. Essas atividades geram impactos sobre as populações de animais afetando, provavelmente, a distribuição, densidade e tamanho dessas populações. Para minimizar esses impactos, é necessário realizar estudos da ecologia e da dinâmica populacional das espécies caçadas e implementar estratégias para o seu manejo, indicando áreas de **refúgio animal**. Estas áreas funcionam como sítios de reprodução e abrigo para os animais, permitindo o repovoamento dos locais afetados pela caça (ALVARD *et alii*, 1997).

Uma outra estratégia de minimização dos impactos gerados pela caça, além de servir como fonte de renda alternativa, é a criação comercial de animais silvestres da fauna brasileira. A vantagem dessa categoria de atividade é a possibilidade de se comercializar também os subprodutos animais, otimizando a renda gerada (SANTOS *et alii*, 2004).

Não menos preocupante, é o grande risco potencial da ocorrência da prática da biopirataria, já que a região contempla uma das maiores biodiversidades do planeta (SABINO & PADRO, 2003).

Algumas das espécies de ocorrência na Floresta Nacional do Purus constam na Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção e (ou) nos anexos I e II da Convenção sobre comércio internacional das espécies da fauna e flora em perigo de extinção (CITES), como o Tatu-canastra, *Priodontes maximus*, o Tamanduá-bandeira, *Myrmecophaga tridactyla*, a Lontra, *Lutra longicaudis* e a Ariranha, *Ptenoura brasiliensis*, a Onça-pintada, *Pantera onca* entre outras, (MMA, 2003). A vulnerabilidade dessas espécies ao risco potencial de extinção, exige um cuidado maior na gestão da Unidade, recomendando-se a realização de estudos mais completos, visando à conservação dessas espécies.

No presente estudo é feita uma caracterização dos ecossistemas locais e ambientes aquáticos associados, da mastofauna (mamíferos), ornitofauna (aves), fauna reptiliana (répteis) e ictiofauna (peixes) e de alguns aspectos sócio-ambientais relacionados ao uso visando orientar futuras ações de manejo da Unidade.

### **3.5.2.1. Procedimentos metodológicos**

A caracterização da fauna e as estratégias propostas para seu manejo e conservação basearam-se tanto em dados secundários (registros na bibliografia e outras fontes) quanto em dados primários referentes às atividades de campo.

#### **a. Dados Secundários**

Os dados secundários foram obtidos através de:

- Referências bibliográficas para a Floresta Nacional do Purus e seu entorno (faixa de 10 km ao longo de todo o perímetro), para a bacia do Purus e região;
- Registros de material depositado nas três principais coleções zoológicas de abrangência nacional do país: Coleção Ictiológica do Museu de Zoologia da USP, Coleção Ictiológica do Museu Nacional da UFRJ e Coleção Zoológica do Museu de Zoologia da PUC de Porto Alegre (BUCKUP & MENEZES, 2003; SABINO & PADRO, 2003);
- Registro das espécies com distribuição conhecida para toda a bacia amazônica (ARAUJO-LIMA & GOULDING, 1997; BARTHEM & GOULDING, 1997; CASTRO, 1990;

GOULDING, 1979, 1980; HOWES, 1982; SILVANO *et all.*, 2000; VARI, 1984, 1989a, 1989b, 1992) ainda que sem material coletado na bacia do rio Purus nas coleções consultadas;

- Referências bibliográficas sobre etno-ictiologia e recursos pesqueiros na Amazônia (FREITAS, 2004, SILVANO *at all*, 2002);
- Referências bibliográficas sobre taxonomia e ecologia de mamíferos, aves e répteis, (DEL HOYO *et alii.*, 1994, 2004; HILTY & BROWN, 1986; SABINO & PADRO, 2003; OMENA-JÚNIOR & BERNARDINO, 1999; SCHAUENSEE & PHELPS, 1978; SICK, 2001; EMMONS, 1997; PRÓ-CARNÍVOROS, 2005; BLACKBURN, 1982; DUELLMAN, 1979; GANS, 1978; SANTOS, 1994; VERDADE, 2004).

## **b. Dados Primários**

No período de 13 a 27/05/2005, foram realizadas entrevistas com moradores, observações diretas e atividades de captura em ambientes representativos da Unidade de Conservação.

Para o levantamento de registros sobre as espécies de peixe e o conhecimento local associado foram utilizados os seguintes métodos:

- captura e soltura através de picaré, rede de espera e pesca com anzol, identificação no campo e através de fotos, medições e consulta a especialistas;
- entrevistas com “ribeirinhos”, moradores da Unidade que utilizam diretamente o recurso pesqueiro, visando aferir seu conhecimento sobre as espécies de peixes e outros aspectos relacionados com seu manejo, utilizando metodologia adaptada de Batistella *et all* (2005) e Silvano *et all* (2002);
- observação supra-aquática da margem dos igarapés de pequeno porte (BUHRNHEIM, 2002).

O registro de mamíferos, aves e répteis, durante as atividades de campo, foi balizado pelos conceitos da etnobiologia. Esta área de conhecimento integra elementos da Antropologia, Ecologia e Biologia, entre outros, e pressupõe que as populações tradicionais que habitam os locais sob estudo possuem grande conhecimento sobre os recursos naturais, pois usam e dependem essencialmente deles para sobreviver.

Baseado nas informações prestadas por essas populações, é possível obter-se um registro confiável das espécies que habitam e interagem no mesmo ambiente

(TOLEDO *et alii*, 2005). O resultado é uma lista de espécies silvestres de ocorrência regional. Para tanto, são apresentadas aos moradores, pranchas com ilustrações de animais cuja distribuição geográfica, de acordo com a literatura, abrange a área de estudo. Os moradores, então, são questionados sobre sua ocorrência na área. Também são levantadas informações sobre ecologia dessas espécies, tais como, abundância, estado sanitário-nutricional através da aparência geral dos animais bem como pelo comportamento (se normal ou anormal), formas e intensidade de utilização pelos moradores, conflitos com espécies consideradas perigosas ou prejudiciais e interesse pelo seu manejo, locais de forrageamento e abrigo, entre outras.

Uma etapa fundamental neste processo é a interpretação dos dados obtidos por meio de um estudo prévio das espécies, com potencial ocorrência no local, para corrigir eventuais (raras) enganos e falhas de reconhecimento das mesmas.

Paralelamente, foram também registradas espécies identificadas através de evidências indiretas como rastros e pegadas (BECKER & DALPONTE, 1991), pêlos, penas ou escamas, ninhos, tocas *etc.*

Por último, foram registradas espécies com base na observação e a audição da vocalização e manifestações outras manifestações sonoras. Para tanto, foram realizadas expedições a áreas, previamente selecionadas, de maior concentração de populações animais em virtude da maior oferta de recursos como barreiros<sup>1</sup>, várzeas e lagos.

Os métodos empregados visaram uma caracterização dos ambientes aquáticos e da fauna da Floresta Nacional.

### **3.5.2.2. Resultados**

#### **3.5.2.2.1. Caracterização da Fauna**

Para caracterização da fauna foram realizadas atividades que envolveram entrevistas com moradores (registro oral) da Floresta Nacional do Purus e do seu Entorno, saídas de campo para observação direta (visual) dos animais, assim como captura e solta e registro vestigial e sonoro.

---

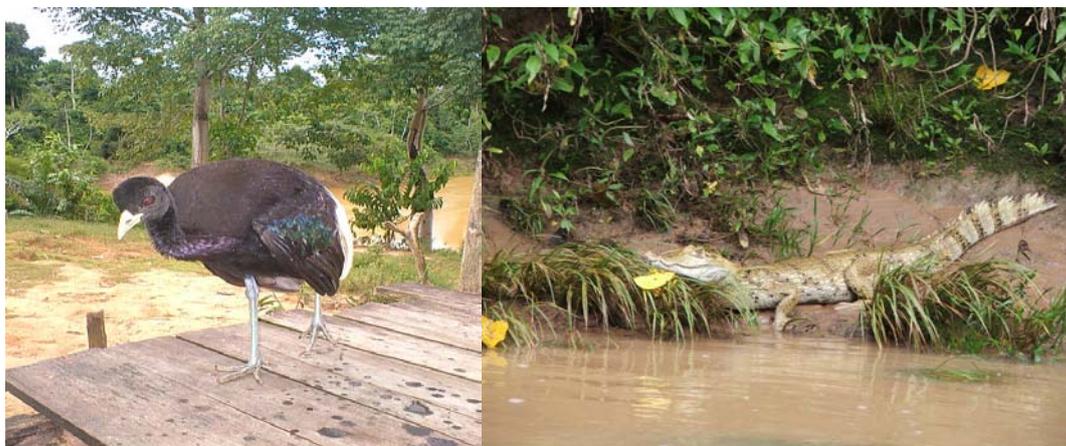
<sup>1</sup> Barreiros: locais especialmente procurados pelos animais, dada a exposição de solos com altas concentrações de sais



**Figura 28** - Exemplos de procedimentos para identificação de espécies de ictiofauna, como captura e observação direta.



**Figura 29** - Exemplo de identificação de animais por registro vestigial e por partes encontradas em residências de moradores



**Figura 30** - Exemplos de observação direta de exemplares de fauna, como jacaré e jacarim

## a) Peixes

Os peixes são os vertebrados com o maior número de espécies descritas e compreende importante grupo que está seguramente sub-amostrado na área, num universo de 1500 espécies íctias registradas para a bacia amazônica. A identificação das espécies de peixes amazônicos é difícil em razão dos poucos estudos e falta de consenso entre os especialistas. Para a Amazônia ocidental as coletas realizadas são poucas, sendo o desconhecimento da fauna ictiológica da região ainda significativo (BRASIL, 1998).

Para o estudo da ictiofauna local foi realizado um diagnóstico onde as principais espécies de peixes foram identificadas através de captura/solta, entrevistas e observação supra-aquática. As espécies registradas foram: **arraia** (*Plesiotryon* sp), **pirarucu** (*Arapaima gigas*), **aruanã** (*Osteoglossum bicirrossum*), **jejuípe** (*Rivulus* sp), **cará** (*Aequides* sp, *Heros* sp, *Mesonauta* sp), **tucunaré** (*Cichla monoculus*), **jacundá** (*Crenicichla* sp), **matrixã** (*Brycn cf. amazonicus*), **pacu** (*Mylossoma* sp), **piratinga** (*Piractus brachypomus*), **piaba** (*Poptella compressa*), **piranha-caju** (*Pygocentru naffererii*), **sardinha** (*Triportheus* sp), **casca-dura** (*Curimata* sp), **lombo-de-porco** (*Curimatella* sp), **branquinha** (*Pothamorrina* sp), **são-paulo** (*Psefogaster* sp), **traíra** (*Hoplias malabaricus*), **saúna** (*Annodus* sp), **peixe-lápis** (*Pyrhulina* sp), **curimatã** (*Prochilodus nigricans*), **poraquê/peixe-elétrico** (*Electrophorus electricus*), **cuiu-cuiu** (*Oxidoras niger*), **jundiá/bagre-sapo** (*Rhamdia quelen*), **casculo/bodó** (*Hypostomus* sp), **dorada** (*Brachyplatystoma flavicans*), **mandi** (*Pimelodus cf. blochii*), **piranambu** (*Pinirampus pinirampu*) e **surubim** (*Pseudoplatystoma fasciatum*).

Para amenizar os impactos gerados sobre a ictiofauna local é necessário que seja realizada uma gestão compartilhada do recurso pesqueiro que geralmente está associada ao uso coletivo desse recurso por um grupo organizado, onde regras de utilização são estabelecidas visando ao controle e conservação do recurso. Essas regras são fortemente baseadas no conhecimento regional dessas comunidades referente à dinâmica dos ecossistemas e das suas espécies associadas (BEGOSI & BROWN, 2003).

Apesar da grande fragilidade política, organizativa e institucional do modelo ribeirinho de gestão comunitária do recurso natural, esse modelo tem confirmado a efetividade e a excelência dos fundamentos bioecológicos que orientam o manejo da

fauna aquática, em especial a fauna ictiá, nos ambientes pesqueiros das áreas sobre o controle desse modelo.



**Figura 31** - Exemplos de ictiofauna

## b. Répteis

Os répteis apresentam espécies sensíveis a alterações ambientais, notadamente à destruição de habitat. A caça também pode contribuir para o declínio de espécies maiores como os jacarés. Como forma de minimizar a pressão sobre essas espécies, a criação de jacarés e quelônios deverá ser incentivada como alternativa alimentar e de renda em conjunto com programas de manejo, conservação, e educação ambiental para o manejo dessas espécies.

Para o levantamento de répteis da região foram realizadas entrevistas com os moradores sendo que durante as saídas de campo alguns espécimes foram avistados ou encontrados seus vestígios. As espécies registradas foram: **mata-matá** (*Chelus fimbriatus*), **muçuã** (*Kinosternon scorpioides*), **tartaruga-da-amazônia** (*Podocnemis expansa*), **tracajá** (*Podocnemis unifilis*), **jabuti** (*Geochelone denticulata*), **jacaré-tinga** (*Cayman crocodilus*), **jacaré-açú** (*Melanosuchus niger*), **jacaré-corôa-preto** (*Paleosuchus trigonatus*), **camaleão/sinibu** (*Iguana iguana*), **bico-doce** (*Ameiva ameiva*), **jacuruxi** (*Dracena guianensis*), **teiú-guaçu** (*Tupinambis teguixim*), **jibóia** (*Boa constrictor constrictor*), **salamanta** (*Epicrates cenchria*), **sucuri** (*Eunectes murinus*), **cobra-coral** (*Micrurus* sp), **jararaca** (*Bothrops atrox*), **surucucu** (*Lachesis muta muta*) e **cascavel** (*Crotalus durissus terrificus*).



**Figura 32** - Exemplos de répteis da Floresta Nacional Mapiá-Inauini

### c. Aves

Por serem relativamente bem conhecidas, especializadas por *habitats* e sensíveis a alterações dos biótipos preferidos, as aves são muito utilizadas como indicadores biológicos. Algumas espécies de aves são domesticadas e contribuem para o suprimento da alimentação humana, outras, devido sua coloração vistosa e a sonoridade do canto, são usadas como animais de estimação, fatos que as tornam vítimas do tráfico de animais silvestres.

No levantamento da avifauna, além das entrevistas, observação direta e dos registros vestigiais também foi realizado o registro sonoro. As espécies registradas no trabalho de campo foram: **corujão** (*Pulsatrix perspicillata*), **tiriba-de-testa-azul** (*Pyrrhura picta*), **maitaca-de-cabeça-azul** (*Pionus menstruus*), **marianinha** (*Pionites leucogaster*), **periquito-estrela** (*Aratinga áurea*), **maracanã-guaçu** (*Ara severa*), **arara-piranga** (*Ara macao*), **arara-vermelha** (*Ara chloroptera*), **arara-canindé** (*Ara ararauna*), **papagaio-estrela** (*Amazona ochrocephala*), **papagaio-urubu** (*Amazona farinosa*), **tucano-grande-de-rabo-branco** (*Ramphastos tucanos*), **pica-pau-de-banda-branca** (*Dryocopus lineatus*), **pica-pau-chocolate** (*Celeus elegans*), **aribamba-grande-da-mata** (*Jacamerops áurea*), **bico-de-agulha-de-rabo-vermelho** (*Galbula nuficanda*), **uru** (*Capito auroventris*), **joão-bobo** (*Nystalus chacuru*), **macuru** (*Normula rubecula*), **bico-de-brasa** (*Monasa nigrifrons*), **joão-barbudo** (*Malacoptila striata*), **suiriri** (*Tyrannus melancholicus*), **príncipe** (*Pyrocephalus rubinus*), **guaracava-de-barriga-amarela** (*Elaenia flavogaster*), **rabo-de-aramé** (*Pipra filicauda*), **uirapuru-de-chapéu-azul** (*Pipra*

*coronata*), **mãe-toaca** (*Phlegopsis nigromaculata*), **peitoril** (*Atticora fasciata*), **negaça** (*Tangara punctata*), **patativa-verdadeira** (*Sporophila plumbea*), **gola** (*Sporophila americana*), **bicudo** (*Oryzoborus maximiliani*), **curió** (*Oryzoborus angolensis*), **cambacaia** (*Coereba flaveola*), **guaxe** (*Cacicus haemorrhous*), **japiim** (*Cacicus cela*), **arapaçu-de-bico/arapaçu-de-bico-comprido** (*Nasica longnostris*), **araponga-de-horto** (*Oxyruncus cristatus*), **cricrió** (*Lipaugus vociferans*), **pavãozinho-do-pará** (*Eurypyga helias*), **frango-d'água-comum** (*Gallinula chioropus*), **jacamim** (*Psophia leucoptera*), **carão** (*Aramus guarauna*), **cujubim** (*Pipile pipile*), **aracuã-pintado** (*Ortalis gutata*), **urumutum** (*Nothocrax urumutum*), **mutum-cavalo** (*Mitu tuberosa*), **mutum-fava** (*Crax globulosa*), **chinango** (*Milvago chimango*), **gavião-pinhé** (*Milvago chimachima*), **acauã** (*Herpetotheres cachinans*), **cauré** (*Falco ruficularis*), **falcão-de-coleira** (*Falco femoralis*), **falcão-de-peito-vermelho** (*Falco deiroleucus*), **gavião-de-anta/gralhão** (*Daptrius americanus*), **gavião-de-penacho** (*Spizaetus ornatus*), **gavião-carijó** (*Rupornis manirostris*), **gavião-real** (*Harpya harpya*), **ripina** (*Harpagus bidentatus*), **gavião-tesoura** (*Elandides forficatus*), **caracoleiro** (*Chondrohierax unicatus*), **gavião-belo** (*Busarelos nigricolis*), **alma-de-gato** (*Piaya cayana*), **jacu-estalo** (*Neomorphus geoffroyi*), **anucoroca** (*Crotophaga major*), **anu-preto** (*Crotophaga ani*), **uru** (*Electron platyrhyncum*), **pescador-da-mata** (*Chloroceryle inda*), **aribamba** (*Chloroceryle americana*), **aribambinha** (*Chloroceryle aenea*), **marataca** (*Ceryle torquata*), **rolinha** (*Columba talpacoti*), **corococó** (*Mesembrinididus cayennensis*), **arapapá** (*Cochlearius cochlearius*), **maguari** (*Ciconia maguari*), **urubu-rei** (*Sarcoramphus papa*), **urubu-de-cabeça-preta** (*Coragyps atratus*), **urubu-de-cabeça-vermelha** (*Cathartes aura*), **socó-boi** (*Tigrisoma lineatum*), **garça-real** (*Pilherodius piliatus*), **garça-branca** (*Egretta thula*), **garça-branca-grande** (*Casmerodius albus*), **maguari** (*Ardea cocoi*), **trinta-réis-anão** (*Sterna superciliaris*), **trinta-réis-grande** (*Phaetusa simplex*), **jaçanã** (*Jacana jacana*), **martin-pescador-da-mata** (*Chloroceryle inda*), **aribamba** (*Chloroceryle americana*), **aribambinha** (*Chloroceryle aenea*), **marataca** (*Ceryle torquata*), **rolinha** (*Columba talpacoti*), **corococó** (*Mesembrinididus cayennensis*), **arapapá** (*Cochlearius cochlearius*), **maguari** (*Ciconia maguari*), **urubu-rei** (*Sarcoramphus papa*), **urubu-de-cabeça-preta** (*Coragyps atratus*), **urubu-de-cabeça-vermelha** (*Cathartes aura*), **socó-boi** (*Tigrisoma lineatum*), **garça-real** (*Pilherodius piliatus*), **garça-branca** (*Egretta thula*), **garça-branca-grande** (*Casmerodius albus*), **maguari** (*Ardea cocoi*), **trinta-réis-anão** (*Sterna superciliaris*), **trinta-réis-grande** (*Phaetusa simplex*), **jaçanã** (*Jacana*

*jacana*), **batuiruçu** (*Pluvialis dominica*), **batuira-de-esporão** (*Hoploxypterus cayanus*), **batuira-de-coleira** (*Charadrius collaris*), **urutau** (*Nyctibius griseus*), **beija-flor-roxo** (*Hylocharis cyanus*), **estrelinha** (*Calliphlox amethystina*), **beija-flor-preto** (*Anthracothorax nigricolis*) e **alengó** (*Anhima cornuta*).

Sugere-se a promoção do turismo ornitológico, centrado na observação de aves, que recentemente vem sendo desenvolvido no Brasil e o desenvolvimento de pesquisa para um maior conhecimento da biologia e ecologia deste grupo na área, podendo assim subsidiar programas de manejo e conservação.

#### d. Mamíferos

Apesar dos mamíferos serem o grupo de organismos mais bem conhecido, pouquíssimos locais de floresta úmida neotropical foram adequadamente inventariados e listas locais de espécies são geralmente incompletas (COSTA et al., 2005).

O levantamento da mastofauna se deu não só pelas entrevistas e observação direta, com também pelo registro vestigial, principalmente de pegadas. As espécies registradas foram: **sarigueia** (*Caluromys lanatus*), **mocura** (*Didelphis marsupialis*), **cuíca-de-óculos** (*Philander opossum*), **veado-mateiro** (*Mazama americana*), **veado-campeiro** (*Mazama gouazoubira*), **queixada** (*Tayassu pecari*), **cateto** (*Tayassu tajacu*), **cachorro-do-mato-de-orelha-curta** (*Atelocynus microtis*), **cachorro-do-mato-vinagre** (*Speothos venaticus*), **jaguarundi** (*Herpailurus yaguarondi*), **jaguaririca** (*Leopardus pardalis*), **gato-maracaja** (*Leopardus wiedii*), **onça** (*Panthera onca*), **suçuarana** (*Puma concolor*), **irara** (*Eira barbara*), **lontra** (*Lutra longicaudis*), **doninha-amazônica** (*Mustela africana*), **ariranha** (*Pteronura brasiliensis*), **quati** (*Nasua nasua*), **jupará**, **gogo-de-sola** (*Potos flavus*), **guaxinim** (*Procyon cancrivorus*), **boto-tucuxi** (*Sotalia fluviatilis*), **boto-cor-de-rosa** (*Inia geoffrensis*), **anta** (*Tapirus terrestris*), **sagui-de-Göeldii** (*Callimico goeldii*), **leãozinho-de-taboca** (*Cebuella pigmaea*), **sagüi-de-cara-suja** (*Saguinus fuscicollis*), **bigodeiro** (*Saguinus imperator*), **guariba** (*Aloatta seniculus*), **macaco-da-noite** (*Aotus nigriceps*), **zogue-zogue** (*Callicebus moloch*), **cairara** (*Cebus albifrons*), **macaco-prego** (*Cebus apella*), **macaco-barrigudo** (*Lagothrix cana*, *Lagothrix lagotricha*), **parauacu** (*Pithecia monachus*), **mico-de-cheiro** (*Saimiri boliviensis*, *Saimiri ustus*), **paca** (*Agouti paca*), **tatu-de-rabo-de-couro** (*Cabassous unicinctus*), **tatu-quinze-quilos** (*Dasybus kappleri*), **tatu-verdadeiro** (*Dasybus novemcinctus*), **tatu-peba** (*Euphractus sexcinctus*), **tatu-canastra** (*Priodontes*

*maximus*), **pacarana** (*Dinomys branickii*), **canadu** (*Coendou prehensilis*), **capivara** (*Hydrochaeris hydrochaeris*), **quatipuru** (*Sciurus ignitus*), **quatipuru-roxa** (*Sciurus pyrrhinus*), **preguiça-real** (*Choloepus didactylus*), **cutia-preta** (*Dasyprocta fuliginosa*), **cutiara** (*Myoprocta pratti*), **tamanduá** (*Cyclopes didactylus*), **tamanduá-bandeira** (*Myrmecophaga tridactyla*) e **tamanduá-de-colete** (*Tamandua tetradactyla*).

### 3.5.2.2.2. Considerações sobre a Ictiofauna

Os peixes das regiões das cabeceiras dos afluentes do rio Amazonas, como a região do Purus, são pouco estudadas (SABINO & PRADO, 2003). Espera-se alto grau de endemismo nos ambientes aquáticos de terra firme, que não são afetados pelos regimes de cheias e vazantes do Purus e afluentes maiores (BUHRNHEIM, 1999, 2002; BUHRNHEIM & FERNANDES, 2001; LOWE-MCCONNEL, 1991; WALKER, 1995) e nos lagos (SILVANO et al., 2000). Nesses casos, restrições ao fluxo gênico entre as populações dessas espécies num nível regional podem estar gerando mecanismos de especiação local, que podem ser demonstrados através de inventários e estudos científicos para esse fim.

O conhecimento sobre essa ictiofauna (ictiofauna local), além do valor intrínseco na geração e teste de hipóteses científicas nas áreas da biologia evolutiva, filogenia e cladística e outras disciplinas afins, podem gerar registros detalhados das espécies com seus potenciais de uso (ornamental, biotecnológicos e alimentar) que em conjunto com o conhecimento local pode subsidiar o uso múltiplo e manejo adequado desses recursos.

Associado a "ictiofauna local", há um grupo de espécies que realiza movimentações migratórias e tem ampla distribuição na bacia amazônica. Essas espécies utilizam, preferencialmente, as calhas dos grandes rios e os ambientes de várzea e têm grande importância para a alimentação e geração de renda da população local (ARAUJO-LIMA & GOULDING, 1997; ARAÚJO-LIMA & RUFFINO, 1995; BARTHEM & GOULDING, 1997; CASTRO, 1990; GOULDING, 1980, 1979; HOWES, 1982; VARI, 1984, 1989a, 1989b, 1992; SILVANO et al., 2000).

A Tabela 18 contém as espécies registradas para a área da Floresta Nacional que realizam migrações de grande e pequena distância.

Migrações de grandes distâncias: a Dourada (*Brachyplatystoma vaillantii*) e a Piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum*) são espécies consideradas pela Instrução Normativa Nº 5, de 21 de maio de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, como sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, sendo indicadas medidas de proteção e manejo para as populações que utilizam os rios da Floresta Nacional.

Migrações de distâncias menores: não abranje toda a bacia amazônica. Baseado em estudos realizados em outras sub-bacias do Amazonas, as populações dessas espécies devem estar associadas à bacia do Purus e micro-bacias de seus afluentes – a confirmação dessa hipótese depende de estudos direcionados as populações locais (BORGES, 1986; FERNANDES, 1997; GÉRY & MAHNERT, 1992; HOWES, 1982; LEITE, 1993 citação, 2000; MOURA, 1998; RIBEIRO et al., 1990; SILVANO et al., 2000) e é fundamental para o manejo adequado das populações desses recursos na área. O tambaqui (*Colossoma macropodum*) e o jaraqui (*Semaprochilodus insignis* e *S. taeniurus*) são espécies consideradas pela Instrução Normativa Nº 5, de 21 de maio de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, como sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, sendo indicadas medidas de proteção e manejo para as populações que utilizam os rios da Floresta Nacional.

**Tabela 18** – Relação das espécies da ictiofauna migratórias.

<b>NOME CIENTÍFICO</b>	<b>NOME VULGAR</b>	<b>CATEGORIA*</b>
<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	filhote, piraíba, piriaba	GM
<i>Brachyplatystoma flavicans</i>	Dourada	GM
<i>Brachyplatystoma juruense</i>	bagre-zebra	GM
<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>	piramutaba, pira-botão	GM
<i>Brycon cf cephalus</i>	mulher ingrata	PM
<i>Colossoma macropomum</i>	Matrinxã	PM
<i>Curimata incompta</i>	Tambaqui	PM
<i>Curimata sp.</i>	banha-de-porco	PM
<i>Curimata vittata</i>	-	PM
<i>Curimatella alburna</i>	banha-de-porco	PM
<i>Curimatella dorsalis</i>	Cascudinha	PM
<i>Hypophthalmus edentatus</i>	Cascudinha	PM
<i>Hypophthalmus fimbriatus</i>	mandubi, mapará	GM
<i>Hypophthalmus marginatus</i>	mapará bico de pena	GM
	Mapará	GM

<b>NOME CIENTÍFICO</b>	<b>NOME VULGAR</b>	<b>CATEGORIA*</b>
<i>Pothamorphina altamazonica</i>	Branquinha	PM
<i>Piaractus brachypomus</i>	Pirapitinga	PM
<i>Pothamorphina altamazonica</i>	Branquinha	PM
<i>Pothamorphina latior</i>	Branquinha	PM
<i>Pothamorphina pristigaster</i>	Branquinha	PM
<i>Prochilodus nigricans</i>	Curimatá	PM
<i>Psectrograster rutiloides</i>	branquinha-cascuda	PM
<i>Semaprochilodus insignis</i>	Jaraqui	PM
<i>Semaprochilodus taeniurus</i>	Jaraqui	PM

\*Categorias: GM = grandes migrações; PM = pequenas migrações

O pirarucu (*Arapaima gigas*) está associado a lagos e tem ampla distribuição na bacia amazônica. Atualmente também é considerado pela Instrução Normativa nº 5, de 21 de maio de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, como sobreexplorado ou ameaçada de sobreexploração e consta na lista das espécies ameaçadas (IUCN, 2006) como espécie vulnerável.

Os relatos dos moradores da Floresta Nacional indicam que as populações de pirarucu já foram maiores em épocas passadas e que atualmente existem poucos indivíduos da espécie nos lagos da região. O manejo dessas populações deve ser estimulado, uma vez que já vem sendo realizado em outras Unidades de Conservação de uso sustentável com relativo sucesso (QUEIROZ & SARDINHA, 1999 citação), assim como sua criação em cativeiro.

É necessário realizar um diagnóstico mais detalhado da situação atual das populações da espécie na Floresta Nacional e, conforme a situação observada, monitorar os estoques restantes visando estabelecer normas de manejo para exploração futura.

Duas espécies de arraia, *Plesiotrygon iwamae* e *Potamotrygon motoro*, também constam na lista da IUCN (IUCN, 2006). Entretanto nas áreas visitadas, aparentemente não estão em situação de risco, já que não são exploradas para alimentação nem para comercialização como peixes ornamentais.

A exploração de espécies de peixes com potencial ornamental (Tabela 19), uma vez estudados os aspectos da sua biologia reprodutiva e ecologia, visando estabelecer estratégias adequadas para o manejo, é uma alternativa interessante para geração de renda local e experiências com manejo de espécies ornamentais já estão em andamento na Amazônia central (CRAMPTON, 1999 citação).

**Tabela 19** – Lista de espécies de peixes ornamentais.

<b>NOME CIENTÍFICO</b>	<b>NOME VULGAR</b>
<i>Ancistrus sp</i>	acari, acari-bodó, bodó
<i>Aphyocharax alburnus</i>	-
<i>Apistogramma eunotus</i>	Cára
<i>Astyanax bimaculatus*</i>	lambari, matupiri, piaba
<i>Astronotus ocellatus</i>	acarã-açu, acarã-grande, apaiari, dorminhoco, oscar
<i>Bunocephalus coracoides</i>	Guitarrero
<i>Callichthys callichthys*</i>	tamuata, tamboata
<i>Chalceus erythrurus*</i>	Ariri
<i>Colomesus aselus*</i>	Baiacu
<i>Copeina guttata*</i>	Copeina
<i>Corydoras elegans</i>	Coridora
<i>Corydoras eques</i>	Coridora
<i>Corydoras narcissus*</i>	Coridora
<i>Corydoras ourastigma</i>	Coridora
<i>Corydoras pulcher</i>	Coridora
<i>Corydoras robustus*</i>	Coridora
<i>Crenicichla protheus</i>	jejuipe, jeju, jacundá
<i>Ctenobrycon hauxwellianus</i>	lambari, marupiri
<i>Galeocharax gulo</i>	-
<i>Gymnocorymbus thayeri</i>	Lambari
<i>Hemigrammus ocellifer*</i>	matupiri, lambari azul, olho de fogo
<i>Hemigrammus unilineatus*</i>	Piquira
<i>Nannostomus eques*</i>	peixe-lápis
<i>Nannostomus unifasciatus*</i>	peixe-lápis
<i>Paragoniates alburnus</i>	-
<i>Peckoltia brevis</i>	Cascudinho
<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>	Pirara
<i>Planiloricaria cryptodon</i>	-
<i>Plesiotrygon iwamae</i>	arraia da cauda longa
<i>Potamotrygon motoro</i>	Arraia
<i>Pyrrhulina brevis*</i>	Pintada
<i>Rineloricaria lanceolata*</i>	viola, rabo-de-chicote
<i>Rineloricaria phoxocephala</i>	jotoxi, caximbo
<i>Semaprochilodus taeniurus</i>	Jaraqui
<i>Uaru amphiacanthoides*</i>	acarã, uaru

\*espécies que atualmente podem ser exploradas.

### 3.5.2.2.3. Aspectos Socioambientais relacionados à fauna

Mamíferos terrestres de grande e médio porte sofrem pressão de caça e os que são carnívoros possuem grandes áreas de uso, de forma que a perda e a fragmentação do habitat resultante de atividades humanas vêm reduzindo suas populações a tamanhos que não são viáveis a médio e longo prazo (COSTA et al., 2005).

Entre as espécies mais predadas, a cutia (*Dasyprocta* sp.) tem se destacado por ter sofrido significativa redução de suas populações, tanto pela caça predatória como pela destruição de seu habitat natural (HOSKEN & SILVEIRA, 2001 citação).

No caso dos quelônios a pressão antrópica ocorre principalmente sobre **tracajás** (*Podocnemis unifilis*), com significativa presença de ninhos nas praias do rio Inauini e **tartarugas** (*Podocnemis expansa*), através da caça, captura e coleta dos ovos. Esta última ocorre de forma mais intensiva nas áreas de desova no período reprodutivo.

Em relação à fauna terrestre de mamíferos e aves, os animais citados pelos moradores como objeto de caça para alimentação são: **anta** (*Tapirus terrestris*); **cutia** (*Dasyprocta* sp), **queixada** (*Tayassu pecari*), **cateto/porquinho do mato** (*Tayassu tajacu*), **veado** (*Mazama gouazoubira*, *Mazama americana*), **quati** (*Nasua nasua*), **paca** (*Agouti paca*), **tatu** (*Cabassous unicinctus*, *Dasybus kappleri*, *Dasybus novemcinctus*, *Euphractus sexcinctus*, *Priodontes maximus*), **aracuã** (*Ortalis gutata*), **jacu** (*Neomorphus geoffroyi*), **mutum** (*Crax globulosa*, *Mitu tuberosa*). O único réptil citado foi o **jabuti** (*Geochelone denticulata*). Essas espécies devem ser manejadas para assegurar que não sejam exterminadas localmente em função da pressão de caça.

A pressão de pesca, na Floresta Nacional do Purus se concentra no igarapé Mapiá e seus afluentes (9,09% dos entrevistados da população do entorno da Unidade; 93,94% dos moradores das margens do igarapé Mapiá e 96,08% dos moradores da Vila Céu do Mapiá declararam pescar nesse Igarapé).

Alguns dos moradores da vila do Céu do Mapiá (3,92%) e grande parte dos moradores do entorno (85,45%) declararam pescar no rio Purus. Os lagos e furos<sup>2</sup> foram citados como áreas de pesca por um número reduzido de entrevistados.

O tráfego intenso de embarcações no igarapé Mapiá, transportando pessoas e gêneros do município de Boca do Acre para a Vila do Céu do Mapiá, conforme alguns ribeirinhos, vêm perturbando a pesca e dificultando a captura do peixe. A pesca predatória na boca do igarapé Mapiá também é alvo de queixa em razão da redução da oferta de peixe e tendência ao aumento no tempo gasto pescando.

---

<sup>2</sup> Furos: ligações entre diferentes trechos de rio, igarapé, igapó ou lago que ocorrem disseminadamente durante as cheias

### **3.5.3. Interações entre Flora e Fauna**

A integridade e o funcionamento dos ecossistemas amazônicos dependem das interações entre os mesmos. Esses ecossistemas interagem entre si e a diversidade de fauna e flora está relacionada com os mecanismos de funcionamento de rios, lagos, áreas alagadas de florestas de terras baixas e áreas de florestas de terras altas, a variedade de habitats e nichos. A dinâmica desses ecossistemas e das suas floras e faunas dependem, portanto, de uma série de fatores interdependentes. Essa interdependência precisa ser considerada para o manejo adequado dessa fauna e flora (TUNDISI et al., 2002).

Em nível macro, esses ecossistemas podem ser divididos em terras firmes de áreas inundáveis, áreas não inundáveis e ecossistemas aquáticos.

As áreas não inundáveis são as que apresentam maior grau de biodiversidade da Amazônia. Na região ocidental apresentam mudanças de nível do terreno, formando pequenos vales que resultam em micro-habitats com características ambientais diferenciadas. Essas variações refletem na grande riqueza da fauna e flora – a hiléia amazônica – associada.

As áreas inundáveis se dividem em áreas de várzea, de águas brancas às margens do rio Inauini e Purus, igapós, e de águas negras ao longo do igarapé Mapiá. Estão condicionadas ao regime cíclico de chuvas e as espécies da fauna terrestre ocupam essas áreas de forma intermitente (SINAMAZONIA, 2005).

### **3.6. Meio Antrópico**

Floresta Nacional é uma categoria de Unidade de Conservação que admite a permanência de populações humanas no seu interior. Na elaboração do Plano de Manejo é importante caracterizar esse aspecto. Seu estudo trará informações de como vivem essas famílias residentes e de como pode ser, se for o caso, a readequação da sua ocupação para que todos os objetivos da Unidade sejam alcançados, buscando manter um convívio saudável e sustentável com o meio ambiente. Para isso, são levantados aspectos como composição etária e de gênero da população, educação, saúde e saneamento, habitação, alimentação, organização social, religião, cultura, fontes de renda, produção agrícola e extrativista, pecuária, uso e ocupação do solo, lazer e comunicação. Os estudos realizados pelo levantamento sócio-econômico da

Unidade serão insumos para o zoneamento, especialmente na definição das Zonas Populacionais.

A seguir são apresentados os resultados do referido estudo.

### 3.6.1. Caracterização Geral

A população residente na Floresta Nacional do Purus é constituída principalmente por dois grupos distintos de ocupação ocorrida através de processos diferentes. Um processo foi protagonizado por famílias remanescentes do processo histórico de colonização da Amazônia, impulsionado pelo ciclo econômico da exploração da borracha a partir de meados do século XIX. São extrativistas ligados por laços de parentesco, estabelecendo relações próprias. Outro grupo representativo na área é formado por moradores oriundos do processo de ocupação dirigido pelo Incra, na década de 80, que assentou cerca de 300 pessoas ao longo do igarapé Mapiá.

Por essa distinção, a Floresta Nacional do Purus apresenta diferenças sociais muito claras em seu interior, proporcionada pela ausência ou atuação mais efetiva do poder público, pelo nível de organização social da comunidade, acesso e facilidade de meios de transporte e pelo tipo de concentração populacional. Portanto, a análise dos dados considerou essas especificidades, mostrando de forma descritiva as condições encontradas por região dentro da Unidade. A coleta de dados agregou a população residente das seguintes áreas: **Vila Céu do Mapiá, Igarapé Mapiá**, margem esquerda do **Rio Inauini** e margem esquerda do **Rio Purus** (da boca do rio Inauini até o local denominado Praia Grande).

A promoção dos direitos fundamentais, como saúde, saneamento, transporte, educação, habitação são definidores de melhor qualidade de vida. Nessas áreas a promoção desses direitos está condicionada à distribuição espacial da população, o acesso aos centros urbanos, meios de transporte e à organização comunitária.

Para análise houve a distinção entre os moradores que pertencem à área da Floresta Nacional e os moradores localizados no entorno. No entanto, devido às condições geográficas, aos laços sociais estabelecidos e respeitando as afinidades como parentesco, religiosidade e compadrio, que na realidade, transcendem os limites de fronteiras estabelecidos pela instituição da Floresta Nacional, alguns dos dados analisados foram agrupados, respeitando as referidas áreas.

### 3.6.2. Levantamento Socioeconômico - procedimentos metodológicos

No período entre o dia 28 de abril e 18 de maio de 2005, foram realizadas 314 entrevistas com os moradores da Floresta Nacional do Purus que abrangem: a Vila do Céu do Mapiá, os ribeirinhos do Igarapé Mapiá, margem esquerda do rio Inauini e margem esquerda do rio Purus no local denominado Tabocal II e Limoeiro. Também foram entrevistadas 65 famílias que fazem parte do entorno da Unidade de Conservação e que estão localizados na margem esquerda do rio Purus desde a boca do rio Inauini até a Praia Grande, no baixo igarapé Mapiá e margem esquerda do rio Inauini, a partir da boca do igarapé Solidão até a desembocadura do rio.

**Tabela 20** - Questionários aplicados na Floresta Nacional do Purus e entorno

Localização	Questionários aplicados	
	FLONA	ENTORNO
Vila Céu do Mapiá	153	
Igarapé Mapiá	23	14
Rio Inauini	39	6
Purus	14	65
<b>TOTAL</b>	<b>229</b>	<b>85</b>

Para o levantamento dos dados foi utilizado um questionário (anexo 1) composto por perguntas abertas e fechadas, registro de conversas em caderno de campo, observação e registro fotográfico. Foram entregues dois mapas aos entrevistadores: um com a demarcação da Floresta Nacional do Purus, outro com a distribuição das famílias da Vila do Céu do Mapiá desenhado por uma antropóloga residente na vila.

O questionário foi elaborado pela equipe técnica responsável pelo levantamento sendo composto por itens que possibilitassem o conhecimento do modo de vida das famílias, abrangendo os seguintes aspectos:

a) Aspectos sociais e infra-estrutura: população e mobilidade, composição familiar, educação, saúde, alimentação, organização social, religiosidade, lazer, comunicação, moradia, saneamento básico, transporte e energia;

b) Aspectos econômicos: Extrativismo (vegetal e animal, produção agrícola, pecuária, criação de pequenos animais domésticos, comercialização, outras fontes de renda, crédito rural e composição da renda familiar);

Na Vila do Céu do Mapiá o questionário foi apresentado para os alunos da Escola Cruzeiro do Céu, e no rio Purus para os alunos da Escola Alexandrina de Souza,

com o objetivo de promover maior integração e interação da equipe com as comunidades.



**Figura 33** - Apresentação do questionário para os alunos da Escola Cruzeiro do Céu

A seguir cada área da Floresta Nacional é descrita em separado nos diversos temas de socioeconomia que foram levantados nos estudos de campo. Buscou-se primeiro passar uma imagem do todo para depois especificar cada realidade distinta da Unidade.

### **3.6.3. Levantamento Socioeconômico - Resultados da Pesquisa**

#### **3.6.3.1. Características da População**

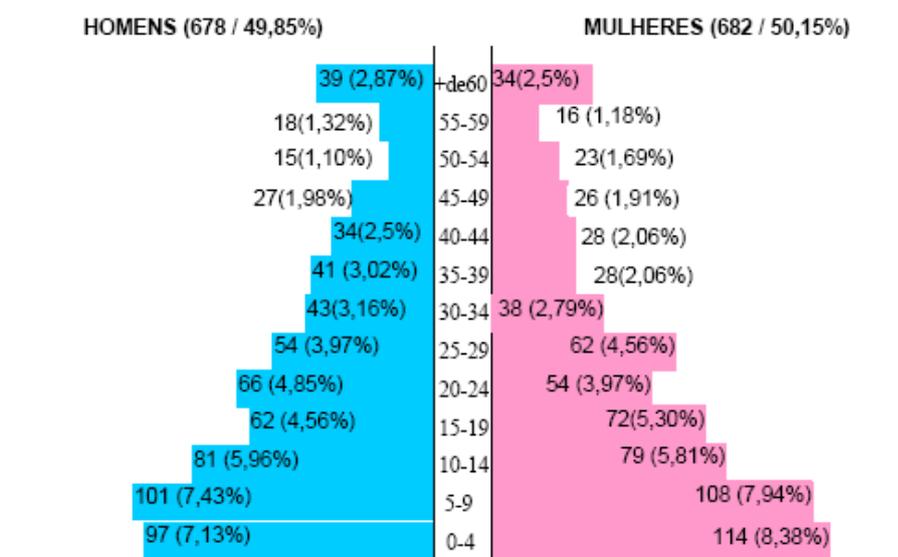
Os dados indicam uma população de, aproximadamente, 948 pessoas residentes na Unidade. No entorno estudado existem cerca de 412.

Os moradores estão localizados predominantemente nas margens dos rios e igarapés, sendo o barco o principal meio de transporte. As principais fontes de renda são: a agricultura, o extrativismo vegetal, prestação de serviços e os recursos de fonte externas como aposentadoria, projetos de desenvolvimento, vínculos empregatícios, doações, entre outros. O parentesco e a religião são as bases agregadoras do conjunto de moradores da Floresta Nacional.

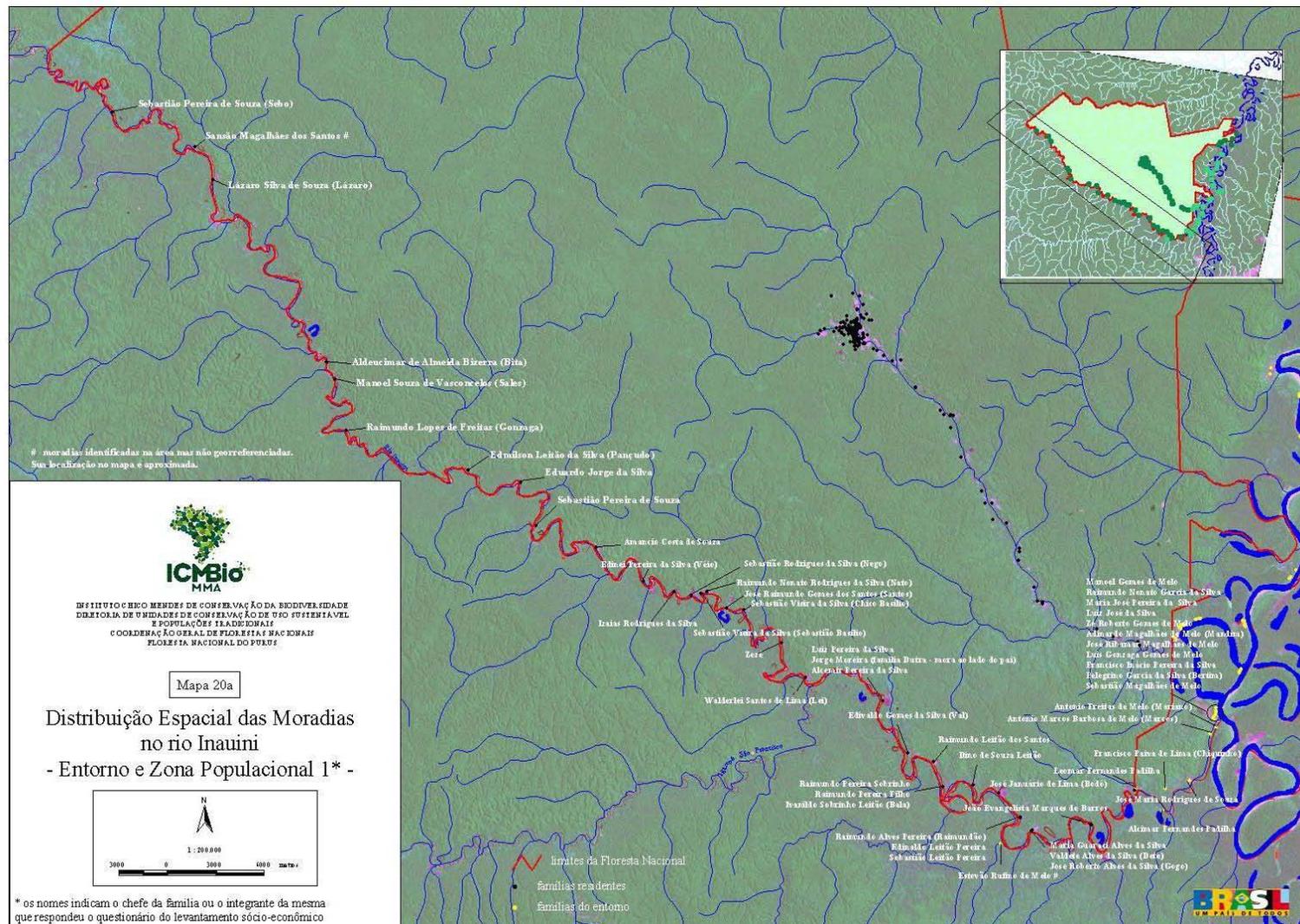
**Tabela 21.** Distribuição da população por área.

Área	Nº pessoas	Localização		
		FLONA	%	Entorno
Vila Céu do Mapiá	535	535	56	-
Igarapé Mapiá	194	123	13	71
Rio Inauini	235	207	22	28
Entorno (Purus)	396	83	9	313
<b>Total</b>	<b>1.360</b>	<b>948</b>	100	<b>412</b>

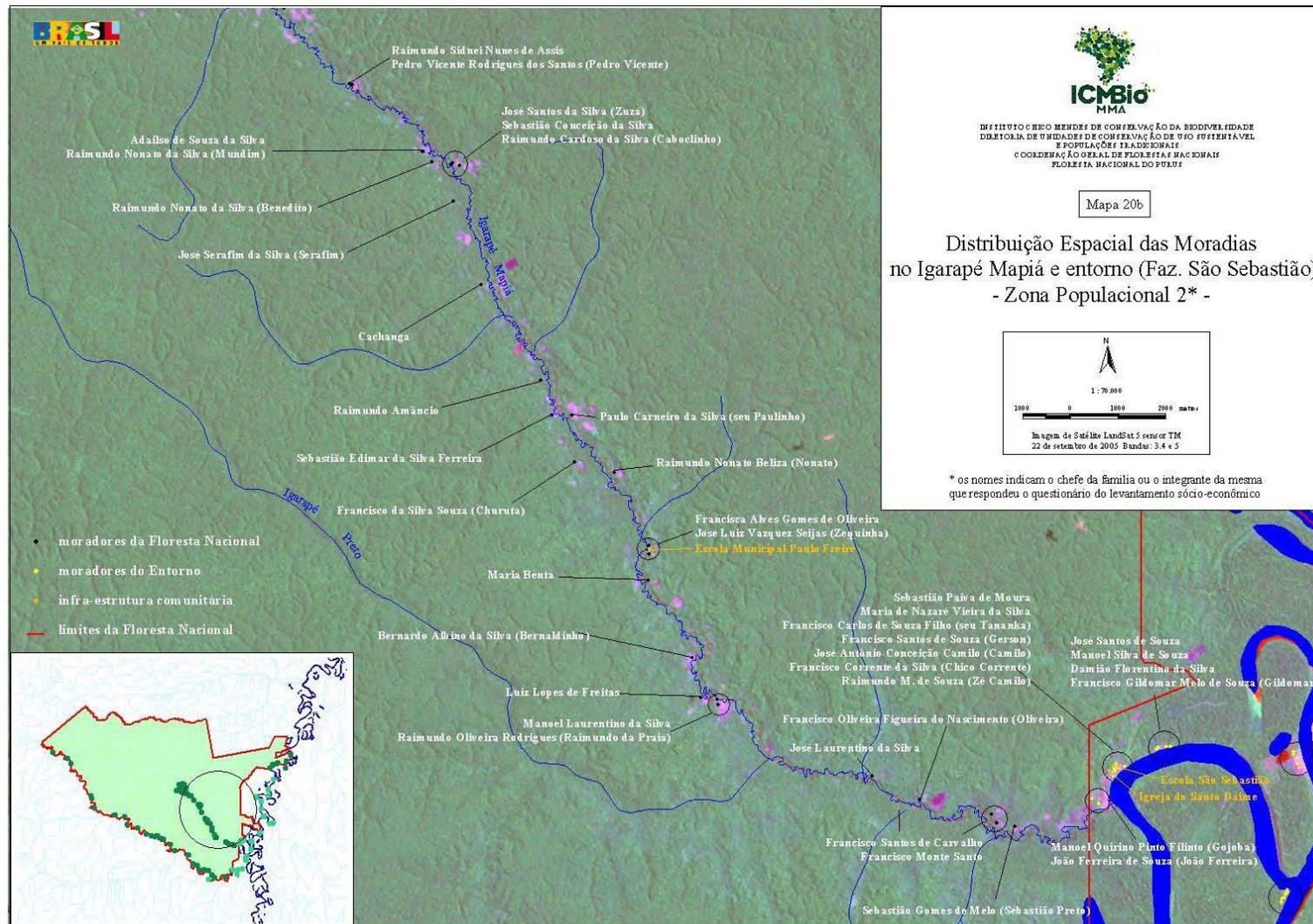
Na área onde se localiza a Vila do Céu do Mapiá e o Igarapé Mapiá, o vínculo religioso é o fator que reúne e motiva a permanência dos moradores, característica própria que as diferenciam de outras comunidades. A maioria de seus habitantes pertencem à Doutrina Espírita do Santo Daime, convivendo ribeirinhos, extrativistas, pessoas de origens urbanas e com formação acadêmica, compondo um mosaico com alta diversidade social ou cultural, com visões de mundo que se complementam, sobrepõem e/ou se chocam. Os mapas 20a, 20b, 20c e 20d mostra a distribuição espacial das famílias na Unidade e em seu entorno.

**Figura 34** – Pirâmide etária da Floresta Nacional do Purus e seu entorno.

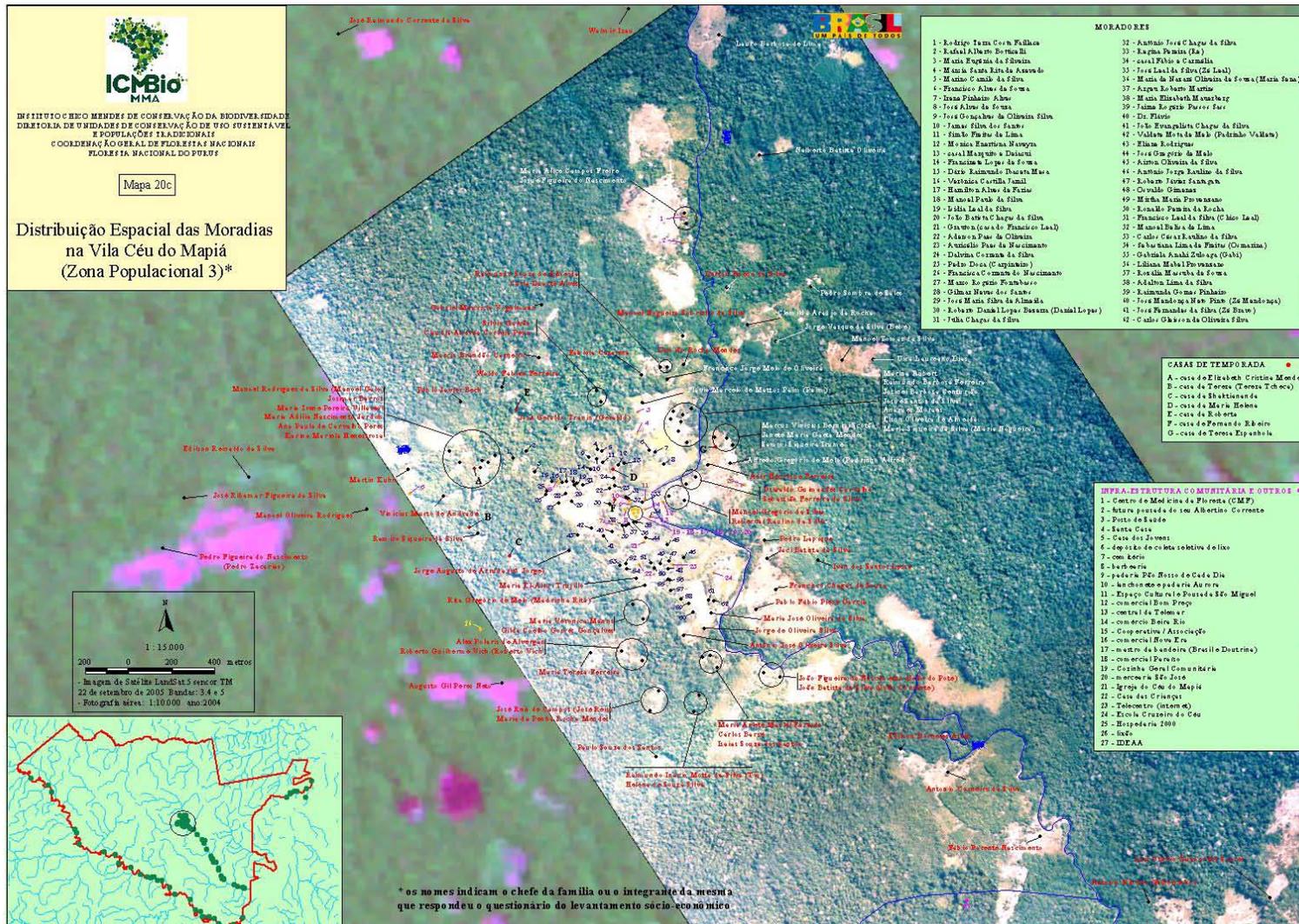
A pirâmide etária da população da Floresta Nacional do Purus e seu entorno, demonstra o quadro dos índices de desenvolvimento humano e econômico da área: a base larga representa uma população jovem (0-19 anos) que compõem cerca de 52,51% da população total, evidenciando também, altas taxas de natalidade; da base ao topo a pirâmide vai se estreitando, demonstrando uma população adulta (20 – 59 anos) com cerca de 42,11%. O topo estreito indica uma baixa expectativa de vida, com apenas 5,38% de idosos (acima de 60) na composição da população total.



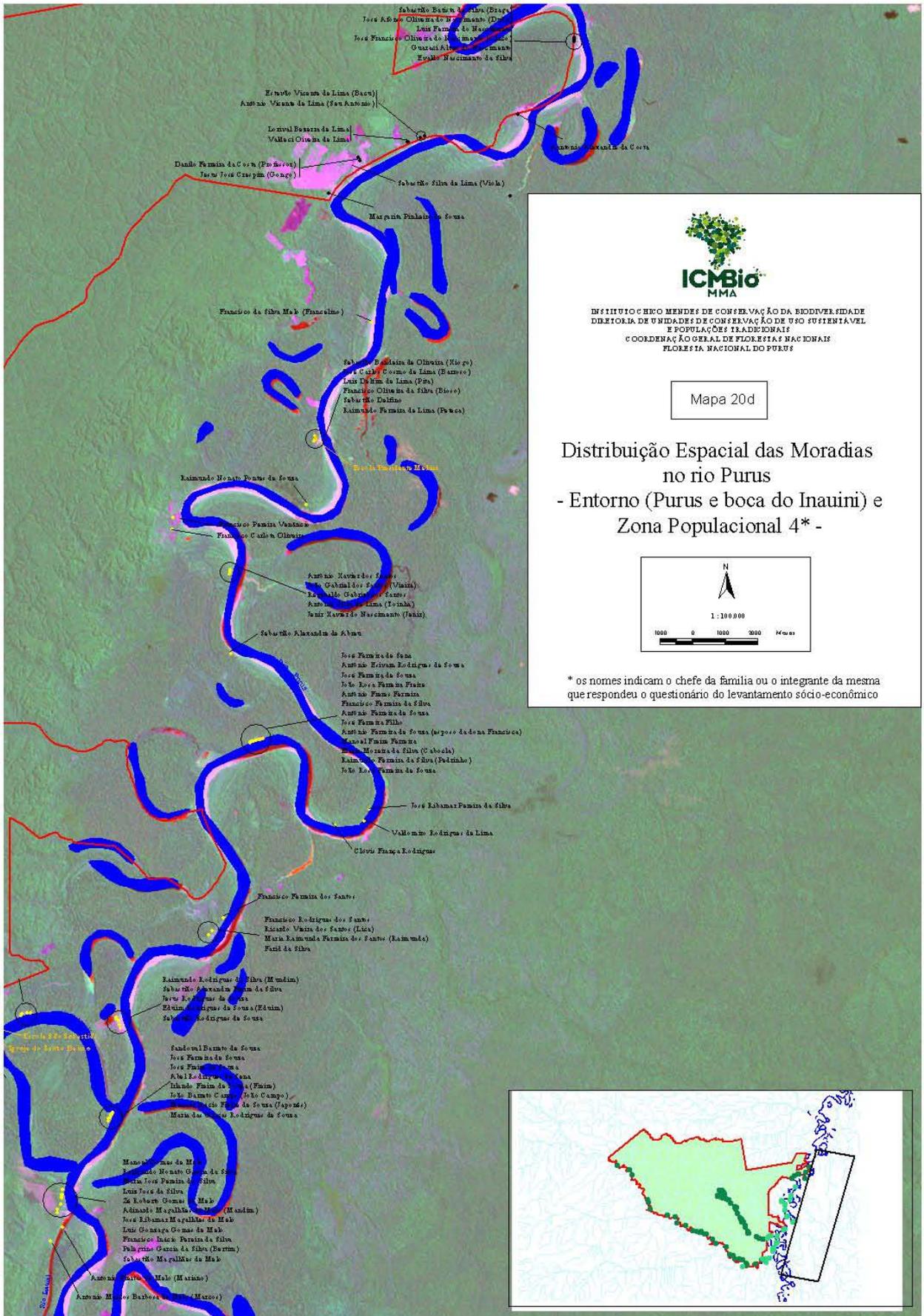
Mapa 20a – Localização das moradias.



Mapa 20b – Localização das moradias.



Mapa 20c – Localização das moradias.



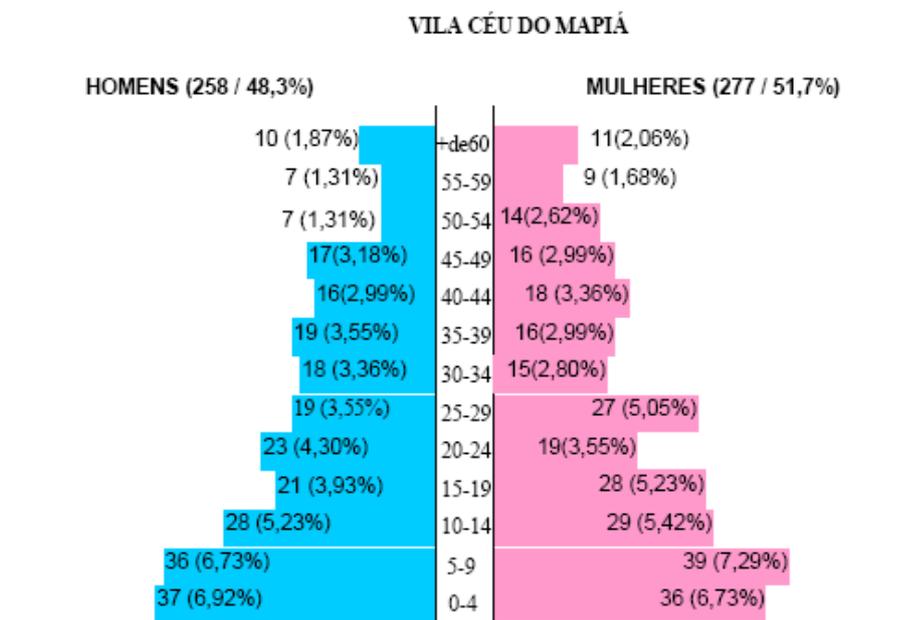
Mapa 20d – Localização das moradias.

### 3.6.3.1.1. Características da População na Vila Céu do Mapiá

Na Vila do Céu do Mapiá foram entrevistadas 153 famílias, totalizando 535 pessoas. Na distribuição por gênero, predomina a população feminina, que atinge 51,7% da população total. A população masculina chega 48,3%.

Desde o início da ocupação em 1983, a população formou-se por diversas naturalidades; homens e mulheres que, motivados por ideais religiosos, propuseram-se a ocupar e colonizar a área. Segundo os dados obtidos, 99% referiram pertencer à Doutrina Espírita do Santo Daime.

A maioria da população é composta por amazonenses nascidos nos municípios de Pauini e Boca do Acre (56%), e de pessoas de origem do estado do Acre (17%). O grupo constituído de nacionais oriundos do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, entre outros, somam 20%. Os estrangeiros originários da Argentina, Chile, Uruguai, Espanha, Bolívia, Marrocos, entre outros, representam 7%. O número de pessoas provenientes da zona urbana é expressivo.



**Figura 35** – Pirâmide Etária da Vila Céu do Mapiá

O gráfico indica para uma população composta em sua grande maioria por jovens (0-19 anos) e adultos (20 – 59 anos). Os jovens são cerca de 47% da população, enquanto que a população adulta é de 49%. Os idosos (acima de 60 anos) correspondem a apenas 4% da total da população da vila, demonstrando uma baixa

expectativa de vida. Observa-se também um número maior de mulheres na composição da população.

Na Vila Céu do Mapiá, as categorias de seringueiros e castanheiros não foram citadas. Os moradores que se definiram como agricultores somam um total de 18%, e diaristas 14%. Essas categorias são associadas a outras atividades como: carpinteiros, psicólogos, artistas, motoristas, canoeiros, dona de casa e costureiras, alcançando um percentual significativo de 68%. Esses dados mostram que essa população já perdeu a característica de população extrativista que possuía no começo de sua ocupação.

Na área predomina as famílias consangüíneas<sup>3</sup>. A pesquisa evidenciou, no entanto, um número significativo de agregados<sup>4</sup>, que ajustam com os moradores a sua hospedagem, somando 18% da composição familiar. Essa relação é estabelecida por laços de afinidade religiosa e/ou de parentesco, peculiaridade vinculada ao processo histórico da ocupação.

Identificou-se um grupo de pessoas que moram sozinhas em habitações próprias; outros estão provisoriamente em "Casas de Temporada"<sup>5</sup>, não tendo vínculo de parentesco com os demais moradores da vila, sendo que as relações estabelecidas são essencialmente religiosas.

Quanto à permanência na área, grande parte dos habitantes, cerca de 40%, estão estabelecidos na área há mais de 20 anos. Em geral, são pessoas oriundas dos primeiros fluxos migratórios. Outros 30% das famílias estão no local entre 11 e 20 anos; os que estão morando de 6 a 10 anos no local perfazem um total de 13% e; os mais recentes, que se estabeleceram na vila a partir do ano 2000, somam 17%

Em relação à procedência, observou-se uma dinâmica singular de ocupação na Amazônia, visto que 50% dos entrevistados moravam em centros urbanos antes de imigrar para a área. Este fato explica o porquê são poucos os moradores da vila que não possuem nenhuma documentação pessoal, aspecto muito comum em comunidades no interior da floresta que constitui imposições para as relações estabelecidas na cidade.

Em virtude das relações comerciais e sociais estabelecidas internamente e/ou com mediadores externos, que estão vinculados à própria institucionalização do espaço, impõe aos moradores a criação de organismos de participação como a associação, a cooperativa, entre outros. Essa participação tem critérios que requer

---

<sup>3</sup> Pessoas que pertencem ao mesmo grupo familiar (pai, mãe, filhos, tios, primos, sobrinhos, netos, avós)

<sup>4</sup> Pessoas que na zona rural estabelecem uma relação de dependência mútua vinculada ao trabalho, tratamento de saúde, e que se integram a família temporária ou permanentemente independente do vínculo consangüíneo.

<sup>5</sup> Casas cujos proprietários ocupam somente em alguns períodos do ano, principalmente nas festas religiosas cedendo eventualmente para outros;

documentação. O levantamento nos mostra que apenas 4% da população não possui documento algum. A certidão de nascimento, com cerca de 86%, é o documento mais presente entre os moradores; acompanhado pela carteira de identidade, com 49%; depois vem o título de eleitor com 39% da população; possuem CPF cerca de 34% da população e; 20% disseram ter carteira de trabalho.

Na vila os moradores têm acesso a informações via internet através do telecentro (sistema wi-fi), televisores, telefones particulares e públicos, parentes que visitam a cidade ou através do rádio. As rádios mais citadas foram: a Difusora Acreana, Verde Floresta, Rio Mar, Rural de Tefé, Difusora Roraima, Rio Mapiá Manaus, Nacional de Brasília e BBC de Londres. Essa gama de variedade de meios de comunicação reflete também a organização social da comunidade assim como as doações (o sistema de internet, por exemplo) que recebem de adeptos do Santo Daime que moram em outras regiões do país e do mundo.

#### **3.6.3.1.2. Características da População no Igarapé Mapiá**

Ao longo do Igarapé Mapiá foram realizadas 37 entrevistas, que identificaram uma população aproximada de 194 pessoas. Na distribuição por gênero, o predomínio é da população masculina, com 53,6% e a feminina 46,4%. Importante destacar que 14 dessas famílias que estão no Igarapé Mapiá, localizados no baixo curso, fazem parte do entorno da Floresta Nacional.

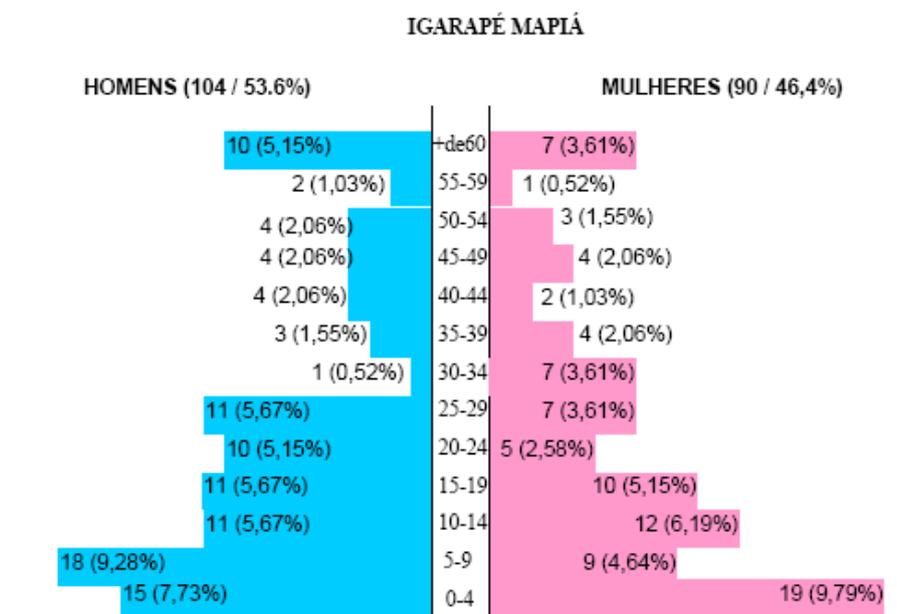
A população é formada predominantemente por moradores que nasceram no Amazonas (88%). Este número é constituído pelo somatório de 59% que nasceram na própria área ou em seringais próximos, 22% na cidade de Pauini e 7% na cidade de Boca do Acre. Moradores oriundos do Estado do Acre atingem 7% e de outros Estados, como o Ceará, Rio Grande do Sul, Rondônia e Rio de Janeiro, são 6% da população total.

Nessa área, 64% dos entrevistados se auto definem como agricultores. Seringueiros e diaristas representam 9% e outras categorias associadas 16%. Foram citadas: ainda agricultor-diarista e seringueiro-castanheiro-agricultor, associações de categorias conseqüentes das atividades cotidianas, visando a composição da renda da familiar. A categoria de seringueiro foi citada por alguns moradores que manifestaram vontade de retornar à produção da borracha.

Na área, predominam as famílias com laços consangüíneos. Algumas agregam na mesma moradia os filhos casados, aumentando o grupo familiar com noras, genros

e netos. Essas relações foram identificadas pelo fato de que 80% de moradores possuem parentes nas proximidades. De acordo com a pesquisa, 84% dos moradores são provenientes de áreas rurais, nascidos no local ou em outros seringais.

A maioria das famílias, cerca de 89%, participam da doutrina espírita do Santo Daime. Este vínculo religioso está relacionado ao processo de colonização da área, à proximidade da Vila Céu do Mapiá e aos laços sociais estabelecidos. Os demais moradores informaram pertencer à igreja católica e evangélica.



**Figura 36** – Pirâmide Etária do Igarapé Mapiá

A base larga da pirâmide do Igarapé Mapiá mostra uma população essencialmente jovem (0 – 19 anos), com cerca de 53% da composição da população. O topo da pirâmide estreito representa uma baixa expectativa de vida, tendo apenas 8,8% de população idosa (acima de 60 anos) do total da população. Predomina o sexo masculino (53,6%)

Quanto à permanência na área, observa-se que maior parte dos moradores está no local entre 11 e 20 anos, com 49% do total. Outros 14% estão a menos de 5 anos na área; os que estão entre 6 a 10 anos chegam a 19% e; acima de 20 anos somam 19%.

Nessa área, como nas outras também, a documentação é uma necessidade para as relações comerciais e sociais estabelecidas internamente e/ou com mediadores externos. Esta necessidade tem crescido acentuadamente em virtude da institucionalização do espaço.

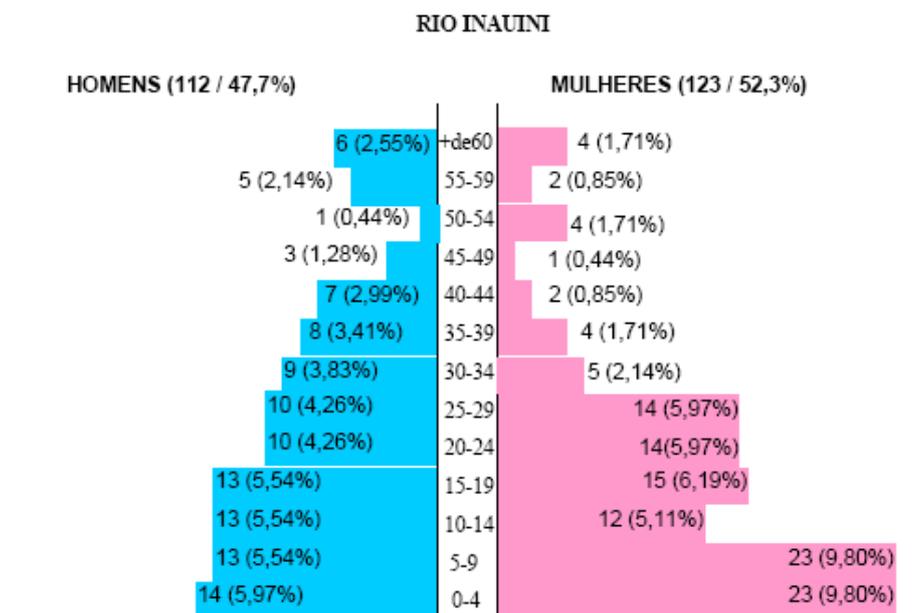
Apenas 6% da população não possuem documento algum. Os que possuem certidão de nascimento chegam a 86%; a carteira de identidade é referida por 37% dos moradores; o título de eleitor é um documento presente para 34% da população; o CPF está presente para 21% dos moradores e; a carteira de trabalho para 25%. Os moradores ao longo do Igarapé estabelecem uma relação próxima com os moradores da Vila Céu do Mapiá em virtude dos laços religiosos e da proximidade geográfica, dispondo dos mesmos recursos de informações (todos eles localizados na vila, menos o rádio). As rádios mais ouvidas e que foram citadas são: a Difusora Acreana, o Rio Mapiá Manaus, Nacional de Brasília, Transmundial, Eu e Você, Cruzeiro do Sul, Alvorada de Rio Branco e BBC de Londres.

#### **3.6.3.1.3. Características da População no Rio Inauini**

A pesquisa realizou 45 entrevistas com os moradores da Floresta Nacional do Purus, localizados no Rio Inauini. Essa área tem uma população aproximada de 235 pessoas. Na distribuição por gênero, a população masculina chega 47,7% e a feminina 52,3%.

A população é formada predominantemente por moradores que nasceram no Estado do Amazonas (95%), ou seja, que nasceram na própria área, em seringais próximos e/ou nos municípios de Pauini e Boca do Acre. Moradores oriundos do Estado do Acre e de outros Estados formam 5% da população total.

Nessa área, os moradores definiram-se considerando as atividades relacionadas ao uso da terra, como: castanheiros (31%), agricultores (49%) e seringueiros (13%). A pesquisa identificou atividades associadas, atingindo um percentual de 8% que são: castanheiro-agricultor, seringueiro-castanheiro ou seringueiro-castanheiro-agricultor-diarista. Essa associação de categorias é consequência das diversas atividades cotidianas, visando aumentar a composição da renda da família.



**Figura 37** – Pirâmide Etária do rio Inauini

A pirâmide etária acima representa a população da Floresta Nacional e entorno ao longo do rio Inauini. Sua base larga mostra uma população predominantemente jovem (0 – 19 anos) com cerca de 53,5% do total e com altas taxas de natalidade. A predominância do sexo feminino nessa faixa é bastante nítida no gráfico. O topo estreito da pirâmide nos demonstra uma baixa expectativa de vida, com apenas 4,26% de população idosa (acima de 60 anos) do total da população.

Na área, prevalecem as famílias com laços consangüíneos. De acordo com a pesquisa, 88% são provenientes de áreas rurais, nascidas na localidade ou em outros seringais. Os moradores que referiram ter parentes próximos, estabelecendo laços familiares e de compadrio somam 89%.

A maioria das famílias, cerca de 89%, declaram-se membros da religião católica; os evangélicos chegam a 11% das famílias. Foram citadas realizações de cultos, missas e reuniões, ações consideradas também como recreativas para 3% dos moradores.

Quanto à permanência na área, observa-se que os números se equivalem dentro dos intervalos dados: há menos de 5 anos são 24% da população total; entre 6 a 10 anos tem-se 26%; de 11 a 20 anos, iguais 26% do total e acima de 20 anos, 24% dos habitantes do rio Inauini moram no interior da Unidade.

No que diz respeito aos documentos pessoais, apenas 4% da população não possuem documento algum. Os que possuem certidão de nascimento chegam a 87%; a carteira de identidade é referida por 38,5% dos moradores; o título de eleitor é um

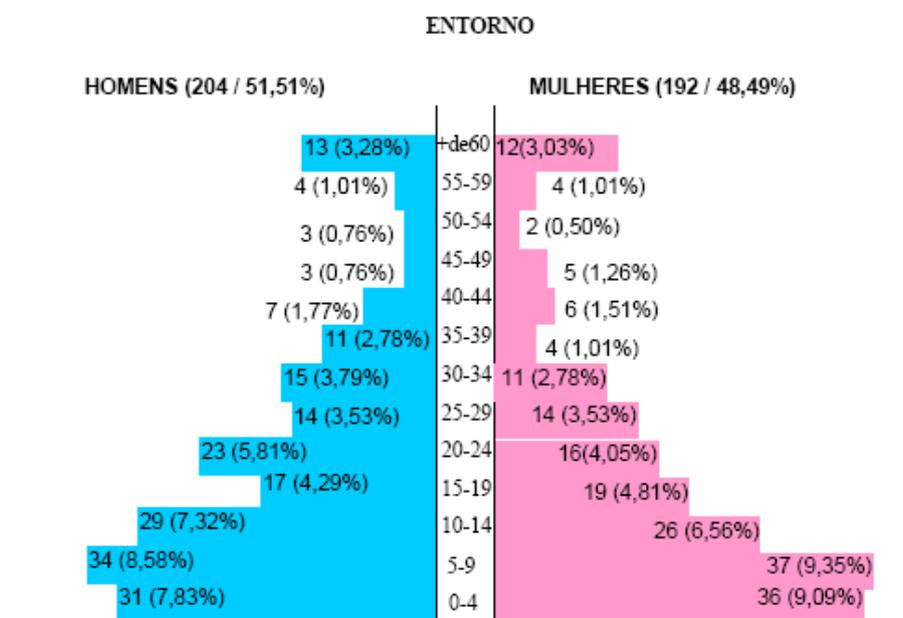
documento presente para 42% da população; o CPF é portado por 24% dos moradores e; a carteira de trabalho por 24%.

Os moradores localizados na área do rio Inauini recebem informações através de parentes, vizinhos, ou através das viagens realizadas para as cidades próximas. No entanto, o rádio é o principal meio de comunicação. As rádios mais citadas pelos moradores foram: a Difusora acreana; a Nacional da Amazônia; a Nacional de Brasília; a Caiari; a Voz dos anjos; Rio mar; Eu e você; Cruzeiro do sul; Alvorada de Rio Branco e BBC de Londres

#### 3.6.3.1.4. Características da População no Entorno Estudado (Purus)

A pesquisa realizou 79 entrevistas e identificou uma população, aproximada de 396 pessoas, que fazem parte do entorno. Na distribuição por gênero, o percentual da população masculina atinge 52% e a feminina 48%.

A maioria da população (96%) é formada por moradores que nasceram no Amazonas, ou seja, que nasceram na própria área, em seringais próximos e nas cidades de Pauini e Boca do Acre. Nascidos no estado do Acre e em outros Estados, somados, atingem 4%.



**Figura 38** – Pirâmide Etária do Entorno da Floresta Nacional do Purus

A população da margem esquerda do rio Purus, listada como sendo do entorno da Floresta Nacional, possui a composição de sua população bastante parecida com a

encontrada no igarapé Mapiá e no rio Inauini. Uma população jovem, com 57,2% do total e reduzido número de idosos, com apenas 6,31%.

Nessa área a maioria dos moradores entrevistados se auto-definiram como agricultores (58%). Outros 7% se consideram castanheiros; 5% diaristas e; 4%, seringueiros. Foram relacionadas outras categorias, onde ,aproximadamente, 26% dos moradores citaram: agricultor-criador, castanheiro-agricultor, agricultor-professor, castanheiro-agricultor-pescador. Essa associação de categorias é consequência da diversidade de atividades cotidianas desenvolvidas, visando complementar a renda da família.

Nessa localidade, assim como nas outras, predominam as famílias com laços consangüíneos. Algumas agregam na mesma moradia os filhos casados, aumentando o grupo familiar com noras, genros e netos.

De acordo com a pesquisa, 96% dos moradores são provenientes de áreas rurais, nascidos na área ou em outros seringais, estabelecendo laços familiares e de compadrio. Essas relações foram identificadas em 90% das famílias que têm parentes nas proximidades.

Quanto à permanência na área, observa-se que a maior parte dos moradores fixou-se no local a mais de 20 anos, com 41% da população total; a menos de 5 anos são 18% do total; entre 6 a 10 anos tem-se 21% e; de 11 a 20 anos, 20% do total de habitantes localizados na margem esquerda do rio Purus, entra a boca do rio Inauini e.o local denominado Praia Grande (área considerada de influência direta da Floresta Nacional)

Das famílias, 91%, disseram-se Católicos, e outros 9% dos entrevistados pertencem à doutrina espírita do Santo Daime. Esse índice elevado de participantes da igreja católica é revelado pela atuação de trabalhos da pastoral da criança, reuniões e catequese. Os moradores informaram que anualmente um padre realiza batismo, casamento e missa. No entanto, relatam a ausência de igrejas locais e destacaram que ouvem missas pelo rádio e participam eventualmente de encontros num local denominado Anuri.

Em relação aos documentos pessoais, apenas 3% da população não possuem documento algum. Os que possuem certidão de nascimento chegam a 82%; a carteira de identidade é referida por 32% dos moradores; o título de eleitor é um documento presente para 34% da população; o CPF é portado por 23% dos moradores e; a carteira de trabalho por 19%.

Os moradores recebem informações através de parentes, vizinhos, ou nas viagens realizadas para as cidades próximas, e através do rádio, que é o principal meio de informação. As rádios mais citadas pelos moradores foram: a Difusora Acreana; a Nacional da Amazônia; a Nacional de Brasília; Rio mar; Eu e você; Cruzeiro do Sul; Alvorada de Rio Branco e BBC de Londres.

### **3.6.3.2. Organização Social**

A necessidade de se associar é inerente ao ser humano, porém nas áreas rurais a organização social institucionalizada surge das necessidades e interesses voltados para as relações de mercado e busca da efetivação de direitos fundamentais. Essa entidade representativa assume a identidade de um grupo específico; o reconhecimento para relacionar-se com mediadores externos está condicionada a instrumentos normativos que lhe são exigidos.

Esta organização atende a demandas exógenas ao modo de vida rural. Seus instrumentos como atas, reuniões, estatuto, entres outros, não é prática cotidiana do trabalhador ribeirinho, extrativista, agricultor e diarista, cujo vínculo imediato se dá com a terra.

No caso da Floresta Nacional, como na maioria das comunidades amazônicas, os moradores associam-se considerando a distribuição espacial, vínculos religiosos e laços de parentesco. A pesquisa identificou um descrédito quanto à importância das organizações institucionalizadas, em virtude de experiências anteriores, por não terem obtido respostas para suas necessidades.

Na Unidade, existe um número grande de associações, porém, muitas não estão em atividade. São elas:

- Vila Céu do Mapiá
  - Associação dos Moradores da Vila Céu do Mapiá – AMVCM;
  - Cooperativa Agro-Extrativista do Mapiá e Médio Purus – COOPERAR;
  - Instituto de Desenvolvimento Ambiental - IDA CEFLURIS (ONG);
  - Guardiões da Floresta – GDF (OSCIP); e
  - Centro de Medicina do Floresta – CMF (ONG).
  
- Igarapé Mapiá
  - Associação dos Moradores do Médio Igarapé Mapiá – APROMIM;
  
- Rio Inauini

- São Francisco;
- São Domingos;
- São Gil; e
- Deus é Amor.
- Entorno
  - Associação dos Produtores da Boca do Igarapé Mapiá – APROBIM; e
  - Associação dos Trabalhadores de Santo Elias – AMSSE.

Os dados relativos à participação comunitária em organizações sociais mostram que na área da Vila do Céu do Mapiá, a AMVCM tem uma participação efetiva de seus membros, sendo citada por 73% e a COOPERAR por 17%. Na área que abrange o Igarapé Mapiá, o índice de participação é 83% na associação e 17% na cooperativa. Nessa área, os moradores se dividem entre as duas associações que estão mais próximas. Dependendo da localização da moradia, as pessoas participam da AMVCM e COOPERAR e da APROBIM, sendo que a associação APROMIM, mesmo sendo documentada e tendo todas as taxas pagas, está desativada.

Os dados coletados demonstram que a maior participação de pessoas envolvidas na organização social está na Vila Céu do Mapiá e Igarapé Mapiá, moradores associados a AMVCM. Alguns fatores favorecem a participação, tais como: atividades religiosas, proximidade espacial, facilidade de transporte, as condições financeiras e grau de escolaridade.

A pesquisa de campo não identificou a participação efetiva nem ações desenvolvidas por entidades representativas de moradores na área da Floresta Nacional que está situada no Rio Inauini. Estes se referiram somente a existência da Associação Deus é Amor e do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais. As principais dificuldades identificadas na pesquisa e referendadas pelos relatos dos moradores do rio Inauini e entorno para a pouca participação comunitária são:

- Falta de condições financeiras para mobilização das comunidades;
- Descontinuidades do apoio ao associativismo prestado pelas instituições;
- Ausência de cursos de associativismo que respeite as especificidades locais e considere o alto índice de analfabetismo existente na área;
- Falta de recursos financeiros para despesas com documentações e viagens aos municípios;
- Falta de uma sede própria para o funcionamento da associação.

Na área de entorno (Purus) da Floresta Nacional, a participação na organização social teve pouca referência por parte dos moradores, porém foi destacada a atuação da Colônia de Pescadores de Boca do Acre, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação dos Moradores do Santo Elias (AMSSE). Os entrevistados informaram que o principal motivo que leva as famílias a se organizarem é a melhoria da qualidade de vida.

Os moradores que não participam, relacionaram motivos, como: falta de associação na área, falta de lideranças, distância, descrédito nas lideranças, administração precária, falta de convite e falta de atuação. Alguns moradores demonstraram interesse em participar, porém alegam que as dificuldades financeiras não permitem.

#### **3.6.3.2.1. Organização Social na Vila Céu do Mapiá**

Em relação ao motivo de participação na organização social na Vila do Céu do Mapiá destacou-se a busca por melhores condições de vida, com 72%; 4% dos moradores associaram-se para solucionar problemas de conflitos sobre o uso da terra e 21% citaram a necessidade de união, integridade, fortalecimento da comunidade, melhores preços para comercialização dos produtos e auxílio jurídico.

Entre os moradores que disseram não fazer parte da associação, os motivos relacionados foram a política interna exercida, falta de informação sobre a organização social existente, não entendimento dos objetivos e o papel da organização. Dos entrevistados, 4% não citou motivo.

Os moradores da Vila Céu do Mapiá dispõem de um conjunto de organizações sociais que desenvolvem ações diferenciadas que convergem para a melhoria da qualidade de vida, destacando-se: Igreja do Culto Eclético - Patrono Sebastião Mota de Melo, IDA-CEFLURIS, AMVCM e COOPERAR.

Nas entidades com objetivos e atribuições definidas, as decisões importantes são tomadas em reuniões nas quais participam representantes de todas as instituições.

#### **a. Instituto de Desenvolvimento Ambiental – IDA- CEFLURIS**

O Centro Eclético da Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra – CEFLURIS – foi criado originalmente como um centro espírita da Doutrina do Santo Daime no início da década de 70, em Rio Branco-AC. No início da década de 80, no entanto, o grupo

representado pelo CEFLURIS estabeleceu-se no meio da floresta, fundando a Vila Céu do Mapiá. Até meados da década de 90, essa comunidade florestal tornou-se sede de um movimento religioso de envergadura internacional. Nos anos iniciais de todo esse processo, o CEFLURIS era a única entidade com personalidade jurídica disponível para representar socialmente aquela população isolada do interior da floresta. Assim, foi se tornando, progressivamente, responsável pelo atendimento da maior parte das necessidades sociais internas vitais da Vila Céu do Mapiá. Com isso, o antigo centro espírita passou a acumular um conjunto de funções extremamente complexas, de ordem religiosa, cultural, social e até econômica, difíceis de serem administradas por uma só entidade civil. Ainda mais, quando essa instituição dispunha apenas de um estatuto característico de centro espírita. Desse modo, em 1998, para fazer frente aos aspectos de ordem social da missão que foi assumindo espontaneamente ao longo dos anos, o CEFLURIS, originalmente organizado como centro espírita, passou por profunda reestruturação, transformando-se numa ONG: o Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra. É por causa desse histórico, que o Instituto adota a sigla IDA-CEFLURIS. Agora, porém, essa entidade civil passa a se estruturar como instituição mantenedora do movimento religioso sediado no Mapiá, continuando a atuar, também, no apoio à Vila Céu do Mapiá e atualmente ainda apóia outras comunidades daimistas afiliadas na Amazônia. Paralelamente, para responder às demandas propriamente espiritualistas, criou-se uma entidade especificamente religiosa, a Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal – Patrono Sebastião Mota de Melo – ICEFLU. A ICEFLU, que, portanto, também tem sua origem histórica no mesmo CEFLURIS, volta-se exclusivamente para a organização religiosa e espiritual da Doutrina do Santo Daime, em sua vertente sediada na Vila Céu do Mapiá. É a instituição que melhor representa o movimento cultural típico das comunidades do Mapiá.

O Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra – IDA/Cefluris objetiva estabelecer parcerias e atividades na área social e com orientação ecológica nos seus locais de atuação, prioritariamente na Vila, mas também em outros locais da Amazônia - além de administrar, como instituição mantenedora, toda a estrutura associativa vinculada à Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal com adeptos em todo o mundo. Com isso, o IDA/Cefluris estrutura uma rede de afiliados que abrange todo o Brasil e diversos países de variados continentes, onde existem centros afiliados à doutrina sediada na Vila Céu do Mapiá. A abrangência de sua atuação socioambientalista na Amazônia, além do igarapé Mapiá, envolve áreas nos

trechos médios dos rios Purus e Juruá, onde também existem comunidades daimistas afiliadas ao movimento sediado na Vila – como por exemplo, o grupo de ribeirinhos do rio Purus que tomou a iniciativa no processo de criação da Resex Arapixi, pertencente ao mesmo mosaico de Unidades de Conservação a que também pertence a Flona do Purus e, da mesma forma, no processo de criação da Resex do Rio Croa, no vale do rio Juruá.

O IDA/Cefluris tem presença nos municípios de Boca do Acre, Pauini, Ipixiuna e Eurinepé, no estado do Amazonas, e Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, no estado do Acre. Também trabalha junto a movimentos organizados da Amazônia, apoiando associações de moradores, de produtores e sindicatos de trabalhadores rurais. Com aproximadamente 2000 sócios no Brasil e no exterior, vinculados à Igreja do Culto Eclético, o IDA/Cefluris busca um maior reconhecimento para o seu trabalho no âmbito do desenvolvimento socioambiental na Amazônia. Através desse trabalho, que integra grupos de habitantes da floresta com grupos de adeptos espalhados em muitas regiões do mundo, o IDA/Cefluris vem trazendo, sistematicamente, recursos humanos com melhor formação acadêmica para essas a Amazônia, obtendo valiosas experiências em contato direto com a riqueza e a diversidade da região, assim como benefícios diversos. Ao mesmo tempo, também promove a Amazônia no exterior através da difusão de uma tradição cultural viva da floresta, que é divulgada para o mundo todo.

As atribuições do Instituto não são de natureza religiosa, atuando, porém, como entidade arrecadadora e mantenedora de uma Igreja, sendo também responsável pela captação de recursos, não apenas financeiros, mas também humanos, para investimentos em promoção social nas comunidades alvos na Amazônia.

A organização administrativa do IDA/Cefluris se estrutura através de uma diretoria central sediada no Céu do Mapiá, mas com escritório administrativo em Boca do Acre, e representações regionais no Brasil e no exterior. Uma das ações mais emblemáticas do Instituto é o auxílio financeiro para alguns moradores da Vila, principalmente os veteranos remanescentes do primeiro fluxo migratório, que, assim, numa área caracterizada pela ausência do Estado, conseguem obter algo equivalente a uma aposentadoria.

A articulação com entidades externas para captação de recursos ou doações ocorre através de representantes existentes no Brasil e no exterior, ligados ao IDA-CEFLURIS, que ainda conta com um número representativo de sócios que contribuem mensalmente com a entidade. Em razão de tudo isso, o IDA/Cefluris constitui-se num

recurso institucional absolutamente invulgar, com alto potencial para parcerias no processo de gestão da Unidade, uma vez que está sediada dentro da Floresta Nacional e alcança uma envergadura internacional, que permite desenvolver múltiplas articulações em favor ações no âmbito do Plano de Manejo.

#### **b. Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal – Patrono Sebastião Mota de Melo - ICEFLU**

A Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal – Patrono Sebastião Mota de Melo (ICEFLU) é a entidade religiosa que foi criada com a reforma institucional por que passou o CEFLURIS em 1998, quando este deixou de ser centro espírita, para se transformar em ONG (o IDA-CEFLURIS). A ICEFLU estrutura institucionalmente o movimento religioso do Santo Daime sediado na Vila Céu do Mapiá. Sediada na Floresta Nacional, esta igreja congrega adeptos da Doutrina do Santo Daime em todo o Brasil e em diversos países do mundo. A ICEFLU é a instituição que representa mais profundamente a identidade do movimento cultural característico da população da Vila Céu do Mapiá e microbacia hidrográfica do igarapé Mapiá.

#### **c. Cooperativa Agro-Extrativista do Médio Purus e Igarapé Mapiá – COOPERAR**

A COOPERAR – Cooperativa Agro-Extrativista do Mapiá e Médio Purus – foi criada em 1998 para viabilizar projetos de desenvolvimento previstos no PDA – Projetos Demonstrativos “A” - financiados pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente.

Esses projetos proporcionaram a aquisição de equipamentos para a produção de óleos vegetais e implantação de viveiros envolvendo a AMVCM e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Pauini-AM .

Com os equipamentos de extração de óleos vegetais e com os fornos de desidratação de frutas (doados pela ONG espanhola Engenheiros sem Fronteiras), verificou-se a necessidade de instalação da unidade industrial em Boca do Acre. A implantação do empreendimento na vila ficou inviabilizada devido a dificuldades para escoamento da produção. A sede da COOPERAR permaneceu na Vila Céu do Mapiá, criando-se uma filial em Boca do Acre, onde está instalada a fábrica de alimentos desidratados e de óleos vegetais da Amazônia.

A fábrica em Boca do Acre produziu banana-passa, farinha de banana e castanha-do-Brasil. A desidratação de outros produtos alimentares amazônicos, como o tucumã, por exemplo, foi experimentada. Em relação à comercialização, a COOPERAR iniciou o processo de fornecimento de seus produtos a uma rede de supermercados de Rio Branco. No entanto, a baixa procura por seus produtos – banana-passa e farinha de banana – levou à desativação dessa unidade fabril. Hoje trabalha com um projeto renovado do PD-A, reestruturando a fábrica de óleos. Por outro lado, celebrou contrato com empresa de chocolates alemã, para organizar o extrativismo de cacau nativo da várzea do Purus, exportando-o para aquele país, onde a empresa fabrica um produto diferenciado que alcança alto valor comercial.

Na Vila Céu do Mapiá, a cooperativa instalou um armazém com venda de mercadorias, visando a reduzir e equilibrar os preços dos produtos oferecidos no comércio local, até então expressivamente caros, em função de não existir concorrência. A cooperativa abastece seu armazém com mercadorias compradas na cidade de Rio Branco e adquire alguns produtos de outros estados, praticando preços inferiores aos dos estabelecimentos privados da Vila, que, em razão dessa concorrência, viram-se forçados a baixarem seus preços.



**Figura 39** – Sede da AMVCM e COOPERAR

**d. Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá - AMVCM**

A Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá (AMVCM) foi fundada em 1987, dispendo de administração com estrutura organizacional definida por setores responsáveis, tais como produção, saúde, educação, meio ambiente, mão-de-obra, energia, comunicação, assistência social, transporte, segurança e recepção. É composta por membros da doutrina com/ou sem formação acadêmica, que planejam ações para gestão da área da vila.

O alto índice de participantes identificados (73%) é explicado pela motivação religiosa e concentração populacional, fatores que facilitam a sensibilização, articulação e mobilização para participação na organização social.

As ações conjuntas entre AMVCM e IDA-CEFLURIS desencadeia uma série de outras parcerias institucionais com o poder público nas esferas municipal, estadual e federal, ONG's e particulares, desenvolvendo obras e ações importantes tais como a construção da ponte, o posto de saúde, a manutenção da escola, gerador para instalação de uma rede elétrica, montagem de duas usinas de extração de óleos vegetais, viveiros de mudas para reflorestamento e assessoria técnica para formação e pesquisa.

A AMVCM é responsável pela administração interna e o IDA-CEFLURIS realiza os trabalhos de gerência dos projetos e atração de parcerias e visitantes. A AMVCM é considerada pelos moradores como uma "prefeitura" da Vila.

Conforme ex-presidente da AMVCM, foram ou vêm sendo encaminhados e/ou desenvolvidos, recentemente, projetos em parceria com entidades governamentais e não governamentais relacionados abaixo:

- Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC), envolvendo AMVCM, IDA, WWF, Instituto NAWA;
- ampliação da usina de processamento de óleos vegetais, envolvendo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pauini e o Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal;
- projeto do Centro Medicina da Floresta (produtos fitoterápicos, florais e capacitação), envolvendo diversas organizações e parcerias com Governo Federal e Governo do Estado do Acre;
- projeto de educação junto ao Centro de Extensão de Tecnologias do Amazonas - CETAM, envolvendo reforma da escola, construção de galpão e alojamento para cursos profissionalizantes;

- Projeto Fio da Vida - Casa de Ofício, com plantio de algodão, pesquisa de fibras naturais da Amazônia e trabalho de artesanato com mulheres e jovens;
- Projeto Telecentro, instalando antena GESAC para acesso à internet e promovendo inclusão digital na floresta com ênfase na escola;
- projeto de ampliação da conexão satelital e rede sem fio na Vila Céu do Mapiá: rádio jagube, vídeo conferência, provedor para e-mail, em parceria com a empresa Openlink (Espanha) e a OSCIP Guardiões da Floresta;
- projeto ampliação da Santa Casa e construção de uma clínica;
- projeto de plano de manejo florestal sustentável comunitário em tese de doutorado de pesquisador da Universidade Federal de Viçosa apoiado pelo CNPq;
- Seminário COOPERAR/IDA/AMVCM, com rede de parceiros internos e externos com vistas ao Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus;
- projeto de Análise de solos de apoio à Segurança Alimentar, com a Universidade de Viçosa;
- projeto de fábrica de doces na Fazenda São Sebastião;
- projeto de abastecimento de água por bombas solar, em parceria com Asociación Madrileña Ingenieros Sin Fronteras, IDA-CEFLURIS e Guardiões da Floresta;
- projeto de aquisição perfuradora de poços artesianos, em parceria com Asociación Madrileña Ingenieros Sin Fronteras, AMVCM, IDA-CEFLURIS e Guardiões da Floresta;
- obras de reformas da Igreja matriz do Céu do Mapiá;
- projeto de energia na área de biodiesel em parceria com a Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas;
- projeto Ponta Verde de mutirões comunitários para ampliação de módulos de agrofloresta;
- projeto continuidade em capacitação e consolidação de agroflorestas junto ao Ministério do Meio Ambiente;
- projeto de levantamento aéreo-fotogramétrico para Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus com Universidade Federal de Viçosa / WWF
- projeto de créditos de instalação do INCRA;
- projeto de instalação de pequena usina termelétrica e rede de distribuição no âmbito do Programa Luz para Todos com a Eletrobrás e Amazonas Energia.

### **3.6.3.2.2. Organização Social no Igarapé Mapiá**

O presente estudo, por uma questão de método e buscando passar um retrato o mais fiel possível da Unidade, define os agrupamentos das áreas da Vila Céu do Mapiá, do igarapé Mapiá, rio Inauini e entorno. No entanto, a participação na organização social, os problemas apresentados e a procura de soluções ignoram os limites estabelecidos. Na área, a participação social está condicionada à existência de entidade, à proximidade física dos moradores, à facilidade de acesso e aos interesses em comum, independentemente de estar no entorno ou dentro dos limites da Floresta Nacional.

Na área do Igarapé Mapiá, cerca de 83% dos moradores estão vinculadas as duas associações que atendem o local: a AMVCM e a APROMIM. Por outro lado, 17% participam da COOPERAR. Dos moradores associados a algum tipo de organização social, cerca de 75%, estão associados na busca de melhoria da qualidade de vida. O grupo que não participa, alega falta de convite, desunião, muita burocracia e dizem não perceberem os benefícios que a entidade proporciona.

#### **a. Associação de Produtores do Médio Igarapé Mapiá - APROMIM**

Na área que abrange o igarapé Mapiá, o índice de participação é de 83%, na associação. Nessa área, os moradores se dividem entre AMVCM e APROMIM, participando da que está mais próxima de sua moradia.

Os moradores fizeram referência a existência da APROMIM, que segundo os moradores foi fundada em 2002 com a participação de 100 moradores, objetivando o acesso a financiamentos de projetos para agricultura. Atualmente encontra-se desativada em decorrência do alto custo de manutenção da associação. Os associados não têm interesse em reativá-la.

### **3.6.3.2.3. Organização Social no Rio Inauini**

Na área do rio Inauini, 50% dos moradores estão vinculadas à Associação Extrativista Deus é Amor e 50%, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Cerca de 67% dos entrevistados disseram que se associaram na intenção de buscar a melhoria da qualidade de vida. Outros motivos citados por 11% dos entrevistados são os problemas de conflito pela posse da terra. A pesquisa também identificou 11% dos

entrevistados que não participam de nenhum tipo de organização social por não existir na proximidade ou por falta de interesse.

#### **a. Associação Extrativista Deus é Amor**

A Associação Extrativista Deus é Amor foi criada em 1999 com, aproximadamente, 53 sócios proveniente das Florestas Nacionais do Purus e Mapiá Inauini. Teve o apoio inicial através do IDAM - Instituto de Desenvolvimento da Amazônia. Segundo o atual presidente, senhor Raimundo Pereira, o único benefício obtido foi o acesso ao crédito para agricultura, e relatou ainda as dificuldades para desenvolvimento das ações, como os custos com transporte para mobilização e regularização de documentos.

A pesquisa de campo não identificou a participação efetiva nem ações desenvolvidas por essa entidade. Os moradores de referiram somente a existência da associação. Outras entidade citada pelos entrevistados foi o STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boca do Acre.

Segundo os moradores, a inexistência de associações atuantes na área está relacionada a motivos, como: falta de informação, convite, reuniões; descontinuidade dos trabalhos e dificuldade de mobilização.

Os entrevistados informaram que o principal motivo que leva as famílias a se organizarem, é a melhoria da qualidade de vida.

Os moradores que não participam, relacionaram motivos como: falta de associação na área, ausência de lideranças e/ou descréditos, distâncias, administração precária, falta de convite e falta de atuação da associação. Alguns moradores demonstraram interesse em participar, porém alegaram que as dificuldades financeiras não permitem.

#### **3.6.3.2.4. Organização Social no Entorno Estudado (Rio Purus)**

Os moradores que estão vinculados à associação AMVCM perfaz um percentual de 43%, 14% estão vinculados à COOPERAR e 43% ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pauini. Dos moradores associados a essas entidades representativas, cerca de 83%, justificam a participação na busca de melhoria de vida. Ainda existem moradores do Entorno da Unidade localizados no rio Inauini que são associados à Colônia de Pescadores em Boca do Acre.

O grupo que não participa alega a não existência na área de entidade representativa. Foram identificadas também outras associações no local, descritas a seguir:

#### **a. Associação dos Trabalhadores do Santo Elias - ASSE**

A Associação foi fundada em 2004, incentivada pela igreja católica de Pauini, que realizou reuniões e palestras para sensibilização acerca da importância da organização social para os moradores. Atualmente possuem 18 associados, e não existe arrecadação para o pagamento das taxas que necessariamente precisam ter para formalizar sua existência jurídica.

#### **b. Associação dos Produtores da Boca do Igarapé Mapiá - APROBIM**

A APROBIM foi criada em 1997, iniciando as atividades com 33 sócios, todos residentes na comunidade Fazenda São Sebastião. Dispõe de personalidade jurídica. Uma das ações desenvolvida na área foi à experiência com criação de peixes em cativeiro, visando ao consumo interno. A comunidade filia-se à Doutrina do Santo Daime sendo que o vínculo religioso e a concentração populacional facilitam a mobilização e organização

### **3.6.3.3. Conflitos Sociais**

#### **3.6.3.3.1. Conflitos Sociais na Vila Céu do Mapiá**

Em relação às informações referentes aos conflitos existentes na área, a definição dos limites da propriedade foi referido por 17% dos entrevistados; outros 8% citaram a retirada ilegal de madeira e 2% referiu a caça predatória. A maioria dos entrevistados, cerca de 35%, informou não haver conflitos na comunidade. No entanto, na análise dos dados, ficou constatada a existência de conflitos inter-pessoais relacionado à demarcação dos limites da propriedade como: invasão de animais domésticos, lixo, roubo e retirada ilegal de madeira, entre outros.

### **3.6.3.3.2. Conflitos Sociais no Igarapé Mapiá**

Em relação aos conflitos existentes na área, destacaram-se os conflitos pela posse da terra (29%), caça e pesca predatória (11%), outros conflitos somam de (29%), destacando-se os seguintes: limites de propriedades, extração ilegal de madeira, desvios de verbas, venda da terra, invasão de propriedade, pescadores profissionais na área com uso de malhadeiras, roubo do conhecimento tradicional da comunidade.

A pesquisa buscou identificar sugestões para solucionar os problemas da comunidade, e os moradores espontaneamente sugeriram algumas medidas: medir e definir a quem pertence a terra, regularizar a posse, proibir a derrubada de palmeiras, ampliar a fiscalização do Ibama, expulsar os moradores que negociam terras dentro da Floresta Nacional, disponibilizar documento para garantir a posse da terra, cada um ficar no seu canto, dispor placas de orientação sobre limites da Floresta Nacional e das proibições.

### **3.6.3.3.3. Conflitos Sociais no Rio Inauini**

Em relação aos conflitos existentes na área, destacou-se a caça predatória com 18%, a retirada ilegal de madeira com 13% e a pesca predatória com 21%. Foram citados outros conflitos por parte de 11% dos entrevistados que indicaram: a regularização fundiária com a FUNAI, conflitos para definição de limites entre vizinhos. Dos entrevistados, cerca de 29% declararam não haver conflitos na região.

A pesquisa buscou identificar sugestões para solucionar os problemas da comunidade, e os moradores espontaneamente sugeriram: intensificar a fiscalização na área, um posto avançado do Ibama na época do defeso, proibir a entrada de pessoas de fora da área, fiscalizar os barcos, dispor placas de orientação sobre limites da Floresta Nacional e suas proibições.

### **3.6.3.3.4. Conflitos Sociais no Entorno Estudado (Rio Purus)**

Em relação aos conflitos existentes na área, cerca de 19% dos entrevistados destacaram que a pesca predatória é um problema a ser solucionado no local. Outros problemas foram citados, tais como: caça predatória, retirada de madeira ilegal por moradores de municípios próximos e da Vila Céu do Mapiá, problemas relacionados à

posse das terras, proibição dos proprietários de fazerem roçados, destruição das plantações pelo gado.

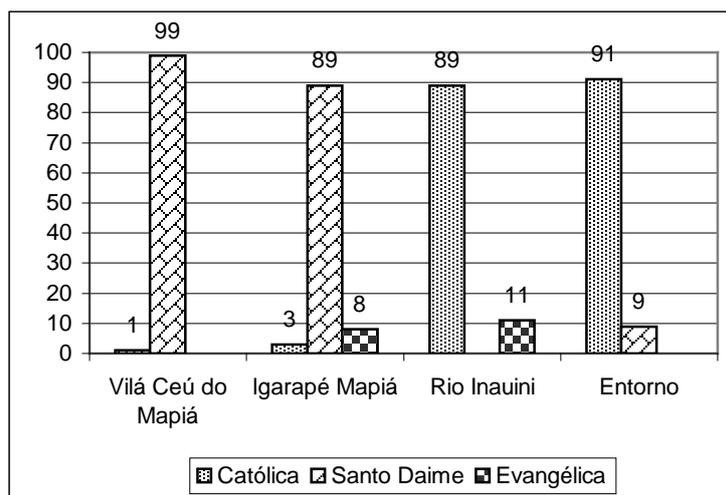
A pesquisa buscou identificar sugestões para solucionar os problemas da comunidade e os moradores espontaneamente sugeriram: regularização da posse das terras, fiscalização efetiva do Ibama (com ênfase nos barcos que circulam na área), maior união dos moradores, interdição da pesca para pessoas de fora da área, instalação de placas informativas dos limites da Floresta Nacional.

#### **3.6.3.4. Religião**

Outra forma de organização social que foi identificada na Unidade e de grande importância para os moradores é a atividade religiosa. Em algumas comunidades, ela é o ponto inicial e principal das relações sociais.

Os moradores que se concentram ao longo do Igarapé Mapiá e da Vila Céu do Mapiá dispõem de um nível de organização fundamentado nos vínculos religiosos, e buscam através desses laços, junto às instituições governamentais e não governamentais, garantir melhor qualidade de vida para a comunidade. Essa organização construiu na Vila uma estrutura que permite situação diferenciada dos demais moradores da Floresta Nacional e entorno.

Por ser uma das características mais relevantes da Unidade, torna-se importante visualizar como estão distribuídos os adeptos das 3 correntes religiosas citadas nas entrevistas. A figura 40 mostra como se dá a participação religiosa na Floresta Nacional por área, destacando o Santo Daime e a religião Católica como as mais citadas. Agregando-se, porém, a população de toda a Floresta Nacional, é bastante significativo, que dois terços dos moradores de toda a Unidade (67%) declarem professar a religião do Santo Daime. Considerando-se apenas as populações da Vila e do Igarapé Mapiá agregadas, verificou-se que a religião do Santo Daime é quase unanimidade entre os moradores dessa micro-bacia (97%). Trata-se, pois, de uma peculiaridade antropológica de alto grau de significância para a Floresta Nacional do Purus, especialmente, quando se considera que se trata de um movimento religioso autóctone da Amazônia, que preserva uma tradição etno-botânica pré-colombiana de devoção à floresta, distinguindo a Unidade por essa característica cultural específica, no contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.



**Figura 40** - Participação religiosa na Floresta Nacional do Purus

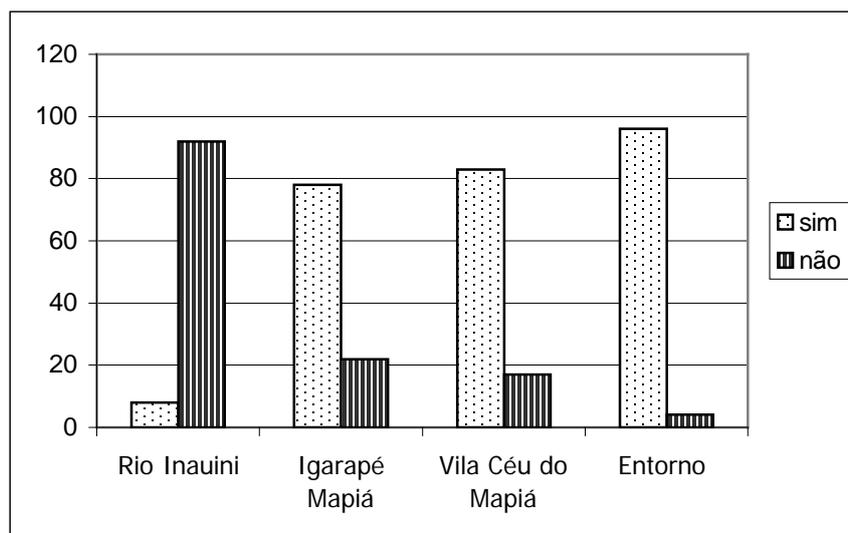
### 3.6.3.5. Educação

O ensino formal presente na Floresta Nacional do Purus e em seu entorno, apresentam desníveis, que variam na estrutura física, suporte técnico (formação acadêmica, facilidade à informação), materiais didáticos oferecidos aos docentes e aos alunos matriculados.

Essas diferenças estão relacionadas à ausência ou atuação mais efetiva do poder público, nível de organização social da comunidade, facilidade e acesso a meios de transportes e concentração populacional.

Os moradores residentes na Vila Céu do Mapiá, freqüentam a escola Cruzeiro do Céu. Ao longo do Igarapé Mapiá, dependendo da localização, os moradores freqüentam a escola Cruzeiro do Céu, Paulo Freire ou São Sebastião. Os famílias localizadas no entorno, mas especificamente ao longo do rio Purus, freqüentam as escolas São José, Tancredo Neves, Getúlio Vargas, Presidente Médici, Andreлина de Souza e São Lourenço.

A dispersão geográfica, a dificuldade de acesso, os meios de transporte e a não existência de escolas ao longo do rio, foram identificados como limitadores para o acesso a educação dos moradores da Floresta Nacional localizados no Rio Inauini. Segundo a pesquisa 92% dos entrevistados alegaram não ter escola nas proximidades, como mostra o gráfico abaixo:



**Figura 41** – Proximidade física das escolas (percentuais por regiões que dispõem de escolas próximas às moradias)

As condições de ensino oferecido pelas escolas do entorno da Floresta Nacional e das escolas adjacentes à vila evidenciam características semelhantes como: ensino multisseriado, fornecimento de merenda em quantidade insuficiente e de forma irregular, pessoal de apoio sem a devida remuneração, estrutura física inadequada, além da predominância de professores leigos.

Na coleta de dados, para identificar o nível de escolaridade, foram utilizados os seguintes agrupamentos: a) analfabeto, b) só escreve, c) escreve e lê, d) primário incompleto, e) primário completo, f) ginásio incompleto, g) ginásio completo, h) 2º grau incompleto, i) 2º grau completo, j) superior incompleto e l) superior completo. Na análise foram agrupadas as categorias “a” e “b” para identificar o percentual de analfabetos. Essa opção metodológica foi fundamentada numa abordagem social que valoriza a variável “escreve e lê”, visto que em áreas rurais assinar o nome e ler, independentemente de ter sido através de ensino formal ou não, garante status diferenciado. No trabalho essa categoria foi considerada alfabetizada.

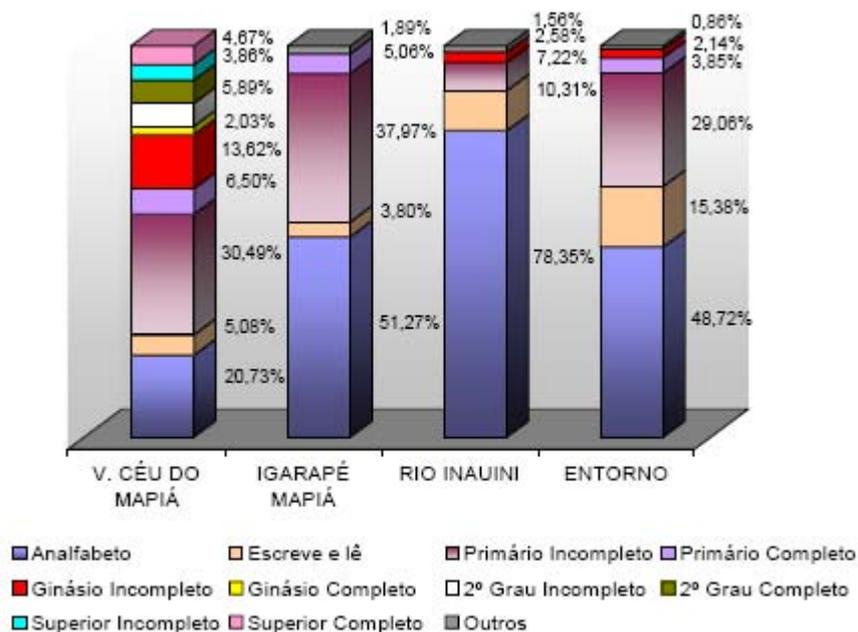


Figura 42 – Escolaridade por área

### 3.6.3.5.1. Educação na Vila Céu do Mapiá

#### Escola Estadual Cruzeiro do Céu

Os moradores da Vila Céu do Mapiá dispõem de uma escola que funciona em dois períodos, no turno da manhã com jardim, pré-escolar e turmas de 1ª a 4ª séries; à tarde ensino fundamental de 5ª a 8ª série e ensino médio, atendendo em média 150 alunos.

A escola dispõe de vários Programas Educativos que atingem alunos de todas as faixas etárias como, o Supletivo Noturno (para as pessoas que trabalham durante o dia); Educação de Jovens e Adultos (EJA); Tempo de Acelerar (supletivo para jovens, funciona por módulo); Reescrevendo o futuro (funciona aos sábados à tarde).



**Figura 43** – Professora e alunos da Escola Estadual Cruzeiro do Céu – Vila Céu do Mapiá



**Figura 44** – Jardim e pré-escolar – Escola Estadual Cruzeiro do Céu – Vila Céu do Mapiá

A escola funciona com suporte financeiro do governo do Amazonas, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Porém, os recursos financeiros não são suficientes para manutenção e pagamento de pessoal de apoio. Para complementar o pagamento, os profissionais efetivos dividem os salários em forma de rodízio para o pagamento de outros professores, merendeira e zeladores, que compõem o quadro funcional.

O quadro de professores conta com profissionais de diversas áreas com formação superior. Em geral, são adeptos da doutrina do Santo Daime que residem ou que permanecem provisoriamente na vila. A escola conta voluntariamente com o atendimento psicológico de dois profissionais que estão aguardando assinatura de contrato, através da SEDUC – Secretaria de Educação do Estado do Amazonas.

A escola funciona num campo aberto, afastada do centro da Vila cerca de 10 minutos de caminhada. Possui estrutura física de madeira com cobertura de alumínio,

com seis salas de aula, uma pequena biblioteca, sala de vídeo, almoxarifado, secretaria, quadra e cozinha. O antigo prédio da Escola brevemente será substituído por um novo, já em construção.

O material didático e a merenda escolar são providos também pelo governo do Amazonas, porém, o frete da merenda é contrapartida da escola. A quantidade de merenda é insuficiente comparada ao número de alunos.

A pesquisa de campo identificou problemas estruturais que dificultam o processo de ensino/aprendizagem, como carência de livros escolares, quantidade de livros da biblioteca insuficientes (sendo que maioria do acervo existente foi doado por visitantes), estrutura física com espaços inadequados e cobertura comprometida.



**Figura 45** - Escola Estadual Cruzeiro do Céu – Vila Céu do Mapiá

A escola segue o currículo determinado pela Secretaria de Educação do Estado do Amazonas – SEDUC e complementa com aulas práticas através de oficinas. Para essas atividades extracurriculares a escola conta com o apoio comunitário através de profissionais em diversas áreas que moram ou visitam a vila. Essas oficinas são realizadas quinzenalmente como atividades para os estudantes adolescentes. Essa estratégia possibilita a identificação do educando com as profissões ofertadas nas oficinas, além de poder associar o conhecimento teórico/prático e o tradicional/sistematizado.

Durante o ano letivo de 2005 está previsto a inclusão de aulas de informática nas turmas da tarde de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries. Trata-se de uma parceria estabelecida entre a escola e o Telecentro Nova Idéia, no qual os alunos poderão fazer em conjunto com o professor, pesquisas através do acesso a internet. Para essa atividade a escola

necessita de investimentos financeiros para manter a estrutura do centro: compra de gasolina e óleo para geração de energia e materiais de informática.



**Figura 46** – Atividade dos alunos no CMF – Vila Céu do Mapiá

### **3.6.3.5.2. Educação no Igarapé Mapiá**

#### **Escola Municipal Paulo Freire**

A Escola Paulo Freire funciona no núcleo rural Cachoeira, nas margens do igarapé Mapiá há aproximadamente oito anos. Dispõe de um professor remunerado pelo município de Pauini e possui 18 alunos matriculados na faixa etária compreendida entre 7 e 14 anos, utilizando o sistema de ensino multisseriado.

O funcionamento da escola depende do auxílio dos moradores, que cedem o espaço físico, transporte e combustível para o deslocamento. A escola recebe o apoio dos responsáveis pelo núcleo Cachoeira que disponibilizam os alimentos utilizados para merenda escolar, oriundos da produção local, como sorgo, arroz integral, farinha de arroz integral, farinha de sorgo, farinha de milho, pães, bolos, inhame e chás. O trabalho na cozinha e a limpeza são realizados através de trabalho voluntário de moradoras.

### **3.6.3.5.3. Educação no Rio Inauini**

#### **Escola Passo Futuro**

A Escola Passo Futuro localizada no Rio Inauini, colocação Ponto Grande funcionou na área há aproximadamente quatro anos. Atualmente se encontrar

desativada. Segundo os moradores a escola atendia cerca 18 alunos entre crianças e adultos, utilizando o sistema multisseriado e foi desativada devido a diversos problemas como falta de professor, espaço pouco apropriado, falta de gerador para as aulas noturnas e falta de pagamento no período das férias para a professora.

Entre a boca do igarapé São Domingos e o igarapé São Francisco, na margem esquerda do rio Inauini, existe a estrutura de uma escola com duas salas de aula que nunca chegou a funcionar efetivamente. Hoje ela está sendo ocupada pela família do senhor Sebastião Vieira da Silva.

#### 3.6.3.5.4. Educação no Entorno Estudado (Rio Purus)

##### a. Escola São Sebastião – Igarapé Mapiá

A escola funciona na Fazenda São Sebastião, Boca do Igarapé Mapiá, e reiniciou suas atividades a partir do ano letivo de 2005, dispondo de um novo professor e de uma merendeira. A escola tem aproximadamente 25 alunos e funciona no período matutino com sistema multisseriado para crianças do pré-escolar e de 1ª a 4ª séries. Existe uma demanda da comunidade para a criação de uma turma de educação para adultos no período da noite. Em relação às dificuldades, foi citada a falta de um professor efetivo no local, estrutura própria para a escola, pagamento regular dos funcionários e quantidade insuficiente de materiais didáticos.



Figura 47 - Escola Municipal São Sebastião – Igarapé Mapiá

**b. Escola Municipal Tancredo Neves – Rio Purus**

A escola Tancredo Neves funcionava na Colocação Tabocal II, às margens do rio Purus e foi fundada há cerca de cinco anos. Atualmente se encontra desativada por falta de alunos. Segundo informações dos moradores, algumas famílias migraram para a cidade de Boca do Acre impossibilitando a continuidade das aulas, devido à falta de alunos.

**c. Escola Municipal Getúlio Vargas – Rio Purus**

A escola Getulio Vargas está localizada na comunidade Tabocal, na margem do rio Purus. Funciona na área há aproximadamente cinco anos, dispõe de um professor e uma merendeira remunerados pelo Município de Pauini. A escola funciona no período vespertino, utilizando o sistema multisseriado, com alunos matriculados com idades entre 8 e 21 anos. A merenda escolar é fornecida pela Secretária de Educação Municipal de Pauini.

**d. Escola Municipal Presidente Médici - Rio Purus**

A escola Presidente Médici, localizada na Colocação Guaman, no rio Purus, funciona na área há cerca de 24 anos. A Secretaria Municipal de Educação de Pauini é responsável pela remuneração do professor e fornecimento da merenda escolar. A escola funciona somente no período vespertino, utilizando o sistema multisseriado, para alunos com idades entre 5 e 18 anos.

No ano de 2004, foi concluído o programa Reescrevendo o Futuro, direcionado a analfabetos com idade entre 25 e 50 anos. Teve duração de três anos com 19 pessoas matriculadas. O programa pagava trinta reais para cada aluno objetivando minimizar a evasão escolar e compensando o período em que o aluno estava ausente das atividades produtivas. No ano letivo de 2005, foi implantado o Programa EJA – Educação para Jovens e Adultos, que conta com 19 pessoas matriculadas com idade que variam entre 20 e 55 anos.

**e. Escola Municipal Alexandrina de Souza - Rio Purus**

Localizada no Rio Purus, colocação denominada Boca do Mapiá, entorno da Floresta Nacional, a Escola Municipal Alexandrina de Souza está instalada a 15 anos no

local. Possui um professor e uma merendeira contratados pelo município de Pauini através de recursos do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). A escola funciona somente no período vespertino, sendo que as aulas são aplicadas no sistema multisseriado, de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries com alunos na faixa etária de 06 a 21 anos. Em relação às dificuldades foram citadas: a falta de capacitação do professor para uso do sistema multisseriado e a falta de transporte.



**Figura 48** - Escola Municipal Alexandrina de Souza – Rio Purus

#### **f. Escola Municipal Andrelina de Souza - Rio Purus**

Escola Andrelina de Souza, localizada na Colocação São Leopoldo, às margens do rio Purus, entorno da Floresta Nacional, é mantida pela Secretaria Municipal de Educação de Pauini, que é responsável pela remuneração do professor e fornecimento da merenda escolar. Funciona no período vespertino, utilizando o sistema multisseriado de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries com uma média de 22 alunos na faixa etária de 10 a 18 anos.

#### **g. Escola Municipal São José - Rio Purus**

A Escola São Jose funciona há aproximadamente oito anos. Localizada na colocação Santo Elias, na margem esquerda do rio Purus, entorno da Floresta Nacional, é mantida pela Secretaria Municipal de Educação de Pauini, responsável pela remuneração do professor e fornecimento da merenda escolar. Utiliza o sistema multisseriado de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série e atualmente atende a 22 alunos com idades entre 6 e 19 anos.

Atende no horário vespertino e executa o projeto Reescrevendo o Futuro, com duração de quatro anos, coordenado pela Universidade Estadual do Amazonas. O projeto remunera os adultos participantes com R\$30,00 (trinta reais) como forma de compensar a interrupção das atividades produtivas e evitar a evasão escolar. Segundo a professora local, a descontinuidade dos projetos e a impossibilidade de continuar o estudo na área desmotiva os alunos e justifica a saída dos moradores para cidades próximas.

#### **h. Escola Municipal São Lourenço - Rio Purus**

A escola Municipal São Lourenço, localizada na Colocação Limoeiro, margem esquerda do rio Purus, é mantida pela Secretaria Municipal de Educação de Pauini, que é responsável pela remuneração do professor, merendeira e pelo fornecimento da merenda escolar.

Funciona no período matutino, utilizando o sistema multiseriado de 1º a 4ª série e atende 23 alunos. Também executa o programa Reescrevendo o Futuro que funciona aos sábados, com duração de quatro anos e que é coordenado pela Universidade Estadual do Amazonas. O projeto é o mesmo da Escola São José e da Escola Presidente Médici, onde há uma pequena remuneração para os alunos, buscando evitar a evasão escolar.

#### **3.6.3.6. Habitação, Ocupação do Espaço e Saneamento**

A ocupação do espaço na Floresta Nacional do Purus apresenta-se de duas formas distintas. Uma que segue a estrutura de exploração dos antigos seringais, que permite dispersão populacional, através da divisão em colocações. Essa forma de ocupação associada ao crescimento populacional impôs o fracionamento do espaço entre pessoas com laços de parentesco.

Outra forma de ocupação está relacionada à proposta dos seguidores da doutrina do Santo Daime que se estabeleceram com a perspectiva de ocupação coletiva do espaço a partir de um núcleo direcionado para as atividades religiosas. Suas estruturas de saneamento básico acompanham o modelo de ocupação, apresentam uma precariedade bastante acentuada.

### **3.6.3.6.1. Habitação, Ocupação do Espaço e Saneamento na Vila Céu do Mapiá**

A Vila do Céu do Mapiá foi inicialmente se formando a partir da década de 80, quando um grupo composto de 300 pessoas foi assentado pelo Incra. Parte das famílias foram assentadas em colocações, sendo que a partir da área ocupada pelo Padrinho Sebastião e seus familiares, formou-se um núcleo voltado para as atividades da doutrina, e seu entorno foi paulatinamente ocupado.

A difusão da doutrina e o conseqüente crescimento populacional, levaram a uma ocupação espontânea da área. A ocupação do espaço tem se intensificado nos últimos anos, tornando necessário o estabelecimento de um mercado informal, composto por pequenos comércios.

Atualmente, passados cerca de quinze anos após a fase heróica de sua implantação inicial, a realidade da comunidade é bem diferente. São inúmeros os conflitos e contradições vividos pelos moradores do vilarejo em que se transformou a comunidade. Agora, é possível chegar ao Mapiá de "voadeira" em menos de seis horas de viagem. Escolher, dentre as lanchonetes existentes, a mais adequada para realizar as refeições e pernoitar em uma das várias pousadas existentes. (JUNIOR, 2005)

As habitações construídas pelos moradores evidenciam a diversidade cultural das pessoas que ocupam a área. Os espaços construídos refletem a integração da cultura amazônica como outros valores estéticos, principalmente urbanos, que se diversificam pela origem e classe social. A Vila Céu do Mapiá apresenta uma estrutura muito próxima da encontrada em áreas periféricas (periurbanas) das grandes cidades, ou seja, apresenta características típicas rurais e urbanas.

Na Vila existem espaços comuns típicos de cidade, tais como: padaria, lanchonete, barbearia, posto de saúde, pousadas, entre outros. Abaixo estão listados algumas destas estruturas: Comercial Paraíso; Comercial Nova Era; Comércio Beira Rio; Merceria São José; Padaria Pão Nosso de Cada Dia; Lanchonete e padaria Aurora; Comercial Bom Preço; Espaço Cultural e Pousada São Miguel; Hospedaria 2000; praça central; Cozinha Comunitária; Posto de Saúde; Santa Casa; Cooperativa / Associação; Igreja; Casa das Crianças; Telecentro - internet; Escola Cruzeiro do Céu; Cemitério; depósito de coleta seletiva de lixo; barbearia; lixão e Central Telefônica (Telemar).

As moradias, na sua maioria (54%), são de madeira com cobertura de alumínio. O piso varia entre madeira e/ou alvenaria com lajotas e pode ser de um ou dois

andares, com uma média de 2 a 6 compartimentos. São domicílios compostos com móveis e eletrodomésticos, como: mesa, cadeiras, camas, guarda-roupas, geladeiras, televisores e outros. Muitas dessas moradias possuem estrutura de banheiro interno com vaso sanitário e, 37% dos entrevistados, referiram direcionar o esgoto para fossas sépticas.



**Figura 49** – Comércio – Vila Céu do Mapiá



**Figura 50** – Moradia – Vila Céu do Mapiá

Foram identificadas cerca de 3% de moradias em alvenaria, dispendo de banheiros internos, com cobertura de telhas. A tradicional habitação do seringueiro, construída com paxiúba e cobertura de palha ou cavaco, com um ou dois

compartimentos somaram 6% das moradias. Nessas habitações predominam banheiros externos e, em geral, é bastante limitada a presença de móveis e utensílios domésticos. Do total de moradias, 61% possuem fossas negras. Foram identificadas moradias com outras dimensões e formatos, como madeira com piso em alvenaria e cobertura de telha, com mais de 08 (oito) cômodos, entre outras.

Na vila, 64% dos moradores declararam dispor de energia elétrica em suas casas. A energia gerada por placas solares abrange 83% dos moradores que citaram dispor de energia, benefício concedido pela organização não-governamental Engenheiros sem Fronteiras. Outra fonte de energia identificada na área foi o gerador a diesel que abrange 17%. A energia elétrica possibilita o uso de eletrodomésticos, inclusive equipamentos de informática. Dentre os eletrodomésticos mais utilizados pelos moradores se destacam: rádio (36%); aparelho de som (30%); televisão (27%); liquidificador (20%); geladeira (12%) e computador (7%).

Para a captação da água destinada ao consumo, cozimento dos alimentos e higiene pessoal, 40% dos moradores utilizam motor-bomba; 16% utiliza bomba elétrica e 44% carregam água no balde. As principais fontes de água utilizadas são: poço semi-artesiano (65%); igarapé (18%) e vertente<sup>6</sup> (14%).

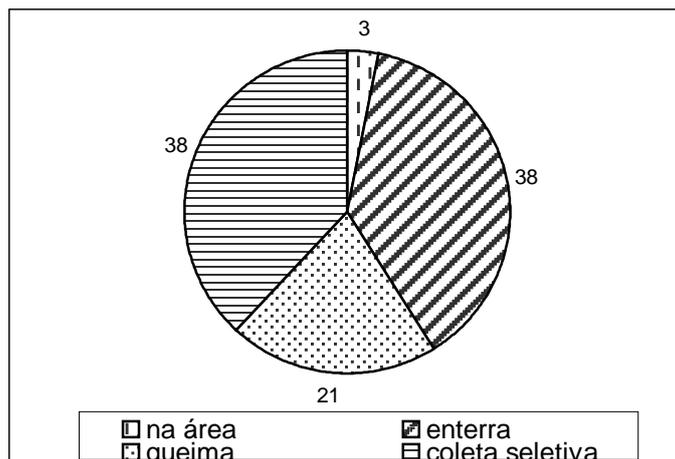
Para o tratamento da água utilizada no consumo humano a maioria dos moradores (73%) utiliza o filtro de barro. Outro tipo de tratamento utilizado pelos moradores é adição do hipoclorito(12%) e a coagem(9%). Cerca de 5% dos entrevistados declararam não fazer nenhum tipo de tratamento.

Sobre os despejos de esgoto das moradias, verificou-se que algumas possuíam algum tipo de canalização desse esgoto, jogando-o o mais longe possível da casa e, outras, utilizam a caixa de gordura para posteriormente encaminha para fossa séptica. Ainda existem casas que não dispõem de nenhuma canalização, cerca de 41%. Estes direcionam o esgoto para o terreno (67%); para o mato (26%) e igarapé (7%).

Na vila existe um serviço de coleta seletiva de lixo que recicla parte dos resíduos inorgânicos. O lixo orgânico doméstico é reciclado de diversas formas no próprio domicílio. Esse processo está no início e passa por adaptações, e é utilizado por 38% das famílias. Outros moradores utilizam práticas diferenciadas, como enterrar (39%), queimar (21%) e jogar nos arredores de casa (3%). O lixo público da vila é dirigido para o "lixão".

---

<sup>6</sup> Vertente: corpo d'água primário de uma rede hidrográfica



**Figura 51** – Destino do lixo – Vila Céu do Mapiá

### 3.6.3.6.2. Habitação, Ocupação do Espaço e Saneamento no Igarapé Mapiá

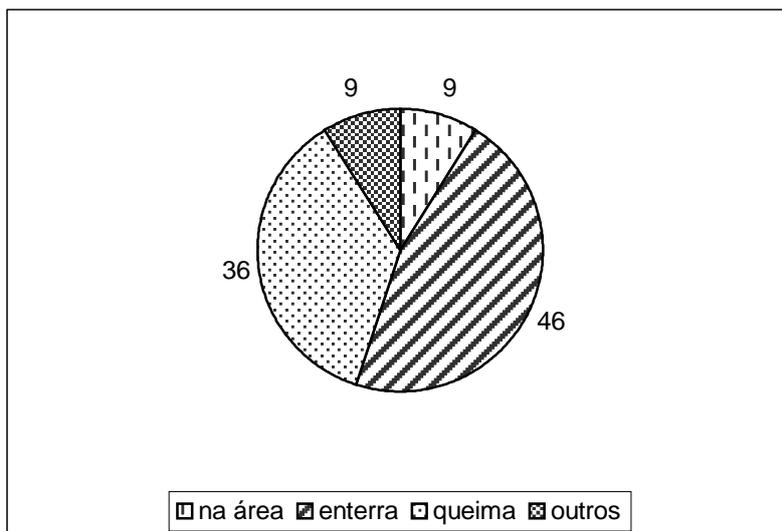
A ocupação nessa área se caracteriza pela dispersão das moradias que seguem um padrão característico da zona rural. Algumas evidenciam a interferência urbana decorrente do contato mais freqüente que os moradores estabelecem com a Vila do Céu do Mapiá.

Nessa área, destacam-se o núcleo rural Cachoeira e a comunidade denominada Fazenda São Sebastião (já no entorno) como pontos de apoio à Vila Céu do Mapiá, tendo ambas uma estrutura diferenciada. No núcleo Cachoeira existem instalações sanitárias e energia elétrica através de placas solares. Ali foi instalado um sistema de canalização de água captada por gravidade de fontes situadas em locais superiores.

As moradias que estão ao longo do Igarapé Mapiá têm estrutura de madeira com cobertura de alumínio e possuem, em sua maioria, de 1 a 3 compartimentos. Algumas possuem camas, mesas e cadeiras, no entanto, a maioria não possui móveis. Algumas famílias utilizam redes para dormir.

Ao longo do igarapé Mapiá, 82% das moradias não possuem canalização de esgoto. Os moradores utilizam o entorno das moradias para construir banheiro externo com fossas negras. Cerca de 18% das moradias dispõem de banheiros externos e canalizam o esgoto para fossa séptica ou para o igarapé.

O hábito de utilizar as matas na proximidade da moradia para fazer necessidades fisiológicas foi referido por 28% dos moradores.



**Figura 52** – Destino do lixo – Igarapé Mapiá



**Figura 53** – Moradia - Igarapé Mapiá

Com exceção do núcleo rural Cachoeira, na área do igarapé Mapiá não existem equipamentos de geração de energia elétrica. Os moradores utilizam lamparinas que funcionam com óleo diesel ou querosene para a iluminação noturna.

A captação da água para o consumo, higiene pessoal e cozimento de alimentos é realizada através de balde por 85% dos moradores. A água consumida origina-se essencialmente dos mananciais próximos como igarapés (49%) e vertentes<sup>7</sup> (43%). Quanto ao tratamento feito na água para consumo humano, 37% disseram utilizar filtro de barro; 40% dizem coar; 2% fervem a água e; 21% não fazem tratamento algum.

<sup>7</sup> Vertente: corpo d'água primário de uma rede hidrográfica

Ao longo do Igarapé Mapiá, existem as seguintes estruturas físicas voltadas para a comunidade: Escola Municipal Paulo Freire; Escola São Sebastião; Igreja da Fazenda São Sebastião e Casa de Feitio de Santo Daime da Fazenda São Sebastião.

### 3.6.3.6.3. Habitação, Ocupação do Espaço e Saneamento no Rio Inauini

Os moradores que residem na Floresta Nacional do Purus localizados no Rio Inauini, estão distribuídos em moradias mais distantes umas das outras e seguem um padrão mais típico da zona rural, com moradias com quarto, sala e cozinha. A cozinha possui fogão de barro e jirau<sup>8</sup>. Mesmo existindo mesa em algumas casas, os moradores têm o costume de realizar as refeições de forma mais informal, sentados no chão. Em geral, os moradores dormem em redes.

O que define a estrutura dessas moradias são as condições financeiras dos moradores. As casas geralmente são feitas de madeira ou paxiúba com cobertura de alumínio ou palha; têm menos compartimentos em relação ao número de pessoas e; são construídas predominantemente com 03(três) compartimentos (36%).

Nesta área, cerca de 86% das moradias não possuem nenhum tipo de canalização do esgoto doméstico. Utilizam o entorno das moradias para construir banheiros externos com fossas negras. Apenas 14% das moradias dispõem de banheiros externos com canalização do esgoto para fossa séptica ou para o igarapé.



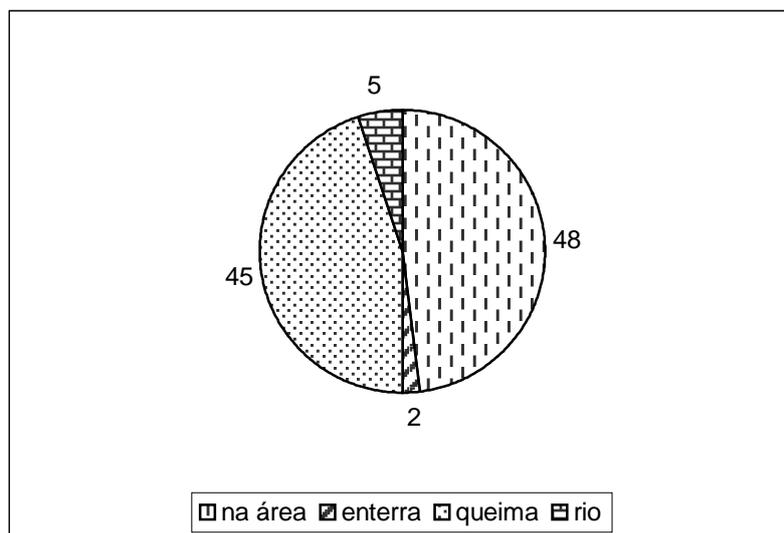
Figura 54 – Moradia - Rio Inauini

---

<sup>8</sup> Jirau: estrutura das habitações ribeirinhas onde se realiza a limpeza dos utensílios de cozinha utilizando água de baldes

O hábito de utilizar as matas na proximidade da moradia para fazer necessidades fisiológicas foi referido por 94% dos entrevistados.

Os resíduos sólidos são dispostos segundo as alternativas abaixo citadas pelos moradores e representadas no gráfico da figura 55.



**Figura 55** – Destino do lixo – Rio Inauini

Na área não existe equipamentos de geração de energia elétrica. Os moradores utilizam lamparinas que funcionam com óleo diesel ou querosene para iluminação noturna.

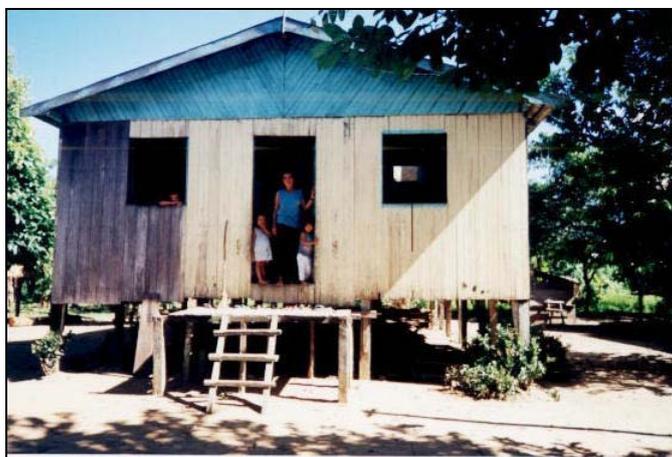
A água consumida origina-se essencialmente dos mananciais próximos, como igarapés (14%), vertentes (14%) e, principalmente, o rio Inauini (72%). As águas do rio são utilizadas pela população que ocupa suas margens. A captação de água é realizada por todos os moradores de forma manual e, no que diz respeito ao tratamento dado para o consumo humano, 26% disseram usar filtros de barro; 66% coam a água e; 9% não realizam qualquer tratamento.

#### **3.6.3.6.4. Habitação, Ocupação do Espaço e Saneamento no Entorno Estudado (Purus)**

A ocupação no rio Purus se caracteriza pela dispersão das moradias, assim como no rio Inauini, e seguem um padrão característico da zona rural. No entanto, nessa área se observa a formação de pequenos vilarejos, que se formaram a partir das relações de parentesco.

As moradias em geral possuem estrutura de madeira com cobertura de alumínio (45%) dispostas em sua maioria de 2 a 3 compartimentos. Grande parte das moradias não possui móveis e os moradores utilizam redes para dormir. Algumas apresentavam de forma simples em sua estrutura pinturas externas e móveis, como: cama, guarda-roupa, mesa, cadeira e objetos de decoração evidenciando a influência urbana na área.

Nesta área, cerca de 96% das moradias não possuem nenhuma forma de canalização do esgoto. Todos os moradores utilizam as matas das proximidades da moradia, para fazer suas necessidades fisiológicas. A atividade de limpeza dos utensílios domésticos é realizada em jiraus<sup>9</sup> contíguos à própria moradia, sendo a água despejada no terreno.

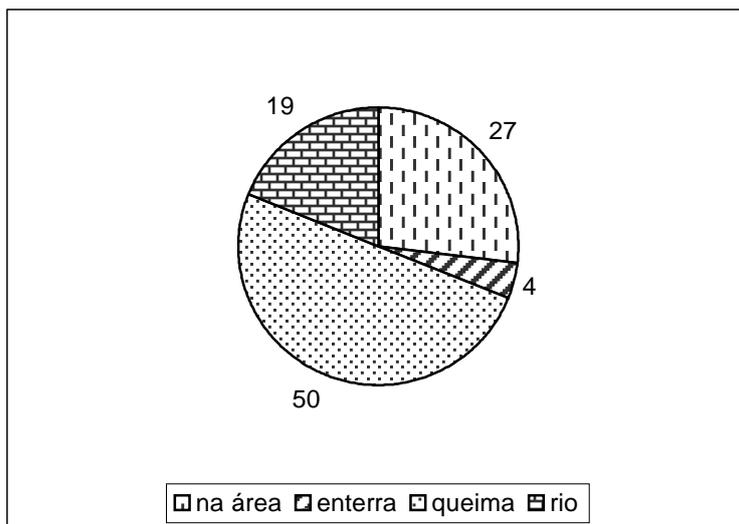


**Figura 56** – Moradia – Entorno (Purus)

Os resíduos sólidos são dispostos de acordo como mostra o gráfico abaixo:

---

<sup>9 9</sup> Jirau: estrutura das habitações ribeirinhas onde se realiza a limpeza dos utensílios de cozinha utilizando água de baldes.



**Figura 57** – Destino do lixo – Entorno (Purus)

Na área não existem geradores de energia elétrica. Os moradores utilizam lâmparinas que funcionam com óleo diesel ou querosene para iluminação noturna.

A água consumida origina-se essencialmente dos mananciais próximos, como Igarapés (17%), vertente (2%) e, principalmente, do Rio Purus (81%). A captação é realizada por todos os moradores de forma manual e, no que diz respeito ao tratamento dado para o consumo humano, 58% dos moradores disseram fazer coagem; 19% das famílias usam o hipoclorito; outros 17% possuem filtro de barro; 2% fervem a água e 5% não fazem tratamento algum.

Na área de entorno, existe as seguintes estruturas físicas comunitárias: Escola São José; Escola Tancredo Neves; Escola Getúlio Vargas; Escola Presidente Médici; Escola Andreлина de Souza e Escola São Lourenço.

### 3.6.3.7. Alimentação

A dieta alimentar dos moradores da Floresta Nacional do Purus está vinculada aos costumes, origem dos moradores e dependem da localização, das condições de acesso, da relação campo/cidade, das condições econômicas e da facilidade de acesso aos produtos industrializados, sejam alimentícios ou eletrodomésticos.

Os moradores que habitam a Vila Céu do Mapiá e do trecho do Igarapé Mapiá que está mais próximo da vila, estabelecem relações sociais mais frequentes, possibilitando maior interação e, conseqüentemente, compartilhando os mesmos hábitos alimentares. Hábitos estes baseados fundamentalmente na integração de produtos regionais e produtos industrializados.

Os moradores que estão localizados no Rio Inauini se alimentam predominantemente da pesca, caça e dos produtos agrícolas cultivados na área. A interferência de produtos industrializados na área está mais relacionada aos suprimentos para manutenção das atividades de caça, pesca e produtos que complementam eventualmente a alimentação das famílias.



**Figura 58** – Secagem de carne de caça

Em relação à alimentação dos moradores do entorno, a dieta alimentar é composta de peixe e dos produtos que fazem parte da produção agrícola. Nessa área é predominante o uso da praia para as plantações agrícolas e a comercialização do peixe com os vendedores de Boca do Acre.



**Figura 59** – Canteiros de hortaliças

### 3.6.3.7.1. Alimentação na Vila Céu do Mapiá

Considerando o processo de ocupação coletiva da terra, na Vila Céu do Mapiá existe significativa presença de pessoas oriundas de áreas urbanas, sem experiência no trato com a terra. O reconhecimento desta limitação, a dificuldade de acesso e os preços exorbitantes cobrados pelos comerciantes locais, gerou a necessidade de criação de uma cooperativa, que disponibilizasse uma diversidade de produtos com preços mais baixos e com fornecimento contínuo.

Além disso, existe na área uma rede comercial que oferece vários outros itens a preços altos, garantindo aos moradores uma gama de produtos que não se diferencia muito dos existentes nas cidades. São espaços de comercialização, onde 73% dos entrevistados disseram adquirir os produtos alimentícios para o período de um mês.

Essa peculiaridade faz com que a dieta alimentar dos moradores seja diversificada, composta por arroz, feijão, leite, macaxeira, farinha, carne de boi, peixe, ovos, bolacha, conserva, macarrão além dos produtos básicos como açúcar, café, sal, óleo e sabão. Das famílias entrevistadas, 73% compram suas mercadorias para o período de um mês e 96% preparam seus alimentos em fogão a gás.

**Tabela 22<sup>1</sup>** – Alimentos comprados de maior consumo, frequência de uso e origem – Vila Céu do Mapiá

PRODUTOS	CONSOMEM	USO FREQUENTE <sup>2</sup>	COMPRA	PRODUZ
Arroz	99%	84%	91%	15%
Açúcar	99%	90%	99%	1%
Feijão	99%	79%	93%	12%
Óleo	99%	93%	98%	-
Peixe	97%	25%	80%	35%
Sal	96%	88%	95%	-
Leite	96%	81%	94%	5%
Bolacha	95%	81%	95%	-
Ovos	94%	42%	73%	26%
Macaxeira	93%	31%	45%	46%
Café	93%	82%	91%	1%
Macarrão	91%	66%	89%	-
Farinha	89%	66%	81%	11%
Carne de boi	89%	47%	85%	1%
Galinha	85%	19%	62%	23%
Milho	64%	26%	50%	13%

<sup>1</sup> O item referente ao consumo está distribuído na pesquisa com as seguintes variáveis: compra, produz e ganha. A tabela mostra os percentuais dos produtos mais consumidos e a forma de obtenção;

<sup>2</sup> A frequência de uso está distribuída nas variáveis freqüentemente e ocasionalmente, sendo que a tabela mostra os produtos usados freqüentemente.

A doação de alimentos é uma prática utilizada entre os moradores e ocorre entre amigos, parentes e vizinhos. Alimentos como arroz, feijão, ovos, macaxeira e carne de caça aparecem como parte dos alimentos que são doados. Essa solidariedade ocorre também entre os moradores com relação às frutas e verduras.

Complementando a dieta alimentar, observou-se uma diversidade de frutas regionais. Considerando que as frutas são consumidas no período da safra, a tabela abaixo destaca as frutas mais consumidas e a periodicidade de consumo:

**Tabela 23-** Consumo de frutas – Vila Céu do Mapiá<sup>1</sup>

<b>FRUTAS</b>	<b>CONSOMEM</b>	<b>USO FREQUENTE</b>	<b>USO OCASIONAL</b>
Banana	98,5%	53%	15%
Mamão	82%	38%	34%
Laranja	84%	20%	18%
Açaí	82%	7%	15%
Limão	80%	13%	7%
Manga	80%	11%	11%
Banana comprida	70%	28%	26%
Tangerina	56%	11%	16%

<sup>1</sup> Essas frutas tiveram três formas de origem: comprada, produzidas e ganhas.

Outras frutas foram citadas como goiaba, laranja, caju, abacaxi, cupuaçu, maçã, abacate, graviola, jambo, bacaba, porém, a forma de consumo é baixa tanto de forma freqüente como ocasionalmente.

O cultivo de hortas caseiras, formada por canteiros, foi evidenciado na Vila do Céu do Mapiá, atendendo as necessidades dos moradores e enriquecendo a dieta alimentar das famílias. A pesquisa identificou a venda e a doação do excedente, conforme tabela abaixo:

**Tabela 24 –** Consumo de Hortaliças – Vila Céu do Mapiá<sup>1</sup>

<b>HORTALIÇAS</b>	<b>CONSUME</b>	<b>COMPRA</b>	<b>PRODUZ</b>	<b>GANHA</b>
Alface	91%	42%	39%	11%
Cheiro verde	86%	34%	49%	9%
Couve	78%	30%	41%	9%
Coentro	74%	29%	38%	7%
Pimentão	73%	25%	46%	7%
Salsa	51%	24%	23%	3%

<sup>1</sup> As hortaliças tiveram três formas de origem: comprada, produzidas e ganhas.

Os entrevistados hortaliças citaram que geralmente não fazem parte dos hábitos da população rural e que são adquiridas ou produzidas na vila ou nos municípios próximos como: cebola, agrião, rúcula, repolho, almeirão, salsa, beterraba, berinjela, cenoura e batata.

Os produtos adquiridos considerados indispensáveis à alimentação, à organização do trabalho e não produzidos pelos moradores, são os que mais elevam o custo de vida. Os recursos que cada família dispõe para compra desses produtos variam mensalmente entre R\$ 1.037,00 (um mil, trinta e sete reais) e R\$ 22,00 (vinte e dois reais), gerando uma média de R\$ 248,00 (duzentos e quarenta e oito reais) por família. A pesquisa identificou pessoas que moram sozinhas e que vivem de doações, justificando o valor mínimo encontrado.

Desses produtos, o item que mais encarece a despesa mensal é o combustível, indispensável na área, visto a grande quantidade de famílias que têm barcos a motor, usados como meio de transporte de pessoas e mercadorias. As mercadorias mais compradas citadas pelos moradores foram: combustível (gasolina/óleo diesel, querosene), açúcar, leite em pó, manteiga em lata, café, óleo, mel, água sanitária, sabão em pó, sabão em barra, palha de aço, álcool, pimenta do reino, sal, chimarrão, pilha, isqueiro, chumbo, cartucho, espoleta, corda, casca de cartucho, pólvora, creme dental, tabaco e cigarro.

### 3.6.3.7.2. Alimentação no Igarapé Mapiá

Nessa área a alimentação dos moradores se origina da produção local, complementada com produtos industrializados comprados nos comerciantes e na cooperativa da Vila Céu do Mapiá.

No Igarapé Mapiá, cerca de 50% das famílias se dirigem para comprar produtos alimentícios para o período de um mês no comércio presente na Vila. Outros 50% dos moradores realizam suas compras no comércio em Boca do Acre.

A dieta alimentar na área é composta por arroz, feijão, leite, macaxeira, farinha, carne de boi, peixe, ovos, bolacha, macarrão, além dos produtos básicos como manteiga, açúcar, café, sal, óleo e sabão. Segundo os dados levantados, cerca de 97% das famílias compram mercadorias para o período de um mês. Em relação ao preparo dos alimentos, 43% utilizam fogão à lenha, 35% cozinham no fogão a gás e 22%, em fogão a carvão.

**Tabela 25** – Alimentos comprados de maior consumo, frequência de uso e origem – Igarapé Mapiá

PRODUTOS	CONSOME	USO FREQUENTE	COMPRA	PRODUZ
Peixe	100%	14%	30%	92%
Farinha	100%	78%	24%	81%
Açúcar	100%	14%	97%	-

PRODUTOS	CONSUME	USO FREQUENTE	COMPRA	PRODUZ
Óleo	100%	92%	97%	3%
Sal	100%	92%	97%	-
Macarrão	100%	38%	89%	-
Arroz	97%	35%	46%	65%
Macaxeira	97%	78%	-	92%
Café	97%	78%	89%	-
Bolacha	97%	62%	95%	-
Feijão	95%	43%	54%	62%
Milho	92%	11%	14%	86%
Leite	92%	81%	86%	16%
Ovos	89%	5%	19%	70%
Carne de boi	84%	14%	84%	-

O item referente ao consumo está distribuído na pesquisa com as seguintes variáveis: compra, produz e ganha. A tabela mostra os percentuais dos produtos mais consumidos e a origem; a frequência de uso está distribuída nas variáveis freqüentemente e ocasionalmente, sendo que a tabela mostra os produtos usados freqüentemente;

Nessa tabela observa-se que produtos considerados parte da cesta básica na zona rural, como arroz, feijão, farinha, peixe, galinha e ovos estão na tabela como produtos também comprados. A compra desses produtos é um indicativo de que a produção local é menor que a demanda dos moradores, sendo necessário a complementação através da compra.

Complementando a dieta alimentar foi evidenciada uma diversidade de frutas regionais, destacando-se as frutas apresentadas na tabela abaixo:

**Tabela 26** – Consumo de Frutas – Igarapé Mapiá

FRUTAS	CONSUME	USO FREQUENTE	USO OCASIONAL
Banana	92%	75%	14%
Limão	89%	50%	39%
Laranja	86%	50%	33%
Açaí	86%	36%	47%
Mamão	83%	53%	25%
Banana comprida	81%	50%	19%
Tangerina	75%	31%	31%
Abacaxi	64%	14%	17%
Abacate	28%	11%	17%

Outras frutas foram citadas como pupunha, jambo, lima, cupuaçu, biribá, porém a forma de consumo é baixa tanto para os que usam freqüente como ocasionalmente.

Frutas como bacaba, patauá, cajá, cana, cacau, graviola, jaca e ingá também foram citadas com consumo ocasionais e em percentuais baixos.

O uso de hortaliças de fácil manejo na produção e com ciclo curto de reprodução também foi identificado. A espécie cultivada e frequência de uso dessas hortaliças estão relacionadas aos hábitos alimentares desses moradores prevalecendo de acordo com a tabela abaixo:

**Tabela 27** – Consumo de Hortaliças – Igarapé Mapiá

<b>HORTALIÇAS</b>	<b>CONSOME</b>	<b>COMPRA</b>	<b>PRODUZ</b>
Coentro	82%	9%	74%
Cheiro verde	76%	6%	71%
Couve	74%	9%	65%
Pimentão	71%	3%	68%
Alface	41%	12%	29%
Salsa	35%	3%	29%
Cebola	12%	3%	9%
Chicória	9%	-	9%

Foram citados outros temperos como: urucum, pimenta doce, jambu, maxixe e repolho, porém, com baixos percentuais de consumo.

Nessa área predomina o cultivo de hortaliças em pequenos canteiros, tendo como base a produção de temperos mais simples que atenda as necessidades dos moradores. A pesquisa identificou um baixo percentual de venda e nenhuma doação.

Os produtos adquiridos considerados indispensáveis à alimentação, à organização do trabalho e não produzidos pelos moradores, são os que mais elevam o custo de vida. Os recursos que cada família dispõe para a compra desses produtos variam mensalmente entre R\$ 837,70 (oitocentos e trinta e sete reais e setenta centavos) e R\$42,50 (quarenta e dois reais e cinquenta centavos), gerando uma média de R\$310,44 (trezentos e dez reais e quarenta e quatro centavos) por família.

Em relação aos gastos mensais, o item que mais encarece a despesa é o combustível, indispensável na área visto a grande quantidade de famílias que possuem barcos a motor.

Produtos como carne bovina, charque, macarrão e conservas foram citados na relação de compras mensais, sendo que o consumo desses produtos está vinculado às condições financeiras. A carne bovina é comprada eventualmente nos comércios da Vila do Céu do Mapiá ou em Boca do Acre. O café e o açúcar são produtos comprados mais citados pelos moradores. Em relação às mercadorias compradas consideradas pelos moradores como necessárias à manutenção da família e ao desenvolvimento das atividades diárias foram: Combustível (gasolina/óleo diesel/ querosene), açúcar, leite em pó, café, óleo, água sanitária, sabão em pó, sabão em barra, palha de aço, álcool,

pimenta do reino, alho, sal, pilha, isqueiro, chumbo, cartucho, espoleta, corda, casca de cartucho, pólvora, creme dental, tabaco e papelim.

### 3.6.3.7.3. Alimentação no Rio Inauini

Nessa área a alimentação dos moradores origina-se, basicamente, da produção local, complementada eventualmente com produtos oferecidos pelos marreteiros<sup>10</sup> ou comprados em Boca do Acre. A população tem origem no campo, portanto, o hábito alimentar é essencialmente composto de produtos agrícolas e dos recursos disponíveis na região.

A compra dos produtos necessários a manutenção da família é realizada para o período de um ou dois meses. A compra é feita para um período de um mês para 82% das famílias. Quanto ao local da compra, 84% realizam suas compras no comércio em Boca do Acre. O local e o intervalo de tempo dessas compras estão vinculados aos recursos financeiros disponíveis pelos moradores e que, dependendo das dificuldades, as compras ocorrem nos marreteiros e sem um intervalo de tempo certo. O produto que faltar vai sendo comprado ou trocado com os marreteiros.

A dieta alimentar é composta por arroz, feijão, macaxeira, farinha, peixe, além dos produtos básicos, como açúcar, café, sal e óleo. Em relação ao preparo dos alimentos, 24% utilizam fogão a lenha, 29% cozinham no fogão a gás e 6% usam fogão a carvão.

**Tabela 28** – Alimentos comprados ou produzidos de maior consumo e frequência de uso – Rio Inauini

PRODUTOS	CONSUME	USO FREQUENTE	COMPRA	ORIGEM/ PRODUZ
Café	100%	92%	94%	17%
Açúcar	100%	100%	100%	-
Óleo	100%	97%	100%	-
Bolacha	100%	39%	100%	-
Peixe	97%	94%	-	97%
Carne de caça	97%	36%	3%	94%
Arroz	97%	56%	72%	39%
Leite	97%	78%	97%	-
Feijão	94%	36%	53%	44%
Farinha	94%	83%	11%	86%
Galinha*	92%	-	14%	81%
Macaxeira	92%	78%	-	92%
Milho	89%	33%	6%	86%

<sup>10</sup> Marreteiro: comerciante em embarcações que navegam pelos rios da Amazônia vendendo produtos industrializados para as populações ribeirinhas a preços altos e adquirindo produtos regionais a preços baixos

PRODUTOS	CONSUME	USO FREQUENTE	COMPRA	ORIGEM/PRODUZ
Ovos	86%	11%	28%	64%
Carne de boi*	69%	-	69%	-

O item referente ao consumo está distribuído na pesquisa com as seguintes variáveis: compra, produz e ganha. A tabela mostra os percentuais dos produtos mais consumidos e a origem; a frequência de uso está distribuída nas variáveis frequentemente e ocasionalmente, sendo que a tabela mostra os produtos usados frequentemente;

\* Alimentos que são consumidos ocasionalmente.

Na composição da tabela acima o peixe aparece como alimento de consumo mais frequente. A carne de caça é mais consumida ocasionalmente e **3% dos entrevistados declararam comprar**. Feijão, carne de caça, arroz e galinha foram citados também como itens que fazem parte dos alimentos que os moradores doam. O arroz tem um percentual de compra elevado e também aparece como produto de doação e troca.

Nessa tabela se observa que, produtos considerados parte da cesta básica na zona rural, como arroz, feijão, farinha, galinha, ovos estão na tabela como produtos com um índice de compras, indicativo de que uma parcela alta de moradores não estão desenvolvendo o cultivo desses alimentos e os moradores que estão desenvolvendo, produzem quantidade menor que a demanda, sendo necessária a complementação através da compra.

Foi evidenciada na área uma diversidade de frutas regionais, se destacando como complementação da dieta alimentar, ressaltando-se que o consumo depende essencialmente do período da safra. Portanto, na tabela abaixo, pode-se observar as frutas com índice de consumo mais elevado:

**Tabela 29** – Consumo de frutas – Rio Inauini

FRUTAS	CONSUME	USO FREQUENTE	USO OCASIONAL
Banana	100%	89%	8%
Goiaba	86%	39%	44%
Limão	83%	33%	-
Açaí	78%	17%	58%
Mamão	75%	47%	17%
Banana comprida	72%	47%	25%

A banana, o mamão e o açaí aparecem num percentual baixo de compras e a goiaba, o açaí e o mamão constam como alimentos doados.

Outras frutas foram citadas como manga, tangerina, laranja, abacate, abacaxi, lima, ingá, cupuaçu, beribá, graviola, cana, carambola, melancia, pupunha, jambo, abiu, caju e bacaba. Porém o consumo é baixo tanto para os que usam frequentemente, como ocasionalmente.

Nessa área predomina o cultivo de hortaliças em pequenos canteiros, tendo como base a produção de temperos mais simples que atenda as necessidades dos moradores.

A espécie cultivada e a frequência de uso dessas hortaliças estão relacionadas aos hábitos alimentares dos moradores, prevalecendo os seguintes percentuais de consumo:

**Tabela 30** – Consumo de hortaliças – Rio Inauini

<b>HORTALIÇAS</b>	<b>CONSOME</b>	<b>COMPRA</b>	<b>PRODUZ</b>
Pimentão	84%	-	77%
Coentro	77%	-	71%
Cheiro verde	68%	6%	61%
Couve	58%	10%	48%

As hortaliças mais consumidas referem-se aos temperos de uso mais simples e importantes para os moradores da área cujo alimento principal é o peixe.

Foram citadas outras hortaliças como chicória, cebolinha, salsa, urucum e maxixe, porém com baixos percentuais de consumo.

As doações de alimentos entre os moradores, não constou nos índices de prática realizada na área, justificado pela dispersão das moradias, o que dificulta o contato entre as pessoas.

Os recursos que cada família dispõe com esses produtos variam mensalmente entre R\$ 657,00 (seiscentos e cinquenta e sete reais) e R\$ 152,98 (cento e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos), gerando uma média de R\$ 304,24 (trezentos e quatro reais e vinte e quatro centavos) por família. Os produtos adquiridos que se destacaram foram: óleo diesel, querosene, gasolina, açúcar, leite em pó, café, óleo, água sanitária, sabão em pó, sabão em barra, palha de aço, álcool, pimenta do reino, alho, sal, pilha, isqueiro, chumbo, cartucho, espoleta, corda, casca de cartucho, pólvora, creme dental, tabaco, papelim e cachaça.

#### **3.6.3.7.4. Alimentação no Entorno Estudado (Rio Purus)**

Nessa área a alimentação dos moradores se origina da produção local, complementada eventualmente com produtos oferecido pelos marreteiros<sup>11</sup> ou comprados em Boca do Acre. A população tem origem no campo, portanto o hábito

<sup>11</sup> Marreteiro: comerciante em embarcações que navegam pelos rios da Amazônia vendendo produtos industrializados para as populações ribeirinhas a preços altos e adquirindo produtos regionais a preços baixos

alimentar é essencialmente composto de produtos agrícolas e dos recursos naturais disponíveis na região.

Para 82% dos moradores a compra dos produtos industrializados necessários à manutenção da família é realizada no comércio em Boca do Acre ou através dos marreteiros, e está condicionada as dificuldades de acesso e condições financeiras. Estes produtos são geralmente comprados em quantidade para um período de um ou dois meses ou na própria localidade em quantidade menores diretamente dos marreteiros.

A dieta alimentar é composta por arroz, feijão, macaxeira, farinha, peixe, leite, além dos produtos básicos, como o açúcar, café, sal e óleo. Em relação ao preparo dos alimentos, 77% utilizam fogão à lenha, 20% cozinham no fogão a gás e 3% usa fogão a carvão.

**Tabela 31** – Alimentos comprados de maior consumo, frequência de uso e origem – Entorno(Purus)<sup>1</sup>

	CONSUME	USO FREQUENTE	COMPRA	PRODUZ
Arroz	100%	71%	95%	8%
Farinha	100%	88%	8%	92%
Peixe	98%	95%	-	97%
Feijão	98%	55%	29%	85%
Macaxeira	98%	78%	2%	95%
Óleo	98%	93%	93%	5%
Leite	98%	76%	93%	5%
Açúcar	97%	95%	95%	3%
Bolacha	97%	55%	95%	-
Milho	93%	55%	-	90%
Café	93%	88%	86%	7%
Carne de caça*	85%	14%	3%	68%
Galinha	90%	48%	3%	85%
Ovos	81%	41%	7%	73%
Carne de boi*	78%	10%	76%	-

<sup>1</sup> A tabela mostra os percentuais dos produtos mais consumidos e a origem;

\* Alimentos com percentuais mais elevados de consumo ocasional.

Conforme mostra a tabela acima, o peixe aparece como alimento de consumo mais frequente. A carne de caça é mais consumida ocasionalmente e **3% dos entrevistados declararam comprar**. Em decorrência dos laços de parentesco estabelecidos, identificou-se a prática de doação ou troca de alimentos produzidos na área, como: ovos, carne de caça, farinha, peixe, macaxeira, arroz, feijão, milho e galinha. O arroz tem um percentual de compra elevado e aparece como produto de doação e troca.

Nessa tabela observa-se também, que produtos considerados parte da cesta básica na zona rural, como arroz, feijão, farinha, galinha e ovos estão na tabela como produtos com um índice de alimentos comprados, indicativo de que uma parcela alta de moradores não desenvolve o cultivo desses alimentos sendo necessário a complementação através da compra.

Foi verificada na área uma diversidade de frutas regionais, utilizadas na complementação da dieta alimentar, ressaltando-se que o CONSUMEM depende essencialmente do período da safra. A tabela abaixo são relacionadas as frutas mais consumidas:

**Tabela 32** – Consumo de frutas – Entorno (Purus)

<b>FRUTAS</b>	<b>CONSOME</b>	<b>USO FREQUENTE</b>	<b>USO OCASIONAL</b>
Banana	96%	43%	-
Goiaba	95%	15%	-
Laranja	89%	26%	56%
Mamão	87%	54%	26%
Banana comprida	85%	14%	-
Açaí	85%	35%	46%
Limão	84%	-	37%
Manga	73%	24%	48%

As frutas tiveram três formas de origem, comprada, produzidas e ganhas. A goiaba, banana, laranja, mamão, açaí, manga aparecem num percentual baixo de alimentos doados.

Outras frutas foram citadas, como: tangerina, abacate, caju, abacaxi, coco, lima, jambo, graviola, ingá, cupuaçu, beribá, cacau e pupunha. Porém, o índice de consumo destas é baixo e ocasional.

Foi identificado nas moradias, o cultivo de hortaliças em pequenos canteiros, tendo como base a produção de temperos mais simples que atenda as necessidades dos moradores.

As hortaliças cultivadas de uso freqüente estão relacionadas aos hábitos alimentares dos moradores prevalecendo o CONSOMEM identificado na tabela abaixo:

**Tabela 33** – Consumo de hortaliças – Entorno (Purus)

<b>HORTALIÇAS</b>	<b>CONSOME</b>	<b>COMPRA</b>	<b>PRODUZ</b>
Cheiro verde	88,24%	-	86,27%
Pimentão	82,35%	-	76,47%
Coentro	72,55%	-	70,59%
Couve	70,59%	-	68,63%

As hortaliças mais consumidas referem-se aos temperos de uso mais simples e importantes para os moradores da área cujo alimento principal é o peixe.

Foram citadas outras hortaliças como chicória, alface, salsa, tomate, pimentinha, jambu e orelha de macaco, porém, com baixos percentuais de consumo.

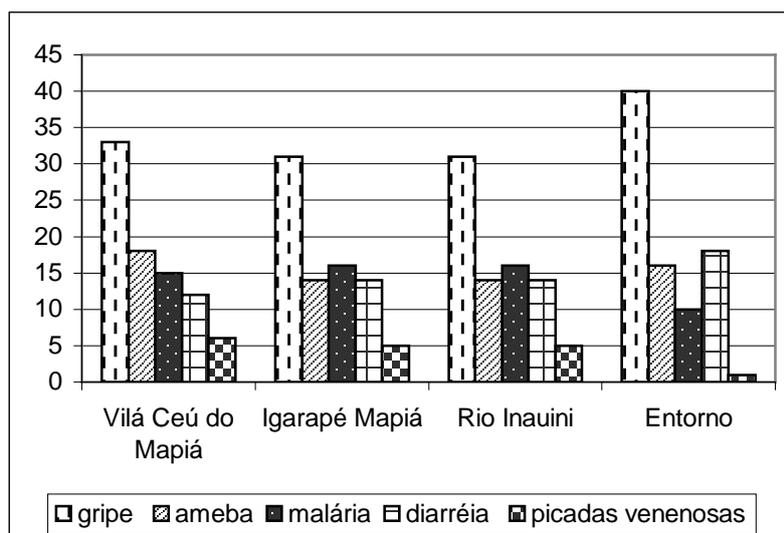
Os produtos considerados indispensáveis à alimentação, à organização do trabalho e não produzidos pelos moradores, são os que mais elevam o custo de vida. Os recursos que cada família dispõe com esses produtos variam mensalmente entre R\$ 833,00 (oitocentos e trinta e três reais) e R\$ 40,00 (quarenta reais), gerando uma média de R\$ 215,64 (duzentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos) por família. Os produtos adquiridos que se destacaram foram: óleo diesel, querosene, gasolina,

açúcar, leite em pó, café, óleo, água sanitária, sabão em pó, sabão em barra, palha de aço, álcool, pimenta do reino, alho, sal, pilha, isqueiro, chumbo, cartucho, espoleta, corda, casca de cartucho, pólvora, creme dental, tabaco, papelim e cachaça.

### 3.6.3.8. Saúde

Na Floresta Nacional do Purus, existe a convivência do uso dos recursos naturais através das plantas medicinais, associados à medicina moderna na busca de respostas que possibilitem o bem estar físico. O acesso a essas formas de tratamentos está condicionado à dispersão da população, dificuldades de acesso, grau de organização da comunidade e à sua heterogeneidade.

Em relação aos problemas de saúde, o maior índice apresentado é de gripe. Os moradores apresentam percentuais aproximados nos agravos como: ameba, malária, diarreia e picadas venenosas.

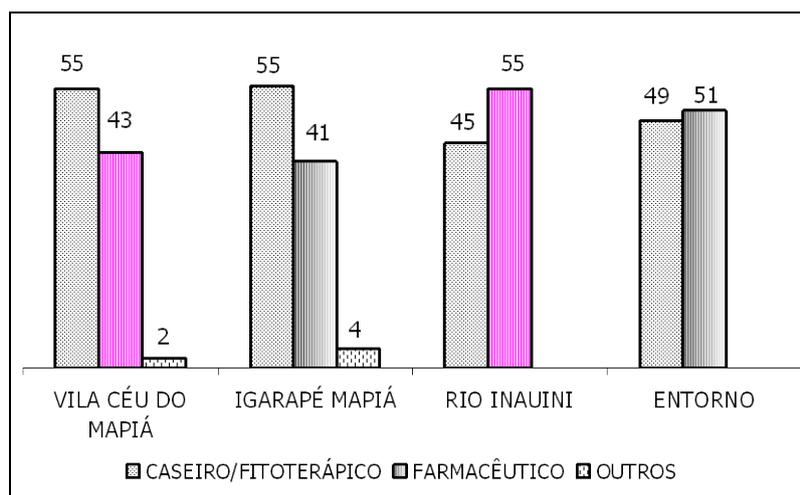


**Figura 60.** Agravos de maior incidência

Segundo os dados coletados, a mortalidade dos últimos três anos na Floresta Nacional do Purus foi de 17,03 ‰ (por mil), a uma taxa aproximada de 5,67 ‰ ao ano. Como comparação, a taxa de mortalidade no Brasil em 2003, segundo o IBGE, foi de 6,7 ‰.

Em relação aos tipos de medicamentos utilizados na Floresta Nacional, os moradores utilizam medicamentos farmacêuticos e fitoterápicos numa proporção aproximada, conforme mostra a figura 61.

Na Vila Céu do Mapiá e Igarapé Mapiá o maior uso de fitoterápicos é justificado pelo trabalho desenvolvido pelo Centro de Medicina da Floresta - CMF na produção de medicamentos feitos no local em parceria com a comunidade. Esse trabalho é uma forma de resgate e valorização do conhecimento tradicional e incentivo ao uso das plantas medicinais. Já nas áreas do Rio Inauini e entorno mesmo com dificuldades de acesso aos centros urbanos, predomina o uso de medicamentos farmacêuticos.



**Figura 61** – Tratamento utilizado (em % de famílias)

A assistência à saúde oferecida aos moradores, restringe-se à visita anual de um barco com recursos médicos, um agente de saúde na Fazenda São Sebastião, um agente da FUNASA<sup>12</sup> e dois médicos<sup>13</sup> localizados na Vila Céu do Mapiá, um contratado pelo Estado do Amazonas e outro voluntário.

O atendimento dos agentes de saúde, segundo os moradores, limita-se a visitas esporádicas nas moradias próximas. O agente não dispõe de medicamentos em quantidade necessária e regular para atender aos moradores, sendo mais utilizadas ervas para chás e infusões como forma de tratamento, o que, muitas vezes, não responde às suas necessidades. A pesquisa de campo relacionou na tabela abaixo os percentuais das plantas curativas identificadas nas áreas pelos moradores.

<sup>12</sup> A maioria dos moradores citaram a SUCAM, no texto esta sigla foi substituída por FUNASA ( no ano de 1991, a SUCAM foi integrada a Fundação SESP originando a FUNASA).

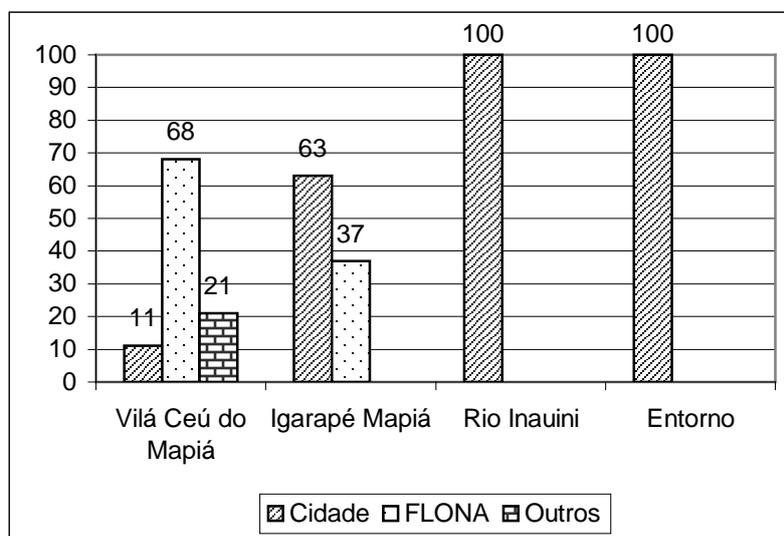
<sup>13</sup> No período entre a coleta dos dados de campo e a elaboração do relatório o médico que trabalhava como voluntário transferiu o domicílio para Boca do Acre.

**Tabela 34** – Plantas curativas e casca de árvores identificadas (% por família)

<b>PLANTAS</b>	<b>V. CÉU DO MAPIÁ</b>	<b>I. MAPIÁ</b>	<b>R. INAUINI</b>	<b>ENTORNO (PURUS)</b>
Alfavaca	-	3%	5%	3%
Agrião	91%	75%	55%	54%
Babosa	6%	3%	3%	-
Boldo	33%	81%	45%	57%
Catinga de mulata	2%	3%	5%	3%
Capim-santo	52%	75%	71%	54%
Carmelitana	50%	78%	57%	38%
Cibalena	-	6%	10%	3%
Courama	40%	78%	57%	49%
Cajiru	1%	6%	5%	5%
Elixir paregórico	-	3%	2%	6%
Gengibre	4%	-	-	3%
Hortelã	14%	14%	5%	6%
Jagube	5%	6%	-	2%
Malvarisco	6%	11%	5%	3%
Mamona	1%	28%	7%	2%
Mangericão	-	28%	5%	2%
Mastruz	29%	75%	48%	52%
Menta	4%	-	-	-
Pariri	7%	-	2%	-
Picão	36%	75%	55%	54%
Quina-quina	9%	56%	48%	23%
Cidreira	60%	86%	60%	51%
Sucuba	2%	-	2%	-
Unha de gato	-	3%	2%	3%
<b>CASCAS DE ÁRVORES</b>				
<b>PLANTAS</b>	<b>V. CÉU DO MAPIÁ</b>	<b>I. MAPIÁ</b>	<b>R. INAUINI</b>	<b>ENTORNO (Purus)</b>
Andiroba	17%	78%	52%	57%
Anjico	-	8%	-	3%
Azeitona	-	-	5%	2%
Cajá	-	3%	5%	8%
Cajueiro	16%	-	2%	12%
Canelão	-	3%	7%	-
Carapanaúba	-	3%	2%	2%
Cedro	-	6%	2%	2%
Copaíba	23%	100%	83%	74%
Cumarú	-	3%	7%	-
Graviola	-	-	-	5%
Jatobá	7%	42%	38%	20%
Jucá	1%	3%	-	2%
Laranjeira	-	-	5%	3%
Mangueira	7%	3%	-	2%
Mulateiro	2%	-	-	-
Preciosa	-	-	14%	-
Sucuba	8%	3%	-	11%
Uxi	-	6%	-	3%

A quase ausência de ações do Estado na área de saúde é comum a toda a Floresta Nacional, com exceção da Vila Céu do Mapiá, onde a prefeitura de Pauini mantém um Centro de Saúde, com um médico contratado pelo estado. Muitas ações desenvolvidas, no entanto, ocorrem por iniciativa da própria comunidade, como acontece na Vila Céu do Mapiá. Os ribeirinhos do Rio Inauini, em virtude das dificuldades de acesso a Vila do Céu do Mapiá e aos municípios mais próximos, encontram-se totalmente sem assistência à saúde. É uma situação que se agrava pela ausência de um tráfego maior de embarcações no rio, pela longa distância entre as colocações e pela situação financeira. A situação dos moradores do entorno que estão localizados no Rio Purus diferencia-se somente pela facilidade de locomoção aos municípios próximos, considerando que nessa área circula maior número de embarcações.

A busca de assistência em Boca do Acre, a cidade mais próxima, impõe viagens que chegam a consumir até quatro dias de canoa nos casos mais extremos. Situação que se agrava pelos altos custos da viagem e estadia, fatores que prejudicam ainda mais a precária situação financeira das famílias, tornando muitas vezes, inviável a busca de auxílio médico.



**Figura 62.** Local de atendimento aos enfermos

### 3.6.3.8.1. Saúde na Vila Céu do Mapiá

Na Vila do Céu do Mapiá, a forma de tratamento mais utilizada pelos moradores para os agravos à saúde é o tratamento caseiro, com 52% das famílias; já o tratamento feito com medicamento comercial é utilizado por 48% dos moradores. Dos

remédios caseiros mais usados, estão os medicamentos produzidos pelo Centro de Medicina da Floresta (CMF) e o Santo Daime, que muitas vezes é utilizado como remédio.



**Figura 63** - Medicamentos produzidos pelo CMF - Vila Céu do Mapiá

Em casos de tratamento de doenças mais simples, as pessoas usam o conhecimento tradicional para o preparo de chás, lambedores<sup>14</sup>, compressas e infusões, utilizando as ervas, folhas, cipós e sementes disponíveis na região. Cerca de 72% das famílias plantam ervas medicinais em suas casas.

A vila dispõe de uma estrutura básica de atendimento a saúde, o que explica os 89% das famílias que recorrerem aos serviços oferecidos no Centro de Saúde, Santa Casa e CMF. O Centro de Saúde dispõe apenas de um espaço construído pela Prefeitura Municipal de Pauini, que foi credenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) após o levantamento de campo e anteriormente à publicação do Plano de Manejo. A Prefeitura de Pauini dispõe de contratos municipais de auxiliar administrativo e de auxiliar de serviços gerais e o Estado do Amazonas dispõe um contrato de médico. Afora isso, o SUS, através da Prefeitura, repassa recursos do PAB (Piso da Assistência Básica) somam cerca de mil reais mensais para custeio das atividades.

Por iniciativa da comunidade foi criada a Santa Casa Manoel Corrente, que dispõem em sua estrutura física de leitos para internação de pacientes, funcionando através de trabalhos voluntários e doações de recursos por membros e simpatizantes da doutrina.

---

<sup>14</sup> Lambedores: xaropes

Esse trabalho é realizado em parceria com o Centro de Medicina da Floresta - CMF, que desenvolve em conjunto com a comunidade local atividades de produção e uso de ervas medicinais, priorizando o tratamento com recursos naturais. Em casos de problemas de saúde que necessite de recursos especializados os entrevistados procuram tratamento nos municípios de Boca do Acre no Amazonas e Rio Branco, capital do Acre.



**Figura 64** - Posto de Saúde – Vila Céu do Mapiá

Na vila também funciona o Instituto de Etnopsicologia Amazônica Aplicada – IDEAA, que desenvolve um projeto de pesquisa de tratamento de dependentes químicos através do uso da ayuasca (chá do Santo Daime), destinado apenas a pacientes espanhóis do psiquiatra José Maria Fábregas. Essa pesquisa objetiva avaliar a evolução do tratamento dos toxicômanos. O instituto auxilia eventualmente o sistema de saúde da vila com a doação de medicamentos. A clínica não possui autorização do Ibama, nem do ICMBio para funcionar na Floresta Nacional.



**Figura 65** - Cabana para hospedagem dos pacientes do Instituto de Etnopsicologia Amazônica Aplicada – IDEAA (Prato Raso) – Vila Céu do Mapiá

Para identificar a frequência de atendimentos aos problemas de saúde no ano de 2004, a pesquisa definiu intervalos. Os resultados foram relacionados considerando os intervalos que definem a frequência de busca de atendimentos pelos moradores conforme os dados abaixo:

- De 1 a 3 vezes - 63% dos moradores;
- De 4 a 6 vezes - 18% dos moradores;
- Nenhuma vez - 13% dos moradores;
- Mais de 10 vezes - 4% dos moradores.
- De 7 a 10 vezes - 2% dos moradores;

Quanto aos serviços médicos oferecido, cerca de 14% consideraram insatisfatório o atendimento, dado relacionado às condições oferecidas pelo Estado: falta de medicamentos, equipamentos e apoio logístico, fatores que dificultam o serviço oferecido à comunidade e prejudica a relação médico/paciente.

Os procedimentos oferecidos pelos profissionais de saúde referidos pelos moradores são: consultas, orientações de higiene, controle de pressão, distribuição de medicamentos farmacêuticos e orientação para uso de medicamentos caseiros.

Em relação ao atendimento a parturientes, existe uma parcela de moradores que citaram a realização de partos na Santa Casa, outros são realizados em casa com o auxílio de parteira e médica. Conforme o relato dos comunitários existe a necessidade de renovação do quadro de parteiras na comunidade, visto que as parteiras tradicionais, não mais atuam, sendo necessário capacitar a nova geração para desempenhar essa função.



**Figura 66** – Santa Casa Manoel Corrente – Vila Céu do Mapiá

A falta de atendimento odontológico foi manifestada espontaneamente como agravo à saúde de alta incidência, e esta relacionada à ausência na área de atendimento especializado na área. Em relação ao trabalho desenvolvido pelo agente da FUNASA, os moradores fizeram referência apenas ao trabalho de cadastramento realizado na área, considerando que o mesmo está há pouco tempo na localidade não tendo tempo o suficiente para realização de outras atividades.

Segundo os dados coletados, a mortalidade dos últimos três anos na Vila Céu do Mapiá foi de 18,6 ‰ (por mil), taxa aproximada de 6,2 ‰ ao ano. Ao todo, 10 (dez) pessoas faleceram na área nos três últimos anos, tendo como causa doenças como: câncer, enfisema pulmonar, derrame, cirrose hepática, pneumonia e velhice.

A pesquisa procurou identificar junto aos moradores sugestões para melhoria do área da saúde, quais sejam: melhoria do saneamento básico; melhorar o atendimento médico aos pacientes, com a introdução de equipamentos médicos e laboratoriais; construção de hospital com sala de cirurgias para atendimentos a emergências; farmácia local com remédios disponíveis; prevenção dos agravos à saúde através de campanhas informativas; integrar as atividades da estrutura de saúde local para melhorar o atendimento aos moradores; barco disponível para o posto de saúde deslocar os pacientes para os municípios próximos; contratação de mais profissionais de saúde.

### 3.6.3.8.2. Saúde no Igarapé Mapiá

No igarapé Mapiá, a forma de tratamento mais utilizada pelos moradores para os agravos à saúde foi o tratamento caseiro, com 59% das declarações. Os tratamentos realizados através de medicamentos comerciais foram referidos por 41% dos moradores.

Nessa área, os moradores usam a estrutura de atendimento da Vila do Céu do Mapiá e das cidades próximas. No entanto, nos tratamentos mais simples, as pessoas usam seus conhecimentos para o preparo de chás e lambedores<sup>15</sup>, utilizando as ervas, folhas, cipós e sementes disponíveis na região. Todos os entrevistados dispõem de ervas medicinais em suas moradias.

Em relação ao atendimento médico, a maioria dos entrevistados, 63%, procuram os hospitais e postos de saúde dos municípios vizinhos, enquanto que, 37% utilizam a estrutura básica de atendimento oferecido na Vila do Céu do Mapiá. Foi relacionada também a prática do rezador<sup>16</sup> por 7% dos entrevistados. Em casos de agravos à saúde que necessite de recursos especializados, os moradores procuram tratamento nas cidades de Boca do Acre no Amazonas. As famílias do igarapé Mapiá não dispõem de atendimento médico domiciliar.

A frequência de atendimentos dos agravos à saúde no ano de 2004 foi de acordo com os dados abaixo:

- De 1 a 3 vezes - 63% dos moradores;
- De 4 a 6 vezes - 15% dos moradores;
- De 7 a 10 vezes - 3% dos moradores.
- Mais de 10 vezes - 9% dos moradores;
- Nenhuma vez - 9% dos moradores;

Quanto à prestação dos serviços pelos profissionais de saúde que atendem na Vila Céu do Mapiá, a maioria das pessoas entrevistadas consideraram receber um bom atendimento.

A pesquisa identificou que 75% dos moradores não recebem atendimento do agente de saúde. Os moradores atendidos mencionaram receber medicamentos farmacêuticos, orientação para uso de remédios caseiro, orientações de higiene e

---

<sup>15</sup> Lambedor: xarope.

<sup>16</sup> Rezador: curandeiro que invoca a cura de moléstias por meio de rezas específicas.

realização de controle da pressão. Atendimento avaliado como bom e ótimo por 62% e como ruim e péssimo para 38% dos entrevistados.

Em relação ao atendimento às gestantes, 86% indicou o uso da estrutura de saúde da Vila Céu do Mapiá, que dispõem dos serviços médicos e de parteiras para partos naturais. As parturientes atendidas pelos médicos foram aproximadamente 14% e com parteiras 72% do total. Os partos realizados nos municípios próximos é feito por aproximadamente 10% e 3% das mulheres tiveram seus filhos com auxílio dos vizinhos.

Segundo os dados coletados, a taxa de mortalidade dos últimos três anos no igarapé Mapiá é de 10,3 ‰ (por mil), aproximadamente, 3,43 ‰ ao ano. Ao todo, duas pessoas faleceram na área nos três anos anteriores à pesquisa, tendo como causa citada a pressão alta e velhice.

Os moradores relacionaram o que consideram importantes para melhoria das condições de saúde: instalação de um posto de saúde com equipamentos para exames médicos; distribuição de remédios; contratação de médicos; agente de saúde com condições para atendimento e que prestasse orientação para prevenção de doenças; melhor tratamento da água; barco para transportar os doentes; atendimento mais freqüente de um agente da FUNASA; criação de um Centro de Medicina da Floresta; entre outras. Solicitaram ainda que os profissionais existentes que atuam na área da Vila Céu do Mapiá prestem um melhor atendimento, suprimindo a necessidade de assistência aos agravos à saúde, e sendo mais atenciosos no trato pessoal com os pacientes.

#### **3.6.3.8.3. Saúde no Rio Inauini**

A forma de tratamento mais utilizada pelos moradores para os problemas de saúde é o tratamento com medicamentos comerciais, utilizado por 62% das famílias. Os tratamentos feitos com medicamentos caseiros foram citados por 38% dos entrevistados.

Nessa área, os moradores citaram como forma de atendimento a visita anual de um barco que presta atendimento médico e alguns moradores citaram a presença de um agente de saúde, sem nenhuma forma de atendimento efetiva a saúde. Para as doenças mais simples, as pessoas usam chás, lambedores<sup>17</sup>, utilizando as ervas,

---

<sup>17</sup> Lambedor: xarope.

folhas, cipós e sementes. Em casos mais graves, e dependendo das condições financeiras, os moradores se deslocam até a cidade de Boca do Acre em busca de atendimento.

Considerando a visita anual de um barco com profissionais da saúde vinculados a Prefeitura de Boca do Acre, que oferece atendimento aos ribeirinhos, cerca de 24% dos entrevistados, disseram haver atendimento médico na área. Esse atendimento é considerado bom por 75% dos entrevistados. Também foi citada a prática do rezador<sup>18</sup> como forma de tratamento.

Em relação ao atendimento do agente de saúde, 37% dos entrevistados, disseram receber orientação e distribuição de medicamentos farmacêuticos.

A frequência de atendimentos aos agravos à saúde no ano de 2004 foram:

- De 1 a 3 vezes - 56% dos moradores;
- De 4 a 6 vezes - 32% dos moradores;
- De 7 a 10 vezes - 6% dos moradores;
- Mais de 10 vezes - 3% dos moradores;
- Nenhuma vez - 3% dos moradores.

Os procedimentos oferecidos pelos médicos na visita anual oferecida pela Prefeitura de Boca do Acre citados pelos moradores são orientações de higiene, controle de pressão e distribuição de medicamentos farmacêuticos.

Para realização dos partos naturais, 50% dos entrevistados referiram-se aos serviços de parteiras locais; 29% realizam os partos nas cidades próximas e 21% realizam partos com auxílio dos vizinhos.

Segundo os dados coletados, nos três anos anteriores à pesquisa, a taxa de mortalidade no rio Inauini é de 17,6 ‰ (por mil), aproximadamente, 5,86 ‰ ao ano. Ao todo, quatro pessoas faleceram na área nos três últimos anos, sendo citadas como causas "febre", "doença de criança", câncer e tuberculose.

Em relação à melhoria das condições de saúde na área, os moradores sugeriram: funcionamento de um posto de saúde com medicamentos, exames, médico e dentista; a presença de um agente de saúde e agente da FUNASA com visitas regulares e distribuição de medicamentos; visitas médicas regulares; barco para transportar os doentes; melhor tratamento da água.

---

<sup>18</sup> Rezador: curandeiro que invoca a cura de moléstias por meio de rezas específicas.

#### 3.6.3.8.4. Saúde no Entorno Estudado (Rio Purus)

A forma de tratamento mais utilizada pelos moradores para os agravos à saúde é através de medicamentos caseiros (54%). Há também o tratamento com medicamentos comerciais (46%).

Nessa área os moradores não recebem atendimento efetivo de saúde. Para as doenças mais simples, as pessoas usam chás, lambedores<sup>19</sup>, utilizando as ervas, folhas, cipós e sementes.

Em casos mais graves, e dependendo das condições financeiras, os moradores se deslocam à Boca do Acre em busca de atendimento. Todos os entrevistados referiram a busca de atendimentos nas cidades próximas, facilitada pelo fluxo constante de embarcações no rio.

O percentual de 51% de manifestações dos moradores referindo-se a atendimento médico na área deve-se à visita anual de um barco com profissionais da saúde vinculado à Prefeitura de Boca do Acre, que oferece atendimento aos ribeirinhos. Foi citada a prática do rezador<sup>20</sup> como forma de tratamento.

O atendimento do agente de saúde foi referido por 33% dos entrevistados, que recebe os seguintes benefícios: distribuição de medicamentos farmacêuticos e orientação para utilização de medicamentos caseiros.

A frequência de atendimentos aos problemas de saúde no ano de 2004 foi:

- De 1 a 3 vezes - 54% dos moradores;
- De 4 a 6 vezes - 12% dos moradores;
- De 7 a 10 vezes - 2% dos moradores;
- Mais de 10 vezes - 8% dos moradores;
- Nenhuma vez - 17% dos moradores.

Os procedimentos oferecidos pelos médicos que fazem parte da visita anual oferecida pela Prefeitura de Boca do Acre, referidos pelos moradores, são: orientações de higiene, controle de pressão, exame ginecológico e distribuição de medicamentos farmacêuticos.

---

<sup>19</sup> Lambedor: xarope.

<sup>20</sup> Rezador: curandeiro que invoca a cura de moléstias por meio de rezas específicas.

Para realização dos partos 48% dos moradores referiram utilizar os serviços de parteiras locais; outras 44% realizam os partos nas cidades próximas e; 8% realizam partos com auxílio dos vizinhos.

Segundo os dados coletados, a taxa de mortalidade dos últimos três anos no entorno é de 5,1 ‰ (por mil), aproximadamente, 1,7 ‰ ao ano. Ao todo, 2 (duas) pessoas faleceram na área nos três últimos anos, sendo citado como causa o derrame.

Em relação à melhoria das condições de saúde na área, os moradores relacionaram como necessário: o funcionamento de um posto de saúde com remédios, exames e a presença de médicos e dentistas; a presença de um agente de saúde e agente da FUNASA mais regularmente; visitas médicas regulares; um barco para transportar os doentes e melhor tratamento da água.

### **3.6.3.9. Meios de transporte**

O principal meio de transporte utilizado pelos moradores da Floresta Nacional do Purus são as embarcações por meio fluvial. Na sua grande maioria são canoas feitas pelos próprios moradores, que utilizam troncos de árvores para a sua construção. São canoas de diversos tamanhos, eventualmente equipadas com motor de rabeta<sup>21</sup> com potência que varia de acordo com o porte da embarcação. No entanto, a maior parte das canoas dos moradores da Unidade não possui motor.

No Igarapé Mapiá, Rio Inauini e no Entorno, os moradores em geral, possuem o seu próprio barco, sendo poucas famílias que recorrem ao barco do vizinho ou a serviços de frete. Já na Vila Céu do Mapiá, são poucos os moradores que possuem barco próprio (em geral, moradores que não trabalham com a agricultura), sendo bastante comum o serviço de frete.

Uma das dificuldades ditas pelos moradores que possuem motor é o preço do combustível, que muitas vezes inviabiliza o uso dos mesmos para o transporte da produção e das pessoas. Existem moradores na Floresta Nacional, mais especificamente no Alto Inauini, que demoram cerca de cinco dias para chegar a Boca do Acre a remo.

Da cidade para a Floresta Nacional o deslocamento é feito em batelão, voadeira ou canoas grandes fretados. Alguns órgãos públicos possuem embarcações para

---

<sup>21</sup> Motor de rabeta: motor estacionário com potência de até 13 HP adaptado para o transporte fluvial.

deslocamento das equipes técnicas e que eventualmente, em casos de extrema necessidade, servem às famílias residentes.

Em agosto de 2005, foi aberto um ramal na Floresta Nacional, ligando a Fazenda São Sebastião no baixo igarapé Mapiá ao alto igarapé Mapiá, na Vila Céu do Mapiá. Ela vem sendo utilizada como importante meio de transporte na época de verão amazônico, quando as chuvas são escassas, o que interfere no nível do Igarapé Mapiá, dificultando sua navegabilidade. Esse transporte é feito através de serviços de frete, com carros e caminhões.

### **3.6.3.10. Aspectos Econômicos – Uso do solo, cadeia produtiva e fontes de renda**

A base econômica da população residente na Floresta Nacional do Purus é composta pelas atividades extrativistas, agrícolas e pecuária caracterizada por uma pequena produção destinada ao sustento familiar e o comércio do excedente.

Na caracterização da população, identificam-se as diferentes formas de uso dos recursos naturais. Nessa apropriação, destacam-se como variáveis determinantes à organização social, facilidade de acesso e experiências anteriores no trato com estes recursos. Outro fator fundamental é a heterogeneidade da população e sua intensa relação com a cidade. Tem-se assim, uma configuração econômica mediada pelo meio, convivendo com a inserção de novas tecnologias e novas práticas sociais e culturais.

Para a elaboração da análise econômica, serão consideradas as informações coletadas dos indicadores econômicos, dos processos produtivos, da comercialização, do transporte, apoio técnico e financeiro, organização social do trabalho e a composição da renda familiar.

A população do Igarapé Mapiá e da Vila, pela proximidade, facilidade de acesso e vínculos religiosos, estabelece uma interdependência relacionada à apropriação e ao uso dos recursos naturais, relação que possibilita a existência da prática de prestação de serviços pagos através de diárias e/ou acordos informais.

Na Vila do Céu do Mapiá, alguns moradores cultivam roçados de lavoura branca<sup>22</sup> e frutíferas. Outros preferem fazer roçados ao longo do igarapé, como meio de suprir suas necessidades, embora predomine o consumo de produtos industrializados.

---

<sup>22</sup> Lavoura Branca: termo regional que designa cultura agrícola em escala familiar de macaxeira, arroz, milho, feijão, etc.

Os moradores que ocupam a área ao longo do Igarapé Mapiá, cultivam lavoura branca, jagube (*banisteriopsis caapi*) e rainha (*Psycotria viridi*) utilizadas no feitiço do Santo Daime. O cultivo destas duas plantas visa a suprir as necessidades da comunidade local, dos moradores da Vila Céu do Mapiá e de centros afiliados.

Conforme entrevista do Presidente da COOPERAR, são cultivados na área:

*"(...) 5.000 pés de rainha e 53.000 pés de Jagube para produção do Santo Daime em um projeto desenvolvido ao longo do Igarapé Mapiá da Vila até a Fazenda S. Sebastião. Projeto da igreja com o IDA CEFLURIS. (...) o plantio e a manutenção é pago em diária ou empreitada. Gasto em média três a quatro mil reais. Quando as igrejas de fora estão precisando, encaminhamos de um a dois caminhões com uma média de cinco a seis mil litros de Daime e seis toneladas de cipó para o Daime ser feito nas igrejas do sul para os feitiços de instrução".*

Os moradores localizados ao longo do rio Inauini têm como atividade principal a agricultura de subsistência e a venda do excedente da produção, realizada através da troca por gêneros de primeira necessidade, com o marreteiro<sup>23</sup> ou no comércio dos municípios próximos. Identificou-se na área, moradores que complementam a renda com a venda de madeira.

Os moradores do entorno, habitantes das margens do rio Purus, incluídos na pesquisa, desenvolvem agricultura de subsistência na terra firme e aproveitam as praias na vazante do rio para cultivo. Na existência de excedente, realizam a troca por gêneros de primeira necessidade com os marreteiros ou comercializam nos municípios próximos e na Vila Céu do Mapiá.

Nas áreas localizadas às margens dos rios, o peixe é a principal fonte de alimento, sendo que os moradores do entorno, habitantes das margens do rio Purus, utilizam a pesca como complemento de renda.

### **3.6.3.10.1. Uso do solo, cadeia produtiva e fontes de renda – Vila Céu do Mapiá**

#### **a. Agricultura e uso do solo - Vila Céu do Mapiá**

---

<sup>23</sup> Marreteiro: comerciante em embarcações que navegam pelos rios da Amazônia vendendo produtos industrializados para as populações ribeirinhas a preços altos e adquirindo produtos regionais a preços baixos

De acordo com o relatório de atividade do grupo de produção agrícola para o PDC (Programa de Desenvolvimento Comunitário), no início da ocupação da Vila Céu do Mapiá, o uso da terra era coletiva. O plantio realizava-se numa área comum e os alimentos eram produzidos numa cozinha coletiva. Com o crescimento populacional da vila, entre outros fatores, fez com que esse modelo de uso comunal da terra e dos bens de produção se extinguissem. Este relatório definiu alguns fatores que foram determinantes para inviabilizar deste sistema coletivo:

- Conflitos gerados em torno da divisão do trabalho nos roçados comunitários e na produção;
- Limites produtivos devido à fraca fertilidade do solo na comunidade e à gradativa exaustão da terra;
- Entrada de novas pessoas na comunidade vinda de outras regiões e de outros países, que trouxeram junto novos padrões de consumo, e o aumento do fluxo de dinheiro em espécie. Este último provocou mudanças no regime de trabalho.

Como alternativa para suprir as demandas da produção para o consumo da comunidade, foi feita aquisição de duas áreas: uma fazenda localizada ao longo do igarapé Mapiá e uma área de praia na beira do rio Purus. Em 1990, a comunidade assume outro arranjo produtivo "(...) o Padrinho Sebastião decreta o fim do roçado comunitário e define que a partir de então cada família deveria ter sua produção própria." (PDC, 2004).

Atualmente, os dados mostram que 11% dos moradores cultivam lavoura branca<sup>24</sup> em roçados independentes. O modelo de ocupação coletiva a partir de um núcleo central com moradias próximas define o espaço e limita a exploração da terra, justificando a predominância de áreas ocupadas que compreendem entre 01 a 08 tarefas<sup>25</sup>.

Os moradores que desenvolvem agricultura em suas áreas relacionaram na pesquisa as seguintes extensões de terras utilizadas:

- 04 tarefas, 32%;
- 08 a 12 tarefas, 26%;
- 16 a 20 tarefas somam, 10%;
- Acima 28 tarefas, 3%.

---

<sup>24</sup> Lavoura Branca: termo regional que designa cultura agrícola em escala familiar de macaxeira, arroz, milho, feijão, etc.

<sup>25</sup> Tarefa: medida regional de área correspondente a um quadrado de 50 m x 50 m (0,25 ha).

Cerca de 29% utilizam áreas com medidas abaixo da referência padrão definida na análise dos dados. Os tamanhos das propriedades evidenciam o papel secundário da produção agrícola na vila. A própria composição da população e do processo histórico de ocupação da área, como já foi dito, explica a fraca atividade agrícola no local.

Os dados da tabela de alimentação mostraram que o arroz é consumido por 99% das famílias. Quanto à procedência, 15% dos moradores referiram produzir esse gênero alimentício em suas próprias áreas. O feijão, outro componente da cesta básica, é consumido por 98% e produzido por 12% das famílias. Apresenta-se abaixo, tabela referente à produção e comercialização local.

**Tabela 35** - Produção e comercialização ano 2004 – Vila Céu do Mapiá

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			
		CONSUMO	TROCA	VENDA	RENDA R\$
Castanha	Lata	-	-	-	-
Borracha	Kg	-	-	-	-
Peixe	Kg	-	-	-	-
Caça	Kg	-	-	-	-
Farinha	Kg	250	50	-	-
Feijão	Kg	835	-	-	-
Milho	Kg	1.700	100	-	-
Arroz	Kg	3.650	-	100	<b>200,00</b>
Mandioca	Kg	2.700	550	950	<b>1.900,00</b>

O uso de defensivos agrícolas é prática utilizada por 14% dos moradores, sendo o DDT o mais citado. E como defensivos naturais, o plantio de citronela próximo à plantação e a mistura de fumo com água são os mais adotados. O restante dos produtores não utiliza agrotóxico.

Os moradores referiram dispor para o trato cultural de sua área os seguintes equipamentos: terçado (30%); enxada (26%); machado (21%); motosserra (8%); roçadeira (6%); foice (4%) e moinho (3%).

Foram citados outros equipamentos como roladeira, enxadeco, rastelo, boca-de-lobo, serrote, carro-de-mão, picareta, martelo, ancinho, pá e plaina.

Em relação à mão de obra utilizada na agricultura, 60% dos moradores dividem as tarefas<sup>26</sup> entre os familiares e 40% contratam terceiros para realização dessas tarefas.

<sup>26</sup> Tarefa: medida regional de área correspondente a um quadrado de 50 m x 50 m (0,25 ha).

O mutirão, prática utilizada pela comunidade desde a ocupação, é realizado uma vez por semana, envolvendo 56% dos moradores, direcionado para os trabalhos gerais da vila, como limpeza e capinação da área central e outras atividades de utilidade pública. Essa atividade está num processo de resgate, sensibilização e mobilização para uma participação mais ativa dos moradores.

Os mutirões realizados pelas famílias que participam do sistema de agrofloresta, têm um caráter diferenciado. Consiste na troca de trabalho e está direcionado ao projeto que foi implantado com o apoio da UFAC.

Os SAFs (Sistemas Agroflorestais), são cultivado por 32% das famílias. É um sistema de produção que utiliza o consórcio de espécies madeireiras, frutíferas e lavoura branca<sup>27</sup>; visa à alimentação familiar e ao uso racional da terra. Identificaram-se as seguintes composições de espécies mais utilizadas:

- Banana, gergelim, macaxeira, abacaxi, cana, mamão;
- Banana, macaxeira, cana, pupunha, patoá, laranjeira, limoeiro, abacate;
- Cupuaçu, macaxeira, açaí, abacaxi, mamão, castanheira, manga, limão;
- Abacaxi, banana, andiroba, açaí, patoá, mandioca, feijão, milho;
- Jagube, castanheira, cupuaçu, açaí, banana, andiroba, copaíba, abacaxi;
- Copaíba, andiroba, castanha, banana, açaí, abacaba;
- Cupuaçu, beribá, açaí, banana, andiroba, castanheira, pequi, cedro, copaíba.

#### **b. Criação de animais de pequeno e médio porte - Vila Céu do Mapiá**

A pesquisa identificou a criação e comercialização de animais domésticos e derivados, tomando como referência o ano de 2004. A pecuária bovina destacou-se, como atividade produtiva para 42% das famílias, equivalente a 303 animais. O número é significativo em vista as limitações da área de pasto disponibilizadas. Das famílias que desenvolvem esta atividade, 18% disponibilizam áreas que variam de 04 a 32 tarefas<sup>28</sup>.

A avicultura aparece com uma atividade de 45% das famílias, o equivalente a 327 animais. Foi citada a criação de outros animais que apresentaram baixo índice como: carneiro, cavalo, marreco, pato, peru, porco.

---

<sup>27</sup> Lavoura Branca: termo regional que designa cultura agrícola em escala familiar de macaxeira, arroz, milho, feijão, etc.

<sup>28</sup> Tarefa: medida regional de área correspondente a um quadrado de 50 m x 50 m (0,25 ha).

A criação desses animais de pequeno e médio porte é feita para o consumo dos derivados e eventualmente para o consumo da carne, sendo que a comercialização desses animais ocorre com pouca frequência.

A pecuária apresenta-se na área como alternativa de renda. No ano de 2004 foram comercializados 14 animais, totalizando R\$ 2.510,00 (dois mil, quinhentos e dez reais), resultando numa média de R\$ 179,30 (cento e setenta e nove reais e trinta centavos) por animal.

A prática da avicultura, principalmente a criação de galinhas, destaca-se devido à facilidade de criação e comercialização, destinada ao abastecimento dos visitantes na área e representando uma alternativa de renda, além de fonte de alimentos para os moradores. Em média uma galinha é vendida por R\$ 10,00.

A pesquisa sondou o interesse dos moradores para criação e posterior comercialização de animais silvestres, e identificou que 72% das famílias não têm interesse por essa atividade e, cerca de 28% mostraram interesse na criação de animais como: tracajá, veado, paca, anta, porco do mato, jabuti, cutia, capivara, queixada, peixes e jacaré. Além do objetivo econômico da atividade, muitos demonstraram o interesse de preservar as espécies.

Quanto à necessidade em desenvolver outras atividades para geração de renda, espontaneamente as pessoas citaram:

- Agrofloresta, roçado, horta, plantar banana, plantio de flores;
- Oficina escola de carpintaria, mecânica, artesanato e costura;
- Criação de aves, peixes, galinha, pato, cavalo, porco, gado;
- Turismo ecológico, formação de barreiros<sup>29</sup>, lugar de retiro, meditação;
- Marcenaria, reaproveitamento de madeira, serraria e entalhamento de madeira;
- Aumentar e formar pasto, abrir açude, viveiro de madeira de lei;
- Restaurante natural, comércio, oficina de eletromecânica, fábrica de doces, estufa para plantas medicinais, lanchonete, posto de gasolina e gás, creche.

Entre as principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento dessas atividades estão: a falta de recursos financeiros e suporte técnico para planejamento, problemas fundiários relacionados aos limites da propriedade da terra, dificuldade de acesso ao crédito, limites impostos pela legislação ambiental e a falta de suporte do Ibama (atualmente ICMBio).

---

<sup>29</sup> Barreiros: locais especialmente procurados pelos animais, dada a exposição de solos com altas concentrações de sais.

#### **d. Extrativismo - Vila Céu do Mapiá**

Nos primeiros anos de ocupação da vila, existia uma produção coletiva de agricultura de subsistência atividade associada ao extrativismo da seringa e da castanha para consumo e geração de renda para a comunidade. Após vinte anos de permanência no local e com o crescimento populacional, os moradores não utilizam as mesmas fontes de rendas.

De acordo com os dados gerados na pesquisa de campo, constatou-se que as famílias que produziram borracha não realizam esta atividade há mais de 16 anos. Dentre os motivos citados, a maioria relatou que parou de produzir em decorrência dos preços baixos, ausência de comprador e extração inadequada do látex, situação explicada por ROBERTO apud DIAS JR 2005:

*(...) desde o início do século XX, o Mapiá já vinha sendo explorado como seringa. E, durante todo esse período, sua exploração e manejo eram realizados de forma predatória, destruindo a possibilidade de continuação da extração do látex de boa parte das seringueiras e comprometendo sua sustentabilidade. Tais árvores foram inutilizadas de maneira definitiva devido à utilização de técnicas inadequadas de corte do tronco para a extração do látex (...)*

Em relação ao extrativismo da castanha, 84% das famílias entrevistadas declararam não coletar. Entre os que disseram fazer a coleta, 36% utilizam as árvores próximas a sua moradia e, 64% utilizam outras áreas de coleta, como as citadas: Antimary, Santo Antônio, Nova Vida, floresta e roçado ao longo do Igarapé Mapiá.

Os dados relativos à coleta, utilização e comercialização de sementes são expressivos: 16% das famílias referem coletar uma variedade de sementes como: mulungu, andiroba, carimboque, paxiúba, patoá, açaí, tucumã, jarina, jatobá, lágrima de nossa senhora. São sementes destinadas a confecção de artesanato, recurso que, associados à madeira e ao cipó, adquirem diversas formas, como pulseiras, brincos, colares, bolsas, caixas, cestos, broches entre outros.



**Figura 67** – Artesanato – Vila Céu do Mapiá

Quanto à extração de madeira, cerca de 86% das famílias disseram que não desenvolvem a prática, enquanto que 14% fazem extração de madeiras para construção de casas e canoas. Em relação a essa prática, os moradores citaram a retirada de madeiras como: itaúba, canelão, guariúba, coiuba, gitó, marupá, abiorana, supucaia, maçaranduba, cedro, copiúba, corrinboque e angelim.

Conforme os dados levantados, a extração de óleos vegetais é feita por 6% das famílias, tendo como os mais citados a extração da copaíba, andiroba, pupunha e patauá.

Os moradores informaram que a área é escassa de animais em decorrência do fluxo de barcos no igarapé. A caça é atividade citada por 16% das famílias. As espécies caçadas mais citadas foram: paca, veado, porco, anta, cutia, tatu e o mutum.

Em relação à pesca, a atividade é praticada por 40% das famílias. As espécies mais citadas foram: piau, piaba, matrinchã, pacu, sardinha, cará, pirapitinga, mandim, dourado, cuiu, surubim e piranha. Sendo que 96% pescam nos igarapés Mapiá e Repartição e 4% pescam no Rio Purus.

A caça e a pesca é realizada independentemente do período do ano e está vinculado à necessidade. A pesquisa não identificou o comércio de animais silvestre na área.

#### **e. Outras fontes de renda - Vila Céu do Mapiá**

A presença na vila de profissionais com formação superior e experiência técnica em projetos de desenvolvimento, possibilita o acesso a apoio técnico, financeiro de

instituições governamentais e não governamentais ou de particulares. Esses projetos dependem de uma estrutura organizacional consolidada para serem viabilizados.

Atualmente, estão sendo desenvolvidos projetos que objetivam à melhoria de qualidade de vida associada à geração de emprego e renda, conforme os dados citados na listagem de projetos neste capítulo.

Outra atividade importante desenvolvida na área está relacionada com os trabalhos vinculados ao culto religioso. Plantio, colheita e o feitiço do daime são atividades remuneradas através de diárias, gerando uma renda para algumas famílias. Esses trabalhos também ocorrem voluntariamente.

A composição da renda advém de outras fontes, destacando-se os recursos oriundos de doações de familiares, amigos, membros da comunidade, prestação de serviços, bolsa escola, direitos autorais, aluguel de residências nos festivais, reserva particular, ajuda do CEFLURIS, atingindo um percentual de 39% das famílias.

Outra forma de obtenção de renda ocorre através de diárias que remuneram as mais diversas atividades como: lavadeira, faxineira, serviços relacionados à produção do daime, secretária, artesã, motorista de voadeiras, serviços que atingiram um percentual de 51% na área. O serviço por empreitada, atinge o percentual de 9%. Outras fontes de renda identificadas foram aposentarias e pensões, que somam 7%.

A extração de madeira constitui-se como uma alternativa de geração de emprego e renda. E por iniciativa da comunidade, iniciou-se o processo organizado de extração racional, diminuindo a pressão sobre esses recursos. A atividade desenvolvida no local visa suprir as demandas da comunidade e o reconhecimento dos trabalhadores que realizam essa atividade. Através da parceria entre a comunidade, Ibama e centro de Trabalhadores da Amazônia - CTA, iniciaram um ciclo de reuniões e oficinas. Como resultado, foi estabelecido intercâmbio com os manejadores do Projeto Agroextrativista (PAE) Porto Dias, visando à formação e capacitação dos comunitários.

**Tabela 36** - Categorias e valor da diária paga – Vila Céu do Mapiá

<b>CATEGORIA</b>	<b>VALOR DA DIÁRIA (R\$)</b>
Carpinteiro	50,00
Pedreiro	50,00
Mecânico de barco	30,00
Feitor de Daime	25,00 a 30,00
Motorista de voadeira	30,00 a 70,00
Serviço de roçadeira	50,00
Serviço de Terçado	30,00
Serviço de faxina	30,00 a 50,00
Limpeza de casa	20,00

<b>CATEGORIA</b>	<b>VALOR DA DIÁRIA (R\$)</b>
Lavagem de roupas	60,00
Freteiros de barco	150,00 por pessoa
Serviço de motosserra	100,00

A pesquisa identificou que somente 3% das famílias possuem empréstimos na rede bancária. Esses recursos foram utilizados em atividades particulares e não são direcionados à produção agrícola. A renda média obtida mensalmente na área, está compreendida nos seguintes intervalos:

- Menos de R\$ 100,00 - 2%;
- De R\$100,00 a R\$300,00 - 30%;
- De R\$301,00 a R\$500,00 - 23%;
- De R\$501,00 a R\$700,00 - 16%;
- De R\$701,00 a R\$1.000,00 - 22%;
- Acima de R\$ 1.000,00 - 7%.

### **3.6.3.10.2. Uso do solo, cadeia produtiva e fontes de renda - Igarapé Mapiá**

#### **a. Agricultura e uso do solo - Igarapé Mapiá**

Os moradores situados ao longo do Igarapé Mapiá ocupam somente as suas margens, estabelecem laços sociais estreitos com os moradores da vila, pelas afinidades religiosas e em virtude do processo histórico de ocupação.

A população residente na área é de origem essencialmente rural e reside na área por um período, em média, acima de 11 anos. Consideram-se agricultores, são famílias predominante consanguíneas e possuem relações de parentesco com os moradores próximos, fato que define a forma de uso da terra, que é direcionada para agricultura de subsistência e atividades de extração de recursos naturais para o consumo familiar.

Os moradores desenvolvem agricultura de subsistência em roçados. Esta atividade foi referida como uma das mais importantes atividades produtivas para 50% dos entrevistados. Em geral, as áreas variam de 4 tarefas<sup>30</sup> (48%) a 6 tarefas (24%). Cerca de 28% são as áreas com medidas abaixo de 04 tarefas.

<sup>30</sup> Tarefa: medida regional de área que equivale a um quadrado de 50 m x 50 m (0,25 ha).

Tomando como referência a produção de lavoura branca<sup>31</sup>, identificada na pesquisa através dos dados da tabela de alimentação, evidenciou-se que o arroz é produzido por 65% das famílias, feijão por 62%, milho por 86% e a macaxeira por 92%. A macaxeira é transformada em farinha por 81% das famílias.

A tabela abaixo demonstra que os produtos agroextrativistas de trato cultural simples, como a macaxeira, o feijão, o arroz e a castanha, têm uma produção que garante a auto-suficiência para alimentação da família.

**Tabela 37** - Produção e comercialização ano 2004 – Igarapé Mapiá

PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	QUANTIDADE			
		CONSUMO	TROCA	VENDA	RENDA(R\$)
Castanha	Lata	163	-	486	<b>4.772,00</b>
Borracha	Kg	-	-	-	-
Madeira	M	-	-	11	<b>1.400,00</b>
Peixe	Kg	695	-	420	<b>2.000,00</b>
Caça	Kg	77	-	-	-
Farinha	Kg	10.133	-	3.687	<b>4.820,00</b>
Feijão	Kg	2.336	-	2.950	<b>6.860,00</b>
Milho	Kg	4.533	-	1.680	<b>1.665,00</b>
Arroz	Kg	5.640	2.040	3.790	<b>5.250,00</b>
Mandioca	Kg	7.730	-	470	<b>860,00</b>
Jagube	Kg	-	-	750	<b>1.500,00</b>
Cevada	Kg	160	-	90	<b>450,00</b>
Sorgo	Kg	150	-	300	<b>1.200,00</b>
Gergelim	Kg	20	-	60	<b>480,00</b>
Copaiba	L	05	19	-	-
Andiroba	L	05	-	-	-
Banana (curta)	Cacho	110	-	440	<b>1.840,00</b>
Banana comprida	Cacho	07	-	258	<b>1.090,00</b>
Melancia	Unidade	500	-	500	<b>2.500,00</b>
Sementes	Kg	-	-	23	<b>26,00</b>

O uso de defensivos agrícola é prática utilizada por 13% dos moradores, sendo citados o uso do DDT e o Grão de Rato.

Os SAF`s (Sistemas Agroflorestais) são cultivados por 47% das famílias. É um sistema de produção baseada no consórcio de espécies madeireiras, frutíferas e lavoura branca<sup>32</sup>, visa à alimentação familiar e ao uso racional da terra. As composições mais encontradas entre espécies arbóreas e as culturas agrícolas foram:

<sup>31</sup> Lavoura Branca: termo regional que designa cultura agrícola em escala familiar de macaxeira, arroz, milho, feijão, etc.

<sup>32</sup> Lavoura Branca: termo regional que designa cultura agrícola em escala familiar de macaxeira, arroz, milho, feijão, etc.

- Abacate, laranja, macaxeira, abacaxi, taioba, mamão, banana, cupuaçu;
- Banana, macaxeira, abacate, abacaxi, laranjeira;
- Bacaba, macaxeira, açaí, cana, mamão, cumaru, patoa;
- Cedro, rainha, jagube, açaí, mandioca, feijão, milho;
- Mulateiro, manga, abacate, banana, pupunha;
- Pupunha, abacate, feijão, milho, açaí, macaxeira;
- Arroz, milho, tangerina, graviola.

Os moradores referiram dispor dos seguintes equipamentos para realização do trato cultural: terçado (27%); enxada (26%); machado (26%); motosserra (7%); foice (7%) e moinho (4%). Foram citados outros equipamentos, como roladeira, enxadeco, rastelo, boca-de-lobo, serrote, carro-de-mão, picareta, martelo, pá e plaina.

A mão-de-obra utilizada na agricultura é essencialmente familiar e envolve homens e mulheres. Para o desenvolvimento dos trabalhos na agricultura, 37% das famílias pesquisadas utilizam a prática do mutirão ou adjunto<sup>33</sup>.

## **b. Criação de animais de pequeno e médio porte - Igarapé Mapiá**

A pesquisa constatou que em termos de criação e comercialização de animais domésticos e seus derivados, tomando como referência o ano de 2004, destacou-se a avicultura como atividade produtiva de cerca de 37% das famílias, o que equivale a 343 aves (galinhas, patos). Foram citadas criações de outros animais como: carneiro, cavalo, marreco, peru e porco.

A criação desses animais de pequeno e médio porte é utilizado no consumo dos derivados por 88% das famílias e, dependendo da necessidade, vendem na própria comunidade para marreteiros ou vizinhos.

Das famílias entrevistadas, 43% desenvolvem pecuária na sua área, totalizando 94 cabeças. Conforme os dados obtidos na pesquisa, 35% dos entrevistados não disponibilizam áreas para pecuária, 35% disponibiliza de 08 a 12 tarefas<sup>34</sup>; 10% de 04 a 08 tarefas; 5% de 16 a 20 tarefas, acima de 28 tarefas 5%; e 10% das famílias mencionam desenvolver a pecuária em área abaixo de uma tarefa.

---

<sup>33</sup> Adjunto: Prática cultural desenvolvida nas áreas rurais baseado na ajuda mutua para troca de serviços.

<sup>34</sup> Tarefa: medida regional de área que equivale a um quadrado de 50 m x 50 m (0,25 ha).

A pecuária apresenta-se na área como alternativa de renda sendo comercializada, em geral, à vista e em dinheiro. No ano de 2004, foram comercializados 09 animais, totalizando R\$ 1.611,00 (um mil, seiscentos e onze reais), resultando numa média de R\$ 179,00 (cento e setenta e nove reais) por animal.

A pesquisa sondou o interesse dos moradores pela criação de animais silvestres, e identificou que 40% têm interesse em criar animais para preservação das espécies e como alternativa de incremento da fonte de renda. Foram citadas as seguintes espécies: paca, anta, porco do mato, cutia, capivara, queixada e peixes.

A atividade produtiva mencionada pelos moradores como uma alternativa para gerar maior renda para as famílias foi a introdução e ampliação da pecuária. Em relação às dificuldades para o desenvolvimento dessa atividade, foram relacionadas pelas famílias a falta de recursos financeiros, necessidade de suporte técnico para planejamento e desenvolvimento e problemas fundiários relacionados aos limites da propriedade da terra.

### **c. Extrativismo - Igarapé Mapiá**

Os moradores dessa área iniciaram a ocupação do espaço junto com os moradores da Vila do Céu do Mapiá e a principal atividade no começo da ocupação era a extração do látex e a coleta da castanha.

Atualmente, de acordo com os dados gerados na pesquisa de campo, constatou-se que apenas 5% das famílias produzem borracha. Os dois principais motivos do declínio da produção da borracha, segundo os entrevistados, foram: preços baixos (50%) e falta de comprador para o produto (41%). Outros motivos citados foram relacionados à queda da produção das seringueiras locais e problemas de saúde.

Em relação ao tempo que os moradores pararam de extrair o látex, a maioria, que compreende 35% dos entrevistados, parou há mais de 16 anos; 30% pararam entre 11 e 15 anos. Outros 9% deixaram de produzir borracha entre 6 a 10 anos e; 26% não produzem borracha entre 1 a 5 anos.

A extração de castanha é realizada por 77% dos moradores e a maioria destes, 96%, informam fazer a coleta na sua própria área. A extração de sementes é realizada por 25% dos moradores, que extraem paxiubinha, paxiubão, mulungu, andiroba, jatobá, piquiá, açaí, bacaba, jarina, jenipapo, quariquara e pequi. São sementes utilizadas para fabricação de artesanatos e para fins medicinais. O artesanato é produzido por 14% dos moradores, que usam sementes para a confecção de

assessorios como pulseiras, anéis, cordões e colares. Outro material utilizado é o cipó para confecção de utensílios domésticos como vassouras, peneiras e cestos.

Conforme os dados levantados, 27% das famílias citaram a extração de óleos vegetais, para fins medicinais e consumo doméstico, sendo extraídos os óleos de andiroba, copaíba e pupunha.

Quanto à extração de madeira, apenas 18% das famílias entrevistadas confirmaram que retiram madeira para a construção de casas e canoas. As espécies madeireiras exploradas são itaúba, maçaranduba, corrimboque, quariquera e mulateiro.

A caça e a pesca são atividades de fundamental importância para a complementação alimentar. São realizadas independente do período do ano e estão vinculadas às necessidades da família, sendo praticada por, respectivamente, 63% e 91% das famílias. As espécies mais procuradas são:

**Caça:** paca, veado, porco, queixada, jacu, aracuã, jabuti, nambu, quati, anta, cutia, tatu e o mutum;

**Pesca:** piau, piaba, matrinchã, pacu, sardinha, branquinha, piau, pacu, traíra, piranambu, jundiá, filhote, cará, pirapitinga, mandim, dourado, cuiu, surubim e piranha.

A pesca é feita nos igarapés, lagos e rio, sendo que 94% dos moradores pescam nos igarapés Mapiá, Preto e Jaú. Foram citados também os lagos Furo do Galo, Samaúma, Barbados e o Rio Purus.

#### **d. Outras fontes de renda - Igarapé Mapiá**

No igarapé Mapiá, além da agricultura para subsistência e comercialização do excedente, 14% dos moradores possuem contratos de trabalhos, sendo que a maioria dos contratantes, cerca de 80 %, são particulares. Os outros 20% são contrato com o município de Pauini. As funções citadas foram:

**Particulares:** diaristas de roçados (limpa e broca) e da clínica localizada no Prato Raso, carpinteiro, frete, canoeiro, empreiteiro e doméstica;

**Município:** agente comunitário de saúde, merendeira, zeladora e professor.

A forma de pagamento que predomina nesses contratos, para 82% dos moradores, é à vista e em dinheiro e, para 18% é realizada a troca dos serviços por

mercadorias. Outras rendas foram citadas, como aposentadorias por 19% das famílias e pensão por 3%.

A pesquisa evidenciou que não existe na área moradores com empréstimos contraídos na rede bancária. A renda média obtida mensalmente está compreendida nos seguintes intervalos:

- menos de R\$ 100,00: 3%;
- de R\$100,00 a R\$300,00: 52%;
- de R\$301,00 a R\$500,00: 28%;
- de R\$501,00 a R\$700,00: 10%;
- de R\$701,00 a R\$1.000,00: 3%;
- acima de R\$ 1.000,00: 3%.

### **3.6.3.10.3. Uso do solo, cadeia produtiva e fontes de renda - Rio Inauini**

#### **a. Agricultura e uso do solo - Rio Inauini**

Dos moradores da Floresta Nacional do Purus, localizados no Rio Inauini, 89% são de origem predominantemente rural. Consideram-se agricultores e a distribuição espacial ao longo do rio segue o modelo da economia extrativista da seringa. São áreas em média, com aproximadamente 100 hectares, autônomas e distantes uma das outras.

Compõem-se de famílias predominantemente consangüíneas e estabelecem relações de parentesco com os moradores próximos. Esse modo de vida define a forma de uso da terra, direcionada para agricultura de subsistência em roçados e comercialização do excedente. Há também a extração de recursos madeireiros e não madeireiros para o consumo familiar.

A agricultura foi referida como uma das mais importantes atividades produtivas por cerca de 86% das famílias, sendo relacionado na pesquisa o seguinte tamanho da área utilizada:

- 04 tarefas: 45%;
- 08 a 12 tarefas: 27%.

Outra atividade bastante expressiva ao longo do rio Inauini é a coleta da castanha, realizada por cerca de 70% das famílias. Outras 29% declaram realizar a pesca.

Atividades mencionadas, e não menos importantes para a composição da renda das famílias, são a extração da seringa, praticada por 21% e, a exploração de madeira por 14%. Essa diversidade de atividades visa suprir as necessidades de consumo da família e eventual comercialização do excedente para complementação de renda.

**Tabela 38** - Produção e comercialização ano 2004 – Rio Inauini

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE				RENDA R\$
		CONSUMO	TROCA	VENDA		
Castanha	Lata	52	-	3.537	<b>43.492,00</b>	
Borracha	Kg	-	-	668	<b>1.140,20</b>	
Madeira	Dz	-	-	60	<b>500,00</b>	
Peixe	Kg	1.090	-	630	<b>1.335,00</b>	
Caça	Kg	184	-	-	-	
Farinha	Kg	4.320	-	22.589	<b>16.950,00</b>	
Feijão	Kg	15	-	-	-	
Milho	Kg	500	-	-	-	
Arroz	Kg	-	-	-	-	
Banana (curta)	Cacho	150	-	130	<b>190,00</b>	
Banana comprida	Cacho	87	-	-	-	
Melancia	Unidade	250	-	-	-	
Rapadura	Unidade	25	-	145	<b>145,00</b>	
Açúcar mascavo	Kg	70	-	9.630	<b>6.917,00</b>	
Mel	Litro	15	-	285	<b>285,00</b>	
Sementes	Kg	-	-	50	<b>50,00</b>	

As maiores dificuldades em relação à comercialização é a falta de transporte, situação que deixa como única alternativa a comercialização com os marreteiros locais. O comércio ocorre através da troca de produtos, no qual o marreteiro<sup>35</sup> supervaloriza os produtos industrializados de que dispõe e desvaloriza o preço da produção agroextrativista. Os moradores que possuem barcos comercializam no município de Boca do Acre com os comerciantes locais. O preço da castanha oscilou entre R\$ 5,00 (cinco reais) e R\$ 20,00 (vinte reais) por quilo no período de safra e entressafra no ano de 2004.

Na área são cultivados SAFs (Sistemas Agroflorestais) por 22% das famílias. Foram declaradas as seguintes formações de plantio:

- Café, cedro, açaí e castanheira;
- Banana, macaxeira, abacate, milho, pupunha, cupuaçu, graviola e biriba;
- Macaxeira, banana, abacaxi, biriba, cupuaçu e abacate;

<sup>35</sup> Marreteiro: comerciante em embarcações que navegam pelos rios da Amazônia vendendo produtos industrializados para as populações ribeirinhas a preços altos e adquirindo produtos regionais a preços baixos

- Macaxeira, arroz, milho, cana, abacaxi, abacate, caju e banana;
- Macaxeira, mandioca brava, abacate, cará, pupunha e gengibre.

Os moradores manifestaram dispor dos seguintes equipamentos para realização do trato cultural: terçado (26%); enxada (27%); machado (26%); motosserra (8%) e; foice (11%). Foram citados outros equipamentos como roçadeira, enxadeco, roladeira, boca-de-lobo, serrote, carro-de-mão, pá, martelo e moinho.

A mão-de-obra utilizada na agricultura é essencialmente familiar, e envolve homens e mulheres. Para o desenvolvimento dos trabalhos na agricultura, 23% das famílias pesquisadas utilizam à prática do mutirão ou adjunto<sup>36</sup>.

## **b. Criação de animais de pequeno e médio porte - Rio Inauini**

Tomando como referência o ano de 2004, a avicultura destacou-se como atividade produtiva declarada por 76% das famílias, equivalente a 279 aves (galinhas, patos). Também foram citadas criações de outros animais como carneiro, boi, cabrito, égua, ovelha, cavalo, marreco e porco.

A criação desses animais de pequeno e médio porte é utilizada para o consumo por 78% das famílias, e dependendo da necessidade, eventualmente, vendem na própria comunidade para marreteiros e vizinhos. Na área foram identificadas 03 famílias que desenvolvem a pecuária, totalizando 36 cabeças gado.

A pesquisa sondou o interesse dos moradores para criação de animais silvestres e identificou que 25% manifestaram interesse em criar animais para preservação das espécies e como alternativa para diversificação da produção e incremento da fonte de renda. Foram citadas as seguintes espécies: paca, jabuti, porco do mato, cutia, queixada, tracajá, pirarucu e tambaqui.

Também foram citadas alternativas de renda, tais como: melhoria da estrutura produtiva; açude para criação de peixes; e criação de gado e abelhas.

A atividade produtiva mencionada pelos moradores que mais se destacou foi a introdução e ampliação da pecuária. Em relação às dificuldades para o desenvolvimento dessas atividades foram relacionadas pelas famílias o difícil acesso ao crédito e a falta de suporte técnico para planejamento.

---

<sup>36</sup> Prática cultural desenvolvida nas áreas rurais baseado na ajuda mútua para troca de serviços.

### c. Extrativismo - Rio Inauini

Os dados da pesquisa de campo constataram que apenas 4% das famílias ao longo do rio Inauini fazem a extração de látex. Os produtores existentes, comercializam diretamente para o marreteiro em forma de biscoito ou qualhadão<sup>37</sup>. A paralisação da produção de borracha acentuou-se num período mais recente compreendido entre 06 e 10 anos com a desmobilização de 50% dos moradores. Outros 23% pararam de produzir num período entre 01 e 05 anos; o restante, cerca de 27%, não produzem borracha há mais de 10 anos. A paralisação é justificada pela ausência de compradores e pelo baixo valor de venda.

A extração de castanha é realizada por 97% das famílias, e deste total, cerca de 56% informaram fazer a coleta na sua própria área. Foi citada a coleta em outras áreas, como: igarapé Arama, São Domingos, Caperi, Cumarú, Canamari e seringal Curupati. Foi identificada na área a fabricação de artesanato direcionado à produção e ao uso doméstico, como paneiro<sup>38</sup>, canoa, pote, fogareiro e cerâmica.

Conforme os dados levantados, cerca de 14% das famílias fazem a extração de óleos vegetais. Em geral, é destinado para fins medicinais. Os principais óleos extraídos são o de copaíba e o de andiroba.

Quanto à extração de madeira, cerca de 14% das famílias citaram derrubar árvores para a construção de casas e canoas. Em relação à prática os moradores citaram a retirada das seguintes espécies madeireiras: angelim, guaiúba, capurana, cambuí, cedro, maçaranduba e piranha.

A caça e a pesca são atividades de fundamental importância para o complementação alimentar. São praticadas independentemente do período do ano e estão vinculadas às necessidades da família, sendo realizadas por 92% e 100% das famílias, respectivamente. Foram citadas as seguintes espécies:

**Caça:** jacu, embiara, veado, porquinho do mato, queixada, aracuã, jabuti, nambu, quati, anta, cutia, tatu e o mutum;

**Pesca:** tucunaré, piranha, tambaqui, pirarucu, piaba, pintado, caruaçu, pescado, piau, piaba, matrinchã, pacu, sardinha, branquinha, piau, pacu, traíra, piranambu, jundiá, filhote, cará, pirapitinga, mandim, dourado, surubim, caruaçu e piranha.

---

<sup>37</sup> Biscoito e qualhadão: primeiro estágio de beneficiamento do látex, coagulado no formato discos espessos de cerca de 70 cm de diâmetro por aproximadamente 30 cm de espessura.

<sup>38</sup> Paneiro: espécie de cesto artesanal utilizado na Amazônia

A pesca é efetuada nos igarapés, lagos e rios, sendo que 63% no rio Inauini, e 26% nos lagos Arrombado, Natureza, Estação, Macaco, Boa Vista, Saracura, Panarsa, Índios, Taxi, Corrente e Santa Rosa.

#### **d. Outras fontes de renda - Rio Inauini**

Na área predominam a agricultura de subsistência, comercialização da castanha e a pesca como atividades econômicas. A castanha se destaca pela facilidade de comercialização com os marreteiros da região. A mão-de-obra é constituída na sua totalidade pelos membros da família. Identificou-se na área a prestação de serviços pagos em diárias para coleta de castanha, produção de farinha e abertura de roçados, sendo que 67% dos moradores recebem essas diárias à vista e em dinheiro e o restante recebe em mercadorias. Outra fonte de renda que se destacou na área é proveniente das aposentadorias recebidas.

A pesquisa identificou que 31% dos moradores adquiriram financiamento e utilizaram os recursos para a ampliação e desenvolvimento da produção agrícola. A renda média obtida mensalmente pelos moradores, está compreendida entre os seguintes valores:

- menos de R\$ 100,00: 46%;
- de R\$100,00 a R\$300,00: 36%;
- de R\$301,00 a R\$500,00: 7%;
- de R\$501,00 a R\$700,00: 7%;
- acima de R\$ 1.000,00: 4%.

#### **3.6.3.10.4. Uso do solo, cadeia produtiva e fontes de renda – Entorno Estudado (Rio Purus)**

##### **a. Agricultura e uso do solo – Entorno (Purus)**

Dos moradores que estão no entorno da Floresta Nacional, cerca de 96% são de origem rural. Consideram-se agricultores e distribuem-se em vilas com casas próximas uma das outras. Esse modo de ocupação do espaço está relacionado com o crescimento do núcleo familiar.

As famílias são consangüíneas e possuem relações de parentesco com os moradores próximos. Essa formação define a forma de uso da terra, direcionada para

agricultura de subsistência e comercialização do excedente, atividade consorciada com a pecuária e a extração de recursos naturais.

Os moradores desenvolvem agricultura de subsistência em roçados próximos às moradias e nas praias, destacando áreas de 4 tarefas<sup>39</sup>, que atingem o percentual de 54% e áreas menores de 1 a 3 tarefas, com um percentual de 42%. O roçado foi considerado como uma das mais importantes atividades produtivas referidas por 83% dos moradores. Como a pesquisa objetivava mensurar a três atividades mais importantes, a pesca foi citada por 69%, seguida pela coleta de castanha, com 22%. Foram mencionadas com os mesmos percentuais a caça e criação de pequenos animais, com 15%.

**Tabela 39** - Produção e comercialização ano 2004 – Entorno (Purus)

Produto	Unidade	Quantidade				renda R\$
		Consumo	Troca	venda		
Castanha	Lata	53	-	1.100	<b>12.198,00</b>	
Borracha	Kg	-	-	168	<b>252,00</b>	
Peixe	Kg	3.195	-	21.230	<b>60.626,00</b>	
Caça	Kg	650	-	-	-	
Farinha	Kg	13.830	-	9.060	<b>4.547,80</b>	
Feijão	Kg	5.552	-	24.965	<b>28.368,20</b>	
Milho	Kg	5.584	-	3.710	<b>1.539,00</b>	
Arroz	Kg	200	-	-	-	
Banana (curta)	Cacho	1.470	-	595	<b>1.110,00</b>	
Banana comprida	Cacho	572	-	610	<b>1.635,00</b>	
Melancia	Unidade	5.200	-	450	<b>900,00</b>	
Coco	Unidade	50	-	360	<b>780,00</b>	
Gerimum	Unidade	440	-	260	<b>265,00</b>	
Goma	Lata	13	-	14	<b>170,00</b>	

No entorno da Floresta Nacional do Purus, os moradores comercializam seus produtos, na maioria das vezes, através da troca por outros produtos com os marreteiros ou, quando possuem barcos, comercialização na Vila do Céu do Mapiá ou nos municípios próximos. A dificuldade para esses moradores está na falta de recursos para transportar a produção. Os moradores informaram que é comum estragar parte da produção. A tabela acima demonstra que os produtos agroextrativistas de trato cultural simples, como a macaxeira (matéria-prima da farinha), o feijão e o arroz têm uma produção que garante a segurança alimentar da família.

Foi identificada na área a composição de cultivos consorciados mantidos por 14% das famílias. As composições encontradas foram:

<sup>39</sup> Tarefa: medida regional de área que equivale a um quadrado de 50 m x 50 m (0,25 ha).

- macaxeira, banana, milho, abóbora e melancia;
- macaxeira, milho, feijão, abóbora e jerimum;
- mulateiro, quariquara, banana, bacaba, pupunha e cupuaçu.

Os moradores referiram dispor dos seguintes equipamentos para realização do trato cultural: enxada (31%); terçado (30%); machado (29%); foice (5%); e motosserra (1%). Foram citados outros equipamentos como: boca-de-lobo, carro-de-mão e pá.

A mão-de-obra utilizada na agricultura é essencialmente familiar e envolve homens e mulheres. Para o desenvolvimento dos trabalhos na agricultura, 30% das famílias pesquisadas utilizam a prática do mutirão ou adjunto; outros 24% contratam os serviços dos vizinhos para o auxílio das atividades produtivas.

#### **b. Criação de animais de pequeno e médio porte – Entorno (Purus)**

Tomando como referência o ano de 2004, destacou-se a avicultura como principal atividade produtiva, com um índice de 77%, o que equivale a 550 aves (galinhas, patos). Foram citadas criações de outros animais, como boi, égua e ovelha.

A criação desses animais de pequeno e médio porte é utilizada por 73% das famílias, e dependendo da necessidade, vendem na própria comunidade para marreteiros ou vizinhos. A pesquisa identificou somente 08 famílias desenvolvendo pecuária, totalizando 69 cabeças de gado.

A pesquisa sondou o interesse dos moradores para criação de animais silvestres, e identificou que 22% manifestaram interesse em criar animais para preservação das espécies e como alternativa para diversificação da produção e incremento da fonte de renda. Foram citadas as seguintes espécies: papagaio, paca, porco do mato, capivara, cutia, queixada e tracajá.



**Figura 68** - Animais de pequeno e médio porte – Entorno (Rio Purus)

A atividade produtiva mencionada que se destacou na pesquisa como desejo dos moradores em desenvolver foi à introdução e/ou ampliação da pecuária. Os moradores citaram como dificuldades para o desenvolvimento dessa atividade a falta de crédito e de suporte técnico. Os moradores citaram outras atividades que poderiam ser desenvolvidas na área com vistas a melhorias na renda: melhoria da estrutura produtiva; açude para criação de peixes; criação de gado, abelhas, aves.

### **c. Extrativismo – Entorno (Purus)**

Os dados da pesquisa de campo constataram que a desmobilização para extração do látex iniciou no ano de 1995. Desde o referido ano, 52% dos moradores cessaram a atividade. Justificaram a desmobilização pela ausência de compradores, baixo valor de venda e os agravos à saúde.

A extração de castanha é realizada por 47% das famílias. Delas, 88% fazem a coleta na sua própria área; os demais moradores fazem coletas em áreas próximas, tais como Lago do Sacado, Terra Vermelha e Sinebu.

Conforme os dados levantados, a extração de óleos vegetais é destinada para fins medicinais, mas apenas 9% das famílias declararam realizar a extração. Os óleos de copaíba, fruta preta e andiroba são os mais utilizados.

Quanto à extração de madeira, 9% dos entrevistados declararam fazer a extração para construções de casas e canoas. As espécies madeireiras mais extraídas são o mulateiro, a andiroba e a maçaranduba.

A caça e a pesca são atividades de fundamental importância para o complemento da alimentação, são realizadas independentemente do período do ano e

estão vinculadas às necessidades da família, sendo praticadas por 61% e 96% das famílias, respectivamente. Foram citadas as seguintes espécies:

**Caça:** jacu, embiara, veado, porquinho do mato, queixado, aracuã, jabuti, nambu, quati, anta, cutia, tatu e o mutum;

**Pesca:** tucunaré, caparari, filhote, tambaqui, pirarucu, piaba, pintado, caruaçu, pescado, piau, piaba, matrinchã, pacu, sardinha, branquinha, piau, pacu, traíra, piranambu, jundiá, filhote, cará, pirapitinga, mandim, dourado, buliada, surubim, caruaçu e piranha.

A pesquisa detectou que 85% das famílias pescam predominantemente no Rio Purus, sendo que 9% fizeram referência à pesca no igarapé Mapiá e 5% fizeram referência aos lagos Anori, Sacado e Salpico.

#### **d. Outras fontes de renda – Entorno (Purus)**

Na área, predomina a agricultura de subsistência, a comercialização da castanha e a pesca. A castanha se destaca pela facilidade de comercialização com os marreteiros da região. A mão-de-obra é constituída na sua totalidade pelos membros da família. Identificou-se na área, a prestação de serviços pagos com diárias para coleta de castanha, produção de farinha e aberturas de roçados, sendo que 83% dos moradores recebem essas diárias à vista, em dinheiro. Os outros 17% recebem em mercadorias.

Outra fonte de renda que se destacou na área é proveniente das aposentadorias, recebidas por 09 beneficiários. Existem na área dois profissionais de educação com vínculo empregatício com a Prefeitura de Pauini.

A pesquisa identificou que 12% dos moradores contraíram financiamento com o objetivo de ampliarem suas produções agrícolas e outras atividades. A renda média local obtida mensalmente está compreendida entre os seguintes valores:

- menos de R\$ 100,00: 24,23%;
- de R\$100,00 a R\$300,00: 43,40%;
- de R\$301,00 a R\$500,00: 9,43%;
- de R\$501,00 a R\$700,00: 9,43%;
- acima de R\$ 1.000,00: 7,44%.

#### **3.6.3.1.1. Lazer e Visitação**

A Floresta Nacional do Purus oferece uma diversidade de alternativas econômicas, entre elas a exploração do ecoturismo e outras associadas à visitação

religiosa. A pesquisa identificou espaços de beleza cênica e como potencial para atividades de lazer indicados pelos próprios moradores.

A Vila Céu do Mapiá dispõe de incipiente infra-estrutura física e logística que garante condições, ainda que rústicas, para a permanência dos visitantes, oferecendo serviços de pousadas, telefonia, acesso à internet, lanchonete, entre outros. A visitação movimentou o comércio local (artesanato, aluguéis de casa de temporada, serviços prestados, entre outros), além de absorver parte da produção agrícola dos moradores do entorno, constituindo importante fonte de renda.



**Figura 69** - Espaço Cultural e Pousada São Miguel – Vila Céu do Mapiá

A Vila é o ponto de atração para adeptos e simpatizantes da doutrina espírita do Santo Daime, com um fluxo constante de visitas. Esse processo intensifica-se na época dos festivais e datas comemorativas, conforme calendário anual abaixo:

**Tabela 40** – Calendário anual - Igreja do Culto Eclético - Patrono Sebastião Mota de Melo

MÊS	PERÍODO	FESTIVIDADES	DETALHES
JANEIRO	05 e 06	Santos Reis	Farda Branca Hinário "O Cruzeiro"
	07	Aniversário do Padrinho Alfredo	Farda Branca Hinário "O Justiceiro"
	15	Concentração	
	19 e 20	São Sebastião	Farda Azul Hinário "O Justiceiro"
	30	Concentração	
FEVEREIRO	02	Dia de Yemanjá	Trabalho de Mulheres
	15	Concentração	Farda Azul Hinário "Lua Branca"
MARÇO	03	Aniversário da Madrinha Zilda	Farda Azul Hinário "O Clarão"
	15	Concentração	Farda Azul
	18 e 19	São José	Farda Branca Hinário

MÊS	PERÍODO	FESTIVIDADES	DETALHES
			"O Cruzeirozinho"
	23	Passagem do Padrinho Corrente	Farda Azul Hinário "Caboclo Guerreiro"
	30	Concentração	Farda Azul
ABRIL	07	Aniversário do Senhor Bernaldo	Farda Branca Hinário "O Justiceiro"
	15	Concentração	Farda Azul
	23	Dia de São Jorge	Gira de Ogum
	30	Concentração	Farda Azul Hinário do Antônio Gomes
MAIO	2º Domingo	Dias das Mães	Farda Branca Hinários: "O Convite" "Lua Branca" e "A Mensagem"
	13	Dia do Preto Velho	Gira
	15	Concentração	Farda Azul
	20	Aniversário de Casamento do Padrinho Alfredo e Silvia	Farda Branca Hinário "O Cruzeirozinho"
	30	Concentração	Farda Azul
JUNHO	12 e 13	Santo Antônio	Farda Branca Hinário "Estrela Brilhante"
	15	Concentração	Farda Azul
	23 e 24	São João	Farda Branca Hinário "O Cruzeirozinho"
	25	Aniversário da Madrinha Rita	Farda Branca Hinário "O Justiceiro"
	26	Passagem do Padrinho Wilson Carneiro	
	28 e 29	São Pedro	Farda Branca Hinário "O Cruzeirozinho"
	30	Concentração	Farda Azul
JULHO	6	Passagem do Mestre Raimundo Irineu Serra	Farda Branca Hinário "O Assessor"
	12	Aniversário da Madrinha Tetê	Farda Azul Hinário da Tetê
	15	Concentração	Farda Azul
	19	Aniversário do Padrinho Wilson	Farda Branca Hinário "O Justiceiro"
	22	Santa Madalena	Farda Azul Hinário "Firmado na Luz"
	30	Concentração	Farda Azul
AGOSTO	2º Domingo	Dias dos Pais	Farda Branca Hinário "O Justiceiro"
	15	Concentração	Farda Azul Hinário "O

<b>MÊS</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>FESTIVIDADES</b>	<b>DETALHES</b>
		Assunção de Nossa Senhora	Segredo II"
	22	Aniversário da Madrinha Silvia	Farda Branca Hinário "O Cruzeiroino"
	30	Concentração	Farda Azul
SETEMBRO	06 e 07	Aniversário do Padrinho Nel	Farda Branca Hinário "O Justiceiro"
	15	Concentração	Farda Azul
	29	São Miguel São Gabriel São Rafael Aniversário do Padrinho Corrente	Farda Azul Hinário "Caboclo Guerreiro"
	30	Concentração	
OUTUBRO	06 e 07	Aniversário do Padrinho Sebastião	Farda Branca Hinário "O Cruzeiroino"
	15	Concentração	Farda Azul
	28	Aniversário do Padrinho Mário	Farda Azul Hinário "O Segredo"
	30	Concentração	Farda Azul
NOVEMBRO	01 e 02	Finados	Farda Azul Hinários: "Germano Guilherme, Antônio Gomes, João Pereira e Maria Damião"
	09	Passagem da Madrinha Tetê	Farda Azul Hinário "Madrinha Tetê"
	15	Concentração	Farda Azul
DEZEMBRO	07 e 08	Virgem da Conceição	Farda Branca Hinário "OCruzeiro"
	14 e 15	Aniversário Mestre Irineu	Farda Branca Hinário "O Justiceiro"
	24 e 25	Natal	Farda Branca Hinário "O Cruzeiro"
	29	Aniversário da Madrinha Julia	Farda Branca Hinário "O Justiceiro"
	30	Concentração	Farda Azul
	31 e 01/01	Ano Novo	Farda Branca Hinário "O Cruzeiroino"



**Figura 70** - Lanchonete e padaria – Vila Céu do Mapiá

Atualmente, a atividade turística na Floresta Nacional não dispõe de nenhum controle ou fiscalização, o que facilita a fixação de novos moradores.

A pesquisa, objetivando identificar espaços potenciais para a prática do turismo e do ecoturismo, consultou a comunidade sobre lugares especiais existentes em cada área.

**Vila Céu do Mapiá:** Jardim da Natureza; Igarapé Mapiá; Prato Raso; Bom Futuro; CMF; Santa Casa; Igreja; Paraíso; Vista Alegre; Escola Cruzeiro do Céu; Santuário Ecológico; Terreiro da Árvore e barreiros.

**Igarapé Mapiá:** Colocação Cachoeira; Fazenda São Sebastião; Vila Céu do Mapiá; Cachoeira na colocação Morada Nova e Cachoeira existente no igarapé Realeza.

**Rio Inauini:** Cachoeira do Arapitu; Cabeceira do Igarapé; Guanabara; Bandeira Branca; Buraco Grande e Monte Verde.

**Entorno (Purus):** Terra Vermelha; Santo Elias; Marte Verde; Lago Quimiã; Nova Vida e Vitória Guaman.

Na Vila Céu do Mapiá, o fluxo de visitação por pessoas de outros estados e países está associado, para 85% dos entrevistados, ao interesse em conhecer a floresta, fazer passeios ecológicos, ter contato com a natureza, conhecer a medicina da

floresta, bem como participar dos trabalhos espirituais da doutrina do Santo Daime, que envolvem hinários, festivais e outros.

As relações de amizade se estreitam através dos trabalhos religiosos e atividades que as pessoas desenvolvem muitas vezes como voluntários ou por troca de serviços. Esses laços comunitários proporcionam visitas em ocasiões especiais, como aniversários, reuniões, encontros religiosos, passeios no interior da Vila, visita a casa de amigos e parentes.

O lazer na Vila do Céu do Mapiá está relacionado às atividades da igreja para 23% dos entrevistados que fizeram referência à participação nos hinários, eventos, festivais, ensaios, bailados, batizados e casamentos.

Outras atividades relacionadas à natureza foram citadas por 24% dos entrevistados, como passeios na floresta, piqueniques, banhos nos igarapés, além dos esportes (capoeira, canoagem, caminhada e vôlei). Alguns moradores citaram o uso da TV, acesso à internet e leituras.



**Figura 71** – Igarapé Mapiá: importante igarapé para a Unidade e utilizado também para lazer.

A prática do futebol, passeios fora da colação, pescaria e caçadas foram destacados como opções de lazer por 15%, 13%, 11% e 5% dos moradores, respectivamente.

Cerca de 27% dos jovens na faixa etária de 10 a 24 anos, justifica a socialização através de festas que mesmo não sendo comum na área, são improvisadas nas moradias. Momentos de descontrações com música e danças de forró, festa considerada tradicional nos seringais são praticados por 9% dos entrevistados.



**Figura 72** - Quadra de esportes da Escola Estadual Cruzeiro do Céu – Vila Céu do Mapiá

Já no igarapé Mapiá, as atividades religiosas estão concentradas nas igrejas da Vila Céu do Mapiá e na Fazenda São Sebastião, e são consideradas lazer para 19% das famílias. Das atividades religiosas, destacam-se os hinários, casamentos, batismo, oração, concentração, trabalhos de cura e mesa branca espírita.

Outra atividade recreativa identificada foi o futebol, praticado por membros de 24% das famílias. Passeios em outras áreas fora da colocação foram citados por 14% dos entrevistados. Cerca de 44% dos entrevistados citaram outras atividades recreativas, como pesca, caça, forró, atividades voltada à contemplação da natureza e festivais.

Em razão da forma de ocupação do espaço, com grandes distâncias entre as moradias, as atividades recreativas se polarizam no núcleo familiar, existindo interação nos momentos festivos que estão vinculados às atividades da doutrina.

No rio Inauini, os entrevistados informaram não desenvolver nenhuma prática ou atividade que considerem lazer. A diversão é em torno das atividades diárias e conversas entre familiares. As moradias estão distantes umas das outras e as condições para locomoção são dificultadas pela falta de recursos financeiros, o que impossibilita o envolvimento e participação em atividades de lazer em grupo e, portanto, o lazer está mais concentrado no convívio com a própria família.

Mesmo com as dificuldades citadas pelos moradores, destacou-se o forró como atividade recreativa por 20% dos entrevistados, seguido respectivamente dos passeios em outras áreas, 22% e o futebol com 15%. As atividades relacionadas à manutenção alimentar como pesca e caça foram consideradas recreativas para 17%.

Na área do rio Purus, os adultos, em sua maioria, informaram não praticar nenhuma atividade de lazer. Uma pequena parcela de moradores citou o rádio como forma de lazer. As crianças têm como atividades o jogo de futebol e pequenas brincadeiras. Nessas comunidades as famílias estão em maior agrupamento de casas o que facilita o contato entre as pessoas, a difusão de idéias e a solidariedade.



**Figura 73** – Jogo de futebol – Entorno (Purus)

Em relação às atividades recreativas mais praticadas na área, cerca de 31% citaram o futebol. O forró e os passeios em outras áreas foram citados com o mesmo percentual (23%) e, cerca de 14% dos entrevistados, referiram-se à caça e pesca como atividades recreativas. Outras atividades relacionadas pelos entrevistados foram: festas nas colocações, consumo de bebidas alcoólicas, uso de aparelho de televisão e festejar aniversários, dados que somados representam 8% dos entrevistados.

#### **3.6.3.12. Percepção em relação à Floresta Nacional e entidades que desenvolvem atividades na Unidade**

Nos trabalhos de campo foram realizadas entrevistas com a população residente e do entorno quanto ao conhecimento que estas detêm em relação à Floresta Nacional, ao órgão gestor e aos dispositivos necessários para sua implementação. A pesquisa identificou, que nas quatro áreas em que foi dividida a Unidade, o grau de conhecimento em relação ao Ibama (órgão gestor na época da pesquisa) é maior, diminuindo este conhecimento gradativamente em relação à Floresta Nacional do Purus, ao Plano de Manejo e ao Conselho Consultivo. Salienta-se que na ocasião do Levantamento Socioeconômico as ações para constituição do Conselho ainda não se

tinham iniciado. Por ocasião da terceira Oficina de Planejamento Participativo do Plano de Manejo, realizou-se uma nova consulta sobre a percepção da Floresta Nacional e das instituições que atuam na área, dirigida a um universo mais restrito e mais esclarecido de representantes ali presentes, moradores ou não, que puderam se manifestar livremente.

### **3.6.3.12.1. Percepção da Atuação institucional na Vila Céu do Mapiá**

Nas entrevistas também foram perguntadas sobre as instituições que atuaram na área nos últimos anos, e foram citados:

**Governamentais:** FUNASA, Ibama, SEDUC, FUNASA, SEMSA, SEMED, UFAC, UFF, Polícia Federal e Prefeitura de Pauini;

**Não-governamentais:** WWF, Instituto Nawa, Fundação Chico Mendes, Guardiões da Floresta, CMF, Engenheiros sem Fronteiras e CTA.

A pesquisa identificou a percepção dos moradores quanto à atuação dessas instituições. Considerando os relatos sobre intervenção, destaca-se a distinção entre a ação do Estado como órgão fiscalizador e o Estado que promove ações pontuais como campanhas de vacinação, regularização de documentos, ações de controle e prevenção da malária. As instituições não governamentais agem com ações direcionadas para organização, planejamento e formação dos moradores.

A atuação dessas instituições na área permite o incremento da renda dos moradores, estes possuem contrato com as várias esferas de poder público, federal, estadual e municipal, somando 56% das famílias que possuem pelo menos uma pessoa com contrato. Um número significativo de 33% estabelecem contratos com particulares, desenvolvendo as mais variadas atividades e, 11% possuem contrato com ONGs.

Em relação ao grau de conhecimento que os moradores detêm em relação à implantação institucional da Floresta Nacional, a partir do órgão gestor e dispositivos necessários para a gestão da área:

- Ibama – 32%;
- FLONA – 28%;
- Plano de Manejo – 17%;
- Conselho Consultivo – 5%.

### **3.6.3.12.2. Percepção da Atuação Institucional no Igarapé Mapiá**

Considerando os relatos sobre intervenção de instituições organizadas no local, os moradores disseram da constante entrada de instituições que se dirigem à Vila do Céu do Mapiá. Para esses moradores o objetivo dessas visitas é a promoção de reuniões com ações direcionadas para organização, planejamento e formação dos moradores, palestras e desenvolvimento de SAF's. Ainda falaram da insuficiência da fiscalização do Ibama na área. Ainda citaram as campanhas de vacinação e as ações de controle e a prevenção da malária pelos órgãos de saúde pública. As instituições referidas foram:

- FUNASA;
- Ibama;
- SECRETARIA DE SAÚDE;
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Quanto ao conhecimento que os moradores detêm em relação à implantação da Floresta Nacional, do órgão gestor e dos dispositivos necessários para sua implementação, a pesquisa identificou que 26% conhecem o Ibama; 24% disseram conhecer a Floresta Nacional do Purus; outros 18% ouviram falar em Plano de Manejo. Em relação ao conselho consultivo, 13% citaram ter ouvido falar.

A pesquisa identificou ainda, a percepção dos moradores sobre a qualidade de vida na Floresta Nacional, após sua criação. Cerca de 53% alegaram que a qualidade melhorou e relacionaram os seguintes indicadores: maior preservação da floresta, união das pessoas, ampliação de alternativas econômicas, melhoria do acesso à saúde e criação de entidades representativas, como as cooperativas.

Um grupo de 47% dos moradores, não identificaram mudanças, listando os seguintes indicadores: ainda não existe um documento que garante a posse da terra e os privilégios são só para alguns moradores.

### **3.6.3.12.3. Percepção da Atuação Institucional no Rio Inauini**

Em relação à presença de instituições na área, a população se referiu à atuação da FUNASA, Ibama, FUNASA e Prefeitura de Boca do Acre e Pauini.

Considerando os relatos sobre intervenção, podem-se destacar as seguintes atividades: controle de vetores de doenças, exames de malária, conversar sobre a Floresta Nacional, fiscalização e ação de saúde anual.

Quanto ao conhecimento que os moradores detêm em relação à implantação da Floresta Nacional, do órgão gestor e dos dispositivos necessários para sua gestão, a pesquisa identificou que 32% conhecem o Ibama; 29% disseram conhecer a Floresta Nacional do Purus; outros 17% ouviram falar em Plano de Manejo. Em relação ao conselho consultivo, 5% citaram ter ouvido falar.

A pesquisa identificou, também, a percepção dos moradores sobre a qualidade de vida das famílias após a criação da Floresta Nacional. Do total dos entrevistados, 78% alegaram que a qualidade de vida não melhorou e 22% dos entrevistados disseram que houve algumas mudanças como: mais facilidade para vender a produção, preservação da floresta, diminuição da pesca predatória e maior presença do Estado.

#### **3.6.3.12.4. Percepção da Atuação Institucional no Entorno Estudado (Rio Purus)**

Em relação à presença de instituições na área, a população se referiu à atuação da FUNASA, Ibama, FUNASA, IDAM e Prefeitura de Boca do Acre e Pauini.

Considerando os relatos sobre a ação de órgãos públicos no local podem-se destacar as seguintes atividades: dedetização, distribuição de remédios, exames de malária, conversas sobre a Floresta Nacional, fiscalização, ação de saúde anual.

Quanto ao conhecimento que os moradores detêm em relação à implantação da Floresta Nacional, do órgão gestor e dos dispositivos necessários para implementação, a pesquisa identificou que 32% conhecem o Ibama; 28% disseram conhecer a Floresta Nacional do Purus; outros 17% ouviram falar em Plano de Manejo. Em relação ao conselho consultivo, 5% citaram ter ouvido.

Em relação a percepção dos moradores sobre a qualidade de vida na Floresta Nacional, 46% dos entrevistados alegou que a qualidade não melhorou. Um grupo de 54% dos moradores disse que houve mudanças listando os seguintes indicadores: manutenção da ordem, criação da cooperativa que possibilitou a aquisição de produtos com preços mais acessíveis, a preservação da natureza, facilitou a vida dos moradores, presença de instituições do Estado e diminuição do desmatamento.

### 3.6.3.12.5. Visões sobre a Floresta Nacional colhidas na 3ª Oficina de Planejamento Participativo

Durante a 3ª Oficina de Planejamento para a elaboração dos Planos de Manejo, que teve como um dos objetivos principais a participação, integração e cooperação da comunidade e instituições no planejamento e operacionalização das Unidades de Conservação, foi realizada uma dinâmica na qual os participantes opinaram sobre a visão de cada um a respeito da Floresta Nacional. Para isso foram feitas as seguintes perguntas: “O que é a Floresta Nacional para você?”, “O que ela significa para você?”, “Qual a sua visão (conhecimento) a respeito da Floresta Nacional?”, onde cada um colocaria sua visão positiva e negativa a respeito da Unidade.

Essa dinâmica teve como objetivo obter maior participação e envolvimento da população e principalmente para que a equipe técnica obtivesse resultados sobre a percepção do grupo em relação à Unidade.

As opiniões foram as mais variadas possíveis, com manifestações positivas e negativas, que se relacionaram em sua maioria às interferências que a Unidade causa à vida de cada um, conforme descrito no quadro 1 a seguir:

**Quadro 1** – Percepção dos moradores da Unidade e do entorno e dos representantes de instituições em relação à Floresta Nacional do Purus.

VISÃO POSITIVA
“Se a Amazônia é a maior reserva natural do planeta, então o Brasil é o país rico do mundo. A Floresta Nacional, bem manejada, significa o uso inteligente dessa riqueza em nosso benefício, benefício das gerações futuras e de toda a humanidade”. José Augusto
“Eu vivo na floresta porque gosto, é da floresta que eu tiro o meu alimento da minha família. Como o açaí, o coco patuá e varia outro alimento”. Antônio Vicente
“É bom porque é a oportunidade para – como um ex-cidadão urbano – poder construir uma vida auto-sustentável, em harmonia com o meio-ambiente, o que parece cada vez mais difícil dentro dos complexos problemas urbanos estabelecidos justamente pelo nascimento e crescimento dos centros urbanos sem prévio planejamento”. Osvaldo Guimarães
“Acho bom porque é um espaço para trabalhar a preservação do Bioma para as gerações futuras. Trabalhando hoje consciente e participativamente como faço para o amanhã. Tudo isto teoricamente com a participação das populações”. Sid Matos
“Acho ótimo, pois assim podemos usufruir de um ambiente sem poluição, em contato constante com a natureza, ajudando a preservar a floresta não só para nós, mas para todos os brasileiros. Só precisamos nos organizar mais, para desenvolver programas que nos beneficiem, como por exemplo, o ecoturismo e a criação de animais silvestres”. Janine

<b>VISÃO POSITIVA</b>
<p>“É garantia de preservação de grande área de floresta. Nos tempos em que vivemos é de grande importância. A população precisa de apoio para desenvolver trabalho e renda em extrativismo sustentável”. Jaime Rogério</p>
<p>“Espaço dedicado e consagrado para a conservação do conhecimento dos povos da florestas e sua valorização como símbolo da comunhão do homem com a natureza, especialmente a floresta Amazônica”. Luiz Fernando</p>
<p>“O Céu do Mapiá é espaço dedicado à nossa demonstração de nossa devoção religiosa, o que implica numa relação sadia e preservativa da floresta e toda sua cultura, flora e fauna. A FLONA é o natural espaço para a proteção e defesa ambiental levando seu povo a consagrar sua prática ecológica, social e religiosa”. Luiz Fernando</p>
<p>“A FLONA é um apoio para as famílias que foram nascidas lá na mata permanecer dentro da floresta tendo o apoio de educação e saúde, porque tem o conhecimento das famílias que vieram para a cidade onde os pais perderam o controle, não conseguindo educar seus filhos e nem as filhas. O índice de prostituição está sendo muito grande e os pais não têm mais condições de voltar para a floresta”. Francisco Corrente</p>
<p>“Um dos aspectos do habitat dentro da floresta é a finalidade das famílias terem água potável, de ter uma riqueza natural para produzir frutas, legumes e um extrativismo geral e futuramente multiplicar tudo que for possível existir de fauna e flora”. Francisco Corrente</p>
<p>“Acho viável hoje o Ibama está interessado em apoiar e acompanhar as Florestas Nacionais, mostrando um lado educativo e não o de fiscalização, como é de costume se ver”. José Morais</p>
<p>“Eu aprovo as Florestas Nacionais, sobretudo na maneira de sobrevivência através do extrativismo”. José Morais</p>
<p>“A idéia da Floresta Nacional é uma idéia necessária para as pessoas que querem viver na floresta de maneira natural, visando à conservação do meio ambiente”. José Morais</p>
<p>“Acredito nas FLONAS como meio de assegurar a sobrevivência dos povos da floresta”. Francisco Gomes</p>
<p>“As FLONAS podem ser bastante viáveis para as populações da floresta”. Francisco Gomes</p>
<p>“Acho interessante essa idéia nova de preservar o meio ambiente, usando o próprio morador da floresta, com recursos a seu favor, ou seja, a criação das FLONAS”. Francisco Gomes</p>
<p>“A floresta é a garantia de sobrevivência dos seus habitantes. É o futuro do planeta”. Jeová Brígido</p>
<p>“As Unidades de Conservação, se bem planejadas, podem melhorar a situação</p>

<b>VISÃO POSITIVA</b>
socioeconômica dos seus habitantes". Jeová Brígido
"Acho que as Unidades de Conservações tem como garantir o futuro desta e das futuras gerações". Jeová Brígido
"Viver numa Floresta Nacional: é bom na medida em que traz a possibilidade de uma maior e melhor organização da vida comunitária com perspectivas de melhoria dessa qualidade de vida (através de todos os estudos que são realizados e agora acessíveis aos habitantes, o que vem facilitar um melhor direcionamento comunitário". Wânia Maria
"Viver numa Floresta Nacional: é a garantia de termos viva e em pé a nossa floresta e podermos viver em harmonia com seus seres e sobreviver dos seus recursos. O verde é minha esperança (M. Irineu)". Wânia Maria
"Grande banco de sementes para plantio de florestas novas em SAFs". José Luiz Vazquez
"Exemplo de harmonia e clima de bem estar". José Luiz Vazquez
"Quero aprender a protegê-la porque dela tiro meu sustento". Antônio Souza Carvalho
"A FLONA é a minha vida porque nela nasci e me criei". Antônio Souza carvalho
"Utilizar os recursos tradicionais da floresta, madeira, artesanato, peixe, caça, etc.". José Raimundo Corrente
"Proteger os rios, igarapés, lagoas e as florestas e todos os animais". José Raimundo Corrente
"Reconhecer as plantas medicinais para extrair remédio medicinal da floresta". José Raimundo Corrente
"Eu estou com mais de vinte e três anos que eu moro na floresta. Gosto muito das frutas e das aves, dos logos". José Roberto

<b>VISÃO NEGATIVA</b>
"Porque a pesca na nossa região não tem controle, se pesca o ano todo e assim depredando o setor". Ronaldo Pereira da Rocha
"É ruim devido à quase ausência do Poder Público no atendimento às necessidades básicas da população moradora na floresta, principalmente no que concerne às questões como educação, saúde e desenvolvimento". Osvaldo Guimarães
"Acho perigoso: não vejo o processo muito participativo. Até que ponto os direitos e interesses das comunidades prevaleceram sobre o capitalismo empresarial e a corrupção da política nacional". Sid Matos
"Viver numa Floresta Nacional: às vezes é preocupante por ficarmos restritos aos

<b>VISÃO NEGATIVA</b>
limites". Wânia Maria
"Necessidade de programas educativos para manejo adequado para a área ". José Luiz Vazquez
"Necessitamos de condições para trabalhar". Antônio Souza Carvalho
"Floresta amazônica é muito bonita, infelizmente pessoas mal informadas tentam destruí-las". Gilvan Moura
"Sabemos que é difícil conscientizar todas as pessoas e que nossa floresta e de cada um de nós moradores, mas infelizmente em Pauini não há nem um agente do Ibama e isso faz com que as pessoas não respeitem a nossa floresta e se tivesse um agente do Ibama em Pauini morando e fiscalizando não só na área urbana, mas na zona rural, tenho certeza que diminuiria bastante a destruição de nossa flora e também da escassa caça ao peixe nos nossos igarapés e rios, essa é a minha opinião". Gilvan Moura
"Acho que não será possível acabar com as queimadas, mas conscientizar as pessoas que a destruição da nossa flora é prejudicial para todos nós ". Gilvan Moura
"Mas também têm muita dificuldade para transportar os produtos como arroz, milho, feijão, banana e outros produtos". José Roberto
"Na FLONA PURUS eu acho ruim o Ibama não poder dispor de mais uma verba para um salário para fiscais locais, que possam exercer uma fiscalização mais efetiva no âmbito da vila e ao longo do Igarapé Mapiá". Rodrigo Terra

#### **3.6.4. Aspectos Históricos e Antropológicos Peculiares da Floresta Nacional do Purus**

A Floresta Nacional do Purus é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável peculiar, em razão de seus aspectos antropológicos. Por ocasião do seu ato de criação, em 1988, já continha uma comunidade humana atípica, justo no centro geométrico do polígono que circunscreve a Unidade de Conservação. A Vila Céu do Mapiá fora fundada nesse local cinco anos antes, em 1983, por orientação do Incra. Sua particularidade é que fora criada como uma *comunidade intencional*, tendo o propósito de sediar uma vertente da cultura do Santo Daime - movimento religioso original da Amazônia, que utiliza como sacramento, uma infusão obtida a partir de duas plantas da biodiversidade da floresta, um cipó denominado Jagube (*Banisteriopsis caapi*) e um arbusto, chamado Rainha (*Psychotrya viridis*).

Conforme o Levantamento Socioeconômico elaborado para o Plano de Manejo, 97% dos moradores da Floresta Nacional do Purus localizados no igarapé Mapiá e na Vila Céu do Mapiá, declaram professar a religião do Santo Daime (ver seção 3.6.3). A criação da Unidade pelo Governo Federal não levou em consideração o fato de que, anteriormente, o próprio Estado brasileiro, através do Incra, já havia estabelecido ali uma comunidade humana singular, com tradições especialmente antigas e vocações especialmente dinâmicas. Desse modo, a criação da Floresta Nacional do Purus cristalizou uma situação até certo ponto conflitante, trazendo questões cruciais para a gestão da Unidade de Conservação. Por isso, é fundamental conhecer o histórico de estruturação desse grupo social até sua formação presente, para que se possa compreender suas características culturais peculiares. Assim serão evidenciados aspectos fundamentais para direcionar a gestão da Floresta Nacional, bem como aspectos que inspiram cuidados especiais para a manutenção da Unidade de Conservação.

#### **3.6.4.1. Raízes Antropológicas da Vila Céu do Mapiá**

A Vila Céu do Mapiá tem como origem e como eixo cultural a religião do Santo Daime, que é autóctone<sup>40</sup> da Amazônia. Este movimento religioso - que utiliza como sacramento uma infusão obtida de duas plantas da biodiversidade amazônica - origina-se de um conhecimento etnobotânico, que remonta a um passado imemorial dos Povos da Floresta: o culto da Ayahuasca. Segundo lendas que são contadas entre a população da Vila Céu do Mapiá, envolvendo o culto da Ayahuasca, esta bebida já estava presente entre os Tiahuanaco e os Incas, mas era utilizada apenas pelas castas sacerdotais em seus ritos religiosos. Após a queda do império Inca, o conhecimento etnobotânico da Ayahuasca teria sobrevivido através da iniciação de xamãs<sup>41</sup> da Amazônia ocidental. De fato, povos da região até hoje ainda utilizam essa bebida, especialmente os Ashanincas e os Nawas, no Acre e no Peru, entre outros povos, com o intuito de cura, de obtenção de conhecimento espiritual e também para a gestão de conflitos sociais nas comunidades. Ainda hoje a bebida é tida, entre os indígenas, como o “vinho das almas”, enquanto uma das plantas com que é produzida – o Jagube

---

<sup>40</sup> Autóctone: oriundo da terra onde se encontra, sem resultar de imigração ou importação; nativo.

<sup>41</sup> Xamãs: líderes espirituais presentes em diversos povos e sociedades, a que se atribui a função e o poder, de natureza ritual mágico-religiosa, de recorrer a forças ou entidades sobrenaturais para realizar curas, adivinhação, exorcismo, encantamentos, etc., e cuja atuação pode ou não envolver um estado de transe.

– é tido como o “cipó das visões”. Nos cultos da Ayahuasca, o cipó Jagube é considerado o Pai e o arbusto Rainha a Mãe de toda a Floresta.

Raimundo Irineu Serra - um negro nascido em 1892 no Maranhão, que migrou para o Acre em 1911 -, foi quem criou a Doutrina do Santo Daime. Conheceu a Ayahuasca na década de 20, sendo-lhe apresentada por caboclos peruanos. Segundo consta, tendo ingerido a bebida, teve visões com a Virgem Maria, que se apresentara como a Rainha da Floresta, dizendo-lhe que tudo poderia obter por meio desta bebida, o Santo Daime, se o solicitasse e fosse lícito - especialmente o conhecimento espiritual e a cura dos doentes.

No desenvolvimento de suas comunicações espirituais, Raimundo Irineu Serra passou a conceber hinos religiosos de devoção cristã e à floresta. Desenvolveu abertamente os seus trabalhos a partir da década de 30, nos arredores da cidade de Rio Branco, fundando a Doutrina do Santo Daime e reunindo expressivo número de adeptos, até falecer, em 1971. Legou um hinário com cento e vinte e oito hinos, que resumem sua Doutrina. São cantados pelos adeptos em rituais estabelecidos de acordo com o calendário cristão, fazendo uso da bebida sacramental do Santo Daime. Hoje, o bairro da cidade de Rio Branco onde vivia e realizava seus trabalhos foi denominado Mestre Irineu. Em 2005, por iniciativa e por articulação institucional de seus adeptos, essa parte de Rio Branco foi transformada em Área de Proteção Ambiental Municipal.

#### **3.6.4.2. Antecedentes Históricos da Vila Céu do Mapiá**

Após o falecimento de Mestre Irineu, em 1971, seu discípulo Sebastião Mota de Melo passa a desenvolver em suas próprias terras, um trabalho independente dos continuadores do movimento na sede original. Jamais deixaria, porém, de se filiar espiritualmente à Doutrina do Santo Daime e a Raimundo Irineu Serra.

Sebastião Mota afirmava, que se devia “rezar e pôr em prática”. Segundo ele, se a Doutrina cristã do Santo Daime, em suas orações e hinos pregava a comunhão, o povo deveria se reunir para, de fato, “viver em comunhão”. Fundou em suas próprias terras, nos arredores de Rio Branco, a comunidade denominada Colônia Cinco Mil. Ali reuniu mais de uma centena de adeptos, basicamente antigos freqüentadores do templo de Mestre Irineu e caboclos moradores das vizinhanças. Lá se dedicavam ao trabalho espiritual com o Santo Daime e à agricultura, trabalhando exclusivamente em regime de mutirão, “dividindo o pão” em uma “cozinha geral”, segundo a máxima da comunidade: “um só roçado, uma só mesa”.

Com o passar dos anos, enquanto a Colônia Cinco Mil começava a ficar pequena para a população já congregada, a cidade de Rio Branco também crescia, tornando-se cada vez mais próxima e afastando, assim, os espaços florestais onde se colhiam as ervas sagradas do grupo. Tudo isso trazia um conjunto de problemas para a continuidade do trabalho comunitário e espiritual fundado por “Padrinho” Sebastião. Tornavam-se cada vez maiores as dificuldades para “pôr em prática” a comunhão com a floresta, que era professada nos hinos de sua Doutrina. Foi então, que, ouvindo a “voz do espírito”, como conta Sebastião Mota “recebeu” instruções para retornar “à sua floresta”, levando consigo “o seu povo” (POLARI, 1998).

Ainda no final da década de 70, o grupo dá início a um processo de busca e transferência para uma nova área florestal mais isolada, onde os trabalhos comunitários e espirituais pudessem ser expandidos mais livremente. Estabeleceu-se, em seguida, numa área supostamente devoluta, na localidade denominada Rio do Ouro, nome de um afluente do rio Intimari, no município de Boca do Acre, já no estado do Amazonas. Tratava-se de uma área florestal com acesso extremamente difícil, que, por via rodoviária, era apenas parcial - e através de ramais que se tornavam intransitáveis no período chuvoso. Por via fluvial, o acesso somente era viável através da distante cidade de Lábrea, já no trecho médio do rio Purus, onde eventualmente se fazia a feira comunitária. Consultando o escritório do Inbra em Boca do Acre, o grupo recebeu a informação de que se tratavam de terras devolutas, encontrando apoio para dar continuidade ao processo de ocupação.

Paralelamente, na Colônia Cinco Mil, continuam a chegar novos interessados no movimento cultural fundado por Sebastião Mota. Surgiam demandas por visitas de representantes da Doutrina ao sudeste do país, com o objetivo de repassarem instruções, dando início, em seguida, a um movimento de expansão doutrinária irradiado pelo Rio do Ouro e pela Colônia Cinco Mil.

Em 1982, em meio a lutas contra epidemias de malária que assolavam a comunidade do Rio do Ouro, já estavam estabelecidos mais de duzentas “estradas de seringa”, dezenas de habitações e diversos roçados de subsistência. O grupo procurou, então, regularizar, junto ao Inbra de Rio Branco, as terras ocupadas no Rio do Ouro. Para total surpresa, porém, verificou-se que, na verdade, aquelas terras não eram devolutas, como havia sido informado pelo Inbra de Boca do Acre, mas pertenciam aos fundos de um latifúndio, cuja frente estava situada na BR-317, a estrada que liga Boca do Acre a Rio Branco. Ao receber tal informação, sob a orientação pacifista de Sebastião Mota, a comunidade assumiu, que não pretendia ser invasora de terras

alheias. Solicitaram ao Incra, então, que indicasse outras terras, onde pudessem começar tudo novamente, mas com a segurança de futura regularização fundiária. O Incra, acenando com indenizações às benfeitorias implantadas no Rio do Ouro, oferece duas opções: no igarapé Mapiá, ou no igarapé Teuini, ambos afluentes do rio Purus, a jusante de Boca do Acre (MORTIMER, 2000).

#### **3.6.4.3. Fundação e Primeiros Anos da Vila Céu do Mapiá**

Seguindo as orientações do Incra, a comunidade do Rio do Ouro organizou-se, em 1982, para, no ano seguinte, mais uma vez, recomeçar toda sua vida noutra local. Em 21 de janeiro de 1983, um grupo liderado por “Padrinho” Sebastião chega a um ponto no igarapé Mapiá, onde este se bifurca e ali estabelece o acampamento que deu origem à Vila Céu do Mapiá. Essa comunidade intencional dedicar-se-á à consagração do sincretismo xamânico-cristão do Santo Daime, com sua característica devoção à floresta. Desde o primeiro momento – e mesmo antes, no Rio do Ouro - este grupo cultural já nutria a determinação explícita de se tornar um centro de estudos religiosos etnobotânicos com a vocação de atrair adeptos de todo o Brasil e do mundo. Tinha em vista o estabelecimento daquilo que Sebastião Mota denominava “Novo Sistema”: um modo de vida baseado na comunhão entre os homens e com a natureza.

Durante um ano a comunidade se divide em duas. Uma parte ainda permanece no Rio do Ouro, providenciando a colheita das roças estabelecidas no ano anterior. Paralelamente, a Vila Céu do Mapiá começa a ser implantada, com todas as dificuldades de transposição de um igarapé selvagem, da carência de meios de transporte motorizados e até de mantimentos para subsistência básica da população. A área não se revelou especialmente pródiga em recursos florestais alimentares, como caça e castanhas. Mas ao cabo de dois anos, a Vila Céu do Mapiá já se encontrava consolidada, com todo o povo novamente reunido. O grupo se dedicava basicamente à extração do látex, à agricultura de subsistência e a construção de habitações, sempre trabalhando em regime de mutirão.

No entanto, a característica mais marcante da comunidade era o trabalho espiritual. Logo começaria a chamar a atenção de um número cada vez mais crescente de interessados oriundos do sul e sudeste do Brasil, que fundavam comunidades rurais e urbanas inspiradas no modelo da Vila Céu do Mapiá (MORTIMER, 2000).

Em 1985, aproveitando o intercâmbio cultural com o sul do Brasil, que já se iniciava, representantes da Vila visitam a sede do Incra, em Brasília, para reivindicar a

regularização do assentamento. Encontravam dificuldades para a regulamentação, em razão do perfil desejado pelo grupo, que preferia um assentamento coletivo, evitando o retalhamento da terra em lotes. O grupo pretendia preservar, no perfil do assentamento, a “unidade comum”, que caracterizaria a “comunidade”, já bem estruturada a essa altura. A política de colonização e reforma agrária vigente na época, no entanto, ainda não trabalhava com um padrão de posse coletiva de áreas. Mas enquanto o Incra não dava início a um processo de regulamentação do assentamento, a comunidade se desenvolvia autonomamente, já começando a contar com o apoio das igrejas e comunidades afiliadas, que se estruturavam no sudeste brasileiro.

No mesmo ano de 1985, a Divisão de Medicamentos (DIMED) do Ministério da Saúde (MS), embora não tivesse este poder entre suas atribuições legais, estabelece uma lista de substâncias proscritas, que incluía a Ayahuasca. Ante os protestos de todos os grupos usuários do sacramento já espalhados pelo Brasil e, principalmente, estabelecidos nos estados do Acre e Rondônia, o Conselho Federal de Entorpecentes – o CONFEN, órgão colegiado a quem competia, de fato, a atribuição legal de estabelecer as substâncias a serem realmente proscritas no Brasil, chamou a si o estudo do caso. Em seu relatório final estabelece que, dentro de um contexto religioso, o uso da Ayahuasca não oferece riscos à sociedade e destaca o alto grau de organização e coesão social dos grupos usuários, com a manutenção de todos os valores morais normalmente aceitos na sociedade brasileira.

No mesmo momento em que a Vila foi visitada pela equipe do CONFEN (1986), em encontro reunindo representantes do Mapiá com representantes das igrejas afiliadas já existentes no sudeste brasileiro, toma-se uma importante decisão relativa à produção do sacramento do Santo Daime. Cria-se o Projeto Daime Eterno, cujo objetivo é garantir a sustentabilidade ecológica da produção a longo prazo, através do plantio sistemático das plantas utilizadas. A comunidade do Mapiá, através do Centro Eclético da Fluente Luz Universal (CEFLURIS), entidade que representava a igreja fundada por Sebastião Mota, antecipa-se espontaneamente, assim, em mais de dez anos, às exigências de reposição florestal mais tarde estabelecidas pelo Ibama para emissão de Autorização de Transporte de Produtos Florestais (ATPF) visando a controlar a exploração deste produto florestal não madeireiro específico, que são a matéria-prima da Ayahuasca.

Nos anos seguintes, enquanto o Incra se retardava em cumprir as promessas de regularização fundiária, a Vila Céu do Mapiá continua a se desenvolver internamente. Externamente, também se amplia, em escala nacional, o movimento

religioso e comunitário do qual a Vila é sede. No processo de ocupação da Vila, percebe-se a baixa fertilidade do solo local, com o rápido esgotamento da terra, o que enseja idéias de buscar uma nova área florestal alternativa ou complementar. Um dos patriarcas da comunidade, antigo morador do rio Inauini, aponta as áreas deste rio, relativamente próximas, como sendo especialmente férteis e bem mais ricas em produtos florestais e, como se verá adiante, este fato terá certa conseqüência para o próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação, pois influenciará a posterior criação e denominação da Floresta Nacional Mapiá-Inauini. Com a adesão de novos moradores com maior capacidade financeira, o grupo compra a Fazenda São Sebastião, na foz do igarapé Mapiá, juntamente com uma gleba de terras na margem esquerda do rio Purus, a Praia Gregório de Melo. A alta fertilidade das "praias" enriquecidas pelo período de cheias, torna-se um celeiro de produção de alimentos para a comunidade do Mapiá. Ao mesmo tempo, os grupos ribeirinhos locais são iniciados na prática da agricultura, atividade que pouco conheciam até então.

No ano de 1988 é criada a Floresta Nacional do Purus, trazendo à comunidade um misto de incertezas e esperanças.

#### **3.6.4.4. A Vila Céu do Mapiá e a Criação da Floresta Nacional do Purus**

Para os moradores da Vila Céu do Mapiá, a notícia da criação da Floresta Nacional do Purus por decreto presidencial de junho de 1988, foi profunda surpresa. Até então conviviam com a idéia de regularização do assentamento através do Incra, inclusive com promessas de indenização pelo abandono do patrimônio deixado no Rio do Ouro. Agora, depois de tanto esforço social empreendido para reconstruírem suas vidas, a criação da Unidade era motivo de apreensão. Novamente se viam no risco de serem rotulados de intrusos. Era-lhes difícil compreender, como o Governo Federal poderia criar uma Unidade de Conservação em um território que o próprio Governo Federal, lhes haviam destinado através do Incra.

Na verdade, sabe-se que tal fato ocorreu no âmbito do Programa Nossa Natureza, já descrito anteriormente. No contexto açodado em que se estabeleceu o Programa Nossa Natureza, não foram utilizados dados primários coletados em campo para a criação de dezesseis Florestas Nacionais na Amazônia em apenas dois anos. E os dados secundários que o Incra disponibilizou ao IBDF (órgão responsável pelas Florestas Nacionais antes da criação do Ibama) relativos à região de Boca do Acre, datavam de 1981 - anteriores, portanto à ocupação do Céu do Mapiá em 1983.

Examinando-se a documentação que foi utilizada para a criação da Floresta Nacional do Purus, resgatada para a confecção deste Plano de Manejo, verifica-se que o contorno dado pelos técnicos do referido programa à Unidade procurou excluir cuidadosamente todas as glebas com títulos definitivos. Baseando-se naquelas informações disponibilizadas, o Programa Nossa Natureza procurou abranger na Floresta Nacional do Purus apenas as terras supostamente devolutas, evitando criar conflitos fundiários, certamente. As informações disponibilizadas, datadas de 1981, porém, não registravam o processo de colonização ocorrido no igarapé Mapiá a partir de 1983. Em consequência daquelas informações desatualizadas, cristalizou-se um conflito entre a legislação incidente na área, a partir da criação da Floresta Nacional do Purus e a realidade social viva no local - o que somente poderá ser equacionado agora, mediante o Plano de Manejo.

Na época, porém, um fato fortuito trouxe, em seguida, motivos de esperança e comemoração para a comunidade. Um seguidor de Sebastião Mota, que havia fundado uma igreja no Rio de Janeiro afiliada ao Céu do Mapiá, fora convidado a proferir palestra sobre a Amazônia na sede da ONU, em novembro de 1988. Ali tem oportunidade de conhecer o diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que se dispõe a intermediar a negociação com o Governo Brasileiro. Agendam, então, reunião com o Presidente José Sarney, que os coloca em contato direto com o Programa Nossa Natureza. A partir desse contato, criou-se um grupo de trabalho formado por pessoas ligadas ao Céu do Mapiá, que passa a desenvolver atividades na região, em conjunto com o PNUMA e o recém criado Ibama, subsidiando o Programa Nossa Natureza (Paulo Roberto Coelho e Souza, comunicação pessoal, 2006).

Nesse período que segue imediatamente à criação da Floresta Nacional do Purus, diversas ações ambientalistas são realizadas em parceria com o Ibama por esse grupo ligado ao Mapiá, contando com recursos do PNUMA. Sob influência de morador da Vila Céu do Mapiá, que vinha apontando a área do rio Inauini para futura expansão da comunidade em busca de terras mais férteis, conforme já foi explicado anteriormente, o grupo de trabalho ligado ao Mapiá propõe ao Programa Nossa Natureza a criação de uma nova Unidade de Conservação na região, abrangendo também a margem direita do rio Inauini. Naquele momento, já havia ocorrido a morte de Chico Mendes e a ideia de Reservas Extrativistas começava a ganhar corpo. O grupo propõe, então, a criação de uma única "Reserva Extrativista Mapiá-Inauini", abrangendo áreas da Floresta Nacional do Purus e áreas do lado direito do rio Inauini. Contudo, no contexto do

Programa Nossa Natureza, não existiu espaço para a proposição dessa Resex, optando-se pela criação de uma nova Unidade de Conservação, abrangendo então apenas esse território da margem direita do rio Inauini, denominada, então, de Floresta Nacional Mapiá-Inauini. Esclarece-se, aqui, que a Floresta Nacional Mapiá-Inauini tem o termo “Mapiá” em seu nome por causa desse processo histórico da sua criação, que foi precedida pela idealização de uma “Resex Mapiá-Inauini”, que abrangeria o igarapé Mapiá, situado na Flona do Purus (e não nesta outra, que, em razão desse histórico, veio a ser a Floresta Nacional Mapiá-Inauini).

Mesmo após criada a Floresta Nacional Mapiá-Inauini, são realizados estudos preliminares do potencial extrativista de toda a área envolvida, abrangendo ambas as margens do rio Inauini, ainda com vistas à proposição da Reserva Extrativista Mapiá-Inauini. Elabora-se ambicioso plano de organização da população local em sete comunidades agroextrativistas, com toda uma rede de comunicação e produção sustentável, tendo como pólo principal a Vila Céu do Mapiá. Posteriormente a idéia da Resex Mapiá-Inauini teve que ser abandonada, mas Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá (AMVCM), fundada em 1988, firma, em 1990, Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Ibama, formalizando uma parceria na gestão de ambas as Florestas Nacionais – a do Purus e a Mapiá-Inauini. No âmbito deste ACT são contratados e treinados moradores da Vila em práticas de fiscalização e gestão, bem como são alocados recursos materiais, como rádios e embarcações para viabilizar a gestão. Foi criada a COPEAMA – Cooperativa do Amazonas – que montou, em Boca do Acre, uma unidade de processamento de óleos vegetais para beneficiar o material colhido pela população das Florestas Nacionais. Realizam-se diversas excursões através do rio Inauini, que une ambas as Florestas Nacionais, com atendimento de saúde à população, educação cooperativista e compra de castanha para beneficiamento pela COPEAMA. Nessa época, também se constrói, pelo MEC, o prédio da Escola Agroflorestal Cruzeiro do Céu, o qual, até 2005, ainda abrigava a escola da Vila.

Com o refluxo do ambientalismo que seguiu à Conferência Rio-92, esvaziou-se o patrocínio do PNUMA e, assim, inviabilizou-se a continuidade das ações iniciadas. A COPEAMA, que estava apenas parcialmente instalada, não conseguiu mercado para o óleo processado, entrando em concordata. Até hoje ainda restam, penhorados em Boca do Acre, sua antiga sede, o maquinário e tonéis com óleo de castanha.

### **3.6.4.5. Transformações Culturais na Vila Céu do Mapiá a Partir da Década de 1990**

A morte de Sebastião Mota em 1990 demarca o fim de um período histórico no Céu do Mapiá, para começo de uma nova etapa, agora liderada por seu filho, Alfredo Gregório de Melo, que já vinha desempenhando todas as funções administrativas e religiosas, legadas ainda em vida pelo seu pai.

Um dos aspectos mais peculiares na cultura do Céu do Mapiá, até então, era o fato de não haver a circulação de dinheiro. Trabalhava-se em grupos de mutirões, vivendo-se da agricultura e da floresta, numa produção coletivizada de alimentos e látex. Os resultados da produção agrícola eram consumidos coletivamente na cozinha geral, ou eram estocados em paióis coletivos e dali, distribuídos para consumo nas casas. A produção do látex era vendida e convertida em ranchos comunitários. As igrejas fundadas no sudeste do Brasil, também ajudavam com o envio mensal de artigos que não podiam ser produzidos localmente como óleo, sal e açúcar. O grande incentivador e mantenedor deste modelo, que vigorou durante toda a década de 80, era Sebastião Mota. No entanto, com sua morte e com o crescimento da comunidade, tornava-se cada vez mais difícil prescindir do dinheiro. Tem início um sistema de contratação de trabalhadores por diárias. Como forma de preservar o ideal de trabalho coletivo pela comunidade, adaptando-o aos "novos tempos", instituiu-se, na Vila, o "mutirão de segunda-feira" - um ritual que até hoje ainda é realizado, reunindo os moradores para realizarem diversas tarefas, desde roçados coletivos até obras comunitárias.

Na entrada dos anos 90, cria-se uma cooperativa informal para abastecimento local, que, no início deste novo processo, permite trazer gêneros de Boca do Acre com custos compartilhados. Todo o transporte é realizado por canoas, que, na estiagem consomem até dois dias em viagem desde Boca do Acre e não podem transportar mais de quinhentos quilos - o que impõe custos especialmente altos. Já em meados da mesma década, a diretoria da AMVCM resolve privatizar o espaço que era da "Cozinha Geral", cedendo-lhe a um particular, que passa a explorar como um armazém. Este é um marco das mudanças culturais ocorridas neste novo tempo, gerando grande polêmica na comunidade. Na esteira deste primeiro comércio local se estabelecem outros, na praça central da Vila. Cria-se uma situação visivelmente diferenciada da década anterior. Com a dissolução da cooperativa informal, que sobreviveu até meados da década de 90, esses estabelecimentos passam a controlar a função de abastecimento comercial da comunidade. Dado que os estabelecimentos comerciais

são em pequeno número, esse processo termina por criar, atualmente, uma economia francamente oligopolizada, cartelizada, em que podem ser observadas graves distorções de preços ao consumidor, com margens de lucro abusivas em diversos itens, alguns de alto interesse social, como combustíveis, por exemplo. Mais recentemente foi reestruturada uma cooperativa de abastecimento local, que vem conseguindo baixar os preços praticados no mercado em diversos itens, embora a distorção ainda seja bem visível, principalmente nos itens não comercializados pela nova cooperativa.

A própria produção do sacramento do Santo Daime - que se torna cada vez mais demandado pelas igrejas do sul do Brasil - passa a contratar mão de obra em regime de diárias a partir do início dessa década. É interessante notar, que os livros dos Feitios do Santo Daime - um ritual bastante artesanal e complexo - já contém, mesmo anteriormente a essa época, registros detalhados de todas as equipes de trabalho, horas empenhadas, tarefas executadas e produção, num grau de refinamento que surpreende, quando se compara com a rusticidade de toda a realidade local. A matéria-prima da produção passa, cada vez, a ser mais proveniente dos plantios do Projeto Daime Eterno, já que a floresta local é pobre nas plantas sacramentais. As igrejas filiadas, em contrapartida, remuneram o esforço produtivo através de contribuições associativas, recolhidas em numerário, junto a mensalistas, que são os freqüentadores dos cultos, membros da irmandade, consumidores do sacramento. Assim, o Santo Daime, sem ser um produto "comercial" (já que não é colocado em mercado, mas distribuído como sacramento dentro de uma sociedade fechada, o CEFLURIS), não deixa de ser um "produto florestal" altamente significativo na Unidade. Resulta de considerável esforço produtivo e desempenha papel fundamental na economia local. Foi esse produto florestal que viabilizou economicamente a existência do Céu do Mapiá, gerando rendas para a população na forma de diárias, que, embora modestas, distinguem a Vila positivamente das outras áreas habitadas da Floresta Nacional e entorno.

Durante a década de 90, a Doutrina difundida pelo Céu do Mapiá passa a interessar também a um público do exterior. Começa por latino-americanos, como argentinos e chilenos. Seguem-se espanhóis, holandeses, italianos, americanos e japoneses. Dá-se início a intenso intercâmbio cultural da Vila Céu do Mapiá com todos esses países, cujos adeptos passam a demandar, anualmente, a presença de comitivas mapienses para instrução doutrinária. Diversas igrejas afiliadas são fundadas no exterior. A Vila Céu do Mapiá torna-se um produto de exportação cultural, levando para o exterior uma cultura genuinamente brasileira, amazônica. A maioria dos

adeptos estrangeiros se interessam por aprender até o idioma português, para que possam acompanhar os cânticos dos hinários nos rituais daimistas. Ao mesmo tempo, os festivais religiosos do Mapiá (realizados em junho e dezembro), começam, cada vez mais, a ser freqüentados por visitantes estrangeiros. Nesses períodos a Vila Céu do Mapiá adquire um matiz intensamente cosmopolita, nesses períodos. Os festivais religiosos, assim, também têm um significativo papel na economia local, com demandas de serviços diversos de recepção, hospedagem e transporte, enfim, serviços que, de um ponto de vista econômico, podem ser conceituados como “turísticos”. Geram rendas, que, embora temporárias, são significativas para a manutenção da população.

Essas mudanças comportamentais da Vila Céu do Mapiá no período estão associadas também a uma desagregação do quadro primitivo, como se pode observar. A agricultura, que na década de 80 era a atividade mais típica da comunidade cede lugar a outras atividades. Uma razão para isso é a pobreza do solo arenoso dessa área onde se estabelece a Vila, que fica mais próxima das cabeceiras do igarapé Mapiá. Esse motivo leva os moradores mais antigos e ligados às atividades agrícolas a ocupar colônias a jusante no igarapé, onde as terras são mais férteis. Mas outro fator que contribuiu para uma diminuição na participação da agricultura nas atividades da comunidade foram as mudanças socioeconômicas e comportamentais por que passou a comunidade durante a última década do século XX.

#### **3.6.4.6. A Questão Demográfica no Mapiá**

Do ponto de vista demográfico, a ampliação do intercâmbio cultural traz um crescimento migratório associado, tendência que já existia na década de 80 e se intensifica nos anos 90. Essa tendência para o crescimento migratório estava na essência da comunidade intencional original, desde o princípio. Sempre houve, na comunidade, a vocação declarada de atrair novos adeptos e moradores, para, a partir do conhecimento “etnobotânico” da Ayahuasca, realizar a experiência “ântropo-ecológica” fundada por Sebastião Mota de Melo. Seu objetivo sempre foi *reunir um povo na floresta*, para viver *com a floresta*, *da floresta*, *pela floresta* e *em devoção à floresta*. Sebastião Mota afirmava que o Santo Daime veio para criar um *Novo Homem*, para viver uma *Nova Vida*, num *Novo Sistema*, em comunhão com a Natureza. Dizia que o Céu do Mapiá seria a capital do Santo Daime (POLARI, 1998). Assim, é inata à

Vila, uma tendência para o crescimento exógeno<sup>42</sup>. Essa tendência para o crescimento exógeno já existia anteriormente à criação da Floresta Nacional e, agora, se manifesta claramente. A Vila foi fundada precisamente para reunir adeptos para viverem uma iniciação espiritual e ecológica dentro da floresta.

De um ponto de vista socioeconômico esse crescimento demográfico acarreta a estruturação de duas outras atividades produtivas associadas, como a serragem de madeira e a construção civil, que também se tornam vias de formação de rendas locais. Porém, em que pesem essas tendências ao crescimento demográfico exógeno, registra-se que, naqueles meados dos anos 90, acreditava-se que a Vila deveria contar cerca de quinhentos moradores. No entanto, o Levantamento Socioeconômico realizado para este Plano de Manejo dez anos depois, demonstrou que, na verdade, somente hoje a população atinge este patamar.

Uma consequência do fenômeno demográfico relatado acima para a formação antropológica da população, é a grande diversidade de origens existente entre os habitantes, fato já percebido nos anos noventa. A maioria (56%) é de origem amazonense dos municípios de Boca do Acre e Pauini. No entanto, há um grande contingente de pessoas oriundas de grandes centros urbanos do centro-sul do país (20%) e uma fração menos expressiva de estrangeiros (7%). Essa diversidade da Vila Céu do Mapiá a transforma num cadinho cultural, que propicia interessantes trocas de experiências e aprendizados. Por outro lado, parece criar, também, embriões de uma sociedade mais estratificada e menos comunitária. Outro aspecto significativo que começa a ocorrer, é a atração de pessoas que habitam os arredores, no rio Purus e em Boca do Acre. Procuram migrar para a Unidade em busca de oportunidades de rendas (muito raras na região), mas sem interesse no aspecto cultural religioso da Vila. Isto, naturalmente, contribui para descaracterizar o fundamento espiritualista e ecológico da comunidade intencional. Representa uma penetração humana na Floresta Nacional que não conta com o respaldo histórico e cultural que se pode encontrar nos adeptos da doutrina do Santo Daime, imigrados para o Céu do Mapiá por razões religiosas.

Esta questão demográfica, certamente, é a mais crucial e aguda para a gestão da Unidade de Conservação. Está associada a toda uma complexidade, em termos socioambientais. Estabelece, por exemplo, uma diversificação de segmentos sociais quanto às origens, papéis associados, condições de rendas, nível de instrução, etc., cujas interações requerem um estudo específico. A presença de estrangeiros também deve ser alvo de especial atenção quanto à regularidade de suas situações de

---

<sup>42</sup> Crescimento exógeno: gerado a partir do meio externo, migratório.

permanência no país. É necessário compatibilizar a realidade institucional com a realidade social.

Neste momento, com vistas à compatibilização entre a realidade institucional e a realidade social presentes na Unidade, convém proceder a uma interpretação analítica do fenômeno populacional local, considerando outras experiências do sistema FLONAs. A Floresta Nacional de Carajás, por exemplo, conta com cerca de cinco mil moradores, trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce, que lá mantém uma mina a céu aberto. Muitos desses trabalhadores, certamente, penetraram na Floresta Nacional após o seu ato de criação, justificando-se sua presença, porque a exploração dos recursos minerais está, de alguma forma, prevista nos *objetivos* do Plano de Manejo daquela Unidade. Tal população residente está lá para cumprir uma missão associada aos objetivos consagrados no Plano de Manejo da Unidade de Conservação. No caso da Floresta Nacional do Purus, fica estabelecido, no Plano de Manejo, o objetivo de “preservação do patrimônio etnobotânico da Amazônia, manifestado no culto da Ayahuasca/Santo Daime, tal como se apresentava na área anteriormente à criação da Unidade de Conservação”. Este objetivo, analogamente a Carajás, permitirá justificar a presença de pessoas residentes na Floresta Nacional do Purus deslocadas para lá após o seu ato de criação - desde que tais pessoas venham a cumprir missão associada a tal objetivo do Plano de Manejo. É uma forma de compatibilizar uma realidade institucional complexa, que era aparentemente contraditória, com uma realidade cultural estabelecida de fato na Unidade de Conservação. Desse modo, a presença humana poderá ser até certo ponto admitida - desde que caracterize uma missão associada àquele objetivo de conservação etnobotânica, que é específico da Floresta Nacional do Purus, e desde que o impacto ambiental da população em seu conjunto seja mantido dentro das margens de sustentabilidade do ecossistema florestal.

É fundamental, portanto, avaliar o impacto ambiental associado à presença da população. Nesse sentido, é relevante observar o grau de desmatamento que se verifica com as imagens de satélite. No igarapé Mapiá existe uma população que atualmente reúne cerca de 730 pessoas, caracterizadas por uma cultura que pode ser descrita como essencialmente ambientalista. A área antropizada por essa população corresponde a 0,31% (810,52 ha) do território da Floresta Nacional (Brandão, 2005), ou seja, 1,11 hectares para cada habitante. É relevante a comparação com o desmatamento encontrado em uma outra área, na face nordeste da Unidade, quando esta alcança a margem do rio Purus. Ali existe uma população de cerca de 80 pessoas

e registra um desmatamento que atinge 0,14% (371,39 ha) da Floresta Nacional, ou seja, 4,64 hectares para cada morador. Esta comparação é emblemática, pois parte da população residente junto ao Purus se caracteriza pela cultura típica das áreas de expansão da fronteira agrícola brasileira, associada à pecuária. O impacto de desmatamento por habitante no Mapiá é cerca de 4 vezes menor que o causado por aquela população do rio Purus. Este aspecto deve ser realçado como sendo de interesse para a Política Nacional de Meio Ambiente, pois demonstra existir estabelecida na Floresta Nacional do Purus uma unidade demonstrativa de uma outra forma mais sustentável de ocupação da Amazônia, que seja alternativa à ocupação convencional. Pode-se considerar, assim, que já existe na Floresta Nacional do Purus um Laboratório Socioambiental, onde podem se desenvolver matrizes para políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, voltadas para uma maior harmonia entre a população humana e o ambiente florestal.

Todas essas considerações sobre a dinâmica populacional e o ambiente da Floresta Nacional apontam para o estabelecimento de um Programa de Gestão Demográfica, a ser inserido sob o Plano de Manejo. Tal programa deve ser capaz de considerar as vicissitudes culturais da relação entre o homem e a floresta assim como a capacidade de suporte do ambiente. Deve, inclusive, projetar cenários futuros, visando ao atendimento das necessidades das novas gerações. Deve procurar definir, aferir e monitorar parâmetros de "saturação populacional", que possam instrumentalizar objetivamente uma política específica sobre a questão da ocupação humana do ambiente florestal.

#### **3.6.4.7. Organização Interna e Estruturas de Poder da Vila Céu do Mapiá**

O anos 90, como já se viu, é caracterizado por um aumento geral na complexidade social da Vila Céu do Mapiá, resultando numa adequação da estrutura representativas da sociedade civil local. A Associação dos Moradores da Vila Céu do Mapiá (AMVCM), fundada nos anos 80, passa a desempenhar um papel semelhante ao de uma pequena prefeitura, atendendo a diversas demandas sociais locais, incluindo assuntos de ordem disciplinar, de saúde, de assistência social, de gestão ambiental, obras, etc. Contudo, a Associação de Moradores, ao contrário de uma prefeitura, nunca dispôs de qualquer orçamento para o desempenho dessas funções, sustentando-se exclusivamente pelo trabalho voluntário de seus membros - o que, naturalmente, prejudica sua capacidade de intervenção. A AMVCM é responsável por organizar os

“mutirões de segunda-feira”, até hoje preservados. Eles são o principal instrumento para manter organizada a paisagem da Vila.

O IDA/Cefluris é a outra entidade da sociedade civil local com maior peso. Originalmente foi organizado como centro espírita, tendo sido fundado no começo da década de 70, no início dos trabalhos na Colônia Cinco Mil. É a entidade-mãe de todo o processo social que deu origem ao Céu do Mapiá. Na década de 90 se vê cada vez mais assoberbado de compromissos sociais. Sendo a entidade mantenedora de todo o movimento do Santo Daime - e, assim, do próprio Céu do Mapiá - torna-se alvo de toda sorte de demandas assistencialistas oriundas de uma população em grande parte carente, estabelecida em área remota e de difícil acesso, isolada no interior da Amazônia. O estatuto de centro espírita que constituía o CEFLURIS, não era mais condizente com a realidade. Agora a entidade tinha que enfrentar no dia a dia tanto as demandas da igreja internacional em que já se transformara na época, quanto as demandas sociais da população local. Com isso, passa, em 1998, por profunda reforma estatutária, mudando seu nome e perfil para o de uma ONG – o Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra (IDA/Cefluris). Paralelamente, funda-se a Igreja do Culto Eclético para responder ao aspecto estritamente religioso. Separa-se institucionalmente, assim, a entidade social da religiosa, ambas mantendo suas sedes na Vila Céu do Mapiá. É importante registrar, que o IDA/Cefluris é uma ONG, que, embora sediada na Vila Céu do Mapiá, tem uma abrangência nacional e internacional. Constitui, portanto, um capital social institucional de considerável envergadura sediado na Unidade, com ramificações em todo o Brasil e em diversos países e continentes. O IDA/Cefluris pode se tornar uma ferramenta estratégica para o Plano de Manejo, na medida em que a instituição capitalize o seu poder de articulação em favor da gestão da Floresta Nacional.

Ainda nesse aspecto de organização da sociedade civil local, vale mencionar, que, em meados dos anos 90, cria-se o Centro de Medicina da Floresta-CMF, uma ONG dedicada ao estudo das plantas medicinais da Amazônia. Mais tarde, já na década de 2000, é criada uma nova entidade, a Associação Guardiões da Floresta, que se estrutura como OSCIP. Convém salientar, por fim, que todas as entidades citadas têm a questão ambiental como um aspecto marcante em seus estatutos e sua prática. São responsáveis, em conjunto, por diversas facetas da gestão sócio-ambiental da Vila, desde a reposição florestal das plantas sacramentais, à gestão de resíduos sólidos, cada uma desempenhando funções específicas, todas complementares entre si. Este é um aspecto cultural da Vila Céu do Mapiá a ser observado para a gestão

socioambiental da Floresta Nacional, onde o ICMBio desempenha uma função de coordenação, que pode encontrar sinergismos importantes com essas entidades locais.

Com essa estruturação da sociedade civil, pode-se dizer que existe na Vila Céu do Mapiá uma cidadania até certo ponto estruturada. Como reside na floresta e não na cidade, pode-se dizer que se trata de uma bem organizada e peculiar "florestania" – para empregar o novo conceito de "cidadania florestal" que surgiu no estado do Acre no fim da década de 90. Esta "florestania" local apresenta um grau elevado de consciência ecológica, interessada na cooperação com o ICMBio para a gestão ambiental da Unidade.

As relações da comunidade com o Ibama, no entanto, após o breve período já relatado em que existiu o patrocínio do PNUMA, passou, na década de 90, por um esvaziamento. Tal ausência decorreu da carência de recursos do órgão, que, durante extenso período, não pôde contar com pessoal na Floresta Nacional. O Acordo de Cooperação Técnica firmado em 1990 expirou em 95 e foi renovado em 96 - agora não mais abrangendo a Floresta Nacional Mapiá-Inauini, mas apenas a do Purus. Salvo algumas visitas esporádicas de técnicos do Ibama à Vila, a única ação digna de nota no âmbito desse novo Acordo foi um levantamento sócio-econômico realizado em 1998, o qual já demonstrou existir na área uma população significativamente menor que a imaginada. Durante todo esse período não houve qualquer interferência do órgão no sentido de regulamentar, de alguma forma, o processo de desenvolvimento da Vila Céu do Mapiá.

#### **3.6.4.8. Esforços de Gestão Ambiental da Sociedade Civil da Vila Céu do Mapiá**

Todos os esforços de gestão ambiental ocorridos na área durante esse período foram protagonizados pelos moradores da Vila, apoiados por suas entidades civis. Destaca-se aqui, em primeiro lugar, o próprio planejamento espacial da Vila, que sempre preservou áreas florestais entre os agrupamentos de casas. Isto oferece, hoje, um interessante padrão de ocupação humana do ambiente florestal, que é peculiar à Vila Céu do Mapiá. Outro tema de gestão urbana, que sempre foi alvo de cuidados pelos moradores, com campanhas de conscientização, é o lixo domiciliar. Houve uma disseminação de práticas seletivas de resíduos domiciliares. Realizam-se atividades voluntárias de coleta do lixo público na Vila e no igarapé durante os mutirões semanais de segunda-feira, em ações protagonizadas principalmente por jovens da comunidade.

Essa tarefa de gestão de resíduos sólidos, porém, sempre exige constante renovação, além de demandar recursos para uma estruturação mais eficaz.

Ao final da década de 90, por iniciativa do IDA/Cefluris, foram desenvolvidos dois pequenos projetos com apoio do Ministério do Meio Ambiente/PD-A (Projetos Demonstrativos-A), que estabeleceram um viveiro na Vila Céu do Mapiá, no qual distribuíram mudas para reflorestamentos e arborização local. Esses projetos do PD-A também captaram infra-estrutura de beneficiamento de óleos vegetais, com o propósito de geração de renda local. Promoveu, também, a organização da COOPERAR – Cooperativa Agro-Extrativista do Mapiá e Médio Purus – em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pauini (STR). O STR-Pauini é a entidade beneficiária de um terceiro projeto, em conjunto com os dois do Mapiá, também de processamento de óleos vegetais, elaborado por pessoal técnico do IDA/Cefluris. Por razões de logística e viabilidade empresarial, a unidade produtiva de óleos vegetais da COOPERAR inicialmente sediada na área de entorno da Unidade (Fazenda São Sebastião), teve que se transferir para Boca do Acre, onde ainda luta para se estabelecer no mercado. Recebeu, para isso, recentemente, novo e substancial apoio do PD-A. Uma vez estabelecida comercialmente a cooperativa, terá criado condições de geração de rendas oriundas do extrativismo para os habitantes da Floresta Nacional, notadamente os moradores do rio Inauini, onde a produtividade natural do ecossistema florestal é maior.

Já no início da década de 2000, através de uma ação conjunta entre a AMVCM e a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Pauini, foi realizada uma Oficina de Agroflorestas ministrada pelo professor e agricultor Ernst Götsch, à qual se seguiram outras com pessoal da UFAC, em anos seguintes. Tais capacitações sensibilizaram os comunitários, que constituíram um grupo de mutirões agroflorestais semanais que vem trabalhando em áreas desgastadas próximas à Vila. O gargalo enfrentado por essa atividade, no entanto, é a dificuldade de obtenção e conservação de sementes agroflorestais, o que exige uma capacitação ainda não adquirida pelos moradores e a própria Unidade.

Outro produto desenvolvido por artesãos da comunidade, com auxílio de engenheiro químico, em meados da década de 90, foi o desenvolvimento de novas técnicas de vulcanização artesanal da tecnologia dos seringueiros conhecida como “saco encauchado”, criando um novo produto, o “couro vegetal”. No final da década, esse produto encontra interesse da parte de uma grande empresa de moda internacional (Hermès), a qual, durante alguns anos, contrata o fornecimento de

significativo número de peças. Estabelece-se todo um sistema produtivo, que, a partir do esforço de moradores da Vila Céu do Mapiá, vai beneficiar a outras populações da Floresta Nacional do Purus e, especialmente, da Floresta Nacional Mapiá-Inauini - onde a produtividade natural de látex é mais significativa. Integrado ao processo de geração de renda para essas famílias com o couro vegetal, o projeto também desenvolveu ações na área de saúde levando visitas de médicos e agentes comunitários para aquela área. Mais tarde, quando a Hermès perdeu o interesse, a cadeia de produção do couro vegetal desestruturou-se.

Em 2003, a partir de articulação estabelecida pelo IDA-CEFLURIS, representantes de diversas entidades ambientalistas sediadas em Rio Branco-AC visitam a Vila – WWF, CTA e Instituto Nawa. Na ocasião se realiza uma Oficina com os moradores, focalizando os temas “Floresta Nacional” e “Plano de Manejo”. Delibera-se, em conjunto com os moradores, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) da Vila Céu do Mapiá, para ser construído participativamente. Já se tinha em vista a futura inserção da Vila Céu do Mapiá no Plano de Manejo da Floresta Nacional, quando este viesse a ser elaborado.

No âmbito do PDC, com recursos da WWF, são realizadas diversas ações. São contratadas consultorias técnicas e elaboradas apostilas, que vêm transmitir aos moradores noções sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Florestas Nacionais e populações residentes. Vinte agentes comunitários são treinados em facilitação de reuniões e de processos participativos com utilização de ferramentas artísticas e lúdicas. Os agentes do PDC, com apoio técnico do Instituto Nawa, realizam um diagnóstico da Vila em conjunto com a comunidade. Procura-se detectar e desenvolver uma imagem de futuro coletivo para o Céu do Mapiá, na qual se resgatam os fundamentos legados pelo seu fundador. Desenvolvem-se propostas para diversos setores comunitários como educação, produção, etc.

O Centro dos Trabalhadores Amazônicos-CTA, realiza oficinas de manejo florestal, ainda no âmbito do PDC. Elabora-se inventário amostral da área, lançando diretrizes para um futuro plano de manejo florestal sustentável comunitário. Alguns membros da comunidade são capacitados nessas técnicas, em cursos promovidos pelo CTA, no Acre. No âmbito do PDC ainda são realizadas atividades em agroflorestas, apoio ao desenvolvimento institucional da AMVCM com aquisição de equipamentos, entre outras ações altamente significativas para a comunidade local, que, então, se prepara para participar de forma mais estruturada e consciente no Plano de Manejo da Floresta Nacional.

Ainda no contexto do PDC, é especialmente significativa a apresentação de um projeto atendendo a edital do Fundo Nacional de Meio Ambiente em 2003 para o levantamento sócio-econômico e ambiental da Floresta Nacional, para a mobilização social e para a criação do Conselho Consultivo. O projeto foi elaborado por uma equipe que reuniu as assessorias técnicas do PDC, representantes eleitos dos moradores e os analistas ambientais do Ibama, então recém lotados na Unidade de Conservação. Esse projeto obteve a melhor pontuação do edital e inaugurou uma nova fase histórica de relacionamento pró-ativo entre a comunidade e o Ibama.

O patrocínio da WWF para o PDC encerrou-se em junho de 2004 com a apresentação de um documento-síntese, contendo a descrição de todo o processo participativo, um diagnóstico da Vila Céu do Mapiá e múltiplas propostas para o seu desenvolvimento comunitário. Esse documento foi incorporado ao Plano de Manejo.

#### **3.6.4.9. Autoridade e Expectativas Atuais na Vila Céu do Mapiá**

Na Vila Céu do Mapiá nunca existiram autoridades civis constituídas, mas apenas um princípio de autoridade moral, que chega a se incorporar nos dirigentes da doutrina local. Por muito tempo, tal princípio de autoridade moral, agindo fundamentalmente na consciência dos indivíduos que compunham a comunidade, conseguiu estabelecer uma sociedade isenta de conflitos mais agudos. Muitos moradores identificam a perda de operatividade desse sistema com a ausência de seu mentor espiritual, o "Padrinho" Sebastião - e é provável que isso tenha certo peso. Mas, de qualquer forma, o crescimento da população é um fator que, por si só, propicia o aumento da dispersão social. E a ausência do Estado recete-se com a ausência de autoridades civis, capazes estabelecer a ordem social.

Hoje se percebe na Vila Céu do Mapiá, diversos conflitos sociais que decorrem diretamente dessa situação de crescimento demográfico, falta de oportunidades de emprego e renda, baixo nível de escolaridade e ausência geral do Estado, tais como pequenos furtos, desavenças entre comunitários, disputa de terras, agressões à mulher, etc. Também se percebe uma mudança significativa nos costumes, tais como uma frequência decrescente dos comunitários nos trabalhos espirituais da Igreja, onde o princípio da autoridade moral costumava ser sempre revigorado.

O líder comunitário atual, Alfredo Gregório de Melo, já manifestou esperanças de que, através do Plano de Manejo se possam reatar elementos - como o manejo florestal sustentável comunitário, entre outros -, capazes de promover um progresso ambientalmente sadio e minimizar um dos principais fatores que levam à

marginalidade, que é a carência de fontes de rendas. E acredita, também, que, através do Plano de Manejo estabeleçam-se regulamentos, capazes de constituir um princípio de autoridade mais definido. Tais regulamentos poderão, inclusive, estabelecer condições para que alguém possa, de fato, permanecer ou não na Vila, isto é, na Floresta Nacional, sem ferir o equilíbrio do ambiente natural, nem o do convívio social, preservando a harmonia com os preceitos consagrados localmente desde a origem da comunidade.

### 3.6.5. Análise dos Impactos Ambientais das Atividades Produtivas e do Processo de Ocupação Humana

A análise das atividades produtivas em curso hoje na Unidade, indica alguns problemas ambientais causados pela ocupação humana adensada e pelo inadequado uso do solo.

Entre os problemas causados por atividades que não condizem com objetivos previstos pelo SNUC para a Unidade, está a pecuária realizada na face Nordeste, onde esta recebe influência direta do acesso pelo rio Purus (mapa 21). Apesar de sua pequena extensão em relação à área total da Unidade, o processo de desmatamento vem crescendo nos últimos anos.

A tabela abaixo mostra a evolução do processo nos anos de 2004 e 2005, observado através de imagens de satélites.

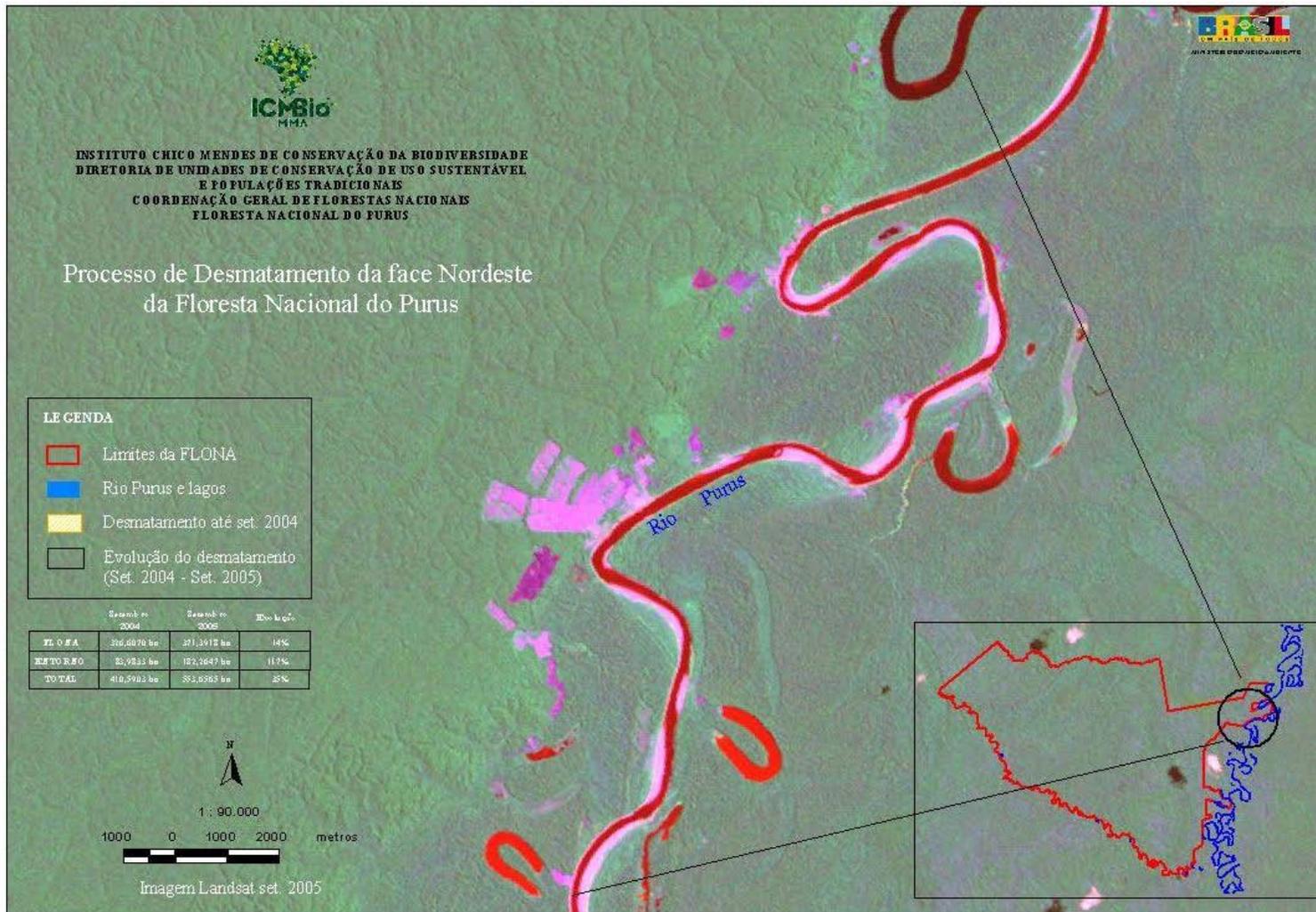
**Tabela 41** – Evolução do desmatamento na face Nordeste da Floresta Nacional do Purus (margens do rio Purus)

	Setembro de 2004	Setembro de 2005	Evolução
<b>FLONA</b>	326,6070 ha	371,3918 ha	14%
<b>ENTORNO</b>	83,9833 ha	182,2647 ha	117%
<b>TOTAL</b>	410,5903 ha	553,6565 ha	35%

No rio Inauini e em grande parte do igarapé Mapiá, a agricultura é baseada na pequena produção não causando maiores impactos. No entanto, é preciso ajustar essa pequena produção no que diz respeito a sua localização. Muitos moradores ainda implantam seus roçados nas margens dos rios e igarapés, o que precisa ser discutido com os mesmos, porque causam impactos nos ecossistemas ciliares e desrespeitam a legislação ambiental, que protege as Áreas de Proteção Permanente.

Em relação ao uso do fogo, em geral, são feitos aceiros na área do roçado com o intuito de impedir o avanço do mesmo sobre a mata. Não existem relatos de

queimadas que tenham saído do controle dos moradores, que tenham causado incêndios florestais. No entanto, esta prática ainda é feita de forma primitiva, necessitando que técnicas de queimadas controladas sejam difundidas buscando evitar incidentes.



Mapa 21 - Processo de desmatamento na Floresta Nacional do Purus

No que diz respeito à atividade extrativista, não foi feito nenhum estudo sobre o impacto na natureza das atividades referidas. No entanto, existem indícios de que suas práticas não obedecem a critérios seguros de sustentabilidade, pois ainda baseiam-se nos métodos primitivos executados na região desde o início de sua ocupação pelos seringueiros no final do século XIX. O exemplo disso ocorre com a castanha que, com a queda da economia da borracha, tornou-se o principal produto extrativista das populações locais, que coletam todas as sementes sem a preocupação com a regeneração da espécie e com a alimentação da fauna. Recomenda-se fazer um estudo para diagnosticar os métodos utilizados pelos comunitários, propondo formas sustentáveis de extrativismo.

Em geral, os problemas relacionados com a integridade ambiental da Unidade são relacionados a ocupação humana, principalmente ao longo do igarapé Mapiá e na Vila Céu do Mapiá. O adensamento populacional e suas atividades relacionadas, vêm trazendo diversos problemas para a Floresta Nacional. No quadro abaixo são listados e descritos os impactos gerados.

**Quadro 2** – Análise dos impactos gerados pelo adensamento populacional e pelas atividades desenvolvidas na Vila Céu do Mapiá

<b>ATIVIDADES</b>	<b>IMPACTOS ASSOCIADOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Assentamento humano	Erosão / assoreamento	Todo terrapleno domiciliar e toda via de circulação humana interceptam águas pluviais e concentram seu escoamento, intensificando a erosão e dirigindo fluxos associados de sedimentos para o igarapé, contribuindo para seu assoreamento.
Construção de Moradias	Pressão de usos sobre madeiras nobres	Ao redor da Vila Céu do Mapiá os estoques de madeira se encontram deprimidos em razão do uso pelos moradores em construção civil por mais de duas décadas.
Usos domésticos da água nos igarapés	Poluição das águas e prejuízos à paisagem	A inexistência de saneamento básico acarreta, entre as populações tradicionais, a utilização direta de igarapés em usos diversos, desde banho, lavagem de roupas e louça, até o descarte de dejetos, poluindo as águas com produtos de limpeza, embalagens, matéria orgânica e coliformes fecais.
Usos da água em ambiente doméstico	Poluição das águas	A progressiva disseminação do saneamento básico, com o abastecimento de água domiciliar, sem a implantação paralela de instalações adequadas de tratamento de esgotos, acarreta maior poluição dos corpos hídricos em parâmetros como coliformes fecais e matéria orgânica.

<b>ATIVIDADES</b>	<b>IMPACTOS ASSOCIADOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Alimentação de populações tradicionais	Pressão sobre espécies da fauna	O extrato social de moradores da Vila formado por populações tradicionais da Amazônia, costuma utilizar a caça em sua alimentação, o que é permitido por lei, mas, em padrões de adensamento populacional, como na área do Mapiá, pode gerar perigosas pressões para a sustentabilidade dos estoques de fauna.
Abastecimento comercial comunitário	Geração de resíduos sólidos, poluição do solo, da água, do ar e multiplicação de vetores (ratos, baratas, etc.)	O abastecimento comercial da comunidade gera, no ato do consumo final, o descarte das embalagens associadas aos produtos comercializados, que, na ponta do sistema de distribuição, no domicílio terminal, se transforma em lixo doméstico. Os resíduos são espalhados em buracos enterrados no território da Vila, sistematicamente incinerados de forma parcial, ocasionando fumaça tóxica e odores no ambiente comunitário, degradação de solo, poluição do lençol freático e prejuízos estéticos à paisagem, estabelecendo habitats para a multiplicação de ratos, baratas e moscas.
Navegação	Poluição fluvial, perturbação da fauna e erosão	O tráfego de canoas transportando cargas e pessoas através do sistema fluvial polui as águas com óleos e graxas, gera prejuízos estéticos e ecológicos aos ambientes hídricos pelo descarte de embalagens, perturba a fauna local, com prejuízos a estoques pesqueiros e intensifica o processo de erosão das margens.
Visitação	Processos econômicos geradores de impactos ambientais diversos	A visitação à Floresta Nacional, assim como aquece a economia local, também intensifica os impactos ambientais associados às atividades econômicas influenciadas – navegação, abastecimento, assentamento humano, usos da água, etc.
Transporte rodoviário	Vulnerabilidade a intrusos, erosão e assoreamento	A estrada que viabiliza o transporte rodoviário do rio Purus à Vila Céu do Mapiá constitui uma via de acesso a intrusos até a Unidade com potenciais riscos para a conservação da biodiversidade, dos ecossistemas e dos estoques de recursos naturais da área acessada; mesmo estabelecida sobre divisor de águas, ainda assim, a estrada interfere radicalmente no sistema de drenagem de águas pluviais, concentrando fluxos, provocando erosão nas vertentes e contribuindo para o assoreamento do igarapé.

ATIVIDADES	IMPACTOS ASSOCIADOS	DESCRIÇÃO
Agricultura familiar	Posse privada de áreas da União, desflorestamento, erosão e assoreamento	O uso do solo para a agricultura familiar, mesmo que com finalidades de subsistência, acarreta a posse privada de áreas da União destinadas à conservação ambiental, promovendo a supressão da cobertura vegetal e a perda dos espécimes locais e dos nutrientes do solo, assim como expõe a terra a processos erosivos de arraste de sedimentos, contribuindo para o assoreamento do igarapé. Devido ao uso ainda generalizado do fogo, promove descargas de gás carbônico na atmosfera, contribuindo para acentuar o efeito estufa e o aquecimento global do planeta, também ocasionando aquecimento local, devido à modificação das condições micro-climáticas, interferindo, também, dessa forma, no regime hidrológico dos cursos d'água, especialmente junto a nascentes ou em encostas
Pecuária	Posse privada de áreas da União, desflorestamento, erosão e assoreamento e danos diversos causados por animais	O uso do solo em criação de animais implica a posse do terreno pelo criador, assim como a supressão de florestas da Unidade, a exposição do solo aos processos erosivos, agravados pelo pisoteio, contribuindo para o assoreamento dos igarapés além de provocar danos sistemáticos à vizinhança, com animais criados em condições inadequadas de cercamento.
Coleta de plantas medicinais e artesanato	Pressão sobre espécies da biodiversidade	A utilização de plantas nativas em uso medicinal e artesanato, conforme a intensidade de coleta e as técnicas empregadas, pode ocasionar pressões sobre as espécies utilizadas e sobre outros elementos do ecossistema que também as utilizam.
Produção do Santo Daime	Pressão sobre populações nativas de jagube ( <i>Banisteriopsis caapi sp</i> ), pressão sobre madeiras para lenha, ocupação do solo em uso não florestal	A produção do principal produto florestal da Floresta Nacional do Purus, o Santo Daime, é realizada, predominantemente, com matéria-prima oriunda de replantios o que significa áreas ocupadas com uso não florestal do solo; ainda se conta, esporadicamente, com a coleta de espécimes nativos de jagube ( <i>Banisteriopsis caapi sp</i> - planta que é utilizada inteira na decocção), ocasionando certa pressão sobre essa espécie; no processo de fabricação se consomem quantidades apreciáveis de lenha, normalmente obtidas dos roçados de subsistência da comunidade.

## **4. ÁREA DE INFLUÊNCIA**

No processo de criação e gestão de Unidades de Conservação, a experiência mostra que é de extrema importância conhecer e entender de que forma se dão as relações sociais e os processos de uso e ocupação do solo das áreas imediatamente contíguas à Unidade. Essa preocupação deve-se ao fato de esses locais serem, costumeiramente, as principais fontes de pressão sobre as Unidades, devendo então ser observada com bastante atenção, sob o risco de comprometer os seus reais objetivos.

Sabendo desta importância, CONAMA, na sua resolução de n. 13 de 06/12/1990, determina em seu art. 2º. que toda Unidade de Conservação, em suas áreas circundantes, num raio de 10 quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente. A mesma resolução, afirma ainda, que o licenciamento só será concedido mediante autorização pelo órgão responsável pela administração da Unidade. Essa área, apesar de não receber esse nome na dita resolução, é comumente chamada de Área de Entorno.

Em 2000, a Lei 9.985, como já foi dito, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e afirma em seu art. 25 que todas as Unidades de Conservação, excetuando as Áreas de Proteção Ambiental e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, deverão possuir uma zona de amortecimento. A referida zona, segundo a própria lei é “o entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade” (SNUC, art.2º. inc. XVIII).

Portanto, é importante que se tenha com bastante clareza definida a área de influência direta da Unidade, para que se possa delimitar a Zona de Amortecimento, a qual será tratada mais a diante.

### **4.1. Área de influência regional**

Na abordagem da área de influência de uma determinada Unidade, é importante levar em consideração, não apenas a área de influência direta, mas também a dinâmica local e regional daquele recorte espacial.

Do ponto de vista das relações com os centros urbanos mais próximos, a cidade que mais influencia a Unidade é Boca do Acre. Apesar da Floresta Nacional estar

localizada totalmente no município de Pauini, Boca do Acre é o grande centro polarizador da bacia do Médio Purus, no sudoeste da Amazônia, quando o referido rio entra no território do Estado do Amazonas. Como centro regional, ela exerce grande atração sobre o município de Pauini e todas as comunidades ribeirinhas do rio Purus e de seus principais afluentes naquela área (Inauini, Teuini e Pauini, por exemplo) compreendidos desde o limite com o Estado do Acre até a cidade de Pauini. Além dessa vantagem de ser um pólo regional, Boca do Acre fica mais próximo espacialmente da Floresta Nacional.

Além disso, todas as relações desenvolvidas pela população da Unidade, no que diz respeito ao mercado consumidor de seus produtos, relações institucionais, políticas públicas, comércio de produtos industrializados e outros, se faz através da referida cidade. No entanto, devido a grande distância, não há nenhuma forma de pressão na ocupação do espaço, por parte do centro urbano, que ameace a Floresta Nacional, tanto no que diz respeito a cidade de Boca do Acre como na de Pauini.

Alguns indicadores econômicos e sociais das cidades de Pauini e Boca do Acre, mostrados pelo quadro abaixo, caracterizam essa área do Sul Amazonense onde está inserida a Floresta Nacional.

**Quadro 3** – Indicadores sócio-econômicos dos municípios de Boca do Acre e Pauini

Indicador		Boca do Acre	Pauini
População-2002		26.959	17.092
Área (Km <sup>2</sup> )		22.410,5	43.263,4
Densidade demográfica (Hab/ Km <sup>2</sup> )		1.20	0.40
IDH <sup>1</sup>	1991	0,530	0,433
	2000	0,611	0,532
Taxa de crescimento populacional (1999/2000)	1991(hab.)	25.005	17.037
	2000(hab.)	26.959	17.092
	1991/2000(%)	0.85	0.04
Alunos Matriculados-2004 (habitantes)	Pré-escolar	564	627
	Fundamental	17.159	3.812
Taxa de Analfabetismo (%) <sup>2</sup>	Médio	1.096	331
	Total	37	51.7
	Urbana	26.7	32.8
Produto Interno Bruto-2002 (PIB/mil reais) <sup>2</sup>	Rural	50.7	64.8
	Agropecuária	30.910	10.570
	Indústria	6.906	1.474
Comércio		39.653	16.774
	<b>PIB per capita (reais)</b>	<b>2.830,43</b>	<b>1.684,57</b>

<sup>1</sup> Índice de Desenvolvimento Humano

<sup>2</sup> População de 15 ou mais (anos)

**Fontes:** Anuário Estatístico do Amazonas (2001-2002)

## **4.2. Área de influência direta**

No que diz respeito à área de influência direta da Floresta Nacional do Purus, levando em consideração os limites dados pelo CONAMA, quase não é observada nenhuma atividade instalada significativamente impactante que ofereça ameaça para a integridade de Unidade.

No entanto, na face Nordeste da Floresta Nacional, onde esta margeia o rio Purus, é encontrado no interior da Unidade e em seu entorno um processo crescente de desmatamento causado pelos pequenos pecuaristas residentes ou não na Unidade. Trata-se da área de maior pressão de desmatamento sobre a Floresta Nacional.

O processo de desmatamento acontece dentro do raio de 10 km definido pela resolução CONAMA, não sendo portanto necessário estendê-la por uma maior distância para definição da Zona de Amortecimento.

Ainda dentro do raio de 10.000 metros, através do conhecimento acumulado pelos gestores da Unidade, pelos trabalhos realizados em campo e pelas informações dos moradores, existem famílias que possuem laços de amizade e parentesco com os moradores da Floresta Nacional, além de utilizar seus recursos. O mesmo ocorre de forma contrária também: famílias residentes da Floresta Nacional que utilizam os recursos naturais das áreas de influência. Foi bastante citado pelos residentes da Unidade, por exemplo, o caso da Fazenda São Sebastião que fica no baixo igarapé Mapiá, onde os moradores tem uma ligação cultural e de parentesco muito forte com os moradores de todo o igarapé e da Vila Céu do Mapiá.

Dentro desta área de influência direta, encontram-se famílias residentes da margem direita do Rio Inauini, que moram no interior da Floresta Nacional Mapiá-Inauini. Estas, não serão consideradas nessa avaliação, apesar da íntima ligação entre essas famílias e as residentes na Floresta Nacional do Purus. No entanto, é inegável a influência que ambas sofrem uma da outra no que diz respeito aos aspectos sociais, culturais e ambientais.

### **4.2.1. Caracterização do Meio biótico**

Através do mapa de tipologia florestal, elaborado pela WWF, inserido no presente Plano de Manejo, observa-se que a vegetação que predomina na Floresta

Nacional: Floresta Ombrófila Densa Aluvial, formação típica das várzeas e; Floresta Ombrófila Densa Submontana, presente na chamada “terra firme”.

#### 4.2.2. Características da população do entorno

Nas áreas de influência direta da Floresta Nacional existem 85 famílias residentes, totalizando uma população de, aproximadamente, 300 pessoas.

**Tabela 42** – Lista de moradores residentes na área de influência direta da Unidade

	<b>Chefe da família</b>	<b>Local</b>
1	Sebastião Nascimento dos Santos (Baba)	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
2	Jose Santos de Souza	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
3	Manoel Silva de Souza	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
4	Sebastião Paiva de Moura	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
5	Maria de Nazare Vieira da Silva	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
6	Manoel Quirino Pinto Filinto (Gojoba)	IGARAPE MAPIA
7	Damião Florentino da Silva	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
8	Francisco Carlos de Souza Filho (Seu Tananka)	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
9	Francisco Corrente da Silva (Chico Corrente)	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
10	Raimundo M. de Souza (Zé Camilo)	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
11	João Ferreira de Souza (João Ferreira)	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
12	Francisco Gildomar Melo de Souza (Gildomar)	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
13	Francisco Santos de Souza (Gerson)	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
14	Jose Antonio Conceição Camilo (Camilo)	IGARAPE MAPIA (FAZ. S. SEBASTIAO)
15	Jose Maria Rodrigues de Souza	RIO INAUINI
16	Sebastião Rodrigues de Souza	RIO PURUS (4. VILA)
17	Jose Ferreira de Sena	RIO PURUS (4. VILA)
18	Antonio Esivam Rodrigues de Souza	RIO PURUS (4. VILA)
19	Jose Ferreira de Souza	RIO PURUS (4. VILA)
20	João Rosa Ferreira Freire	RIO PURUS (4. VILA)
21	Antonio Freres Ferreira	RIO PURUS (4. VILA)
22	Francisco Ferreira da Silva	RIO PURUS (4. VILA)
23	Antonio Ferreira de Souza	RIO PURUS (4. VILA)
24	Jose Ferreira Filho	RIO PURUS (4. VILA)
25	Antonio Ferreira de Souza (esposo da Dona Francisca)	RIO PURUS (4. VILA)
26	Manoel Freire Ferreira	RIO PURUS (4. VILA)
27	Maria Moreira da Silva (Cabocla)	RIO PURUS (4. VILA)
28	Raimundo Ferreira da Silva (Pedrinho)	RIO PURUS (4. VILA)
29	João Rosa Ferreira de Souza	RIO PURUS (4. VILA)
30	Valdomiro Rodrigues de Lima	RIO PURUS (TABOCAL II)
31	Alcides Alexandre da Costa	RIO PURUS (TABOCAL II)
32	Antonio Xavier dos Santos	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
33	Jose Ribamar Pereira da Silva	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
34	João Gabriel dos Santos (Vieira)	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)

<b>Chefe da família</b>	<b>Local</b>
35 Reginaldo Gabriel dos Santos	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
36 Francisco da Silva Melo (Francelino)	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
37 Francisco Pereira Venâncio	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
38 Raimundo Nonato Pontes de Souza	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
39 Antonia Silva de Lima (Toinha)	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
40 Francisco Cosmo de Oliveira	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
41 Francisco Carlota Oliveira	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
42 Jenir Xavier do Nascimento (Jenir)	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
43 Antonia	RIO PURUS (VILA SÃO MIGUEL)
44 Manoel Gomes de Melo	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
45 Raimundo Nonato Garcia da Silva	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
46 João Barreto Campo (João Campo)	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
47 Manoel Inacio Freire de Souza (Japones)	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
48 Maria Jose Pereira da Silva	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
49 Luiz Jose da Silva	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
50 Maria das Graças Rodrigues de Souza	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
51 Zé Roberto Gomes de Melo	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
52 Adinardo Magalhães de Melo (Mandim)	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
53 Jose Ribamar Magalhães de Melo	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
54 Luis Gonzaga Gomes de Melo	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
55 Francisco Inacio Pereira da Silva	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
56 Pelegrino Garcia da Silva (Bertim)	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
57 Sebastião Magalhães de Melo	RIO PURUS (SÃO LEPOLDO)
58 Sandoval Barreto de Souza	RIO PURUS (2.VILA -BOCA DO MAPIA)
59 Jose Ferreira de Souza	RIO PURUS (2.VILA -BOCA DO MAPIA)
60 Jose Freire de Souza	RIO PURUS (2.VILA -BOCA DO MAPIA)
61 Abel Rodrigues de Sena	RIO PURUS (2.VILA -BOCA DO MAPIA)
62 Irlando Freire de Souza (Freire)	RIO PURUS (2.VILA -BOCA DO MAPIA)
63 Antonio Freitas de Melo (Mariano)	RIO INAUINI
64 Raimundo Rodrigues da Silva (Mundim)	RIO PURUS (3. VILA - SÃO JOAQUIM)
65 Sebastião Alexandre Freire da Silva	RIO PURUS (3. VILA - SÃO JOAQUIM)
66 Jesus Rodrigues de Souza	RIO PURUS (3. VILA - SÃO JOAQUIM)
67 Eduim Rodrigues de Souza (Eduim)	RIO PURUS (3. VILA - SÃO JOAQUIM)
68 Francisco Ferreira dos Santos	RIO PURUS (PRAINHA)
69 Francisco Rodrigues dos Santos	RIO PURUS (PRAINHA)
70 Ricardo Vieira dos Santos (Lica)	RIO PURUS (PRAINHA)
71 Maria Raimunda Ferreira dos Santos (Raimunda)	RIO PURUS (PRAINHA)
72 Farid da Silva	RIO PURUS (PRAINHA)
73 Sebastião Bandeira de Oliveira (Xiogo)	RIO PURUS (GUAMÃ)
74 Jose Carlos Cosmo de Lima (Barroso)	RIO PURUS (GUAMÃ)
75 Luiz Delfim de Lima (Pita)	RIO PURUS (GUAMÃ)
76 Francisco Oliveira da Silva (Bioso)	RIO PURUS (GUAMÃ)
77 Sebastião Delfino	RIO PURUS (GUAMÃ)
78 Raimundo Ferreira de Lima (Peteca)	RIO PURUS (GUAMÃ)
79 Sebastião Alexandre de Abreu	RIO PURUS (BAIAO)
80 Antonio Marcos Barbosa de Melo (Marcos)	RIO PURUS (BOCA DO INAUINI)
81 Clovis França Rodrigues	RIO PURUS (BOA HORA)
82 Leomar Fernandes Padilha	RIO INAUINI
83 Francisco Paiva de Lima (Chiquinho)	RIO INAUINI (BELA VISTA)

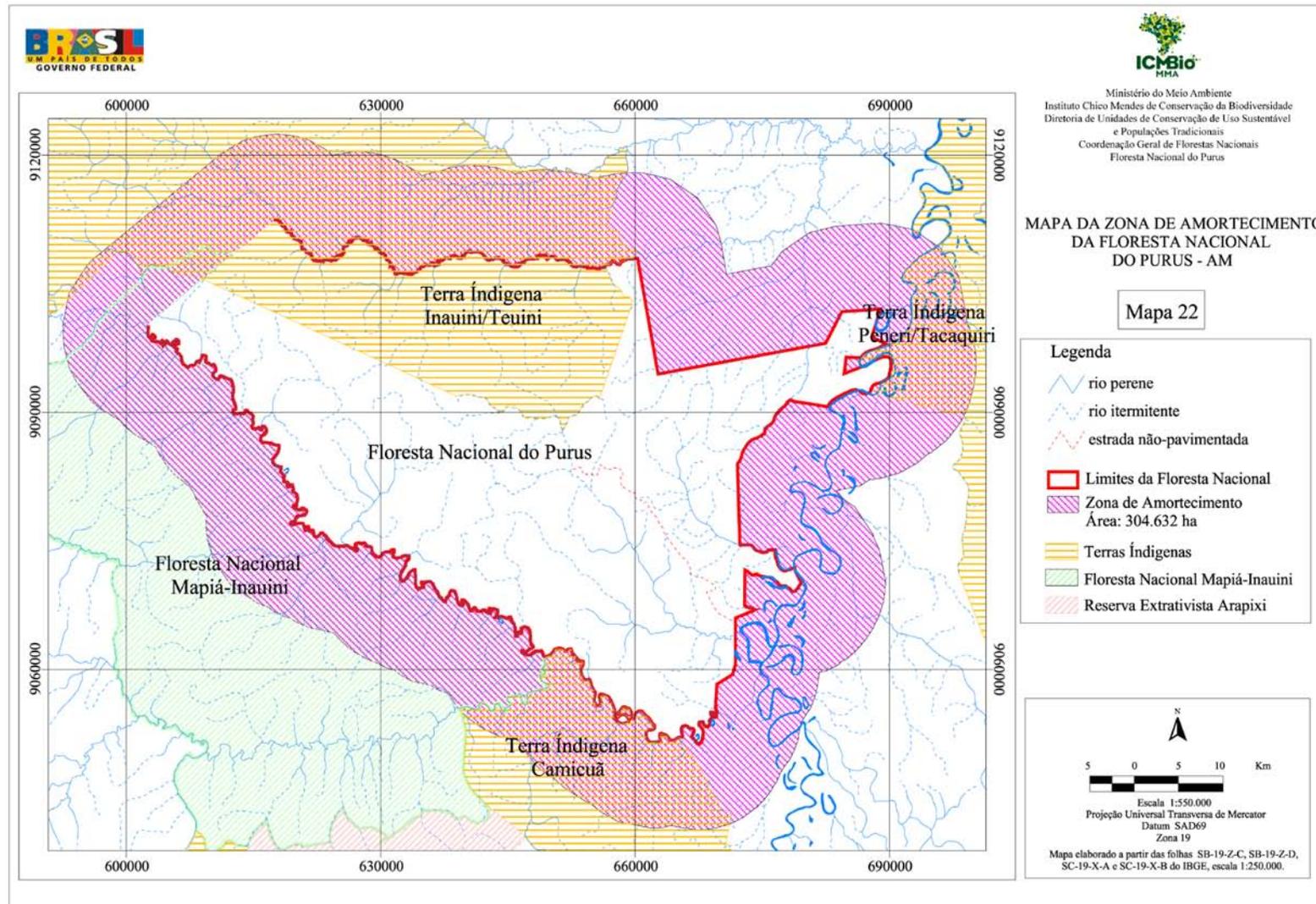
<b>Chefe da família</b>	<b>Local</b>
84 Estevão Rufino de Melo	RIO INAUINI (PRAIA ALTA)
85 Alcimar Fernandes Padilha	RIO INAUINI(COL. DO CORRENTE)

O modo de vida e a forma de uso e ocupação do solo se dão, quase sempre, da mesma forma como das famílias do interior da Unidade. Praticam agricultura familiar, com a comercialização do excedente; trabalham no extrativismo da castanha e, alguns, ainda na extração da borracha. A exceção são os pequenos pecuaristas localizados as margens do Rio Purus, a Nordeste da Floresta Nacional.

### **4.3. Terras Indígenas e Mosaico de Áreas Protegidas**

A Floresta Nacional do Purus faz limites com as Terras Indígenas Camicuã e Inauini/Teuini. Esta última está sobreposta à Unidade em aproximadamente 60.000 ha. Estas áreas foram consideradas como de influência direta da Floresta Nacional. A relação dos índios com a comunidade, que se dá apenas no Rio Inauini, é pacífica, não havendo qualquer tipo de conflito.

Busca-se que o ICMBio e a FUNAI entrem num acordo para definir a melhor destinação das áreas sobrepostas. A parceria dos dois órgãos governamentais pode trazer também benefícios concretos em ações conjuntas nas Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini e nas Terras Indígenas, transformando-se, assim, numa boa estratégia de gestão para ambas as áreas. Também existem na área de entorno da Floresta Nacional do Purus, a Terra Indígena Capana e a Reserva Extrativista Arapixi, que fazem divisa com a Floresta Nacional Mapiá-Inauini. Todas essas Unidades de Conservação e Terras Indígenas citadas, juntamente com a Floresta Nacional do Purus, constituem um mosaico de Áreas Protegidas estabelecido no trecho médio do rio Purus, em área pertencente ao "Arco do Desmatamento", devendo ser alvo de um processo de gestão unificado.



**Mapa 22** – Proposta de Zona de Amortecimento da Floresta Nacional do Purus

## **5. ATIVIDADES EM ANDAMENTO NA UNIDADE**

Na Floresta Nacional do Purus são desenvolvidas diversas atividades pela população local, visando à manutenção do seu modo de vida. No entanto, essas atividades nem sempre estão adequadas aos objetivos dessa categoria de Unidade de Conservação, o que não impede, muitas vezes, de se regularizar a partir da implementação dos programas sugeridos por esse Plano de Manejo. A atividade de exploração madeireira, por exemplo, na forma que ocorre hoje, é danosa para a Unidade. No entanto, não impede de ser incentivada como uma importante fonte de renda familiar, se explorada de forma sustentável, conforme os objetivos da Unidade.

Atualmente, também, estão sendo concebidos ou desenvolvidos projetos que objetivam à melhoria de qualidade de vida da população residente associada à geração de emprego e renda.

A presença de ONG's sediadas na Vila Céu do Mapiá, com profissionais com formação superior e/ou experiência técnica em projetos de desenvolvimento, possibilita o acesso a apoio técnico e financeiro de instituições governamentais e não governamentais ou de particulares.

A seguir, todas essas atividades em andamento são listadas e descritas, assim como, as atividades desenvolvidas pelo ICMBio nas ações de gestão.

### **5.1. Atividades Apropriadas**

Entre as atividades que podem ser consideradas apropriadas e condizentes com os objetivos gerais e específicos da Unidade, estão a agricultura familiar e de subsistência e a atividade florestal madeireira e não-madeireira, além é claro, das atividades voltadas para a gestão da Floresta Nacional, como a fiscalização, manutenção e conservação e as atividades técnicas em geral.

#### **5.1.1. Agricultura Familiar de Subsistência**

Na Floresta Nacional do Purus, praticamente a totalidade dos moradores do Rio Inauini, Igarapé Mapiá, Rio Purus e expressiva parcela dos moradores da Vila Céu do Mapiá, desenvolvem agricultura de subsistência nas suas colocações, sendo esta considerada uma das mais importantes atividades produtivas. O plantio de mandioca

(macaxeira) predomina entre os cultivos preferidos, pois a farinha de mandioca é a base da alimentação da população local. Além de ser usada para consumo próprio, o excedente da farinha é vendido no comércio de Boca do Acre ou da Vila Céu do Mapiá.

Outras culturas são comumente desenvolvidas na área, mas não com a mesma importância da mandioca. A banana, o abacate, o feijão e a laranja são também bastante cultivados pelos moradores. Já o mamão, o milho, a pupunha e o abacaxi são produzidos em pequena quantidade. As praias inundáveis do Rio Inauini e do Rio Purus (entorno), são utilizadas por alguns moradores para desenvolverem a cultura de praia, que é muito comum na região, apoveitando a fertilidade do solo ocasionada pela inundação sazonal dessas áreas durante o período das cheias. No período da vazante (no verão amazônico), quando as praias novamente emergem, algumas famílias plantam nessas especialmente férteis melancia, abóbora, feijão de praia, batata, milho entre outras culturas. Normalmente, quando o rio começa a encher, as colheitas já foram realizadas.

Alguns moradores estabelecidos à margem esquerda do Rio Inauini e do entorno, possuem pequenos plantios de cana-de-açúcar, que é utilizada para a produção de açúcar mascavo. Essa atividade é apoiada pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas – IDAM, que fornece os equipamentos (engenho, motor, tacho, etc.), realiza a assistência técnica e ainda faz a intermediação da venda do açúcar produzido para a Coca-Cola.

Apesar da importância da agricultura para a sobrevivência de muitos moradores, essa atividade não apresenta impactos ambientais significativos para a Unidade. Os “roçados” (como as terras de cultivo são designadas pela população local) ocupam pequenas áreas nas colocações dispersas ao longo do rio e dos igarapés. Cada família utiliza cerca de um a dois hectares por ano para fazer a sua plantação. Dificilmente ocorrem novos desmatamentos para a agricultura. Ao invés disso, os agricultores preferem reabrir as áreas de capoeira que já foram cultivadas anteriormente.

Já na Vila Céu do Mapiá, algumas famílias atualmente praticam agricultura para subsistência (lavoura branca, frutíferas) e destinam o excedente para comercializar na própria comunidade. O uso de hortaliças de fácil manejo na produção e com ciclo curto de reprodução também foi identificado. A espécie cultivada e frequência de uso dessas hortaliças estão relacionadas aos hábitos alimentares desses moradores, entre elas destacam-se: coentro, cheiro verde, couve, pimentão, alface, salsa, cebola, chicória, etc.

Os moradores que ocupam a área ao longo do Igarapé Mapiá cultivam lavoura branca, jagube (*Banisteriopsis caapi*) e rainha (*Psichotrya viridis*), plantas utilizadas no feitiço do Santo Daime. Os cultivos desses produtos objetivam suprir as necessidades da comunidade local, dos moradores da Vila Céu do Mapiá e de outros centros associados ao daime.

### 5.1.2. Sistemas Agroflorestais

Os SAFs (Sistemas Agroflorestais) são sistemas de produção que utilizam o plantio consorciado de espécies madeireiras, frutíferas e lavoura branca; visa a alimentação familiar e o uso racional da terra. Na Vila Céu do Mapiá e Igarapé Mapiá essa atividade é desenvolvida por famílias que participam desse sistema de agrofloresta, consistindo em troca de trabalho, e está direcionado ao projeto que foi implantado com o apoio da UFAC. As composições mais encontradas entre espécies arbóreas e as culturas agrícolas foram:

- Banana, gergelim, macaxeira, abacaxi, cana, mamão;
- Banana, macaxeira, cana, pupunha, patoá, laranjeira, limoeiro, abacate;
- Cupuaçu, macaxeira, açaí, abacaxi, mamão, castanheira, manga, limão;
- Abacaxi, banana, andiroba, açaí, patoá, mandioca, feijão, milho;
- Jagube, castanheira, cupuaçu, açaí, banana, andiroba, copaíba, abacaxi;
- Copaíba, andiroba, castanha, banana, açaí, abacaba;
- Cupuaçu, beribá, açaí, banana, andiroba, castanheira, pequi, cedro, copaíba.

O aspecto limitante para a implementação dos SAF's é a indisponibilidade de sementes florestais. Outro aspecto é a invasão das áreas por gado pertencente a vizinhos. Ambos os problemas devem ser corrigidos com prioridade durante a implementação do Plano de Manejo.

### 5.1.3. Criação de animais de pequeno e médio porte

Na Vila Céu do Mapiá esta atividade está representada pela criação de animais domésticos, onde, se destaca a pecuária, como atividade produtiva, com um índice de 41,51% dos moradores e um rebanho de aproximadamente 300 animais – o que é significativo para as limitações da área de pasto disponibilizadas. A pecuária apresenta-

se na área como alternativa de renda precária, gerando incômodos e prejuízos aos moradores em geral.

A avicultura também é desenvolvida, destacando-se os galináceos, devido à facilidade de criação e à qualidade como fonte de proteínas para os moradores. Foi identificada também a criação de outros animais como carneiros, cavalos, marrecos, patos, perus, porém, com pouca representatividade.

A criação desses animais de pequeno e médio porte é feita para o consumo dos derivados e eventualmente para o consumo da carne, sendo que sua comercialização ocorre com pouca frequência.

#### **5.1.4. Atividades Relacionadas à Caça e Pesca**

Na Unidade, a caça e a pesca são atividades de fundamental importância para a complementação alimentar. São realizadas independentemente do período do ano e estão vinculadas às necessidades da família.

Na Vila Céu do Mapiá a caça é realizada por 16% das famílias. Os moradores informaram que a área é escassa em animais. As espécies mais citadas foram: paca, veado, porco, anta, cutia, tatu e o mutum. Segundo levantamentos realizados, não foi identificado o comércio de animais silvestres na área.

A pesca é uma importante atividade realizada por grande parte dos moradores, especialmente os residentes nos rios Inauini e Purus. Além de ser um dos principais alimentos dos ribeirinhos, o peixe se constitui como uma excelente fonte de renda, já que muitas famílias praticam a pesca comercial. Devido à importância da pesca na região e pela grande quantidade de lagos existentes na área, é fundamental trabalhar com a concretização de acordos de pesca, no manejo de lagos e na aquicultura, valorizando assim o potencial dessa atividade na Floresta Nacional.

As espécies mais citadas foram: piau, piaba, matrinhã, pacu, sardinha, cará, pirapitinga, mandim, dourado, cuiu, surubim e piranha.

### 5.1.5. Atividades Florestais Madeireiras

Uma das atividades que se destacam na Floresta Nacional do Purus, na área do Rio Inauini é a fabricação artesanal de canoas. De fato, muitas famílias têm nessa atividade a principal alternativa de renda. Para a fabricação de canoas as espécies mais utilizadas são as seguintes: guariúba, cumarú-cetim, pequizeiro e jacareúba.

Alguns moradores realizam a extração de madeira para vendê-la em pranchas, principalmente, ou em caibros e vigas. As árvores são derrubadas e a madeira é processada com o uso de motosserras. Geralmente a produção da madeira é feita sob encomenda e a comercializada em Boca do Acre. As principais espécies usadas para a produção de madeira serrada são: cedro, itaúba, cumaru-cetim, maçaranduba, cupiúba, mata-matá, ripeiro e outras.

De acordo com o diagnóstico realizado na área, a atividade madeireira da forma que vem sendo conduzida, ainda que realizada pelas comunidades e através de um sistema de exploração manual, com o transporte feito por canoas, também gera impactos para a floresta; principalmente em função da extração altamente seletiva.

Na Vila Céu do Mapiá, cerca de 14% realizam a extração de madeiras para construções de casas e canoas. Para essa prática, os moradores citaram a retirada de madeiras como: itaúba, canelão, guariúba, coiuba, gitó, marupá, abiorana, sapucaia, maçaranduba, cedro, cupiúba, currinboque e angelim.

Como na Vila a extração de madeira também se constitui como uma alternativa de geração de emprego e renda, a comunidade vem se preparando para iniciar a extração racional, diminuindo a pressão sobre esses recursos. A atividade desenvolvida no local visa a suprir as demandas da comunidade. Através de parceria entre a comunidade, WWF e CTA promoveu-se um ciclo de reuniões e oficinas estabelecendo intercâmbio com os manejadores do PAE Porto Dias, visando também à formação e capacitação dos comunitários.

Por essa atividade ser considerada importante para a gestão da Unidade, é necessário que a mesma seja regularizada, recomendando-se a capacitação dos moradores envolvidos na atividade para minimizar os impactos ambientais. Assim, acredita-se que o manejo florestal comunitário de impacto reduzido seja o melhor modelo para as comunidades da Unidade. Cabe ressaltar, que, conforme preconiza a lei de Gestão de Florestas Públicas, a produção madeireira sob o regime de concessão florestal pode ser realizada nas Florestas Nacionais, podendo favorecer com isso a geração de empregos para a população da Floresta Nacional do Purus e do entorno.

### 5.1.6. Atividades Florestais Não Madeireiras

Para os moradores da Floresta Nacional do Purus, que se localizam ao longo do Rio Inauini, a coleta de castanha (*Bertholletia excelsa*) é, junto com o roçado, a principal fonte de renda e destaca-se pela facilidade de comercialização com os marreteiros da região. Quase todos os moradores dependem direta ou indiretamente da comercialização da castanha para o sustento da família. O período de coleta dos frutos se estende de dezembro até março, geralmente. Entretanto, a coleta é feita sem nenhuma técnica ou cuidado para garantir a preservação da espécie. Normalmente todos os ouriços encontrados são coletados. Isso mostra a necessidade de investir na conscientização dos coletores e também na introdução de técnicas adequadas ao manejo, para reduzir a pressão sobre a espécie.

Outra atividade bastante expressiva na área é a extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis* ou *Hevea guianensis*). Alguns seringueiros produzem a borracha defumada para ser comercializada na cidade. Porém, nos últimos 10 anos a queda da produção da borracha acentuou-se consideravelmente com a desmobilização de 50% dos moradores. Essa paralisação é justificada pela ausência de compradores e o baixo valor de venda.

Recentemente, durante alguns anos, foi produzido o couro vegetal, que é formado por tecido recoberto, em um das faces, por fina camada de borracha vulcanizada. Acompanhada pela Associação dos Produtores de Artesanato e Seringa de Boca do Acre – APAS, essa atividade, criada e dirigida por moradores da Vila Céu do Mapiá, desenvolveu-se de forma mais ordenada. No ano de 2005, quatro unidades produtoras do couro vegetal na Floresta Nacional Mapiá-Inauini, receberam a certificação florestal FSC (Forest Stewardship Council), considerada pela APAS como um projeto piloto, que futuramente deverá ser estendido para outros produtores, com a conquista de novos mercados e o investimento na produção. No entanto, atualmente a produção encontra-se paralisada em razão de dificuldades de mercado.

A copaíba (*Copaifera* spp.) e a andiroba (*Carapa guianensis*) são duas espécies florestais produtoras de óleos. Apesar do potencial de produção dessas espécies na Floresta Nacional, a extração de óleo é realizada em pequena escala. De acordo com os extrativistas, a falta de mercado é o principal motivo da baixa produção. Portanto, a busca de novos mercados consumidores, a proposta de manejo florestal comunitário para esses produtos e os investimentos para o beneficiamento dos óleos, podem resultar em significativo aumento na produção. Cabe mencionar que a COOPERAR,

sediada na Vila Céu do Mapiá, estabeleceu uma filial em Boca do Acre onde implantou uma micro-usina de beneficiamento de óleos vegetais, devendo se tornar uma via de acesso a mercados para as populações do Inauini na medida em que o projeto se consolide.

Os cipós titica e ambé (abundantes na Unidade) são utilizados para fabricação de vassouras, balaios, cestas e paneiros<sup>43</sup>. Esses utensílios, fabricados de forma artesanal, são utilizados nas próprias residências e o excedente é comercializado.

Algumas sementes são coletadas e comercializadas com artesãos de Boca do Acre, para fabricação de brincos, colares, anéis, pulseiras e outros. As sementes preferidas para esse fim são as de jarina, mulungu e açai.

Apesar do potencial, pela abundância na área da Floresta Nacional e no entorno, o açai, o buriti, o patoá, o tucumã, entre outros produtos não madeireiros são pouco explorados na região, certamente em razão da falta de mercado consumidor e de estrutura para coleta, transporte, armazenamento e beneficiamento desses produtos.

#### **5.1.7. Comércio**

Na Unidade esta atividade encontra-se presente informalmente na Vila Céu do Mapiá através das unidades comerciais informais instaladas na comunidade. São importantes não só para os moradores da vila, como também para os visitantes que participam da doutrina espírita do Santo Daime. Dentre os estabelecimentos comerciais presentes, podem-se citar, como mais representativos, hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, padarias e mercados de estivas<sup>44</sup>.

Os altos preços das mercadorias vendidas através do comércio local decorrem apenas em parte do elevado custo do frete para aquisição em municípios próximos. Todo o abastecimento é realizado através de canoas, que, na época da estiagem, transportam no máximo quinhentos quilos, a um custo de, no mínimo, seiscentos reais por frete – o que torna os produtos naturalmente caros no mercado local. A construção do ramal ligando a Vila ao rio Purus em 2005 deverá diminuir esses custos, pelo menos na época da estiagem, quando se torna trafegável. No entanto, há um outro fator significativo na composição dos altos preços praticados na Vila Céu do Mapiá, que é um certo caráter oligopolizado do abastecimento: o comércio é quase que totalmente

---

<sup>43</sup> Paneiro: espécie de cesto típico da Amazônia

<sup>44</sup> Estivas: nome regional para designar produtos de varejo

controlado por poucos comerciantes, que, sem maiores competições, podem estabelecer preços artificialmente elevados. Este foi um fator determinante que induziu a criação de uma cooperativa de abastecimento na área. Através dessa cooperativa, implantou-se um sistema de abastecimento mais eficiente, que, pela competição, busca reduzir e equilibrar os preços das mercadorias num patamar mais próximo de uma composição justa entre custos e lucros.

A cooperativa se abastece com mercadorias compradas na cidade de Rio Branco e adquire alguns produtos de outros estados por preços vantajosos, graças ao poder de compra coletivo. No comércio interno, circula uma forma de pagamento em bônus, identificada com o valor em reais e a assinatura do emitente. Aceito pelo comércio local e cooperativa, e utilizado pela comunidade, tem como o principal emitente o IDA/Cefluris, pela remuneração de serviços na produção do Santo Daime.

Em razão de a atividade comercial ser considerada importante para a população local, é necessário que seja regularizada para a melhoria da qualidade de serviços a serem oferecidos à comunidade e aos visitantes.

#### **5.1.8. Turismo**

Na Floresta Nacional do Purus outra atividade bastante expressiva constitui-se na visitação. A Vila Céu do Mapiá dispõe de infra-estrutura física e logística que garante condições para recebimento e permanência dos visitantes, oferecendo serviços de pousadas, padaria, telefonia, acesso à Internet, lanchonete, entre outros, em condições rústicas, típicas da comunidade. A atividade turística movimenta o comércio local, o artesanato e serviços, além de absorver parte da produção agrícola dos moradores do entorno, constituindo uma das mais importantes fontes de renda.

A área é ponto de atração religiosa para adeptos e simpatizantes da doutrina espírita do Santo Daime, que estabelecem um fluxo constante de visitas. O fluxo é ampliado na época dos festivais religiosos que acontecem duas vezes por ano na Vila, atraindo visitantes de diversas partes do Brasil e do mundo. O fluxo de visitação nos últimos anos tem sido de cerca de 250 pessoas em média, somente nos festivais. Atualmente, a atividade turística na Floresta Nacional não dispõe de nenhum controle ou fiscalização, o que facilita a fixação de novos moradores, o que não permite a lei 9.985/2000 (SNUC).

### **5.1.9. Fiscalização e controle**

Na Floresta Nacional do Purus existe uma fiscalização precária, apesar da presença sistemática de um servidor do Ibama na Vila Céu do Mapiá desde 2003. A atividade enfrenta dificuldades logísticas e carência de recursos consideráveis. Mesmo na área do Igarapé Mapiá, a ação do órgão tem se limitado apenas ao atendimento de demandas mais localizadas na Vila. Apesar das dificuldades, essa nova situação representa um avanço considerável em relação há anos anteriores, percebendo-se uma maior consciência entre os moradores locais. Existe uma articulação constante com a Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá, que colabora com a manutenção de um Livro de Ocorrências, onde se registram demandas e denúncias dos moradores, para serem atendidas pelo órgão gestor.

No restante da Floresta Nacional as ações de controle e fiscalização são pontuais, através de viagens eventuais à área. Os moradores locais têm desempenhado um papel fundamental, conversando e orientando possíveis invasores ou mesmo fazendo denúncias, dependendo da necessidade. Normalmente, as denúncias recebidas sobre supostos ilícitos ambientais praticados na Unidade são registradas e os denunciados são procurados pelos servidores do órgão gestor, orientados, advertidos ou punidos, conforme o caso, de acordo com a legislação pertinente.

A carência de servidores lotados na Unidade e também a inexistência de bases operacionais na Floresta Nacional são os principais fatores que dificultam a realização de operações sistemáticas.

### **5.1.10. Manutenção e Conservação**

Estão instaladas na Floresta Nacional do Purus 04 placas de identificação, que contém, também, orientações sobre as proibições de atividades ilegais no interior da Unidade. Os locais são: uma no Igarapé Mapiá, no ponto em que intercepta o limite da Floresta Nacional, uma na Vila Céu do Mapiá, uma no Rio Purus e uma no Rio Inauini, no ponto em que intercepta o limite da Unidade de Conservação.

A sede da Floresta Nacional funciona em conjunto com o Escritório Regional de Boca do Acre do IBAMA, juntamente com a sede da Floresta Nacional Mapiá-Inauini e Resex Arapixi. Não existem funcionários administrativos, nem mesmo auxiliares de serviços gerais e de limpeza. Os serviços de limpeza e de manutenção do prédio são feitos por pessoas contratadas especificamente para esse fim.

### 5.1.11. Atividades Técnicas

Na Vila Céu do Mapiá vêm sendo desenvolvidas atividades técnicas sistemáticas desde 2003, incluindo-se a representação do órgão no processo participativo do “Plano de Desenvolvimento Comunitário” implementado nessa localidade até 2004, com apoio da WWF-Brasil e assessoria técnica do Instituto Nawa e CTA. O ICMBio, que ainda não dispõe de uma sede na Floresta Nacional, utiliza instalações e apoio da Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá para desenvolver suas atividades, tais como atendimento a solicitações de abertura de áreas para a agricultura familiar. A partir do início de 2005, com a primeira Oficina de Planejamento Participativo do Plano de Manejo realizada na Vila Céu do Mapiá, as atividades técnicas na Floresta Nacional passaram a centrar-se nessa tarefa, que deverá viabilizar a implantação efetiva do órgão na Unidade de Conservação.

Desde o ano de 2004 foram realizadas pelos menos duas reuniões anuais nas comunidades do Rio Inauini residentes nas Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini, visando principalmente a orientar os moradores sobre seus direitos e deveres, a legislação ambiental, o papel da população na preservação dos recursos da Unidade e também mobilizar a população para participar do processo de construção do Plano de Manejo e do Conselho Consultivo da Floresta Nacional.

Como o objetivo de fortalecer as organizações sociais nas comunidades, foram realizadas duas oficinas de capacitação sobre associativismo para os moradores. As oficinas contaram com a participação de cerca de 100 pessoas. Foi também nessas oficinas que se iniciaram as discussões sobre a forma de participação da população local no processo de gestão da Floresta Nacional. Além disso, ficou definido que, apesar da existência de outras associações, a Associação Extrativista Deus É Amor representaria os moradores do Rio Inauini no Conselho Consultivo da Floresta Nacional Mapiá-Inauini e também no Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Purus.

Também no contexto das atividades para a construção do Plano de Manejo e do Conselho Consultivo da Floresta Nacional, foi criada a Associação Fé em Deus pelos moradores do Rio Purus residentes na Floresta Nacional do Purus, com apoio do órgão gestor, viabilizando oficinas de associativismo ministradas por membros do STR de Boca do Acre.

### 5.1.12. Atividades desenvolvidas por iniciativas comunitárias

O grau de organização social observado na Vila Céu do Mapiá, a presença de ONG's sediadas na comunidade, o nível elevado de formação educacional de muitos moradores, a capacidade de articulação dos mesmos com atores externos à Unidade e a grande influência que a Doutrina do Santo Daime, são fatores que vêm possibilitando o acesso a apoio técnico e financeiro de instituições governamentais e não governamentais ou de particulares, no desenvolvimento de projetos que visem a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população na Floresta Nacional.

Abaixo estão descritos alguns desses projetos:

**Quadro 4** – Projetos desenvolvidos por iniciativa das comunidades de Floresta Nacional do Purus

<b>Projeto</b>	<b>Implantação da Agenda 21 na Vila Céu do Mapiá</b>
<b>Instituição</b>	IDA-CEFLURIS
<b>Objetivo</b>	Implantar o Fórum Local da Agenda 21 na Vila Céu do Mapiá, consolidando desta maneira o amplo processo de desenvolvimento comunitário em andamento na comunidade.
<b>Fonte de recursos</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>Situação</b>	projeto elaborado
<b>Projeto</b>	<b>Apoio Técnico ao Grupo de Artesanato de Produtos Florestais Não-Madeireiros da Floresta Nacional do Purus</b>
<b>Instituição</b>	Núcleo de Estudos Pró-Amazônia (NEPAM) – Universidade Federal de Viçosa
<b>Objetivos</b>	Dar suporte técnico e científico ao grupo de artesanato da Vila Céu do Mapiá.
<b>Fonte de recursos</b>	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB)- Programa BECA (Bolsa de Estudos para a Conservação da Amazônia)
<b>Situação</b>	em execução, aprovado pela fonte de recursos
<b>Projeto</b>	<b>Apoio a agroindústria comunitária Cachoeira/ Igarapé Mapiá</b>
<b>Instituição</b>	IDA-CEFLURIS
<b>Objetivos</b>	“No caso da Amazônia, um programa de segurança alimentar deve impulsionar um conjunto de pequenos empreendimentos dinamizadores da economia local, que combinem extrativismo com agricultura ecológica, assegurando a inclusão social, a geração de renda e a produção de alimentos nutritivos e saudáveis em conjunto com a melhoria dos hábitos alimentares.”
<b>Fonte de recursos</b>	MDS/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
<b>Situação</b>	aprovado pela fonte de recursos
<b>Projeto</b>	<b>Apoio a Unidade Produtiva em Agrofloresta na Vila Céu do Mapiá</b>

<b>Instituição</b>	IDA-CEFLURIS
<b>Objetivos</b>	“No caso da Amazônia, um programa de segurança alimentar deve impulsionar um conjunto de pequenos empreendimentos dinamizadores da economia local, que combinem extrativismo com agricultura ecológica, assegurando a inclusão social, a geração de renda e a produção de alimentos nutritivos e saudáveis em conjunto com a melhoria dos hábitos alimentares.”
<b>Fonte de recursos</b>	MDS/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
<b>Situação</b>	aprovado pela fonte de recursos
<b>Projeto</b>	<b>Apoio à Implantação de Agroindústria Familiar na Vila Céu do Mapiá</b>
<b>Instituição</b>	IDA-CEFLURIS
<b>Objetivos</b>	“No caso da Amazônia, um programa de segurança alimentar deve impulsionar um conjunto de pequenos empreendimentos dinamizadores da economia local, que combinem extrativismo com agricultura ecológica, assegurando a inclusão social, a geração de renda e a produção de alimentos nutritivos e saudáveis em conjunto com a melhoria dos hábitos alimentares.”
<b>Fonte de recursos</b>	MDS/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
<b>Situação</b>	aprovado pela fonte de recursos
<b>Projeto</b>	<b>Apoio à Implantação de Agroindústria Familiar na Vila Céu do Mapiá</b>
<b>Instituição</b>	Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra/IDA-CEFLURIS
<b>Objetivos</b>	“No caso da Amazônia, um programa de segurança alimentar deve impulsionar um conjunto de pequenos empreendimentos dinamizadores da economia local, que combinem extrativismo com agricultura ecológica, assegurando a inclusão social, a geração de renda e a produção de alimentos nutritivos e saudáveis em conjunto com a melhoria dos hábitos alimentares.”
<b>Fonte de recursos</b>	MDS/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
<b>Situação</b>	aprovado pela fonte de recursos
<b>Projeto</b>	<b>Construção de poço semi-artesiano na Agroindústria Comunitária Vila Céu do Mapiá.</b>
<b>Instituição</b>	IDA-CEFLURIS
<b>Objetivos</b>	A utilização da água, captada diretamente do Igarapé Mapiá, constitui-se em um sério problema, tanto para a qualidade dos alimentos, como para a saúde das famílias envolvidas no projeto. Por isso a necessidade de implantar na região poços de água potável.
<b>Fonte de recursos</b>	MDS/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
<b>Situação</b>	aprovado pela fonte de recursos
<b>Projeto</b>	<b>Construção de Poço Semi-artesiano na Agroindústria Comunitária Cachoeira no Igarapé Mapiá.</b>
<b>Instituição</b>	IDA-CEFLURIS

<b>Objetivos</b>	A utilização da água, captada diretamente do Igarapé Mapiá, constitui-se em um sério problema, tanto para a qualidade dos alimentos, como para a saúde das famílias envolvidas no projeto. Por isso a necessidade de implantar na região poços de água potável.
<b>Fonte de recursos</b>	MDS/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
<b>Situação</b>	aprovado pela fonte de recursos
<b>Projetos</b>	<b>Projeto Biodiesel: Produção de Energia e Alimento na Floresta Nacional do Purus</b>
<b>Instituição</b>	Guardiões da Floresta
<b>Objetivos</b>	Estabelecer a cadeia produtiva do biodiesel, com o aproveitamento dos subprodutos e resíduos do processo, para a produção de biodiesel e alimento (ração animal, produção agroflorestal).
<b>Situação</b>	projeto elaborado

---

**Projetos parcialmente dentro dos limites da Floresta Nacional do Purus**

<b>Projeto</b>	<b>Apoio a Unidade Produtiva em Agrofloresta ao longo do Igarapé Mapiá.</b>
<b>Instituição</b>	IDA-CEFLURIS
<b>Objetivo</b>	No caso da Amazônia, um programa de segurança alimentar deve impulsionar um conjunto de pequenos empreendimentos dinamizadores da economia local, que combinem extrativismo com agricultura ecológica, assegurando a inclusão social, a geração de renda e a produção de alimentos nutritivos e saudáveis em conjunto com a melhoria dos hábitos alimentares
<b>Fonte de recursos</b>	MDS/FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
<b>Situação</b>	aprovado pela fonte de recursos

<b>Projeto</b>	<b>Beneficiamento de Óleos Vegetais em Boca do Acre-AM</b>
<b>Instituição</b>	AMVCM
<b>Objetivo</b>	Viabilizar a usina de beneficiamento de óleos, certificação junto de castanhas e outros produtos extrativistas dentro da área da Floresta Nacional.
<b>Fonte de recursos</b>	MMA/PDA
<b>Situação</b>	em execução

<b>Projeto</b>	<b>Extensão Florestal em Pauini e Boca do Acre</b>
<b>Instituição</b>	COOPERAR
<b>Objetivo</b>	O projeto promoverá, participativamente com os beneficiários, a elaboração do diagnóstico das propriedades e áreas de uso comum, do planejamento desses locais para o manejo agroflorestal e de projetos de crédito para essas atividades (manejo florestal e Sistemas Agroflorestais - SAFs). Os beneficiários, por meio do crédito, desenvolverão atividades de manejo florestal ou implantação de SAFs, recebendo do projeto assistência técnica continuada. Ao todo, serão atendidas, ao longo de 3 anos, 120 famílias e 240 produtores familiares, sendo metade mulheres.
<b>Fonte de recursos</b>	FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE / FNMA
<b>Situação</b>	aprovado pela fonte de recursos

**5.2. Atividades Conflitantes**

As atividades conflitantes podem ser definidas como aquelas que desrespeitam os objetivos preconizados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. São exemplificadas não somente pela caça, pesca e retirada ilegal de madeira, mas também incluem as atividades para a instalação de empreendimentos de comunicação, como torres e antenas, passagem de transmissão de energia elétrica, estradas rodoviárias, entre outras atividades também consideradas poluidoras e causadoras de modificações do ambiente, pondo em risco a integridade dos ecossistemas e em

oposição aos objetivos relacionados às ações de manejo previstas. Entre as atividades conflitantes que ocorrem hoje na Unidade, destacam-se a extração ilegal de madeira por residentes e não-residentes, a caça comercial e a sobre-pesca. No entanto, com a correta regularização das atividades de exploração madeireira, com o incentivo para o manejo de fauna e da pesca, essas atividades que hoje se encontram irregulares poderão ser desenvolvidas na legalidade, transformando-se inclusive, numa boa alternativa de renda para a comunidade.

### **5.2.1. Extração ilegal de madeira**

A atividade madeireira desempenha um papel expressivo na economia do município de Boca do Acre – AM e região. Por muitos anos o rio Inauini vem sendo alvo da extração de madeira, para atender a demanda das indústrias locais. Conforme foi identificado no levantamento do potencial florestal, a exploração era feita de forma seletiva, onde as espécies madeireiras de maior valor de mercado eram retiradas, sem nenhuma técnica de manejo. Com a presença institucional do Ibama/ICMBio na área, essa atividade ilegal reduziu sensivelmente. Entretanto, embora em pequena escala, continua sendo desenvolvida, agora, visando atender principalmente as pequenas indústrias de móveis. Em geral, é realizada por “prancheiros” (pessoas que extraem e comercializam a madeira em forma de pranchas e normalmente em pequena quantidade) ou mesmo por moradores que fazem parcerias com os prancheiros.

Na Vila Céu do Mapiá essa atividade também se constitui em alternativa de geração de emprego e renda, a comunidade vêm se organizando para desenvolver a extração racional através da parceria estabelecida entre a comunidade, WWF e CTA com o objetivo de capacitar os moradores, diminuindo, assim, a pressão sobre os recursos.

Para regularizar essa situação, como já foi dito, acredita-se que a implementação do manejo florestal madeireiro comunitário na Unidade pode suprir de forma legalizada esse mercado e ainda se constituir em uma importante fonte de renda para os moradores que tenha interesse e perfil para a atividade, diminuindo o impacto gerado por essa atividade. Além disso, pode-se pensar em uma forma de envolver os atuais prancheiros na atividade visando sua capacitação e formação, para não deixá-los de fora do mercado de trabalho e aproveitar o potencial produtivo e de conhecimento dos mesmos.

### **5.2.2. Caça**

A utilização da carne de caça na alimentação humana é uma tradição muito comum na Amazônia. No município de Boca do Acre e região não é diferente. Em função disso, há uma forte pressão sobre várias espécies da fauna silvestre. Como a bacia do Rio Inauini possui uma fauna ainda bastante rica e diversa, muitos moradores da cidade entram na área da Floresta Nacional do Purus, para caçarem ilegalmente. A carne dos animais abatidos é comercializada em Boca do Acre ou nos municípios vizinhos. Muitas vezes, os próprios moradores levam a carne de caça para comercializar na cidade. Entretanto, na Vila Céu do Mapiá, uma pequena porcentagem de moradores utilizam da caça para subsistência e não foi identificado, nessa área, a comercialização de animais silvestres.

A instalação de uma base de fiscalização na entrada da Floresta Nacional, próximo da foz do Rio Inauini, certamente é uma estratégia fundamental para evitar essa e outras atividades ilegais, que atingem as duas Unidades vizinhas. Enquanto que, para manter a cultura local da utilização de carne de caça na alimentação, pode-se estimular o manejo e/ou a criação de algumas espécies da fauna silvestre, pela população da Unidade.

### **5.2.3. Sobrepesca**

Na Unidade, a pesca é a atividade mais desenvolvida por quase todas as famílias e considerada a principal fonte de alimento da região. O Rio Inauini é um importante local de reprodução de diversas espécies da ictiofauna, pelas suas características e pela grande quantidade e extensão de lagos que apresentam ao longo de suas várzeas. No entanto, muitas dessas espécies estão sofrendo forte pressão pela sobrepesca e também pela pesca ilegal durante o período da piracema. Outra localidade utilizada pelos moradores da Unidade é o Igarapé Mapiá e o Rio Purus, responsáveis pelo abastecimento da população residente na Vila e do Rio Purus, respectivamente. No entanto, a atividade é realizada também por pessoas que não residem no interior da Unidade e que adentram os rios e igarapés com barcos pesqueiros, muitas vezes com práticas não recomendadas e comercializam no município de Boca do Acre. Essa atividade além de ser predatória, também reduz o estoque necessário à subsistência da população que necessita desse recurso para sobreviver.

Para reduzir essa pressão podem ser estabelecidos na área acordos de pesca, restrições para alguns lagos considerados estratégicos para a reprodução, manejo de lagos e aquicultura. Alguns moradores e pescadores locais já se mostraram favoráveis a essas ações. A base de controle e fiscalização citada no item anterior também pode ser muito importante para controle dessa atividade.

## **6. ASPECTOS INSTITUCIONAIS**

Com o objetivo de dar continuidade às ações de gestão da Unidade, torna-se importante entender como se dá atualmente a estrutura organizacional da Unidade. Outra importante informação a ser considerada é em relação aos recursos humanos que a Unidade poderá dispor para a implementação da Unidade, assim como caracterizar a infra-estrutura que a Floresta Nacional dispõe hoje, tanto no que diz respeito aos equipamentos e materiais permanentes, como em relação a edificações e benfeitorias.

Por último, é feito um levantamento das relações intra e inter-institucionais, identificando potenciais parceiros para a implementação dos programas previstos neste documento.

### **6.1. Estrutura Organizacional**

A Floresta Nacional do Purus, no momento da construção deste Plano de Manejo, assim como sua vizinha a Floresta Nacional Mapiá-Inauini, estava vinculada tecnicamente à Coordenação Geral de Florestas Nacionais – CGFLO, através do Núcleo de Unidades de Conservação (NUC) da Superintendência do Ibama no estado do Acre. Devido à dificuldade de deslocamento e à grande distância entre o município de Boca do Acre/AM (onde se localiza a sede da Unidade) e a capital do estado, Manaus, o apoio técnico e logístico era feito pelo Acre. Atualmente, está subordinada à Coordenação Regional do ICMBio em Boca do Acre. O item 6.5. (Relações Intra-Institucionais) relata esse assunto com mais detalhes.

### **6.2. Recursos Humanos**

A partir da criação da Floresta Nacional do Purus, o Ibama passou a exercer o controle sobre a área, ficando esta atribuição a cargo da Superintendência do estado do Amazonas.

Em dezembro de 1989 foi celebrado o Convênio nº 131/89 entre o Ibama e a Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá – AMVCM, sendo renovado em 1996 pelo Acordo de Cooperação Técnica 046/96, ambos visando à proteção e ao manejo racional dos recursos naturais. Os reflexos da falta de servidores lotados na Unidade eram, até certo ponto, compensados pelas cooperações técnicas e os cuidados voluntários das comunidades residentes, que possibilitaram o desenvolvimento de projetos e, de certa forma, garantiam uma presença institucional na área e sua manutenção sob bases sustentáveis.

Mais tarde, por volta de 1997, foi designado um servidor que assumiu o ESREG de Boca do Acre e acumulou a chefia da Unidade até 1999. Durante esse período houve um atendimento mais efetivo do órgão às demandas sócio-ambientais da gestão da Floresta Nacional, com diversas visitas, palestras e licenciamento de abertura de roçados.

Posteriormente, a chefia da Floresta Nacional foi assumida por um servidor lotado na SUPES-AM, em Manaus. Durante esse período, em razão das dificuldades logísticas ocasionadas pela distância até a Floresta Nacional, não foi possível manter uma atuação efetiva do órgão na área.

No ano de 2002, o Ibama realizou concurso público para a admissão de Analistas Ambientais, tendo sido lotados dois, neste mesmo ano, na Floresta Nacional Mapiá-Inauini e outros dois, no ano seguinte, na Floresta Nacional do Purus. Constituiu-se uma equipe, que passou a planejar ações nas duas Unidades de Conservação, com vista ao cumprimento do estabelecido no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, objetivando, sobretudo, um maior controle das Unidades, a constituição dos Conselhos de Gestão e a elaboração dos Planos de Manejo. Em 2004 a chefia da Floresta Nacional foi assumida por um desses analistas ambientais lotados na Unidade. Com o passar do tempo a equipe foi reduzindo, em função de remoções, permanecendo somente os dois técnicos da Floresta Nacional do Purus. Com isso, um deles ficou com a chefia da Floresta Nacional do Purus e o outro foi convocado para a chefia da Floresta Nacional Mapiá-Inauini.

As ações que estavam sendo desenvolvidas não sofreram descontinuidade, pois ambas as Florestas Nacionais, naquele momento, por acordo interno do órgão, passaram a contar com o suporte técnico do Núcleo de Unidades de Conservação da Superintendência do Ibama no Acre, (cujas facilidades logísticas criam maior factibilidade para o apoio), mantendo-se, contudo, sob a coordenação administrativa da Superintendência do Ibama no Amazonas.

Um novo concurso foi realizado em 2005, sendo que um dos Analistas Ambientais aprovados foi lotado na Floresta Nacional do Purus e outro na Mapiá-Inauini. A Analista Ambiental lotada na Floresta Nacional do Purus foi removida em janeiro de 2007.

Atualmente a gestão da Unidade é realizada integradamente com a da Floresta Nacional Mapiá-Inauini. A Floresta Nacional do Purus, especificamente, conta com apenas dois servidores, conforme mostra o quadro abaixo, sendo ambos os Analistas Ambientais concursados. A equipe conjunta formada com o analista da Floresta Nacional Mapiá-Inauini não conta com nenhum funcionário contratado para serviços terceirizados, nem para atividades administrativas, nem mesmo para serviços gerais e de vigilância (seja da sede compartilhada com o ESREG de Boca do Acre, seja das próprias Florestas Nacionais). Essa carência de funcionários sobrecarrega os analistas ambientais lotados nas Unidades, que, dividindo tarefas entre si, são responsáveis, inclusive, pelos serviços administrativos - o que compromete a realização de importantes ações voltadas à gestão. Da mesma forma, o patrimônio do órgão e a própria Unidade ficam expostos pela falta de vigilância. As atividades de limpeza da sede, manutenção de equipamentos, viagens que necessitam de piloto para a embarcação (patrimônio da Floresta Nacional Mapiá-Inauini) e outros serviços gerais na área da Floresta Nacional do Purus são realizados com a contratação eventual de pessoas para esses fins.

Esse cenário demonstra a necessidade de estruturação de um quadro de pessoal, não somente para as atividades técnicas, mas, sobretudo, para a área administrativa, para serviços gerais e vigilância.

**Quadro 5** - Quadro de servidores da Floresta Nacional do Purus

<b>NOME DO SERVIDOR</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>INGRESSO NA FLONA</b>
Flávio Marcelo de Mattos Paim	Eng. Civil	Analista Ambiental/ Chefe da Unidade	2003

### **6.3. Infra-estrutura (Edificações e benfeitorias)**

A Floresta Nacional do Purus não possui edificações ou benfeitorias próprias. Sua sede funciona em conjunto com a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e a Reserva Extrativista Arapixi no prédio do antigo Escritório Regional do IBAMA de Boca do Acre – AM. O ESREG foi desativado, mas ainda serve de base de apoio para as equipes de

fiscalização do IBAMA em Boca do Acre. A edificação é acanhada para o conjunto de serviços executados e dada a existência de outro prédio pertencente ao IBAMA na cidade, existe processo pleiteando sua cedência para o ICMBio implantar a sede das Unidades de Conservação baseadas em Boca do Acre. Isto é uma medida urgente, na medida em que devem chegar sete analistas ambientais concursados para trabalharem nessas Unidades e o antigo prédio não terá condições de suporte para todos esses servidores. Esse prédio também necessita de reforma.

No interior da Unidade não existe nenhuma instalação ou edificação do ICMBio para apoio às atividades de campo e fiscalização, hospedagem dos servidores ou abrigo de equipamentos e materiais. Durante as atividades de campo realizadas na Floresta Nacional, a equipe fica instalada nas casas de moradores ou em barracas improvisadas, ou em pousadas existentes na Vila Céu do Mapiá. Portanto, faz-se necessária a construção de bases para fiscalização e controle junto aos limites da Unidade no Igarapé Mapiá, outra no Rio Inauini, e bases de apoio institucional e operacional na Vila Céu do Mapiá e no Rio Inauini. Foi aprovada uma emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União de 2008 com a finalidade de implantar o ICMBio na Floresta Nacional do Purus, no valor cem mil reais, mas não pôde ser executada naquele período, ficando para o ano de 2009. Sua execução prevê a construção de uma base operacional na Vila Céu do Mapiá e a aquisição de equipamentos básicos para a gestão.

#### **6.4. Equipamentos e Materiais Permanentes**

A relação de bens móveis por local da Floresta Nacional do Purus conta atualmente com 06 itens, que se referem a equipamentos de informática e materiais utilizados nas atividades de campo. Não possui nenhum carro, o que dificulta a locomoção para atender às necessidades de gestão da Unidade, para manter as relações interinstitucionais e para os deslocamentos a Rio Branco – AC, onde a Floresta Nacional está vinculada tecnicamente ao Núcleo de Unidades de Conservação da SUPES/AC.

Como a sede da Unidade atende também à Floresta Nacional Mapiá-Inauini, os dois computadores hoje existentes são insuficientes para os quatro servidores das duas Unidades, sendo necessária, portanto, a aquisição de mais equipamentos de informática. Neste caso, os computadores portáteis (*Notebooks*) constituem-se em opção prioritária, pois, além de atender às demandas na sede, facilitarão os trabalhos em campo e também durante as viagens dos servidores, mesmo quando as bases de

apoio estiverem operando, pois a questão de consumo de energia permanecerá sendo fator limitante.

Visando a assegurar melhores condições de trabalho aos servidores, além das necessidades atuais, será necessária a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atendimento adequado das demandas da Unidade.

**Tabela 43** – Relação de equipamentos e materiais permanentes da Floresta Nacional do Purus (atualizado em Junho/2006)

<b>EQUIPAMENTOS</b>	<b>Nº do Patrimônio</b>	<b>Estado de Conservação</b>
Localizador GPS	82212112	Bom estado
Câmera Fotográfica	9106362	Bom estado
Impressora	MY4B23Q2F1	Mau estado
Monitor	189061	Mau estado
CPU	188651	Obsoleto
Estabilizador	189507	Bom estado

## 6.5. Relações Intra-Institucionais

As relações intra-institucionais em nível local estão baseadas principalmente no compartilhamento de espaço físico, estruturas, equipamentos, materiais, recursos humanos e financeiros. No município de Boca do Acre funcionam no mesmo prédio a sede da Floresta Nacional do Purus, da Floresta Nacional Mapiá-Inauini, a Reserva Extrativista Arapixi e as equipes de fiscalização do IBAMA que sistematicamente vêm atuar nesse município. A precariedade da estrutura e a escassez de recursos para manter as referidas unidades requer, constantemente, o uso compartilhado dos poucos recursos disponíveis. Assim, muitas atividades são realizadas de forma integrada, principalmente as ações relacionadas às Florestas Nacionais.

Na esfera regional, a Floresta Nacional do Purus, até a criação do ICMBio estava vinculada tecnicamente à Superintendência do Ibama no Acre – SUPES/AC - e administrativamente à Superintendência do Ibama no Amazonas – SUPES/AM. Em função da dificuldade de deslocamento e da grande distância entre o município de Boca do Acre/AM (onde se localiza a sede da Unidade) e a capital do Estado (Manaus), além das atividades técnicas, outras ações eram desenvolvidas juntamente com a SUPES/AC; as operações de fiscalização, por exemplo, normalmente eram realizadas em conjunto com a DICO/AC (Divisão de Controle e Fiscalização no Estado do Acre). Todas as ações desenvolvidas em conjunto com a SUPES/AC tinham a anuência e o

apoio da SUPES/AM. Os assuntos relacionados aos recursos humanos eram tratados através da Superintendência do Ibama no Amazonas, à qual os servidores eram subordinados administrativamente.

A relação da Unidade com o Ibama/SEDE era basicamente com a Coordenação Geral de Florestas Nacionais – CGFLO. Essa era a área responsável pela coordenação e orientação das atividades técnicas relacionadas às Florestas Nacionais. Os recursos financeiros disponibilizados para a gestão da Floresta Nacional do Purus eram liberados pela CGFLO e descentralizados através da SUPES-AC.

Atualmente, com a criação do ICMBio, as Unidades de Conservação baseadas em Boca do Acre estão vinculadas à Coordenação Regional de Porto Velho, à qual também se vinculam as Unidades do estado do Acre, além de Rondônia e Mato Grosso.

## 6.6. Relações Inter-Institucionais

A maioria das instituições listadas abaixo tem ou já teve alguma relação com a Floresta Nacional do Purus ou mesmo com os moradores; enquanto que outras, embora não tenham atualmente nenhum vínculo com a Unidade ou com a população, são potenciais parceiros na implementação de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da região. Os tipos de relações mantidas entre essas instituições e a Unidade são detalhados a seguir.

**Quadro 6** – Instituições que possuem vínculo com a Floresta Nacional do Purus ou com os moradores

1	Prefeitura Municipal de Boca do Acre – AM	17	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
2	Câmara Municipal de Boca do Acre	18	WWF
3	Prefeitura Municipal de Pauini	19	Associação dos Madeireiros
4	Câmara Municipal de Pauini	20	Rádio Eu e Você
5	Rádio Jagube 100.3 FM	21	Jardim Botânico Rio de Janeiro
6	Instituto Socioambiental – ISA	22	Associação dos Produtores da Boca do Igarapé Mapiá (APROBIM)
7	Centro Medicina da Floresta – CMF	23	Associação dos Produtores do Médio Igarapé Mapiá (APROMIM)
8	UEA – Universidade Estadual do Amazonas	24	Asociación Madrileña de Ingenieros Sin Fronteras (Engenheiros Sem Fronteira)
9	Funasa	25	Escola Estadual Cruzeiro do Céu
10	Incra	26	Organização Não Governamental, Guardiões da Floresta

11	IDAM	27	Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA
12	BASA - Banco da Amazônia S.A.	28	Instituto Nawa
13	Banco do Brasil	29	Instituto De Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra (Ida/Cefluris)
14	Associação Deus é Amor	30	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) – AM
15	Comunicação, Educação e Informação em Gênero – CEMINA	31	Universidade federal de Viçosa
16	APAS – Associação dos Produtores de Artesanato de Seringa	32	Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

1) **Prefeitura Municipal de Boca do Acre:** De acordo com os moradores, a Prefeitura Municipal de Boca do Acre realizava ações pontuais e esporádicas nas comunidades do Rio Inauini. Moradores do Igarapé Mapiá e Rio Purus também têm vínculos de apoio com a PMBA, por ser a cidade mais próxima. A partir do ano de 2004 a chefia da Unidade tem buscado estreitar essa relação através da articulação de parceria com a prefeitura, principalmente com as Secretarias Municipais de Educação e de Saúde, visando melhorar o atendimento à saúde e a implantação de escolas na área do Rio Inauini. O resultado dessa articulação já surtiu efeito, pois em 2005 foram implantadas três escolas no Rio Inauini e Igarapé São Domingos; há previsão da implantação de outra unidade escolar no Igarapé São Francisco. Contudo, muitas outras ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população podem ser desenvolvidas a partir da parceria.

2) **Câmara de Vereadores de Boca do Acre:** é o Poder Legislativo Municipal da cidade mais próxima da Floresta Nacional, da qual os cidadãos locais não são eleitores, mas, dada a proximidade, representam um interesse potencial para o município. Assim como a Prefeitura Municipal, a Câmara dos Vereadores de Boca do Acre tem importante papel na melhoria da qualidade de vida da população. Alguns projetos que envolvem investimento da prefeitura necessitam da aprovação da Câmara. Além disso, os vereadores podem representar um importante canal de articulação entre os moradores e as secretarias municipais.

3) **Prefeitura Municipal de Pauini:** é o Poder Executivo Municipal, responsável pela implementação das políticas públicas afetas à esfera governamental local, tais

como as relativas à saúde pública e assistência social aos habitantes da Floresta Nacional; no entanto, a distância da Floresta Nacional até a sede do município e o isolamento geral deste, dificultam um relacionamento mais estreito. É participe na montagem e na implementação do Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Purus.

4) **Câmara Municipal de Pauini:** é o Poder Legislativo Municipal, é a tribuna representativa da cidadania do município e, assim, dos habitantes da Floresta Nacional; no entanto, a distância da Floresta Nacional até a sede municipal e o isolamento geral deste dificultam um relacionamento mais estreito. Contribui para a construção da legislação pertinente na esfera Municipal e para a defesa dos interesses da cidadania local, especialmente junto ao Município e também junto a outras esferas de Governo.

5) **Rádio Jagube:** considerando suas atividades e ideais, a Rádio Jagube, na vila Céu do Mapiá, se dispõe em dar apoio ao Plano de Manejo no âmbito da sensibilização e mobilização dos moradores da Vila Céu do Mapiá, na articulação, intercâmbio e entendimento da gestão participativa no sentido de ampliar a visão de desenvolvimento local e visão de desenvolvimento da Floresta Nacional. Ao longo de seus cinco anos de transmissão a rádio vem fomentando a mobilização comunitária, divulgando os ideais comuns e os conceitos que podem ajudar a formar uma consciência ecológica participativa e justa nos seus direitos e deveres. Recentemente seus equipamentos foram avariados, mas já se encontra em fase de reestruturação, com capacidade de transmissão ampliada, podendo atingir a área do rio Inauini.

6) **Instituto Sócio-Ambiental – ISA:** Organização Não-Governamental que tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. É responsável pelo projeto *Monitoramento de Áreas Protegidas no Brasil* que cria e disponibiliza uma ampla base de dados georreferenciados relativa à situação das Terras Indígenas, das Unidades de Conservação e outras terras federais destinadas a usos específicos, na Amazônia Legal brasileira. Como parte desse projeto, objetiva-se realizar também o monitoramento das populações tradicionais que vivem no entorno e dentro de Unidades de Conservação na Amazônia a partir do acompanhamento da criação e implementação dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação. Dessa maneira, o ISA pretende através desta parceria, colaborar na discussão e

sistematização das informações obtidas a partir do Diagnóstico Socioeconômico da Floresta Nacional, contribuindo assim com o acúmulo de informações, em especial nas atividades relativas a elaboração dos conteúdos dos materiais didáticos previstos no Plano de Comunicação contido no projeto com ênfase para as informações sobre legislação ambiental e as áreas protegidas referentes aos objetivos do conselho e a formação dos conselheiros.

7) **Centro Medicina da Floresta (CMF):** o Centro Medicina da Floresta (CMF), na Vila Céu do Mapiá, tem por objetivos planejar, desenvolver, executar e apoiar projetos e pesquisas em alternativas para a potencialização do desenvolvimento humano em harmonia com a imensa diversidade das áreas florestais. Especificamente, o CMF tem sua atenção voltada para o atendimento de pessoas em situação de risco pessoal e social, numa tentativa de ser facilitador do pleno desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos coletivos. Assim, foram sendo desenvolvidos medicamentos para as principais enfermidades de regiões florestais, como doenças de pele, respiratórias e infecto-contagiosas, malária, verminose, diarreia, anemia, hepatite, entre outras.. Seu movimento de atendimento diário aos doentes é intenso e funciona em sintonia com os profissionais de saúde da comunidade, fornecendo medicamentos da floresta e integrando a equipe comunitária de atendimento à saúde com participação nas reuniões clínicas e outras atividades ligadas ao setor. As principais atividades são a prevenção e o atendimento a saúde da população local, através de consultas e tratamentos com os remédios fitoterápicos e florais da Amazônia. Desta forma, tornou-se um pólo gerador de experiências positivas em saúde coletiva.

8) **Universidade Estadual do Amazonas (UEA):** embora não tenha sido identificado nenhum vínculo entre a UEA e a Floresta Nacional, essa universidade se apresenta como potencial parceira no desenvolvimento de projetos voltados à Educação profissionalizante e à Educação Ambiental, não só na Unidade, mas também na área do entorno. Além disso, algumas atividades de pesquisa podem ser desenvolvidas em parceria com a referida instituição.

9) **Fundação Nacional de Saúde (FUNASA):** drante o levantamento sócio-econômico a FUNASA foi uma das instituições mais citadas pelos moradores, quando questionados sobre as entidades que prestam algum serviço na Unidade. De fato, pelas suas ações freqüentes no controle de vetores de doenças endêmicas na área e

pela realização de exames da malária, a FUNASA desempenha um significativo papel nas comunidades locais. O ICMBio vem articulando com essa fundação para a capacitação de alguns moradores da Floresta Nacional para que possam realizar o exame de malária nas próprias comunidades, agilizando assim o diagnóstico e conseqüentemente o tratamento.

10) **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)** – órgão Público Federal, que mantém convênio com o Ibama para incluir as populações residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável nas políticas públicas de colonização e reforma agrária. É do entendimento comum entre os órgãos envolvidos, que as atribuições decorrentes desse Convênio sejam repassadas ao ICMBio, órgão agora encarregado da gestão das Unidades de conservação Federais. Em 2005 um convênio foi assinado visando cadastrar as famílias da Unidade. No mesmo ano foram cadastrados vários moradores. No início de 2006 outros moradores foram cadastrados e também foi realizada uma reunião para discutir a forma de aplicação dos recursos. No ano de 2007 deu-se início à distribuição dos créditos de fomento e instalação. Os créditos da modalidade habitação deverão ser executados em 2009. As atividades referentes a esse convênio têm contribuído significativamente para a melhoria das relações entre o Incra, o ICMBio e as comunidades e tendem a melhorar ainda mais com a implantação de projetos conjuntos que venham beneficiar a população.

11) **Instituto de Desenvolvimento de Agropecuária do Amazonas (Idam)** – Alguns moradores da Floresta Nacional e do entorno recebem o apoio técnico e financeiro do Idam para o desenvolvimento de agricultura familiar, de maneira especial para as atividades relacionadas à produção de açúcar mascavo. Além disso, o órgão estadual vem estudando uma forma de apoiar as atividades extrativistas da Unidade e também da região. Dessa forma o vínculo do Idam com os moradores e também com o ICMBio tende a aumentar.

12) **Banco da Amazônia S.A. (BASA)**: financia, através do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, a produção de muitos moradores, que antes viviam na dependência de marreteiros<sup>45</sup> para comprarem destes os gêneros alimentícios e suprimentos em geral (normalmente a altos custos) e venderem seus produtos por um

---

<sup>45</sup> Marreteiro: comerciante em embarcações que navegam pelos rios da Amazônia vendendo produtos industrializados para as populações ribeirinhas a preços altos e adquirindo produtos regionais a preços baixos

preço abaixo do valor de mercado. Com esse financiamento vários moradores quitaram suas dívidas com os marreteiros e puderam investir mais na produção e no transporte dos produtos, conseguindo assim uma maior rentabilidade na venda dos produtos por um melhor preço. Essa relação pode e deve ser ampliada no sentido de financiar a implementação de vários programas na Unidade.

13) **Banco do Brasil:** Através do programa “Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS”, o Banco do Brasil vem investindo no desenvolvimento sustentável da região. Além das diversas linhas de financiamento do Banco, esse programa representa uma importante forma de viabilizar o desenvolvimento de várias ações na Floresta Nacional

14) **Associação Deus é Amor:** É a principal organização social que representa a população do Rio Inauini e afluentes, sendo, portanto, essencial na relação entre os Moradores e o ICMBio. Como o Rio Inauini é o limite entre as Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini e pela também similaridade entre o meio de vida da população das duas Unidades, essa associação representa tanto os moradores da Floresta Nacional Mapiá-Inauini quanto da Purus, na execução de vários programas.

15) **Comunicação, Educação e Informação em Gênero — CEMINA:** Organização Não-Governamental envolvida com a capacitação para uso do rádio como meio de comunicação para o desenvolvimento comunitário e também com a questão de gênero, já tendo apoiado em diversas ocasiões a Rádio Jagube, rádio comunitária da Vila Céu do Mapiá. Esta instituição através de seu NÚCLEO DE JUVENTUDE desenvolve atividades de pesquisa, articulação e capacitação de adolescentes e jovens, elabora materiais didáticos, programas de rádio e artigos sobre o tema. Articula, em âmbito nacional e internacional, grupos de jovens e presta assessoria a outras organizações. O CEMINA é uma organização não-governamental com sede no Rio de Janeiro que atua desde 1990 na área da comunicação.

16) **Associação dos Produtores de Artesanato e Seringa (APAS):** Essa associação foi fundada em 1995 com o objetivo de coordenar a instalação das Unidades de Produção do Couro Vegetal e ordenar a produção, visando à consolidação de alternativas econômicas que valoriza a floresta e seus recursos, além da cultura dos seringueiros da região. Através de parcerias com outras instituições, a APAS obteve a certificação pelo FSC (Forest Stewardship Council) do Couro Vegetal para quatro

produtores, como projeto piloto. O couro vegetal é uma importante alternativa de renda para vários moradores da Floresta Nacional Mapiá-Inauini e do seu entorno. Assim, a APAS se constitui em uma importante organização social para o fortalecimento dessa atividade, no sentido de continuar apoiando as Unidades Produtoras atuais, bem como a expansão da atividade para a Floresta Nacional do Purus..

17) **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pauini – STR:** Atualmente nenhuma ação vem sendo desenvolvida na Unidade em conjunto com a referida instituição. Porém, como representante dos trabalhadores rurais, o sindicato pode ser um forte aliado na busca de melhores condições de vida para a população residente.

18) **WWF Brasil:** Organização Não-Governamental ambientalista, que apoiou financeiramente a realização do Plano de Desenvolvimento Comunitário da Vila Céu do Mapiá. Uma das organizações parceiras da Associação dos Produtores de Artesanato e Seringa no processo de certificação do couro vegetal foi a WWF Brasil, através do apoio financeiro. Vários outros projetos são financiados na região por essa organização; podendo ser, portanto, uma importante parceira no desenvolvimento de vários projetos na Unidade.

19) **Sindicato dos Madeireiros:** Como um dos objetivos da Floresta Nacional é contribuir para o suprimento de matéria-prima para indústria de base florestal da região, incluindo a madeira, é de fundamental importância uma estreita relação entre a administração da Unidade e representantes do setor madeireiro. É importante também que os moradores estabeleçam parcerias com esse setor, visto que o manejo florestal comunitário (potencial alternativa de renda para a população) pode encontrar nessas parcerias a solução para a comercialização da madeira produzida.

20) **Rádio Eu e Você:** Conforme com os resultados do levantamento sócio-econômico, a Rádio Eu e Você, além de ser uma das mais ouvidas pelos moradores, é praticamente o único meio de comunicação efetivo que leva as notícias do município para a população. Além disso, pode ser fundamental na divulgação da Floresta Nacional e nas ações de Educação Ambiental.

21) **Jardim Botânico Rio de Janeiro:** O levantamento florístico das Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini foi realizado pelo Jardim Botânico Rio de Janeiro. Tendo em vista o vínculo já existente com essa instituição e pelo prestígio nacional que a mesma tem no ramo da botânica, a relação entre a Unidade e o Jardim Botânico Rio de Janeiro deve ser ampliada, principalmente no desenvolvimento de pesquisas na área botânica.

22) **Associação dos Produtores da Boca do Igarapé Mapiá (APROBIM):** Criada em 1999, favorecendo a organização dos produtores da Boca do Igarapé Mapiá, principalmente os moradores da Fazenda São Sebastião. Introduziu a piscicultura na região e produziu a desidratação de frutas (banana-passa) na Fazenda no período de 1994/1997. Executou projeto PDA na região implantando micro-usina de extração de óleos vegetais. Implantou o Programa de Agentes Comunitários de Saúde, construindo um pequeno laboratório e desenvolvendo ações preventivas no tratamento de malária na região em parceria com a Organização dos Médicos Sem Fronteiras.

23) **Associação dos Produtores do Médio Igarapé Mapiá (APROMIM):** A experiência de trabalho que a APROMIM vem desenvolvendo na região de entorno da Floresta Nacional do Purus tem credenciado a associação para apoiar a implementação do projeto no que diz respeito à mobilização e sensibilização dos moradores nas atividades do projeto. Também é responsável pela organização dos trabalhadores da região, desenvolvendo trabalhos e pesquisas de segurança alimentar. Assim, vem introduzindo novos grãos na região como: cevada perolada, amaranto, sorgo branco (cereal parecido com arroz). Há 10 anos vem estudando e difundindo a experiência de sistemas agroflorestais.

24) **Asociación Madrileña de Ingenieros Sin Fronteras (Engenheiros Sem Fronteira):** Organização Não-Governamental espanhola, que já conta com um longo histórico de relacionamento com a Vila Céu do Mapiá. A organização Engenheiros Sem Fronteira vem mantendo uma parceria com a comunidade através de estudos e infraestrutura de energia limpa (solar). Recentemente, surgiu o projeto de fortalecimento da comunicação, através da Rádio Jagube, fornecendo energia limpa para o funcionamento da Rádio e de um pequeno telecentro que tem como objetivo a inclusão digital. A metodologia de trabalho da organização tem como princípio a

capacitação de agentes locais e atendimento de demandas sociais (como por exemplo, cita-se o bombeamento de água para os equipamentos sociais comunitários).

25) **Escola Estadual Cruzeiro do Céu** - A escola Céu tem como missão educar os moradores da Vila Céu do Mapiá preparando-os para sua inserção no desenvolvimento sócio-econômico ambiental do país. Tem como objetivo a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades como moradores de uma Floresta Nacional, através de um sistema educacional integrado com as atividades comunitárias e com as pesquisas e ações desenvolvidas pelas instituições que atuam no âmbito da Floresta Nacional do Purus. Vêm desenvolvendo em parceria com o Centro Medicina da Floresta, o Projeto Integrado de Educação Ambiental, que realiza atividades práticas com os alunos e será expandido através do subprojeto: "Conheça sua aldeia e conhecerá o mundo", que terá interface com o projeto

26) **Associação Guardiões da Floresta:** a Guardiões da Floresta é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) cujo propósito é divulgar e implantar soluções de maneira integrada às questões sociais e ambientais. Dentre suas atividades, prevê o reflorestamento de áreas degradadas no modelo de SAF's, considerando o caráter estratégico da energia para o desenvolvimento econômico, desenvolvendo o Projeto de Biodiesel. A cadeia produtiva do biodiesel gera subprodutos derivados que podem contribuir para a auto-sustentabilidade na região. Também colabora com as gestorias da AMVCM na captação de recursos e coordenação de projetos, tem atividades conjuntas com a Rádio Jagube para desenvolver uma nova consciência ecológica e apoiar a coordenação financeira do projeto de Energia Solar na região.

27) **Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA):** Organização Não-Governamental sediada em Rio Branco, Acre, que trabalha notadamente na área de manejo florestal comunitário, já tendo desenvolvido ações de levantamento amostral e capacitação técnica na Floresta Nacional. O CTA foi a instituição proponente do projeto "Ações preliminares e capacitação para a gestão comunitária da Floresta Nacional do Purus", realizado em parceria com o WWF-Brasil, Instituto Nawa, Secretaria de Coordenação da Amazônia, AMVCM, IDA. O papel do CTA no projeto se deu, sobretudo, nas atividades relacionadas à capacitação de jovens em marcenaria. Dessa maneira, o CTA através desta parceria, também colaborou significativamente nas

discussões para a elaboração do diagnóstico sócio-econômico ambiental das populações, durante o processo do PD/A (Projetos Demonstrativos A, subprograma do Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras PPG-7 do Ministério de Meio Ambiente), na formação dos agentes comunitários e na formação do conselho, através de metodologias de planejamento participativo.

28) **Instituto Nawa:** o Instituto Nawa constituiu teve participação como assessoria técnica para o processo de mobilização e capacitação social para a construção participava do Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC) da Vila Céu do Mapiá, promovendo a formação dos Agentes Comunitários locais. Atualmente seus serviços vêm sendo desenvolvidos através do Projeto Maturi.

29) **Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra (IDA/CEFLURIS):** O Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra (IDA), antes denominado Centro Eclético da Fluente Luz Universal (CEFLURIS), organizava-se como centro espírita, fundado em Rio Branco. O IDA vem trabalhando no apoio à organização de comunidades na Amazônia desde o início dos anos 80 quando da instalação da comunidade do Rio do Ouro, precursora da Vila Céu do Mapiá e, a partir daí, a Fazenda São Sebastião, no igarapé Mapiá e a Praia Gregório, no rio Purus. Em 1998, transformou-se em um ONG - o Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra - IDA. É, atualmente, uma organização da sociedade civil local que acumula funções de mantenedora da Igreja local e tem contribuído para apoiar a articulação política da comunidade junto a atores relevantes para a gestão compartilhada da Floresta Nacional do Purus tanto em nível regional, quanto em nível nacional. Também tem ramificações em muitos países de vários continentes, tornando-se um instrumento potencial para articulações em nível internacional.

30) **Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS) –** Organização Estadual de Meio Ambiente do Amazonas, é membro nato do Conselho Consultivo da Floresta Nacional, contendo, em sua estrutura o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), a Secretaria de Florestas do Amazonas.

31) **Universidade Federal de Viçosa:** A Universidade Federal de Viçosa, por meio do Departamento de Engenharia Florestal desenvolveu o projeto de pesquisa **“Diagnóstico geoambiental e planejamento do uso espaço na Floresta**

**Nacional do Purus, Amazônia: um subsídio ao Plano de Manejo**", intensamente utilizado no presente plano de manejo. Esse trabalho também foi um fator importante para motivar a criação do Núcleo de Estudos Pró-Amazônia – NEPAM - no organograma da Universidade, que tem na Floresta Nacional do Purus, um laboratório avançado preferencial, já fornecendo campo de estudos e trabalho para graduandos e pós-graduandos. Também já estão iniciados, ou previstos, outros projetos na Floresta Nacional, envolvendo diferentes Departamentos da Universidade, em áreas como: modernização tecnológica em Engenharia de Alimentos, certificação (selo orgânico) da produção agrícola, sensibilização e capacitação de profissionais, geração de renda, assessoria em sistemas de informação ambiental, gestão ambiental, diretrizes de uso e ocupação do solo, comunicação social, adequação das construções, capacitação para o desenho e produção de móveis e objetos e gestão participativa.

32) **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)** – Embora não tenha sido identificada nenhuma relação direta entre essa fundação e a Floresta Nacional ou mesmo com as comunidades, a presença de três terras indígenas nas proximidades da Unidade, mostra a necessidade de uma relação mais estreita entre o ICMBio e a FUNAI. Além disso, a Terra Indígena Inauini/Teuini sobrepõem a Unidade em aproximadamente 60 mil hectares, sendo necessária, portanto, uma ação de parceria entre os dois órgãos para solucionar essa questão. Outras ações conjuntas devem ser desenvolvidas visando melhorar a estrutura de gestão e as ações nas terras protegidas limítrofes.

\* \* \*

As instituições aqui relacionadas foram as principais identificadas entre aquelas que mantêm algum vínculo com a Floresta Nacional do Purus ou com a população residente; por isso a maioria delas constituem-se como atores potenciais para composição do Conselho Gestor da Unidade. No entanto, isso não quer dizer que outras entidades estejam fora das parcerias previstas; inclusive, tendo em vista a necessidade da implementação de diversos programas para garantir a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida dos moradores da Floresta Nacional, várias outras relações podem ser estabelecidas com quaisquer entidades que tenham interesse e que se identifiquem com os objetivos da Unidade de Conservação.

## 7. REVISÃO DA ÁREA DEFINIDA NO DECRETO DE CRIAÇÃO

Os estudos para a construção do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus, mostraram a necessidade de redefinição de seus limites. Segundo seu decreto de criação, a Unidade possui uma área aproximada de 256.000 ha, não citando o seu perímetro. O mesmo apresenta o memorial descritivo com coordenadas geográficas aproximadas, sem se aprofundar nos décimos de segundos, o que pode causar problemas no cálculo da área e na definição real de seus limites. Por esse motivo, utilizando instrumentos de geoprocessamento mais modernos do que os utilizados na época de criação, foi identificado que a Unidade possui, de acordo com os pontos fornecidos pelo memorial descritivo, uma área georreferenciada aproximada de 256.116 ha, com um perímetro de 376,82 km de extensão, o que já torna necessária uma revisão do Decreto de Criação.

### 7.1. Redefinição dos Limites

Durante os trabalhos foram identificadas 4 áreas limítrofes a Floresta Nacional que poderão ser anexadas a Unidade e uma outra área que também seria anexada, através da cessão da Floresta Nacional Mapiá-Inauini. Todas elas encontram-se inseridas quase que totalmente na área definida como a Zona de Amortecimento da Unidade.

#### Áreas para anexação

As áreas destinadas para a anexação (vide mapa 23) foram identificadas como de grande importância para manutenção da integridade sócio-ambiental da Unidade, visando cumprir com os objetivos preconizados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. São 5 áreas:

**Área 1:** esta proposta abrange toda a margem esquerda do rio Inauini, desde o limite atual até sua foz no rio Purus. A partir da foz, segue a jusante pela margem esquerda do último rio citado até o ponto aonde os limites atuais da Unidade chegam no rio Purus. Essa área inclui todo o baixo Igarapé Mapiá onde se encontra a Fazenda São Sebastião. Trazendo os limites para as margens dos rios, o “desenho” da Unidade irá proporcionar que os objetivos de conservação da Unidade sejam garantidos, além de facilitar seu monitoramento. A área possui, aproximadamente, 45 famílias

Possui aproximadamente 6.978,30 ha.

**Área 2 e 3:** estas áreas propostas localizam ao longo da margem esquerda do rio Purus. São áreas cercadas pelos limites da Unidade que possui o referido rio como fronteira e que ficaram fora do decreto de criação da Floresta Nacional. A anexação pela Unidade irá garantir a manutenção das condições ambientais, uma vez que a área 2 é o local que se encontra a fonte de maior pressão sobre a Unidade e possui 32 famílias. Não há famílias na área 3.

A área 2 e 3 possuem aproximadamente 15.638,92 e 231,706 ha respectivamente.

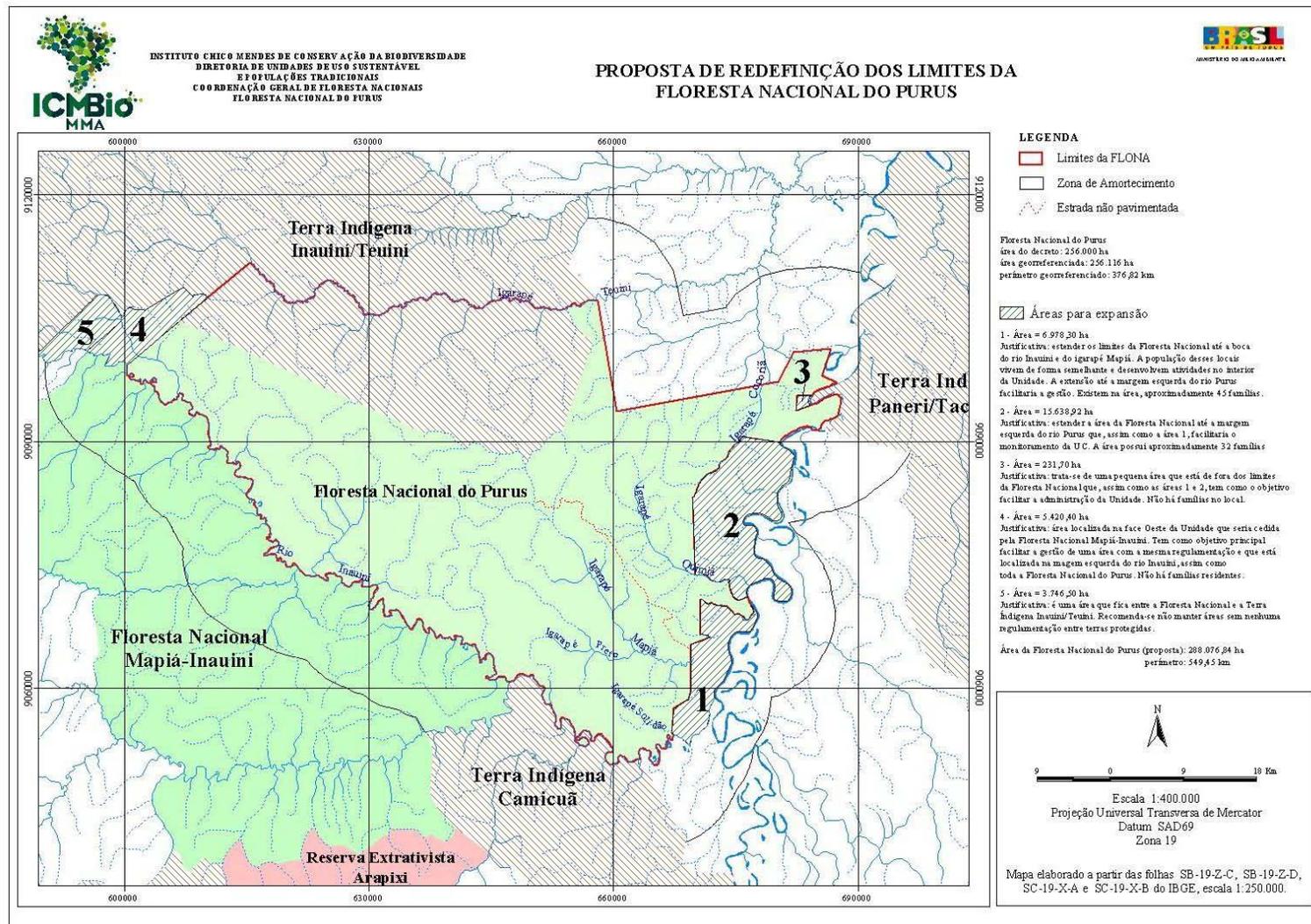
**Área 4:** trata-se da área que seria cedida pela Floresta Nacional Mapiá-Inauini à Floresta Nacional do Purus. É a única área da Mapiá-Inauini que se localiza na margem esquerda do rio Inauini. Com vistas a uma melhor gestão e monitoramento da Unidade, recomenda-se a transferência, uma vez que ela se encontra totalmente na referida margem do rio Inauini e contígua a Floresta Nacional do Purus

Possui aproximadamente 5.420,39 ha.

**Área 5:** trata-se de uma área na margem esquerda no alto rio Inauini que fica entre a Floresta Nacional e a Terra Indígena Inauini/Teuini. Com o objetivo de não deixar nenhuma área sem qualquer regulamentação entre áreas protegidas, propõem-se a ampliação da Unidade para essa área.

Possui aproximadamente 3.746,50 ha.

Com esses novos limites, a Floresta Nacional do Purus teria uma área aproximada de 288.076,84 ha e um perímetro de 549,45 km.



Mapa23 – Proposta de redefinição dos limites da Floresta Nacional do Purus

## 8. DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DA UNIDADE

O Brasil se destaca no cenário internacional como um país mega-diverso, abrigando um conjunto expressivo de fauna e flora em diferentes ecossistemas. Grande parte dessa diversidade biológica encontra-se no Bioma Amazônico, que é reconhecido mundialmente como um espaço natural de grande relevância global (Ibama, 2003).

Pertencendo aos domínios da Floresta Pluvial Amazônica Ocidental, a Floresta Nacional do Purus situa-se em uma das áreas de megadiversidade biológica, conforme Relatório da Biodiversidade Brasileira (Ministério do Meio Ambiente, 2002).

Nas regiões do Médio e Alto Purus, que abrangem parte do estado do Acre e o sudoeste do Amazonas, onde a Floresta Nacional do Purus está localizada, entre outras Unidades, existe um conjunto de áreas protegidas formado por Unidades de Conservação Federais e Estaduais e por várias Terras Indígenas. As Unidades na referida região somam-se 13, sendo: duas de proteção integral (um Parque Estadual e uma Estação Ecológica) e 10 de uso sustentável (seis Florestas Nacionais e uma Estadual, três Reservas Extrativistas e uma Área de Relevante Interesse Ecológico). Além disso, o ICMBio e o Governo do Estado do Acre estão conduzindo vários processos para criação de outras Unidades de Conservação na região. Esse mosaico de áreas protegidas é de fundamental importância para a preservação de significativas amostras dos ecossistemas da região, que sofrem forte pressão do avanço da fronteira agropecuária e da grilagem de terras. Em particular, a área do médio Purus, a jusante da confluência com o rio Acre, onde se situa a Floresta Nacional, não tem registro de estudos científicos que permitam conhecer a biodiversidade local, podendo apresentar endemismos ainda desconhecidos. Os estudos expeditos realizados para os Planos de Manejo das Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini contém as primeiras pesquisas realizadas sobre a biodiversidade nessa região e apresentam resultados importantes.

Através dos levantamentos florísticos, mesmo tendo sido realizados em caráter preliminar, foi possível observar que a Floresta Nacional do Purus é um importante componente do grande sistema da Floresta Amazônica; pois, além de se encontrar em ótimo estado de conservação, foram obtidos elevados valores de riqueza e diversidade, o que aponta a importância da Unidade dentro do bioma tropical. Nos levantamentos expeditos integrados feitos para os Planos de Manejo das Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini, contígua, foram identificadas duas novas espécies arbóreas, uma da

família das Lauraceae (uma nova espécie de Itaúba) e outra das Marantaceae (uma nova espécie de Pacová), respectivamente denominadas *Mezilaurus sp. nov. ined.* e *Saranthe sp. nov. ined.* Isso revela o potencial para a ciência de descoberta de novas espécies nessa área.

Em relação aos recursos florestais madeireiros, foi verificada a presença de um grande número de espécies valiosas do ponto de vista econômico, tais como, maçarandubas, abiuranas, cedros, mogno, gitós, corrimboques, carapanaúba, guariúba e itaúba, entre outras. O potencial florestal foi considerado alto, com uma média de 90,037 m<sup>3</sup>/ha, considerando apenas as espécies com valor comercial. Tendo em vista que a indústria madeireira é uma das principais atividades econômicas dos municípios vizinhos (grande parte da população depende direta ou indiretamente desse setor), esse indicativo mostra a importância da Unidade para a geração de empregos e para a economia local.

Os recursos florestais não madeireiros também apresentam um potencial significativo para a região, principalmente pela produção de borracha a partir do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e de castanha do Brasil (*Bertholettia excelsa*). Outros produtos não madeireiros são encontrados com certa abundância na área, como açaí, copaíba, andiroba, buriti, jarina, murumuru, tucumã, cipó-titica, patauá e marajá.

Apesar de os estudos terem sido expeditos, a fauna mostrou-se bastante diversificada na área, tendo sido identificadas 1200 espécies, representadas por aves, mamíferos, répteis e peixes. Várias espécies identificadas estão ameaçadas de extinção. Um aspecto de destaque são os tabuleiros de tracajás no rio Inauini, ameaçados por significativa pressão de coleta ilegal de ovos por pessoas oriundas de Boca do Acre e outras localidades. Em relação aos recursos pesqueiros, a bacia do Rio Inauini, que banha as Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini, pode representar uma excelente alternativa de reposição dos estoques pesqueiros da região, que sofre com a sobre-pesca.

Considerando um dos objetivos da categoria da Unidade definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, a Floresta Nacional do Purus pode se tornar uma área importante no desenvolvimento de pesquisas científicas, principalmente, tendo em vista a carência de informações sobre os aspectos bióticos e abióticos dessa região. A região do médio rio Purus constitui um vazio em relação às pesquisas sobre biodiversidade na Amazônia. Um aspecto emblemático do potencial da Floresta Nacional do Purus para a pesquisa, nesse contexto, foi a *descoberta de duas*

*novas espécies de árvores* encontradas numa amostragem significativamente pequena e expedita que foi realizada para este Plano de Manejo, que constituiu o primeiro estudo do gênero para a região.

Outro fator relevante, já do ponto de vista social, é que centenas de moradores vivem no interior ou no entorno da Unidade, garantindo a sobrevivência através do extrativismo (castanha, borracha e pesca) e da agricultura de subsistência. Grande parte dessa população foi "Soldado da Borracha" ou descende destes, que migraram para a região para produzir borracha, componente imprescindível para a vitória dos aliados na luta de libertação da Europa do jugo nazista. Após a vitória foram abandonados à própria sorte no interior da floresta, sem quaisquer condições de progresso social. Hoje representam significativo passivo social para o Brasil e o mundo, especialmente a Europa, por cuja libertação se internaram na floresta. Esse passivo é percebido pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município de Pauini - 0,532, um dos piores entre os municípios brasileiros. A região interiorana, onde está a Unidade, rebaixa aquele indicador municipal, dados os níveis de analfabetismo, de endemias tropicais e de ausência de rendas, atestado pelo levantamento socioeconômico. A Floresta Nacional do Purus mostra-se significativa, portanto, como potencial área piloto em sua região para resgate desse passivo social mundial em relação aos povos da floresta.

Um aspecto especial da ocupação da Floresta Nacional do Purus é que, ao ato de sua criação, já existia uma *comunidade intencional* na área, estabelecida anteriormente, por indicação do próprio Governo Federal, através do Incra. A Vila Céu do Mapiá, hoje consolidada, representa amostra peculiar da *antropodiversidade* amazônica, estabelecendo singular padrão de relacionamento entre o homem e a natureza. Consagra-se essa comunidade intencional à preservação de um *patrimônio de conhecimento etnobotânico* milenar das populações tradicionais da Amazônia Ocidental, estruturado no culto da Ayauasca – produto florestal adotado como sacramento religioso pela Doutrina do Santo Daime, à qual se devota o movimento cultural encontrado na microbacia do igarapé Mapiá, pré-estabelecida no centro geométrico da Floresta Nacional do Purus. Dedicar-se esta *comunidade intencional* a uma experiência a um só tempo antropológica e ecológica, reunindo um povo na floresta na busca de uma relação, não tanto de exploração, nem somente de conservação, mas, fundamentalmente, de *devoção à floresta* - atraindo o interesse de adeptos de todo o Brasil e de muitos países do mundo e exportando uma cultura profundamente ecológica e genuinamente amazônica. A Floresta Nacional do Purus,

assim, contribui para o sistema FLONAs com um novo produto florestal, de caráter imaterial, essencialmente cultural, gerando novas perspectivas de convívio sustentável entre o homem e a floresta. O perfil antropológico presente nessa área da Floresta Nacional do Purus propicia diversas condições de recursos humanos e de desenvolvimento institucional e comunitário favoráveis à pesquisa de alternativas de subsistência e progresso sustentável de comunidades florestais.

Portanto, diante do exposto, é inegável a importância da Floresta Nacional do Purus para a conservação da biodiversidade e de ecossistemas ainda desconhecidos pela ciência, certamente fundamentais para o equilíbrio ecológico e contendo recursos naturais renováveis com um potencial de benefícios ainda não mensurado. Destaca-se a Floresta Nacional do Purus também - e de forma especial -, pela preservação de um patrimônio etnobotânico autóctone da Amazônia e pelo potencial de experiências a isso associadas, o que poderá contribuir para a criação de políticas públicas inovadoras voltadas para a sustentabilidade e a viabilidade de comunidades humanas, dentro de ambientes florestais. Destaca-se também pela relevância no contexto social e econômico, especialmente para a população residente e do entorno (que dela dependem para a sobrevivência), mas também para os municípios vizinhos e região, pela capacidade de movimentação da economia e da geração de empregos, através do manejo dos recursos florestais e da disseminação de tecnologias apropriadas à floresta.

**BIBLIOGRAFIA**

- ACRE. **Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente** –Rio Branco: SECTMA, 2000. v. I.
- ALVARD, M. S. et al. The sustainability of subsistence hunting in the neotropics. **Conservation Biology**, Vol. 11, n. 4; 977-982, Aug. 1997.
- AMARAL A. & BOTTURA G. **Diagnóstico da Floresta Nacional Mapiá Inauini e Entorno**. Boca do Acre/AM: FNMI-IBAMA, 2004. Relatório Técnico do IBAMA.
- AMAZONAS. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Anuário Estatístico 2001-2002**. Manaus/AM: SEPLAN, 2005.
- AMAZONAS. Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Evolução das áreas protegidas do Amazonas**. Disponível em: <<http://www.sds.am.gov.br>>. Acesso em: 13/10/2005.
- ARAUJO-LIMA, C. A. R. M. & GOULDING, M. **So Fruitful a Fish. Ecology, Conservation and Aquaculture of the Amazon's Tambaqui**. New York: Columbia University Press, 1997. 157 p.
- ARAUJO-LIMA, C. A. R. M. & RUFFINO, M. Migratory Fish of the Brazilian Amazon. In: CAROLSFIELD, J., HARVEY, B., ROSS, C. e ANTON, B. (Eds.) **Migratory Fish of South America - Biology, Fisheries, and Conservation Status**. Victoria, BC, Canadá: Banco Mundial, 2004. Cap. 6, p. 233 – 302.
- BARTHEM, R. & GOULDING, M. **Os bagres Balizadores. Ecologia, Migração e Conservação de Peixes Amazônicos**. Tefé/AM: Sociedade Civil Mamirauá/Brasília: CNPq, 1997. 140 p.
- BATISTELLA, A. M.; CASTRO, P. C. & VALE, J. D. Conhecimento dos Moradores da Comunidade de Boas Novas, Lago Janauacá – Amazonas, Sobre os Hábitos Alimentares dos Peixes da Região. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 35, n. 1, p. 51–54, 2005.
- BECKER, M. & DALPONTE, J. C. **Rastros de Mamíferos Silvestres Brasileiros**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. 180 p.
- BEGOSSI, A. & BROWN, D. Fisheries co-management in Latin America e Caribbean. In: WILSON, D.C.; NIELSEN, J.R. & DEGNBOL, P. (Eds.) **The fishes co-management experience: accomplishments, challenges and prospects**. Dordrecht: Kluwer Academic Press, Fish and Fisheries Series 26, 2003. 135-150 p.
- BLACKBURN, D.G., 1982. **Amphibia-Reptilia**. Brill Academic Publishers. Leiden. 3: 185-205

- BORGES, G. A. **Ecologia de três espécies do gênero *Brycon* Müller & Troschel, 1844 (Pisces-Characidae), no rio Negro-Amazonas, com ênfase na caracterização taxonômica e alimentação.** 1986. 150 p. Dissertação de Mestrado - INPA/FUA, 1986.
- BRANDÃO, P.C. **Diagnostico geoambiental e planejamento do uso do espaço na FLONA do Purus, Amazônia Ocidental:** subsidio ao plano de manejo. 2005. 86 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL folha SC.19 Rio Branco:**geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1976. v. 12. 464p.
- BRASIL. Lei N° 6.938, de 31 de agosto de 1981 Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03/06/2005.
- BRASIL. **Primeiro Relatório Nacional para Conservação sobre Diversidade Biológica.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998. 283 p.
- BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18.07.2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2. Ed., 2000. 52 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa MMA No 3, de 27 de Maio de 2003. Dispõe sobre as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Disponível em: <[http://www.ibama.gov.br/ran/dbDownloads/visualiza.php?id\\_arq=44](http://www.ibama.gov.br/ran/dbDownloads/visualiza.php?id_arq=44)>. Acesso em: 13/08/2005.
- BUCKUP, P.A. & MENEZES, N. A. (Eds.). **Catálogo dos Peixes Marinhos e de Água Doce do Brasil.** 2.ed., 2003. Disponível em <<http://www.mnrj.ufrj.br/catalogo>>. Acesso em: 23 de ago. 2005.
- BUHRNHEIM, M. C. & FERNANDES, C. C. Low Seasonal Variation of Fish Assemblages in Amazonian Rain Forest Streams. **Ichtyol. Explor. Freshwaters**, Munchen/Germany, v. 12, n. 1, p. 65-78, 2001.
- BÜHRNHEIM, M. C. Heterogeneidade de habitats: rasos x fundos em assembléias de peixes de igarapés de terra firme na Amazônia Central, Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 889-905, 2002.

- BUHRNHEIM, M. C., 1999. Habitat Abundance Patterns of Fish Communities in Three Amazonian Rainforest Streams. In: Val, A.L. e Almeida-Val, V.M. (Eds.) **Biology of the Tropical Fishes**. Manaus: INPA, 1999. cap. 5, p. 63-74.
- CASTRO, R. M. C., 1990. **Revisão Taxonômica da Família Prochilodontidae (Ostariophysi: Characiformes)**. 1990. 239 p. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1990.
- CÉU DO MAPIÁ 20 ANOS: uma comunidade espiritual no coração da floresta. Rio Branco: Fundação Elias Mansur; jul. 2003.
- COSTA, J.P.O. **Meio ambiente - Áreas Protegidas**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/meioamb/arprot/apresent/index.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2005
- CRAMPTON, W.G.R. Plano de manejo para uso sustentável de peixes ornamentais na Reserva Mamirauá. In: QUEIROZ, H.L. & CRAMPTON, W. (Eds.) **Estratégias para o manejo de recursos pesqueiros em Mamirauá**. Brasília: SCM, CNPq/MCT, 1999. p. 156 - 179.
- CTA. **Floresta Nacional do Macauã – Inventário Florestal Vol I**. Rio Branco, Acre, 1998.
- CTA & NÚCLEO MATURI. **Plano de Desenvolvimento Comunitário - PDC: uma estratégia para gestão participativa da Floresta Nacional do Purus – Relatório Final**, 2004.
- CUNHA, E. **À margem da história**. Portugal: Imprensa Moderna, 1909. 390 p.
- DEAN, W. **A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Editora Nobel, 1989. 286p
- DIAS JR., W. 2005 **Céu do Mapiá: a “terra prometida” ou uma nova “torre de babel”**. Comunicação feita no dia 19 de março de 2005, na mesa redonda: “O uso da ayahuasca no Brasil: vertentes e experiências”. Primeiro Encontro Brasileiro de Xamanismo. Disponível em: <[http://alto-das-estrelas.blogspot.com/2005\\_04\\_01\\_alto-das-estrelas\\_archive.html](http://alto-das-estrelas.blogspot.com/2005_04_01_alto-das-estrelas_archive.html)>. Acesso em: 06 mai. 2005.
- DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/Hucitec, 3ª ed., 2000. 169 p.
- DEL HOYO, J., ELLIOTT, A. & SARGATAL, J. (Eds.). **Handbook of the Birds of the World. Vol. 2. New World Vultures to Guinea-fowl**. Barcelona: Lynx Edicions, 1994. 638 p.

- DEL HOYO, J., ELLIOTT, A. & CHRISTIE, D. (Eds.). **Handbook of the Birds of the World. Vol. 9. Cotingas to Pipits and Wagtails.** Barcelona: Lynx Edicions, 2004. 863 p.
- DUPELLMAN, W.E (Ed.). **The South American herpetofauna: Its Origin, Evolution and Dispersal.** Lawrence: The Museum of Natural History, The University of Kansas, 1979.
- EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Brasília: EMBRAPA Produção de Informação; Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 1999. 412 p.
- EMMONS, L. H. **Neotropical Rainforest Mammals.** Chicago: Chicago Press, 1997. p. 307
- ERTEL, J. R., J. I. HEDGES, A. H. DEVOL, AND J. E. RICHEY. Dissolved Humic Substances of the Amazon River System. **Limnology and Oceanography**, v. 31, p. 739–754, 1986.
- ESTEVES, N.M.G. **Um possível diálogo entre “nos” e os “outros”:** um estudo sobre as diferenças e semelhanças entre as comunidades do PAE Porto Dias. 2005. Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Acre, 2005
- FERNANDES, C. C. Lateral Migrations of Fishes in Amazon Floodplains. **Ecology of Freshwater Fish**, v. 6, p. 36–44, 1997.
- FINK W. L. & S. V. FINK. Central Amazonia and its Fishes. **Comparative Biochemistry Physiology**, Great Britain, v.. 62A, p 12-29, 1978.
- FISCH, G.; MARENGO, J.A. & NOBRE, C.A. Uma Revisão Geral do Clima na Amazônia. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 28, n. 2, p. 101-126, 1998.
- FORSBERG, B. R.; DEVOL, A. H.; RICHEY, J. E.; MARTINELLI, L. A. & SANTOS, D H. Factors Controlling Nutrient Concentrations in Amazon Floodplain Lakes. **Limnology and Oceanography**, v. 33, p.41–56, 1988.
- FREITAS, C. E. de C. 2004. **Recursos Pesqueiros Amazônicos: Status Atual de Exploração e Perspectivas de Desenvolvimento do Extrativismo e da Piscicultura.** Disponível em [http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futAmazonia\\_06.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futAmazonia_06.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2005.
- FUNTAC. **Floresta Estadual do Antimary.** Volume I: Estudos Básicos. Rio Branco, Acre, 1996.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 15ª ed., 1977.

- GANS, C & GANS, K.A. **Biology of Reptilia**. London: Academic Press, v. 8, 1978.
- GARCIA, E.M.; do CARMO, L.C. & FERRAZ, K.M.A. **Normas para a elaboração de dissertações e teses**. - 3ª ed.- Piracicaba: ESALQ – Divisão de Biblioteca e Documentação, 2005. 99 p.
- GÉRY, J. & V. MAHNERT. Notes Sur Quelques Brycon des Bassins de l'Amazone, du Parana-Paraguay et du Sud-Est Brésilien (Pisces, Characiformes, Characidae). **Revue Suisse du Zoology**, Geneve, Suisse, v. 99, p.793–819, 1992.
- GIBBS, R. J. The Geochemistry of the Amazon River System: Part 1: The Factors That Control the Salinity and the Composition and Concentration of the Suspended Solids. **Geological Society of America Bulletin**, v. 78, p. 1203–1232, 1967.
- GOULDING, M. **Ecologia da Pesca do Rio Madeira**. Manaus/AM: INPA/CNPq, 1979. 172 p.
- GOULDING, M. **The Fishes and the Forest: Explorations in Amazonian Natural History**. Berkeley: University of California Press, 1980. 280 p.
- GUERRA, A. T. & GUERRA, A.J.T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 648 p.
- HILTY, S. L. & BROWN, W. L. **A Guide to the Birds of Colombia**. New Jersey: Princeton University Press, 1986. 996 p.
- HOSKEN, F.M. & SILVEIRA, A.C. **Criação de cutias**. Viçosa: Aprenda Fácil, v. 4, 2001. p. 21-22.
- HOWES, G. 1982. Review of the Genus Brycon (Teleostei Characoidei). **Bulletin of the British Museum Natural History and Zoology**, London, v.43, n. 1, p.1–47, 1982.
- IBAMA. **Unidades de Conservação – Florestas Nacionais**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2005.
- IBAMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Ritópolis**. Brasília: IBAMA, 2004.
- IBAMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional de Tapajós**. Brasília: IBAMA, 2004.
- IBAMA. **Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Florestas Nacionais**. Brasília: IBAMA, 2003. 56 P.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional Macauã – Versão Preliminar**. Brasília: IBAMA, 1998.
- IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro: Série manuais técnicos em geociências, número 1, 1992.

- IBGE. **Mapa de Biomas do Brasil** – Primeira aproximação, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 03 nov. 2005.
- IUCN. **Red List of Threatened Species, 2006**. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org>>. Acesso em: 11/07/2006.
- JUNK, W. J. Wetlands of tropical South America. In: Whigham, D.; HEJNY, S.; DYKYJOVA, D. (Eds.) **Wetlands of the world**. Boston: Junk publ., 1993. p. 679–739.
- LOWE-MCCONNEL, R. H. **Estudos Ecológicos de Comunidades de Peixes Tropicais**. São Paulo: Edusp, 1991. 535p.
- MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa oficial, 3ª ed., 2002. 440 p.
- MELO, M.D. **Do Sertão Cearense às Barrancas do Acre**. Editora de Publicações Científicas Ltda, 4º ed., 2002. 120p.
- MESQUITA, F. C. 2005. Desmatamento e política. **Jornal do Brasil**. Disponível em: <[http://ef.amazonia.org.br/opiniaio/artigo\\_detail.cfm?id=162761](http://ef.amazonia.org.br/opiniaio/artigo_detail.cfm?id=162761)> . Acesso em 10 jun. 2005.
- MILANO, M. S. **Apostila do curso: Manejo de Áreas Protegidas**. Curitiba: FBPN, Universidade Livre do Meio Ambiente, 1997. 119 p.
- MORTIMER, L. **Bença, Padrinho!** São Paulo: Edição Céu de Maria, 2000.
- MOURA, S. M. L. **Predação de Larvas de Peixes no Rio Amazonas**. 1998. Dissertação de Mestrado, INPA/FUA, Manaus, 1998.
- MUELLER-DOMBOIS, D. & ELLENBERG, H. **Aims and methods of vegetation ecology**. New York: John Wiley & Sons, 1974. 547p.
- NEDEL J.C. **Florestas Nacionais**. Mimeografada (s.l.), 1992.
- OMENA JUNIOR, R. de S. & BERNARDINO, F.R. **Aves da Amazônia – guia do observador**. Manaus: Editora Paper, 2000. 240 p.
- OVERAL, W.L. E B.M. MASCARENHAS. **Recomendações para o inventário faunístico da Amazônia**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Zoologia, Belém, v. 9, n. 2, p. 329-339, 1993.
- PANTOJA, M.C.; SOUZA, R.M. & WIEDERHOLD, G. Diretrizes e procedimentos socioambientais para a produção do couro vegetal no igarapé São Francisco - Floresta Nacional Mapiá-Inauini e entorno – Rio Branco: Instituto Nawa; Associação dos Produtores de Artesanato e Seringa – APAS, 2004.

- PEREIRA E. Ayahuasca: expansão de usos rituais e de formas de apreensão científica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 203-207, jun. 2003.
- POLARI, A. **O Evangelho Segundo Sebastião Mota**. Boca do Acre: CEFLURIS Editorial, 1998.
- PRADO JUNIOR, C. 1961. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 6º ed., 1961. 348p.
- PRÓ-CARNÍVOROS. **Conheça os Animais**. Disponível em: <<http://www.procarnivoros.org.br/animais.php>>. Acesso em: 10/08/2005.
- QUEIROZ, H.L. & SARDINHA, A.D. A preservação e o uso sustentado dos pirarucus (*Arapaima gigas*, Osteoglossidae) em Mamirauá. In: QUEIROZ, H.L. & CRAMPTON, W. (Eds.) **Estratégias para o manejo de recursos pesqueiros em Mamirauá**. Brasília: SCM, CNPq/MCT, 1999. p. 108-141.
- RIBEIRO, M. C. L. B. & PETRERE JR, M. Fisheries ecology and management of the Jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*, *S. insignis*) in Central Amazonia. **Regulated Rivers: Research and Management**, v. 5, p. 195–215, 1990.
- RIZZINI, C. T. **Tratado de fitogeografia do Brasil** – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1979. 374 p.
- RODRIGUES, J. E. R. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. 205 p.
- SABINO, J. & PRADO, P.I. **Avaliação do Estado do Conhecimento da Diversidade Biológica do Brasil - Vertebrados**. Relatório Final. COBIO/MMA – GTB/CNPq – NEPAM/UNICAMP, 2003. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/chm/doc/vertebra>>. Acesso em: 17/08/2005.
- SANTOS & SOUZA, R.M. **Elaboração do Projeto Integrado de Manejo Florestal na Vila Céu do Mapiá – Floresta Nacional do Purus. Levantamento Florestal e Potencial de Uso**. Relatório Final - WWF-Brasil e Instituto Nawa, 2004.
- SANTOS, E. **Anfíbios e Répteis do Brasil – Vida e Costumes – Vol. 3**. Rio de Janeiro: Villa Rica Editoras Reunidas Ltda, 1994. 261 p.
- SANTOS, J.C.C.; MAURO, R.A. & AGUIAR, L.M.S. **Cateto – *Taiassu tajacu*, Fauna e Flora do Cerrado**. Campo Grande, julho de 2004. Disponível em: <<http://www.cnpqg.embrapa.br/~rodiney/series/caititu/caitetu.htm>> . Acesso em: 18 ago 2005.

- SCHAUENSEE, S. L. & PHELPS, W. L. **A Guide to the Birds of Venezuela**. New Jersey: Princeton University Press. Princeton, 1978. 424 p.
- SCHRÖDER, P. **Jamamadi: história do contato**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/jamamadi/hist.shtm>> . Acesso em: 07 ago. 2005.
- SICK, H. **Ornitologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001. 912 p.
- SILVANO, R. A. M. & BEGOSSI, A. Ethnoichthyology and Fish Conservation in the Piracicaba River (Brasil). **Journal of Ethnobiology**, v. 22, n. 2, p. 285-306, 2002.
- SILVANO, R. A. M., AMARAL, B. D. E O. OYAKAWA, T. Spatial and Temporal Patterns of Diversity and Distribution of the Upper Juruá River Fish Community (Brazilian Amazon). **Environmental Biology of Fishes**, v. 57, p.25–35, 2000.
- SIOLI, H. **Hydrochemistry and Geology in the Brazilian Amazon Region. Amazoniana**, Alemanha, v. 1, n.3, p. 267–277, 1968.
- SOS AMAZÔNIA. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Divisor, Acre, Brasil**. 1998.
- de SOUZA, M.B.; CATAIANO, C.; de AQUINO, T.V.; de LIMA, E.C. & A.J. CARDOSO. Dicionários: bichos e plantas – Anfíbios. In: M.CARNEIRO DA CUNHA, M. & ALMEIDA, M.B. (orgs.). **Enciclopédia da floresta: O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Parte VI, p. 601-614.
- SOUZA, R. M. (2004). **Projeto de Manejo Florestal de Uso Múltiplo da Vila Céu do Mapiá – Floresta Nacional do Purus, AM. Levantamento do Potencial das Espécies Florestais não Madeireiras – Relatório Final**. Rio Branco: Consórcio de Projetos Amazoniar, 2004.
- TOCANTINS, L. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1992.
- TOCANTINS, L. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 3 vol.
- TOLEDO, V.M.; ALARCON-CHAIRES, P.; MOGUEL, P.; OLIVO, M.; CABRERA, A.; LEYEQUIEN, E. & RODRIGUEZ-ALDABE, A. El atlas etnecológico de México y Centroamérica: Fundamentos, métodos e resultados. **Etnoecológica**, v. 6, n. 8, p. 7 -41, dez. 2001. Disponível em: <[http://www.etnoecologica.org.mx/Etnoecologica\\_vol6\\_n8/Articulo\\_EI%20Atlas%20Etnoecol%C3%B3gico%20de%20M%C3%A9xico%20y%20Centroam%C3%A9rica.pdf](http://www.etnoecologica.org.mx/Etnoecologica_vol6_n8/Articulo_EI%20Atlas%20Etnoecol%C3%B3gico%20de%20M%C3%A9xico%20y%20Centroam%C3%A9rica.pdf)>. Acesso em 15 ago. 2005.

- TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. & ROCHA, O.. 2002. Ecossistemas em Águas Interiores. In: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B. & TUNDISI, J. G. (eds.) **Águas Doces do Brasil**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. cap. 05, p. 161-202.
- UFV. **Abelhas indígenas sem ferrão**. Disponível em <<http://www.ufv.br/dbg/bee/abelhsf.htm>>. Acesso em 23 de ago. 2005.
- VAL, A. L.; & ALMEIDA-VAL, V.M.F.. 1999. **Biology of Tropical Fishes**. Manaus: INPA, 1999.
- VARI, R. P. **Systematics of the Neotropical Characiform Genus Potamorhina (Pisces, Characiformes)**. Smithsonian Contributions to Zoology, Washington, v. 400, 1984.
- VARI, R. P. **Systematics of the Neotropical Characiform Genus Curimata Bosc (Pisces: Characiformes)**. Smithsonian Contributions to Zoology, Washington, v. 474, p. 1-63, 1989a.
- VARI, R. P. **Systematics of the Neotropical Characiform Genus Psectrogaster Eigenmann and Eigenmann (Pisces: Characiformes)**. Smithsonian Contributions to Zoology, Washington, v. 481, p. 1-42, 1989b.
- VARI, R. P. **Systematics of the Neotropical Characiform Genus Curimatella Eigenmann and Eigenmann (Pisces: Ostariophysi), With Summary Comments on the Curimatidae**. Smithsonian Contributions to Zoology, Washington, v. 533, p. 1-48, 1992.
- VELLOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R. & LIMA, J. C. A.. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- VERDADE, L.M. A Exploração da Fauna Silvestre no Brasil: Jacarés, Sistemas e Recursos Humanos. **Biota Neotropica**, v. 4, n. 2, 2004. Disponível em:<<http://www.biotaneotropica.org.br/v4n2/pt/fullpaper?bn02804022004+pt>>. Acesso em: 13 ago. 2005.
- VERÍSSIMO, A.; SOUZA JR., C.M. de & AMARAL, P.H. **Identificação de áreas prioritárias com potencial para a criação de Florestas Nacionais na Amazônia Legal**. Brasília:Ministério do Meio Ambiente, 2002. 37 p.
- VITORINO, M.R. & FONTES, M.A.L. **Ecoturismo**. Lavras: FAEPE -Universidade Federal de Lavras, 2001.
- WALKER, I. Amazonian Streams and Small Rivers. In: TUNDISI, J. G.; Bicudo, C. E.; Matsumura-Tundisi, T. (Eds.). **Limnology in Brazil**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, p.167-193, 1995.

WHITTAKER, R. H. **Communities and ecosystems**. London: The Macmillan Co., 1970. 162p.



# **Floresta Nacional do Purus**

## **Plano de Manejo**



**volume II - Planejamento**

julho/2009

## INDICE

### VOLUME II – Planejamento e Programas

<b>9. OBJETIVOS DA FLORESTA NACIONAL DO PURUS .....</b>	<b>329</b>
9.1. Objetivo Geral .....	329
9.2. Objetivos Específicos.....	329
<b>10. DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO.....</b>	<b>331</b>
10.1. Gestão e Administração .....	331
10.2. Monitoramento e Controle .....	332
10.3. Desenvolvimento Comunitário.....	333
10.4. Recursos Faunísticos.....	334
10.5. Recursos Florestais .....	334
10.6. Uso Público e Serviços Ambientais .....	335
10.7. Ordenamento Territorial .....	336
10.8. Gestão Demográfica .....	336
<b>11. ZONEAMENTO.....</b>	<b>337</b>
11.1. Procedimento para a definição do Zoneamento .....	337
11.2. Identificação e Conceituação das Zonas.....	338
11.2.1. Zonas Populacionais (ZP).....	340
11.2.2. Zonas de Uso Comunitário (ZUC) .....	344
11.2.3. Zonas de Uso Especial (ZUE) .....	351
11.2.4 Zona de Manejo Florestal (ZMF) .....	352
11.2.5. Zona de Manejo Florestal e Faunístico (ZMFF) .....	354
11.2.6. Zonas de Conservação (ZC).....	356
11.2.7. Zona de Sobreposição com Terra Indígena (ZSTI) .....	359
11.2.8. Zona de Amortecimento (ZA) - PROPOSTA.....	361
<b>12. NORMAS GERAIS PARA A FLORESTA NACIONAL DO PURUS.....</b>	<b>362</b>
<b>13. PROGRAMAS.....</b>	<b>374</b>
13.1. Programa de Administração.....	406
13.1.1. Subprograma de Gestão de Recursos Administrativos .....	407
13.1.2. Subprograma de Regulamentação do Plano de Manejo.....	415
13.1.3. Subprograma de Regularização Fundiária .....	421
13.1.4. Subprograma de Gestão de Projetos .....	426
13.1.5. Subprograma de Autorização de Atividades e Concessões Especiais de Uso .....	430
13.2. Programa de Gestão Participativa .....	433
13.3. Programa de Gestão Demográfica .....	444
13.4. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.....	453
13.5. Programa de Proteção e Fiscalização .....	462
13.6. Programa de Monitoramento .....	468
13.7. Programa de Manejo Florestal .....	473
13.7.1. Sub-Programa de Preparação para o Manejo Florestal.....	474

13.7.2. Subprograma de Manejo Florestal Não-Madeireiro...	477
13.7.3. Subprograma de Manejo Florestal Madeireiro.....	483
13.8. Programa de Manejo e Criação de Fauna Silvestre .....	486
13.9. Programa de Manejo de Pesca e Aquicultura .....	493
13.10. Programa de Desenvolvimento Comunitário .....	497
13.10.1. Subprograma de Reativação do PDC (ZP2 e ZP3 – Mapiá).....	500
13.10.2. Subprograma de Produção e Geração de Renda (ZP1 – Inauini).....	503
13.10.3. Subprograma de Educação (ZP1 – Inauini) .....	510
13.10.4. Subprograma de Saúde e Saneamento Básico e Ambiental (ZP1 – Inauini) .....	514
13.10.5. Subprograma de Transporte (ZP1 – Inauini).....	518
13.10.6. Subprograma de Melhoria do Padrão Alimentar (ZP1 – Inauini).....	520
13.10.7. Subprograma de Promoção da Cultura (ZP1 – Inauini).....	524
13.10.8. Subprograma Apoio a Organização Comunitária (ZP1 – Inauini).....	528
13.10.9. Subprograma de Infra-estrutura Comunitária (ZP1 – Inauini).....	532
13.10.10. Subprograma de Desenvolvimento Comunitário do Tabocal (ZP4 - Purus) .....	539
13.11. Programa de Uso Público .....	540
13.12. Programa de Interpretação e Educação Ambiental.....	547
13.13. Programa de Recuperação de Ambientes Degradados.....	552
13.14. Programa de Relações Públicas e Institucionais .....	554
14. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO.....	557
14.1. Cronograma Físico-financeiro detalhado por atividade.....	559
14.2. Prioridades, possíveis fontes de recursos e orçamento consolidado por ação do Plano Manejo .....	646
14.3. Orçamento consolidado por programas e subprogramas do Plano de Manejo.....	662

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 74 – Árvore da Vida do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>33981</b>
--	--------------

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 6 - Ciclo de Vida do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>387</b>
--	------------

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 24 – Zoneamento da Floresta Nacional do Purus .....</b>	<b>3399</b>
---	-------------

## **INTRODUÇÃO**

A partir dos indicativos do diagnóstico e das características da Floresta Nacional do Purus e da região, bem como dos resultados das Oficinas de Planejamento Participativo realizadas durante o processo de elaboração do Plano de Manejo, são definidos neste planejamento as diretrizes para a sua gestão. Com o estabelecimento das Zonas de Manejo e suas regras de utilização e das propostas apresentadas nos estudos de diagnóstico são estabelecidos os Programas. Nas Zonas de Manejo são descritas as normas para acesso aos recursos naturais, indicando as atividades permitidas e restrições nos espaços propostos. Nos Programas são definidas as ações voltadas à produção sustentável, pesquisa, conservação, preservação, gestão participativa, administração, uso público, entre outros, visando à plena implementação da Unidade e a promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região onde a Floresta Nacional está inserida, e, diretamente, a melhoria da qualidade de vida da população residente e do entorno.

## **9. OBJETIVOS DA FLORESTA NACIONAL DO PURUS**

### **9.1. Objetivo Geral**

Seguindo o estabelecido na Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assim como no Decreto 1.298/1994, que regulamenta as Florestas Nacionais, o objetivo geral da categoria é promover o uso múltiplo sustentável dos recursos naturais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes com a valorização da cultura autóctone.

### **9.2. Objetivos Específicos**

De acordo com o estabelecido no Decreto 96.190 de 21 de junho de 1988, que cria a Floresta Nacional do Purus, em conformidade com as peculiaridades ambientais e socioeconômicas locais e regionais e com os indicativos dos estudos realizados, seus objetivos específicos são:

- Conservar significativas amostras do ecossistema do Bioma Amazônia Ocidental;

- Estabelecer um modelo de produção florestal sustentável adequada às peculiaridades locais;
- Estabelecer um novo paradigma de desenvolvimento na região do Médio Purus em oposição ao modelo local vigente, baseado na agropecuária e na grilagem de terras públicas;
- Proteger espécies raras e/ou ameaçadas de extinção;
- Garantir a manutenção das atividades extrativistas tradicionais;
- Promover a melhoria da qualidade de vida da população residente, aprimorando os padrões atuais de desenvolvimento humano;
- Diversificar a produção florestal e agregar valor diminuindo o predomínio da agropecuária, visando à redução gradativa da conversão de áreas de florestas;
- Promover e incentivar a utilização econômica e alimentar pelas populações tradicionais dos recursos da fauna silvestre;
- Incentivar, promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas científicas, priorizando aquelas voltadas ao manejo da Unidade;
- Proporcionar o uso público e atividades de educação ambiental;
- Servir como base de extensão às instituições de ensino superior, principalmente nas áreas de interesse do manejo;
- Promover e incentivar o melhoramento tecnológico nos processos de exploração e beneficiamento dos produtos do extrativismo, com ênfase à borracha, à castanha, óleos e plantas medicinais;
- Contribuir para o suprimento de matéria-prima para indústria de base florestal da região, em consonância com a lei 11.284/2006 de Gestão de Florestas Públicas;
- Reconhecer e criar condições para a manutenção do patrimônio cultural ancestral da Amazônia expresso no conhecimento etnobotânico da Ayahuasca, manifestado na área através do culto do Santo Daime;
- Estabelecer um Laboratório Socioambiental capaz de promover experiências piloto de desenvolvimento sustentável e humano, visando a gerar matrizes de políticas públicas para a sustentabilidade na Amazônia;
- Buscar melhorias para a qualidade de vida dos povos da floresta através da captação, geração, desenvolvimento e difusão de *tecnologias apropriadas* ao interior da Amazônia;
- Fomentar o uso de *tecnologias agroflorestais* para ser incorporada pela agricultura familiar, como alternativa à derrubada e queima da floresta;

- Gerar alternativa de assentamento humano compatível com o bioma Amazônia, estabelecendo uma ecovila piloto na comunidade intencional Céu do Mapiá;
- Estabelecer experiência de *gestão demográfica*, manejando a sustentabilidade de população humana em ecossistema florestal;
- Promover a gestão socioambiental participativa implementando a educação no processo de gestão;
- Promover a integração com políticas públicas governamentais, com vistas a favorecer ao desenvolvimento humano das populações residentes.

## 10. DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO

Com a finalidade de nortear as ações previstas, optou-se por definir as diretrizes de forma específica por linha geral de ação, identificadas com base nas propostas de programas e nos fundamentos do Plano de Manejo. Assim o planejamento foi elaborado e será implementado com base nas seguintes diretrizes:

### 10.1. Gestão e Administração

- Conceber o Plano de Manejo como um *plano de gestão socioambiental participativa*;
- Assegurar *ampla participação*, no processo de gestão, a todos os atores envolvidos no manejo da Unidade;
- Implementar a *educação no processo de gestão* com vistas a instrumentalizar e qualificar a participação de todos os atores envolvidos, favorecendo a formação de consensos;
- Construir técnica e didaticamente o Plano de Manejo, em todo seu processo de concepção e implementação, tal e qual uma semente, que progressivamente se desenvolverá num organismo socioambiental mais complexo organizando a gestão da Floresta Nacional (*Método da Semente*);
- Implementar a gestão socioambiental participativa da Floresta Nacional através da concepção e desenvolvimento de uma Agenda comum ao ICMBio e todos os atores envolvidos, modelada segundo uma idéia de ciclo de vida do Plano de Manejo;

- Desenvolver o processo de gestão socioambiental participativa da Floresta Nacional através de uma atitude pró-ativa e uma prática dialógica entre o órgão gestor e demais atores envolvidos;
- Garantir a implementação total do Conselho Consultivo, buscando instrumentalizar seus membros para uma efetiva gestão participativa;
- Estabelecer as estruturas subsidiárias ao Conselho Consultivo previstas no seu Regimento Interno – Conselhos Comunitários e Câmara de Integração Técnico-Institucional – como vias de capilarizar e aprofundar os canais de inclusão e participação no processo de gestão;
- Promover o fortalecimento das organizações comunitárias para melhoria do nível de participação das populações residentes;
- Considerar critérios mínimos de representatividade, participação e/ou liderança e capacidade técnica, para os membros que compõem o Conselho Consultivo, quando se tratar de organizações não comunitárias;
- Garantir estrutura adequada ao ICMBio para a administração e coordenação da gestão da Unidade, de forma eficiente e eficaz;
- Considerar critérios mínimos de capacidade técnica, administração e coordenação para a chefia da Unidade;
- Construir uma estratégia de captação de recursos para implementação do Plano de Manejo a ser estruturada através da Câmara de Integração Técnico-Institucional;
- Promover a implementação do Plano de Manejo através de Projetos licenciados pela Gerência Administrativa;
- Promover um processo de progressiva regulamentação, sob o Plano de Manejo, de todas as atividades da Floresta Nacional.

## **10.2. Monitoramento e Controle**

- Envolver as populações locais em ações de monitoramento e controle;
- Estabelecer infra-estrutura adequada ao ICMBio e estratégias para garantir a integridade da Unidade;
- Estabelecer indicadores de efetividade do manejo da Unidade;
- Proporcionar à população local o amplo conhecimento da legislação ambiental;

- Garantir o controle dos impactos causados pelos processos de ocupação e uso do solo;
- Garantir ao ICMBio e ao Conselho Consultivo o acesso às informações indicativas de sustentabilidade das áreas sob manejo florestal, por parte de concessionários, comunitários e Serviço Florestal Brasileiro;
- Criar condições de suporte técnico e científico para controlar uma experiência de gestão demográfica, com vistas a viabilizar e aferir a sustentabilidade de populações humanas no bioma florestal.

### **10.3. Desenvolvimento Comunitário**

- Estabelecer um processo de Agenda 21 Local para a promoção de um desenvolvimento comunitário baseado em fóruns participativos e integradores de políticas públicas mutuamente complementares e sustentáveis;
- Estabelecer os Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais como fóruns deliberativos locais para a construção das estratégias de desenvolvimento comunitário;
- Estabelecer a figura do Agente Comunitário como facilitador de processos participativos, capazes de orientar e implementar o desenvolvimento comunitário;
- Assegurar articulação e parcerias com o Poder Público, nos três níveis de Governo, com Organizações da Sociedade Civil, com organizações privadas e pessoas físicas para execução das ações básicas de saúde, saneamento, educação e produção, visando à melhoria da qualidade de vida da população local;
- Buscar novas alternativas de geração de renda a partir do uso sustentável dos recursos naturais;
- Considerar os aspectos sociais, culturais e de gênero no estabelecimento de ações voltadas ao desenvolvimento local;
- Estabelecer modelos de ocupação que otimizem a implantação e implementação de serviços públicos básicos;
- Estabelecer modelos de sistemas de produção que levem em conta os critérios mínimos de sustentabilidade baseados nos recursos naturais;

- Estabelecer estratégias de segurança alimentar auto-sustentada;
- Estabelecer um padrão de ocupação agroflorestal do solo destinado à agricultura familiar e comunitária;
- Captar, desenvolver e difundir tecnologias apropriadas à floresta, como instrumentos para uma elevação sustentável da qualidade de vida da população local;
- Estabelecer mecanismos de controle e autorização de moradia na Floresta Nacional do Purus com base em critérios culturais, ecológicos e legais identificados com o Plano de Manejo.

#### **10.4. Recursos Faunísticos**

- Desenvolver ações que garantam a preservação de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção;
- Desenvolver ações de manejo que garantam a conservação das espécies da fauna com potencial econômico, como forma legal de geração de renda, e de relevante importância para a segurança alimentar;
- Incentivar a participação da comunidade local nas ações de manejo de recursos faunísticos;
- Inserir nas ações de Educação Ambiental espécies-chave para divulgação e popularização da questão conservacionista;
- Propiciar a manutenção dos ambientes aquáticos e terrestres tidos como criadouros naturais;
- Assegurar que as ações de manejo de recursos faunísticos, principalmente pesqueiros, sejam realizadas dentro de critérios adequados de ordenamento de uso de ambientes e espécies;
- Desenvolver a criação de animais silvestres e peixes com a finalidade de segurança alimentar, como fontes de proteínas alternativas ao gado.

#### **10.5. Recursos Florestais**

- Desenvolver ações que garantam a preservação de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção;
- Priorizar as ações de manejo florestal em escala comunitária;

- Promover a capacidade técnica e operacional das organizações comunitárias para o manejo sustentável dos recursos florestais nas Zonas de Uso Comunitário;
- Incentivar a qualificação das organizações comunitárias para participação nas licitações para Concessão Florestal;
- Estabelecer critérios que possibilitem a participação de organizações locais nos processos de concessão florestal, fora das Zonas de Uso Comunitário;
- Estabelecer critérios que assegurem a agregação de valor aos produtos florestais, inclusive, no caso das organizações comunitárias, apoiando o seu aparelhamento para este fim;
- Promover a diversificação dos produtos florestais, visando a garantir a sustentabilidade de seu manejo e a multiplicidade de fontes de renda para as populações residentes;
- Priorizar a exploração de recursos não-madeireiros nas Zonas de Uso Comunitário, buscando parcerias para o desenvolvimento tecnológico para o manejo e beneficiamento;
- Buscar intercâmbio com instituições de pesquisa e fomento, especialmente dentro do ICMBio e MMA, para promover estratégias de agregação de valor aos produtos do manejo florestal comunitário gerados na Floresta Nacional.

#### **10.6. Uso Público e Serviços Ambientais**

- Assegurar a participação da população local, sobretudo dos residentes na Unidade, na execução das atividades turísticas ou outras atividades associadas;
- Fortalecer e estruturar as atividades relacionadas ao turismo ecológico-religioso já existente na Floresta Nacional do Purus;
- Propiciar a qualificação das organizações locais para execução de serviços florestais e habilitação aos processos de concessão;
- Associar as atividades de uso público e educação ambiental às ações de manejo;
- Assegurar que as populações residentes tenham participação nos rendimentos decorrentes de créditos de carbono;
- Garantir o amplo conhecimento da Unidade e de suas ações de manejo pela população local através da visitação e educação ambiental;

- Promover a Floresta Nacional do Purus como destino turístico da Amazônia;
- Capacitar e qualificar as comunidades locais para as atividades de ecoturismo, recepção, transporte, hospedagem e atendimento a visitantes;
- Garantir o controle da visitação à Floresta Nacional do Purus, sobretudo nos períodos dos festivais religiosos do Santo Daime e com atenção especial para licenças a estadias prolongadas.

### **10.7. Ordenamento Territorial**

- Assegurar a existência de modelos de ocupação e uso que causem o menor impacto ambiental e social possível, definidos em conjunto com a comunidade residente, considerando as taxas de crescimento populacional;
- Assegurar a existência de normas que regulamentem o uso alternativo de solo, com ênfase em restrições à pecuária;
- Indisponibilizar áreas com níveis elevados de degradação, até sua completa recuperação;
- Garantir o efetivo cumprimento das normas de manejo estabelecidas para cada uma das zonas da Unidade;
- Assegurar que as cláusulas dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso conferidos aos habitantes estejam fundamentadas nas diretrizes do ordenamento territorial da Floresta Nacional do Purus;
- Controlar as tendências de crescimento demográfico exógeno na Floresta Nacional do Purus, pautando-se por critérios de harmonização entre tendências culturais e capacidade suporte do ambiente;
- Desenvolver um modelo alternativo de planejamento e gestão de assentamento humano, com ênfase na gestão ecológica das atividades, contando com suporte das contribuições das ciências florestais, de planejamento e gestão de sistemas agroflorestais, da permacultura, do saneamento ambiental e outras áreas de conhecimento afins.

### **10.8. Gestão Demográfica**

- Com o envolvimento das comunidades residentes e outros parceiros, desenvolver critérios de gestão, que garantam a manutenção de níveis populacionais compatíveis com a conservação dos ecossistemas florestais;

- Elaborar cenários futuros, com base em hipóteses de crescimento populacional a médio e longo prazos e em hipóteses de alternativas tecnológicas de usos dos recursos naturais para sustentação direta dos moradores e para geração de renda mais e menos impactantes ao ambiente e avaliando a influência resultante sobre os ecossistemas potencialmente vulneráveis aos incrementos populacionais e tecnologias;
- Desenvolver um conceito de Saturação Populacional para a micro-bacia do igarapé Mapiá, com base nas avaliações da capacidade suporte do ambiente, no desenvolvimento de cenários futuros e outros fatores importantes para a sustentabilidade da Floresta Nacional;
- Garantir ampla participação dos moradores e outros parceiros no processo de gestão demográfica.

## 11. ZONEAMENTO

Um dos principais objetivos do Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação é definir espaços dentro de seus limites, onde serão desenvolvidas atividades que venham contribuir com todos os objetivos da Unidade, otimizando assim, sua gestão e atendendo aos anseios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985/00). Esses espaços são chamados de *Zonas*.

O *zoneamento* é baseado nas informações obtidas através dos estudos realizados e do conhecimento da população local, com finalidade de identificação da aptidão das áreas da Unidade, sendo um dos instrumentos para a proposição e elaboração dos Programas.

### 11.1. Procedimento para a definição do Zoneamento

Para definição das zonas, foram observados todos os estudos realizados em campo, os mapas temáticos produzidos, imagens de satélites, as informações obtidas junto à população local e as proposições das oficinas de planejamento participativo para a elaboração do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus.

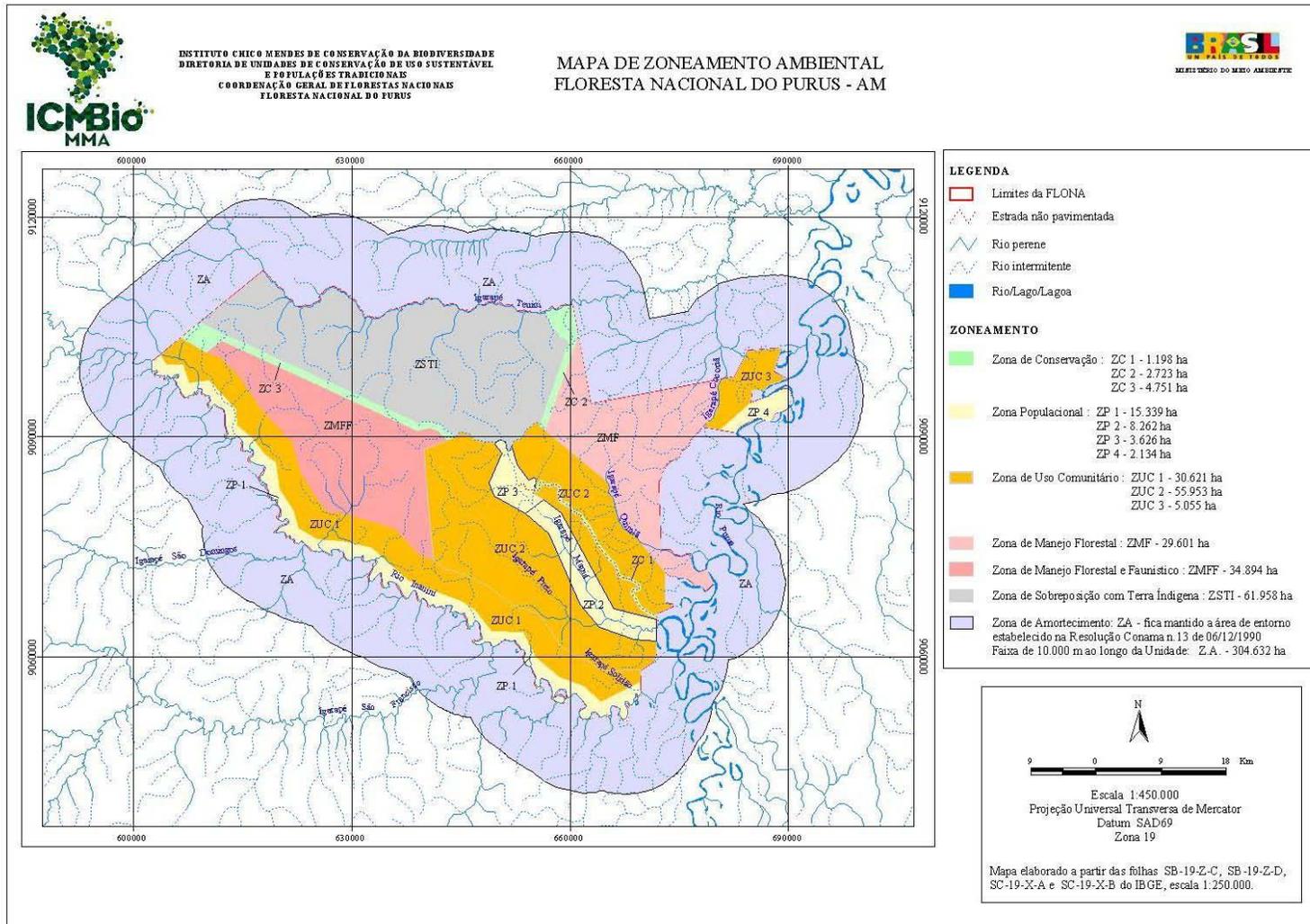
A partir dos resultados dos estudos foi elaborada uma proposta de Zoneamento pela equipe técnica, que foi apresentada aos atores envolvidos com o processo de elaboração do Plano de Manejo, reunidos na 3ª Oficina de Planejamento Participativo. Através de trabalho em grupos, acompanhados pela equipe técnica, foram feitas os

ajustes necessários para atendimento das peculiaridades e necessidade locais, sendo então definida o mapa final do Zoneamento da Unidade.

## **11.2. Identificação e Conceituação das Zonas**

Com a definição do zoneamento da Floresta Nacional do Purus, ficam assim estabelecidos os seguintes tipos de zonas:

- a. Zona Populacional (ZP);
- b. Zona de Uso Comunitário (ZUC);
- c. Zona de Uso Especial (ZUE);
- d. Zona de Manejo Florestal (ZMF);
- e. Zona de Manejo Florestal e Faunístico (ZMFF);
- f. Zona de Conservação (ZC);
- g. Zona de Sobreposição com Terra Indígena (ZSTI);
- h. Zona de Amortecimento (ZA).



Mapa 24 – Zoneamento da Floresta Nacional do Purus

### 11.2.1. Zonas Populacionais (ZP)

Tratam-se das áreas que abrangem as moradias das populações residentes na Floresta Nacional, incluindo os espaços e o uso da terra necessária para a agricultura de subsistência e criação de animais.

As Zonas Populacionais foram definidas a partir do mapa de localização das unidades habitacionais, da análise das imagens de satélite e das informações fornecidas pelos moradores relativas às áreas tradicionalmente utilizadas para a agricultura familiar.

Considerando que a ocupação humana se dá, principalmente, ao longo dos cursos d'água, foram definidas faixas marginais aos rios e igarapés, diferenciadas em função do grau de ocupação. A Vila Céu do Mapiá possui uma espacialização diferente dos outros locais, no entanto, suas especificidades foram respeitadas. Desta forma, foram definidas quatro zonas populacionais:

**a. Zona Populacional 1 (ZP1):** corresponde a uma faixa marginal contínua com aproximadamente 1.500 m medidos a partir da margem esquerda do rio Inauini. Estende-se ao longo de todo limite da Unidade localizado ao longo do referido rio;

**Memorial Descritivo** - Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 603.672,52389 e N= 9.101.079,08907, localizado nos limites oeste da Unidade; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 02 de c.p.a E= 604.439,67796 e N= 9.099.769,99607; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L até o Ponto 03 de c.p.a E= 606.814,56136 e N= 9.099.748,00910; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SE até o Ponto 04 de c.p.a E= 607.574,37204 e N= 9.097.316,99580; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L até o Ponto 05 de c.p.a E= 610.321,12732 e N= 9.097.620,00230; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 06 de c.p.a E= 613.971,63556 e N= 9.093.662,99382; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S até o Ponto 07 de c.p.a E= 614.176,07265 e N= 9.091.504,98994; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 08 de c.p.a E= 616.335,50938 e N= 9.089.751,99209; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SE até o Ponto 09 de c.p.a E= 617.961,625 e N= 9.087.556,000; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 10 de c.p.a E= 619.451,19849 e N= 9.086.451,98689; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S até o Ponto 11 de c.p.a E= 620.016,18608 e N= 9.082.883,00230; daí

segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SE até o Ponto 12 de c.p.a E= 621.838,75807 e N= 9.079.960,99205; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SE até o Ponto 13 de c.p.a E= 622.556,12437 e N= 9.077.475,98092; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 14 de c.p.a E= 625.208,99415 e N= 9.075.888,99941; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L até o Ponto 15 de c.p.a E= 628.516,55854 e N= 9.075.680,99346; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L até o Ponto 16 de c.p.a E= 632.559,55459 e N= 9.074.843,00147; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 17 de c.p.a E= 637.686,35950 e N= 9.070.394,00851; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 18 de c.p.a E= 645.161,37261 e N= 9.067.420,99692; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 19 de c.p.a E= 646.903,42291 e N= 9.066.295,70863; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 20 de c.p.a E= 649.209,00196 e N= 9.063.441,00143; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L até o Ponto 21 de c.p.a E= 653.455,49673 e N= 9.063.261,99574; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SE até o Ponto 22 de c.p.a E= 655.210,62529 e N= 9.059.906,98702; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 23 de c.p.a E= 658.589,81216 e N= 9.057.073,99990; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 24 de c.p.a E= 661.939,06211 e N= 9.055.890,00323; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 25 de c.p.a E= 664.174,94088 e N= 9.053.759,99634; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NE até o Ponto 26 de c.p.a E= 669.551,50083 e N= 9.056.495,00024, localizado no limite Leste da Unidade; daí segue por esse limite por uma linha reta, no rumo aproximado S até o ponto 27 de c.p.a E= 669.493,99297 e N= 9.055.109,03447, localizado na margem esquerda do Rio Inauini na boca do igarapé Solidão; daí segue a montante pelo referido rio por aproximadamente 135 km até o Ponto 28 de c.p.a E= 602.516,02263 e N= 9.100.134,69195, localizado no limite mais a Oeste da Floresta Nacional; daí segue por uma linha reta sob os limites da Unidade, no rumo aproximado NE até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 15.339 ha.

b. **Zona Populacional 2 (ZP2):** corresponde a uma faixa marginal contínua, com aproximadamente 1.500m de ambas as margens do igarapé Mapiá, que

se estende desde os limites da Unidade no baixo igarapé até o alto curso onde faz limite com a Zona Populacional 3.

**Memorial Descritivo** - Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 656.363,86470 e N= 9.081.393,00350; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 02 de c.p.a E= 658.675,50105 e N= 9.079.611,00203; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SE até o Ponto 03 de c.p.a E= 665.990,61823 e N= 9.066.533,00091; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 04 de c.p.a E= 671.828,38278 e N= 9.065.081,93091, localizado no limite Leste da Unidade; daí segue por esse limite no rumo S, atravessando o igarapé Mapiá, até o Ponto 05 de c.p.a E= 671.824,75149 e N= 9.062.076,00073; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O até o Ponto 06 de c.p.a E= 668.747,74553 e N= 9.062.329,99217; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O-NO até o Ponto 07 de c.p.a E= 663.995,60964 e N= 9.064.069,99015; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 08 de c.p.a E= 661.330,24543 e N= 9.067.109,99786; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado N-NO até o Ponto 09 de c.p.a E= 656.985,67875 e N= 9.076.819,00107; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 10 de c.p.a E= 653.793,25884 e N= 9.079.565,00278; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NE até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 8.262 ha.

c. **Zona Populacional 3 (ZP3):** corresponde a área da Vila Céu do Mapiá, na confluência entre os igarapés Repartição e Mapiá. Sua definição partiu através de imagens de satélites, fotografias aéreas e também da contribuição da população local na 3ª. Oficina de Planejamento Participativo. Seus limites estendem-se até a sobreposição da Terra Indígena Inauini/Teuini na Unidade.

**Memorial Descritivo** - Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 651.926,56128 e N= 9.088.709,99394, localizado na margem esquerda do igarapé Alto Alegre; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado S-SE até o Ponto 02 de c.p.a E= 652.792,55765 e N= 9.086.090,98853; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SE até o Ponto 03 de c.p.a E= 654.238,26179 e N= 9.084.002,93640; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado L-NE até o Ponto 04 de c.p.a E= 655.039,21650 e N= 9.084.433,31294; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SE até o Ponto 05 de c.p.a E= 655.306,11624 e N= 9.084.105,30380, localizado na margem direita de um igarapé sem denominação; daí segue a jusante

pelo referido igarapé até o Ponto 06 de c.p.a E= 655.065,95375 e N= 9.083.334,52635; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado S-SE até o Ponto 07 de c.p.a E= 655.273,23097 e N= 9.082.734,15501; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SO até o Ponto 08 de c.p.a E= 654.931,62590 e N= 9.082.228,98891; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SE até o Ponto 09 de c.p.a E= 656.363,86470 e N= 9.081.393,00350; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SO até o Ponto 10 de c.p.a E= 653.793,25884 e N= 9.079.565,00278; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 11 de c.p.a E= 649.467,93782 e N= 9.081.849,99000; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N até o Ponto 12 de c.p.a E= 648.844,55505 e N= 9.083.658,99144; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N-NE até o Ponto 13 de c.p.a E= 650.601,75442 e N= 9.087.724,26660; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 14 de c.p.a E= 649.642,78349 e N= 9.088.940,14746; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N-NE até o Ponto 15 de c.p.a E= 649.715,62698 e N= 9.089.235,99508, localizado na margem direita do igarapé Mapiá; daí segue a jusante pelo referido igarapé até o Ponto PT-18 de c.p.a E= 651.317,79124 e N= 9.087.826,19841, localizado na confluência do igarapé Alto Alegre; daí segue a montante pelo referido igarapé até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 3.626 ha.

d. **Zona Populacional 4 (ZP4):** corresponde a área onde se localizam as populações ribeirinhas da Floresta Nacional ao longo do rio Purus, na face Nordeste da Unidade.

**Memorial Descritivo** - Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 684.676,50108 e N= 9.094.495,00220; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-NE até o Ponto 02 de c.p.a E= 686.698,79964 e N= 9.094.853,77326, localizado à margem esquerda do Rio Purus, limitando-se por essa reta com as terras do Seringal São Romão; daí segue a montante pelo rio Purus até o Ponto 03 de c.p.a E= 683.099,77775 e N= 9.090.598,41565, limítrofe do Seringal São Miguel; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O até o Ponto 04 de c.p.a E= 680.593,12690 e N= 9.090.962,99862; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NE até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 2.134 ha.

### **Normas de Utilização das Zonas Populacionais (ZP)**

As normas gerais de utilização da Zona Populacional, juntamente com a Zona de Uso Comunitário, serão estabelecidas e/ou ratificadas no Plano de Desenvolvimento Comunitário - PDC, a ser elaborado no prazo máximo de 02 anos, com participação da comunidade residente. No entanto, este deve contemplar as normas a seguir elencadas, que passam a vigorar imediatamente após a aprovação do Plano de Manejo:

- O estabelecimento de novas moradias e áreas de uso alternativo do solo obedecerá aos limites das Áreas de Preservação Permanente – APP. Será estabelecida estratégia para realocação gradativa das áreas atualmente ocupadas nas APP;
- A supressão de vegetação para uso alternativo do solo fica condicionada a autorização da chefia da Unidade até o limite máximo de 01 ha/ano, não podendo ultrapassar 20 ha por família, até que novos limites sejam estabelecidos no PDC;
- Poderão ser desenvolvidas atividades comunitárias de manejo florestal e de recursos faunísticos, bem como a caça de subsistência, desde que não imponha limites para o uso alternativo do solo e o estabelecimento de moradias;
- Poderão ser desenvolvidos projetos relacionados ao Programa de Uso Público, mediante a participação e aprovação da comunidade e da administração da Unidade;
- As visitas e ingresso de pessoas que não integrem as relações de parentesco direto com os moradores da Floresta Nacional ficam sujeitas à aprovação da chefia da Unidade;
- Poderão ser estabelecidos modelos de ocupação visando otimização de uso dos espaços e da implantação dos serviços públicos básicos;
- A ZP, juntamente com a Zona de Uso Comunitário, serão submetidas à um microzoneamento para identificar as áreas destinadas a cada tipo de uso.

#### **11.2.2. Zonas de Uso Comunitário (ZUC)**

São espaços destinados às comunidades residentes no interior da Floresta Nacional, com o objetivo de proporcionar o manejo dos recursos naturais dessas áreas, sejam eles florestais (madeireiros ou não-madeireiros), faunísticos ou serviços ambientais.

Para a sua definição foram observados os relatos dos moradores da Unidade sobre as áreas comumente utilizada para atividades extrativistas em geral.

Na Floresta Nacional do Purus buscou-se definir as Zonas de Uso Comunitário de acordo com o uso atual e também pela relação entre as populações de cada Zona Populacional. No seu mapeamento, foram aproximadas as duas referidas Zonas, facilitando deste modo, o acesso das populações a ambas as áreas. Assim, foram definidas 3 Zonas de Uso Comunitário:

a. **Zona de Uso Comunitário 1 (ZUC1):** trata-se da área destinada, prioritariamente, aos moradores do rio Inauini (ZP1). Corresponde a uma faixa marginal à Zona Populacional, com largura média de 3.500m. O seu ponto mais distante da margem do rio fica a aproximadamente 5.000 m.

**Memorial Descritivo** - Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 606.518,64424 e N= 9.103.398,86556, localizado nos limites Oeste da Unidade; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 02 de c.p.a E= 609.995,12536 e N= 9.101.439,00012; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 03 de c.p.a E= 611.914,61863 e N= 9.100.797,00804; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 04 de c.p.a E= 614.466,00514 e N= 9.098.189,98276; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SE até o Ponto 05 de c.p.a E= 617.501,25750 e N= 9.093.845,99281; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 06 de c.p.a E= 621.738,88160 e N= 9.089.269,98836; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SE até o Ponto 07 de c.p.a E= 623.004,18019 e N= 9.085.101,01431; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SE até o Ponto 08 de c.p.a E= 625.324,17706 e N= 9.081.261,00431; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 09 de c.p.a E= 626.595,00136 e N= 9.079.765,00227; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L até o Ponto 10 de c.p.a E= 629.050,43202 e N= 9.079.485,00428; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 11 de c.p.a E= 635.977,19802 e N= 9.077.453,99827; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 12 de c.p.a E= 639.071,79662 e N= 9.074.009,01042; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 13 de c.p.a E= 641.151,06069 e N= 9.073.223,00319; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 14 de c.p.a E= 642.750,57407 e N= 9.071.961,98525; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 15 de c.p.a E= 645.586,92469 e N= 9.071.188,00074;

daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 16 de c.p.a E= 648.795,73890 e N= 9.069.555,00969; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SE até o Ponto 17 de c.p.a E= 651.632,06220 e N= 9.067.206,00352; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 18 de c.p.a E= 655.757,68448 e N= 9.065.858,99648; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SE até o Ponto 19 de c.p.a E= 658.708,62489 e N= 9.061.360,99949; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L-SE até o Ponto 20 de c.p.a E= 664.667,87813 e N= 9.058.124,00237; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L até o Ponto 21 de c.p.a E= 669.658,62457 e N= 9.056.495,00024, localizado nos limites Leste da Floresta Nacional; daí segue por uma linha reta por esses limites, no rumo aproximado S até o Ponto 22 de c.p.a E= 669.551,50083 e N= 9.056.495,00024; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado SO até o Ponto 23 de c.p.a E= 664.174,94088 e N= 9.053.759,99634; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 24 de c.p.a E= 661.939,06211 e N= 9.055.890,00323; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O-NO até o Ponto 25 de c.p.a E= 658.589,81216 e N= 9.057.073,99990; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 26 de c.p.a E= 655.210,62529 e N= 9.059.906,98702; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado N-NO até o Ponto 27 de c.p.a E= 653.455,49673 e N= 9.063.261,99574; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O até o Ponto 28 de c.p.a E= 649.209,00196 e N= 9.063.441,00143; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 29 de c.p.a E= 646.903,42291 e N= 9.066.295,70863; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O-NO até o Ponto 30 de c.p.a E= 645.161,37261 e N= 9.067.420,99692; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O-NO até o Ponto 31 de c.p.a E= 637.686,35950 e N= 9.070.394,00851; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 32 de c.p.a E= 632.559,55459 e N= 9.074.843,00147; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O-NO até o Ponto 33 de c.p.a E= 628.516,55854 e N= 9.075.680,99346; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O até o Ponto 34 de c.p.a E= 625.208,99415 e N= 9.075.888,99941; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 35 de c.p.a E= 622.556,12437 e N= 9.077.475,98092; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado N-NO até o Ponto 36 de c.p.a E= 621.838,75807 e N= 9.079.960,99205; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado N-NO até o Ponto 37 de c.p.a E= 620.016,18608 e N= 9.082.883,00230; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado N-NO até o Ponto 38 de c.p.a E= 619.451,19849 e N=

9.086.451,98689; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 39 de c.p.a E= 617.961,625 e N= 9.087.556,000; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado N-NO até o Ponto 40 de c.p.a E= 616.335,50938 e N= 9.089.751,99209; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 41 de c.p.a E= 614.176,07265 e N= 9.091.504,98994; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado N até o Ponto 42 de c.p.a E= 613.971,63556 e N= 9.093.662,99382; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 43 de c.p.a E= 610.321,12732 e N= 9.097.620,00230; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O-SO até o Ponto 44 de c.p.a E= 607.574,37204 e N= 9.097.316,99580; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado N-NO até o Ponto 45 de c.p.a E= 606.814,56136 e N= 9.099.748,00910; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O até o Ponto 46 de c.p.a E= 604.439,67796 e N= 9.099.769,99607; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado NO até o Ponto 47 de c.p.a E= 603.672,52389 e N= 9.101.079,08907, localizado nos limites Leste da Unidade; daí segue por uma linha reta por esses limites no rumo aproximado NE até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 30.621 ha.

b. **Zona de Uso Comunitário 2 (ZUC2):** é a área destinada, prioritariamente, aos moradores do Igarapé Mapiá e da Vila Céu do Mapiá. Corresponde, grosso modo, quase que totalmente a bacia do igarapé Mapiá, limitando-se ao norte pela margem direita do igarapé Quimiã e ao Sul com a ZUC1. Ela se divide em duas áreas: áreas Norte e Sul. Na área Norte, fica sobreposta a Zona de Conservação 1, onde as regras da referida zona valerão sob as regras do ZUC2.

**Memorial Descritivo - Área Norte<sup>1</sup>:** Partindo do Ponto ST-11 de coordenadas planas aproximadas E= 655.769,00330 e N= 9.091.438,00256, localizado na margem direita do igarapé Alto Alegre; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SE até o Ponto 01 de c.p.a E= 665.046,43861 e N= 9.083.835,99692, localizado na margem direita do igarapé Quimiã; daí segue a jusante pelo referido igarapé até a foz de um igarapé sem denominação, no Ponto 02 de c.p.a E= 669.661,98098 e N= 9.075.608,58906; daí segue por uma reta no rumo aproximado SE até o Ponto 03 de c.p.a E= 672.947,94116 e N= 9.071.562,99911, localizado nos limites a Leste da Unidade; daí segue por esses limites por uma linha reta no rumo aproximado S até o Ponto 04 e c.p.a E= 672.937,07470 e N= 9.067.137,87891, localizado na margem esquerda do igarapé Alarme; continuando ainda pelos limites da Floresta Nacional,

cruxa-se o referido igarapé e segue a jusante pela sua margem direita até o Ponto 05 de c.p.a E= 674.037,14925 e N= 9.066.856,94760; daí segue por uma reta no rumo aproximado SO, ainda pelos limites da Unidade, até o Ponto 06 de c.p.a E= 671.831,21603 e N= 9.065.974,86630; daí segue pelo referido limite, no rumo S, passando e coincidindo com limite Leste da Zona de Conservação 1, até o Ponto 07 de c.p.a E= 671.828,38278 e N= 9.065.081,93091; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Ponto 08 de c.p.a E= 665.990,61823 e N= 9.066.533,00091; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N-NO até o Ponto 09 de c.p.a E= 658.675,50105 e N= 9.079.611,00203; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 10 de c.p.a E= 656.363,86470 e N= 9.081.393,00350; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 11 de c.p.a E= 654.931,62590 e N= 9.082.228,98891; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NE até o Ponto 12 de c.p.a E= 655.273,23097 e N= 9.082.734,15501; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N-NO até o Ponto 13 de c.p.a E= 655.065,95375 e N= 9.083.334,52635, localizado na margem esquerda de um igarapé sem denominação; daí segue a montante pelo referido igarapé até o Ponto 14 de c.p.a E= 655.306,11624 e N= 9.084.105,30380; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 15 de c.p.a E= 655.039,21650 e N= 9.084.433,31294; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SO até o Ponto 16 de c.p.a E= 654.238,26179 e N= 9.084.002,93640; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 17 de c.p.a E= 652.792,55765 e N= 9.086.090,98853; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N-NO até o Ponto 18 de c.p.a E= 651.926,56128 e N= 9.088.709,99394, localizado na margem esquerda do igarapé Alto Alegre; daí segue a montante pelo referido igarapé até o Ponto ST-11, início desta descrição.

Total da área aproximada: 20.002 ha

**Área Sul** - Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 639.862,56603 e N= 9.088.168,98909; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado L-NE até o Ponto 02 de c.p.a E= 644.078,50768 e N= 9.089.913,86652, localizado na foz de um igarapé sem denominação no igarapé Mapiá; daí segue a jusante pelo referido igarapé até o Ponto 03 de c.p.a E= 649.715,62698 e N= 9.089.235,99508; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado S-SO até o Ponto 04 de c.p.a E= 649.642,78349 e N= 9.088.940,14746; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SE até o Ponto 05 de c.p.a E= 650.601,75442 e N=

9.087.724,26660; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SO até o Ponto 06 de c.p.a E= 648.844,55505 e N= 9.083.658,99144; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado S-SE até o Ponto 07 de c.p.a E= 649.467,93782 e N= 9.081.849,99000; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SE até o Ponto 08 de c.p.a E= 653.793,25884 e N= 9.079.565,00278; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SE até o Ponto 09 de c.p.a E= 656.985,67875 e N= 9.076.819,00107; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado S-SE até o Ponto 10 de c.p.a E= 661.330,24543 e N= 9.067.109,99786; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SE até o Ponto 11 de c.p.a E= 663.995,60964 e N= 9.064.069,99015; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto 12 de c.p.a E= 668.747,74553 e N= 9.062.329,99217; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado L até o Ponto 13 de c.p.a E= 671.824,75149 e N= 9.062.076,00073, localizado no limite Leste da Unidade; daí segue por uma linha reta pelo referido limite no rumo S, até o Ponto 14 de c.p.a E= 671.809,38924 e N= 9.060.537,40027; daí segue por uma reta pelos mesmos limites no rumo aproximado SO, até o Ponto 15 de c.p.a E= 669.663,81592 e N= 9.059.347,79814; daí segue ainda pelos limites da Unidade, por uma reta no rumo aproximado S até o Ponto 16 de c.p.a E= 669.658,62457 e N= 9.056.495,00024; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O até o Ponto 17 de c.p.a E= 664.667,87813 e N= 9.058.124,00237; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Ponto 18 de c.p.a E= 658.708,62489 e N= 9.061.360,99949; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 19 de c.p.a E= 655.757,68448 e N= 9.065.858,99648; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Ponto 20 de c.p.a E= 651.632,06220 e N= 9.067.206,00352; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 21 de c.p.a E= 648.795,73890 e N= 9.069.555,00969; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Ponto 22 de c.p.a E= 645.586,92469 e N= 9.071.188,00074; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O até o Ponto 23 de c.p.a E= 642.750,57407 e N= 9.071.961,98525; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 24 de c.p.a E= 641.151,06069 e N= 9.073.223,00319; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 35.951 ha

Total da área do ZUC2: 55.953 ha.

c. **Zona de Uso Comunitário 3 (ZUC3):** É a área destinada, prioritariamente, aos moradores da Floresta Nacional que moram ao longo da margem esquerda do rio Purus. Seus limites a Oeste é o Igarapé Cocoriã e a Leste os limites da Unidade e a Zona Populacional 4.

**Memorial Descritivo:** Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 684.400,73119 e N= 9.101.683,77917; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O até o Ponto 02 de c.p.a E= 688.933,24764 e N= 9.102.033,47355, limitando-se nesta linha com terras do Seringal Volta da França; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado S-SO até o Ponto 03 de c.p.a E= 687.909,29982 e N= 9.098.781,22757, limitando-se nesta linha com terras do Seringal Vitória dos Afogados; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto 04 de c.p.a E= 689.925,39278 e N= 9.097.758,77274, localizado à margem esquerda do Rio Purus; daí segue a montante pelo referido rio até o Ponto 05 c.p.a E= 686.766,14841 e N= 9.096.297,50392; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado O até o Ponto 06 de c.p.a E= 684.868,55564 e N= 9.096.366,82993; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado S até o Ponto 07 de c.p.a E= 684.676,50108 e N= 9.094.495,00220; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SO até o Ponto 08 de c.p.a E= 680.593,12690 e N= 9.090.962,99862; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O até o Ponto 09 de c.p.a E= 678.725,72476 e N= 9.091.261,47186, localizado na margem direita do igarapé Cocoriã, daí segue a jusante pelo referido igarapé até o Ponto 10 de c.p.a E= 680.709,05476 e N= 9.097.713,98986; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado L-NE até o Ponto 11 de c.p.a E= 682.487,70502 e N= 9.098.035,66957; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N-NE até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 5.055 ha.

### **Normas de Utilização das Zonas de Uso Comunitário (ZUC)**

As Normas gerais de utilização da Zona de Uso Comunitário, juntamente com a Zona Populacional, serão estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Comunitário - PDC, a ser elaborado no prazo máximo de 02 anos, com participação da comunidade residente, devendo contemplar as normas a seguir elencadas, que passam a vigorar imediatamente após a aprovação do Plano de Manejo:

- Poderão ser desenvolvidos projetos relacionados ao Programa de Uso Público, mediante a participação dos moradores e aprovação da Associação Comunitária e do ICMBio, após consulta ao Conselho de Gestão;
- As atividades previstas nos Programas de Manejo e Criação de Fauna Silvestre e de Manejo de Pesca e Aquicultura serão realizadas prioritariamente na ZUC e na ZP;
- O manejo florestal será de caráter comunitário em conformidade com a IN 04/00 do Ibama e com a Lei N° 11.284/06;
- Todas as atividades serão objeto de projeto específico submetido a autorização do ICMBio, após consulta ao Conselho de Gestão;
- A ZUC, juntamente com a ZP, serão submetidas à um microzoneamento para identificar as áreas destinadas a cada tipo de uso;
- As concessões de uso da ZUC serão coletivas, dadas às Associações de moradores;
- Será facultada a sub-concessão de áreas nas Zonas de Uso Comunitário para exploração de recursos florestais e serviços à empresas, cuja remuneração será revertida para a Associação concessionária, mediante a aprovação do ICMBio.

### **11.2.3. Zonas de Uso Especial (ZUE)**

São aquelas que contém áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da Floresta Nacional e estarão localizadas, prioritariamente, nas Zonas Populacionais, aproveitando, quando possível, espaços já antropizados.

Contemplam basicamente escritórios, bases de apoio ao monitoramento do manejo, estradas de acesso, estruturas de comunicação, postos de controle e fiscalização, alojamentos e residências funcionais, além de equipamentos sociais diversos que, pelo seu porte e características exigem critérios especiais de localização, licenciamento e controle.

**Zona de Uso Especial 1 (ZUE 1):** constituída por uma faixa de 20 m de largura, ao longo do ramal de acesso à Vila Céu do Mapiá, desde a Fazenda São Sebastião, tendo como eixo o próprio eixo do ramal, salvaguardando para o ICMBio o direito de administração direta dessa benfeitoria. Não é possível estabelecer seu memorial descritivo.

**Zona de Uso Especial 2 (ZUE 2):** localizada na margem do ramal de acesso à Vila Céu do Mapiá, deverá abrigar a Usina Termelétrica Mapiá (UTE Mapiá), equipamento social que exigiu critérios especiais para sua localização e autorização de

instalação e exigirá medidas especiais para seu controle. O ICMBio, tão logo se complete o processo de regularização fundiária da Floresta Nacional, deve formalizar cessão de uso em favor da concessionária, a empresa estatal Amazonas Energia, sem mudar o enquadramento da zona, assegurando para si o direito de controle ambiental direto do empreendimento. Constitui-se num terreno com 100 m x 100 m tendo como centro geométrico as coordenadas: S 8° 17' 11.8" e O 67° 35' 38.0".

### **Normas de Utilização das Zonas de Uso Especial (ZUE)**

- Essas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflitarem com o caráter natural da floresta;
- As instalações comunitárias e moradias devem ser respeitadas na implantação da infra-estrutura administrativa.

#### **11.2.4 Zona de Manejo Florestal (ZMF)**

São áreas destinadas ao manejo sustentável dos recursos florestais, madeireiros ou não-madeireiros mediante concessão pública. Seus objetivos são: uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, geração de tecnologia e de modelos de manejo florestal.

Essas áreas foram definidas a partir de estudos que identificaram o seu grande potencial florestal, pela análise de imagens de satélites e, também, por relatos dos moradores.

Na Floresta Nacional do Purus, foi destinada uma área para o manejo florestal, com alto potencial e sem população residente. A zona fica a leste da Unidade, entre os limites da Floresta Nacional, a Zona de Conservação 2 e as Zonas de Uso Comunitário 2 e 3.

**Memorial Descritivo** - Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 661.072,81836 e N= 9.103.622,99198; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado S-SE até o Ponto 02 de c.p.a E= 662.730,63191 e N= 9.094.456,79072; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado L-NE até o Ponto 03 de c.p.a E= 680.709,05476 e N= 9.097.713,98986, localizado na margem esquerda do igarapé Cocoriã; daí segue a montante no referido igarapé até o Ponto 04 de c.p.a E= 672.024,36605 e N= 9.083.822,95679; daí segue por uma linha reta no rumo

aproximado S até o Ponto 05 de c.p.a E= 672.354,56015 e N= 9.074.451,80884, localizado à margem esquerda do Igarapé Quimiã, limitando-se nesta linha com terras do Seringal São Miguel; daí cruza-se este igarapé e desce-se pela sua margem direita cerca de 4.600m até o Ponto 06 de c.p.a E= 676.235,14924 e N= 9.073.238,09764, localizado na desembocadura do referido igarapé no lago do mesmo nome; segue-se pela margem desse lago, no sentido Sudeste, até o Ponto 07 de c.p.a E= 678.462,30720 e N= 9.071.754,24850, localizado no final deste lago; daí segue por uma linha reta, no rumo aproximado L até o Ponto 08 de c.p.a E= 678.860,38199 e N= 9.071.844,84160, localizado à margem esquerda do Rio Purus; daí segue a montante pelo referido rio até a foz do igarapé Salpico no Ponto 09 de c.p.a. E= 679.522,52834 e N= 9.069.199,99099; daí segue a montante pelo referido igarapé até o Ponto 10 de c.p.a E= 672.947,94116 e N= 9.071.562,99911; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 11 de c.p.a E= 669.661,98098 e N= 9.075.608,58906, localizado na margem direita do igarapé Quimiã; daí segue a montante pelo referido igarapé até o Ponto 12 de c.p.a E= 665.046,43861 e N= 9.083.835,99692; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 13 de c.p.a E= 656.532,06866 e N= 9.090.807,98942; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NE até o Ponto 14 de c.p.a E= 656.691,26061 e N= 9.091.052,01341; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N-NE até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 29.601 ha.

### **Normas de Utilização da Zona de Manejo Florestal (ZMF)**

- Serão permitidas, atividades de pesquisa, uso público, interpretação e educação ambiental;
- Essas áreas são as que serão destinadas à concessão florestal, na forma da Lei Nº 11.284/06, que institui as concessões florestais em florestas públicas;
- Os editais de concessão terão que priorizar o uso de mão-de-obra local;
- As associações locais, uma vez qualificadas, poderão participar das concorrências públicas;
- As empresas concessionárias terão a obrigação de disponibilizar, a qualquer momento, para o ICMBio, todos os dados do projeto, no que diz respeito as técnicas utilizadas, ao andamento das atividades e as planilhas e custos e ganhos, para avaliação da efetividade e viabilidade do manejo;

- As concessionárias terão a responsabilidade do monitoramento e controle nas suas áreas de atuação;
- Os editais devem sempre prever a agregação de valor, aos produtos explorados, dentro da Unidade;
- As vias de escoamento da produção, quando for o caso, devem obedecer às normas de uso das Zonas de Uso Comunitário e Zonas Populacionais;
- As vias de escoamento da produção das ZMF poderão ser utilizadas pela população local, independente de autorização dos concessionários.

#### **11.2.5. Zona de Manejo Florestal e Faunístico (ZMFF)**

Possuem a mesma destinação da Zona de Manejo Florestal, acrescentado da possibilidade de se realizar o manejo de espécies da fauna silvestre com potencial econômico.

Esta área foi definida a partir de estudos do potencial florestal e faunístico e dos depoimentos da população local

Na Floresta Nacional do Purus foi identificada uma Zona de Manejo Florestal e Faunístico (ZMFF) na sua face oeste-sudoeste, entre os limites das Zonas de Uso Comunitário 1 e 2 e a Zona de Conservação 3.

**Memorial Descritivo** - Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 612.113,68775 e N= 9.102.988,00033, localizado nos limites com a Zona de Conservação 1; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto 02 de c.p.a E= 638.970,09545 e N= 9.090.726,57630; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado L-NE até o Ponto 03 de c.p.a E= 640.691,37461 e N= 9.091.046,99997; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto 04 de c.p.a E= 641.827,87447 e N= 9.090.691,00009; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado SE até o Ponto 05 de c.p.a E= 643.014,89472 e N= 9.089.473,66518; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-SO até o Ponto 06 de c.p.a E= 639.862,56603 e N= 9.088.168,98909; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado S até o Ponto 07 de c.p.a E= 641.151,06069 e N= 9.073.223,00319; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Ponto 08 de c.p.a E= 639.071,79662 e N= 9.074.009,01042; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 09 de c.p.a E= 635.977,19802 e N= 9.077.453,99827; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Ponto 10 de c.p.a E=

629.050,43202 e N= 9.079.485,00428; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O até o Ponto 11 de c.p.a E= 626.595,00136 e N= 9.079.765,00227; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 12 de c.p.a E= 625.324,17706 e N= 9.081.261,00431; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N-NO até o Ponto 13 de c.p.a E= 623.004,18019 e N= 9.085.101,01431; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N-NO até o Ponto 14 de c.p.a E= 621.738,88160 e N= 9.089.269,98836; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 15 de c.p.a E= 617.501,25750 e N= 9.093.845,99281; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado N-NO até o Ponto 16 de c.p.a E= 614.466,00514 e N= 9.098.189,98276; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NO até o Ponto 17 de c.p.a E= 611.914,61863 e N= 9.100.797,00804; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Ponto 18 de c.p.a E= 609.995,12536 e N= 9.101.439,00012; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NE até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 34.894 ha.

#### **Normas de Utilização da Zona de Manejo Florestal e Faunístico (ZMFF)**

- Serão permitidas, atividades de pesquisa, uso público, interpretação e educação ambiental;
- Essas áreas são as que serão destinadas a concessão, na forma da Lei Nº 11.284/06, que institui as concessões em florestas públicas;
- Os editais de concessão terão que priorizar o uso de mão-de-obra local;
- As associações locais, uma vez qualificadas, poderão participar das concorrências públicas;
- As empresas concessionárias terão a obrigação de disponibilizar, a qualquer momento, para o ICMBio, todos os dados do projeto, no que diz respeito as técnicas utilizadas, ao andamento das atividades e as planilhas e custos e ganhos, para avaliação da efetividade e viabilidade do manejo;
- As concessionárias terão a responsabilidade do monitoramento e controle nas suas áreas de atuação;
- Os editais devem sempre prever a agregação de valor, dentro da Unidade, aos produtos explorados;

- As vias de escoamento da produção, quando for o caso, devem obedecer às normas de uso das Zonas de Uso Comunitário e Zonas Populacionais;
- As vias de escoamento da produção das ZMFF poderão ser utilizadas pela população local, independente de autorização dos concessionários;
- Nas áreas dentro da ZMFF, onde for identificado alto potencial para manejo de fauna, esta atividade será priorizada;
- Os projetos de manejo de fauna devem seguir as diretrizes do respectivo Programa.

### 11.2.6. Zonas de Conservação (ZC)

São áreas onde ocorre pequena ou mínima intervenção humana. Estas Zonas foram estabelecidas em áreas onde a ZMF e a ZMFF acompanha os limites da sobreposição com a Terra Indígena Inauini/Teuini e no entorno da estrada implantada na Floresta Nacional funcionando como zonas “tampão”. Pelo princípio da precaução considera-se prudente não realizar atividades de manejo florestal em larga escala em áreas limitrofes às terras indígenas. No que diz respeito a via, o objetivo é de regular o processo de ocupação ao longo dela pela população residente, estabelecendo em suas margens uma área de uso restrito.

Foram determinadas 3 Zonas:

a. **Zona de Conservação 1 (ZC1):** trata-se de uma faixa de 200 m, de ambos os lados, ao longo da estrada que liga a fazenda São Sebastião (baixo Mapiá) a Vila Céu do Mapiá (alto Mapiá). A estrada foi construída após os estudos de campo.

**Memorial Descritivo:** Nesta zona não existe a precisão das observações de campo e das imagens, uma vez que a estrada não é visualizada pelos satélites. A definição do traçado da estrada, para fins deste Plano de Manejo, foi realizada através do traçado aproximado feito com auxílio de imagens e fotografias aéreas, buscando sempre o divisor de águas, onde foi implantado o ramal. Este traçado foi utilizado como base para a abertura da estrada, em agosto de 2005.

b. **Zona de Conservação 2 (ZC2):** a referida zona fica localizada entre a área sobreposta pela Terra Indígena e a Zona de Manejo Florestal. Trata-se de uma faixa de largura média de 1.000m entre os limites da sobreposição e a ZMF.

**Memorial Descritivo:** Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 660.299,82834 e N= 9.107.920,51394, localizado na margem direita do rio Teuini; daí segue por uma reta no rumo aproximado S até o Ponto 02 de c.p.a E= 661.072,81836 e N= 9.103.622,99198; daí segue por uma reta no rumo aproximado S-SO até o Ponto 03 de c.p.a E= 656.691,26061 e N= 9.091.052,01341; daí segue por uma reta no rumo aproximado SO até o Ponto 04 de c.p.a E= 656.532,06866 e N= 9.090.807,98942; daí segue por uma reta no rumo aproximado NO até o Ponto ST-11 de c.p.a E= 655.769,59713 e N= 9.091.428,62053; daí segue por uma reta no rumo aproximado N-NE até o Ponto M-34 de c.p.a E= 656.415,73529 e N= 9.093.286,41315; daí segue por uma reta no rumo aproximado N-NE até o Ponto M-33 de c.p.a E= 657.108,67988 e N= 9.095.281,83068; daí segue por uma reta no rumo aproximado N-NE até o Ponto M-32 de c.p.a E= 657.773,83677 e N= 9.097.196,06307; daí segue por uma reta no rumo aproximado N-NE até o Ponto M-31 de c.p.a E= 658.381,58879 e N= 9.098.944,83763; daí segue por uma reta no rumo aproximado N-NE até o Ponto M-30 de c.p.a E= 659.064,98095 e N= 9.100.911,86300; daí segue por uma reta no rumo aproximado N-NE até o Ponto ST-M29 de c.p.a E= 659.737,73816 e N= 9.102.850,50412, localizado na cabeceira do igarapé Remanso; daí segue a jusante pelo referido igarapé até sua foz no rio Teuini no Ponto PT-15 de c.p.a E= 656.551,09347 e N= 9.106.826,96822; daí segue a jusante pelo referido rio até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 2.723 ha.

c. **Zona de Conservação 3 (ZC3):** a referida zona fica localizada entre a área sobreposta pela Terra Indígena e a Zona de Manejo Florestal e Faunístico. Trata-se de uma faixa de largura média de 1.000m entre os limites da sobreposição e a ZMFF.

**Memorial Descritivo:** Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 609.069,53295 e N= 9.105.478,00884, localizado nos limites Oeste da Unidade; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-51 de c.p.a E= 609.780,98887 e N= 9.105.149,84706; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-50 de c.p.a E= 611.591,35225 e N= 9.104.322,18459; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-49 de c.p.a E= 613.355,65159 e N= 9.103.515,78706; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-48 de c.p.a E= 615.145,3192 e N= 9.102.698,29932; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-47 de c.p.a E= 617.085,70138 e N= 9.101.811,67139; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-45 de c.p.a E=

620.740,55813 e N= 9.100.141,57648; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto ST-M44 de c.p.a E= 622.511,39269 e N= 9.099.333,53769; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-43 de c.p.a E= 625.295,95223 e N= 9.098.062,80738; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-42 de c.p.a E= 627.237,74631 e N= 9.097.177,55646; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-41 de c.p.a E= 629.012,66667 e N= 9.096.367,99731; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-40 de c.p.a E= 630.902,94900 e N= 9.095.506,15659; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-39 de c.p.a E= 632.668,84227 e N= 9.094.700,99104; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-38 de c.p.a E= 634.435,01104 e N= 9.093.896,18709; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-37 de c.p.a E= 636.224,66827 e N= 9.093.080,72565; daí segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto M-36 de c.p.a E= 637.949,47233 e N= 9.092.295,12937; segue por uma reta no rumo aproximado L-SE até o Ponto ST-12 de c.p.a E= 639.011,08881 e N= 9.091.813,21221, localizado na cabeceira do igarapé Mapiá; daí segue a jusante pelo referido igarapé até a confluência de um igarapé sem denominação no Ponto 02 de c.p.a E= 644.078,50768 e N= 9.089.913,86652; daí segue por uma reta no rumo aproximado O-SO até o Ponto 03 de c.p.a E= 643.014,89472 e N= 9.089.473,66518; daí segue por uma reta no rumo aproximado NO até o Ponto 04 de c.p.a E= 641.827,87447 e N= 9.090.691,00009; daí segue por uma reta no rumo aproximado O-NO até o Ponto 05 de c.p.a E= 640.691,37461 e N= 9.091.046,99997; daí segue por uma reta no rumo aproximado O-SO até o Ponto 06 de c.p.a E= 638.970,09545 e N= 9.090.726,57630; daí segue por uma reta no rumo aproximado O-NO até o Ponto 07 de c.p.a E= 612.113,68775 e N= 9.102.988,00033; daí segue por uma reta no rumo aproximado SO até o Ponto 08 de c.p.a E= 609.995,12536 e N= 9.101.439,00012; daí segue por uma reta no rumo aproximado NO até o Ponto 09 de c.p.a E= 606.518,64424 e N= 9.103.398,86556, localizado nos limites a Oeste da Unidade; daí segue por esses limites no rumo aproximado NE até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 4.751 ha.

### **Normas de Utilização das Zonas de Conservação (ZC)**

- Deve ser destinada à pesquisa científica que não envolva a supressão de florestas e atividades de educação ambiental;

- O acesso de moradores, de concessionários e seus consortes dependerá de autorização prévia do ICMBio;
- Para garantir o cumprimento de seus objetivos e para impedir que as atividades de manejo ultrapassem os seus limites, a ZC deverá ser demarcada;
- A demarcação será de responsabilidade dos concessionários da ZMF e ZMFF, no caso das ZC2 e ZC3. No caso da ZC1, será feita pelo ICMBio;
- Na Zona de Conservação 1, a administração da Unidade poderá utilizá-la, se necessário for, para instalação de infra-estrutura necessária, com vistas a otimizar o manejo e a gestão da Floresta Nacional;
- Não será permitida a fixação de moradores ao longo das Zonas de Conservação.

### 11.2.7. Zona de Sobreposição com Terra Indígena (ZSTI)

É a área da Floresta Nacional que esta sobreposta com a Terra Indígena Inauini/Teuini. Ela foi definida a partir dos mapas que identificam a sobreposição dos limites e dos seus respectivos decretos de criação.

Trata-se de uma grande área que ocupa quase toda a face Norte-Noroeste da Unidade.

**Memorial Descritivo:** Partindo do Ponto 01 de coordenadas planas aproximadas E= 617.575,22831 e N= 9.112.413,98326, localizado na margem direita do igarapé Teuini; daí segue a jusante pelo referido igarapé até a foz do igarapé Remanso, no Ponto PT-15 de c.p.a E= 656.551,09347 e N= 9.106.826,96822; daí segue a montante pelo referido igarapé até sua cabeceira no Ponto ST-M29 de c.p.a E= 659.737,73816 e N= 9.102.850,50412; daí segue por uma reta no rumo aproximado S-SO até o Marco M-30, de c.p.a E= 659.064,98095 e N= 9.100.911,86300; daí segue por uma reta no rumo aproximado S-SO até o Marco M-31, de c.p.a E= 658.381,58879 e N= 9.098.944,83763; daí segue por uma reta no rumo aproximado S-SO até o Marco M-32, de c.p.a E= 657.773,83677 e N= 9.097.196,06307; daí segue por uma reta no rumo aproximado S-SO até o Marco M-33, de c.p.a E= 657.108,67988 e N= 9.095.281,83068; daí segue por uma reta no rumo aproximado S-SO até o Marco 34 de c.p.a E= 656.415,73529 e N= 9.093.286,41315; daí segue por uma reta no rumo aproximado S-SO até o Marco ST-11 de c.p.a E= 656.415,73529 e N= 9.093.286,41315, localizado na margem direita do igarapé Alto Alegre; daí segue a jusante pelo referido igarapé até sua foz no igarapé Mapiá, no Ponto PT-18 de c.p.a

E= 651.317,79124 e N= 9.087.826,19841; daí segue a montante pelo referido igarapé até sua cabeceira no Marco ST-12 de c.p.a E= 639.011,08881 e N= 9.091.813,21221; daí segue por uma reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-36 de c.p.a E= 637.949,47233 e N= 9.092.295,12937; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-37 de c.p.a E= 636.224,66827 e N= 9.093.080,72565; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-38 de c.p.a E= 634.435,01104 e N= 9.093.896,18709; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-39 de c.p.a E= 632.668,84227 e N= 9.094.700,99104; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-40 de c.p.a E= 630.902,94900 e N= 9.095.506,15659; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-41 de c.p.a E= 629.012,66667 e N= 9.096.367,99731; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-42 de c.p.a E= 627.237,74631 e N= 9.097.177,55646; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-43 de c.p.a E= 625.295,95223 e N= 9.098.062,80738; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco ST-M44 de c.p.a E= 622.511,39269 e N= 9.099.333,53769; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-45 de c.p.a E= 620.740,55813 e N= 9.100.141,57648; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-47 de c.p.a E= 617.085,70138 e N= 9.101.811,67139; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-48 de c.p.a E= 615.145,3192 e N= 9.102.698,29932; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-49 de c.p.a E= 613.355,65159 e N= 9.103.515,78706; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-50 de c.p.a E= 611.591,35225 e N= 9.104.322,18459; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado O-NO até o Marco M-51 de c.p.a E= 609.780,98887 e N= 9.105.149,84706. Do Ponto PT-15 ao Marco M-51 são pontos retirados do memorial descritivo presente no decreto de criação da Terra Indígena Inauini/Teuini. Do ponto M-51 segue por uma reta no rumo aproximado O-NO até o Ponto 02 de c.p.a E= 609.069,53295 e N= 9.105.478,00884, localizado nos limites a Oeste da Unidade; daí segue por uma linha reta no rumo aproximado NE até o Ponto 01, início desta descrição.

Total da área aproximada: 61.958 ha.

### **Normas de Utilização (ZSTI)**

- Nesta área não será desenvolvida nenhuma atividade, enquanto não for solucionada a sua situação com a FUNAI;
- Após a solução da sobreposição, caso esta área fique integrada a Floresta Nacional, ela será reclassificada.

#### **11.2.8. Zona de Amortecimento (ZA) - PROPOSTA**

Aqui se apresenta apenas uma sugestão para a definição da Zona de Amortecimento, que deverá abranger o entorno da Floresta Nacional, onde as atividades humanas deverão estar sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade (Lei 9.985/2000). A proposta aqui apresentada deverá subsidiar futuro instrumento legal estabelecendo a Zona de Amortecimento da Floresta Nacional do Purus na forma da lei.

A definição proposta partiu da análise de imagens de satélites, da avaliação dos estudos realizados e da troca de informações com os moradores da Unidade e do entorno.

A resolução CONAMA n.º13/90, já estabelece uma área de entorno para as Unidades de Conservação, equivalente a uma faixa de 10.000 m a partir do perímetro.

Como não é observada nenhuma atividade altamente impactante próxima aos seus limites, sugere-se que a Zona de Amortecimento da Floresta Nacional do Purus obedeça aos limites estabelecidos pela resolução CONAMA. Dentro desses limites, existem uma Unidade de Conservação (Floresta Nacional Mapiá-Inauini) e três Terras Indígenas (Igarapé Camicuã, Inauini/Teuini e Paneri-Tacaquiri).

Quase todo o limite da Unidade é limítrofe a áreas protegidas, com exceção de partes de sua face Leste (área de influência do Rio Purus), onde se estabeleceram nos desde 2008, dois projetos de plano de manejo florestal sustentável.

A ZA corresponde a uma área aproximada de 304.632 ha.

### **Normas de Utilização (ZA)**

- Estabelecer uma gestão compartilhada com a Floresta Nacional Mapiá-Inauini, visando a otimização de recursos e compartilhamento das ações de desenvolvimento da Unidade e das populações residentes;

- Estabelecer uma cooperação com a FUNAI e com as organizações indígenas para compartilhamento das ações entre as populações indígenas e extrativistas;
- Devido a sua importância para a conservação e a grande interação social entre a sua população e os moradores da Unidade, algumas áreas localizadas no baixo igarapé Mapiá, baixo rio Inauini e na área de influência da Floresta Nacional na margem esquerda do rio Purus, serão propostas para anexação à Unidade;
- Caso se instale na Zona de Amortecimento, alguma atividade potencialmente poluidora e de degradação ambiental, durante a vigência do Plano de Manejo, serão adotadas as medidas cabíveis para mitigação dos possíveis impactos sobre a Unidade, devendo estas estarem sujeitas à aprovação do ICMBio.

## **12. NORMAS GERAIS PARA A FLORESTA NACIONAL DO PURUS**

A lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, no seu artigo 17, § 2º, estabelece que é admitida a permanência de populações tradicionais nas Florestas Nacionais, que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo. Estabelece, ainda, que a posse e uso da terra e a exploração dos recursos naturais existentes deve ser regulada por normas e ações específicas, destinadas a compatibilizar a presença de moradores com os objetivos da Unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência, dos locais de moradia e de sua cultura, garantindo-se sua participação na elaboração das referidas normas e ações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais.

A Floresta Nacional do Purus, especificamente, tem um viés populacional peculiar: cerca de 50% de sua área está definida como Zonas Populacionais ou de Uso Comunitário. Ademais, seus objetivos específicos consideram com destaque essa presença humana, pois estabelecem a proposta de constituição de um “Laboratório Socioambiental” para experimentação de políticas públicas piloto de desenvolvimento sustentável de comunidades florestais no interior da Amazônia. Isto, porque a Unidade contém uma peculiar comunidade intencional no seu interior, que é anterior à criação da Flona, dedicada a um movimento cultural autóctone, com raízes na Amazônia pré-colombiana, com características significativas para a gestão socioambiental, entre as quais uma devoção especial à floresta e uma tendência inata à atração de adeptos e interessados de todo o mundo. Isso impõe, para a gestão, uma necessidade de flexibilização e de cuidados especiais na abordagem da questão populacional na Floresta Nacional do Purus. Diante desse uso populacional especial, serão admitidos certos níveis de crescimento demográfico, especificamente nas Zonas

Populacionais do Igarapé Mapiá e Vila Céu do Mapiá - resguardando-se que não sejam ultrapassados os limites de sustentabilidade dos ecossistemas florestais implicados. Um Programa de Gestão Demográfica deverá regulamentar os limites dessa flexibilização, estabelecendo uma condição de uso humano especial nessa área da Unidade, que deve ser alvo de regulamentação, apoio e monitoramento.

Por isso, juntamente com representantes das comunidades e com outros atores interessados, tomando-se como base as normas gerais ou planos de utilização de outras Unidades de Conservação, definiu-se o conjunto de normas aqui apresentadas que regulamenta a permanência de populações na Unidade, bem como o uso de seus recursos naturais. Entretanto, estas normas não substituem aquelas estabelecidas em outros dispositivos legais (leis, decretos, portarias, etc.), mas as complementam ou tratam de especificidades da Floresta Nacional do Purus.

**As normas estabelecidas se aplicam também aos demais usos previstos para a Floresta Nacional.**

## **I. Conformidade Legal**

I.1 Independentemente das normas estabelecidas neste instrumento, todas as ações a serem desenvolvidas no interior ou entorno da Unidade deverão obedecer à legislação pertinente em vigor, assim como as demais condições estabelecidas no zoneamento e nos programas deste Plano de Manejo.

## **II. Direitos e Responsabilidades**

II.1. O ICMBio é responsável pela administração e gestão da Floresta Nacional. O ICMBio é o órgão gestor da Unidade, sendo responsável pela execução deste Plano de Manejo, assim como pelo monitoramento e fiscalização.

II.2. Todos os moradores e as organizações locais são co-responsáveis na gestão das Zonas Populacionais e de Uso Comunitário da Floresta Nacional do Purus, por serem os principais beneficiários dessas áreas.

II.3. As Concessionárias da Floresta Nacional do Purus orientarão e fiscalizarão para que estas normas sejam cumpridas pelos moradores, seus prepostos e demais frequentadores da Unidade.

II.4. O não cumprimento das normas aqui estabelecidas poderá resultar em sanções que, de acordo com a gravidade, podem variar de uma simples advertência até a perda do direito de uso e permanência na Unidade de Conservação, resguardado o direito a ampla defesa, ouvido o Conselho Gestor da Unidade.

### **III. Uso do Solo**

III.1. Deverão ser celebrados Contratos de Concessão de Direito Real de Uso Coletivos entre o ICMBio e as associações representativas dos moradores das Zonas Populacionais do Rio Inauini e do Rio Purus (ZP1 e ZP4) e um Contrato de Concessão Direito Real de Uso, em caráter especial, com a entidade representativa do movimento cultural/religioso estabelecido nas Zonas Populacionais do Igarapé Mapiá e da Vila Céu do Mapiá (ZP2 e ZP3), visando ao atendimento de objetivos específicos da Unidade, abrangendo, em cada contrato, as Zonas Populacionais e Zonas de Uso Comunitário respectivas; essas entidades civis serão as Concessionárias Coletivas das Zonas Populacionais e Zonas de Uso Comunitário associadas.

III.2. Cada família de moradores cadastrados na Flona, em conformidade com os regulamentos do Plano de Manejo, celebrará Termo de Compromisso individualizado com a Concessionária Coletiva de sua respectiva Zona Populacional, estabelecendo, através desse instrumento, sob supervisão do ICMBio, a Área Concedida sob sua responsabilidade individual.

III.3. Fica proibido a cada morador o uso do solo ou dos recursos contidos fora dos limites da área a ele concedida, sem a devida permissão.

III. 4. É responsabilidade do morador zelar pela(s) área(s) a ele concedida(s) e por todos os recursos florestais e faunísticos nela(s) contidos, assumindo, também, com a Concessionária Coletiva, a responsabilidade conjunta pelo zelo da área coletiva.

III.5. Os limites das áreas habitacionais e para uso agrícola serão definidos no zoneamento interno de cada Zona já estabelecida no Plano de Manejo, considerando os padrões de ocupação do solo de cada uma delas.

III.6. Nas Zonas Populacionais da Vila Céu do Mapiá e do Igarapé Mapiá, sob regime especial de Concessão de Uso, poderão ser admitidos novos moradores, respeitados os objetivos gerais e específicos da Unidade e da Concessionária, considerando os limites configurados pelo Programa de Gestão Demográfica e outras regulamentações do Plano de Manejo, mediante autorização expressa do ICMBio, que será precedida por processo

de credenciamento pela Concessionária Coletiva, a qual ainda deverá formalizar, ao final, os respectivos novos Termos de Compromisso individuais com os novos moradores.

III.7. Por ser de domínio público e ter seu uso concedido, é proibido o parcelamento e a venda das Áreas Concedidas individuais, ou partes delas, no interior da Unidade.

III.8. O parcelamento de Áreas Concedidas somente poderá ser autorizado em casos excepcionais, especialmente nas Zonas Populacionais do Mapiá (ZP2 e ZP3), onde podem ser admitidos novos moradores, desde que haja consenso entre o concessionário individual original, o novo concessionário individual, a Concessionária Coletiva e o ICMBio, obedecidas as demais normas do Plano de Manejo e suas regulamentações.

III.9. No caso da Zona Populacional, em regime especial de Concessão de Uso, caracterizada pela presença de uma comunidade intencional, um centro cultural com intenso fluxo de visitação a título de estudos de auto-conhecimento espiritual, e dado o padrão de assentamento peri-urbano, poderão ser autorizadas casas de temporada, desde que em áreas já desmatadas e devidamente licenciadas pelo ICMBio, nos termos das regulamentações do Plano de Manejo e mediante credenciamento pela Concessionária Coletiva, que deverá celebrar os respectivos Termos de Compromisso Temporários.

#### **IV. Uso e Manejo dos Recursos Florísticos**

IV.1. Fica proibido o corte de plantas/árvores frutíferas, medicinais e outras utilizadas no extrativismo, salvo em situações excepcionais e mediante aprovação da Chefia da Floresta Nacional do Purus.

IV.2. A coleta, utilização e transporte de produtos com fins de comercialização somente poderão ser realizados mediante autorização do IBAMA e ICMBio, obedecido o previsto no Plano de Manejo da Unidade e após a elaboração de Projetos específicos.

IV.3. Os moradores da Floresta Nacional poderão extrair madeira para uso próprio ou comunitário, tais como construções, barcos, móveis e instrumentos de trabalho, lenha e carvão, priorizando-se o aproveitamento de madeiras de roçados ou árvores caídas naturalmente.

IV.4. Não poderão ser usadas madeiras de copaíba, andiroba, e outras madeiras protegidas por lei, exceto as oriundas de plantio, salvo nas áreas onde comprovadamente não haja uso comunitário. Árvores protegidas por lei caídas naturalmente poderão ser utilizadas exclusivamente em usos sociais coletivos ou públicos e somente mediante autorização expressa da chefia da Unidade.

IV.5. As áreas de matas remanescentes em localidades de adensamento populacional, após a aprovação deste Plano de Manejo passam a ser consideradas áreas de reserva, não sendo permitidos novos desflorestamentos até que a matéria seja regulamentada por normas específicas a constarem no Plano Diretor de Ordenação Territorial.

IV.6. Para a exploração comercial de produtos florestais devem ser priorizadas as empresas dos municípios mais próximos da Unidade, dando preferência pela contratação de mão-de-obra existente na Floresta Nacional.

## **V. Uso e Manejo dos Recursos da Fauna**

V.1 Os moradores da Floresta Nacional têm o direito de pescar para sua alimentação e da sua família, sendo proibido pescar na época de desova dos peixes. Além disso, é proibida a pesca de espécies de peixes que se encontrarem em risco de extinção.

V.2 Os cursos d'água da Unidade e sua Zona de Amortecimento utilizados no ciclo reprodutivo dos recursos pesqueiros da Flona serão objetos de Acordos de Pesca reunindo representantes dos atores envolvidos e contemplando prioritariamente os interesses de conservação e uso múltiplo sustentável dos recursos naturais da Unidade e os interesses de subsistência das populações residentes e do entorno.

V.3 As regras de utilização de lagos, igarapés, rios ou outros ambientes aquáticos de uso coletivo constarão nos Acordos de Pesca, amadurecidos no âmbito das comunidades juntamente com outros atores envolvidos, assim como através das Concessionárias Coletivas, dos Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais implicadas, do Conselho Consultivo da Flona e serão reconhecidas pelo ICMBio.

V.4 Será permitida a comercialização de peixes na Unidade, respeitando os limites e critérios definidos nos Acordos de Pesca, quando houver.

V.5 A pesca comercial deverá ser efetuada através de Programas de Manejo de lagos e rios a serem instituídos pelo ICMBio e pelas organizações sociais, estabelecidos no Plano de Manejo, de acordo com a capacidade de suporte dos ambientes aquáticos, indicada em estudos técnicos e científicos, devendo ser contemplada nos Acordos de Pesca implicados, caso-a-caso, mediante projeto.

V.6 A pesca profissional no interior da Floresta Nacional do Purus por agentes externos, somente será permitida em conformidade com os Acordos de Pesca estabelecidos na área.

V.7 É proibida a pesca com utilização de explosivos, venenos, arrastão, de malhadeiras com malhas inferior a 07 cm, ou com utilização de métodos considerados predatórios tais

como: tapagem, limpeza de poços, batção, cerco, arrombamento de lagos e outros na Floresta Nacional e área de entorno.

- V.8 É permitida a caça de animais silvestres para subsistência dos moradores da Floresta Nacional do Purus, não podendo ultrapassar a quantidade necessária para o sustento da família.
- V.9 Nas Zonas Populacionais, consideradas as densidades demográficas e a diversidade cultural, serão expedidas apenas autorizações especiais de caça exclusivamente a moradores identificados como população tradicional através do Programa de Gestão Demográfica e respeitando os critérios de abate desenvolvidos localmente através do Programa de Manejo e Criação de Fauna Silvestre.
- V.10 Fica proibido qualquer tipo de comercialização de carne de caça, bem como de subprodutos da fauna silvestre (como pele, ovos, penas, etc) e artefatos manufaturados e ainda de animais vivos, com exceção dos animais silvestres manejados ou criados em cativeiro, conforme projetos aprovados sob este Plano de Manejo.
- V.11 Não é permitido aos moradores convidar pessoas que moram fora da Unidade para atividades de caça e pesca. Além disso, os moradores não podem presentear amigos que moram fora da Flona com peixes ou carne de caça tirada da Unidade.
- V.12 O ICMBio incentivará e apoiará a criação de animais silvestres em cativeiro, mediante projetos, bem como o manejo em seu habitat natural, sendo nestes casos permitida a sua livre comercialização e transporte, desde que comprovada a origem, conforme estabelecido na legislação vigente.

## **VI. Atividades Agropastoris.**

- VI.1. O responsável por desmatamento com fins agropastoris deverá solicitar autorização à chefia da Unidade, informando o local e a extensão, devendo a Concessionária Coletiva formalizar o Termo de Compromisso individual correspondente, sendo a Área Concedida incorporada ao banco-de-dados do Sistema de Informações Geográficas da Flona.
- VI.2. Na autorização para desmate de áreas para agricultura familiar e comunitária serão observadas as disposições do Código Florestal, notadamente no que tange à proteção de matas ciliares, nascentes e encostas.
- VI.3. Nas áreas agropastoris será incentivado o plantio de culturas permanentes e de espécies florestais, aplicando-se as tecnologias das ilhas de alta produtividade e sistemas agro-silvi-pastoris.

- VI.4. A criação de animais domésticos de qualquer porte ou espécie, destinados ao consumo, trabalho, ou comercialização, deverá ser feita mediante autorização da chefia da Unidade e da Concessionária Coletiva, constatado o consenso com a vizinhança, sendo a construção da cerca de inteira responsabilidade do criador, devendo garantir a adequada contenção dos animais em locais/recintos fechados, através da manutenção de lotações compatíveis com a capacidade de suporte da área, do equacionamento do acesso a fonte de água para dessedentação dos animais com dispositivos a prova de fugas e sem prejudicar a livre circulação dos demais moradores, estabelecendo servidões e/ou corredores, capazes de garantir fácil acesso aos caminhos e varadouros da Unidade; o descumprimento do disposto, a qualquer tempo, poderá determinar a perda da autorização concedida ao criador, ficando este obrigado a se desfazer do plantel e pagar eventuais prejuízos a terceiros causados por animais fugitivos, assim como multas e demais sanções cabíveis.
- VI.5. Todo rebanho deve portar marca de identificação do proprietário registrada junto ao ICMBio, Concessionária Coletiva e demais órgãos implicados.
- VI.7. Em relação aos bovinos, fica limitado em até no máximo uma unidade animal por hectare, devendo dar preferência por vacas leiteiras, visando à subsistência familiar e comunitária e admitindo animais de tração, ficando o criador responsável pela saúde e sanidade dos animais, inclusive pelas vacinações necessárias e por apresentar a descrição completa do plantel em todos os meses de março. Poderá haver autorização especial, mediante a introdução de tecnologias de exploração mais intensivas.
- VI.8. Não será admitida a presença de equinos e muares na Floresta Nacional, salvo dentro projetos de uso com justificativas e métodos de criação e controle de fugas aprovados pelo ICMBio e Concessionária Coletiva e mediante a comprovada adequação das salvaguardas de confinamento previamente implantadas.
- VI.9. É proibida a introdução de espécies exóticas sem a devida autorização da chefia da Floresta Nacional.
- VI.10. O uso do fogo deve ser evitado ao máximo pelos moradores que, em caso de extrema necessidade, deverão tomar todos os cuidados. Deverão fazer aceiros de 2 a 3 metros e organizar mutirão que permaneça no local até que se tenha certeza de que o fogo esteja completamente apagado, em acordo com todas as demais disposições da legislação vigente.

## **VII. Serviços e estabelecimentos comerciais e industriais**

VII.1 Será permitida a instalação de estabelecimentos industriais que tenham fonte de matéria prima na Unidade, desde que devidamente autorizados pelo ICMBio, mediante projeto. Quando estes empreendimentos forem instalados nas ZP ou ZUC deverão ter anuência da Concessionária Coletiva.

VII.2 A instalação de estabelecimentos comerciais e serviços comunitários no interior da Floresta Nacional será permitida apenas para os moradores da Unidade, mediante Concessão Especial de Uso para Atividades Comerciais e de Serviços Comunitários, a título oneroso, a ser concedida pelo ICMBio, mediante edital, em acordo com a Concessionária Coletiva, ouvidos os Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais implicadas e o Conselho Consultivo, obedecida a legislação pertinente, podendo contemplar mecanismos de regulação social dos preços praticados no abastecimento dos moradores, de modo a coibir abusos.

VII.5 Na contratação de mão-de-obra para os estabelecimentos comerciais e de serviços deve-se priorizar os moradores da Unidade e do entorno.

VII.7 Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas na Floresta Nacional.

## **VIII. Disposição de Lixo**

VIII.1. A coleta seletiva de lixo deverá ser implantada na Floresta Nacional, devendo as Concessionárias Coletivas, com apoio do ICMBio, providenciar condições de estocagem e encaminhamento adequados do material coletado.

VIII.2. É proibido jogar qualquer tipo de lixo nos rios, igarapés, lagos e igapós.

VIII.3. O lixo não reciclável gerado dentro da Unidade deverá ser acondicionado em aterro sanitário, devidamente licenciado, devendo ser evitados lugares sujeitos a inundação.

VIII.4. Fica proibido o armazenamento e descarte dentro da Floresta Nacional de qualquer tipo de lixo gerado fora da Unidade.

VIII.5. As pilhas comuns usadas deverão ser entregues ao ICMBio, para que seja providenciada a destinação adequada das mesmas, sendo incentivado o uso de pilhas alcalinas ou recarregáveis.

VIII.6. A disposição final de lixo hospitalar e resíduos de origem veterinária deverá respeitar as Resoluções do CONAMA.

**IX. Visitantes, Estagiários, Novos Moradores e Estrangeiros**

- IX.1. Os visitantes da Floresta Nacional do Purus devem ser credenciados previamente em Boca do Acre, recebendo do ICMBio e Concessionária Coletiva a permissão para penetrar na área a ser visitada.
- IX.2. O controle da penetração e saída de visitantes será operado através dos Postos de Vigilância estabelecidos nas vias de acesso junto aos limites da Unidade.
- IX.3. Os prestadores de serviço de transporte de passageiros licenciados para atuar na Floresta Nacional do Purus somente poderão carregar visitantes devidamente credenciados.
- IX.4. Em cada Zona Populacional visitada o visitante comparecerá na sede da Concessionária Coletiva no início de sua estadia para preenchimento do Cadastro de Visitantes da Floresta Nacional do Purus e recolhimento das taxas de visitação.
- IX.5. A Concessionária Coletiva, em conjunto com o ICMBio, manterá um Cadastro de Visitantes da Zona Populacional, colhendo e armazenando informações como nome, documentos, data de entrada, período previsto de permanência, entre outras, a serem repassadas mensalmente à chefia da Floresta Nacional para arquivamento em banco de dados específico, que fornece formulário padronizado para a coleta das informações.
- IX.6. O período de estadia previsto inicialmente pelo visitante será, no máximo, de até um mês, podendo ser estendido por novos períodos mensais, mediante autorização da Concessionária Coletiva, que deverá comunicar ao ICMBio.
- IX.10. Especificamente nas Zonas Populacionais do Mapiá, a Concessionária Coletiva poderá emitir autorizações especiais de permanência estendida para visitantes a serem configuradas em Estágios especificamente definidos com duração de no máximo dois anos e meio, podendo ser renovado por um período total de até cinco anos.
- IX.11. Somente poderá ser admitido novo morador nas Zonas Populacionais do Mapiá (ZP2 e ZP3) após o cumprimento de cinco anos de estágio na Unidade e mediante manifestação formal de aprovação pelo Conselho Disciplinar e autorização do Conselho Comunitário, tendo em vista as disposições então vigentes do Programa de Gestão Demográfica, encaminhando para anuência posterior do Conselho Consultivo, autorizando a celebração do Termo de Compromisso com a Concessionária Coletiva, o qual será ratificado pelo ICMBio.
- IX.12. Visitantes, estagiários e moradores estrangeiros presentes em uma Zona Populacional deverão se apresentar periodicamente à Concessionária Coletiva para comprovar a

regularidade de sua situação legal e comunicar, para arquivamento em banco-de-dados e monitoramento, o período de validade de sua licença de permanência no Brasil, não sendo autorizada sua presença na Unidade a partir da véspera do vencimento do seu visto.

## **X. Fiscalização e Penalidades**

- X.1. Em cada Zona Populacional o Conselho Comunitário deverá designar uma Comissão Disciplinar formada por moradores antigos e respeitados, com a responsabilidade de assessorar Concessionária Coletiva e ICMBio, mediar conflitos, aconselhar moradores, deliberar sobre casos omissos nestas Normas Gerais e nos Regulamentos Comunitários, tendo em vista o costume e o bom senso, encaminhar casos a autoridades competentes e auxiliar na fiscalização das Zonas Populacionais e de Uso Comunitário de sua alçada. As normas de funcionamento da Comissão Disciplinar da Zona Populacional serão definidas em regimento interno aprovado pelo Conselho Comunitário e referendado pelo Conselho Consultivo.
- X.2. A fiscalização nas áreas da comunidade é de competência do ICMBio e a vigilância será exercida com apoio dos moradores, que deverão denunciar irregularidades à Comissão Disciplinar, à Concessionária Coletiva, aos Agentes Ambientais Voluntários, ou ao ICMBio.
- X.3. Quando houver uma infração aos regulamentos da Floresta Nacional, o morador será inicialmente advertido verbalmente pela Comissão Disciplinar, ou, dependendo da gravidade, esta poderá optar por indicar ao ICMBio a expulsão do infrator da área da FLONA.
- X.4. Após duas advertências verbais, manifestadas pela Comissão Disciplinar, o caso será comunicado à Concessionária Coletiva, que, diante de nova infração, deverá expedir advertência por escrito, devendo comunicar imediatamente ao ICMBIO.
- X.5. Após a advertência por escrito, em caso de nova infração, o ICMBIO promoverá o embargo das atividades, aplicando, quando couber o respectivo Auto de Infração, será cancelado o Termo de Compromisso com a Concessionária Coletiva e o infrator perderá seu direito de permanência na Unidade.
- X.6. O morador que tiver cancelado seu Termo de Compromisso com a Concessionária Coletiva por motivos disciplinares não poderá retornar à Floresta Nacional do Purus.
- X.7. A Comissão Disciplinar fará uso de um Livro de Ocorrências para registro de denúncias sobre irregularidades cometidas por moradores e visitantes, de queixas sobre questões

de convívio, de depoimentos das partes envolvidas, assim como das atas das reuniões de mediação de conflitos, que deverão esclarecer as deliberações tomadas a cada caso.

## **XI. Disposições Gerais**

- XI.1. Cada Zona Populacional deverá criar seu próprio Conselho Comunitário como instância de gestão participativa mais direta formalmente vinculada ao Conselho Consultivo, a ser constituído segundo critérios de representação dos moradores em conformidade com a proporcionalidade de sua distribuição demográfica espacial pelo território da Zona Populacional representada.
- XI.2. Através do Conselho Comunitário, e com anuência da Concessionária Coletiva, os moradores poderão estabelecer um Regulamento Comunitário da Zona Populacional, definindo regras específicas para o convívio local, tendo em conta os costumes e tradições específicos e toda a legislação vigente.
- XI.3. Serão elaborados Planos Diretores para as Zonas Populacionais e de Uso Comunitário, estabelecendo Normas Especiais de Uso dos recursos e espaços da Flona, de acordo com estudos específicos, que deverão conduzir a micro-zoneamentos a serem aprovados pelos respectivos Conselhos Comunitários e pelo Conselho Consultivo.
- XI.4. O conjunto de normas aqui estabelecidas poderá ser alterado nas revisões do Plano de Manejo, ou extraordinariamente, a partir de uma proposta apresentada por um grupo de no mínimo 20% (vinte por cento) das famílias da Floresta Nacional e aprovada com no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos moradores reunidos em Assembléia Geral, desde que as alterações propostas não entrem em conflito com a finalidade da Floresta Nacional, e desde que sejam aprovadas pelo ICMBIO, obedecido o previsto na legislação em vigor.
- XI.5. Outras normas poderão ser instituídas no âmbito da Floresta Nacional do Purus através de Instruções de Serviço, regulamentando aspectos pontuais e locais da gestão, bem como aspectos omissos; estas normas deverão ser amadurecidas em processos de discussão envolvendo as Concessionárias Coletivas e os Conselhos Comunitários implicados, assim como o Conselho Consultivo.
- XI.6. As normas gerais serão aplicadas conforme os regulamentos aqui contidos, cabendo ao ICMBIO e à Concessionária Coletiva a fiscalização e monitoramento das Zonas Populacionais e de Uso Comunitário da Floresta Nacional.
- XI.7. Quando um morador solicitar a transferência ou troca de sua colocação por outra, dentro dos limites da Zona Populacional da Floresta Nacional, a transação só poderá ser

efetuada após aprovação da comunidade e do ICMBIO, e desde que aquela esteja bem zelada.

- XI.8. É proibida a exploração comercial e uso em grande escala dos recursos do solo e subsolo, tais como areia, minérios e outros.
- XI.9. A pesquisa, a fotografia e filmagem com finalidades profissionais e a coleta de material genético no interior da Unidade, só poderão ser realizadas mediante autorização expressa do ICMBio. Se a atividade for realizada nas Zonas Populacionais ou nas Zonas de Uso Comunitário da Floresta Nacional, a Concessionária Coletiva e as comunidades serão ouvidas. O pesquisador deverá portar a autorização por escrito e deverá apresentar aos responsáveis das comunidades pesquisadas.
- XI.10. O ICMBIO poderá dispor de área dentro da Zona de Uso Comunitário e da Zona Populacional para implantação de infra-estrutura administrativa de apoio, pesquisa e vigilância da Floresta Nacional do Purus.
- XI.11. Aos dois anos e meio, a contar da data de publicação da Portaria de Criação do Plano de Manejo no Diário Oficial da União, as presentes Normas Gerais poderão ser revistas, mediante amplo processo de consulta e discussão nos Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais e aprovação formal pelo Conselho Consultivo da Floresta Nacional.

## 13. PROGRAMAS

### a) Introdução

Aqui são apresentados os programas e subprogramas nos quais estão organizadas as ações necessárias para a implementação da Floresta Nacional do Purus e do seu Plano de Manejo. O zoneamento estabeleceu a *anatomia funcional* do processo de gestão; os programas estabelecerão, agora, a *fisiologia funcional* que permitirá dar vida ao manejo da Floresta Nacional.

O desenvolvimento das ações indicadas permite um contínuo aprendizado sobre a Unidade, seus sistemas naturais e a interação do homem. Através dos programas será possível verificar, ao longo do tempo, o efeito da ação gestora e obter o embasamento necessário para a verificação e revisão periódica do Plano de Manejo.

A definição dos programas considera fundamentalmente os objetivos previstos para a Unidade, visando a propiciar o cumprimento das ações de gestão e manejo necessárias para que a Floresta Nacional cumpra os propósitos para os quais foi criada.

Os programas propostos compreendem um conjunto de *ações* de caráter temporário ou permanente. Seus objetivos não se limitam ao controle ou minimização dos impactos das atividades antrópicas, visto que envolvem também projetos de pesquisa e desenvolvimento, a preservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a preservação cultural, a melhoria da qualidade de vida da população local e a geração de fontes alternativas de renda.

As *ações* serão implementadas através de *projetos executivos*, elaborados de acordo com as diretrizes e fundamentos do Plano de Manejo, podendo ser executados diretamente pelo ICMBio, pelas associações comunitárias ou ainda pelas parcerias estabelecidas. Os projetos terão que ser submetidos à aprovação do ICMBio. O Conselho Gestor será sistematicamente consultado sobre todos os projetos a serem implementados na Floresta Nacional.

As atividades e ações ora propostas nos diversos programas são linhas gerais, não excluindo a possibilidade de execução de outras que vierem a surgir durante a vigência do Plano de Manejo, desde que estejam de acordo com os objetivos da Unidade, as diretrizes estabelecidas e a legislação vigente.

## **b) Objetivos dos Programas**

- Conservar e preservar a biodiversidade, garantindo a proteção de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, da flora e da fauna;
- Implementar as diretrizes para o planejamento da gestão e manejo da Unidade, com base no uso sustentável dos recursos naturais;
- Desenvolver e aprimorar as técnicas de manejo dos recursos naturais.
- Propiciar o manejo florestal sustentável, de caráter comunitário ou empresarial seguindo as bases estabelecidas pela Lei N. 11.284/06, que dispõe sobre a Gestão de Florestas Públicas;
- Fomentar atividades de pesquisa, monitoramento e educação ambiental;
- Dotar a Floresta Nacional do Purus da infra-estrutura necessária ao seu estabelecimento e implementação definitiva;
- Contribuir para o fortalecimento da organização social, melhorando sua infra-estrutura disponível, alimentando sua auto-estima e aprimorando o sentido de comunidade entre os moradores;
- Garantir a gestão participativa da Unidade;
- Assegurar a posse e uso da terra às famílias residentes;
- Promover a melhoria das condições de vida das populações residentes e do entorno;
- Levar os atores locais a conhecer e valorizar a Floresta Nacional do Purus como importante instrumento no processo de desenvolvimento regional;
- Promover atividades de recreação, lazer e turismo;
- Estabelecer estratégias para monitoramento da qualidade ambiental;
- Estabelecer procedimentos para monitoramento e avaliação da implementação do Plano de Manejo;
- Fortalecer a cultura autóctone;
- Estruturar a Unidade como um Laboratório Socioambiental para o desenvolvimento de matrizes de políticas públicas de ocupação sustentável da Amazônia.

## c) Metodologia de Estruturação Geral dos Programas

### c.1) Focalização Geral

Foi demonstrado pelo Diagnóstico e ficou consagrado na Declaração de Significância, que a Floresta Nacional do Purus é caracterizada por uma presença humana, que estabelece a identidade própria desta Unidade, dentro do contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diversos Objetivos específicos deste Plano de Manejo focalizam propósitos de gestão associados a essa presença humana peculiar. O Zoneamento da Unidade, por seu turno, estabelece que cerca de 50% do território da Floresta Nacional está destinado a Zonas Populacionais e de Uso Comunitário.

Tudo isso evidencia, que o eixo focal da gestão deve ser o relacionamento entre homem e natureza, no contexto local. O processo de gestão, a partir desse eixo focal, deve gerar conhecimentos úteis para políticas de ocupação sustentável da Amazônia. A *metodologia de estruturação geral dos Programas* deve refletir essa focalização geral do Plano de Manejo: *deve formular o equacionamento das relações entre o homem e a natureza na realidade específica da Floresta Nacional do Purus.*

Refinando esta focalização geral, o entendimento de *Manejo*, neste *Plano*, não vai se restringir a um sentido estrito de *manejo ecológico de uma Unidade de Conservação*, nem tampouco a um sentido estrito de *manejo florestal de uma Floresta Nacional*. Abrangerá um sentido conceitual bem mais amplo de "*gestão*" (manejo=*management*=gestão). *O Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus será entendido, mais precisamente, como um plano de gestão socioambiental participativa.* Focado na gestão socioambiental participativa, o Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus não será intensivo em capital, nem em trabalho: será *intensivo em conscientização*.

A gestão socioambiental participativa, foco central deste Plano de Manejo, será propiciada pela permanente *implementação da educação no processo de gestão*. Este Plano de Manejo, enquanto documento referencial, terá, portanto, um papel ao mesmo tempo técnico e pedagógico: será um instrumento para instruir toda a implementação do plano de gestão socioambiental participativa em todos os níveis – técnico, comunitário, institucional, etc. -, como o currículo de uma escola.

### c.2) O Método da Semente

Para desenvolver esse entendimento do *Plano de Manejo*, como plano de gestão socioambiental participativa, ele ***será concebido - metodológica e didaticamente - tal qual uma semente, que deverá se transformar progressivamente numa árvore***: a rede-de-trabalho composta pelo conjunto de todos os Programas e pelo fluxo de recursos que permitirá organizar todo o processo de gestão (ver Figura 1 – Árvore da Vida do Plano de Manejo, pg 51).

Esse recurso metodológico, aqui denominado "***Método da Semente***", compreende o presente documento técnico, como um "documento genético", ou seja, como um DNA: este documento deve *gerar* um processo de progressiva estruturação orgânica da gestão. Este Plano de Manejo, como documento técnico, é o documento "*genético*" que vai orientar a evolução orgânica de todo o processo de gestão socioambiental participativa da Unidade. Deverá *gerar*, progressivamente, toda a rede-de-trabalho, em formato de árvore, ao longo de um Ciclo de Vida, que aqui também é planejado (ver Quadro 1 – Ciclo de Vida do Plano de Manejo, pg 56).

Este documento técnico, então, como *documento genético*, deverá instruir a implementação integrada e progressiva de todas as atividades futuras. Através dos Programas, que se ramificam como uma árvore, são geradas instruções de manejo, que deverão girar em torno do eixo fundamental, formado pelo binômio homem/natureza na Floresta Nacional. Procura-se desenvolver uma equação satisfatória entre todas as demandas. O relacionamento homem/natureza, no âmbito local, como em qualquer outro lugar, é marcado, naturalmente, pela construção histórica da realidade presente. Agora, com o Plano de Manejo, essa realidade legada historicamente será impregnada com a dinâmica de gestão aqui formatada.

### c.3) Equacionamento Geral do Processo de Gestão

A história do processo de ocupação legou a presença de uma ***comunidade intencional*** pré-existente à criação da Unidade de Conservação, estabelecida na micro-bacia do Igarapé Mapiá, abrangendo cerca de 70% da população residente na Floresta Nacional do Purus. O levantamento socioeconômico demonstrou, que 96% desta população se devota ao cultivo de um patrimônio etnobotânico milenar das populações tradicionais da Amazônia, que envolve uma peculiar devoção à floresta e traz, associadas, diversas consequências antropológicas ambientalistas, descritas no Diagnóstico, fatores que devem interagir pro-ativamente com o processo de gestão.

Assim, considerando essa herança cultural presente na própria realidade local, que agora se impregna com o processo de gestão da Floresta Nacional, o binômio *homem/natureza* será alinhado, dentro deste Plano de Manejo, pela seguinte formulação, que permitirá equacionar todo o processo de gestão:

*um conhecimento etnobotânico original gerou uma experiência antropo-ecológica peculiar, reunindo intencionalmente um povo numa área florestal, posteriormente enlaçada pelo perímetro da Floresta Nacional do Purus, integrando, portanto, uma dinâmica cultural bem estabelecida, com uma condição de contorno bem definida dentro da Política Nacional de Meio Ambiente, o que, agora, regulamentado sob o Plano de Manejo, permite criar um **Laboratório Socioambiental**, capaz de promover experiências-piloto para políticas públicas de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Humano, a serem instrumentalizadas por um serviço ativo de captação, desenvolvimento e difusão de **tecnologias apropriadas à floresta**, aplicadas ao **desenvolvimento comunitário** local, considerado como uma escola, para gerar sementes de uma cultura humana permanente, harmonizada com o bioma florestal, as quais poderão ser amplamente disseminadas na região.*

A formulação acima permite estabelecer um alinhamento geral dos programas com a dualidade homem/natureza dentro da Floresta Nacional do Purus. Estabelece uma bússola para o Plano de Manejo, que deverá orientar todo o processo de implementação futura da rede-de-trabalho a ser plasmada. Imprime uma identidade bem definida para direcionar toda a metodologia de estruturação geral dos Programas. Orienta o processo de gestão da Floresta Nacional do Purus em direção a um nicho específico dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Estabelece um **Laboratório Socioambiental**, que será de larga utilidade para a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente no bioma amazônico. Constitui a Floresta Nacional do Purus como um campo de experimentação de metodologias de gestão socioambiental participativa e de tecnologias apropriadas à floresta, aplicadas ao desenvolvimento comunitário. É compreendido como uma escola para disseminar tais experiências para outras áreas da Amazônia - e até mesmo para outros biomas.

#### c.4) Alinhamento Geral dos Programas

Tendo como referência o equacionamento geral do processo de gestão formulado acima, a implementação da rede-de-trabalho em formato de árvore (ver Figura 1 – Árvore da Vida do Plano de Manejo, pg 51) partirá de um núcleo fundamental, constituído por cinco Programas, entre os quatorze, que logo serão descritos. Agora, a título introdutório, serão rapidamente comentados esses cinco Programas basilares, que alicerçam (em nível técnico) o alinhamento geral do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus.

O primeiro é o Programa de Administração, que configura o plano de ação da Gerência da Unidade, prerrogativa institucional e compromisso público do ICMBio, núcleo germinativo básico de toda a rede-de-trabalho, que deverá acompanhar a implementação de todas as demais atividades, mantendo, na continuação, permanentes interfaces com todos os demais Programas, que deverão ser progressivamente implementados.

O segundo é o Programa de Gestão Participativa, que desdobra aquele núcleo germinativo original, configurado pela Administração, em direção ao entendimento básico de “Manejo” aqui adotado - enquanto “Gestão Socioambiental Participativa” -, imprimindo a tônica específica deste Plano, que é um processo de diálogo pró-ativo, visando à formação de consensos, instrumentalizado pela *implementação da educação no processo de gestão* (o posicionamento lado-a-lado dos dois primeiros Programas, centralizados no caule da Árvore da Vida do Plano de Manejo, na figura 1, procura simbolizar o fundamento dialógico do Plano, a partir do qual todos os demais Programas devem se ramificar).

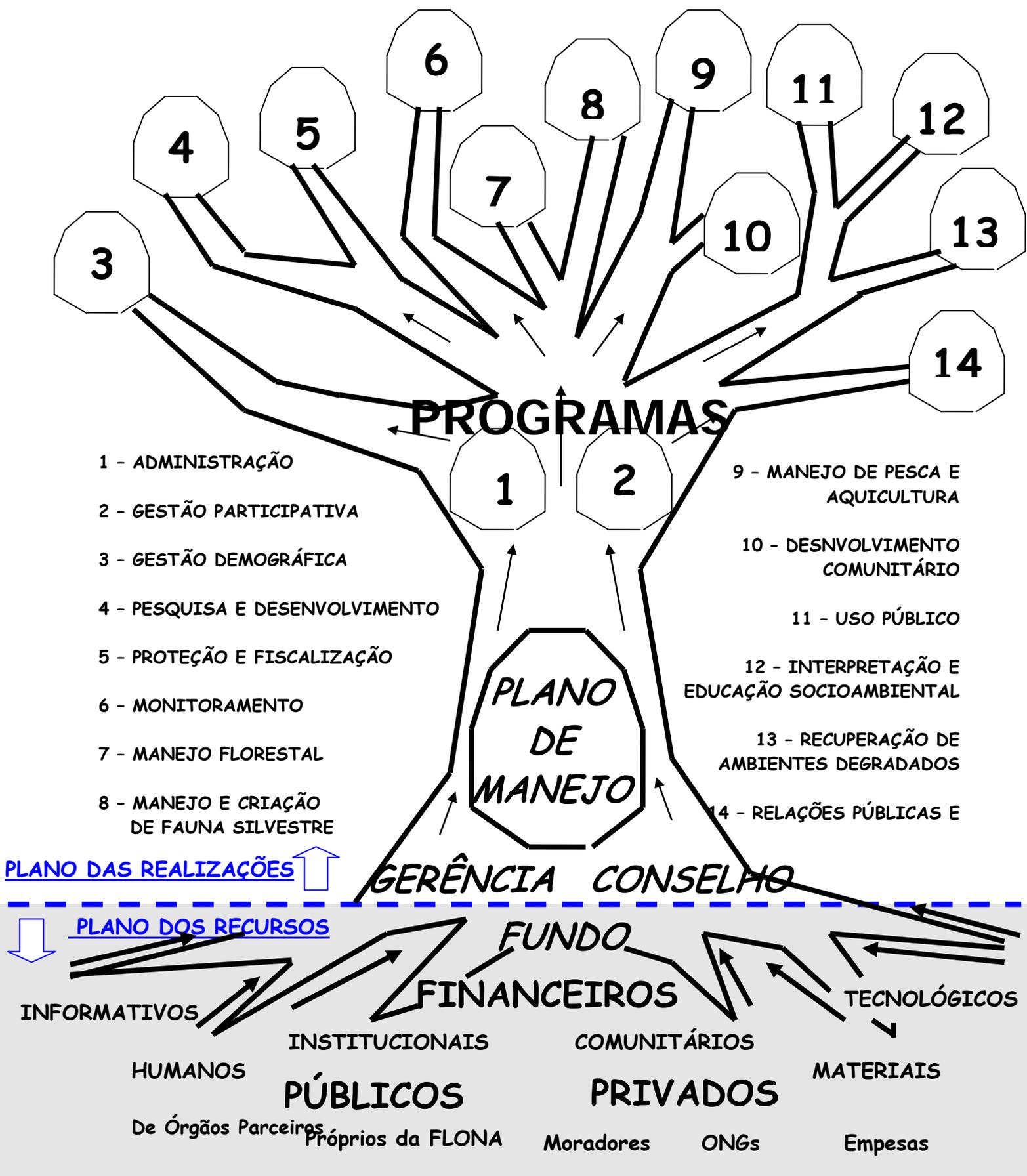
O terceiro é o Programa de Gestão Demográfica, uma proposta inovadora, que permitirá regular a presença humana na Floresta Nacional a curto, médio e longo prazos, equacionando seus limites e contornos, para que, admitindo certo nível de incrementos populacionais em respeito à cultura peculiar historicamente estabelecida, ainda assim, possa manter a população humana sempre dentro de padrões dinâmicos compatíveis com a capacidade suporte dos ecossistemas, tendo em vista a premissa de garantia de manutenção da base de recursos florestais para as gerações futuras.

O quarto é o Programa de Pesquisa & Desenvolvimento, que dinamiza o alinhamento geral da experiência, focalizando, com alta prioridade, o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à floresta, para gerar sementes de ferramentas práticas, que viabilizem o estabelecimento de uma cultura permanente adaptada ao bioma

amazônico, embasando melhorias concretas e sustentáveis na qualidade de vida dos povos da floresta, a serem posteriormente disseminadas no interior da Amazônia.

O quinto Programa orientador do processo de gestão como um todo é o de Desenvolvimento Comunitário, que materializa a idéia de Laboratório Socioambiental, constituindo o campo de aplicação prática para as experiências-piloto de convívio mais harmonizado entre as comunidades humana e biológica, constituindo uma escola de vida, implementada nas interfaces deste com os demais programas, consubstanciando assim, o alinhamento geral que já se vinha delineando nos quatro anteriormente comentados.

**Figura 74 – ÁRVORE DA VIDA DO PLANO DE MANEJO**  
Floresta Nacional do Purus



Todos os demais Programas prefigurados neste documento refletirão, tecnicamente, de múltiplas formas diferentes, o viés configurado nos cinco comentados acima. Estes estabelecem um alinhamento técnico geral para o Plano de Manejo, amarrando os nós que constituem o núcleo técnico central da rede-de-trabalho, que, a partir deste documento (“genético”), germinará com o formato de uma árvore, a ser construída na prática executiva da gestão. A partir desse núcleo de alinhamento técnico geral, cada programa, coerentemente, constituirá suas próprias ramificações em Subprogramas, objetivos, ações, atividades e resultados esperados que serão detalhados adiante, nesta seção. Na Figura 1 – Árvore da Vida do Plano de Manejo, os Programas estão representados por ovais: procura-se, com isso, denotar as novas ramificações, que deverão brotar articulando cada Programa específico.

### **c.5) Elementos Basilares do Processo de Gestão**

Cabe mencionar, ainda, de acordo com a Figura 1 – Árvore da Vida do Plano de Manejo, que os Programas, estabelecidos no “Plano das Realizações”, ramificam-se a partir de um fundamento configurado por quatro elementos que estão no tronco de todo o processo de gestão: “Fundo”, “Gerência”, “Conselho” e “Plano”.

O “Fundo” é a instância administrativa para a qual convergem, na forma financeira, os insumos de diversos tipos, oriundos de diversas fontes, captados no meio externo do “Plano dos Recursos”, para fluírem internamente através da gestão, viabilizando a implementação dos Programas (ver Figura 1 – Árvore da Vida).

A “Gerência” é a estrutura que mobiliza o sistema, implementando e fomentando as atividades no dia-a-dia, compondo-se pela equipe executiva do ICMBio e colaboradores eventuais em projetos vinculados ao processo de gestão.

Por “Conselho” se entendem as instâncias que oxigenam e orientam a gestão através da interlocução periódica, direta e sistemática entre órgão gestor, sociedade civil e outros organismos públicos, abrangendo o Conselho Consultivo e as estruturas de participação complementares, os Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais e a Câmara de Integração Técnico-Institucional, refinando o diálogo e a transparência para construir todo o organismo socioambiental; está representado na Figura 1, lado a lado à Gerência, denotando a condição de pró-atividade dialógica estabelecida na base política da gestão, que logo se reflete na organização técnica dos Programas.

“Plano” é o presente documento técnico, que estabelece o arquétipo geral que unifica a gestão, o seu documento genético, o DNA, que configura seu formato geral,

iluminando toda a sua dinâmica de funcionamento e sua política de captação de recursos, assim como a estratégia de implementação progressiva no tempo.

### **c.6) Ciclo de Vida do Plano de Manejo**

É importante considerar, que, se o DNA contido em uma semente *prefigura* o formato geral da futura árvore (como se procurou delinear acima), ele também *configura* um *ciclo-de-vida* próprio, específico, de progressivo amadurecimento do futuro organismo. O Método da Semente, portanto, além de configurar o organismo na dimensão da *forma*, também o faz na dimensão do *tempo*. O Método da Semente estabelece, pois, uma *estratégia* para o amadurecimento progressivo do novo organismo, empregando um padrão que é absolutamente universal para todos os seres vivos. A estratégia de desenvolvimento natural empregada pelo Método da Semente estabelece cinco fases sucessivas no tempo, as quais sempre se manifestam na evolução de todos os organismos vivos:

- 1ª fase - fecundação (no Plano de Manejo: Concepção);
- 2ª fase - gestação (no Plano de Manejo: Estruturação Preliminar);
- 3ª fase - germinação, nascimento (no Plano: Desencadeamento Operacional);
- 4ª fase - crescimento (no Plano de Manejo: Desenvolvimento Orgânico) e
- 5ª fase - maturidade, clímax (no Plano de Manejo: Estabilização Permanente).

Assim, o Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus, inspirado no Método da Semente, também delinea uma estratégia de implementação progressiva no tempo, balizada pelas cinco fases citadas acima. A primeira fase – Concepção – corresponde a todas as atividades que precederam à publicação da Portaria de Criação deste Plano de Manejo no Diário Oficial da União. Este ato oficializa a existência institucional do presente documento (“genético”), de um modo bastante semelhante ao processo de fecundação dos seres vivos, que - precedido por certos ritos preliminares -, também culmina com a formação do novo documento genético, originando o futuro organismo.

A segunda fase (Estruturação Preliminar), a terceira (Desencadeamento Operacional) e a quarta (Desenvolvimento Orgânico), na estratégia de implementação aqui adotada, deverão se estabelecer no período correspondente aos cinco primeiros anos de vigência do Plano de Manejo. Isto deve acontecer, porque a meta dos primeiros cinco anos é implantar e consolidar a gestão, alcançando, assim, a Estabilização Permanente no manejo da Unidade (a quinta fase, que nos organismos

vivos corresponde à maturidade, clímax). Assim, são as três fases intermediárias - correspondentes à gestação, nascimento e crescimento -, portanto, que transcorrerão ao longo dos primeiros cinco anos de vigência do Plano de Manejo. Serão brevemente comentadas agora.

A segunda fase, como se deu a entender acima, começa imediatamente após a publicação da Portaria de Criação do Plano de Manejo - momento que culminou a fase anterior, de Concepção. A partir deste instante inicia a fase de Estruturação Preliminar. Corresponde à *gestação* do novo organismo socioambiental, para que, depois de concebido, possa nascer vigoroso, logo adiante. Esta fase intermediária, de gestação dos recursos mais básicos, deve se estender pelo breve período dos nove a doze meses iniciais, quando se organiza a estrutura mínima necessária para operar a gestão com vigor, considerando as atividades mais prioritárias para início do processo executivo. Somente após definidas as prioridades e alocados os recursos iniciais mais básicos, é que se pode dar início ao processo de gestão propriamente dito, penetrando-se, então, com o necessário vigor, na terceira fase, de Desencadeamento Operacional.

A terceira fase, de Desencadeamento Operacional, corresponde ao "nascimento público" do Plano de Manejo, dando início às atividades priorizadas anteriormente, para que a gestão possa germinar de forma sustentada e vigorosa. O Desencadeamento Operacional deve ser marcado por uma publicidade, que dá à luz o sistema de gestão para os atores envolvidos. O Desencadeamento Operacional deve ser estruturado cuidadosamente, considerando que todo ser vivo nasce pequeno e frágil, mas integral. As prioridades deste momento (definidas na fase precedente), são balizadas pela equação: máximo resultado estratégico, prazo mais imediato possível e mínimo custo viável. Bem "pegada", a gestão poderá "crescer" vigorosamente.

Vale destacar, que, em dois anos e meio, a contar da publicação da Portaria de Criação, está prevista uma Revisão Preliminar do Plano de Manejo, através de um seminário participativo. O objetivo desta Revisão é estabelecer regulamentações previstas no Plano, corrigir distorções da proposta original evidenciadas pela prática e promover a calibragem geral de todo o processo. Este momento corresponde, no ciclo-de-vida dos seres vivos, ao rito de passagem em que o novo organismo supera a fase de nascimento ou germinação e, uma vez estabelecido, penetra numa nova fase, a de crescimento. Portanto, a Revisão Preliminar do Plano de Manejo, a ser realizada aos dois anos e meio da publicação no Diário Oficial da União, demarca a passagem da

terceira fase, de Desencadeamento Operacional (nascimento, germinação), para a quarta fase, de Desenvolvimento Orgânico (crescimento).

A quarta fase, de Desenvolvimento Orgânico, inicia com a Revisão Preliminar e se estende até a 1ª Revisão Quinquenal do Plano de Manejo. Durante esse período (de "*crescimento*"), busca-se a consolidação da gestão, desenvolvendo-se todos os Programas de Manejo. Ao seu término, todos os Programas deverão ter desdobrado atividades dirigidas aos seus diversos objetivos específicos, habilitando-se a gerar frutos variados, sejam como experiências a serem disseminadas, sejam como produtos e serviços produzidos na Floresta Nacional. Ao quinto ano do processo de gestão organiza-se, então, a 1ª Revisão Quinquenal do Plano de Manejo e se poderá penetrar na quinta fase, de Estabilização Permanente (maturidade, clímax).

A quinta fase, de Estabilização Permanente, então, já transcorrerá em novos ciclos de vigência do Plano. Agora, a Floresta Nacional deverá produzir frutos de forma sustentada, mantendo estáveis os processos de gestão. Daí para adiante, o processo de gestão prossegue indefinidamente, sempre pontuado pelas revisões quinquenais previstas pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Não se prevê um término: o ciclo de vida de um Plano de Manejo de uma Unidade de Conservação deve ter um começo, mas não um encerramento previsível.

O Quadro 1 – Ciclo de Vida do Plano de Manejo (pg 56) detalha um pouco a estratégia esboçada acima. Delineia um perfil evolutivo para a gestão da Unidade ao longo do tempo. Visualiza um leito para *agendamento* das atividades, que serão estabelecidas no primeiro ciclo de cinco anos de vigência do Plano. Vislumbra um paralelo com cada fase, etapa e características de desenvolvimento dos organismos vivos, para dar suporte ao aspecto mais crucial de todo o processo de gestão socioambiental participativa: a construção compartilhada da agenda de implementação do Plano de Manejo. O ciclo de vida será detalhado na prática através do ***agendamento***.

O agendamento concreto de cada atividade será realizado no processo, a cada passo da gestão participativa. Dependerá das condições estabelecidas pela realidade prática. A construção pró-ativa de uma Agenda de Trabalho do Plano de Manejo é que vai estruturar, de fato, o processo de gestão socioambiental participativa. O ciclo de vida apresentado no Quadro 1 é apenas um leito para esse agendamento: oferece um panorama de evolução da gestão. Nesta Metodologia Geral de Estruturação dos Programas, portanto, já se delineia uma evolução no tempo, para, posteriormente, na

seção 14, desenvolver o cronograma físico-financeiro do Plano de Manejo e adiante, na implementação, orientar o agendamento concreto e detalhado das atividades.

**Quadro 6** - Ciclo de Vida do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
<p>1.1</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Premissas:               <ul style="list-style-type: none"> <li>– maturidade sexual das plantas-mães</li> <li>– existência de um ambiente propício</li> </ul> </li> <li>•</li> </ul>	<p>1.1</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Premissas:               <ul style="list-style-type: none"> <li>– maturidade sexual dos progenitores</li> <li>– existência de um ambiente propício</li> </ul> </li> </ul>	<p>1ª fase:</p> <p>CONCEPÇÃO (fecundação)</p> <p>Começou com a 1ª Oficina de Planejamento Participativo realizada em janeiro de 2005 na Vila Céu do Mapiá</p>	<p>1.1</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Premissas:               <ul style="list-style-type: none"> <li>– maturidade para a concepção do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus, tanto no Ibama, quanto nas comunidades locais (2005)</li> <li>– conjuntura favorável para viabilizar as atividades necessárias</li> </ul> </li> </ul>
<p>1.2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Floração – exposição dos gametas paterno e materno ao ambiente</li> </ul>	<p>1.2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento e atração mútua entre os progenitores</li> </ul>		<p>1.2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita da CGFLO-DF e NUC-AC do Ibama à Floresta Nacional do Purus / Vila Céu do Mapiá (janeiro/2005)</li> <li>• Reconhecimento mútuo entre Ibama e comunidade local</li> <li>• Desencadeamento oficial do processo de construção do Plano de Manejo</li> <li>• 1ª Oficina de Planejamento Participativo (conforme Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de FLONAs)</li> </ul>

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
<p>1.3</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interação de agentes polinizadores (vento, abelhas, beija-flores)</li> </ul>	<p>1.3</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ritos da corte</li> </ul>	<p>(CONTINUA)</p> <p>1ª fase: CONCEPÇÃO  (fecundação)</p>	<p>1.3</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2ª Oficina de Planejamento Participativo (abril/2005):                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- estrutura lógica do Plano de Manejo</li> <li>- planejamento geral dos trabalhos</li> <li>- planejamento específico dos diagnósticos em campo</li> </ul> </li> <li>• Levantamentos em campo (maio-junho/2005)</li> </ul> <p>Produção dos relatórios (faunístico, florístico, florestal, socioeconômico – junho a setembro/2005)</p>
<p>1.4</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Polinização</li> </ul>	<p>1.4</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Núpcias</li> </ul>		<p>1.4</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Seminário Pró-Conselho Consultivo (outubro/2005)</li> <li>• 3ª Oficina de Planejamento Participativo do Plano de Manejo (novembro/2005):                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- devolução dos resultados dos levantamentos</li> <li>- definição do Zoneamento geral da FLONA</li> <li>- definição de ações para os Programas de Manejo</li> </ul> </li> </ul>
<p>1.5</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fecundação</li> </ul>	<p>1.5</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fecundação</li> </ul>		<p>1.5</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redação da versão preliminar do Plano de Manejo</li> </ul>

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
<p>1.6</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• União dos gametas paterno e materno</li> </ul>	<p>1.6</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• União dos gametas paterno e materno</li> </ul>	<p>(CONTINUA)</p> <p>1ª fase</p> <p>CONCEPÇÃO</p> <p>(fecundação)</p>	<p>1.6</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 4ª Oficina de Planejamento Participativo (abril/2007):                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- discussão da versão preliminar, alteração e aprovação do Plano de Manejo em nível técnico-comunitário</li> </ul> </li> <li>• Reunião de Criação do Conselho Consultivo (abril/2007):                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- aprovação formal do Plano de Manejo</li> </ul> </li> <li>• Publicação da Portaria de Aprovação no Diário Oficial da União</li> </ul>
<p>1.7</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto parcial da fase de concepção no reino vegetal: DNA (documento genético do futuro organismo)</li> </ul>	<p>1.7</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto parcial da fase de concepção no reino animal: DNA (documento genético do futuro organismo)</li> </ul>		<p>Encerra-se com a publicação da Portaria de Criação do Plano de Manejo no Diário Oficial da União</p>

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
2.1 • Estrutura materna na flor (ovário, pistilo) gestando o fruto após a fecundação	2.1 • Organismo materno gestando o novo organismo dentro do próprio corpo e/ou num ninho, após a fecundação	2ª fase: ESTRUTURAÇÃO PRELIMINAR (gestação)  Começa com a publicação da Portaria de Criação do Plano de Manejo no DOU	2.1 • Organização e preparação do ICMBio local com apoio das estruturas de administração centralizadas (CGFLO-DF, NUC-AC, etc.), imediatamente após a publicação da Portaria de Aprovação do Plano de Manejo no Diário Oficial da União

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
<p>2.2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação do embrião germinativo da semente</li> </ul>	<p>2.2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição da célula-ovo no útero</li> <li>• Reprodução do DNA (documento genético original)</li> <li>• Multiplicação celular pré-embriônica</li> <li>• Produção de células-tronco</li> <li>• Diferenciação celular no embrião fetal</li> </ul>	<p>(CONTINUA)</p> <p>2ª fase:</p> <p>ESTRUTURAÇÃO PRELIMINAR (gestação)</p>	<p>2.2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturação do núcleo embrionário da Gerência da FLONA, nivelamento inicial e reciclagem da equipe</li> <li>• Leitura e discussão para internalização do documento técnico Plano de Manejo da FLONA do Purus pela gerência e parceiros mais próximos</li> <li>• Concepção / estruturação dos bancos-de-dados e respectivos formulários-padrão a serem operados pelo Programa de Administração, viabilizando o processo de gestão</li> <li>• Estruturação da Rede de Apoio à Flona do Purus na internet</li> <li>• Organização da divisão de funções entre os membros da equipe e parceiros gerenciais mais próximos</li> </ul>

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
2.3 • Desenvolvimento do embrião germinativo da semente	2.3 • Desenvolvimento fetal	(CONTINUA)  2ª fase:	2.3 • Estruturação preliminar da Câmara de Integração Técnico-Institucional (CITI) • Priorização de atividades para Desencadeamento Operacional
2.4 • Amadurecimento do fruto	2.4 • Maturação do organismo gestado	ESTRUTURAÇÃO PRELIMINAR (gestação)	2.4 • Estruturação da Gerência e parcerias (recursos humanos nivelados e capacitados, sistema de gerenciamento de informações estruturado, equipamentos técnicos disponibilizados, sede local estabelecida, etc.) • Captação e alocação dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao Desencadeamento Operacional

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
2.5 • Interação com agentes ambientais para lançamento da semente em solo fértil	2.5 • Preparativos do parto	(CONTINUA)	2.5 • Preparo do material de divulgação • Sensibilização e mobilização social para os Conselhos Comunitários • 2ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo, preparando o Desencadeamento Operacional do Plano em seguida • Alocação dos recursos para o Desencadeamento Operacional • Preparo da operação de lançamento executivo formal do Plano de Manejo

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
<p>2.6</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto parcial da fase de gestação do fruto: semente pronta para germinar</li> </ul>	<p>2.6</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto parcial da fase de gestação do animal: novo organismo pronto para a vida livre</li> </ul>	<p>2ª fase:</p> <p>ESTRUTURAÇÃO PRELIMINAR (gestação)</p> <p>Encerra-se com os preparativos dos eventos de lançamento público do Plano de Manejo e da criação oficial dos Conselhos Comunitários das ZPs e da CITI, cerca de nove a doze meses após a publicação da Portaria de Criação no DOU</p>	<p>2.6</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto parcial da fase de Estruturação Preliminar:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>– núcleo gerencial do Programa de Administração pronto para executar as tarefas prioritizadas para o Desencadeamento Operacional do Plano de Manejo e rotinas básicas da gestão</li> <li>– material de divulgação do PM preparado</li> <li>– comunidades mobilizadas para a criação dos Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais</li> <li>– Rede de Apoio à Flona do Purus implantada na web</li> <li>– parceiros mobilizados para a criação formal da Câmara de Integração Técnico-Institucional</li> <li>– agenda de atividades prioritizadas</li> <li>– recursos alocados para as atividades prioritizadas para o Desencadeamento Operacional</li> </ul> </li> </ul>

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
3.1 • Ecloração do broto	3.1 • Parto	3ª fase: DESENCADEAMENTO OPERACIONAL (germinação, nascimento)	3.1 • Evento de lançamento executivo formal do Plano de Manejo, com inauguração da sede, ativação do Programa de Administração e apresentação do material de divulgação.
3.2 • Manifestação da nova planta (pequena, frágil e tenra, mas vigorosa)	3.2 • Exteriorização do novo indivíduo (pequeno e frágil, mas saudável)	Começa com o lançamento executivo do Plano de Manejo e a criação dos Conselhos Comunitários das ZPs e da CITI, nove a doze meses depois da publicação no DOU	3.2 • Desencadeamento do processo de construção do Programa de Gestão Participativa • Atos de criação dos Conselhos Comunitários das ZPs e da CITI • Ações de fiscalização emblemáticas na FLONA • Eventos de apresentação do Plano de Manejo aos públicos-alvos • Execução de ações com máximo alcance para a implementação do Plano, gerando resultados mais imediatos, com mínimo custo • Sensibilização dos públicos-alvos dos Programas de Manejo priorizados na fase anterior

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
<p>3.3</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratos culturais iniciais, no caso de vegetais cultivados</li> </ul>	<p>3.3</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cuidados maternos para a sobrevivência do novo organismo</li> </ul>	<p>(CONTINUA)</p> <p>3ª fase:</p> <p>DESENCADEAMENTO OPERACIONAL (germinação, nascimento)</p>	<p>3.3</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento das rotinas de trabalho iniciais (semanais, mensais e trimestrais)</li> <li>• Atendimento a demandas</li> <li>• Estruturação da Incubadora de Projetos</li> <li>• Atividades prioritárias do Subprograma de Regulamentação da FLONA (Plano de Utilização Comunitária, Plano Diretor)</li> <li>• Implementação do Programa de Vigilância e Controle da FLONA</li> <li>• 6 Reuniões do Conselho Consultivo, 12 reuniões dos Conselhos Comunitários e 12 da CITI (Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento)</li> </ul>
<p>3.4</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização dos fatores essenciais à sobrevivência: água, luz, sombra, nutrientes</li> </ul>	<p>3.4</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nutrição, amamentação</li> </ul>		<p>3.4</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação do Fundo de Gestão da FLONA do Purus</li> <li>• Captação de recursos para Projetos através do Cadastro de Fontes de Recursos</li> <li>• Oficinas de capacitação para ações de manejo específicas e prioritárias</li> <li>• Manutenção e ampliação das rotinas</li> <li>• Estruturação e encaminhamento de projeto da Agenda 21 local</li> </ul>

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
3.5 <ul style="list-style-type: none"> <li>Muda pegada</li> </ul>	3.5 <ul style="list-style-type: none"> <li>Adaptação à vida livre</li> </ul>	(CONTINUA)  3ª fase:  DESENCADEAMENTO OPERACIONAL (germinação, nascimento)	3.5 <ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidação e depuração das rotinas administrativas semanais, mensais e trimestrais – programação de agendas</li> <li>Regulamentação dos aspectos mais essenciais e/ou emergenciais da gestão socioambiental</li> <li>Mapeamento das áreas ocupadas</li> <li>Construção do Plano de Utilização Comunitária</li> <li>Contratos de Concessões de Direito Real de Uso coletivos</li> <li>Agenda 21 Local patrocinada pelo MMA</li> </ul>
3.6 <ul style="list-style-type: none"> <li>Produto parcial da fase de germinação: planta pequena e delicada, mas adaptada ao seu ambiente local</li> </ul>	3.6 <ul style="list-style-type: none"> <li>Produto parcial da fase de nascimento: organismo animal pequeno e delicado, mas adaptado à vida livre</li> </ul>	Encerra-se com o Seminário de Revisão Preliminar do Plano de Manejo, dois anos e meio após a publicação da Portaria de Criação no DOU	3.6 <ul style="list-style-type: none"> <li>Produtos parciais da fase de Desencadeamento Operacional:               <ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de Administração implantado</li> <li>Rotinas básicas consolidadas</li> <li>Programa de Gestão Participativa em implementação</li> <li>Atores de outros Programas de Manejo sensibilizados</li> <li>Projetos autorizados e em processo de autorização</li> <li>Fontes de recursos mobilizadas</li> <li>03 Reuniões Semestrais do CC</li> <li>06 Reuniões Trimestrais dos Conselhos Comunitários das ZPs</li> <li>06 Seminários de Programação de Metas e Agendamento realizados pela CITI</li> <li>Concessões de Direito Real de Uso preparadas</li> <li>Plano de Utilização Comunitária preparado</li> <li>Agenda 21 Local em implantação</li> </ul> </li> </ul>

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
<p>4.1</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planta jovem adaptada à sua condição ambiente</li> </ul>	<p>4.1</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Organismo animal infantil adaptado à vida livre</li> </ul>	<p>4ª fase: DESENVOLVIMENTO ORGANICO (crescimento)</p> <p>Começa após o Seminário de Revisão Preliminar do Plano de Manejo</p>	<p>4.1</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Seminário de Revisão Preliminar do Plano de Manejo</li> <li>• Programa de Administração implantado com rotinas em funcionamento</li> <li>• Programa de Gestão Participativa em pleno funcionamento</li> <li>• Elementos basilares do sistema de gestão socioambiental participativa em pleno funcionamento (Gerência, Conselho, Fundo e Plano)</li> </ul>
<p>4.2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento da planta</li> </ul>	<p>4.2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento do animal</li> </ul>		<p>4.2</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação progressiva de todos os Programas de Manejo</li> <li>• Mobilização de fontes de recursos</li> <li>• Autorização e controle de Projetos</li> <li>• Reuniões Trimestrais dos Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais</li> <li>• Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento organizados pela CITI e Agenda 21 local</li> <li>• Reuniões Semestrais do Conselho Consultivo</li> </ul>

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
4.3 • Ciclos sazonais	4.3 • Ciclos sazonais	(CONTINUA)  4ª fase:  DESENVOLVIMENTO ORGANICO (crescimento)	4.3 • Agenda e calendário firmados para cada ano • Planejamento orçamentário e controle financeiro anuais • Reuniões semestrais do Conselho Consultivo • Reuniões trimestrais dos Conselhos Comunitários • Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento organizadas pela CITI e Agenda 21 Local • Rotinas de controle mensal e planejamento semanal
4.4 • Compatibilização com o habitat local	4.4 • Capacitação para a independência		4.4 • Capacitação gerencial e tecnológica para a implementação das diversas ações dos Programas de Manejo e dos Projetos • Consolidação do Programa de Gestão Demográfica

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
4.5 • Estrutura de ramificação definitiva	4.5 • Amadurecimento do sistema nervoso	(CONTINUA)  4ª fase:  DESENVOLVIMENTO ORGANICO (crescimento)	4.5 • Regulamentação geral do Plano de Manejo • Programa de Administração estabilizado e interfaces com outros Programas de Manejo estruturadas • Implementação permanente da Educação no processo de gestão através da consolidação do Programa de Gestão Participativa • Implementação dos Programas de Manejo em geral • Controle de Projetos e da execução financeira • Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento • Definição dos parâmetros para definição do Grau de Saturação Populacional
4.6 • Floração & frutificação	4.6 • Amadurecimento do sistema reprodutor		4.6 • Núcleo de Extensão de Tecnologias Apropriadas à Floresta (NETAF) em franca implementação, captando, desenvolvendo e reproduzindo experiências de instrumentalização da vida humana sustentável na floresta • Programas de Manejo e Projetos produzindo bens e serviços • Discussão e aferição do Grau de Saturação Populacional

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
<p>4.7</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto parcial da fase de crescimento: planta adulta</li> </ul>	<p>4.7</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto parcial da fase de crescimento: animal adulto</li> </ul>	<p>(CONTINUA)</p> <p>4ª fase: DESENVOLVIMENTO ORGANICO (crescimento)</p> <p>Encerra-se com o 1º Seminário de Revisão Quinquenal do Plano de Manejo, cinco anos após publicada a Portaria de Criação no DOU</p>	<p>4.7</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto parcial da fase de Desenvolvimento Orgânico:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>– gestão socioambiental da FLONA do Purus plenamente implantada</li> <li>– Grau de Saturação Populacional definido e aferido, com diretrizes estabelecidas para os próximos cinco anos</li> <li>– Plano de Manejo revisado para os próximos cinco anos</li> </ul> </li> </ul>

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
5.1 • Forma definitiva da planta	5.1 • Forma definitiva do organismo animal	5ª fase: ESTABILIZAÇÃO PERMANENTE (clímax, maturidade)	5.1 • Todos os Programas de Manejo desenvolvidos e em franca implementação, estruturados e articulados, alcançando-se todos os objetivos prefigurados no início do processo de gestão
5.2 • Porte definitivo da planta	5.2 • Tamanho definitivo do animal	Começa após a publicação da Portaria de Revisão do Plano de Manejo no DOU, cinco anos após a sua criação	5.2 • Estrutura de gestão socioambiental participativa implantada, alcançando uma escala de desenvolvimento estável • Diretrizes de gestão populacional em permanente implementação

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
5.3 • Manutenção dos ciclos sazonais	5.3 • Manutenção dos ciclos vitais do organismo	(CONTINUA)  5ª fase:  ESTABILIZAÇÃO PERMANENTE (clímax, maturidade)	5.3 • Manutenção dos ciclos de gestão quinquêniais, anuais, trimestrais, mensais e semanais • Estabilização dos processos de gestão socioambiental participativa através da manutenção das rotinas básicas de cada Programa, dos Conselhos e demais estruturas orgânicas do Plano de Manejo • Manutenção das reuniões trimestrais dos Conselhos Comunitários • Manutenção dos Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento organizados pela CITI e Agenda 21 Local • Manutenção das Reuniões Ordinárias do Conselho Consultivo (semestrais) • Manutenção dos Seminários Quinquenais de Revisão do Plano de Manejo e dos Seminários de Avaliação de Meio Curso • Aferição do Grau de Saturação Populacional e consequente redefinição das diretrizes de Gestão Demográfica a cada ciclo quinquenal de revisão do Plano de Manejo
5.4 • Maturidade sexual da planta	5.4 • Maturidade sexual do animal		5.4 • Produção dos frutos do manejo sustentável, incluindo rendas, bens e serviços como resultados esperados em cada Programa

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
<p>5.5</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade reprodutiva da planta, dependendo dos agentes de polinização</li> </ul>	<p>5.5</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade reprodutiva do organismo animal, dependendo do encontro de parceiros</li> </ul>	<p>(CONTINUA)</p> <p>5ª fase:</p> <p>ESTABILIZAÇÃO PERMANENTE (clímax, maturidade)</p>	<p>5.5</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Experiência de gestão da FLONA do Purus compreendida como matriz para outras semelhantes, a serem empreendidas em outros locais da Amazônia através de políticas públicas específicas, não apenas do ICMBio, como também municipais, estaduais e federais</li> <li>• NETAF fortalecido como ponto de apoio e instrumento não apenas para captação, desenvolvimento e apropriação local de tecnologias adequadas à sobrevivência na floresta, como também uma ferramenta capaz de levar as experiências positivas para serem reproduzidas em outros locais</li> </ul>
<p>5.6</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação estável com o ambiente local</li> </ul>	<p>5.6</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação estável com o habitat</li> </ul>		<p>5.6</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações da Gerência com o ambiente social e natural da FLONA alcançando um padrão estável, mediado pelas rotinas amadurecidas de todo o sistema de gestão</li> <li>• Garantia de sustentabilidade da Unidade de Conservação</li> <li>• Compatibilização entre população e capacidade suporte do ambiente</li> </ul>

REFERENCIAL METODOLÓGICO: CICLO DE VIDA DOS SERES VIVOS		CICLO DE VIDA DO PLANO DE MANEJO	
VEGETAIS	ANIMAIS		
5.7 • Organismo auto-sustentado	5.7 • Organismo independente	(CONTINUA)  5ª fase:	5.7 • Floresta Nacional do Purus estabelecida como unidade administrativa consolidada
5.8 • Produto parcial da fase clímax no reino vegetal: planta madura, reprodutiva e estável	5.8 • Produto parcial da fase clímax no reino animal: organismo adulto, reprodutivo e adaptado à vida independente	ESTABILIZAÇÃO PERMANENTE (clímax, maturidade)  Não existe um encerramento previsível para a última fase do Plano de Manejo, que deve se perpetuar indefinidamente	5.8 • Produtos parciais da fase de Estabilização Permanente: - processos de gestão socioambiental participativa estabilizados - rotinas de gestão amadurecidas - NETAF captando, adaptando, desenvolvendo e difundindo tecnologias apropriadas à floresta - produção sustentável de bens e serviços - melhoria da qualidade de vida das populações residentes - benefícios a outros atores sociais do Plano de Manejo - exportação de experiências para outros locais através da integração a políticas públicas federais, estaduais e municipais - gestão populacional consolidada

#### **d) Listagem completa dos Programas de Manejo**

A seguir apresenta-se a listagem completa dos Programas de Manejo da Floresta Nacional do Purus, para, em seguida, proceder-se à descrição de cada um. Posteriormente, na seção 14, será apresentado o cronograma físico-financeiro.

1. PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO
2. PROGRAMA DE GESTÃO PARTICIPATIVA
3. PROGRAMA DE GESTÃO DEMOGRÁFICA
4. PROGRAMA DE PESQUISA & DESENVOLVIMENTO
5. PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO
6. PROGRAMA DE MONITORAMENTO
7. PROGRAMA DE MANEJO FLORESTAL
8. PROGRAMA DE MANEJO E CRIAÇÃO DE FAUNA SILVESTRE
9. PROGRAMA DE MANEJO DE PESCA E AQUICULTURA
10. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
11. PROGRAMA DE USO PÚBLICO
12. PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL
13. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE AMBIENTES DEGRADADOS
14. PROGRAMA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

#### **13.1. Programa de Administração**

A administração da Floresta Nacional é prerrogativa exclusiva do ICMBio. O Programa de Administração será estruturado tecnicamente como *meio*, através do qual o ICMBio se organiza para implementar e fazer implementar todo o Plano de Manejo.

Sendo o Plano de Manejo entendido como um plano de "*gestão*", este Programa de Administração terá um papel central. São atividades de *administração*, que viabilizam qualquer *gestão*. O Programa de Administração constitui o plano de trabalho da Gerência da Floresta Nacional. *É a instância onde o Plano de Manejo prescreve o núcleo central das instruções de trabalho, com as quais a Gerência da Floresta Nacional deve operar, para implementar a gestão.* O Programa de Administração reúne as informações que estabelecerão o *metabolismo básico* de todo o organismo socioambiental, que vai se organizar no processo de gestão, desde o início e sempre.

O Programa de Administração é o núcleo germinativo original de toda a rede-de-trabalho em formato de árvore, que implementará o Plano de Manejo (ver Figura 1). É o coração do organismo socioambiental criado e será sempre o núcleo central de todo sistema de gestão. O Programa de Administração, assim, deverá estabelecer interfaces permanentes com todos os demais Programas, organizando todo o processo de gestão da Floresta Nacional.

Organiza-se em cinco subprogramas, a saber:

- 1 – Subprograma de Gestão dos Recursos Administrativos
- 2 – Subprograma de Regulamentação do Plano de Manejo
- 3 – Subprograma de Regularização Fundiária
- 4 - Subprograma de Gestão de Projetos
- 5 - Subprograma de Autorização de Atividades e Concessões Especiais de Uso

#### **13.1.1. Subprograma de Gestão de Recursos Administrativos**

O Programa de Administração, em primeiro lugar, deve organizar as condições de recursos necessárias para administrar as atividades de competência do próprio ICMBio. Assim, *o Programa de Administração deve incorporar funções de **gestão de recursos administrativos***, através das quais a Gerência, como coração do metabolismo vital de todo o Plano de Manejo, tece interfaces com todos os demais núcleos de trabalho estabelecidos nos diversos Programas, apoiando, viabilizando e controlando todo o desenvolvimento planejado (ver Figura 1 – Árvore da Vida do Plano de Manejo). Considerando o Método da Semente, o Programa de Administração é visto como o núcleo germinativo de todo o Plano de Manejo. É através do Programa de Administração – e, sobretudo, através do Subprograma Gestão de Recursos Administrativos -, que o Plano de Manejo cria condições para implementar as atividades iniciais e permanentes da gestão. O Subprograma de Gestão de Recursos se organiza através das frentes de ações enunciados a seguir.

#### **AÇÕES:**

- 1 - Estruturar e organizar os recursos humanos necessários à gestão da Floresta Nacional.

- 2 - Estruturar os recursos financeiros necessários à gestão da Floresta Nacional.
- 3 - Estruturar os recursos materiais necessários à gestão da Floresta Nacional.

### **Ação 1: Estruturar e organizar os recursos humanos necessários à gestão da Floresta Nacional**

#### **Objetivos:**

- i) Estruturar a equipe do ICMBio e de colaboradores diretos.
- ii) Organizar a Agenda de trabalho.
- iii) Implementar e controlar a execução das atividades planejadas e agendadas.

#### **Atividades:**

i) Instituir a estrutura de administração e gestão da Floresta Nacional do Purus, e respectivo organograma, com a seguinte composição:

- a. Chefia
- b. Secretaria Executiva
- c. Administração – Recursos Humanos, Finanças e Patrimônio
- d. Proteção e Fiscalização
- e. Uso Público
- f. Manejo e Produção – Manejo de Fauna, Manejo Florestal e Mercados
- g. Monitoramento Ambiental e Pesquisa
- h. Desenvolvimento Socioambiental - Apoio ao Desenvolvimento Comunitário e Educação Ambiental

ii) Articular com a Coordenação Regional e Diretorias do ICMBio para alocação de quadro de pessoal necessário para as ações de administração, manejo e gestão, considerando uma estratégia de implementação progressiva até completar o quadro a seguir:

SETOR	NIVEL SUPERIOR	NIVEL MÉDIO
Chefia	01	
Secretaria Executiva	01	01
Administração	01	02

SETOR	NIVEL SUPERIOR	NIVEL MÉDIO
Proteção e Fiscalização	02	04
Uso Público	01	02
Manejo e Produção	03	04
Monitoramento Ambiental e Pesquisa	02	02
Desenvolvimento Socioambiental	02	04
Total	13	08

- iii) Formar Agentes Voluntários entre os moradores da Floresta Nacional;
- iv) Articular com a Coordenação Regional e Diretorias do ICMBio e instituições parceiras para a contratação emergencial de serviços terceirizados para apoio à gestão - equipe mínima de 4 técnicos de apoio (de contabilidade, de mobilização social, de informática/web e de atenção socioambiental), mais 12 agentes comunitários recrutados entre moradores das diversas Zonas Populacionais da Floresta Nacional;
- v) Identificar a necessidade de mais pessoal terceirizado, especialmente para suprir as funções mais cruciais para a gestão da Floresta Nacional em apoio administrativo e enquanto não são supridos quadros permanentes do ICMBio, buscar e disponibilizar recursos;
- vi) Elaborar uma proposta de conteúdo de capacitação com base nas ações administrativas e de manejo propostas;
- vii) Articular com a Coordenação Regional e Diretorias do ICMBio e instituições parceiras para participação e promoção de cursos e eventos de capacitação do corpo de pessoal e quadro terceirizado;
- viii) Desenvolver um plano de ações para os serviços dos voluntários e de estagiários;
- ix) Levantar as possibilidades de inclusão da Floresta Nacional do Purus nos programas de voluntariado;
- x) Definir estratégias para captação de voluntários e estagiários;
- xi) Formalizar cooperação com as instituições de ensino para estabelecer a Floresta Nacional do Purus como área potencial para pesquisa e estágio;
- xii) Proceder a um processo de nivelamento e reciclagem dos recursos humanos, disponíveis à Floresta Nacional, com *leitura e análise conjuntas do Plano de Manejo*;

xiii) Preparar a base gerenciamento de informações necessária ao Programa de Administração, desenvolvendo os seguintes bancos-de-dados:

- (1) Planejamento e Controle da Agenda de Trabalho,
- (2) Carteira de Projetos,
- (3) Cadastro de Fontes de Recursos,
- (4) Cadastro dos Moradores,
- (5) Cadastro de Posses Rurais;
- (6) Cadastro de Controle de Visitação e
- (7) Fundo de Gestão da Floresta Nacional do Purus.

xiv) Organizar as atividades a serem implementadas pela Gerência através da estruturação da "Agenda do Plano de Manejo de Floresta Nacional do Purus" a partir do ciclo-de-vida do Plano de Manejo e de *ritos administrativos básicos*, a saber:

- \* Reuniões Semanais de Agendamento da Gerência
- \* Reuniões Mensais de Gestão dos Programas de Manejo
- \* Reuniões Ordinárias Trimestrais dos Conselhos Comunitários
- \* Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento (Câmara de Integração Técnico-Institucional-CITI)
- \* Reuniões Ordinárias Semestrais do Conselho Consultivo
- \* Apresentação do Plano Operativo e Orçamentário Anual
- \* Prestação de Contas do Ano
- \* Seminários de Avaliação de Médio Curso (no terceiro ano do ciclo quinquenal)
- \* Seminários Quinquenais de Revisão do Plano de Manejo (ao quinto ano de cada ciclo quinquenal)

xv) Organizar as Reuniões Trimestrais dos Conselhos Comunitários e os Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento (CITI), como ritos de controle da implementação do Plano e de programação de metas de curto prazo (trimestrais).

### **Resultados Esperados:**

- i) Estrutura funcional da Floresta Nacional do Purus estabelecida;
- ii) Floresta Nacional do Purus com quadro ideal de pessoal;
- iii) Equipe de Agentes Voluntários formada, capacitada e em ação;

- iv) Pessoal contratado para atenção socioambiental, apoio administrativo, e manutenção no escritório sede e postos de apoio e fiscalização;
- v) Processo de capacitação em permanente implementação;
- vi) Estagiários e voluntários executando serviços na Floresta Nacional do Purus;
- vii) Gerenciamento da Floresta Nacional suportado por bancos-de-dados especialmente desenvolvidos para otimizar o processo de gestão;
- viii) Recursos humanos organizados através de Agenda de Trabalho comum;
- ix) Rotina trimestral de programação de metas estabelecida.

## **Ação 2 - Estruturar os recursos financeiros necessários à gestão da Floresta Nacional**

### **Objetivos:**

- i) Estruturar o fluxo de recursos financeiros através de um Fundo de Gestão da Floresta Nacional do Purus;
- ii) Estabelecer rotinas de planejamento orçamentário;
- iii) Desenvolver a Política de Captação de Recursos da Floresta Nacional do Purus;
- iv) Estabelecer rotinas de execução orçamentária e financeira;
- v) Estabelecer rotinas de controle orçamentário e financeiro.

### **Atividades:**

- i) Criar o Fundo de Gestão da Floresta Nacional do Purus, com respectivo bancos-de-dados, como instrumento contábil para estruturar e controlar o fluxo de recursos dentro do Plano;
- ii) Orçar os custos das atividades e ritos administrativos;
- iii) Elaborar o Plano Operativo e Orçamentário Anual para o ano seguinte no mês de julho de cada ano;
- iv) Identificar fontes de recursos para cada atividade proposta;
- v) Desenvolver a Política de Captação de Recursos da Floresta Nacional do Purus em conjunto com os parceiros da Câmara de Integração Técnico-Institucional;
- vi) Desenvolver o Cadastro de Fontes de Recursos como banco de dados para instrumentalizar a Política de Captação de Recursos;

vii) Realizar anualmente operações de captação de recursos para implementação da Agenda de Trabalho comum, apresentando Projetos junto a instituições catalogadas no Cadastro de Fontes de Recursos;

viii) Articular com Coordenação Regional e outros setores do ICMBio a execução orçamentária e financeira dos recursos do órgão destinados ao Fundo de Gestão da Floresta Nacional do Purus;

ix) Articular através da Câmara de Integração Técnico-Institucional e assessoria parlamentar do ICMBio ou do Ministério do Meio Ambiente, a edição de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União em favor da Floresta Nacional;

ix) Articular com entidades responsáveis por Projetos na Floresta Nacional do Purus e as instituições fontes de recursos de suas atividades, a estruturação e o controle da execução orçamentária e financeira de cada iniciativa;

x) Definir e estabelecer estratégia para o eficiente controle da arrecadação gerada pelas concessões;

xi) Apresentar, em abril de cada ano para Comissão designada pelo Conselho Consultivo, toda a comprovação de gastos realizados na Floresta Nacional no ano anterior, fortalecendo o controle social da gestão.

xii) Elaborar mensalmente relatório de atividades executadas

xiii) Proceder anualmente ao controle das ações executadas e da efetividade do Plano de Manejo

xiv) Elaborar planos de trabalho trimestrais

xv) Definir e estabelecer estratégia para um eficiente controle da execução orçamentária

### **Resultados Esperados:**

i) Fundo de Gestão da Floresta Nacional do Purus estabelecido e implementado;  
ii) 04 Planos Operativos e Orçamentários Anuais elaborados e executados em 05 anos;

iii) Política de Captação de Recursos da Floresta Nacional do Purus em implementação;

iv) Cadastro de Fontes de Recursos desenvolvido e sendo utilizado;

v) Sistema eficiente de aplicação e controle de recursos implementado;

vi) Arrecadação e aplicação eficientes dos recursos obtidos com as concessões de manejo florestal e outras.

### **Ação 3 - Estruturar os recursos materiais necessários à gestão da Floresta Nacional**

#### **Objetivos:**

- i) Implementar as Zonas de Uso Especial para administração da Floresta Nacional do Purus;
- ii) Garantir a instalação na Unidade de infra-estrutura administrativa de apoio ao manejo e gestão;
- iii) Dotar a Floresta Nacional com instalações necessárias para sua administração e gestão;
- iv) Dotar a Floresta Nacional com os equipamentos e veículos necessários para as ações de administração, manejo e gestão;
- v) Estabelecer unidades de referência da administração e gestão da Floresta Nacional para as sociedades locais na Vila Céu do Mapiá e no rio Inauini;
- vi) Dotar a Floresta Nacional do Purus com um sistema de comunicação eficiente;
- vii) Garantir a comunicação imediata de denúncias, demandas e emergências;
- viii) Garantir um canal de comunicação entre a população residente e administração da Unidade.

#### **Atividades**

- i) Definir e implantar a estrutura administrativa necessária para apoio ao manejo e gestão;
- ii) Identificar os locais estratégicos e implantar estradas e vias de acesso, com seus respectivos equipamentos de controle;
- iii) Identificar local estratégico e buscar parcerias para implantar pista de pouso na Unidade, com seu respectivo equipamento de controle, a ser estabelecida como nova Zona de Uso Especial, facultando a administração direta pelo ICMBio;
- iv) Cruzar as informações do Plano de Desenvolvimento Comunitário e as ações previstas no Programa de Desenvolvimento Comunitário com as necessidades de infra-estrutura da Unidade;
- v) Definir a estrutura mínima necessária para o funcionamento do escritório sede e postos avançados;

vi) Providenciar a cessão para o ICMBio de instalações de propriedade do Ibama existentes na cidade de Boca do Acre para implantação da sede da Floresta Nacional do Purus em conjunto outras Unidades baseadas na cidade;

vii) Elaborar projeto arquitetônico para o escritório compartilhado das sedes das Unidades de Conservação baseadas em Boca do Acre, aproveitando as instalações a serem cedidas pelo IBAMA, contemplando, no mínimo, sala das chefias, sala da administração, sala de técnicos, sala de reuniões, almoxarifado e alojamentos;

viii) Elaborar projeto arquitetônico e de infra-estrutura para o escritório de referência do ICMBio na Vila Céu do Mapiá, contemplando, no mínimo, sala da chefia, sala de reuniões, recepção / administração, almoxarifado e alojamento anexo;

ix) Elaborar projeto arquitetônico e de infra-estrutura e implantar as instalações de referência local do ICMBio no Rio Inauini, para uso compartilhado das administrações das Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini;

x) Localizar pontos estratégicos para postos de controle;

xi) Elaborar projetos das instalações necessárias aos postos de controle – guaritas, portões, correntes, antenas, etc.;

xii) Viabilizar os meios necessários para efetivação dos projetos propostos e garantir sua execução;

xiii) Garantir a disponibilização dos seguintes recursos materiais para o escritório da Vila Céu do Mapiá:

- Canoa de alumínio de 6,35 m Amazonboat soldado (não rebitado)
- Motor de popa de 40 HP (marcas Yamaha ou Suzuki pelo baixo custo de manutenção),
- Motor de 11 HP (marca Honda) com rabeta,
- Placa solar de 50 A com controlador de carga,
- 03 baterias,
- Inversor de carga de 1000 w;
- Notebook,
- Aparelho de fac-símile (fax),
- Ligação telefônica na sede do escritório
- Gerador de energia elétrica para os trabalhos de campo
- Instalação de acesso à internet.

- xiv) Identificar os locais para melhor instalação dos equipamentos de comunicação entre a sede em Boca do Acre, escritório de referência na Vila Céu do Mapiá, ponto de referência nos rios Inauini e postos de controle nas diversas Zonas Populacionais e Zonas de Manejo Florestal da Floresta Nacional;
- xv) Identificar os tipos de sistemas e de equipamentos de comunicação adequados para os diversos locais e diversas situações;
- xvi) Dimensionar a demanda de equipamentos para comunicação via internet
- xvii) Desenvolver e manter sitio da Floresta Nacional do Purus na internet;
- xviii) Articular para dotação de recursos para implantação dos sistemas de comunicação mais adequados e implantá-los.
- xix) Dotar equipamentos de trabalho para os analistas ambientais e demais pessoal permanente contratado.

**Resultados Esperados:**

- i) Zonas de Uso Especial identificadas e mapeadas;
- ii) Infraestrutura de apoio implantada e sob controle pelo ICMBio;
- iii) Escritório sede da Floresta Nacional, escritório de referência na Vila Céu do Mapiá e ponto de referência no rio Inauini e instalações de apoio implantados, equipados e em perfeito funcionamento;
- iv) Floresta Nacional dotada de veículos, embarcações e equipamentos necessários à sua administração e às ações de manejo;
- v) Floresta Nacional dotada com sistema de comunicação eficiente;
- vi) Sítio da Floresta Nacional do Purus na internet em operação.

**13.1.2. Subprograma de Regulamentação do Plano de Manejo**

É fundamental considerar, que o Plano de Manejo, enquanto documento genético referencial, representa um estatuto de caráter bastante genérico. Oferece apenas um panorama muito geral de toda a organização futura, que necessitará ser detalhado, posteriormente, no próprio processo de gestão. Por isso, o Plano de Manejo deverá ser *regulamentado* em muitos aspectos, para que possa reger e orientar, no dia-a-dia, as atividades a serem implementadas em cada Zona da Floresta Nacional, através de cada Programa. Todo esse processo de regulamentação, assim como o

próprio Plano de Manejo, deverá ser marcadamente participativo, reunindo-se os interlocutores adequados a opinar sobre cada faceta da gestão a ser regulamentada a cada momento.

Assim, o Programa de Administração deve incorporar funções de **regulamentação do Plano de Manejo**, organizando, no futuro, o regramento de detalhes, que se tornarão cruciais para implementar o processo de gestão.

#### **AÇÕES:**

- 1 – Construir o Plano de Utilização Comunitária da Floresta Nacional do Purus.
- 2 – Construir os Planos de Ação dos Programas de Manejo
- 3 – Construir Planos específicos subsidiários aos Programas de Manejo
- 4 - Construir as Instruções de Serviço, que detalharão regras sobre aspectos específicos e pontuais da gestão socioambiental da Floresta Nacional do Purus

#### **Ação 1 - Construir o Plano de Utilização Comunitária da Floresta Nacional do Purus**

##### **Objetivos:**

- i) Pactuar com as populações residentes, condutas para a conservação da Unidade, para o uso sustentável dos recursos e de respeito às regras estabelecidas com o Plano de Manejo, para assegurar seus direitos de permanência na Unidade de Conservação;
- ii) Criar formalmente, sob o Plano de Manejo, o instrumento das Concessões de Direito Real de Uso coletivas e individuais;
- iii) Estabelecer mecanismos de sanções aos moradores infratores dos regulamentos.

##### **Atividades:**

- i) Criar grupo de trabalho na Floresta Nacional reunindo o ICMBio e parceiros envolvidos, com o objetivo específico de construção do pacto a ser formalizado pelo Plano de Utilização Comunitária;
- ii) Definir estratégia de mobilização das comunidades residentes com vistas à consensualização de um Plano de Utilização Comunitária a ser pactuado;

iii) Conscientizar os moradores, principalmente as lideranças comunitárias, sobre o mecanismo das Concessões de Direito Real de Uso de terrenos da Floresta Nacional para usufruto dos seus residentes, como garantia de posse legítima dos espaços de moradia e agricultura familiar, fundamentada no Plano de Manejo / SNUC / Constituição Federal e as contrapartidas de condutas sustentáveis a serem observadas por esses moradores;

iv) Esclarecer aos moradores sobre direitos, deveres e sanções a infratores que devem constar no estatuto geral, que é o Plano de Utilização Comunitária a ser pactuado;

v) Aprovar formalmente em assembléias gerais das associações de moradores e Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais, o texto consensualizado do Plano de Utilização Comunitária da Floresta Nacional do Purus;

vi) Aprovar, em Reunião Ordinária Semestral do Conselho Consultivo, o Plano de Utilização Comunitária da Floresta Nacional do Purus, que foi previamente pactuado com os moradores;

vii) Definir estratégia para acompanhar o cumprimento do Plano de Utilização Comunitária através dos Programas de Monitoramento e de Proteção e Fiscalização.

### **Resultados Esperados:**

- i) Plano de Utilização Comunitária pactuado e legitimado;
- ii) Mecanismo das Concessões de Direito Real de Uso implantado;
- iii) Comunidades residentes conscientes sobre direitos, deveres e sanções pactuados na Floresta Nacional do Purus.

## **Ação 2 - Construir os Planos de Ação dos Programas de Manejo**

### **Objetivos:**

- i) Detalhar a organização da gestão, as estratégias de implementação e as orientações e normatizações gerais dos Programas de Manejo;
- ii) Construir e consensualizar documentos técnicos referenciais específicos para a implementação dos Programas de Manejo.

**Atividades:**

i) Estudar uma ordem de prioridade estratégica para regulamentação dos Programas, começando pelo de Gestão Participativa, para poder desenvolver os demais com a participação dos seus respectivos atores;

ii) Definir um “Roteiro Básico para Formatação dos Planos de Ação dos Programas de Manejo”, à luz do Método da Semente;

iii) Estudar a necessidade de contratação de consultores para desenvolvimento do Plano de Ação do Programa específico e, se for o caso, viabilizar e proceder;

iv) Definir estratégia geral de mobilização e diálogo com os grupos de atores específicos envolvidos com os Programas, para consensualizar os Planos de Ação;

v) Colher, entre os atores envolvidos, informações para a regulamentação das questões de manejo específicas a serem regulamentadas pelo Plano de Ação do Programa de Manejo em construção;

vi) Amadurecer a minuta do Plano de Ação desenvolvida nos fóruns da Agenda 21 Local;

vii) Submeter a minuta do Plano de Ação à apreciação dos Conselhos Comunitários e da Câmara de Integração Técnico-Institucional (ver seção 12.2 - Programa de Gestão Participativa);

viii) Aprovar no Conselho Consultivo a versão definitiva do Plano de Ação do Programa previamente avaliada pelos fóruns participativos subsidiários da Floresta Nacional do Purus;

ix) Acompanhar a implementação do Programa à luz do Plano de Ação aprovado, cruzando com o Programa de Monitoramento e colhendo informações da prática executiva;

x) Coibir alterações das regulamentações cruzando com o Programa de Fiscalização e Controle;

xi) Corrigir distorções em revisões periódicas do Plano de Manejo.

**Resultados Esperados:**

i) Programas de Manejo regulamentados na Floresta Nacional do Purus;

ii) Planos de Ação de Programas de Manejo publicados e legitimados;

iii) Implementação das atividades de manejo claramente orientada.

### **Ação 3 – Construir Planos específicos subsidiários aos Programas de Manejo**

#### **Objetivos:**

- i) Regulamentar aspectos específicos de maior complexidade dos Programas de Manejo, que exigem tratamento como subsistemas de gestão;
- ii) Desenvolver Planos Diretores dos Assentamentos Humanos com os micro-zoneamentos das Zonas Populacionais.

#### **Atividades:**

- i) Identificar necessidades de regulamentação de aspectos particulares dos Programas de Manejo através de Planos específicos subsidiários;
- ii) Incluir na estratégia de prioridades gerais do Plano de Manejo a necessidade de regulamentação de aspectos particulares de Programas através de Planos específicos;
- iii) Priorizar a constituição do Plano Diretor da Vila Céu do Mapiá, regulamentando o Programa de Desenvolvimento Comunitário local;
- iv) Lançar na Agenda de Trabalho do Plano de Manejo os ritos administrativos referentes à construção dos Planos específicos, incluindo seus Roteiros Metodológicos peculiares;
- v) Constituir grupo de trabalho (GT) específico envolvendo a Gerência da Floresta Nacional, participantes do Programa de Gestão Participativa e do Programa Implicado, para tratar da construção do Plano específico priorizado;
- vi) Estudar a necessidade de contratação de consultores para desenvolvimento do Plano específico e, se for o caso, viabilizar e proceder;
- vii) Definir, no âmbito do GT, estratégias técnicas e político-participativas para a construção do Plano específico priorizado;
- viii) Identificar e fazer representar em eventos de consulta técnica e comunitária, os segmentos envolvidos com as atividades a serem regulamentadas através do Plano específico para coleta de sugestões e consensualização;
- ix) Elaborar minuta do Plano específico e submeter à apreciação dos parceiros em Fóruns da Agenda 21 Local específicos, nos Conselhos Comunitários implicados e na Câmara de Integração Técnico-Institucional;
- x) Aprovar no Conselho Consultivo a versão final previamente consensualizada;

xi) Disponibilizar e divulgar o Plano específico aprovado pelo Conselho Consultivo junto aos atores envolvidos com a regulamentação específica ali estabelecida;

xii) Integrar com Programa de Fiscalização e Controle para controlar alterações no cumprimento das regulamentações;

xiii) Integrar com Programa de Monitoramento para acompanhar a implementação do Programa de Manejo específico e reunir informações obtidas com a prática para as futuras revisões do Plano de Manejo.

#### **Resultados Esperados:**

i) Planificação e regulamentação de questões específicas mais complexas dentro do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus;

ii) Documentos técnicos referenciais elaborados como Planos específicos publicados, legitimados e divulgados.

#### **Ação 4 - Construir Instruções de Serviço detalhando regras sobre aspectos específicos e pontuais da gestão socioambiental da Floresta Nacional do Purus**

##### **Objetivos:**

i) Regulamentar de forma ágil e analítica, aspectos específicos e pontuais da gestão socioambiental participativa da Floresta Nacional do Purus;

ii) Estabelecer referencial normativo para administrar conflitos frequentes no dia-a-dia da gestão;

iii) Detalhar condutas específicas de manejo não esclarecidas pelos outros regulamentos.

##### **Atividades:**

i) Detectar aspectos pontuais da gestão socioambiental da Floresta Nacional do Purus que necessitam ser detalhados e regulamentados de forma mais emergencial para orientar condutas específicas e/ou administrar conflitos localizados;

ii) Incluir na Agenda de Trabalho do Plano de Manejo a necessidade de regulamentar aspectos particulares dos Programas e das Zonas de Manejo através de Instruções de Serviço específicas;

iii) Definir Grupo de Trabalho (GT), para definir e implementar estratégias para construção da Instrução de Serviço específica;

iv) Identificar e fazer representar em eventos de consulta técnica e comunitária, os segmentos envolvidos com as atividades a serem regulamentadas através da Instrução de Serviço para coleta de sugestões;

v) Elaborar minuta da Instrução de Serviço e submeter à apreciação dos parceiros em fóruns específicos da Agenda 21, nos Conselhos Comunitários implicados e, eventualmente, na Câmara de Integração Técnico-Institucional;

vi) Aprovar no Conselho Consultivo a versão final previamente consensualizada;

vii) Disponibilizar e divulgar a Instrução de Serviço aprovada pelo Conselho Consultivo junto aos atores envolvidos com a regulamentação específica ali estabelecida;

viii) Integrar com Programa de Fiscalização e Controle para corrigir alterações em relação ao que foi regulamentado;

ix) Integrar com Programa de Monitoramento para acompanhar a implementação da Instrução de Serviço e reunir informações obtidas com a prática para futuras revisões de aperfeiçoamento, ou mesmo extinção, conforme as demandas da realidade local.

### **Resultados Esperados:**

i) Regulamentação de questões específicas e pontuais da gestão socioambiental da Floresta Nacional do Purus obtida de modo ágil;

ii) Instruções de Serviço publicadas e divulgadas;

iii) Conflitos potenciais no processo de gestão socioambiental prevenidos e/ou administrados objetivamente à luz de regulamento específico e objetivo.

### **13.1.3. Subprograma de Regularização Fundiária**

Compete à Gerência da Floresta Nacional garantir a regularização fundiária da mesma, procedendo aos levantamentos de títulos particulares dentro do perímetro

definido pelo Decreto de criação e providenciando as devidas indenizações. Igualmente devem ser dirimidos litígios gerados por sobreposições com outras terras da União. Também compete à Gerência do ICMBio implementar as recomendações de ampliação da Unidade resultantes do processo de construção participativa deste Plano de Manejo, providenciando a elaboração e a publicação de decreto com retificação de limites – e consequentemente procedendo às tarefas de regularização fundiária das novas áreas com as devidas indenizações. Por outro lado, a gestão fundiária dentro da Floresta Nacional, sob o Plano de Manejo, será implementada através de Concessões de Direito Real de Uso Coletivas a serem expedidos para as entidades representativas dos moradores e Termos de Compromisso Individuais a serem expedidos por estas, sob supervisão do ICMBio para as populações residentes em conformidade com as Normas Gerais deste Plano de Manejo.

**AÇÕES:**

- 1 – Promover a regularização fundiária da Floresta Nacional do Purus.
- 2 – Organizar Sistema de Concessões de Direito Real de Uso para as populações residentes

**Ação 1 – Promover a regularização fundiária da Floresta Nacional do Purus****Objetivos:**

- i) Identificação das terras públicas e privadas existentes na Unidade;
- ii) Realizar a demarcação da Unidade;
- iii) Anexar áreas de importância para a conservação, manejo e uso dos moradores da Unidade;
- iv) Solucionar a sobreposição da Floresta Nacional do Purus com a Terra Indígena Inauini/Teuini.

**Atividades:**

- i) Consultar os cartórios de Boca do Acre e Manaus e os órgãos públicos estaduais (ITEAM) e federais (INCRA) e outras fontes para identificar as terras públicas e privadas existentes na Unidade;

- ii) Proceder a levantamento de benfeitorias e avaliação das propriedades privadas identificadas;
- iii) Articular interna e externamente, buscando captação de recursos e agilidade nos processos de transferência de domínio das áreas identificadas, públicas e privadas, para o ICMBio;
- iv) Abertura de picadas e instalação de marcos geo-referenciados conforme legislação pertinente;
- v) Instalação de placas de sinalização nos limites da Unidade, priorizando as principais vias de acesso;
- vi) Confeção das bases cartográficas e memorial descritivo, para subsidiar a correção dos limites do Decreto de Criação;
- vii) Definir áreas propostas para anexação e efetuar diagnóstico situacional;
- viii) Efetuar consulta pública para referendar a proposta de anexação;
- ix) Estabelecer parceria com a FUNAI e com a organização indígena local para a adoção dos procedimentos que se fizerem necessários para corrigir a sobreposição com área a Terra Indígena Inauini-Teuini;
- x) Definir e demarcar os limites acordados com a FUNAI e a organização indígena local;
- xi) Produzir nova base cartográfica e memorial descritivo da Floresta Nacional incluindo as novas áreas e nova confrontação com a Terra Indígena;
- xii) Reedição do Decreto de Criação com solução da sobreposição dos limites com a Terra Indígena e anexação das novas áreas identificadas;
- xiii) Consultar os cartórios de Boca do Acre e Manaus e os órgãos públicos estaduais (ITEAM) e federais (INCRA) e outras fontes para identificar as terras públicas e privadas existentes na Zona de Amortecimento;
- xiv) Elaborar mapa de situação fundiária da Zona de Amortecimento;
- xv) Adotar os procedimentos necessários para a destinação das áreas identificadas.

#### **Resultados Esperados:**

- i) Todas as propriedades privadas e terras públicas dentro da Unidade identificadas;
- ii) Levantada a situação documental das áreas identificadas dentro da Unidade;
- iii) Avaliação das propriedades e benfeitorias identificadas dentro da Unidade efetuada;

- iv) Todas as propriedades privadas identificadas dentro da Unidade desapropriadas e matriculadas em nome do ICMBio;
- v) Transferência das terras públicas para domínio do ICMBio;
- vi) Todos os limites da Unidade devidamente demarcados e sinalizados;
- vii) Ter as bases cartográficas da Unidade devidamente corrigidas;
- viii) Ter garantido à população residente as áreas tradicionalmente utilizadas para o extrativismo;
- ix) Uso adequado das áreas identificadas para anexação de acordo com as necessidades da população residente e com os objetivos do Plano de Manejo;
- x) Ter a sobreposição com a Terra Indígena Inauini/Teuini definitivamente equacionada;
- xi) Decreto de Criação revisado dentro do prazo de vigência do Plano de Manejo;
- xii) Ter o Decreto de Criação da Unidade reeditado, incluindo a anexação de áreas e eliminando a sobreposição com a Terra Indígena Inauini-Teuini;
- xiii) Diagnóstico geral da situação fundiária da Zona de Amortecimento;
- xiv) Caracterização das áreas prioritárias para anexação à Floresta Nacional do Purus;
- xv) Situação fundiária das áreas existentes na Zona de Amortecimento, não compreendidas por Terras Indígenas, totalmente regularizada.

## **Ação 2 - Organizar Sistema de Concessões de Direito Real de Uso para as populações residentes**

### **Objetivos:**

- i) Identificar as áreas ocupadas pelas populações residentes;
- ii) Identificar as famílias residentes;
- iii) Celebrar os Contratos de Concessão Real de Uso, individuais e coletivos.

### **Atividades:**

- i) Efetuar o mapeamento de todas as áreas ocupadas pelas famílias residentes, contemplando as unidades habitacionais, as áreas ocupadas para uso agrícola e pecuária e as áreas utilizadas para extrativismo;

- ii) Identificar as famílias que fazem jus ao direito de posse e uso, segundo legislação pertinente e segundo definições especiais estabelecidas no Plano de Manejo;
- iii) Estruturar o Cadastro de Moradores como um bancos-de-dados acoplado ao Sistema de Informações Geográficas da Floresta Nacional do Purus;
- iv) Integrar com o Subprograma de Regulamentação do Plano de Manejo para estruturação do Plano de Utilização Comunitária (seção 12.1.2, Ação 1) para formalizar a institucionalização do instrumento legal das Concessões de Direito Real de Uso na Floresta Nacional do Purus;
- v) Celebrar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletiva com a Associação Deus É Amor, abrangendo a Zona Populacional e a Zona de Uso Comunitário do Rio Inauini (ZP 1 e ZUC 1);
- vi) Celebrar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletiva com a Associação Deus Por Nós, abrangendo a Zona Populacional e a Zona de Uso Comunitário do Rio Purus (ZP 4 e ZUC 3);
- vii) Celebrar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletiva em caráter especial com a Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal – Patrono Sebastião Mota de Melo, abrangendo as Zonas Populacionais da Vila Céu do Mapiá e do Igarapé Mapiá e a Zona de Uso Comunitário do Igarapé Mapiá (ZPs 3 e 4 e ZUC 2);
- viii) Estabelecer os critérios, direitos e deveres relacionados com a ocupação do território pelos moradores, integrando com o Programa de Desenvolvimento Comunitário para contemplar os Planos Diretores das Zonas Populacionais, os micro-zoneamentos e outros parâmetros locais de planejamento territorial e com o Programa de Gestão Demográfica, para contemplar políticas locais e específicas de gestão populacional;
- ix) Implementar, através das entidades concessionárias coletivas das Zonas Populacionais, os Termos de Compromisso Individuais, beneficiando os moradores locais identificados com direitos de posse e uso de áreas da Flona, com memorial descritivo e anexo cartográfico, detalhando cada área concedida; e
- x) Providenciar a remoção de moradores considerados intrusos, não qualificados para celebrar os Termos de Compromisso.

### **Resultados Esperados:**

- i) Famílias residentes com direitos de posse regularizados na Floresta Nacional;

- ii) Contratos de Concessões de Direito Real de Uso Coletivo celebrados e regulando compromissos;
- iii) Termos de Compromisso dos moradores celebrados individualmente;
- iv) Áreas Concedidas aos moradores identificadas e incorporadas ao Sistema de Informações Geográficas da Floresta Nacional.

#### **13.1.4. Subprograma de Gestão de Projetos**

Um aspecto fundamental a ser considerado na estruturação do Programa de Administração é que, de um modo geral, as atividades a serem implementadas nos Programas serão organizadas, planejadas e executadas na Floresta Nacional através de "Projetos". Dada a característica de usos marcadamente populacionais da Floresta Nacional do Purus - e dado o potencial cultural peculiar rico em iniciativas compatíveis com a gestão socioambiental -, será estratégico, para a implementação do Plano de Manejo, apoiar a elaboração e a implementação de Projetos a serem desenvolvidos pelos moradores, bem como controlar a sua posterior execução.

O Programa de Administração deve estabelecer um Subprograma de Gestão de Projetos, como instrumento para controlar e apoiar as atividades a serem implementadas sob o Plano de Manejo, podendo *administrar* a Floresta Nacional dessa forma.

#### **AÇÕES:**

- 1 - Estabelecer um banco-de-dados para a gestão de Projetos na Floresta Nacional do Purus na forma de uma *Carteira de Projetos*;
- 2 - Estabelecer uma *Incubadora de Projetos* na Floresta Nacional do Purus;
- 3 - Estabelecer mecanismos de *Controle de Projetos*.

#### **Ação 1 – Estabelecer um banco-de-dados para a gestão de Projetos na Floresta Nacional do Purus na forma de uma *Carteira de Projetos***

#### **Objetivos:**

- i) Sistematizar todas as informações relevantes sobre Projetos propostos ou implementados na Floresta Nacional do Purus;

ii) Oferecer um critério básico para a padronização de Projetos na Floresta Nacional do Purus;

iii) Oferecer informações sempre atualizadas para o permanente Controle dos Projetos.

**Atividades:**

i) Elaborar, à luz do Método da Semente, adotado para todo o Plano de Manejo, toda a estrutura de informações da Carteira de Projetos como um banco-de-dados, com respectivos formulários de tabulação de informações e planilhas de controle da implementação;

ii) Organizar o banco-de-dados da Carteira de Projetos em pastas referentes a cada uma das cinco fases do Ciclo de Vida de um Projeto (ver Quadro 01);

iii) Integrar a Carteira de Projetos com o Subprograma de Autorização e Concessões;

iv) Integrar com o Programa de Monitoramento para acompanhamento das atividades;

v) Integrar com Programa de Fiscalização e Controle para corrigir alterações face às regulamentações da Floresta Nacional.

**Resultados Esperados:**

i) Banco-de-dados da Carteira de Projetos estruturado e operante;

ii) Subprograma de Autorização e Concessões subsidiado por instrumento de padronização de informações e procedimentos;

iii) Projetos propostos ou em implementação na Floresta Nacional do Purus descritos e atualizados em toda sua evolução;

iv) Programas de Manejo subsidiados por informações sobre todas as atividades propostas ou implementadas na Floresta Nacional do Purus.

## **Ação 2 – Estabelecer uma Incubadora de Projetos na Floresta Nacional do Purus**

### **Objetivos:**

- i) Capacitar e apoiar parceiros da gestão socioambiental da Floresta Nacional na concepção de Projetos, captação de recursos e gerenciamento;
- ii) Contribuir para o desenvolvimento de propostas de atividades na Floresta Nacional do Purus compatibilizadas com o modelo de gestão adotado no Plano de Manejo (Método da Semente);
- iii) Estruturar iniciativas nas comunidades residentes como Projetos sob o Plano de Manejo.

### **Atividades:**

- i) Desenvolver *Curso de Confecção de Projetos*, à luz do Método da Semente, para ser oferecido anualmente pela Incubadora;
- ii) Selecionar atores prioritários, focalizando especialmente a Vila Céu do Mapiá como público-alvo das primeiras edições do Curso, pelo alto potencial local para estruturação de Projetos;
- iii) Agendar e realizar anualmente o Curso de Confecção de Projetos, diversificando o público atendido, priorizando as demais comunidades residentes progressivamente;
- iv) Formatar Projetos, através do Curso, em conjunto com os moradores, a partir das suas propostas originais;
- v) Integrar o Curso de Confecção de Projetos e os próprios Projetos da Incubadora com a Carteira de Projetos e com o Subprograma de Autorização e Concessões;
- vi) Selecionar instituições no Cadastro de Fontes de Recursos afins aos objetivos de cada Projeto e encaminhar propostas para obtenção de fundos;
- vii) Assessorar e acompanhar a implementação do Projeto especialmente nas fases iniciais do seu Ciclo-de-Vida próprio;
- viii) Promover treinamentos de atores em áreas de especial interesse para o Plano de Manejo (aquicultura, permacultura, etc.), capacitando-os para Projetos.

**Resultados Esperados:**

- i) Incubadora de Projetos estruturada e produzindo safras anuais de Projetos;
- ii) Projetos concebidos e implementados na Floresta Nacional do Purus;
- iii) Programas de Manejo em implementação;
- iv) Gestão socioambiental participativa implementada em nível executivo;
- v) Comunidades residentes capacitadas e beneficiadas com alternativas de Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Humano.

**Ação 3 – Estabelecer mecanismos de *Controle de Projetos*****Objetivos:**

- i) Garantir a adequação entre a implementação real das atividades e o planejamento proposto originalmente nos Projetos;
- ii) Subsidiar o Programa de Fiscalização e Controle com dados históricos e atualizados sobre cada atividade realizada na Floresta Nacional do Purus;
- iii) Alimentar o banco-de-dados da Carteira de Projetos com informações sistematicamente atualizadas sobre o desenvolvimento de cada Projeto.

**Atividades:**

- i) Desenvolver formulários dos Relatórios Trimestrais e dos Relatórios Anuais de Projetos, dentro do banco-de-dados da Carteira de Projetos, como instrumentos de coleta de informações para o Controle;
- ii) Coletar, analisar e emitir parecer sistematicamente sobre os Relatórios Trimestrais e Relatórios Anuais dos Projetos e incorporar ao banco-de-dados;
- iii) Integrar com o Programa de Fiscalização e Controle;
- iv) Emitir Boletim Trimestral e Boletim Anual de Controle de Projetos para serem apreciados pelos Conselhos Comunitários, Câmara de Integração Técnico-Institucional e Conselho Consultivo;
- v) Se eventualmente forem emitidos, anexar pareceres e recomendações formalizados pelos Conselhos e/ou Câmara de Integração Técnico-Institucional sobre os Projetos, à sua pasta no banco-de-dados da Carteira;
- vi) Anexar à pasta do Projeto qualquer relação formalizada por (ou com) algum parceiro, Projeto ou Programa do Plano de Manejo.

**Resultados Esperados:**

- i) Evolução de todas as atividades desenvolvidas na Floresta Nacional do Purus documentada;
- ii) Programa de Fiscalização e Controle instrumentalizado com informações históricas e atuais sobre os Projetos;

**13.1.5. Subprograma de Autorização de Atividades e Concessões  
Especiais de Uso**

Com desmembramento do IBAMA, que ainda permanece como órgão responsável pelo licenciamento ambiental na esfera federal, o ICMBio, focalizando a gestão das Unidades de Conservação, não detém atribuições de licenciamento de atividades, mesmo nas Unidades de uso sustentável. No sistema de licenciamento de atividades em Unidades de Conservação Federais, o ICMBio apenas deve *autorizar*, ou não, sua instalação e operação, para posterior consideração e licenciamento efetivo pelo IBAMA. Uma Instrução Normativa deverá esclarecer procedimentos relativos a essa interface entre os dois órgãos.

Entretanto, como a Floresta Nacional do Purus é uma Unidade de Conservação voltada para o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, com um viés marcadamente populacional, estruturando o manejo desses recursos através de Projetos, a serem estruturados sob os diversos Programas de Manejo, é necessário, do ponto de vista do Programa de Administração, contemplar mecanismos executivos para *autorização* de instalação e operação de empreendimentos, face ao Plano de Manejo. Os Projetos a serem implementados na Floresta Nacional do Purus poderão ser executados pela própria Gerência do ICMBio, ou por terceiros. Neste segundo caso, no seu processo de licenciamento, deverão ser *autorizados* pela Gerência, ou receber *concessões especiais* para determinado uso de recursos da Unidade. Desse modo, *o Programa de Administração deve incorporar funções de **autorização de atividades***, para garantir que os Projetos implantados na Floresta Nacional, a serem implementados por terceiros, sejam compatíveis com o Plano de Manejo, desde sua concepção original, até sua efetiva implantação, ajustando-se critérios para seu controle e fiscalização posteriores. O Programa de Administração também deve

organizar o sistema de Concessões de Usos Especiais, seja para estruturar a implementação de objetivos específicos da Unidade, seja para regular atividades de especial interesse.

### **AÇÕES:**

- 1 – Estabelecer Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus
- 2 – Organizar Sistema de Concessões de Uso Especiais na Floresta Nacional do Purus.

### **Ação 1 – Estabelecer Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus**

#### **Objetivos:**

- i) Definir sistema de trabalho para a Autorização de Atividades a serem implementadas por terceiros, como Projetos aprovados sob o Plano de Manejo;
- ii) Autorizar as atividades a serem estabelecidas na Floresta Nacional do Purus.

#### **Atividades:**

- i) Desenvolver proposta de critérios e rotinas para criação do Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus;
- ii) Construir Instrução de Serviço específica, regulamentando o Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus;
- iii) Integrar o Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus com o banco-de-dados da Carteira de Projetos;
- iv) Manifestar Parecer formal, a ser emitido pela Gerência da Floresta Nacional, caso-a-caso, contendo exigências relativas a cada Projeto, como condicionantes de cada Autorização concedida na Floresta Nacional, consultando instâncias superiores do ICMBio e subsidiando as instâncias legais de licenciamento ambiental;
- v) Discutir o Projeto em Câmara Técnica para Autorização de Projetos, a ser criada pelo Conselho Consultivo, em todas as fases do processo;
- vi) Submeter as propostas de Projetos à apreciação dos Conselhos Comunitários implicados e da Câmara de Integração Técnico-Institucional;

vii) Integrar o Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus com o Programa de Monitoramento e com o Programa de Fiscalização e Controle.

**Resultados Esperados:**

- i) Sistema de Autorização de Projetos implantado e operante;
- ii) Projetos implementados na Floresta Nacional do Purus em padrão compatível com o Plano de Manejo.

**Ação 2 – Organizar Sistema de Concessões de Uso Especiais na Floresta Nacional do Purus**

**Objetivos:**

- i) Normatizar e ordenar a instalação e funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços privados dentro da Unidade;
- ii) Definir e ordenar em conjunto com a comunidade a localização ideal para os aparelhos sociais públicos e infra-estrutura comunitária e de produção de acordo com o modelo de ocupação estabelecido;
- iii) Estabelecer mecanismos de controle das atividades sob regime de concessão especial.

**Atividades:**

- i) Definir os tipos de empreendimentos passíveis de autorização para Concessão de Uso Especial;
- ii) Elaborar as normas para instalação e funcionamento para cada tipo de atividade;
- iii) Definir a localização ideal e adequada para cada tipo de atividade;
- iv) Identificar as instalações já existentes na Floresta Nacional e proceder a regularização da situação na forma proposta;
- v) Elaborar um sistema de controle das atividades sob Concessão de Uso Especial;
- vi) Definir um sistema de pagamento pelo direito de Concessão para os empreendimentos com fins lucrativos não comunitários.

**Resultados Esperados:**

- i) Conjunto de normas para a instalação e funcionamento das atividades sob Concessão de Uso Especial elaborado;
- ii) Sistema de controle e de arrecadação das atividades sob Concessão de Uso Especial elaborado;
- iii) Regularização da situação das instalações existentes.

**13.2. Programa de Gestão Participativa**

As Florestas Nacionais, conforme determinação da Lei do SNUC, dispõem de *Conselhos Consultivos* para a gestão participativa, orientando decisões e estruturando a atuação de instituições públicas e sociedade civil na Unidade. No Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Purus, cada Zona Populacional é representada por sua respectiva Associação. Entidades civis e públicas são membros do Conselho, diluindo a representação das comunidades residentes. Assegura-se-lhes participação mais direta, porém, criando-se Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais, onde amadurecerão deliberações, reunindo ICMBio e representantes eleitos por comunidades, bairros, etc.

O Regimento Interno do Conselho Consultivo cria a Câmara de Integração Técnico-Institucional (CITI), câmara técnica reunindo parceiros para nivelar informações, organizar articulações e estruturar políticas de recursos para a Floresta Nacional. Utilizará fóruns presenciais e virtuais para amadurecer consensos institucionais sobre a gestão.

A participação se qualifica pela educação no processo de gestão. A gestão se orienta pelo Método da Semente, que compreende o Plano, técnica e didaticamente, como semente de uma rede-de-trabalho em formato de árvore (Figura 1), que será *implantada* na Floresta Nacional ao longo do Ciclo-de-Vida do Plano de Manejo (Quadro 1).

A gestão participativa se aprofunda através da *Agenda 21 Local*, um fórum de diálogo para traçar, não apenas diretrizes gerais, mas o *agendamento de atividades concretas*, referenciando-se no Ciclo-de-Vida do Plano de Manejo (Quadro 1).

Para estruturar a educação no processo de gestão em nível local, serão utilizados *Agentes Comunitários*. Esta função crucial para o Plano de Manejo não pode depender apenas de trabalhos voluntários, mas devem ser criadas condições para justa remuneração, num esforço conjunto através da CITI e da Agenda 21 Local.

O alto grau de analfabetismo na Floresta Nacional é visto como oportunidade para educação e conscientização com atividades de *eco-alfabetização de adultos*, qualificando moradores para a gestão participativa através do Método Paulo Freire.

No nível executivo, a participação na gestão se estrutura através de Projetos - e a inclusão participativa dar-se-á através da Incubadora de Projetos (ver seção 13.1.4).

A Floresta Nacional se insere num mosaico de Áreas Protegidas, assumindo funções de extensão de políticas públicas piloto para outras Unidades menos desenvolvidas.

### **AÇÕES:**

- 1 - Implementar o Conselho de Gestão
- 2 - Promover o fortalecimento de organizações comunitárias para participação no processo de gestão
- 3 - Implantar e implementar os Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais
- 4 - Implantar e implementar a Câmara de Integração Técnico-Institucional (CITI)
- 5 - Implementar a educação no processo de gestão
- 6 - Implantar e implementar a Agenda 21 Local da Floresta Nacional do Purus
- 7 - Organizar o Grupo de Agentes Comunitários da Floresta Nacional do Purus
- 8 - Estabelecer gestão compartilhada com a Floresta Nacional Mapiá-Inauini
- 9 - Estabelecer gestão compartilhada entre a Floresta Nacional e as Terras Indígenas do entorno

### **Ação 1 - Implementar o Conselho de Gestão**

#### **Objetivos:**

- i) Garantir a gestão participativa da Floresta Nacional do Purus;
- ii) Garantir o controle social das ações de governo na Floresta Nacional e na sua área de influência;
- iii) Desenvolver e fortalecer as políticas de gestão da Floresta Nacional;
- iv) Estruturar estratégias de captação e mobilização de recursos, integrando iniciativas com as contribuições dos diversos atores;

- v) Buscar a integração da Unidade com as demais áreas protegidas da região;
- vi) Compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais, econômicos e ambientais.

**Atividades:**

- i) Realizar as Reuniões Ordinárias Semestrais e outras, extraordinárias, conforme a necessidade;
- ii) Realizar reuniões, seminários e oficinas para sensibilização, mobilização, identificação de lideranças para participação e composição do conselho;
- iii) Estabelecer ações de capacitação continuada dos atores envolvidos, para uma atuação eficiente e eficaz nas atividades do Conselho;
- iv) Estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento do regimento interno.

**Resultados Esperados:**

- i) Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Purus implementado;
- ii) Gestão participativa em implementação.

**Ação 2 - Promover o fortalecimento de organizações comunitárias para participação no processo de gestão**

**Objetivos:**

- i) Garantir a participação da população residente e do entorno na gestão da Unidade;
- ii) Qualificar as organizações comunitárias para a execução das atividades de manejo;
- iii) Qualificar as organizações comunitárias para participação nos processos políticos locais, visando à geração de benefícios sociais e econômicos para as comunidades.

**Atividades:**

- i) Fortalecer a Associação Deus é Amor (Zona Populacional do Inauini), a Associação Deus Por Nós (Zona Populacional do Purus) e a Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá (Zona Populacional do Igarapé Mapiá) para participação no Conselho Consultivo e no manejo da Unidade;
- ii) Apoiar a criação e fortalecimento de outras organizações comunitárias (associações e cooperativas) para a implementação das ações de manejo comunitário;
- iii) Realizar capacitação em associativismo e cooperativismo para aprimorar o desempenho das organizações comunitárias;
- iv) Realizar cursos e oficinas para a formação de agentes comunitários para atuação nas ações de manejo;
- v) Realizar intercâmbios com organizações de outras Unidades de Conservação;
- vi) Buscar parcerias para a execução das atividades propostas.

**Resultados Esperados:**

- i) Consolidação da organização comunitária para a participação na gestão e nas ações de manejo da Unidade;
- ii) Início do processo de capacitação da população local para a execução das ações previstas no Plano de Manejo;
- iii) Estabelecimento das parcerias necessárias para a consolidação da organização comunitária e para a gestão da Floresta Nacional.

**Ação 3 – Implantar e implementar os Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais**

**Objetivos:**

- i) Fortalecer a participação das populações residentes no processo de gestão;
- ii) Garantir canais de interlocução mais acessíveis entre o poder público e os moradores;
- iii) Otimizar a gestão socioambiental participativa;

iv) Amadurecer com as comunidades residentes as atividades a serem implementadas nas Zonas Populacionais e nas Zonas de Uso Comunitário.

**Atividades:**

i) Criar os Conselhos Comunitários através de eleições diretas das representações por critério de proporcionalidade demográfica intra Zonas Populacionais e renovar a cada dois anos;

ii) Realizar as Reuniões Ordinárias Trimestrais dos Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais;

iii) Realizar atividades de capacitação dos conselheiros e outros moradores interessados, visando a qualificar os Conselhos Comunitários;

iv) Conduzir as deliberações dos Conselhos Comunitários como moções especiais para homologação pelo Conselho Consultivo.

**Resultados Esperados:**

i) Conselhos Comunitários implantados e em operação nas Zonas Populacionais da Floresta Nacional do Purus;

ii) Cidadania florestal ("florestania") fortalecida na Floresta Nacional do Purus;

iii) Gestão socioambiental participativa da Floresta Nacional do Purus fortalecida;

iv) Implementação do Plano de Manejo otimizada nas Zonas Populacionais e nas Zonas de Uso Comunitário.

**Ação 4 – Implantar e implementar a Câmara de Integração Técnico-Institucional (CITI)**

**Objetivos:**

i) Estabelecer uma condição de participação mais direta e frequente para parceiros da gestão socioambiental da Floresta Nacional do Purus no nível técnico-político-institucional;

ii) Criar uma estrutura técnico-institucional para nivelamento de propostas, conjugação de esforços, captação e compartilhamento de recursos para implementação do Plano de Manejo;

iii) Fortalecer politicamente a gestão da Floresta Nacional do Purus.

**Atividades:**

- i) Congregar instituições, entidades, grupos de projeto e indivíduos que realizam ou apoiam (ou têm interesse em apoiar ou realizar) atividades na Floresta Nacional do Purus;
- iii) Criar um espaço de trabalho virtual para participação de parceiros nas atividades da CITI;
- iv) Reunir, consensualizar, fazer amadurecer e acompanhar, num nível técnico-institucional, todas as propostas de projetos a serem implementadas na Floresta Nacional do Purus;
- v) Propor e amadurecer uma Política de Captação de Recursos para a Floresta Nacional do Purus;
- vi) Assessorar técnica e institucionalmente o Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Purus e os Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais.

**Resultados Esperados:**

- i) Câmara de Integração Técnico-Institucional criado e operando com Seminários realizados trimestralmente;
- ii) Grupo de discussão da gestão socioambiental da Floresta Nacional do Purus na web instalado e operando, congregando uma rede de parceiros no âmbito da CITI;
- iii) Propostas de Projetos na Floresta Nacional do Purus amadurecidas técnica e institucionalmente;
- iv) Política de Captação de Recursos para a Floresta Nacional do Purus em permanente implementação;
- v) Conselho Consultivo, Conselhos Comunitários de Zonas Populacionais e Gerência do ICMBio assessorados técnica e institucionalmente por uma rede qualificada de parceiros da gestão socioambiental da Floresta Nacional do Purus.

**Ação 5 – Implementar a educação no processo de gestão**

**Objetivos:**

- i) Qualificar a participação de todos os atores envolvidos com o plano de gestão socioambiental;
- ii) Criar condições para a construção de consensos em torno do Plano de Manejo;

iii) Fundamentar o relacionamento pró-ativo e dialógico entre os diversos atores envolvidos com o processo de gestão participativa;

iv) Difundir a compreensão do Plano de Manejo como semente implantada na Floresta Nacional do Purus destinada a evoluir como organismo socioambiental complexo;

v) Garantir o aprendizado das lições de gestão obtidas através do processo interativo com os diversos atores.

**Atividades:**

i) Organizar, na equipe da Gerência da Floresta Nacional (permanente ou provisória), grupo de trabalho específico voltado para a implementação da educação no processo de gestão;

ii) Estruturar, no Conselho Consultivo, a Câmara Técnica de Educação no Processo de Gestão, articulando a Gerência com as Associações dos moradores da Unidade e outros parceiros, estabelecendo o núcleo embrionário funcional de todo o Programa de Gestão Participativa;

iii) Desenvolver Plano de Ação do Programa de Gestão Participativa, utilizando o “Método da Semente” como instrumento didático para facilitar a compreensão do Plano de Manejo por todos os atores envolvidos com a gestão;

iv) Analisar os diversos públicos-alvos da gestão participativa e preparar estratégias de educação no processo de gestão apropriadas ao envolvimento de cada segmento;

v) Estudar e implementar formas pedagógicas de tradução do Plano de Manejo para as linguagens e os universos dos diferentes segmentos envolvidos no processo de gestão;

vi) Preparar, publicar e estruturar, em mídias diversas, tanto o material promocional para divulgação do Plano de Manejo, quanto o material didático para apoio à educação no processo de gestão;

vii) Capacitar a equipe técnica do ICMBio, técnicos de apoio, agentes comunitários e outros segmentos envolvidos com a gestão socioambiental da Unidade em pedagogia social e planejamento participativo;

viii) Preparar os eventos públicos da gestão socioambiental participativa considerando os aspectos didáticos de tradução dos conteúdos para os universos de cada ator;

ix) Organizar, para os moradores das Zonas Populacionais, cursos com o método Paulo Freire para alfabetização de adultos e conscientização sobre o processo de gestão participativa na Floresta Nacional (eco-alfabetização de adultos);

x) Documentar, relatar e refletir sobre os aprendizados obtidos no processo de gestão.

### **Resultados Esperados:**

i) Grupo de trabalho para implementação da educação no processo de gestão participativa criado na equipe gestora e integrando parceiros;

ii) Material promocional e educativo de apoio à gestão da Floresta Nacional do Purus preparado;

iii) Equipe técnica e outros segmentos capacitados em técnicas de pedagogia social;

iv) Lógica interna do Plano de Manejo ("Método da Semente") absorvida pelos diferentes atores;

v) Eventos da gestão socioambiental participativa instrumentalizados pela educação no processo de gestão;

vi) Melhorias no nível de alfabetização dos moradores obtidas com conscientização sobre o processo de gestão;

vii) Lições obtidas no processo de gestão aprendidas.

### **Ação 6 - Implantar e implementar a Agenda 21 Local da Floresta Nacional do Purus**

#### **Objetivos:**

i) Criar uma estrutura de diálogo aberto, direto e sistemático, sem maiores amarras burocráticas, entre todos os atores da gestão da Floresta Nacional do Purus;

ii) Amadurecer consensos sociais sobre a gestão da Floresta Nacional;

iii) Envolver diretamente os moradores e demais atores num processo de agendamento conjunto de atividades sob o Plano de Manejo;

iv) Estabelecer condições de remuneração para atuação dos Agentes Comunitários do Plano de Manejo, como vetores do diálogo social local;

v) Integrar uma matriz universal de políticas públicas de Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Humano afinando a escala local com padrões semelhantes de Agenda 21 em escala global, nacional, estadual, regional e municipal.

**Atividades:**

i) Elaborar tecnicamente, à luz do Método da Semente, amadurecer socialmente e encaminhar formalmente, projeto ao MMA, para a construção da Agenda 21 Local da Floresta Nacional do Purus;

ii) Implementar Fóruns de Agenda 21 abertos, para diálogos diretos, gerais e específicos, entre poder público, moradores e outros atores, em ritos paralelos às Reuniões Semestrais do Conselho Consultivo, às Reuniões Trimestrais dos Conselhos Comunitários e aos Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento (CITI);

iii) Estruturar a implementação da Agenda 21 Local constituindo consensos sobre compromissos específicos a serem incorporados à Agenda de Trabalho da Floresta Nacional do Purus;

iv) Mobilizar a sociedade local, com apoio dos Agentes Comunitários, para implementação, em regime pró-ativo, da Agenda de Trabalho da Floresta Nacional do Purus.

**Resultados Esperados:**

i) Agenda 21 Local em implementação na Floresta Nacional do Purus;

ii) Processo de diálogo para implementação pró-ativa do Plano de Manejo em processo de permanente construção;

iii) Agenda de Trabalho da Floresta Nacional do Purus consensualizada a cada momento;

iv) Processo de mobilização social subsidiado pelo MMA integrado ao Plano de Manejo;

v) Agentes Comunitários protagonizando a interface entre poder público, comunidades e demais atores do Plano de Manejo.

## **Ação 7 – Organizar o Grupo de Agentes Comunitários da Floresta Nacional do Purus**

### **Objetivos:**

- i) Criar uma correia de transmissão entre o nível técnico-gerencial do Plano de Manejo e o nível político-comunitário em relacionamento em mão dupla;
- ii) Estabelecer nas comunidades um instrumento de facilitação dos processos participativos, vigilância e controle;
- iii) Qualificar a participação das comunidades residentes no processo de gestão.

### **Atividades:**

- i) Resgatar o Grupo de Agentes Comunitários criado na Vila Céu do Mapiá durante o processo de construção do PDC;
- ii) Promover capacitações dos Agentes Comunitários na compreensão do Plano de Manejo e da educação no processo de gestão;
- iii) Promover capacitações dos Agentes Comunitários em técnicas de mobilização social, produção de eventos, facilitação de reuniões e pedagogia social, incluindo instrumentos como teatro, música e artes em geral;
- iv) Promover intercâmbios com o Grupo Saúde & Alegria da Floresta Nacional do Tapajós, para aprendizagem em mobilização social e em captação de recursos para atividades culturais com populações florestais;
- v) Instrumentalizar todos os processos participativos da Floresta Nacional do Purus (com destaque para as reuniões do Conselho Consultivo e dos Conselhos Comunitários e Agenda 21 Local);
- vi) Traduzir a linguagem técnica da gestão para os universos dos diferentes atores do Plano de Manejo, especialmente os moradores das Zonas Populacionais;
- vii) Estabelecer convênios e elaborar projetos de captação de recursos para remuneração dos Agentes Comunitários da Floresta Nacional do Purus;
- viii) Integrar os Agentes Comunitários da Floresta Nacional do Purus no âmbito dos programas de voluntariado do ICMBio.

### **Resultados Esperados:**

- i) Grupos de Agentes Comunitários estruturados na Floresta Nacional do Purus, capacitados, operantes e remunerados;

- ii) Intercâmbio com Grupo Saúde & Alegria em implementação;
- iii) Reuniões do Conselho Consultivo, dos Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais e da Agenda 21 Local facilitados por agentes capacitados.

### **Ação 8 - Estabelecer gestão compartilhada com a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e todo o Mosaico de Unidades baseado em Boca do Acre**

#### **Objetivos:**

- i) Otimizar os recursos e meios no desenvolvimento de ações que envolvam objetivos comuns às diversas Unidades;
- ii) Promover a cooperação entre as organizações comunitárias das diversas Unidades, especialmente as das Flonas do Purus e Mapiá-Inauini;
- iii) Expandir as experiências piloto exitosas realizadas na Floresta Nacional do Purus para a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e demais unidades do Mosaico.

#### **Atividades:**

- i) Identificar os objetivos e atividades comuns desenvolvidas nas Unidades do mosaico, com ênfase entre as duas interligadas pelo rio Inauini;
- ii) Estabelecer estratégias para cooperação entre as organizações comunitárias das Unidades;
- iii) Identificar projetos que possam ser estendidos para as diversas Unidades;
- iv) Definir estratégia de ação conjunta do corpo técnico e administrativo do ICMBio lotado nas Unidades;
- v) Estender as políticas públicas piloto de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Humano realizadas na Floresta Nacional do Purus para a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e demais Unidades do Mosaico.

#### **Resultados Esperados:**

- i) Gestão compartilhada entre as Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini plenamente consolidada e estendida às demais do Mosaico;
- ii) Benefícios socioambientais obtidos na Floresta Nacional do Purus estendidos para a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e demais do Mosaico.

## **Ação 9 - Estabelecer gestão compartilhada entre a Floresta Nacional e as Terras Indígenas do entorno:**

### **Objetivos:**

- i) Viabilizar a solução de possíveis conflitos entre a população residente e indígena;
- ii) Promover ações compartilhadas através de projetos que contemplem interesses comuns à Floresta Nacional e às Terras Indígenas;
- iii) Promover a cooperação entre as organizações comunitárias indígenas e residentes na Floresta Nacional;
- iv) Promover a cooperação entre as instituições gestoras da Floresta Nacional e Terras Indígenas.

### **Atividades:**

- i) Celebrar convênio ou acordo de cooperação técnica com a FUNAI e com organizações indígenas;
- ii) Identificar ações que possam atender a objetivos comuns das comunidades extrativistas e indígenas;
- iii) Estabelecer estratégias para cooperação entre as organizações indígenas e extrativistas.

### **Resultados Esperados:**

- i) Gestão compartilhada entre a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e as Terras Indígenas estabelecida.

## **13.3. Programa de Gestão Demográfica**

Cerca de 50 % da Floresta Nacional do Purus estão configurados como Zonas Populacionais ou de Uso Comunitário, proporcionando a base física de um Laboratório Socioambiental para gerar matrizes de políticas de ocupação sustentável da Amazônia. O Programa de Gestão Demográfica desenvolverá critérios para a sustentabilidade ambiental dessa população, considerando as gerações presente e futuras.

O aspecto mais complexo da Unidade de Conservação é o Igarapé Mapiá, com comunidade intencional pré-existente à criação da Floresta Nacional, vocacionada à atração de adeptos. Esse fenômeno cultural de fundamento etnobotânico é

considerado legítimo e destacado na Declaração de Significância da Unidade. A situação é parcialmente equacionada pela Concessão de Direito Real de Uso desta área em caráter especial para a entidade representativa do movimento cultural, mecanismo que flexibiliza a aceitação de novos moradores, desde que comprometidos com essa missão de preservação do patrimônio cultural, incorporada aos objetivos da Unidade.

É crucial, no entanto, estabelecer limites à expansão populacional, para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas. Será desenvolvido um conceito de “Grau de Saturação Populacional”, considerando projeções de crescimento futuro e confrontando-as com estudos sobre os impactos antrópicos, face à capacidade suporte dos ecossistemas. O Grau de Saturação Populacional será aferido a cada revisão do Plano de Manejo, apontando critérios para gestão demográfica a cada cinco anos.

Nas demais Zonas Populacionais a cultura local apresenta padrões mais tradicionais de populações ribeirinhas. Concessões de Direito Real de Uso coletivas para as associações de moradores (ver seção 13.1.3) asseguram sua presença, mas limitam sua expansão ao crescimento natural. Políticas demográficas específicas serão desenvolvidas em conjunto com os moradores de cada Zona Populacional, podendo incluir o agrupamento em agrovilas florestais, para otimização de políticas públicas em benefício dos residentes, por exemplo.

Também compete ao Programa de Gestão Demográfica subsidiar o controle da penetração de intrusos, procedendo a censos periódicos e integrando atividades com os Programas de Monitoramento e de Fiscalização e Controle. Especial atenção será dada à presença de estrangeiros na área do igarapé Mapiá, buscando-se integração com a Polícia Federal para regularização da situação.

#### **AÇÕES:**

- 1 – Desenvolver uma política de gestão demográfica participativa na Floresta Nacional do Purus.
- 2 – Definir e aferir o “grau de saturação populacional”, especialmente na micro-bacia do igarapé Mapiá.
- 3 – Definir e implementar estratégias para o controle demográfico.
- 4 - Efetuar o cadastramento das famílias residentes e atualizá-lo a cada dois anos e meio.

5 – Efetuar estudos, consultas e implantar (com a concordância das comunidades envolvidas), núcleos comunitários, concentrando a população do rio Inauini, numa política de gestão demográfica integrada com a da Floresta Nacional Mapiá-Inauini.

6 – Equacionar a presença de estrangeiros na Floresta Nacional

### **Ação 1 - Desenvolver uma política de gestão demográfica participativa na Floresta Nacional do Purus**

#### **Objetivos:**

i) Promover a construção participativa de estratégias de ocupação e uso das Zonas Populacionais da Unidade;

ii) Consensualizar diretrizes sobre os limites, as alternativas e os procedimentos adequados para ocupação das Zonas Populacionais;

iii) Pactuar planejamentos populacionais de longo prazo através das revisões quinquenais do Plano de Manejo;

iv) Viabilizar o acompanhamento de todos os processos da política demográfica pelos atores envolvidos na gestão socioambiental participativa da Floresta Nacional do Purus;

v) Promover, entre lideranças, moradores em geral e demais parceiros, uma consciência sobre a sustentabilidade ambiental de populações humanas dentro da Unidade a curto, médio e longo prazos, através da implementação da educação no processo de gestão.

#### **Atividades:**

i) Elaborar proposta básica para implementar a ação, com a definição de estratégias, agenda de trabalho, responsáveis, recursos e fontes;

ii) Criar fóruns de discussão específica da questão demográfica no âmbito técnico-institucional e no âmbito político-comunitário;

iii) Divulgar informações obtidas nos censos das Zonas Populacionais e relatórios sobre o estado dos ambientes associados, como instrumento da construção de consensos sobre a gestão demográfica;

iv) Propor, discutir e aprovar, nos fóruns participativos da Floresta Nacional, diretrizes de gestão demográfica, tendo em vista aspectos de ordenação territorial,

aspectos de saturação populacional, de respeito às identidades culturais e às limitações legais;

v) Criar nas diversas ações do Programa de Gestão Demográfica, canais de participação e diálogo com as comunidades envolvidas, através de suas representações institucionais e outros canais de comunicação.

**Resultados Esperados:**

- i) Comunidades envolvidas com os processos de gestão demográfica;
- ii) Diretrizes de gestão demográfica consensualizadas, amadurecidas coletivamente e implementadas com legitimidade.

**Ação 2 – Definir e aferir o “grau de saturação populacional”, especialmente na micro-bacia do igarapé Mapiá**

**Objetivo:**

- i) Garantir a manutenção de níveis populacionais compatíveis com a sustentabilidade dos ecossistemas locais, especialmente na micro-bacia do igarapé Mapiá.

**Atividades:**

- i) Elaborar proposta básica para implementar a ação, com a definição de estratégias, agenda de trabalho, responsáveis, recursos e fontes;
- ii) Proceder à análise e à escolha dos parâmetros significativos para a definição e aferição de um “Grau de Saturação Populacional”, bem como sua forma de avaliação;
- iii) Considerar e analisar fatores tais como o censo populacional periódico, projeções populacionais, padrões tecnológicos de uso e ocupação do solo, evolução histórica das imagens de satélites da Unidade, análise de capacidade suporte dos ambientes, avaliação do estado geral dos ecossistemas das Zonas impactadas e projeções de cenários futuros;
- iv) Consensualizar a definição de “grau de saturação populacional”, bem como a seleção de parâmetros implícita, através de consultas junto a especialistas e pesquisadores, no âmbito técnico e à população residente e a outros atores envolvidos na gestão da Unidade;

v) Apresentar relatórios quinquenais de avaliação do Grau de Saturação Populacional, enquadrando a área como “não saturada”, “em vias de saturação”, ou “saturada” e recomendando procedimentos para a gestão demográfica;

vi) Aprovar as aferições do Grau de Saturação Populacional, bem como suas recomendações nas instâncias participativas da gestão da Floresta Nacional no âmbito dos Seminários Quinquenais de Revisão do Plano de Manejo.

### **Resultados Esperados:**

i) Grau de Saturação Populacional da Floresta Nacional do Purus definido e aferido periodicamente;

ii) Diretrizes de gestão demográfica estabelecidas em função da capacidade suporte do ambiente e da avaliação de cenários futuros;

iii) Sustentabilidade ambiental das gerações futuras residentes na Floresta Nacional garantida;

iv) Ter em três anos, definidos os critérios de utilização das Zonas de Uso Comunitário.

### **Ação 3 – Definir e implementar estratégias para o controle demográfico**

#### **Objetivos:**

i) Minimizar o impacto sobre os recursos naturais causados pelo crescimento populacional vegetativo e migratório;

ii) Assegurar a sustentabilidade ambiental para as gerações futuras;

iii) Limitar o crescimento populacional migratório na Floresta Nacional aos credenciamentos especiais concedidos exclusivamente na Zona Populacional do Mapiá e enquanto não forem atingidos graus de maior saturação populacional.

#### **Atividades:**

i) Por meio do Levantamento Simplificado da População (ver ação 4), promover, no primeiro ano da gestão, a desintrusão de pessoas não habilitadas a residir na Floresta Nacional do Purus, em esforço de parceria com as Associações representativas dos moradores de cada Zona Populacional;

ii) Levar programas de planejamento familiar para a população residente;

iii) Monitorar, de forma participativa com as Associações, a entrada de novos moradores, que irão formar novas famílias dentro da Floresta Nacional;

iv) Conscientizar as comunidades residentes sobre a necessidade de contenção futura do crescimento populacional exógeno nas áreas do igarapé Mapiá, tendo em vista a sustentabilidade da Floresta Nacional para as gerações futuras;

v) Estabelecer, através dos Regulamentos Comunitários das ZPs, diferentes classes de presença humana, contemplando tratamentos diferenciados na política de gestão demográfica, prevendo as seguintes categorias: visitante, estagiário, morador autorizado (exclusivamente nas ZPs 2 e 3) e morador original.

vi) Conter progressivamente o credenciamento de novos moradores para residirem nas Zonas Populacionais do Mapiá, na medida em que a área seja enquadrada como “em vias de saturação”, ou “saturada”;

vii) Impedir a entrada de famílias e de pessoas não autorizadas que pretendem se estabelecer na Unidade, cruzando atividades com o Programa de ;

viii) Co-responsabilizar as concessionárias coletivas das Zonas Populacionais e os moradores residentes pelo estabelecimento irregular de familiares e conhecidos dentro da Unidade;

ix) Utilizar os Agentes Ambientais Voluntários no monitoramento da entrada e saída de pessoas e famílias na Floresta Nacional;

x) Realizar operações de fiscalização periódicas na Unidade;

xi) Credenciar visitantes e novos moradores das Zonas Populacionais do Mapiá de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento Comunitário;

xii) Controlar a presença de visitantes e moradores do Mapiá à luz dos respectivos credenciamentos;

xiii) Definir critérios de credenciamento para visitas e permanência de familiares e conhecidos de moradores da Unidade;

xiv) Controlar a presença de familiares e conhecidos de moradores da Unidade à luz dos respectivos credenciamentos.

### **Resultados Esperados:**

i) Ter, em cinco anos, desenvolvido, juntamente com a população, um programa de planejamento familiar;

ii) Ter, a partir do primeiro ano da elaboração do Plano de Manejo, o controle da entrada de novas pessoas na Unidade que irão formar novas famílias com residentes;

iii) Ter desenvolvidos e aplicados os critérios para credenciamento de novos moradores e visitantes das Zonas Populacionais do Mapiá;

iv) Ter desenvolvidos e aplicados os critérios para credenciamento de visitas aos moradores da Floresta Nacional.

#### **Ação 4 - Efetuar o cadastramento das famílias residentes e atualizá-lo a cada dois anos e meio**

##### **Objetivos:**

i) Dispor de banco de dados atualizado com as informações referentes às famílias da Floresta Nacional;

ii) Acompanhar o crescimento da população através das taxas de natalidade, mortalidade, formação de novas famílias e migração;

iii) Controlar o acesso de novas famílias para residir no interior da Unidade.

##### **Atividades:**

i) Realizar no primeiro ano da gestão, levantamento simplificado da população, atualizando dados do levantamento socioeconômico do Plano de Manejo;

ii) Realizar um censo simples de contagem da população no terceiro ano da gestão;

iii) A cada cinco anos, fazer um levantamento socioeconômico mais detalhado da condição de vida da população residente, buscando acompanhar o seu crescimento e desenvolvimento humano.

##### **Resultados Esperados:**

i) Ter em até um ano após a aprovação do Plano de Manejo da Unidade, certeza sobre o universo de moradores;

ii) Ter realizada a primeira recontagem geral da população até seis meses após completar dois anos da aprovação do Plano de Manejo da Unidade;

iii) Refazer a cada dois anos e meio a contagem da população;

iv) Ter realizado ao final de 2011 um novo levantamento socioeconômico da população residente e do entorno.

**Ação 5 – Efetuar estudos, consultas e implantar (com a concordância das comunidades envolvidas), núcleos comunitários, concentrando a população do rio Inauini, numa política de gestão demográfica integrada com a Floresta Nacional Mapiá-Inauini**

**Objetivos:**

- i) Favorecer a implantação e acesso aos serviços básicos (saúde, educação, etc.);
- ii) Identificar áreas propícias para a formação dos núcleos comunitários no interior das Zonas Populacionais;
- iii) Desenvolver um modelo de ocupação humana levando em consideração as características locais, que proporcionando aproximação espacial (Núcleo Habitacional) das famílias ao longo dos rios e igarapés da Unidade.

**Atividades:**

- i) Realizar estudos com a participação das comunidades envolvidas, para identificação de áreas propícias à implantação dos núcleos, contemplando as variáveis ambientais, sociais e econômicas;
- ii) Fazer reuniões com a comunidade e conselheiros sobre os prós e contras de um novo modelo de ocupação mais adensada do espaço;
- iii) Condicionar a implantação dos Núcleos Comunitários à consulta e aprovação das comunidades residentes e Conselho Consultivo.
- iv) Realizar estudos e buscar parcerias com instituições para a implantação de serviços básicos de saúde, saneamento, educação, transporte, etc.;
- v) Promover gestões junto à prefeitura de Boca do Acre e/ou outras instituições para a instalação das escolas e postos de saúde nos núcleos habitacionais;
- vi) Trabalhar e buscar apoio junto ao INCRA na concepção dos Núcleos habitacionais e nos reassentamentos que se fizerem necessárias para a formação dos mesmos.

### **Resultados Esperados:**

- i) Ter, em um ano, a posição do Conselho Comunitário da Zona Populacional do Rio Inauini e do Conselho Consultivo sobre a formação dos Núcleos;
- ii) Ter, em dois anos, identificadas as áreas propícias para a formação dos núcleos comunitários;
- iii) Ter, em até cinco anos, em caso de aprovação das comunidades e dos Conselhos, os Núcleos habitacionais implantados;
- iv) Ter, em até três anos, estabelecidas parcerias com instituições para a implantação de serviços básicos de saúde, saneamento, educação e transporte, etc.;
- v) Ter em três anos, estabelecida parceria com a prefeitura de Boca do Acre e/ou outras instituições para instalação de escolas e postos de saúde, caso sejam concretizados os Núcleos Habitacionais;
- vi) Ter em até quatro anos, estabelecida parceria com o INCRA para a definição do modelo de núcleo habitacional a ser implantado na Floresta Nacional, caso seja de acordo da comunidade residente.

### **Ação 6 – Equacionar a presença de estrangeiros na Floresta Nacional**

#### **Objetivo:**

- i) Equacionar a presença de estrangeiros na área do Igarapé Mapiá.

#### **Atividades:**

- i) Articular com a Polícia Federal para tratamento da presença de estrangeiros na Floresta Nacional;
- ii) Promover a organização social de estrangeiros presentes na Floresta Nacional para estruturação e negociação de interesses coletivos;
- iii) Estudar possibilidades de obtenção de vistos estendidos de permanência a título de estudos, mediante a integração entre ICMBio, Polícia Federal e Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra;
- iv) Promover censos periódicos da presença de estrangeiros na Vila Céu do Mapiá;
- v) Controlar a presença de estrangeiros ilegais na Floresta Nacional.

**Resultados Esperados:**

- i) Presença de estrangeiros na Floresta Nacional regularizada.

**13.4. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento**

A área de Pesquisa & Desenvolvimento apresenta ampla prioridade neste Plano de Manejo, dados os objetivos específicos da Floresta Nacional do Purus, concebida como um Laboratório Socioambiental para geração de matrizes de políticas públicas de ocupação sustentável da Amazônia. Será dada ênfase à captação, ao desenvolvimento e à extensão de tecnologias apropriadas à floresta, com especial atenção às tecnologias agroflorestais e à Permacultura. Serão considerados, porém, todos os âmbitos tecnológicos de interesse para o Desenvolvimento Sustentável e o Desenvolvimento Humano na região - desde tecnologias de produção primária florestal e agroflorestal, com bancos de sementes, técnicas de manejo e tratamentos culturais, até conservação e beneficiamento de alimentos e outros produtos florestais, além de tecnologias de saneamento, de saúde, de habitação e até mesmo de educação e gestão, compatíveis com a vida na floresta, etc.

Por outro lado, o conhecimento sobre os fatores bióticos e abióticos da Unidade e da sua área de influência é primordial para a definição de normas e estratégias para conservação e manejo dos recursos naturais. Na elaboração deste Plano de Manejo, o diagnóstico ambiental foi realizado a partir de levantamentos expeditos, que, no entanto, foram os primeiros estudos do gênero nesta região da Amazônia, chegando a detectar duas novas espécies arbóreas, uma delas de itaúba, madeira nobre. Tais estudos, embora expeditos, foram fundamentais para caracterização da Floresta Nacional. Porém, não foram suficientes para permitir uma compreensão mais detalhada sobre a biodiversidade existente. São necessários, portanto, estudos mais profundos sobre fauna, flora, recursos hídricos e aspectos histórico-culturais, que foram considerados como temas prioritários. Os inventários realizados demonstraram o grande potencial de pesquisas a serem desenvolvidas na Unidade como os estudos sobre alguns grupos de espécies que precisam ser priorizados, seja pela importância para o uso da comunidade, pela carência ou até mesmo a ausência de informações na literatura científica, considerando que não existem estudos mais detalhados na região onde se localiza a Floresta Nacional do Purus.

## **AÇÕES:**

- 1 – Criar um Núcleo de Extensão de Tecnologias Apropriadas à Floresta (NETAF)
- 2 – Formar Comitê Científico da Unidade
- 3 – Promover e incentivar a pesquisa científica e tecnológica sobre a fauna
- 4 – Promover e incentivar a pesquisa sobre recursos hídricos
- 5 – Promover e incentivar e pesquisa científica sobre a Flora
- 6 – Promover e incentivar a pesquisa e geração de tecnologia sobre recursos pesqueiros
- 7 – Promover e incentivar e pesquisa sobre Recursos Florestais Madeireiros e Não-madeireiros
- 8 – Promover e incentivar o desenvolvimento de Tecnologia no Beneficiamento de Produtos

### **Ação 1 – Criar um Núcleo de Extensão de Tecnologias Apropriadas à Floresta (NETAF)**

#### **Objetivos:**

- i) Estabelecer uma estrutura institucional para captação, desenvolvimento e difusão de tecnologias apropriadas à floresta;
- ii) Contribuir para melhorias na qualidade de vida dos povos da floresta, gerando ferramentas úteis compatíveis com a manutenção dos ecossistemas florestais;
- iii) Introduzir, potencializar e difundir tecnologias sustentáveis de produção primária florestal e agroflorestal, de permacultura, de beneficiamento, uso e conservação de alimentos e outros produtos florestais e agroflorestais, de habitação, de saneamento, de energia, de saúde, de assentamentos humanos e gestão territorial, de gestão participativa, de educação, etc., compatíveis com o bioma florestal.

#### **Atividades:**

- i) Desenvolver proposta básica de estruturação do Núcleo de Extensão de Tecnologias Apropriadas à Floresta (NETAF);
- ii) Articular com instituições para implantação e desenvolvimento do NETAF;

- iii) Articular com entidades e grupos de trabalho locais para estruturar o NETAF junto ao público-alvo da Floresta Nacional;
- iv) Articular processos de transferência de tecnologias apropriadas para a Floresta Nacional;
- v) Estruturar projetos-piloto de desenvolvimento experimental de tecnologias apropriadas à floresta;
- vi) Estruturar processos de difusão tecnológica junto a populações florestais locais, do entorno, municípios e outras áreas da Amazônia.

**Resultados Esperados:**

- i) Núcleo de Extensão de Tecnologias Apropriadas à Floresta estruturado e operante;
- ii) Tecnologias apropriadas à floresta captadas desenvolvidas e difundidas;
- iii) Melhorias na qualidade de vida das populações florestais da Amazônia sem prejuízos aos ecossistemas.

**Ação 2 – Formar Comitê Científico da Unidade**

**Objetivos:**

- i) Proporcionar a integração de várias instituições de ensino, pesquisa e extensão relacionadas aos interesses da Unidade;
- ii) Envolver a comunidade, principalmente jovens e adolescentes nas atividades de pesquisa.

**Atividades:**

- i) Estruturar o Comitê Científico da Unidade como câmara técnica permanente formalizada no Conselho Consultivo, a partir da rede de parceiros ligada à Câmara de Integração Técnico-Institucional para desenvolver pesquisas de interesse da Floresta Nacional do Purus;
- ii) Capacitar os moradores, incorporando-os às atividades de pesquisa;
- iii) Promover encontros periódicos para discussão sobre projetos de pesquisas inerentes aos objetivos da Unidade, com participação dos comunitários para uma abordagem participativa;

- iv) Promover Seminários e Workshops para divulgação dos trabalhos realizados para a comunidade e outros segmentos interessados;
- v) Criar grupos de pesquisa, compostos por jovens e adolescentes "Jovens Pesquisadores";
- vi) Disponibilizar as informações a partir de publicações científicas;
- vii) Envolver as escolas da Unidade nas atividades propostas.

**Resultados Esperados:**

- i) Comitê Científico da Unidade formado;
- ii) Ter formado grupos de pesquisas com jovens e adolescentes;
- iii) Ter promovido um Workshop anualmente;
- iv) Ter as escolas e comunidades locais envolvidas nas atividades.

**Ação 3 - Promover e incentivar a pesquisa científica e tecnológica sobre a fauna**

**Objetivos:**

- i) Ampliar os conhecimentos sobre os diversos grupos da fauna local;
- ii) Subsidiar as ações voltadas ao manejo de fauna e proteção das espécies raras e/ou ameaçadas de extinção;
- iii) Incentivar e apoiar a pesquisa sobre a fauna local.

**Atividades:**

- i) Articular com instituições de pesquisa a realização de levantamento detalhado da herpetofauna (répteis e anfíbios) e da mastofauna (mamíferos), com ênfase nas espécies raras, ameaçadas e/ou com potencial de manejo ou criação para geração de proteína animal e de rendas sustentáveis;
- ii) Articular com o CEMAVE e outras instituições de pesquisa a realização de levantamento detalhado e monitoramento da avifauna;
- iii) Buscar parcerias para realizar pesquisas sobre entomologia (insetos) com ênfase em espécies manejáveis para alimentação e geração de rendas sustentáveis;
- iv) Divulgação dos conhecimentos obtidos com relação à fauna local;

v) Criar bancos de dados com informações sobre os grupos da fauna local identificados.

**Resultados Esperados:**

- i) Levantamento detalhado sobre herpetofauna, mastofauna e avifauna;
- ii) Banco de dados com informações sobre a fauna local;
- iii) Ter nas coleções zoológicas nas universidades, museus de história natural ou em outras instituições parceiras, exemplares representando a fauna local;
- iv) Ter técnicas de manejo e criação de fauna local implantadas e em desenvolvimento.

**Ação 4 – Promover e incentivar a pesquisa sobre recursos hídricos**

**Objetivos:**

- i) Conhecer as condições físicas, químicas e biológicas dos recursos hídricos da Floresta Nacional;
- ii) Subsidiar as ações de manejo da ictiofauna, aquicultura e de preservação dos recursos hídricos;
- iii) Avaliar a qualidade da água utilizada para o consumo humano, indicando pontos de coleta e tratamentos adequados;
- iv) Subsidiar com os dados obtidos o Programa de Monitoramento Ambiental;
- v) Conhecer o potencial das águas pluviais como fonte para abastecimento domiciliar e outros usos;
- vi) Estudar as interações ecológicas entre assentamentos humanos e recursos hídricos;
- vii) Avaliar o impacto do aquecimento global sobre os recursos hídricos locais e propor estudos e experiências sobre medidas mitigadoras.

**Atividades:**

- i) Realizar análises físico-químicas e biológicas dos corpos d'água da bacia hidrográfica do Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência);
- ii) Desenvolver estratégias de captação de água adequada para consumo humano;

iii) Construção de um banco de dados referente às condições dos recursos hídricos, qualidade da água, regime hídrico (vazante, cheias, navegabilidade) e ecologia das espécies aquáticas da Unidade, subsidiando o estabelecimento de regras para seu uso, bem como o monitoramento ambiental das atividades de manejo desenvolvidas na Floresta Nacional;

iv) Desenvolver e aplicar metodologias para estudos quali-quantitativos para utilização das águas pluviais em abastecimento doméstico e outros usos;

v) Desenvolver e aplicar metodologias para avaliar as interações ecológicas entre assentamentos humanos e os recursos hídricos;

vi) Desenvolver e aplicar metodologias de avaliação do impacto do aquecimento global sobre os recursos hídricos e medidas mitigadoras;

vii) Divulgar o conhecimento obtido através dos estudos realizados.

#### **Resultados Esperados:**

i) Ter ampliado conhecimentos acerca dos recursos hídricos da Unidade;

ii) Banco de dados sobre as condições dos recursos hídricos, qualidade da água e regime hídrico;

iii) Ter metodologias e experimentos para utilização de águas pluviais desenvolvidos e relatados;

iv) Ter metodologias e experimentos para avaliação das interações ecológicas entre assentamentos humanos e os recursos hídricos desenvolvidos e relatados;

v) Ter metodologias e experimentos para de avaliação do impacto do aquecimento global sobre os recursos hídricos e medidas mitigadoras desenvolvidos e relatados;

vi) Ter divulgado as informações sobre os recursos hídricos através de publicações e comunicações em eventos científicos.

#### **Ação 5 – Promover e incentivar e pesquisa científica sobre a Flora**

##### **Objetivos:**

i) Ampliar os conhecimentos sobre os aspectos florísticos, fitossociológicos e da fisionomia florestal da Unidade;

ii) Conhecer a ecologia das espécies vegetais representadas na Floresta Nacional;

iii) Subsidiar as ações de manejo dos recursos florísticos e de proteção das espécies ameaçadas de extinção.

**Atividades:**

i) Estabelecer uma rede de parcerias com instituições de pesquisa para viabilizar a realização dos estudos propostos;

ii) Realizar estudos da dinâmica florestal em parcelas permanentes para acompanhamento dos padrões da comunidade vegetal, principalmente nas fisionomias não investigadas de Floresta Ombrófila Aberta Submontana (Zona Especial de Pesquisa – ZEP2);

iii) Efetuar levantamentos florísticos e fitossociológicos mais detalhados da área de abrangência da Floresta Nacional, para que todas as diferentes fisionomias que a compõem sejam estudadas;

iv) Efetuar estudos de dinâmica florestal onde sejam implantadas parcelas permanentes nas áreas de manejo, para acompanhamento dos padrões da comunidade vegetal;

v) Aprofundar estudos sobre as novas espécies identificadas, *Mezilaurus* sp. nov. (LAURACEAE) e *Saranthe* sp. nov. (MARANTACEAE) para identificação e avaliação da dinâmica e possíveis usos;

vi) Ampliar os estudos sobre as espécies de distribuição gregária;

vii) Realizar estudos sobre espécies ornamentais e medicinais;

viii) Analisar a viabilidade econômica e ambiental do manejo de plantas ornamentais e medicinais.

**Resultados Esperados:**

i) Rede de parcerias para realização de pesquisas na Floresta Nacional Mapiá-Inauini e sua Zona de Amortecimento;

ii) Publicação dos dados obtidos;

iii) Banco de dados sobre os recursos florísticos da Unidade de Conservação, destacando seus potenciais de uso.

## **Ação 6 – Promover e incentivar a pesquisa e geração de tecnologia sobre recursos pesqueiros**

### **Objetivos:**

- i) Conhecer as espécies de peixes representadas na Floresta Nacional, principalmente aquelas com grande potencial de pesca na região;
- ii) Desenvolver propostas para reduzir a pressão sobre algumas espécies ameaçadas pela sobre-pesca;
- iii) Subsidiar as ações relacionadas ao manejo de lagos, aos acordos de pesca, à regulamentação das atividades pesqueiras, à aquicultura e a proteção das espécies raras ou ameaçadas de extinção;
- iv) Buscar novas tecnologias voltadas ao manejo dos recursos pesqueiros e à aquicultura.

### **Atividades:**

- i) Articular parcerias internas e externas para realização de pesquisas sobre a ictiofauna da região;
- ii) Realizar levantamentos sobre a ictiofauna da bacia do rio Inauini;
- iii) Levantar quais são as espécies mais pescadas na área e propor alternativas para reduzir a sobre-pesca na região;
- iv) Estudar estratégias para o manejo adequado dos recursos pesqueiros na região;
- v) Avaliar quais são as espécies mais adequadas para a aquicultura na bacia;
- vi) Estudar as técnicas adequadas para a aquicultura na área;
- vii) Difundir os novos conhecimentos na região, especialmente nos municípios de Pauini e Boca do Acre, onde a atividade pesqueira tem importante papel na economia.

### **Resultados Esperados:**

- i) Banco de dados sobre a ictiofauna local;
- ii) Proposta de alternativas que visem a redução da sobre-pesca no Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência);
- iii) Proposta formulada para o manejo de recursos pesqueiros e desenvolvimento da aquicultura na região;

iv) Seminário realizado sobre manejo dos recursos pesqueiros e aquicultura, nos municípios de Boca do Acre e Pauini, divulgando os conhecimentos adquiridos.

### **Ação 7 – Promover e incentivar e pesquisa sobre Recursos Florestais Madeireiros e Não-madeireiros**

#### **Objetivos:**

- i) Ampliar os estudos sobre o potencial florestal madeireiro e não-madeireiro na Unidade;
- ii) Ampliar a lista de espécies florestais que são comumente utilizadas na região;
- iii) Desenvolver tecnologias de manejo florestal adequadas para a área de influência da Unidade.

#### **Atividades:**

- i) Estabelecer parcerias para ampliar os estudos sobre os recursos florestais da Floresta Nacional e sua Zona de Amortecimento;
- ii) Realizar levantamento detalhado do potencial florestal nas diferentes tipologias florestais da Unidade;
- iii) Implantar parcelas para inventário contínuo nas Zonas de Manejo Florestal;
- iv) Estudar as técnicas adequadas para o manejo florestal madeireiro e não-madeireiro na Floresta Nacional do Purus;
- v) Pesquisar sobre as possibilidades de utilização de várias espécies que são abundantes na área não utilizadas, para usos diversos como construção, geração de energia, fabricação de móveis, óleos, resinas, alimentação humana, fibras, plantas ornamentais, medicinais, pigmentos naturais, etc., incluindo seu uso para outros fins, como alternativas de rendas para as comunidades.

#### **Resultados Esperados:**

- i) Ter uma rede de parcerias interessada em realizar estudos sobre os recursos florestais da Unidade;
- ii) Banco de dados do potencial florestal madeireiro e não-madeireiro da Floresta Nacional do Purus;

iii) Parcelas de inventário florestal instaladas e monitoradas nas Zonas de Manejo Florestal;

iv) Ter um maior número de espécies com uso definido e conhecido;

v) Aplicação de técnicas de manejo adequadas a realidade local.

## **Ação 8 – Promover e incentivar o desenvolvimento de Tecnologia no Beneficiamento de Produtos**

### **Objetivos:**

i) Buscar alternativas para agregar valor aos produtos da Floresta Nacional Mapiá-Inauini;

ii) Aumentar as alternativas de renda dos moradores, a partir de beneficiamento dos produtos nas próprias comunidades.

### **Atividades:**

i) Articular parcerias para pesquisar tecnologias de beneficiamento de produtos madeireiros e não madeireiros adequadas à realidade da Unidade;

ii) Realizar seminários, oficinas de capacitação, treinamentos e cursos sobre beneficiamento de produtos madeireiros e não-madeireiros;

iii) Incentivar e apoiar as comunidades a buscarem tecnologias de beneficiamento dos produtos de aplicação medicinal e cosmética.

### **Resultados Esperados:**

i) Conhecimento de técnicas de beneficiamentos de produtos da floresta que podem ser realizadas pelas comunidades;

ii) Comunidades motivadas a conhecerem a tecnologias de beneficiamento de produtos na Floresta Nacional;

iii) Ter difundido as novas tecnologias para as comunidades.

## **13.5. Programa de Proteção e Fiscalização**

A região onde está localizada a Floresta Nacional do Purus vem de um histórico de ocupação preocupante do ponto de vista ambiental. A grilagem de terras seguida

do desflorestamento descontrolado para abertura de novas áreas para pastagem acontece cada vez mais na região de Boca do Acre, área de expansão do Arco do Fogo. Além disso, a caça, a pesca, o desmatamento e a extração ilegal de madeira são comuns. Assim se faz necessário um eficiente programa de proteção e fiscalização que seja capaz de coibir os ilícitos ambientais. A estrada para o Pacífico e o asfaltamento da estrada de Rio Branco a Boca do Acre, ambos previstos para muito breve, devem colocar em alerta a Gerência da Unidade, pois tendem a potencializar agressões à Floresta Nacional a médio prazo.

Por outro lado, a vocação para a produção florestal típica em uma Floresta Nacional impõe atenção especial para as atividades de manejo florestal, seja comunitário, seja empresarial, madeireiro ou não madeireiro, considerando impactos diretos e indiretos. O ICMBio também participa, juntamente com o SFB, do controle dos produtos, contribuindo para que retornem recursos arrecadados para a Unidade.

Este programa também prevê estratégias para impedir as atividades ilegais de caça, pesca e extração de madeira e também capacitar moradores no uso racional do fogo.

Embora nunca tenha ocorrido incêndio florestal na Floresta Nacional do Purus, é importante considerar ações para sua prevenção e combate. O uso do fogo no preparo do terreno para a agricultura de subsistência é tradicional - e traz sempre um risco presente na região. O aquecimento global do planeta tem provocado estiagens cada vez mais profundas, em toda parte, com os registros de incêndios aumentando progressivamente, como se observou, por exemplo, em 2005. Devem-se buscar estratégias preventivas, integrando o Programa de Proteção e Fiscalização com outros, especialmente o de Gestão Participativa e o de Recuperação de Ambientes Degradados, estudando até aceiros corta-fogo nos assentamentos humanos, especialmente no entorno da Vila Céu do Mapiá.

O Programa de Controle e Fiscalização é, também, instrumento para o disciplinamento em relação a todas as disposições e diretrizes do Plano de Manejo. É importante levar em conta o forte viés populacional da Floresta Nacional do Purus e, assim, todo o conjunto de regulamentações previstas neste Plano de Manejo, que necessitam ser observadas, exigindo - inclusive em apoio às comunidades - vigilância e fiscalização num âmbito também social, civil, na medida em que o ICMBio é a instituição que estrutura a presença do Estado na área. Na execução do Programa de Proteção e Fiscalização, o ICMBio buscará construir parcerias com outros níveis de

autoridade civil, tais como o ministério público, o judiciário e a polícia federal (polícia judicial numa Unidade de Conservação) e também autoridades da esfera estadual e da comarca municipal, promovendo atos de cidadania e ação social, bem como até trazendo a presença desses outros níveis de autoridade para a Unidade, na forma legal e também em processos alternativos de justiça comunitária. A equipe de fiscalização da Floresta Nacional deve se integrar a todos esses níveis de autoridades, na execução de todas as diretrizes do Plano de Manejo e toda a legislação.

### **AÇÕES:**

- 1 - Proteção, Controle e Fiscalização da Unidade
- 2 - Controle, Prevenção e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais
- 3 – Fiscalização e Monitoramento das Atividades de Manejo Florestal

### **Ação 1 - Proteção, Controle e Fiscalização da Unidade**

#### **Objetivos:**

- i) Garantir a proteção dos recursos naturais através de uma fiscalização sistemática;
- ii) Impedir as ações ilegais de extração de madeira, produtos não-madeireiros, caça e pesca;
- iii) Impedir a biopirataria e o tráfico de animais silvestres;
- iv) Coibir a captura e cativeiro doméstico de animais silvestres;
- v) Controlar as atividades com potencial de degradação ou poluição;
- vi) Controlar o acesso de pessoas não autorizadas à Unidade;
- vii) Garantir a correta execução das atividades de manejo;
- viii) Controlar as atividades e abertura de novas áreas pelos residentes dentro da área da Floresta Nacional;
- ix) Controlar o cumprimento das regulamentações do Plano de Manejo.
- xi) Apoiar os processos de justiça comunitária na execução dos regulamentos comunitários construídos por meio do Plano de Manejo;

xii) Promover a integração com autoridades de outras instâncias, tais como Ministério Público, o Judiciário, IBAMA, Polícia Federal (a polícia judiciária numa UC federal) e da esfera estadual e da comarca municipal

**Atividades:**

i) Constituir de forma provisória e emergencial, uma equipe de apoio à fiscalização da Floresta Nacional com a participação do Chefe da Unidade, Analistas Ambientais, o Técnico de Apoio em Atenção Socioambiental e os Agentes Comunitários do Plano de Manejo (conforme seção 13.1.1. Subprograma de Gestão de Recursos Administrativos – Ação 1, atividade iv);

ii) Estruturar rede de apoio institucional à equipe da Floresta Nacional, construindo parcerias com o IBAMA, Polícia Federal (que é a polícia judicial em uma Unidade de Conservação) e também na esfera estadual com a Polícia Militar e junto às delegacias de Pauini e Boca do Acre, para execução das ações fiscalizatórias;

iii) Instalar, em interação com o Programa de Controle e Fiscalização da Floresta Nacional Mapiá-Inauini, posto de controle e fiscalização no Rio Inauini, na entrada da Unidade e outro no igarapé Mapiá, também na entrada da Unidade, com capacidade de controle sobre a entrada do ramal na Unidade, que se encontra nas proximidades;

iv) Estabelecer um plano de operações de fiscalização para coibir os ilícitos ambientais no interior da Floresta Nacional e na Zona de Amortecimento constando de 10 ações fiscalizatórias anuais;

v) Intensificar as ações de fiscalização no período de maio a agosto, quando a caça predatória é mais frequente, principalmente aquela que envolve a captura e coleta dos ovos de tracajás;

vi) Desestimular a manutenção de animais silvestres em cativeiro doméstico;

vii) Estabelecer um plano de controle das atividades de manejo autorizadas/licenciadas na Floresta Nacional;

viii) Incentivar as denúncias anônimas das práticas ilegais na Unidade e divulgar Disque Denúncia (Linha Verde);

ix) Instalar placas com avisos de proibições, restrições e regulamentações;

x) Controlar o acesso ao rio Inauini, a partir do ponto mais a jusante, onde o mesmo faz o limite entre as Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini, assim como o acesso ao igarapé Mapiá, a partir do limite da Unidade;

- xi) Formar e capacitar equipe de Agentes Voluntários para atuarem na fiscalização, controle e Educação Ambiental;
- xii) Estabelecer um plano de controle das atividades dos residentes dentro da área da Floresta Nacional;
- xiii) Organizar um sistema de desencadeamento eficiente de ações eficazes de fiscalização através do sistema de rádio ou tele-comunicação da Floresta Nacional;
- xiv) Estabelecer sistema de controle de visitantes na Floresta Nacional;
- xv) Promover ações de conscientização sobre a legislação ambiental, sobre os regulamentos do Plano de Manejo, cidadania e florestania.
- xvi) Viabilizar três visitas anuais de equipe policial da comarca de Pauini à Floresta Nacional, para atendimento a comunidades
- xvii) Promover atos de cidadania, trazendo à Floresta Nacional autoridades do judiciário para palestras e instituição de Sistema de Justiça Comunitária e segurança

#### **Resultados Esperados:**

- i) Manutenção da biodiversidade e uso racional dos recursos naturais;
- ii) Plano de controle de autorizações das atividades implantado;
- iii) Equipe composta por 15 Agentes Ambientais Voluntários, considerando o interior e o entorno da Unidade, atuante;
- iv) Placas de orientação instaladas na Unidade;
- v) Controle do acesso de pessoas no rio Inauini;
- vi) Atividades do manejo executadas dentro dos limites técnicos recomendados.

#### **Ação 2 - Controle, Prevenção e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais**

##### **Objetivos:**

- i) Reduzir os riscos de incêndios florestais;
- ii) Garantir uma estrutura mínima para combate de possíveis incêndios florestais;
- iii) Incentivar o uso alternativo do solo como a utilização de queima controlada ou sem uso do fogo;
- iv) Utilizar a queima controlada ou alternativas ao uso do fogo nas atividades agrícolas.

**Atividades:**

- i) Capacitar os moradores da unidade e do entorno na utilização da queima controlada;
- ii) Capacitar os agentes ambientais voluntários e formar brigada de incêndio para atuar no combate a incêndios florestais;
- iii) Buscar alternativas viáveis, do ponto de vista técnico e econômico, para substituir o uso do fogo no preparo de áreas para agricultura;
- iv) fomentar sistemas de geração de renda apropriados à floresta substitutivos de pastagens;
- v) Integração com o ProArco e SIPAM para detecção de focos de calor via satélite.

**Resultados Esperados:**

- i) Produtores capacitados para uso da queima controlada;
- ii) Brigada de incêndio na unidade em funcionamento;
- iii) Técnicas para substituição do uso do fogo para limpeza e preparo de terreno para agricultura adotadas.

**Ação 3 – Fiscalização e Monitoramento das Atividades de Manejo Florestal**

**Objetivos:**

- i) Garantir o cumprimento das medidas de proteção ambiental nas atividades florestais;
- ii) Garantir confiabilidade na mensuração dos produtos florestais produzidos na Floresta Nacional.

**Atividades:**

- i) Desenvolver, em conjunto com SFB e IBAMA, estratégia de fiscalização e controle ambiental das atividades de manejo florestal empresarial e comunitário na Unidade;
- ii) Desenvolver em conjunto com SFB estratégias de fiscalização e controle da produção florestal madeireira e não madeireira na Unidade;

iii) Escolher local e implantar torre para observação das atividades de manejo nas áreas em regime de concessão florestal empresarial nas Zonas de Manejo Florestal previstas na Unidade;

iv) Escolher local e implantar balança para pesagem da produção madeireira nas Zonas de Manejo Florestal previstas na Unidade.

#### **Resultados Esperados:**

i) Atividades de manejo florestal madeireiro e não madeireiro, empresarial e comunitário com efetivo controle ambiental;

ii) Produção florestal da Unidade controlada.

### **13.6. Programa de Monitoramento**

O presente programa visa a determinar diversas ações de monitoramento ambiental da Floresta Nacional, buscando avaliar os impactos das ações do manejo dos recursos naturais, sua sustentabilidade e as atividades humanas.

Propõe também monitorar a efetividade da implementação do Plano de Manejo da Unidade. Com a avaliação do desenvolvimento das atividades propostas, pretende-se indicar potencialidades e fragilidades da gestão da Unidade, servindo como base para subsidiar sua futura revisão.

Para subsidiar o monitoramento será necessária a obtenção de dados para avaliar as alterações geradas pelas ações de manejo nos ecossistemas locais, bem como para definir os melhores métodos de implementação. Atualmente, existe uma pequena estação meteorológica no rio Inauini na Floresta Nacional do Purus, instalada pela Agência Nacional de Águas – ANA, que pode fornecer dados meteorológicos básicos.

#### **AÇÕES:**

- 1 - Monitoramento dos cursos e corpos d'água:
- 2 - Monitoramento das atividades de manejo dos recursos naturais
- 3 - Monitoramento das Zonas Populacionais
- 4 - Monitoramento da efetividade de implementação do Plano de Manejo

## **Ação 1 - Monitoramento dos cursos e corpos d'água**

### **Objetivos:**

- i) Monitorar parâmetros de qualidade da água;
- ii) Monitorar os parâmetros fluviométricos e pluviométricos;
- iii) Gerar informações para subsidiar ações para o tratamento da água para o consumo humano;
- iv) Avaliar os impactos das ações antrópicas (manejo de recursos naturais e ocupação humana) sobre os corpos d'água;
- v) Levantar informações sobre novas áreas possíveis para instalação de Núcleos Comunitários de Referência;
- vi) Avaliar o potencial de aproveitamento das águas pluviais para abastecimento doméstico e outros usos.

### **Atividades:**

- i) Estabelecer parcerias para a implementação do monitoramento da água;
- ii) Definir áreas para rotinas de coleta de amostras de água para análise, prioritariamente, próximos das concentrações populacionais e das atividades de manejo;
- iii) Definir locais e instalar estações fluviométricas e pluviométricas;
- iv) Capacitar a população residente para acompanhar as atividades e proceder às coletas e leituras dos dados gerados nas estações fluviométricas e pluviométricas;
- v) Estabelecer parâmetros para o monitoramento da qualidade da água que atendam os objetivos do monitoramento;
- vi) Avaliar novas áreas para ocupação humana, em função da informação consumo X quantidade/qualidade de água;
- vii) Avaliar o impacto de terraplenos de assentamentos e vias de circulação sobre a produção de sedimentos e assoreamento no Igarapé Mapiá;
- viii) Avaliar o impacto dos usos humanos sobre os aspectos estéticos, físicos, ecológicos e paisagísticos do Igarapé Mapiá e os efeitos das estratégias de controle.
- ix) Realizar experimentos controlados de captação e reservação de águas pluviais para abastecimento doméstico e outros usos.

### **Resultados Esperados:**

- i) Banco de dados sobre informações de qualidade da água e de fluviometria gerado;
- ii) Geração de informações sobre o grau de impacto causado pelas ações de manejo e de ocupação humana nos corpos d'água;
- iii) Geração de informações que indiquem novas áreas para ocupação humana, de acordo com as possibilidades hídricas;
- iv) Medidas mitigadoras de impactos ambientais detectadas sobre os corpos d'água implantadas;
- v) Propostas de usos de águas pluviais desenvolvidas.

### **Ação 2 - Monitoramento das atividades de manejo dos recursos naturais**

#### **Objetivos:**

- i) Avaliar os impactos e a sustentabilidade social, econômica e ambiental das atividades de manejo dos recursos naturais;
- ii) Subsidiar o desenvolvimento de novas técnicas de manejo;
- iii) Subsidiar tomadas de decisões necessárias à condução dos manejos.

#### **Atividades:**

- i) Estabelecer metodologias e critérios para a avaliação dos impactos e da sustentabilidade das atividades de manejo, atendendo as peculiaridades de cada modalidade;
- ii) Buscar parcerias com instituições de pesquisa para implantar ações de monitoramento;
- iii) Identificar ações impactantes e indicar sua adequação;
- iv) Desenvolver um sistema de informações e controle sobre o andamento e o desenvolvimento das atividades de manejo;
- v) Buscar e desenvolver novas técnicas de monitoramento do manejo.

### **Resultados Esperados:**

- i) Metodologias e critérios para a avaliação dos impactos de todas as atividades de manejo definidas;
- ii) Banco de dados com informações do desenvolvimento das atividades de manejo implantado;
- iii) Adequação e aperfeiçoamento das atividades de manejo;
- iv) Redução dos impactos gerados pelas atividades de manejo;
- v) Novas técnicas de monitoramento do manejo.

### **Ação 3 - Monitoramento das Zonas Populacionais**

#### **Objetivos:**

- i) Avaliar os impactos e a sustentabilidade social, econômica e ambiental das ocupações humanas e das atividades de agricultura familiar;
- ii) Subsidiar a adequação das atividades agrícolas e das ocupações humanas;
- iii) Monitorar áreas degradadas;
- iv) Avaliar os impactos do estabelecimento de moradias nas margens de rios e igarapés;
- v) Subsidiar novas alternativas de assentamentos humanos;
- vi) Monitorar o crescimento populacional;
- vii) Monitorar o desenvolvimento humano;
- viii) Avaliar o efeito de borda e fragmentação causadas pelas atividades antrópicas.

#### **Atividades:**

- i) Estabelecer metodologias e critérios para a avaliação dos impactos e da sustentabilidade das atividades agrícolas;
- ii) Identificar novas áreas para o assentamento humano, onde o impacto sobre as Áreas de Preservação Permanente seja minimizado;
- iii) Realizar um diagnóstico situacional das áreas degradadas;
- iv) Criar mecanismos para acompanhar a evolução e as ações executadas em áreas degradadas;

v) Gerar informações sobre o crescimento populacional acompanhando as taxas de natalidade, mortalidade e migração, através de censos periódicos;

vi) Estabelecer metodologias e critérios para a avaliação do desenvolvimento humano, para acompanhar as ações do Programa de Desenvolvimento Comunitário.

vii) Estabelecer formas de controle e avaliação do efeito de borda e fragmentação da floresta;

viii) Estabelecer parâmetros para monitorar e então avaliar a evolução das experiências de recuperação de áreas com SAF's.

### **Resultados Esperados:**

i) Definição de metodologias e critérios para a avaliação dos impactos de sustentabilidade da atividade de agricultura familiar;

ii) Banco de dados de informações sobre impactos da atividade de agricultura familiar e da ocupação humana gerado;

iii) Banco de dados sobre as áreas degradadas, indicando sua dinâmica e atividades desenvolvidas nas áreas gerado;

iv) Banco de dados sobre o crescimento populacional e sua dinâmica, para subsidiar as ações do Programa de Desenvolvimento Comunitário.

v) Metodologias e critérios para a avaliação do desenvolvimento humano na Zona Populacional Desenvolvida.

vi) Parâmetros para controle e minimização do efeito de borda e fragmentação com consequente perda da qualidade da floresta;

vii) Relatórios sobre a evolução das áreas reflorestadas com SAF's elaborados.

### **Ação 4 - Monitoramento da efetividade de implementação do Plano de Manejo**

#### **Objetivos:**

i) Avaliar a efetividade das ações de gestão na implementação do Plano de Manejo;

ii) Subsidiar as revisões do Plano de Manejo;

iii) Propor novas ações a serem implementadas imediatamente ou nas revisões do Plano de Manejo;

iv) Monitorar a implementação do Plano de Manejo como um todo.

**Atividades:**

- i) Estabelecer metodologias e critérios para a avaliação da efetividade da implementação do Plano de Manejo;
- ii) Identificar e propor novas ações a serem implementadas na Unidade;
- iii) Criar uma matriz com os resultados obtidos e os resultados esperados das ações de cada programa , buscando dar visibilidade às ações que precisam ser implementadas e seu grau de implementação;
- iv) Efetuar avaliações da implementação do Plano de manejo em ciclos trimestrais, anuais e quinquenais;
- v) Dar ampla divulgação das avaliações de efetividade de implementação, fazendo com que o Conselho de Gestão participe efetivamente da gestão, cobrando ações e ajudando a implementá-las.

**Resultados Esperados:**

- i) Metodologias e critérios para avaliação da efetividade da implementação do Plano de Manejo definidas e em utilização;
- ii) Proposição se for o caso, de novas ações a serem desenvolvidas na Unidade;
- iii) Ter, em 6 meses, a matriz de ações confeccionada;
- iv) Conselho de Gestão participando efetivamente da gestão da Unidade a partir da sua implantação;
- v) Avaliações de implementação sendo executadas.

**13.7. Programa de Manejo Florestal**

O Programa de Manejo Florestal visa a implantar o manejo sustentável de recursos florestais na Floresta Nacional do Purus, em escala comunitária e empresarial, respeitando-se os limites e normas das respectivas zonas de manejo. Visa ainda à regularização das atividades já em andamento nas comunidades, buscando garantir a conservação da floresta e melhoria das condições de trabalho e renda. Para se atingir esses objetivos, os trabalhos serão desenvolvidos de forma participativa, desde ações de capacitação para o manejo florestal de baixo impacto, normatização de uso dos recursos naturais, diversificação e agregação de valor à produção florestal. Além das

ações prioritárias de manejo comunitário serão definidas ações para a implementação do manejo florestal em escala empresarial a partir da definição das áreas para concessão florestal. As ações de manejo atenderão ao disposto na Lei 11.284/06, que trata da Gestão de Florestas Públicas.

Com a implementação do Programa de Manejo Florestal espera-se a valorização e conservação da floresta, formação de mão-de-obra comunitária voltadas às atividades florestais madeireiras e não madeireiras, aliada à geração de emprego e renda, em nível local e regional, melhoria da qualidade de vida dos comunitários e erradicação de atividades florestais ilegais na área da Floresta Nacional do Purus.

No contexto geral do Programa de Manejo Florestal foram identificadas as atividades abaixo relacionadas, agrupadas num Sub-Programa de Preparação para o Manejo Florestal, enquanto que ações mais específicas estão detalhadas no Subprograma de Manejo Florestal Não-madeireiro e Subprograma de Manejo Florestal Madeireiro.

### **13.7.1. Sub-Programa de Preparação para o Manejo Florestal**

#### **AÇÕES:**

- 1 – Capacitar tecnicamente comunitários e organizações comunitárias
- 2 – Realizar os inventários para determinação do potencial florestal
- 3 – Instalar parcelas permanentes para acompanhamento das atividades de manejo florestal

#### **Ação 1 - Capacitar tecnicamente comunitários e organizações comunitárias:**

##### **Objetivos:**

- i) Desenvolver nas organizações comunitárias capacidade de observação crítica para a busca de novos produtos e novas atividades produtivas;
- ii) Dotar as organizações comunitárias da Floresta Nacional de capacidade técnica e operacional para acompanhar e participar da elaboração e implementação de projetos produtivos de seu interesse;

iii) Dotar comunitários de conhecimentos técnicos mínimos, mas suficientes para participarem diretamente das atividades técnicas dos processos produtivos.

**Atividades:**

i) Incentivar a proposta e produção de novos produtos com capacidade de mercado;

ii) Capacitar as organizações comunitárias para buscar apoio e orientação na elaboração de Planos de Manejo Florestal Comunitário;

iii) Capacitar as organizações comunitárias para o acompanhamento e controle dos Planos de Manejo Florestal Comunitário;

iv) Capacitar os comunitários para participarem das atividades técnicas decorrentes do manejo florestal.

**Resultados Esperados:**

i) Organizações comunitárias capacitadas para acompanhar Planos de Manejo Florestal Comunitários, desde sua concepção até sua operacionalização;

ii) Comunitários com conhecimentos técnicos suficientes para participarem diretamente das atividades do manejo florestal.

**Ação 2 - Intensificar os inventários para determinação do potencial florestal**

**Objetivos:**

i) Determinar o potencial florestal, madeireiro e não-madeireiro, das áreas prioritárias da Floresta Nacional do Purus;

ii) Subsidiar os Editais de Licitação para concessão florestal com informações sobre o potencial florestal, conforme preconiza a Lei 11.284/06.

**Atividades:**

i) Definir o método de amostragem e a intensidade amostral ótima para a determinação do potencial madeireiro das áreas prioritárias;

ii) Definir método de amostragem para os diversos produtos florestais não-madeireiros;

iii) Priorizar os inventários nas áreas indicadas para a concessão florestal em nível comunitário e empresarial.

**Resultados Esperados:**

i) Determinação do potencial florestal das áreas prioritárias para manejo florestal comunitário e empresarial;

ii) Ter obtido informações mais exatas sobre o potencial florestal das áreas, para a elaboração de processos de controle e dos Editais de Licitação para concessão de exploração.

**Ação 3 - Instalar parcelas permanentes para acompanhamento das atividades de manejo florestal**

**Objetivos:**

i) Averiguar a sustentabilidade do manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, comunitário e empresarial, desenvolvido na Floresta Nacional do Purus;

ii) Estimar custos e retorno econômico dos manejos florestais desenvolvidos na Floresta Nacional do Purus;

iii) Obter informações para propor alterações nos procedimentos dos manejos florestais, quando necessário.

**Atividades:**

i) Buscar parcerias com instituições de ensino e pesquisa para definir o sistema ideal de parcelas permanentes para acompanhar os efeitos do manejo, sua sustentabilidade e retorno econômico, para os diferentes produtos florestais manejados, para cada uma das escalas de manejo existentes na Floresta Nacional;

ii) Buscar parcerias com instituições de ensino e pesquisa para orientar e acompanhar a instalação e medições periódicas das parcelas permanentes definidas como ideais a cada um dos produtos manejados e às modalidades de manejo existentes;

iii) Propor alterações nos procedimentos dos manejos florestais em todas as suas instâncias e modalidades, quando necessário.

**Resultados Esperados:**

- i) Definição do sistema de parcelas permanentes para os diversos produtos florestais manejados na Floresta Nacional;
- ii) Instalação das parcelas permanentes para acompanhamento das atividades de manejo;
- iii) Análise crítica das atividades dos manejos florestais em sua mais ampla abrangência;
- iv) Alterar ou suspender quaisquer atividades ou procedimentos dos manejos florestais que se mostrarem inadequados à proposta básica de sustentabilidade mínima, tanto ambiental quanto econômica.

**13.7.2. Subprograma de Manejo Florestal Não-Madeireiro.**

**AÇÕES**

- 1 - Controlar a produção do sacramento Santo Daime
- 2 - Implementar um banco de sementes e mudas florestais
- 3 - Apoiar e incentivar a agregação de valor aos produtos florestais não-madeireiros:
- 4 - Identificar novos produtos florestais não-madeireiros com potencial de comercialização e uso:
- 5 - Apoiar e incentivar iniciativas de manejo sustentável da Castanha do Brasil
- 6 - Intensificar a produção de látex de seringa
- 7 - Diversificar a produção florestal não madeireira como potencial fonte geradora de renda

**Ação 1 - Controlar a produção do sacramento Santo Daime**

**Objetivo:**

- i) Acompanhar a produção do sacramento Santo Daime na Floresta Nacional, garantindo sua sustentabilidade ambiental e a legalidade da exploração.

**Atividades:**

- i) Estabelecer, juntamente com a ICEFLU e IDA o sistema de controle da produção do Santo Daime na Floresta Nacional;

- ii) Recolher relatórios trimestrais da produção de Santo Daime;
- iii) Elaborar projeto de reposição florestal da lenha utilizada na produção do Santo Daime e implementar.

**Resultados Esperados:**

- i) Produção de Santo Daime na Floresta Nacional controlada;
- ii) Reposição de estoques de lenha assegurada.

**Ação 2 - Implementar um banco de sementes e mudas florestais**

**Objetivo**

- i) Estruturar sistema de coleta, manejo, conservação e distribuição de sementes florestais para uso agroflorestal e comercial;
- ii) Desenvolver hortos florestais e viveiros de mudas.

**Atividades:**

- i) Desenvolver projeto de banco de sementes e mudas;
- ii) Articular com instituições parceiras para captação de recursos;
- iii) Capacitar comunitários para coleta e manejo de sementes;
- iv) Implantar infra-estrutura e implementar execução;
- v) Articular com instituições e redes de sementes para intercâmbio e comercialização;
- vi) Ativar, ampliar e multiplicar viveiros comunitários e familiares;
- vii) Difundir sementes e mudas florestais entre agricultores familiares para a composição de sistemas agroflorestais familiares, com alta diversidade biológica e de produção como alternativa para os sistemas agropastoris tradicionais.

**Resultados Esperados:**

- i) Sistema de coleta, manejo, conservação, distribuição e comercialização de sementes implantado e operante;
- ii) Sistemas Agroflorestais com ampla diversidade cultural difundidos entre as populações residentes;
- iii) Alternativas de rendas geradas na Floresta Nacional.

### **Ação 3 - Apoiar e incentivar a agregação de valor aos produtos florestais não-madeireiros**

#### **Objetivos:**

- i) Agregar valor aos produtos florestais não madeireiros da Floresta Nacional do Purus;
- ii) Implementar infra-estrutura básica para o beneficiamento e elaboração de produtos acabados na área de artesanato, artefatos, óleos e resinas;
- iii) Implantar sistema eficiente de comercialização e distribuição dos produtos desenvolvidos na área da FLORESTA NACIONAL.

#### **Atividades:**

- i) Apoiar e buscar parcerias para identificação e realização de estudo de mercado para produtos de artesanato, artefatos, óleos, resinas, medicamentos, cosméticos, etc., com potencial de produção e mercado;
- ii) Apoiar e buscar parcerias para capacitação de comunitários em artesanato, pré-beneficiamento e beneficiamento de óleos, resinas, etc.;
- iii) Apoiar e buscar parcerias para instalação de infra-estrutura comunitária para a produção de artesanato, pré-beneficiamento e beneficiamento de óleos e resinas;
- iv) Apoiar o desenvolvimento de projetos de beneficiamento de produtos florestais não-madeireiros na Floresta Nacional do Purus;
- v) Buscar parcerias para a distribuição e comercialização dos produtos originados na FLORESTA NACIONAL.

#### **Resultados Esperados:**

- i) Levantamento de produtos não-madeireiros com potencial de mercado;
- ii) Diversificação da produção comunitária de produtos não-madeireiros e como consequência;
- iii) Incrementada a renda dos comunitários envolvidos na produção de produtos não-madeireiros;
- iii) Implantação da infra-estrutura básica para a produção de artesanato, artefatos e beneficiamento de óleos, resinas, produtos medicinais, etc.;

iv) Distribuição e comercialização dos produtos de forma eficiente e economicamente compensatória.

#### **Ação 4 - Identificar novos produtos florestais não-madeireiros com potencial de comercialização e uso**

##### **Objetivos:**

- i) Desenvolver novos produtos de origem não madeireira junto às comunidades;
- ii) Identificar produtos não-madeireiros que atualmente não possuem mercado estabelecido, mas que apresentem potencial de comercialização e uso comunitário.

##### **Atividades:**

- i) Apoiar e desenvolver pesquisas para a identificação e estudo de viabilidade de manejo, beneficiamento e comercialização de novos produtos florestais não madeireiros;
- ii) Incentivar a diversificação da produção de produtos de origem não madeireira na comunidade;
- ii) Apoiar pesquisas sobre a viabilidade de manejo e comercialização de plantas com potencial ornamental, identificadas no levantamento florístico;
- iii) Estudar a viabilidade de aproveitamento de matéria-prima nas áreas de produção florestal madeireira, nas fases pré e pós-exploratórias.

##### **Resultados Esperados:**

- i) Novos produtos não-madeireiros identificados e sendo trabalhados;
- ii) Produtos tradicionais, pouco conhecidos e outros completamente novos, colocados no mercado de forma competitiva;
- iii) Máximo aproveitamento da matéria-prima das áreas de exploração.

#### **Ação 5. Apoiar e incentivar iniciativas de manejo sustentável da Castanha do Brasil**

##### **Objetivos:**

- i) Garantir a sustentabilidade do manejo da castanha;

- ii) Melhoria da qualidade do produto e agregação de valor;
- iii) Apoiar iniciativas já existentes;
- iv) Aumentar a produção de castanha na área da FLORESTA NACIONAL.

**Atividades:**

- i) Identificar junto às comunidades as áreas com maior potencial produtivo para manejo;
- ii) Incentivar e melhorar as atividades desenvolvidas pela COOPERAR;
- iii) Buscar parcerias para a capacitação de extrativistas em técnicas de manejo de castanha e para a melhoria da qualidade da produção;
- iv) Identificar produtos à base de castanha, que possam ser elaborados e comercializados pelos comunitários;
- v) Normatizar o manejo de castanha em conjunto com extrativistas, parceiros e instituições de pesquisa;
- vi) Incentivar a produção e plantio de mudas de castanha (outras espécies também) em enriquecimento, recuperação de áreas degradadas e áreas em pousio.

**Resultados Esperados:**

- i) Normatização do manejo de castanha na Floresta Nacional do Purus;
- ii) Capacitação dos comunitários envolvidos com a atividade;
- iii) Melhoria da qualidade da produção de castanhas;
- iv) Mapeamento detalhado das áreas de coleta de castanha na Zona Populacional e na Zona de Uso Comunitário;
- v) Fortalecimento das atividades da COOPERAR;
- vi) Aumentar a quantidade de castanheiras para produção.

**Ação 6 - Intensificar a produção de látex de seringa**

**Objetivos:**

- i) Incentivar e fortalecer a produção de borracha natural;
- ii) Apoiar iniciativas para produção de artefatos manufaturados de borracha.
- iii) Buscar novos mercados para produtos de látex.

**Atividades:**

- i) Buscar e desenvolver usos alternativos para a borracha e látex;
- ii) Fazer pesquisa de mercado para produtos oriundos do látex;
- iii) Apoiar, fortalecer e fomentar projetos que façam uso alternativo da borracha;
- iv) Capacitar os comunitários para a produção de artefatos manufaturados e de outros usos alternativos para a borracha;
- v) Realizar intercâmbio com outras iniciativas com borracha existentes na região.

**Resultados Esperados:**

- i) Estudos de mercado e desenvolvimento de novos produtos de borracha;
- ii) Novos produtos utilizando matéria prima de látex da seringueira;
- iii) Retomada da produção de borracha na Floresta Nacional, entorno e região.

**Ação 7. Diversificar a produção florestal não madeireira como potencial fonte geradora de renda**

**Objetivos:**

- i) Incentivar o desenvolvimento de novos produtos não madeireiros;
- ii) Diversificar a gama de produtos florestais não-madeireiros comercializados pelos extrativistas;
- iii) Desenvolver e implementar técnicas de manejo para os diversos produtos;
- iv) Realizar estudos de mercado para viabilizar a comercialização de óleos, resinas, fibras e frutos.

**Atividades:**

- i) Buscar parcerias para promover o manejo e comercialização de sementes para produção de artesanato;
- ii) Buscar parcerias para promover o manejo, utilização e comercialização de sementes para fins de reprodução de espécies florestais;
- iii) Realizar Estudo de viabilidade de produção e comercialização de sementes para viveiros, em função da riqueza de espécies florestais de interesse econômico, para suprir a demanda por mudas de espécies nativas;

iv) Buscar parcerias para promover o manejo e comercialização de óleos e resinas para fins comestíveis, medicinais e cosméticos, utilizados tradicionalmente pelas comunidades e esporadicamente comercializados;

v) Buscar parcerias para desenvolver pesquisas que subsidiem o manejo das espécies não-madeireiras de interesse;

vi) Normatizar de forma participativa o manejo dos diversos produtos florestais não-madeireiros produzidos na Floresta Nacional do Purus.

### **Resultados Esperados:**

i) Novos produtos não madeireiros desenvolvidos e colocados no mercado em condições competitivas;

ii) Incremento da quantidade de produtos comercializados e utilizados pelas comunidades residentes na Floresta Nacional do Purus;

iii) Processo de normatização dos produtos implantado.

### **13.7.3. Subprograma de Manejo Florestal Madeireiro**

#### **AÇÕES:**

1 - Implantar, implementar e aprimorar o Manejo Florestal Madeireiro Sustentável

Comunitário

2 - Agregação de valor aos produtos florestais madeireiros

3 - Implantar o Manejo Florestal Madeireiro em escala empresarial na Floresta Nacional do Purus

#### **Ação 1 - Implantar, implementar e aprimorar o Manejo Florestal Madeireiro Sustentável Comunitário**

#### **Objetivos:**

i) Introduzir técnicas de manejo florestal de baixo impacto;

ii) Garantir a sustentabilidade econômica e ambiental do Manejo Florestal Madeireiro Comunitário;

iii) Estimular a produção e comercialização de produtos madeireiros e a prestação de serviços nas atividades em manejo florestal como mais uma alternativa de incremento de renda.

**Atividades:**

i) Apoiar e fortalecer as Organizações Comunitárias para a implementação do manejo florestal comunitário;

ii) Apoiar e buscar parcerias para capacitação de comunitários em técnicas de manejo florestal de baixo impacto;

iii) Realizar estudos detalhados das Zonas de Uso Comunitário e Zona Populacional, identificando as áreas potenciais para implantação de manejo madeireiro;

iv) Realizar o inventário florestal à 100% das áreas indicadas para o manejo madeireiro.

**Resultados Esperados:**

i) Organizações Comunitárias fortalecidas e conduzindo as atividades de manejo florestal madeireiro;

ii) Comunitários capacitados em práticas de manejo florestal de baixo impacto;

iii) Definição das áreas para implantação de manejo florestal madeireiro;

iv) Atividades de exploração e comercialização planejadas detalhadamente.

**Ação 2 - Agregação de valor aos produtos florestais madeireiros:**

**Objetivos:**

i) Agregar valor aos produtos florestais madeireiros da Floresta Nacional do Purus;

ii) Implementar infra-estrutura básica para o beneficiamento e elaboração de produtos manufaturados.

**Atividades:**

i) Apoiar e buscar parcerias para realizar estudo de mercado para identificação e desenvolvimento de produtos madeireiros com potencial para a comercialização;

ii) Apoiar e buscar parcerias para capacitação de comunitários para a melhoria da qualidade dos produtos artesanais na Floresta Nacional do Purus;

iii) Apoiar e buscar parcerias para instalação de infra-estrutura comunitária para a produção de artesanato bem como o pré-beneficiamento e beneficiamento de produtos madeireiros;

iv) Apoiar e incentivar concessionárias para instalação de infra-estrutura para beneficiamento da produção madeireira no interior da Floresta Nacional do Purus;

v) Buscar parcerias para o desenvolvimento de produtos, com a madeira como matéria-prima, diversificando a produção.

### **Resultados Esperados:**

i) Mão-de-obra capacitada na produção artesanal de qualidade;

ii) Realizado estudo de mercado para produtos madeireiros com potencial para comercialização;

iii) Novos produtos identificados e desenvolvidos;

iv) Produção comunitária de produtos madeireiros diversificada, com incremento da renda dos envolvidos;

v) Infra-estrutura básica instalada para o beneficiamento e produção de produtos madeireiros artesanais e beneficiados.

### **Ação 3 - Implantar o Manejo Florestal Madeireiro em escala empresarial na Floresta Nacional do Purus**

#### **Objetivos:**

i) Iniciar o processo de Concessão Florestal Empresarial, conforme determinado pela Lei 11.284/2006;

ii) Identificar e buscar interessados em candidatar-se à concessão florestal na Unidade;

iii) Impor o manejo florestal de baixo impacto como padrão de exploração florestal na Floresta Nacional do Purus;

iv) Difundir práticas de manejo florestal sustentável madeireiro na região.

#### **Atividades:**

i) Definir as áreas prioritárias para a concessão florestal nas Zonas de Manejo Florestal (ZMF) e Zona de Manejo Florestal e Faunístico (ZMFF), com base nos dados

relativos à intensificação dos levantamentos na Floresta Nacional do Purus e facilidade de acesso;

ii) Apoiar, fortalecer e capacitar as Organizações Comunitárias para participar dos editais de licitação de concessão florestal;

iii) Apoiar e incentivar o fortalecimento das empresas locais e regionais para participar dos editais de licitação de concessão florestal;

iv) Realizar seminários sobre a concessão florestal e manejo sustentável madeireiro destinados às organizações comunitárias, a classe empresarial dos municípios vizinhos e seus governantes;

v) Capacitar mão-de-obra comunitária para contratação pelas concessionárias, em todas as atividades do manejo florestal sustentável em escala empresarial.

### **Resultados Esperados:**

i) Definidas as áreas prioritárias para Concessão Florestal Empresarial;

ii) Organizações Comunitárias e empresas locais e regionais com condições de participar do processo de Concessão Florestal;

iii) Ter divulgado as formas de acesso aos recursos florestais da Floresta Nacional do Purus.

iv) Comunitários capacitados para contratação pelas empresas concessionárias do manejo florestal empresarial.

## **13.8. Programa de Manejo e Criação de Fauna Silvestre**

Numa Unidade de Conservação de Uso Sustentável habitada, a questão da segurança alimentar das populações residentes torna-se um aspecto crucial. Especialmente no tocante à produção de proteínas, está presente na Floresta Nacional do Purus, uma tendência cultural bastante difundida na região, que é a pecuária extensiva. Associa-se a ela um padrão de ocupação do solo que é incompatível com a manutenção de uma Unidade de Conservação - na medida em que exige a conversão de extensas áreas de floresta em pastagens. É necessário, portanto, o desenvolvimento de fontes de proteínas alternativas ao gado, capazes de substituir a pecuária tradicional por novas práticas sustentáveis, compatíveis com o bioma florestal. Entre essas alternativas se incluem de forma prioritária o manejo de fauna e

a criação de animais silvestres. Todas as experiências de produção de proteínas para alimentação humana compatível com o bioma amazônico que obtiverem sucesso localmente poderão ser difundidas, posteriormente, para outros locais da região.

Por outro lado, a presença de populações locais na Amazônia, que tradicionalmente utilizam o recurso faunístico como fonte de proteínas, gera a necessidade de que sejam adotadas medidas que visem a garantir a sustentabilidade do manejo e a conservação das espécies utilizadas, muitas vezes de forma desordenada e predatória, bem como a preservação de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção, com base nos resultados da pesquisa científica.

Há ainda a possibilidade de geração de renda através da adoção de práticas de manejo e da criação de espécies com valor de mercado, aliada com alternativas de turismo de observação, como os observadores de pássaros (birdwatchers), que podem trazer benefícios às comunidades e uma mudança de paradigma das mesmas com relação à utilização dos recursos faunísticos.

Para que sejam alcançados os objetivos gerais do programa foram identificadas as seguintes ações:

#### **AÇÕES:**

- 1 - Incentivar e apoiar a criação e manejo das espécies da fauna utilizadas pela população local.
- 2 - Utilização indireta da fauna, por meio de observação e venda de imagens para documentários, vídeos, reportagens, entre outros.
- 3 - Manejo e criação de abelhas nativas
- 4 - Preservação de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção

#### **Ação 1 - Incentivar e apoiar a criação e manejo das espécies da fauna utilizadas pela população local**

##### **Objetivos:**

- i) Garantir o suprimento de proteína animal para segurança alimentar da população local, considerando os padrões culturais existentes e a sustentabilidade ecológica;

- ii) Possibilitar a geração de renda através do manejo de fauna;
- iii) Garantir a qualificação dos comunitários para o levantamento de fauna, bem como para a criação e manejo adequado do recurso faunístico;
- iv) Garantir a proteção do conhecimento tradicional em relação aos recursos faunísticos;  
Gerar subsídios técnicos e científicos para criação e manejo sustentável do recurso faunístico;
- v) Garantir o repovoamento dos ambientes naturais sob forte pressão de caça;
- vi) Apoiar projetos de manejo e criação em cativeiro de espécies com alto potencial de uso alimentar e comercial;
- vii) Conscientizar a população sobre práticas ilegais ou não recomendáveis em relação ao abate de animais.
- viii) Conservar e manejar espécies animais, com ênfase à herpetofauna, que sofre alto impacto devido à caça predatória e à coleta de ovos;
- ix) Gerar dados e informações sobre manejo e criação de espécies da fauna local.

**Atividades:**

- i) Elaborar diagnóstico situacional da utilização dos recursos faunísticos com interesse econômico e para a subsistência;
- ii) Estabelecer mecanismos de monitoramento e controle da atividade de caça, considerando prioritariamente as seguintes informações: animais abatidos, peso corporal, espécies identificadas, período adequado, objetivo da caça e estimativa de consumo;
- iii) Estabelecer mecanismos de planejamento da atividade de caça;
- iv) Desenvolver pesquisas para avaliar os impactos gerados pela caça que subsidiem a proposição de medidas para garantir a sustentabilidade dos recursos faunísticos.
- v) Realizar estudos sobre o conhecimento tradicional em relação aos tipos de usos e acesso aos recursos faunísticos;
- vi) Realizar pesquisas para fornecer subsídios para o manejo das espécies utilizadas e outras espécies conhecidas;

- vii) Realizar pesquisas para incluir espécies vegetais locais que possam ser utilizadas para alimentação das espécies em cativeiro;
- viii) Definir e estabelecer locais e modelos adequados de infra-estrutura para os criadouros;
- ix) Identificar as espécies com maior potencial para criação em cativeiro;
- x) Levantar subsídios para criação em cativeiro de espécies com alto potencial para geração de proteína animal, especialmente tracajá (*Podocnemis unifilis*), tartaruga (*P. expansa*), jabuti-tinga (*Geochelone denticulata*) e jacaré-tinga (*Cayman crocodilus*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), porquinho (*Tayassu tajacu*), queixada (*Tayassu pecari*), paca (*Agouti paca*), etc.;
- xi) Realizar solturas de filhotes e indivíduos jovens na natureza para repovoamento;
- xii) Capacitar a comunidade local para participar das atividades de pesquisas e para a criação e manejo de fauna;
- xiii) Articular parcerias para o alcance dos objetivos propostos, principalmente com instituições de ensino, pesquisa e extensão e fontes de recursos;
- xiv) Fazer visitas de intercâmbio com os comunitários em outras áreas onde se desenvolvam estas atividades;
- xv) Buscar técnicas adequadas para o manejo e exploração sustentada do recurso faunístico;
- xvi) Desenvolver projetos de manejo e criação em cativeiro de espécies com potencial de uso alimentar e comercial;
- xvii) Promover pesquisas sobre desenvolvimento, alimentação, comportamento e reprodução das espécies de herpetofauna, avifauna e mastofauna em cativeiro e em ambiente natural;
- xviii) Realizar campanhas educacionais para a divulgação de condutas adequadas e legais relacionadas ao abate de animais.

**Resultados Esperados:**

- i) Melhoria do suprimento de proteína animal e da segurança alimentar da população residente;
- ii) Banco de dados das espécies utilizadas para subsidiar o adequado manejo de caça implantado;

- iii) Pessoal capacitado e atuante da própria comunidade para ações de pesquisa e para o efetivo manejo e criação de espécies da fauna;
- iv) Projetos de manejo e de criadouros de animais silvestres desenvolvidos;
- v) Melhoria da renda da população local;
- vi) Ter garantida a sustentabilidade do uso dos recursos faunísticos;
- vii) Ter banco de matrizes para reprodução em cativeiro e repovoamento;
- viii) Pesquisa sobre manejo de fauna intensificada;
- ix) Ter um sistema de controle e monitoramento das desovas em cativeiro e naturais;
- x) Comercialização legal dessas espécies manejadas e criadas em cativeiro.
- xi) População conscientizada sobre condutas adequadas e inadequadas com relação à conservação e manejo da fauna.

## **Ação 2 - Utilização indireta da fauna, por meio de observação e venda de imagens para documentários, vídeos, reportagens, entre outros**

### **Objetivos:**

- i) Gerar alternativas de emprego e renda;
- ii) Promover a observação de espécies da fauna, principalmente aves e mamíferos, em locais específicos como barreiros, lagos, igarapés e ao longo de trilhas;
- iii) Promover o turismo ecológico para observação de espécies-chave para a divulgação e popularização das questões conservacionistas entre visitantes e moradores.

### **Atividades:**

- i) Estabelecer critérios relacionados à fauna para o turismo ecológico local em conjunto com as comunidades residentes;
- ii) Identificar e mapear locais mais apropriados para a prática das atividades de utilização indireta da fauna;
- iii) Estabelecer trilhas para observação da fauna silvestre local;
- iv) Capacitar moradores e os Agentes Ambientais Voluntários para atuarem como guias no acompanhamento de visitantes que realizem as observações da fauna local;

v) Elaborar catálogos e material promocional para divulgação das potencialidades da Unidade;

vii) Identificar espécies que possam ser atrativas para observação e para a promoção da Unidade.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter material promocional produzido e distribuído;
- ii) Ter áreas identificadas, estabelecidas e demarcadas para observação da fauna;
- iii) Comunitários capacitados para acompanhamento e operação dos serviços turísticos;
- iv) Ter a atividade estabelecida como uma fonte alternativa de emprego e renda.

**Ação 3 - Manejo e criação de abelhas nativas**

**Objetivos:**

- i) Diversificar as fontes alimentícias das populações locais;
- ii) Diversificar a produção e aumentar as possibilidades de geração de emprego e renda.

**Atividades:**

- i) Realizar estudos que subsidiem o manejo e criação de abelhas nativas;
- ii) Incentivar os moradores para o uso dos produtos como fonte de alimento;
- iii) Capacitar moradores interessados para criação de abelhas nativas;
- iv) Promover a divulgação da produção de mel de abelhas nativas;
- v) Efetuar estudos de mercado, identificando suas potencialidades e fragilidades.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter grupos de comunitários manejando e/ou criando abelhas nativas;
- ii) Ter melhorado e diversificado as fontes alimentícias das populações locais;

iii) Geração renda, a partir da comercialização dos produtos oriundos de abelhas nativas.

#### **Ação 4 - Preservação de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção**

##### **Objetivos:**

- i) Garantir a preservação de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção nas áreas de domínio da Floresta Nacional;
- ii) Envolver a comunidade local nas ações de preservação das espécies;
- iii) Estabelecer mecanismos para redução do grau de ameaça das espécies na Floresta Nacional.
- iv) Valorizar as espécies raras através de atividades de turismo de observação.

##### **Atividades:**

- i) Ampliar estudos para identificação e catalogação de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção que ocorram na Floresta Nacional;
- ii) Definir estratégias para a preservação das espécies identificadas;
- iii) Sensibilizar as comunidades locais sobre a importância de preservação das espécies;
- iv) Buscar parcerias para a implementação de projetos que visem a preservação destas espécies.
- v) Estruturar sistema de controle conservacionista da presença nas Zonas Populacionais de espécies que possam representar perigo aos moradores.

##### **Resultados Esperados:**

- i) Redução dos riscos de extinção de espécies identificadas nas áreas de domínio da Floresta Nacional;
- ii) Participação da população local nas ações de preservação de espécies da fauna;
- iii) Redução da pressão de caça sobre as espécies raras e/ou ameaçadas de extinção.

### **13.9. Programa de Manejo de Pesca e Aquicultura**

A pesca é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte. É comumente desenvolvida por pescadores ribeirinhos e destinada à sua alimentação e à de seus familiares. Quando bem-sucedida, parte da produção pode ser vendida a intermediários ou em feiras das vilas mais próximas. Trata-se de uma atividade difusa, praticada por milhares de pessoas e, por isso, sua produção é difícil de ser quantificada. É também muito expressiva do ponto de vista cultural, por ser uma atividade comumente praticada por gente de ambos os sexos e de todas as idades e categorias sociais. Na Unidade essa atividade artesanal está concentrada nas espécies que dependem de reprodução em rios e lagos da região. É uma pesca de pequena escala, sem controle efetivo que eventualmente pode incluir práticas predatórias.

Por outro lado, constata-se que um dos maiores fatores de agressão ao ambiente da Floresta Nacional do Purus é a penetração de barcos pesqueiros que frequentemente se utilizam de práticas predatórias, especialmente no Rio Inauini e foz do Igarapé Mapiá comprometendo os estoques de pescado.

Tudo isso tem colaborado para gerar uma série de lacunas existentes nas informações que norteiam a evolução da atividade, dificultando a obtenção de dados que permitam subsidiar o manejo dos recursos. Além disso, cabe ressaltar a escassez de pesquisas o que não viabiliza instrumentos efetivos para o manejo da atividade.

As situações relacionadas ao recurso pesqueiro estão geralmente associadas ao uso coletivo desse recurso por grupos organizados ou não. Atualmente são desenvolvidas regras de utilização visando ao seu controle e conservação. Essas regras vêm sendo construídas de forma participativa a cada caso através de Acordos de Pesca abrangendo locais específicos, baseando-se no conhecimento regional das comunidades envolvidas sobre a dinâmica dos ecossistemas e das espécies associadas.

Especificamente com relação à Vila Céu do Mapiá, que constitui um núcleo populacional expressivo, a questão de abastecimento de proteínas é especialmente importante. Situando-se próxima às cabeceiras do Igarapé Mapiá, o recurso pesqueiro

é naturalmente insuficiente para atender à demanda da população. Em razão disso, torna-se imperativo investir na aquicultura como fonte de proteína alternativa às tendências presentes nessa comunidade de buscar abastecimento protéico através de criações de gado, geralmente incompatíveis com os objetivos da Unidade.

Na Floresta Nacional do Purus as ações devem ser desenvolvidas visando ao ordenamento pesqueiro na exploração dos ambientes naturais, bem como na promoção e desenvolvimento da aquicultura, como forma de redução da pressão de pesca e na melhoria do suprimento de pescado para a população local, possibilitando, concomitantemente, um incremento na composição da renda familiar.

### **AÇÕES:**

- 1 - Realizar o ordenamento dos recursos pesqueiros
- 2 - Incentivar e apoiar a aquicultura e o manejo de espécies da ictiofauna

### **Ação 1 - Realizar o ordenamento dos recursos pesqueiros**

#### **Objetivos:**

- i) Estabelecer critérios e normas para o acesso e uso dos recursos pesqueiros;
- ii) Promover e incentivar os Acordos de Pesca;
- iii) Garantir a sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros;
- iv) Proporcionar o aproveitamento múltiplo de espécies;
- v) Implementar estratégias de recomposição dos estoques pesqueiros naturais;
- vi) Diminuir os conflitos relacionados à atividade pesqueira;
- vii) Combater a pesca predatória.

#### **Atividades:**

- i) Desenvolver estudos que subsidiem o manejo de espécies da ictiofauna, incluindo espécies com potencial ornamental;
- ii) Elaborar diagnóstico situacional dos recursos pesqueiros no Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência);
- iii) Efetuar estudos para o ordenamento pesqueiro no Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência);

- iv) Elaborar um conjunto de normas juntamente com a comunidade para o exercício da atividade pesqueira;
- v) Promover Acordos de Pesca;
- vi) Efetuar mapeamento dos ambientes aquáticos e das áreas de várzea no Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência);
- vii) Enriquecimento das áreas de várzea com espécies florestais que forneçam alimentação para a ictiofauna;
- viii) Realizar intercâmbios com experiências exitosas para implementação dos Acordos de Pesca;
- ix) Estabelecer mecanismos de monitoramento e controle da atividade pesqueira;
- x) Realizar cadastro dos moradores que desenvolvem atividades relacionadas à pesca no Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência);
- xi) Promover a fiscalização adequada do cumprimento das normas estabelecidas.

**Resultados esperados:**

- i) Populações residentes e do entorno capacitadas para a utilização sustentada dos recursos pesqueiros da Unidade;
- ii) Estoques naturais dos recursos pesqueiros recuperados;
- iii) Ordenamento pesqueiro da bacia do rio Inauini implementado;
- iv) Ter diminuído os conflitos entre as comunidades.

**Ação 2 - Incentivar e apoiar a aquicultura e o manejo de espécies da ictiofauna**

**Objetivos:**

- i) Garantir o suprimento de pescado na alimentação da população local, considerando os padrões culturais existentes;
- ii) Possibilitar a geração de renda através da aquicultura e o manejo da ictiofauna;
- iii) Garantir a sustentabilidade do uso do recurso pesqueiro;

- iv) Garantir a qualificação dos comunitários para realização dos estudos de ictiofauna, bem como para criação e manejo adequado do recurso pesqueiro;
- v) Garantir a proteção do conhecimento tradicional em relação aos recursos pesqueiros;
- vi) Gerar subsídios técnicos e científicos para criação e manejo sustentável do recurso pesqueiro;
- vii) Apoiar a elaboração de projetos de aquicultura na Floresta Nacional do Purus.

**Atividades:**

- i) Elaborar projetos específicos, com a participação dos comunitários, para o manejo de lagos;
- ii) Promover cursos de capacitação em aquicultura com ênfase na criação de espécies utilizadas para consumo, comercialização e ornamentação;
- iii) Efetuar estudos para avaliar os impactos da aquicultura;
- iv) Elaborar diagnóstico das populações de pirarucu (*Arapaima gigas*), visando o estabelecimento de técnicas de manejo comercial da espécie;
- v) Realizar estudos etnoictiológicos visando a identificação de espécies utilizadas pela comunidade local para gerar subsídio ao manejo e criação dessas espécies;
- vi) Envolver a comunidade na criação das espécies e atividades de manejo;
- vii) Estabelecer mecanismos de planejamento da atividade de pesca;
- viii) Identificar as espécies com maior potencial para aquicultura;
- ix) Articular parcerias para o alcance dos objetivos propostos, principalmente com instituições de ensino, pesquisa, extensão e fontes de recursos;
- x) Levantar possibilidade de reativar os criadouros (açudes) já existentes na Unidade;
- xi) Desenvolver estudos para viabilizar a implementação de criadouros comunitários nos bairros;
- xii) Desenvolver estudos para definir quais os modelos de criadouros compatíveis com a Unidade.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter pessoal capacitado para realizar as ações de pesquisa, o manejo e criação de peixes destinados à alimentação, comercialização e ornamentação;
- ii) Redução da pressão da atividade de pesca sobre os estoques naturais;
- iii) Ter melhorado o suprimento de pescado para as comunidades residentes na Floresta Nacional;
- iv) Banco de dados contendo informações das espécies utilizadas para subsidiar a aquicultura e o adequado manejo de pesca;
- v) Ter implementado projetos de aquicultura e manejo de pesca na Floresta Nacional do Purus;
- vi) Ter garantido a sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros;
- vii) Ter estabelecido parcerias para desenvolvimentos das atividades;
- viii) Ter reativado os açudes existentes;
- ix) Ter definido modelos de criadouros;
- x) Ter implantado açudes comunitários;
- xi) Ter identificado espécies potenciais para criação.

**13.10. Programa de Desenvolvimento Comunitário**

A Floresta Nacional do Purus apresenta um viés marcadamente populacional e, nesse sentido, o Programa de Desenvolvimento Comunitário torna-se estratégico no equacionamento das relações entre o homem e a natureza na Unidade, estruturando a política referente à melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes, focalizando aspectos como educação, saúde, geração de rendas, energia, saneamento, transportes, cultura, ordenamento territorial, etc., numa perspectiva de autossustentabilidade inovadora na Amazônia.

A Floresta Nacional do Purus tem quase 50% de sua área definidos como Zonas Populacionais ou de Uso Comunitário. Neste Plano de Manejo, essas áreas são consideradas como um *Laboratório Socioambiental*, estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. A missão deste Laboratório Socioambiental, dentro do SNUC, é gerar matrizes para políticas públicas de sustentabilidade e desenvolvimento humano no interior da Amazônia. Nesse sentido, estruturando atividades de desenvolvimento humano na perspectiva da

autossustentabilidade, o Programa de Desenvolvimento Comunitário torna-se um balão de ensaio privilegiado para experimentação de novas formas de ocupação sustentável da Amazônia e instrumentalizando a própria Política Nacional de Meio Ambiente através de experiências-piloto, que poderão se tornar matrizes de sustentabilidade no bioma Amazônia.

As populações residentes deverão contar com o apoio institucional do ICMBio e demais parcerias (governamentais, ou não governamentais), conforme as necessidades de cada ação, atividade, ou obra de desenvolvimento comunitário a ser implementada. Isto inclui o apoio das instituições para a instalação de toda a infraestrutura necessária à melhoria da qualidade de vida e ao bem-estar das populações, tais como equipamentos sociais de geração e distribuição de energia elétrica, acessos viários, abastecimento de água, estruturas para beneficiamento de produtos locais, etc. - considerando-se sempre a necessária mitigação dos impactos ambientais potencialmente gerados, assim como a também necessária compatibilização com as demais diretrizes deste Plano de Manejo, que pressupõe o respeito aos critérios legais de licenciamento vigentes. Esta consideração também inclui o reconhecimento, pelas instituições governamentais competentes, em todos os processos legais necessários para as ações de desenvolvimento comunitário, no que diz respeito, especificamente, ao entendimento sobre o direito de uso de áreas – terrenos - da Floresta Nacional do Purus. Deverão ser considerados os substitutivos à cessão formal de áreas e posses, enquanto não for possível formalizar a dominialidade do território da Floresta Nacional em nome do ICMBio (em razão da lentidão própria do processo de regularização fundiária de uma extensão de 256.000 ha do território nacional). Dessa forma as instituições governamentais competentes devem reconhecer, juntamente com o próprio ICMBio, através deste Plano de Manejo e sua Gerência, ainda que com documentações provisórias, os direitos de uso dos terrenos nos quais se localizam sedes de entidades da sociedade civil estabelecidas na Unidade, ou até moradores individuais, de modo a não obstruir o acesso das comunidades residentes a financiamentos, a autorizações fiscais e a serviços públicos diversos. Da mesma forma, também especificamente, as instituições governamentais competentes (enquanto não se processa a plena regularização fundiária desta Unidade de Conservação em nome do ICMBio), devem conceder autorizações precárias para instalação de equipamentos de utilidade pública, sejam públicos, sejam privados, considerados, no âmbito deste Programa de Desenvolvimento Comunitário, como necessários para a melhoria da

qualidade de vida da população - sejam equipamentos para geração de energia, abastecimento de água, comunicação, geração de rendas, etc. -, desde que devidamente acompanhados pela Gerência desta Unidade de Conservação, avaliando a compatibilidade de cada empreendimento com as demais diretrizes deste Plano de Manejo.

O Programa de Desenvolvimento Comunitário integra-se intimamente com o de Gestão Participativa. O planejamento participativo, com apoio das instituições parceiras, governamentais e não-governamentais, permitirá que os moradores se tornem cada vez mais sujeitos do seu próprio desenvolvimento comunitário, organizando-se a pauta de demandas e ações através dos Conselhos Comunitários e da Agenda comum da Floresta Nacional, buscando apoio na confecção, viabilização e implantação de projetos através da Câmara de Integração Técnico-Institucional. O Programa de Gestão Participativa orienta o de Desenvolvimento Comunitário; o Programa de Desenvolvimento Comunitário materializa resultados do de Gestão Participativa.

Cada Zona Populacional da Floresta Nacional apresenta características socioculturais específicas, determinando que o Programa de Desenvolvimento Comunitário assuma feições diferenciadas em cada área. A estruturação do Programa obedecerá a essa condição da realidade, configurada no Zoneamento. Assim, Programa de Desenvolvimento Comunitário será implementado através de dez Subprogramas agrupados por Zonas Populacionais, como se especifica a seguir.

(a) Zonas Populacionais do Mapiá (ZP 2 e ZP3):

1. Subprograma de Reativação do PDC

(b) Zona Populacional do Rio Inauini (ZP1):

2. Subprograma de Produção e Geração de Renda
3. Subprograma de Educação
4. Subprograma de Saúde e Saneamento Básico
5. Subprograma de Transporte
6. Subprograma de Melhoria do Padrão Alimentar
7. Subprograma de Promoção da Cultura

8. Subprograma Apoio a Organização Comunitária
9. Subprograma de Infra-estrutura Comunitária

(C) Zona Populacional do Rio Purus (ZP4):

10. Subprograma de Desenvolvimento Comunitário do Tabocal

A seguir serão apresentados os diversos subprogramas listados acima, que compõem o Programa de Desenvolvimento Comunitário, agrupados de acordo com as Zonas Populacionais da Floresta Nacional.

**(a) Zonas Populacionais do Mapiá**

Cerca de 70% da população da Floresta Nacional residem na micro-bacia do igarapé Mapiá. Um processo de desenvolvimento comunitário peculiar vem evoluindo ali desde o nascimento desta *comunidade intencional*, que é a Vila Céu do Mapiá, fundada anteriormente à criação da Unidade. Nos anos de 2003 e 2004 essa comunidade protagonizou a construção do seu "*Plano de Desenvolvimento Comunitário*" (PDC). O PDC foi elaborado pelos moradores em processos participativos com assessoria técnica do Instituto Nawa/Projeto Maturi e CTA, suporte financeiro da WWF Brasil e colaboração e supervisão do IBAMA (aconteceu anteriormente à criação do ICMBio). Agora o PDC da Vila Céu do Mapiá será resgatado através deste Programa de Desenvolvimento Comunitário e colocado na perspectiva mais ampla e com maior comprometimento governamental configurada pelo Plano de Manejo. Sempre que possível, através do Programa de Desenvolvimento Comunitário, os sucessos obtidos na gestão comunitária nas áreas do Mapiá – vila e igarapé - que se encontram num patamar de organização social bem mais elevado que as demais, deverão ser difundidos para as outras Zonas Populacionais da Unidade.

**13.10.1. Subprograma de Reativação do PDC (ZP2 e ZP3 – Mapiá)**

Sob o Plano de Manejo, dentro deste Programa de Desenvolvimento Comunitário, o PDC da Vila Céu do Mapiá deve ser retomado, atualizado, revigorado e ampliado. Será estendido da Vila, agora, para toda a micro-bacia do igarapé Mapiá.

Certos resultados do PDC serão imediatamente implementados e reforçados, como a organização social da Vila através de bairros, a ser consolidada, inclusive, como base demográfica para a formação do Conselho Comunitário desta Zona Populacional. O Conselho Comunitário das Zonas Populacionais do Mapiá, com uma base de representação por bairros e trechos do igarapé, será o fórum onde se deverá estruturar toda a política de desenvolvimento comunitário local. Também será retomada e revigorada a formação dos Agentes Comunitários iniciada durante o processo de construção do PDC em 2003/2004, agora para atuar no âmbito da gestão formal da gestão da Unidade. Por outro lado, as diversas áreas setoriais do desenvolvimento comunitário – as chamadas “tábuas da ponte do PDC”: educação, saúde, produção, etc. –, que em 2004 foram alvos de um diagnóstico preliminar e de recomendações para gestão, deverão ser retomadas agora. Essas diretrizes também devem ser revistas e implementadas à luz da nova realidade estabelecida com o Plano de Manejo e o Conselho Consultivo da Floresta Nacional em vigor.

### **Ação 1 - Retomada do PDC**

#### **Objetivos:**

- i) Atualizar e dar encaminhamento às propostas de ação geradas pelo PDC;
- ii) Resgatar o processo de organização e mobilização social no Mapiá, com vistas à retomada do Plano de Desenvolvimento Comunitário local, estendido ao igarapé;
- iii) Desenvolver novos aspectos de desenvolvimento comunitário não contemplados pela versão de 2004 do PDC.

#### **Atividades:**

- i) Criar Grupo de Trabalho específico, envolvendo ICMBio e parceiros para recuperação e atualização do PDC;
- ii) Resgatar, se possível, a articulação institucional que deu suporte à elaboração do PDC, de modo a recuperar a assessoria técnica original e incluir novos facilitadores, eventualmente;
- iii) Integrar com o Programa de Gestão Participativa para estruturar os processos de resgate, revisão e implementação do PDC à luz do Plano de Manejo;

iv) Incluir novos aspectos de desenvolvimento comunitário surgidos na Vila Céu do Mapiá posteriormente ao processo do PDC, tais como as discussões e articulações sobre Justiça Comunitária;

v) Definir as diretrizes e prioridades de desenvolvimento comunitário a cada ano da gestão e pautar, agendar e monitorar a implementação através dos Seminários Trimestrais de Programação de Metas;

(v) Desenvolver, com apoio da Incubadora de Projetos e da Câmara de Integração Técnico-Institucional, projetos de desenvolvimento comunitário pautados como prioritários pelos Conselhos Comunitários das ZPs e captar recursos para sua implementação;

vii) Implementar os projetos de Desenvolvimento Comunitário.

### **Resultados Esperados:**

i) Plano de Desenvolvimento Comunitário da Vila Céu do Mapiá resgatado e estendido para toda a micro-bacia do igarapé Mapiá;

ii) Política de gestão participativa do desenvolvimento comunitário implantada na área do Mapiá;

iii) Aspectos setoriais do desenvolvimento comunitário local em processo de implementação permanente;

iv) Melhorias no nível local de desenvolvimento humano obtidas.

### **(b) Zona Populacional do Rio Inauini**

A Zona Populacional do Rio Inauini terá seus processos de desenvolvimento comunitário unificados com os da Floresta Nacional Mapiá-Inauini. Na área do rio Inauini, as populações de ambas as Florestas Nacionais apresentam características sócio-culturais unificadas por laços de parentesco, que remontam a três gerações. O processo de gestão de ambas as Florestas Nacionais já vem acontecendo unificadamente na bacia do rio Inauini, desde períodos anteriores à elaboração dos Planos de Manejo. A integração da gestão de ambas as Florestas Nacionais no rio Inauini deve ser observada especialmente nos respectivos Programas de Desenvolvimento Comunitário, que, nesta área, deverão promover ações unificadas transversalmente para ambas as Unidades. Por isso, os textos que seguem são idênticos aos do Plano de Manejo da Floresta nacional Mapiá-Inauini.

### **13.10.2. Subprograma de Produção e Geração de Renda (ZP1 – Inauini)**

A população local é remanescente dos antigos seringais e ainda tem no extrativismo a sua base de sustentação, sendo a castanha e a borracha seus principais produtos. A agricultura é praticada quase somente para subsistência, de forma familiar, sendo os excedentes comercializados na cidade de Boca do Acre. A pecuária e criação de pequenos animais são quase inexistentes, sendo a caça a principal fonte de proteína animal.

O sistema de produção e geração de renda da população local, apesar de tradicional e praticado há mais de um século, garante apenas e tão somente a sobrevivência em níveis mínimos de qualidade de vida.

O que se pretende neste subprograma é apropriar-se deste sistema tradicional, com base nos costumes e nos produtos locais, com foco na floresta, e desenvolver mecanismos e tecnologias para aprimorar os métodos de produção, diversificando os produtos gerados e agregando valor para assegurar uma renda suficiente para manter, pelo menos, as necessidades básicas da população residente. Busca-se, portanto, atingir níveis de excelência para tornar a Floresta Nacional um centro de referência de desenvolvimento humano sustentável economicamente e ambientalmente, tendo como fundamento a organização social.

#### **AÇÕES:**

- 1 - Implantar o manejo florestal comunitário
- 2 - Incentivar e apoiar a produção de artesanato, artefatos e outros produtos com matéria-prima de origem florestal.
- 3 - Melhoria da cadeia produtiva da castanha
- 4 - Apoiar a troca de experiências entre as associações locais e outras organizações relacionadas a produção e gestão associativa.
- 5 - Desenvolver ações voltadas à produção de pescado para fins comerciais pela população residente e do entorno.

6 - Incentivar a utilização e o cultivo de espécies silvestres utilizadas para alimentação humana

### **Ação 1 - Implantar o manejo florestal comunitário**

#### **Objetivos:**

- i) Promover a participação da comunidade local na implementação das ações de manejo;
- ii) Diversificar a produção extrativista local, com geração de emprego e renda, através do manejo florestal.

#### **Atividades:**

- i) Mapear as Zonas Populacional e de Uso Comunitário do Rio Inauini para identificar as áreas potenciais para o manejo de uso múltiplo;
- ii) Capacitar a comunidade para administração das áreas de manejo comunitário;
- iii) Desenvolver estratégias para a correta aplicação dos rendimentos do manejo em ações de desenvolvimento comunitário;
- iv) Capacitar a comunidade para inclusão nas estruturas de mercado.

#### **Resultados Esperados:**

- i) Ter implantado o manejo florestal comunitário;
- ii) Incremento da renda e a melhoria na qualidade de vida da população em decorrência da remuneração do manejo florestal.
- iii) Ter a população capacitada para desenvolver as atividades.

### **Ação 2 - Incentivar e apoiar a produção de artesanato, artefatos e outros produtos com matéria-prima de origem florestal.**

#### **Objetivos:**

- i) Aprimorar a qualidade dos artesanatos e artefatos produzidos pelos moradores da Floresta Nacional;

ii) Estabelecer as Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini como fonte produtora de artesanatos, artefatos e outros produtos de origem florestal, bem como de suprimento de matéria-prima.

**Atividades:**

i) Investir na formação técnica dos artífices produtores de canoas e artesanato em geral;

ii) Definir estratégias para agregar valor aos produtos da Floresta Nacional;

iii) Efetuar levantamento e análise de mercado para os produtos;

iv) Definir estratégias para promoção e inclusão dos produtos no mercado;

v) Realizar intercâmbios para conhecimento de outras áreas produtoras para troca de experiências;

vi) Propiciar a participação em feiras de produtos florestais para divulgação do artesanato produzido na Unidade;

vii) Incentivar a criação de grupos de artesãos, principalmente compostos por jovens e mulheres;

viii) Propiciar a capacitação continuada dos moradores para inclusão de novos produtos;

ix) Apoiar e incentivar a produção de canoas e outras pequenas embarcações, aproveitando-se do número expressivo de artífices na região, como atividade de grande potencial na geração de renda.

**Resultados Esperados:**

i) Ter a área do Rio Inauini estabelecida como fonte produtora de artesanatos, artefatos e outros produtos de origem florestal, bem como de suprimento de matéria-prima;

ii) Ter a renda dos moradores incrementada pela melhoria e introdução de novos produtos na economia local;

iii) Ter criado grupos de artesãos formados, principalmente, por jovens e mulheres;

iv) Ter grupos capacitados para desenvolvimento das atividades.

### **Ação 3 - Melhoria da cadeia produtiva da castanha**

#### **Objetivos:**

- i) Aumentar a qualidade e os padrões de sanidade da castanha oriunda da Unidade e seu entorno;
- ii) Reduzir os impactos gerados pelo modelo tradicional de coleta de castanha;
- iii) Estabelecer a Floresta Nacional do Purus como área de produção de castanha certificada;
- iv) Incrementar e adequar a remuneração do extrativismo da castanha.

#### **Atividades:**

- i) Buscar experiências e estabelecer novos métodos de exploração e técnicas adequadas para o transporte e armazenamento da castanha;
- ii) Realizar estudo de mercado para promoção e divulgação da Floresta Nacional do Purus como centro produtor de Castanha do Brasil;
- iii) Desenvolver estratégias para agregar valor à castanha produzida na Unidade e seu entorno;
- iv) Estabelecer infra-estrutura básica para a cadeia produtiva da castanha.

#### **Resultados Esperados:**

- i) Ter melhorado os métodos de exploração, transporte e armazenamento da castanha;
- ii) Ter estabelecido estratégias de promoção produção e marketing para agregação de valor e promoção da castanha produzida na Unidade e seu entorno;
- iii) Ter agregado valor ao produto;
- iv) Incremento na renda média familiar a partir das estratégias implementadas.

### **Ação 4 - Apoiar a troca de experiências entre as associações locais e outras organizações relacionadas à produção e gestão associativa**

#### **Objetivos:**

- i) Estabelecer um sistema permanente de intercâmbio para troca de experiências voltado à melhoria dos sistemas de produção e de gestão associativa da produção;

ii) Aumentar a capacidade técnica e operacional das organizações locais para gestão da produção;

iii) Estabelecer a Floresta Nacional do Purus como área de excelência em geração de emprego e renda a partir da produção de base florestal.

**Atividades:**

i) Identificar experiências exitosas de programas de produção e geração de renda a partir dos produtos florestais;

ii) Promover uma cooperação permanente entre as associações locais e outras organizações envolvidas no processo de produção para troca de experiências;

iii) Realizar viagens de intercâmbio para conhecimento de trabalhos realizados em outras regiões do País;

iv) Desenvolver sistema de informações sobre a cadeia produtiva dos produtos gerados na Floresta Nacional do Purus.

**Resultados Esperados:**

i) Cooperação estabelecida entre as associações locais e outras organizações envolvidas nos processos de produção;

ii) Ampliação da capacidade produtiva e a melhoria da gestão da produção a partir dos conhecimentos adquiridos pela troca de experiências;

iii) Sistema de informações sobre a cadeia produtiva dos produtos gerados na Floresta Nacional do Purus.

**Ação 5 - Desenvolver ações voltadas à produção de pescado para fins comerciais pela população residente e do entorno**

**Objetivos:**

i) Promover a participação do pescado na composição da renda familiar da população residente e do entorno;

ii) Combater as pressões e ameaças da pesca predatória realizada por pescadores da região;

iii) Contribuir para a manutenção dos estoques naturais de peixes nos ambientes aquáticos da bacia do Rio Inauini, Purus e Igarapé Mapiá a partir do ordenamento pesqueiro.

**Atividades:**

i) A partir do ordenamento pesqueiro e dos acordos de pesca previstos no Programa de Manejo de Pesca, estabelecer normas e procedimentos para a prática da pesca comercial no Rio Inauini, garantindo a sua sustentabilidade e limitando-a, restringindo-a às famílias residentes e do entorno da Unidade;

ii) Buscar apoio e parcerias para estruturar a comunidade para o exercício da pesca comercial.

iii) Buscar apoio e parcerias para implantação de criadouros artificiais de peixes comerciais.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter o controle total da prática de pesca na Bacia do Rio Inauini;
- ii) Comunidade capacitada, qualificada e estruturada para o exercício da pesca comercial.
- iii) Sistemas alternativos de produção de pescado estabelecidos;
- iv) Ter pescado integrando a composição da renda familiar.

**Ação 6 - Incentivar e apoiar a continuidade das ações relacionadas à produção do couro vegetal**

**Objetivos:**

i) Consolidar a área do rio Inauini como o principal centro de produção de couro vegetal na região;

ii) Promover o incremento na renda média familiar a partir da produção de couro vegetal.

**Atividades:**

i) Apoiar e incrementar a atuação da Associação dos Produtores de Artesanato de Seringa – APAS, como articuladora e fomentadora da produção de couro vegetal;

- ii) Desenvolver estratégias e estabelecer parcerias para reaquecer o mercado para matéria-prima e produtos de couro vegetal;
- iii) Capacitar os moradores para retomar a produção de couro vegetal e agregar valor a partir da produção de artefatos na própria comunidade;
- iv) Promover e participar de eventos para divulgação do produto.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter a área do rio Inauini estabelecida como o principal centro produtor de couro vegetal;
- ii) Ter a comunidade residente e do entorno da unidade capacitada e qualificada para produção de matéria-prima e de artefatos de couro vegetal dentro dos padrões de qualidade requeridos pelo mercado;
- iii) Ter incrementada a renda média familiar a partir da produção e agregação de valor ao produto.

**Ação 7 - Incentivar a utilização e o cultivo de espécies silvestres utilizadas para alimentação humana**

**Objetivos:**

- i) Introduzir espécies silvestres nos processos produtivos e na alimentação da comunidade local;
- ii) Diversificar as potencialidades de geração de renda.

**Atividades:**

- i) Efetuar estudo etnobiológico para identificação de espécies com possibilidade de introdução no mercado e para utilização humana, com destaque para as palmáceas, tendo em vista o seu largo uso pela população local e seu alto valor nutritivo;
- ii) Efetuar levantamento e estudo de mercado para as espécies identificadas;
- iii) Buscar ou desenvolver tecnologias para a exploração e beneficiamento dos novos produtos identificados;
- iv) Desenvolver estratégias de promoção dos produtos identificados no mercado;
- v) Desenvolver campanhas para sensibilização da população local para o consumo diário dos produtos identificados.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter novas espécies nativas inseridas no processo produtivo e na alimentação da população local;
- ii) Incremento da renda familiar pela inserção de novos produtos de origem nativa no mercado.

**13.10.3. Subprograma de Educação (ZP1 – Inauini)**

Tendo em vista o alto índice de analfabetismo na área do rio Inauini e no seu entorno (Floresta Nacional Mapiá-Inauini - maior que 80%), é urgente a estruturação de um sistema de ensino não só para as crianças na idade escolar, mas também para jovens e adultos que vivem no local. Está estabelecido como proposta dos Planos de Manejo integrados de ambas as Florestas Nacionais, a partir de uma discussão prévia com os moradores, a instalação de dois núcleos habitacionais no Rio Inauini, o que facilitaria, entre outras coisas, o acesso à educação, pela concentração da população. Entretanto, enquanto não se instalam os núcleos, são necessárias outras providências para garantir aos moradores oportunidade de estudar. Através de uma parceria entre o Ibama (hoje ICMBio) e a Secretaria Municipal de Educação, foram implantadas no rio Inauini (Floresta Nacional do Purus) e no Igarapé São Domingos (Floresta Nacional Mapiá-Inauini, na área de entorno) três salas de aulas multi-seriadas. Como as aulas estão sendo ministradas em casas de moradores ou em locais improvisados, é necessária a construção de estruturas adequadas à educação nessas três localidades e outra no igarapé São Francisco (entorno, Floresta Nacional Mapiá-Inauini), além de outras ações para garantir o acesso de mais moradores à educação formal e assegurar a melhoria na qualidade de ensino na área.

Caso sejam implantados os núcleos habitacionais, as ações que prevêem a construção de escolas serão revistas, devendo estas ser concentradas nos referidos núcleos, será necessário, após isto, avaliar a necessidade de instalação de escolas em outros locais.

Além de garantir o acesso à educação formal, as ações propostas são imprescindíveis para que se possa qualificar a população residente para participação no processo de gestão, acesso e compreensão dos documentos e informações existentes

e a serem geradas, para maior e melhor envolvimento, inclusive como multiplicadores, nas ações de educação ambiental, bem como para aperfeiçoamento da organização comunitária. O Programa de Gestão Participativo prevê ações de eco-alfabetização de adultos com o Método Paulo Freire. Tudo isto denota que as ações de educação não são apenas uma ação de articulação com os órgãos de ensino, mas também uma responsabilidade direta do órgão gestor para promoção da qualidade do manejo e da gestão.

Vale ressaltar que as ações relacionadas abaixo visam a contemplar os moradores da Floresta Nacional Mapiá-Inauini e da Floresta Nacional do Purus, que residem ao longo do rio Inauini e dos seus afluentes.

### **AÇÕES:**

- 1 - Construção e reforma dos prédios escolares nas comunidades do rio Inauini
- 2 - Promover a educação de jovens e adultos
- 3 - Promover a melhoria na qualidade de ensino;

### **Ação 1 - Construção e reforma dos prédios escolares nas comunidades do rio Inauini**

#### **Objetivos:**

- i) Fortalecer o sistema de ensino nas unidades escolares que estão funcionando no Rio Inauini;
- ii) Favorecer à redução do índice de analfabetismo entre os moradores da Floresta Nacional e parte\* do seu entorno;
- iii) Oferecer instalações adequadas para o ensino de crianças, jovens e adultos;
- iv) Assegurar a melhoria na qualidade do ensino nas escolas locais.

#### **Atividades:**

- i) Estabelecer parceria com a Floresta Nacional Mapiá-Inauini para a construção dos prédios escolares do Rio Inauini;
- ii) Definir, em conjunto com as comunidades, os locais ideais para construção das escolas;

iii) Articular parcerias com as prefeituras dos municípios de Boca do Acre e Pauini, através das Secretarias Municipais de Educação, para construção, reforma e manutenção das escolas;

iv) Construir três escolas ao longo do rio Inauini e Igarapé São Domingos, nas comunidades onde estão funcionando as unidades de ensino.

#### **Resultados Esperados:**

i) Três escolas construídas nas comunidades onde as aulas estão sendo ministradas em locais improvisados;

ii) Redução no índice de analfabetismo;

iii) Ter estabelecido as parcerias necessárias para realização das atividades;

iv) Ter reduzido o índice de analfabetismo e melhoria na qualidade do ensino.

#### **Ação 2 - Promover a educação de jovens e adultos**

##### **Objetivos:**

i) Assegurar a alfabetização de jovens e adultos que não tiveram acesso à Educação Básica em idade própria;

ii) Reduzir o índice de analfabetismo entre os moradores da Floresta Nacional e do seu entorno;

iii) Reintegrar, no percurso da educação formal, alunos em situação de defasagem idade/série.

##### **Atividades:**

i) Articular com o programa "Reescrevendo o Futuro", do Governo Federal, para implantar o referido programa nas unidades escolares existentes;

ii) Articular com as Secretarias de Educação dos Municípios de Boca do Acre e Pauini o desenvolvimento de um programa para incentivar os jovens e adultos a participarem das aulas;

iii) Implantar a educação formal de jovens e adultos nas escolas instaladas na área.

**Resultados Esperados:**

- i) Participação dos jovens e adultos residentes na Unidade e no entorno no processo de educação formal;
- ii) Redução no índice de analfabetismo da Unidade e do entorno;
- iii) Parcerias estabelecidas para desenvolvimento das atividades.

**Ação 3 - Promover a melhoria na qualidade de ensino das escolas existentes na Unidade e entorno**

**Objetivos:**

- i) Estruturar as escolas na Unidade para oferecer um ensino de qualidade;
- ii) Adaptar e fortalecer o sistema de ensino oferecido aos moradores da Unidade;
- iii) Oferecer condições que possibilitem uma boa participação;
- iv) Estabelecer um sistema de acompanhamento e controle da frequência e do aprendizado;
- v) Assegurar que as escolas tenham condições mínimas adequadas para a aprendizagem dos alunos;
- vi) Garantir as necessidades nutricionais do aluno contribuindo para a melhoria do desempenho escolar, a formação de bons hábitos alimentares e a redução da evasão e da repetência.

**Atividades:**

- i) Articular parcerias com organizações governamentais e não-governamentais para equipar/estruturar as unidades escolares visando alcançar o padrão mínimo estabelecido de modo a propiciar as condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade;
- ii) Obter através das parcerias carteiras escolares, TVs, computadores, materiais didáticos entre outros equipamentos, para as escolas;
- iii) Articular com a Secretaria de Educação dos Municípios de Boca do Acre e Pauini o fornecimento de merenda escolar, prevendo a utilização de produtos oriundos das próprias comunidades (açúcar mascavo, sucos naturais, frutas, etc.);

- iv) Através da Secretaria de Educação, desenvolver um plano de monitoramento do ensino para subsidiar as ações de melhoria;
- v) Propor ações para a melhoria na qualidade de ensino baseado nos resultados do acompanhamento do plano de monitoramento.
- vi) Realizar periodicamente manutenção, pequenos serviços e/ou reparos da rede física nas unidades escolares;
- vii) Obter certificação dos conhecimentos locais através de convênios Unifloresta, UEA, UFV, bem como em outras instituições de ensino;
- viii) Adequar o currículo oficial para proporcionar acesso à universidade.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter as escolas com estruturas/equipamentos que atendam às necessidades do ensino e adequadas a realidade local;
- ii) Ter o fornecimento regular de merenda escolar em todas as escolas da unidade;
- iii) Sistema de acompanhamento e controle da frequência e do aprendizado implantado;
- iv) Ter obtido melhoria na qualidade do ensino nas escolas locais.

**13.10.4. Subprograma de Saúde e Saneamento Básico e Ambiental  
(ZP1 – Inauini)**

Como observado no diagnóstico, são quase inexistentes os serviços de saúde no Rio Inauini e seus afluentes. Não existem postos de saúde, nem pessoas capacitadas para atendimentos essenciais. As Prefeituras de Boca do Acre e Pauini e os órgãos do Estado dificilmente desenvolvem ações na região, não existindo programas regulares de atendimento à população. As dificuldades de deslocamento até a cidade, na verdade, são um dos principais motivos da utilização de medicina alternativa, como por exemplo, o uso de remédios caseiros preparados com produtos da floresta. Além do mais são comuns na região doenças e parasitoses que poderiam ser evitadas com cuidados mínimos e um atendimento regular. Doenças comuns que podem ser facilmente tratadas ainda levam a óbito moradores da comunidade que, se tivessem um atendimento emergencial mínimo e condições adequadas de deslocamento até a cidade para tratamento, poderiam ser evitados. Pouca atenção é dada ao saneamento

básico, sendo que na maioria das unidades habitacionais não existe qualquer instalação sanitária e de tratamento de água. As pessoas convivem diretamente com dejetos, animais, lixo e águas servidas.

As ações aqui propostas visam a proporcionar condições adequadas de saúde à população residente nesta área da Unidade, em conjunto com a área de entorno (Floresta Nacional Mapiá-Inauini) através de sensibilização, capacitação e articulação com os entes federados afins e outros parceiros, pois sem saúde não há trabalho e, por conseguinte, não há produção e não se garante a sustentabilidade, nem econômica, nem ambiental.

A melhoria das condições de saneamento básico e atendimento à saúde para a população local é de suma importância para o desenvolvimento das atividades propostas por este Plano, uma vez que essa população desempenha o papel de protagonista na implementação de um modelo sustentável de uso dos recursos.

Busca-se ainda proporcionar às equipes técnicas em campo condições salubres para o desenvolvimento das atividades e possibilitar o pronto atendimento emergencial em caso de acidentes de trabalho.

#### **AÇÕES:**

- 1 - Conscientizar e promover articulações para melhorias do saneamento ambiental básico de acordo com a realidade local.
- 2 - Articular e promover parcerias para melhoria dos serviços básicos de saúde.

#### **Ação 1 - Conscientizar e promover articulações para melhorias do saneamento ambiental básico de acordo com a realidade local**

##### **Objetivos:**

i) Melhoria das condições de saneamento básico das unidades habitacionais e locais públicos na Floresta Nacional do Purus na área do rio Inauini e Zona de Amortecimento (Floresta Nacional Mapiá-Inauini);

ii) Controle e redução das parasitoses, doenças de veiculação hídrica e epidemiológicas relacionadas na população residente e do entorno, bem como da proliferação de vetores;

iii) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população residente e do entorno.

iv) Evitar a contaminação dos ambientes aquáticos utilizados para consumo e asseio, pelo despejo de dejetos e efluentes domiciliares;

v) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população residente e do entorno.

**Atividades:**

i) Estabelecer campanhas de educação ambiental e educação em saúde preventiva, para sensibilizar e envolver a comunidade nas ações relacionadas ao saneamento básico e ambiental;

ii) Criar e capacitar grupos de Agentes de Saúde e Saneamento e integrá-los no SUS;

iii) Promover parcerias e articular com os órgãos de saúde e saneamento para implementação das ações propostas;

iv) Implementar alternativas compatíveis com a realidade local para correta captação e tratamento de água e esgoto.

v) Implantar e implementar sistemas de abastecimento de água contextualizados para a realidade local;

vi) Implantar e implementar sistemas de esgotamento sanitário contextualizados com a realidade local;

vii) Avaliar necessidade de implantar sistemas de tratamento de resíduos de acordo com as atividades produtivas;

viii) Implantar e implementar gestão e destinação correta de resíduos sólidos, principalmente de pilhas;

ix) Infra-estrutura para saneamento ambiental básico e para a correta destinação dos resíduos sólidos;

x) Articular e promover parcerias para distribuição periódica de kit padrão\* de saneamento básico;

xi) Realizar análise da potabilidade da água que é utilizada para consumo humano e propor alternativas para adequação/tratamento se necessário;

xii) Implantar sistemas de controle e monitoramento para avaliar o saneamento básico.

### **Resultados Esperados:**

- i) Unidades habitacionais e espaços de uso comunitário e atividades produtivas dotadas de condições satisfatórias de saneamento básico.
- ii) Implantação das infra-estruturas necessárias à melhorias das condições de saneamento básico;
- iii) Controle das doenças de veiculação hídrica e endemias ocasionadas em função das condições inadequadas ou ausência de saneamento básico.
- iv) Controle da malária, febre amarela e outras doenças endêmicas que afetam a Unidade e seu entorno\*;
- v) Redução da ocorrência de vetores para segurança dos visitantes e das equipes técnicas quando em deslocamento para a Unidade;
- vi) Ter criado grupo de Agentes de Saúde.

### **Ação 2 - Articular e promover parcerias para melhoria dos serviços básicos de saúde**

#### **Objetivos:**

- i) Proporcionar à população residente na área do rio Inauini e seu entorno as condições ideais de atendimento às necessidades básicas de saúde;
- ii) Gerar métodos alternativos de erradicação de doenças que comumente ocorrem na região;
- iii) Sensibilizar e envolver os agentes públicos de saúde para o atendimento às necessidades básicas de saúde das populações ribeirinhas.

#### **Atividades:**

- i) Articular a instalação de postos de saúde para atendimento comunitário, disponibilizando periodicamente atendimento médico e odontológico;
- ii) Articular para contratação e capacitação de agentes de saúde e estabelecer rotina de visitas às famílias.
- iii) Treinar os futuros agentes de saúde, com o apoio do CMF (Centro de Medicina da Floresta – Vila Céu do Mapiá) para sensibilização da comunidade para o uso de medicamentos fitoterápicos e de medicina alternativa;
- iv) Desenvolver ações de saúde preventiva.

- v) Estabelecer rotina de visitas regulares de agentes de controle de endemias, devido à alta incidência de malária e outras doenças tropicais;
- vi) Promover a capacitação de agentes de controle epidemiológico entre membros da comunidade;
- vii) Estabelecer parceria com a FUNASA e com demais órgãos de saúde para implementação do subprograma.

**Resultados Esperados:**

- i) Melhoria dos serviços básicos de atendimento à saúde;
- ii) Redução das ocorrências de enfermidades existentes na região;
- iii) Estabelecimento de procedimentos inovadores de parcerias para redução ou erradicação de endemias junto às populações ribeirinhas;
- iv) Ter capacitado agentes de controle epidemiológico nas comunidades residentes na Unidade e entorno;
- v) Ter parcerias estabelecidas para desenvolvimento das atividades.

**13.10.5. Subprograma de Transporte (ZP1 – Inauini)**

O acesso à área do rio Inauini, como de resto às Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini, como um todo, se dá apenas por via fluvial, a partir de Boca do Acre. Utilizando o tipo de embarcação comum na região (motor de rabeta) e em condições ideais de navegação, se faz o percurso em um dia até o ponto mais próximo e em mais de cinco dias até o ponto mais distante. De voadeira, o tempo de viagem é, respectivamente, de cinco horas e dois dias.

A condição econômica da população residente impossibilita que tenham embarcações de maior calado e capacidade de carga, o que limita o transporte de cargas e de passageiros. Quando é necessário, os moradores fretam, a alto custo, embarcações em Boca do Acre.

São necessárias ações para facilitar os deslocamentos e o transporte de cargas e de passageiros, o atendimento aos serviços essenciais e a comunicação interna na Unidade. Para isto são previstas as seguintes ações:

**AÇÕES:**

1 - Melhorar e facilitar os deslocamentos fluviais para atendimento aos serviços essenciais.

2 - Avaliar as possibilidades e implantar vias de acesso e de ligação interna entre as unidades habitacionais e de produção.

### **Ação 1 - Melhorar e facilitar os deslocamentos fluviais para atendimento aos serviços essenciais**

#### **Objetivos:**

i) Facilitar o acesso aos centros urbanos para busca de atendimento em casos de agravo à saúde e outros serviços essenciais;

ii) Promover melhores condições para escoamento da produção e de mercadorias;

iii) Promover melhores condições de acesso para o deslocamento de equipes técnicas e de gestão para implementação do Plano de Manejo e administração da Unidade.

#### **Atividades:**

i) Melhorar as condições de navegabilidade do rio Inauini;

ii) Articular e fortalecer a Associação Comunitária a fim de capitalizá-la para provimento de embarcações e outros artefatos e equipamentos para transporte fluvial.

iii) Articular junto às instituições públicas e ONG`s para prover embarcações para atendimento aos serviços de saúde, educação e transporte da produção;

iv) Instalar infra-estrutura de apoio e suporte ao transporte fluvial.

#### **Resultados Esperados:**

i) Melhoria e facilitação do transporte fluvial para atendimento aos serviços essenciais;

ii) Condições de acesso das equipes técnicas e de gestão facilitadas.

iii) Estrutura de viabilização do transporte fluvial implantada.

## **Ação 2 - Avaliar as possibilidades e implantar vias de acesso e de ligação interna entre as unidades habitacionais e de produção**

### **Objetivos:**

- i) Facilitar o transporte interno da produção e de mercadorias;
- ii) Melhorar e facilitar a comunicação interna;
- iii) Facilitar os deslocamentos internos para atendimento e acesso aos serviços essenciais;
- iv) Facilitar as ações de controle e monitoramento.

### **Atividades:**

- i) Determinar os traçados ideais para abertura e formatos das vias de ligação interna entre as unidades habitacionais e de produção;
- ii) Definir estratégias para viabilização da abertura e manutenção das vias de ligação interna;
- iii) Identificar e viabilizar os meios de transporte mais adequados a cada situação de necessidade de transporte terrestre;
- iv) Definir estratégias para aquisição dos meios de transporte terrestre.

### **Resultados Esperados:**

- i) Sistema de ligação terrestre interna entre as unidades habitacionais e de produção implantado;
- ii) Acessos terrestres às unidades habitacionais e de produção facilitados.

### **13.10.6. Subprograma de Melhoria do Padrão Alimentar (ZP1 – Inauini)**

Embora a Floresta Amazônica tenha uma enorme diversidade de plantas que podem ser utilizadas na alimentação humana (a partir de frutos, sementes, folhas, etc.), os ribeirinhos da região possuem uma alimentação pouco diversificada e com baixos índices nutricionais. A farinha de mandioca, o peixe e a carne de caça são usados quase que com exclusividade nas três principais refeições diárias, na maioria das casas.

Muitos moradores revelaram que em consultas médicas seus filhos foram diagnosticados com problemas resultantes de carência alimentar ou subnutrição. Como as frutas, verduras e legumes, normalmente, não fazem parte da dieta alimentar dessa população, a deficiência de vitaminas e de alguns nutrientes é evidente.

Portanto, esse subprograma propõe algumas ações, relacionadas abaixo, para melhorar o padrão alimentar da população que vive ao longo do Rio Inauini e afluentes (moradores das Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini e do entorno), através da diversificação no consumo de produtos, utilizando prioritariamente as espécies da região ou aquelas produzidas nas hortas e nos pomares/quintais das casas.

### **AÇÕES:**

- 1 – Estabelecer ações continuadas de educação alimentar
- 2 – Incentivo ao cultivo de algumas espécies vegetais.
- 3 – Estimular a diversificação de fontes de proteína animal
- 4 – Inclusão da população da Unidade e do entorno nos programas sociais ligados à segurança alimentar.

### **Ação 1 - Estabelecer ações continuadas de educação alimentar**

#### **Objetivos:**

- i) Definir uma proposta de uma dieta alimentar mais balanceada;
- ii) Proporcionar uma maior variedade na dieta alimentar;
- ii) Garantir a melhoria no padrão alimentar da população.

#### **Atividades:**

- i) A partir de conhecimentos especializados, definir uma proposta de dieta alimentar adequada, principalmente a partir de produtos locais;
- ii) Ministras palestras nas comunidades sobre hábitos alimentares e dieta saudável;
- iii) Apresentar recomendações de receitas baseadas em produtos (ingredientes) da localidade, através de nutricionista;
- iv) Formar equipe de Agentes Multiplicadores para difundir e acompanhar a mudança no padrão alimentar;

- v) Incentivar a utilização espécies silvestres locais na alimentação.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter ministrado em cada comunidade uma palestra sobre hábitos alimentares, através de nutricionista;
- ii) Recomendações de receitas baseadas em produtos da localidade, por nutricionista;
- iii) Agentes multiplicadores formados;
- iv) Melhor padrão alimentar da população local.

**Ação 2 - Incentivo ao cultivo de algumas espécies vegetais**

**Objetivos:**

- i) Incentivar o cultivo nas comunidades de algumas plantas usadas na alimentação humana;
- ii) Possibilitar o enriquecimento da alimentação destinada a população local;
- iii) Proporcionar maior diversificação de alimentos disponíveis aos moradores;
- iv) Assegurar melhor padrão alimentar para a população local.

**Atividades:**

- i) Incentivar a instalação de pomares e hortas nas colocações, visando aumentar a oferta de frutas e verduras nas comunidades;
- ii) Apoiar o cultivo de espécies silvestres para alimentação humana, com destaque para as palmeiras, tendo em vista o seu largo uso pela população local, seu alto valor nutritivo e ainda por se constituir em ótima oportunidade de geração de renda;
- iii) Incentivar um aumento no consumo de produtos vegetais da floresta (folhas, caules, sementes, frutos, etc.), especialmente aqueles mais abundantes na área e que apresentem importante valor nutricional.

**Resultados Esperados:**

- i) Hortas e pomares instalados nas comunidades;
- ii) Maior variedade de frutas, verduras, legumes e sucos naturais na alimentação da população local;
- iii) Melhor padrão alimentar da população local;

- iv) Incorporação de hábitos alimentares mais saudáveis.

### **Ação 3 - Estimular a diversificação de fontes de proteína animal**

#### **Objetivos:**

- i) Reduzir a pressão sobre espécies da fauna local;
- ii) Diversificar a alimentação dos moradores da Unidade e do entorno;
- iii) Proporcionar a melhoria no padrão alimentar da população local.

#### **Atividades:**

i) Estimular os moradores a priorizarem o consumo de animais provenientes do manejo de fauna e de criadouros de animais silvestres legalizados, de acordo com o Programa de Manejo de Fauna;

ii) Incentivar a criação de animais domésticos de pequeno porte, tais como, galinha, porco, marreco e pato, visando a diversificação das fontes de proteína animal;

iii) Permitir e apoiar a criação limitada de vacas de raças apropriadas para produção de leite, principalmente para alimentação infantil, nas comunidades da Floresta Nacional, estabelecendo critérios para restrição da quantidade de animais por família.

#### **Resultados Esperados:**

- i) Redução na pressão sobre a fauna local;
- ii) Criação de animais domésticos de pequeno porte implantada nas comunidades;
- iii) Maior variedade de fontes de proteína animal disponíveis na Unidade e no seu entorno;
- iv) Mitigar a pressão e as ameaças causadas pela pecuária;
- v) Melhor padrão alimentar da população local.

### **Ação 4 - Inclusão da população da Unidade e do entorno nos programas sociais ligados à segurança alimentar**

#### **Objetivos:**

- i) Garantir aos moradores habilitados o acesso a um direito legítimo;

- ii) Proporcionar aos moradores melhores condições para adquirir gêneros alimentícios, a partir dos benefícios obtidos através dos programas sociais;
- iii) Possibilitar a melhoria no padrão alimentar;
- iv) Incentivar os moradores a frequentarem as aulas, visto que alguns programas sociais condicionam o repasse do recurso às crianças matriculadas no ensino formal.

**Atividades:**

- i) Articular com as Secretarias municipais do Bem Estar Social de Pauini e com a Coordenação Regional do Programa “Fome Zero” a inclusão dos moradores da Floresta Nacional do Purus e do seu entorno nos programas sociais;
- ii) Levantar quais os programas sociais que os moradores da Floresta Nacional do Purus e do entorno poderão ter acesso;
- iii) Apoiar o cadastramento dos moradores nos programas sociais disponíveis na região;
- iv) Divulgar aos moradores a condição estabelecida para alguns programas, que, para ter acesso ao benefício há necessidade dos filhos com idade escolar estarem matriculados no ensino formal, visando incentivar a educação.

**Resultados Esperados:**

- i) Programas sociais implementados na Unidade;
- ii) Moradores habilitados a participarem dos programas cadastrados nos mesmos e recebendo os benefícios;
- iii) Melhor participação dos alunos no programa de educação.

**13.10.7. Subprograma de Promoção da Cultura (ZP1 – Inauini)**

Na área do rio Inauini, na Floresta Nacional do Purus todas as famílias residentes realizam a extração da castanha e quase todas plantam macaxeira e mandioca, da qual 53% é utilizada para produção de farinha para comercialização, sendo estas atividades de maior importância na geração de renda. O extrativismo e a agricultura de subsistência utilizam a mão-de-obra familiar e não se constituem apenas em atividades produtivas, mas também, pelas suas características, são atividades

sócio-culturais, pois refletem uma tradição que remonta aos tempos da ocupação da região pelos primeiros seringueiros.

A falta de alternativas para comercialização, basicamente realizada através de trocas por produtos industrializados, desvaloriza o preço da produção local. Devido a esses fatores é importante o fortalecimento, criação e diversificação de atividades que valorizem essa produção, como a criação de exposições e festas populares que resgatem o conhecimento, a cultura e as tradições regionais, como a coleta/plantio até a produção dos produtos, subprodutos e derivados, causos, lendas e estórias, danças e músicas que retratem essas atividades.

O modo de vida do seringueiro por si só já se constitui em uma condição cultural singular da Amazônia. Muitos moradores contam várias estórias de sua saga na região e, apesar da pouca instrução produzem causos que retratam sua vida, suas crenças, lendas da floresta, e as tradições locais que precisam ser resgatadas e documentadas, pois muitos destes se perdem com o tempo, uma vez que é notório que tais conhecimentos não estão sendo absorvidos pelas gerações mais novas.

O artesanato feito a partir dos produtos da floresta também é uma atividade com grande potencial para geração de renda para essas famílias e devem ser incentivados, apoiados e fortalecidos para que sua produção seja comercializada em exposições, nas festas regionais, como também qualquer outra atividade folclórica da região.

#### **AÇÕES:**

- 1- Realização de Levantamento histórico-cultural
- 2 - Criar e promover a Festa da Castanha e a Festa da Macaxeira
- 3 - Resgatar e fortalecer o folclore e a quermesse já existentes
- 4 - Desenvolver e difundir produtos do artesanato local

#### **Ação 1 - Realização de Levantamento histórico-cultural**

##### **Objetivos:**

- i) Resgatar aspectos históricos, culturais e arquivos fotográficos;
- ii) Ampliar os conhecimentos relacionados aos aspectos histórico-cultural da área.

**Atividades:**

- i) Realizar pesquisa a partir dos relatos orais de remanescentes;
- ii) Fazer coleta de dados cartoriais de documentos históricos;
- iii) Obter documentos e informações de acervo sob domínio de particulares, para resgate da história que prenuncia e constitui memória social do povo;
- iv) Criar um banco de dados com as informações e matérias obtidos;
- v) Publicar materiais de divulgação sobre os aspectos sócio-culturais da Unidade, como forma de preservar o conhecimento histórico da área.

**Resultados Esperados:**

- i) Caracterização dos aspectos sócio-culturais do local realizada;
- ii) Divulgação da história local nas escolas da Unidade e das cidades próximas;
- iii) Aspectos histórico-culturais levantados e publicados.

**Ação 2 - Criar e promover a Festa da Castanha e a Festa da Macaxeira**

**Objetivos:**

- i) Promover o conhecimento e as tradições locais;
- ii) Promover a valorização e a visibilidade dos produtos tradicionais da Unidade;
- iii) Proporcionar às novas gerações a absorção dos conhecimentos e tradições locais.

**Atividades:**

- i) Buscar parcerias para realização dos eventos;
- ii) Formar dentro da Associação, grupos responsáveis pela realização da festa, priorizando jovens e mulheres;
- iii) Realizar capacitação da comunidade para produção de derivados de castanha e de macaxeira;
- iv) Promover exposição e comercialização de produtos, subprodutos e derivados de castanha e macaxeira;
- v) Definir e Implantar estrutura necessária para realização do evento.

**Resultados:**

- i) Ter a Festa da Castanha e a Festa da Macaxeira instituída no calendário cultural da região;
- ii) Valorização da cultura e das tradições locais a partir dos produtos tradicionais;
- iii) Inclusão sócio-cultural da população local.

**Ação 3 - Resgatar e fortalecer o folclore e a quermesse já existentes**

**Objetivos:**

- i) Garantir o resgate e perpetuação das manifestações folclóricas locais;
- ii) Resgatar e registrar os causos, contos, lendas, músicas e versos produzidos pela população local;
- iii) Promover o fortalecimento das manifestações religiosas.

**Atividades:**

- i) Estabelecer parcerias com igrejas e organizações locais para realização de manifestações folclóricas e quermesses;
- ii) Formar, apoiar e promover grupos folclóricos locais;
- iii) Produzir material para divulgação e educação cultural;
- iv) Definir estratégias para angariar fundos para as atividades.

**Resultados Esperados:**

- i) Estórias, versos, contos e lendas publicados e difundidos;
- ii) Organização comunitária melhorada a partir das manifestações folclóricas e religiosas;
- iii) Folclore local promovido e fortalecido.

**Ação 4 – Desenvolver e difundir produtos do artesanato local**

**Objetivos:**

- i) Garantir a promoção e o fortalecimento do artesanato como forma de expressão da cultura local;
- ii) Inserir jovens, mulheres e crianças na cultura e na geração de renda local;

- iii) Ampliar e agregar valor aos produtos e subprodutos da floresta.

**Atividades:**

- i) Buscar parcerias para desenvolvimento das atividades;
- ii) Capacitar a comunidade para desenvolvimento de novos produtos e melhoria da qualidade do artesanato;
- iii) Definir estratégias para envolvimento de mulheres, jovens e crianças;
- iv) Promover feiras e exposições do artesanato produzido na Floresta Nacional;
- v) Definir estratégias para agregar valor ao artesanato produzido na Floresta Nacional.

**Resultados:**

- i) Prática do artesanato a partir dos produtos florestais consolidada na Unidade;
- ii) Inserção de mulheres, jovens e crianças na produção e geração de renda;
- iii) Ter grupo de artesãos locais estruturado.

**13.10.8. Subprograma Apoio a Organização Comunitária (ZP1 – Inauini)**

A organização comunitária se constitui em importante estratégia para assegurar aos moradores uma eficaz participação no processo de gestão da Unidade e no gerenciamento dos programas de manejo comunitários, que visam à geração de renda para a população local. Além disso, facilita a articulação com o poder público e Organizações Não-governamentais para obter benefícios voltados à melhoria da qualidade de vida, contribuindo assim para o desenvolvimento comunitário.

No entanto, as organizações comunitárias hoje existentes na Floresta Nacional e no seu entorno têm apresentado dificuldades para desempenharem suas funções de maneira eficaz, em função da ausência de estrutura e de recursos financeiros, da falta de lideranças locais ou mesmo devido a pendências legais junto às instituições públicas. Algumas associações que representam moradores das comunidades locais são legalmente constituídas, mas apresentam várias irregularidades em órgãos públicos, como Receita Federal, Receita Estadual, Ministério do Trabalho, Banco do Brasil, entre outros. Essa situação impossibilita o acesso das organizações aos financiamentos ou mesmo a outros benefícios para as comunidades. Além disso, o acesso aos créditos da reforma agrária (referente ao convênio entre o Ibama e o

INCRA que reconhece os moradores das Unidades de Conservação como beneficiários da reforma agrária) se dá através de organizações sociais legalmente constituídas. Por isso, em conjunto com a população local, ficou estabelecido que seria investido no fortalecimento e regularização de uma única associação para representar os moradores do Rio Inauini e afluentes no Conselho Consultivo da Unidade, como no Conselho da Floresta Nacional Mapiá-Inauini, e também intermediar o recebimento dos créditos da reforma agrária. Assim, a Associação Deus é Amor foi escolhida pelos moradores para esse fim, em função da sua representatividade e por apresentar menor número de pendências junto aos órgãos. Durante o processo de reorganização da Associação Deus é Amor, foi estabelecido novo quadro de sócios e já pensando em uma nova diretoria, abrangendo todos os moradores do Rio Inauini, contemplando os moradores da Floresta Nacional Mapiá-Inauini e da Floresta Nacional do Purus.

Esta nova conformação de organização interna não impede que outras organizações comunitárias sejam criadas e fortalecidas na área para atender outras demandas.

Portanto, são necessárias algumas ações visando ao fortalecimento e regularização da Associação Deus é Amor e de outras organizações comunitárias, visando o envolvimento dos diversos grupos e atores locais nos processos culturais, religiosos e de produção, sobretudo buscando a inserção e participação de mulheres, jovens e crianças, visto que estes grupos pouco participam dos eventos realizados. As ações apresentadas a seguir devem abranger não somente os moradores do interior da unidade, mas também do seu entorno.

#### **AÇÕES:**

- 1 – Fortalecimento das Organizações Sociais existentes na área do rio Inauini; e
- 2 – Criação de novas organizações sociais.

#### **Ação 1 - Fortalecimento das Organizações Sociais existentes na área do rio Inauini**

##### **Objetivos:**

- i) Fortalecer e regularizar a Associação Deus é Amor junto aos órgãos públicos;

ii) Aumentar o nível de participação dos moradores nas organizações sociais que os representam;

iii) Apoiar a estruturação das organizações comunitárias;

iv) Assegurar a ampla participação dos moradores, representados pela Associação Deus é Amor, nos processos de gestão da unidade;

v) Assegurar que as organizações sociais estejam aptas a representarem os moradores no Conselho Gestor da Unidade e na obtenção de benefícios.

#### **Atividades:**

i) Apoiar o desenvolvimento de ações para o fortalecimento e regularização da Associação Deus é Amor;

ii) Incentivar e apoiar a criação e formalização de organizações comunitárias, que contemplem a participação de mulheres, jovens e crianças, bem como o fortalecimento e regularização das existentes;

iii) Articular para ampliação da capacidade de promoção e acesso aos direitos fundamentais, como saúde, saneamento, transporte, educação, habitação e renda, que são os identificadores de melhor qualidade de vida;

iv) Promover reuniões na comunidade com a finalidade de estimular os moradores a participarem das organizações comunitárias;

v) Apoiar as organizações na definição de estratégia para arrecadação de recursos financeiros, para estruturação e desenvolvimento de projetos;

vi) Estimular e apoiar a Associação Deus é Amor e outras organizações comunitárias na estruturação de sede, meio de transporte comunitário e outros;

vii) Realização de oficinas de capacitação para as organizações comunitárias, visando o fortalecimento do processo participativo;

viii) Realizar cursos de formação de lideranças;

xi) Realizar oficinas de capacitação para elaboração e gerenciamento de projetos.

#### **Resultados Esperados:**

i) Associação Deus é Amor regularizada junto aos órgãos públicos;

ii) Organizações aptas a representarem os moradores nos processos participativos e na obtenção de benefícios para a população;

iii) Forma de arrecadação definida para cada organização, de acordo com a necessidade;

iv) Reuniões para estimular a participação dos moradores nas organizações comunitárias;

v) Associações com maior representatividade e com maior capacidade de articulação.

## **Ação 2 - Implantação de novas organizações sociais**

### **Objetivos:**

- i) Estimular o cooperativismo na Unidade;
- ii) Facilitar a comercialização da produção dos moradores da Floresta Nacional e do entorno;
- iii) Proporcionar aumento na produção, redução de custos e melhores preços dos produtos através de cooperativas.

### **Atividades:**

- i) Articular com a Cooperar (Cooperativa Agro-Extrativista do Mapiá e Médio Purus) para extensão de sua organização até as áreas do rio Inauini.
- ii) Estudar a criação e formalização de uma cooperativa dos produtores e extrativistas do Rio Inauini e afluentes, que possa gerenciar algumas atividades de manejo comunitário e produção de forma cooperativa;
- iii) Estimular o desenvolvimento de projetos de manejo comunitário e produção de farinha, artesanatos e outros produtos a partir da cooperativa ou associações;
- iv) Estimular a comercialização de gêneros alimentícios, insumos, ferramentas e outros, aos cooperados por preços mais acessíveis;
- v) Incentivar o cooperativismo, através de curso e intercâmbios com outras organizações comunitárias.

### **Resultados Esperados:**

- i) Cooperativa de produtores e extrativistas estabelecida, fomentando a produção e comercialização dos produtos;
- ii) Redução no preço dos produtos adquiridos pelos moradores;
- iii) Melhoria de mercado para os produtos da Unidade e conseqüente melhoria no preço desses produtos;

iv) Ter realizado intercâmbio entre as organizações comunitárias locais e outras organizações comunitárias da região.

### **13.10.9. Subprograma de Infra-estrutura Comunitária (ZP1 – Inauini)**

Atualmente a maioria dos moradores desta área da Floresta Nacional e seu entorno vivem em colocações ao longo do rio Inauini e dos igarapés afluentes. Alguns moradores se deslocam por mais de seis horas de barco para chegar ao vizinho mais próximo. Essa dispersão das moradias dificulta o acesso da população a algumas condições básicas de vida, tais como, educação, saúde, saneamento básico, energia elétrica, comunicação. Tal situação dificulta também a gestão integrada das duas Florestas Nacionais envolvidas. Por isso o ICMBio já vem discutindo com a população a possibilidade de concentrar as moradias em dois núcleos habitacionais. Como essa forma de ocupação ainda está em discussão (inclusive é uma das linhas de ação do programa de Gestão Demográfica desse Plano de Manejo), independentemente da decisão, há necessidade de se prever a implantação de estruturas básicas essenciais, tais como, escolas, posto de saúde, saneamento básico, eletrificação, transporte, estruturas para produção e beneficiamento de produtos de forma cooperativa, entre outras. O convênio entre o Ibama (com atribuições repassadas para o ICMBio) e o INCRA para reconhecer os moradores das Florestas Nacionais como beneficiários da reforma agrária contempla algumas ações voltadas à infra-estrutura; porém, as demais estruturas deverão ser obtidas a partir da articulação de parcerias com outras instituições, como FUNASA, Secretaria de Educação e Prefeituras Municipais, etc.

A melhoria da infra-estrutura da comunidade, sobretudo as relativas à saúde, são ao mesmo tempo extremamente necessárias às ações de manejo e de gestão, de forma que proporcionam também às equipes em campo, melhores condições para desenvolvimento de suas atividades.

#### **AÇÕES:**

- 1 - Implantação de infra-estrutura básica para atendimento a saúde.
- 2 – Melhorar as condições de moradia da população residente
- 3 – Implantar estruturas de saneamento básico

- 4 – Implantar estrutura de geração e fornecimento de energia elétrica.
- 5 – Implantação de sistemas de comunicação para as famílias residentes e para as organizações comunitárias
- 6 – Implantar infra-estrutura de transporte de pessoas, produção e materiais
- 7 – Estrutura comunitária para produção, beneficiamento e armazenamento.
- 8 – Implantação de infra-estrutura para cultura, esporte, lazer e religião

### **Ação 1 - Implantação de infra-estrutura básica para atendimento a saúde**

#### **Objetivos:**

- i) Assegurar aos moradores uma assistência à saúde regular;
- ii) Agilizar o deslocamento de pacientes graves ao hospital de Boca do Acre;
- iii) Controlar algumas doenças mais comuns no local, como a malária;
- iii) Garantir à população local melhor atendimento a saúde.

#### **Atividades:**

i) Articular junto à Secretaria de Saúde e prefeituras municipais para construção de um posto de saúde em cada Núcleo Habitacional (se esses núcleos forem implantados) ou em local a ser definido que atenda o maior número de moradores possível;

ii) Em conjunto com a associação dos moradores, buscar parceria para a aquisição de uma embarcação tipo voadeira (barco com motor de popa) para garantir o deslocamento rápido de pacientes em estado grave até o hospital de Boca do Acre;

iii) Articular com as prefeituras municipais e secretarias de saúde para contratação de Agentes de Saúde do local, com estrutura que permitam as visitas regulares dos moradores e encaminhamento de alguns pacientes à assistência médica;

iv) Articular com a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, a instalação de uma Unidade de Microscopia para Malária, em cada Núcleo Habitacional, se esses forem implantados, ou em local a ser definido que atenda o maior número de moradores possível;

v) Articular com a secretaria de saúde para promover visitas regulares de médicos e dentistas às comunidades locais.

**Resultados Esperados:**

- i) Posto(s) de saúde implantado na Unidade;
- ii) Agentes de Saúde treinados e capacitados para visitas regulares aos moradores;
- iii) Unidade de Microscopia para Malária implantada;
- iv) Barco para transporte de pacientes graves adquirido;
- v) Parceria com as secretarias de saúde estabelecida, para realização das visitas de médicos e dentistas às comunidades;
- vi) Atendimento à saúde para os moradores da Floresta Nacional Mapiá-Inauini e do entorno melhorado.

**Ação 2 - Melhorar as condições de moradia da população residente**

**Objetivos:**

- i) Assegurar a adequada aplicação do Crédito Habitação oriundo do convênio entre Ibama (ICMBio) e INCRA na melhoria das moradias;
- ii) Garantir melhores condições de moradia à população.

**Atividades:**

- i) Definir com a Associação dos Moradores e com o INCRA uma comissão para administrar a aplicação do Crédito Habitação na melhoria do padrão de moradia;
- ii) Definir em conjunto com os moradores onde serão construídas as casas: em Núcleos Habitacionais (selecionar o local) ou nas colocações atuais, bem como o modelo padrão das residências;
- iii) Promover visitas de intercâmbio de representantes dos moradores a outras Unidades de Conservação onde já foi aplicado o Crédito Habitação;
- iv) Acompanhar a construção e/ou reforma das moradias;
- v) Buscar outras formas e meios para melhoria das unidades habitacionais.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter a adequada aplicação do Crédito Habitação na melhoria do padrão das moradias;
- ii) Com a participação da população residente, ter definido o local ideal para a construção das novas moradias;

- iii) Moradias construídas em um padrão previamente definido.

### **Ação 3 - Implantar estruturas de saneamento básico**

#### **Objetivos:**

- i) Assegurar aos moradores da Floresta Nacional Mapiá-Inauini e do entorno condições básicas de saneamento;
- ii) Contribuir para a melhoria nas condições de saúde dos moradores;
- iii) Possibilitar aos moradores o consumo de água potável.

#### **Atividades:**

- i) Articular com a FUNASA e outros parceiros a instalação de estruturas básicas de saneamento, adequadas à realidade local;
- iii) Buscar parcerias para abertura de poços para abastecimento de água onde for necessário;
- iv) Aquisição de filtros ou outras formas de tratamento da água para consumo humano, quando for caso.

#### **Resultados Esperados:**

- i) Ter implantando nas comunidades estrutura básica de saneamento;
- ii) Água potável disponível aos moradores;
- iii) Redução dos índices de enfermidades provocadas por condições inadequadas de saneamento.

### **Ação 4 - Implantar estrutura de geração e fornecimento de energia elétrica.**

#### **Objetivos:**

- i) Assegurar aos moradores das comunidades locais o acesso a energia elétrica;
- ii) Facilitar a produção e beneficiamento de produtos através de máquinas/equipamentos elétricos.

#### **Atividades:**

- i) Avaliar demanda de energia em função dos equipamentos/máquinas que poderão ser instalados nas comunidades.

ii) Definir qual o sistema ideal e mais adequado para os Núcleos Residenciais, se for o caso, ou para as unidades habitacionais;

iii) Articular parceria com a coordenação do programa "Luz para Todos" para a implantação do referido programa na Unidade;

**Resultados Esperados:**

i) Ter definido o sistema ideal de eletrificação para as comunidades locais;

ii) Ter implantado um sistema de eletrificação nas comunidades da Unidade e do entorno.

**Ação 5 - Implantação de sistemas de comunicação para as famílias residentes e para as organizações comunitárias**

**Objetivos:**

i) Melhorar o sistema de comunicação dos moradores;

ii) Possibilitar a população residente o acesso a um sistema de telefonia;

iii) Possibilitar à comunidade residente e às organizações comunitárias a inclusão digital;

iv) Facilitar o controle, proteção e fiscalização e atendimento a denúncias e comunicados de invasões e ilícitos ambientais.

**Atividades:**

i) Articular com a Telemar a instalação de telefones públicos nos Núcleos Habitacionais, se esses forem implantados na área, ou em comunidades com maior concentração de pessoas;

ii) Articular com os ministérios afins e entidades privadas para acesso aos programas oficiais de inclusão digital.

iii) Articular com a Telemar a disponibilização de linhas residenciais e comerciais para comunitários que tenham interesse.

**Resultados Esperados:**

i) Telefones públicos instalados nos Núcleos Habitacionais, se for o caso, ou em comunidades atuais;

- ii) Linhas particulares disponibilizadas para moradores;
- iii) população e organizações comunitárias integradas aos programas de inclusão digital.
- iv) Melhoria no sistema de comunicação.

## **Ação 6 - Implantar infra-estrutura de transporte de pessoas, produção e materiais**

### **Objetivos:**

- i) Facilitar o deslocamento dos moradores;
- ii) Melhorar o escoamento de produtos e suprimentos de gêneros de primeira necessidade;
- iii) Facilitar as atividades de manejo dentro da Unidade.

### **Atividades:**

- i) Abertura de ramais e caminhos internos para facilitar a realização das atividades de manejo florestal, o escoamento de produtos e locomoção das pessoas;
- ii) Articular com as organizações comunitárias e outros parceiros a aquisição de barcos para uso comunitário no transporte de moradores, produtos e mercadorias.
- iii) Articular com as organizações comunitárias e outros parceiros a aquisição de veículos de transporte interno.
- iv) Articular para construção de portos, atracadouros ou escadarias nos principais locais de embarque e desembarque.

### **Resultados Esperados:**

- i) Malha viária necessária implantada;
- ii) Barcos e outros meios de transporte adquiridos e atendendo aos interesses coletivos das comunidades;
- iii) Portos, atracadouros ou escadarias nos principais locais de embarque e desembarque construídos.

## **Ação 7 - Estrutura comunitária para produção, beneficiamento e armazenamento**

### **Objetivos:**

- i) Estruturar as comunidades para produção, beneficiamento e armazenamento;
- ii) Melhorar a capacidade produtiva e de beneficiamento na unidade;
- iii) Estimular o desenvolvimento de atividades cooperativas.

### **Atividades:**

- i) Definir em conjunto com os moradores quais as atividades produtivas e de beneficiamento deverão ser realizadas em estrutura de uso comunitário;
- ii) Dimensionar com as comunidades a estrutura (instalações, máquinas e equipamentos) adequada para realizar a produção, beneficiamento e armazenamento de produtos, de acordo com as potencialidades e capacidades produtivas de cada comunidade;
- iii) Definir o local ideal para construção de cada instalação;
- iv) Apoiar as organizações comunitárias na articulação de parcerias para estruturação das unidades produtivas.

### **Resultados Esperados:**

- i) Estrutura adequada para produção e beneficiamento de produtos na unidade definida;
- ii) Unidades produtivas de uso comunitário instaladas.

## **Ação 8 - Implantação de infra-estrutura para cultura, esporte, lazer e religião**

### **Objetivos:**

- i) Possibilitar aos moradores o acesso ao esporte, lazer, cultura e religião;
- ii) Estimular o desenvolvimento da cultura, esporte, lazer e religião na Unidade.

### **Atividades:**

- i) Definir com os moradores espaços para construção de praças públicas, play ground, campos de futebol, igrejas e centros comunitários;

- ii) Articular com os moradores a construção de campos de futebol e centros comunitários;
- iii) Articular com os moradores e com igrejas das várias denominações para construção dos templos nas comunidades;
- iv) Buscar parcerias para instalação de pracinhas e play ground nas comunidades.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter nas comunidades espaços destinados ao esporte, lazer, cultura e religião;
- ii) Articulação estabelecida com moradores, igrejas e outros parceiros para construção das instalações necessárias.

**(c) Zona Populacional do Purus**

A Zona Populacional do Rio Purus encontra-se com um processo de organização comunitária mais incipiente que as demais. A presença dessa população só foi identificada dentro da Floresta Nacional durante os levantamentos de campo do Plano de Manejo, em 2005. Por isso, esta área nunca foi incluída, anteriormente, nos processos de gestão da Unidade. Agora o desenvolvimento comunitário específico dessa Zona Populacional deverá ser concebido e implementado através deste Programa com o apoio do Programa de Gestão Participativa.

**13.10.10. Subprograma de Desenvolvimento Comunitário do Tabocal  
(ZP4 - Purus)**

O desenvolvimento comunitário da comunidade Tabocal, situada na área onde a Floresta Nacional toca a margem do rio Purus, será desenvolvido, como nas demais áreas, através de processos participativos. Porém, como esta comunidade só muito recentemente foi incorporada ao processo de gestão participativa da Floresta Nacional, na prática, ainda serão necessárias atividades preliminares de sensibilização e mobilização social para desenvolvimento de suas propostas próprias de desenvolvimento comunitário. A partir dessas atividades de consulta é que deverá surgir um plano de desenvolvimento comunitário específico para essa comunidade.

## **Ação 1 - Construção do Plano de Desenvolvimento Comunitário do Tabocal**

### **Objetivos:**

- i) Sensibilizar e mobilizar a comunidade local para elaboração de seu Plano de Desenvolvimento Comunitário próprio.
- ii) Elaborar um Plano de Desenvolvimento Comunitário local

### **Atividades:**

- i) Realizar oficina de sensibilização da comunidade com vistas à definição de sua proposta de desenvolvimento comunitário.
- ii) Estabelecer as demandas de desenvolvimento comunitário locais
- iii) Definir as prioridades para o desenvolvimento comunitário local
- iv) Articular com parceiros governamentais e não governamentais para atendimento às demandas priorizadas pela comunidade.

### **Resultados Esperados:**

- i) Comunidade do Tabocal com um Plano de Desenvolvimento Comunitário consensualizado localmente
- ii) Atividades de implantação de infra-estrutura e serviços comunitários em implementação
- iii) Melhorias na qualidade de vida da comunidade Tabocal alcançadas.

## **13.11. Programa de Uso Público**

A visitação é intensa desde a criação da Floresta Nacional do Purus. A Vila Céu do Mapiá é sede do movimento espiritualista do Santo Daime, autóctone da Amazônia e interessados provenientes de todo o mundo a procuram em busca da Doutrina ali praticada, de devoção à floresta e auto-conhecimento espiritual. O fluxo de visitação concentra-se nos festivais religiosos locais - junho/julho e dezembro/janeiro, registrando cerca de trezentos visitantes brasileiros e estrangeiros em alguns desses eventos - mais de 50% da população local. Visitantes permanecem por períodos, que variam de alguns dias, até meses, com impactos positivos e negativos, restritos à área do igarapé Mapiá. Entre os positivos, que devem ser potencializados pelo Programa de Uso Público, está a geração de rendas temporárias em atividades como transporte,

hospedagem, alimentação e artesanato. Oportunidades de intercâmbio favorecem aos moradores de diversas formas, pois não se trata de uma visita apenas “de consumo”, porém engajada num movimento cultural comprometido socialmente. Podem ser citados como impactos negativos, que devem ser enfrentados no âmbito do Programa de Uso Público: riscos de desagregação cultural, tendências de inflação nos preços de produtos essenciais e, especialmente crucial: uma tendência ao surgimento de novos moradores. Outros impactos também devem ser mencionados e avaliados.

A visita é intensa para uma comunidade florestal remota, mas tem recepção rústica em quase todos os aspectos. Este Programa deve organizar a atividade, maximizando impactos positivos e minimizando negativos, assim como contornando obstáculos e distinguindo públicos de interesse. O controle da visita, o aperfeiçoamento das estruturas, o apoio de órgãos do setor para desenvolver produtos mediante técnicas participativas, envolvendo as comunidades, são as diretrizes centrais. O Programa também deverá contribuir para difundir uma consciência conservacionista na Floresta Nacional.

Apesar das grandes dificuldades logísticas da visita à Unidade, o Ecoturismo de base comunitária deverá ser desenvolvido, principalmente pelas peculiaridades culturais e interesse dos comunitários, qualificando suas atividades receptivas, já em prática, por meio de uma agência de turismo cooperativada, capaz de gerar padrões de serviços. Outros públicos, além dos visitantes que buscam a Doutrina, podem ser atraídos pela agência, tais como pesquisadores, observadores de fauna e outros segmentos. O Programa de Uso Público, com ênfase na Vila Céu do Mapiá, deverá planejar todo o produto ecoturístico de base comunitária da Floresta Nacional inteira.

Na área do rio Inauini o Programa de Uso Público se funde com o da Floresta Nacional Mapiá-Inauini. Numa política de gestão integrada, o Programa poderá desenvolver atividades eco-turísticas aproveitando o fluxo de visitantes já existente na área do Mapiá estendendo visitas até o rio Inauini e lagos do Purus, onde a biodiversidade da Amazônia é mais preservada e abundante. Outros públicos-alvos de visitantes também podem ser detectados para essa área, como pesquisadores, ornitólogos amadores, pescadores esportivos, etc.

## **AÇÕES:**

- 1 – Controlar o fluxo de visitantes na Vila Céu do Mapiá e na Floresta Nacional.
- 2 – Desenvolver produto ecoturístico de base comunitária comunitário na Vila Céu do Mapiá e toda a Floresta Nacional.
- 3 - Capacitar a população residente para operar a atividade turística.
- 4 - Identificar áreas potenciais para visitação em toda a Unidade.
- 5 - Identificar áreas potenciais para instalação de infra-estrutura de apoio ao uso público.
- 6 - Promover a Unidade como um novo pólo ecoturístico da Amazônia.

### **Ação 1 – Controlar o fluxo de visitantes na Vila Céu do Mapiá e na Floresta Nacional**

#### **Objetivo:**

i) Ter controle da presenç  de visitantes da Unidade na Vila Céu do Mapiá e toda a Floresta Nacional.

#### **Atividades:**

i) Constituir grupo de trabalho envolvendo ICMBio, AMVCM e IDA-CEFLURIS, Associação Deus   Amor (Inauini) e Associação Deus por Nós (Purus) para definir o plano de controle integrado da visitação   Vila Céu do Mapiá e Floresta Nacional;

ii) Estabelecer processo integrado com as Associações para padronização das autorizações de entrada e dos vistos de permanência de visitantes na Flona / Vila Céu do Mapiá, a serem emitidos em Boca do Acre e executar;

iii) Utilizar os Postos de Controle da Floresta Nacional no limite com a Fazenda São Sebastião e no rio Inauini para registrar a entrada e saída de visitantes na Unidade;

iv) Com base nas autorizações de visita e vistos de permanência na Flona emitidos e nos registros de entrada e saída de visitantes, estabelecer mecanismos de controle da visitação   Flona nas sedes das Associações, com supervisão periódica pelo ICMBio.

#### **Resultados Esperados:**

- i) Fluxo de visitantes da Vila Céu do Mapiá e em toda a Floresta Nacional conhecido;
- ii) Presença de intrusos detectada.

## **Ação 2 - Desenvolver produto turístico comunitário unificado da Vila Céu do Mapiá**

### **Objetivos**

- i) Envolver os diversos segmentos da sociedade local ligados às atividades associadas à recepção de visitantes, na criação de um produto turístico comunitário unificado;
- ii) Garantir a adequação do produto turístico local às demandas de preservação da cultura e do ambiente locais;
- iii) Comprometer os diversos segmentos da comunidade com a garantia de manutenção do produto turístico desenvolvido;
- iv) Gerar atrativos eco-turísticos complementares ao Santo Daime;
- v) Garantir melhor nível de geração e distribuição de rendas na comunidade.

### **Atividades:**

- i) Articular com órgãos públicos de turismo (especialmente o Programa de Ecoturismo - PROECOTUR - do Ministério do Meio Ambiente) e organizações não governamentais afins, a realização de oficinas participativas de planejamento de produto ecoturístico de base comunitária unificado na Vila Céu do Mapiá, com ênfase em associativismo e cooperativismo e na criação de uma agência de turismo receptivo;
- ii) Sensibilizar e mobilizar representantes de segmentos comunitários envolvidos com a atividade (AMVCM, IDA-DEFLURIS, serviços de transporte, hospedagem, comércio, alimentação, artesãos, etc.) para participação nas oficinas de turismo comunitário;
- iii) Identificar, avaliar e desenvolver os atrativos turísticos potenciais na Floresta Nacional, passíveis de serem explorados a partir do fluxo de visitação estabelecido na Vila Céu do Mapiá;
- iv) Identificar e desenvolver estratégias de acesso a segmentos específicos de público-alvo para as atividades turísticas propostas;

v) Avaliar os impactos socioambientais da atividade turística planejada, desenvolvendo estratégias de potencialização dos impactos positivos e de mitigação dos negativos, tendo em vista a definição das capacidades de suporte da visitação em cada local específico;

vi) Definir a demanda de infra-estruturas comunitárias necessárias ao incremento das atividades turísticas e estabelecer estratégias de implementação.;

vii) Estudar e estabelecer padrões para cada tipo de serviço associado à atividade turística na comunidade;

viii) Estabelecer estratégias de captação de recursos para projetos turísticos desenvolvidos pela comunidade;

ix) Estudar e estabelecer procedimentos para autorização das atividades associadas ao turismo a serem desenvolvidas na Vila Céu do Mapiá, tendo em vista os padrões de serviços definidos para cada atividade.

#### **Resultados Esperados:**

i) Vila Céu do Mapiá organizada enquanto produto turístico comunitário unificado;

ii) Planejamento das atividades ligadas à recepção de visitantes consensuado na comunidade e operante;

iii) Impactos socioambientais negativos da atividade turística em níveis aceitáveis;

iv) Rendas geradas e distribuídas localmente.

### **Ação 3 - Capacitar a população residente para operar a atividade turística**

#### **Objetivos:**

i) Garantir a participação da comunidade residente e do entorno no desenvolvimento das atividades turísticas;

ii) Garantir a possibilidade às Associações Comunitárias para que possam operar as atividades turísticas.

#### **Atividades:**

i) Capacitar a comunidade residente e do entorno nas atividades voltadas para

os serviços turísticos;

ii) Capacitar as Associações Comunitárias para que possam operar as atividades turísticas.

**Resultados Esperados:**

i) Ter, em 5 anos, estabelecido capacitações para a comunidade residente no que diz respeito aos serviços turísticos;

ii) Ter, em 5 anos, capacitado as Associações Comunitárias para operar a atividade turística.

**Ação 4 - Identificar áreas potenciais para visitação**

**Objetivos:**

i) Identificar e delimitar áreas propícias à visitação, levando em consideração os aspectos cênicos, sociais, os atrativos naturais e de produção;

ii) Levantar as possíveis modalidades de turismo que poderão ser desenvolvidos na Floresta Nacional como um todo.

**Atividades:**

i) Levantar as potencialidades turísticas da Unidade;

ii) Realizar estudos da capacidade de suporte das áreas escolhidas para visitação, com a identificação dos possíveis impactos e suas respectivas ações mitigadoras;

iii) Envolver a população residente no processo de identificação das áreas potencialmente turísticas;

iv) Determinar as modalidades de turismo que poderão ser desenvolvidas na Unidade, tendo como principal critério, o grau de impacto causado sobre o meio ambiente.

**Resultados Esperados:**

i) Ter, dentro de 2 anos, todas as áreas com potencialidades para o turismo levantadas através dos estudos adequados;

ii) Ter, dentro de 3 anos, todas as áreas propícias a visitação delimitadas e mapeadas;

### **Ação 5 - Identificar áreas potenciais para instalação de infra-estrutura de apoio ao uso público**

#### **Objetivos:**

- i) Identificar os locais onde serão instaladas a infra-estrutura de apoio ao uso público, quando necessária;
- ii) Localizar essas infra-estruturas, prioritariamente, nas Zonas Populacionais e de Uso Comunitário.

#### **Atividades:**

- i) Após escolhidas as áreas para a visita, identificar o melhor local e opção através de critérios estabelecidos, para a instalação da infra-estrutura necessária para a atividade, buscando sempre impactar o mínimo possível a área escolhida e sua paisagem natural;
- ii) Listar a infraestrutura necessária para o serviço ecoturístico.

#### **Resultados Esperados:**

- i) Ter, dentro de 2 anos, a lista de todas as infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento da atividade turística;
- ii) Ter, dentro de 2 anos, identificadas as áreas que irão receber as infra-estruturas necessárias.

### **Ação 6 - Promover a Unidade como um novo pólo ecoturístico da Amazônia**

#### **Objetivos:**

- i) Fazer com que a Floresta Nacional do Purus torne-se conhecida como um novo pólo de atração turística da região do Médio Purus;
- ii) Atrair empresários e operadoras de turismo para trazer investimentos e atuarem na Unidade.

#### **Atividades:**

- i) Consensualizar com as entidades concessionárias das Zonas Populacionais ou

de Uso Comunitário para a implementação, ou não, de atividades turísticas a serem realizadas por terceiros nas áreas concedidas;

ii) Produzir material promocional da Floresta Nacional destacando seus atrativos;

iii) Divulgação da Unidade nos diversos meios de comunicação;

iv) Identificar e estabelecer parcerias com potenciais parceiros (empresários e operadores de turismo) que possam trazer investimentos para a Unidade, no desenvolvimento da atividade turística.

#### **Resultados Esperados:**

i) Ter, em 2 anos, produzido material promocional da Floresta Nacional;

ii) Ter, em 1 ano, iniciado o processo de divulgação da Unidade;

iii) Ter, em 1 ano, identificado os potenciais parceiros com possibilidades de investir na Floresta Nacional;

iv) Ter, em 2 anos, estabelecido parcerias com empresários e operadoras de turismo.

### **13.12. Programa de Interpretação e Educação Ambiental**

O sucesso das ações e a efetividade do Plano de Manejo dependem do grau de apropriação do conhecimento e de sensibilização de todos os atores envolvidos, sobretudo dos moradores, do Conselho de Gestão e dos concessionários de produtos e serviços florestais.

As ações de interpretação e educação ambiental devem ser desenvolvidas de forma transversal, de modo que permeie todos os demais programas e devem estar diretamente relacionadas ao Programa de Gestão, focando seu alvo na formação e fortalecimento da organização comunitária e no comprometimento ambiental de todos os usuários e concessionários da Floresta Nacional do Purus.

As ações devem atingir não só o interior da Unidade, mas também toda região por ela compreendida, principalmente a cidade de Boca do Acre, sendo que na identificação do público alvo dever-se-á considerar fundamentalmente a faixa etária, o gênero e a condição social e cultural, de forma a envolver indistintamente todos os membros da sociedade na gestão e no manejo da Unidade.

Com base nas recomendações e observações nos levantamentos e nas oficinas de planejamento, serão desenvolvidas as seguintes ações:

**AÇÕES:**

- 1 - Sensibilização em relação a pesca e caça predatória e retirada ilegal de madeira
- 2 - Esclarecer a população residente e da região e os concessionários quanto a legislação ambiental, sua aplicação e implicações.
- 3 - Sensibilizar os moradores e os concessionários para a coleta seletiva e destinação dos resíduos sólidos
- 4 - Desenvolver ações gerais de educação ambiental envolvendo principalmente jovens, mulheres e crianças

**Ação 1 - Sensibilização em relação a pesca e caça predatória e retirada ilegal de madeira**

**Objetivos:**

- i) Minimizar os conflitos na área com pesca e caça predatória;
- ii) Auxiliar no combate à retirada ilegal de madeira na Floresta Nacional e seu entorno;
- iii) Reduzir os impactos ambientais, econômicos e sociais causados pelas atividades ilegais na Unidade.

**Atividades:**

- i) Desenvolver campanhas de sensibilização e esclarecimento junto a comunidade local e na região sobre os danos da pesca e caça predatória e sobre a retirada ilegal de madeira;
- ii) Informar à comunidade sobre a legislação correlata e suas implicações;
- iii) Apoiar o desenvolvimento de acordos de pesca para contenção da pesca predatória.
- iv) Intensificar atividades de educação ambiental junto às Colônias de Pescadores e ao mercado madeireiro da região.
- v) Envolver os Agentes Ambientais Voluntários nas atividades previstas.
- vi) Buscar parcerias para a realização das atividades.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter minimizado os conflitos de caça e pesca predatória na Unidade e entorno;
- ii) Ter ordenada a exploração de madeira na Unidade e região;
- iii) Ter educação ambiental inserida nos acordos de pesca.
- iv) Ter os atores locais orientados sobre as questões ambientais e implicações que envolvem a caça e pesca predatória e a exploração ilegal de madeira.

**Ação 2 - Esclarecer a população residente e da região e os concessionários quanto a legislação ambiental, sua aplicação e implicações**

**Objetivos:**

- i) Dar conhecimento e manter informada a população sobre a legislação ambiental;
- ii) Sensibilizar e esclarecer sobre a importância das Unidades de Conservação e especificamente das Florestas Nacionais;
- iii) Sensibilizar e esclarecer sobre o ICMBio e suas funções;
- iv) Orientar e qualificar a população local para ações de defesa do meio ambiente.

**Atividades:**

- i) Apoiar e qualificar os Agentes Ambientais Voluntários para exercício de suas funções na Unidade;
- ii) Capacitar a população local em atividades que requeiram conhecimento e aplicação da legislação;
- iii) Elaborar e distribuir material educativo adequado à realidade local sobre legislação ambiental;
- iv) Promover palestras sobre Unidades de Conservação e especificamente sobre Florestas Nacionais;
- v) Promover palestras sobre o ICMBio e suas funções;
- vi) Articular com outros setores do ICMBio e parceiros para realização das atividades.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter a população local conhecendo e aplicando a legislação ambiental;
- ii) População melhor qualificada para exercer ações de gestão e manejo da Unidade;
- iii) Agentes Ambientais melhor qualificados para atuação na Unidade;
- iv) Material educativo sobre legislação ambiental elaborado.

**Ação 3 - Sensibilizar os moradores e os concessionários para a coleta seletiva e destinação dos resíduos sólidos**

**Objetivos:**

- i) Reduzir o acúmulo de resíduos sólidos nas colocações e nos cursos d'água da Unidade;
- ii) Redução de danos a saúde provocados pela destinação inadequada do lixo.
- iii) Destinar corretamente os resíduos sólidos gerados pelas atividades familiares e de manejo.

**Atividades:**

- i) Efetuar levantamento mais detalhado sobre o lixo produzido na Unidade;
- ii) Definir alternativas compartilhadas para destinação dos resíduos sólidos, principalmente pilhas, garrafas pet, plásticos e latas;
- iii) Buscar parceria para reciclagem ou reutilização dos resíduos
- iv) Desenvolver campanhas de sensibilização sobre os danos causados pelo lixo.

**Resultados Esperados:**

- i) Comunidade e concessionários sensibilizados para a correta destinação do lixo;
- ii) Resíduos sólidos produzidos na Unidade corretamente destinados;
- iii) Ter alternativas de renda a partir da reciclagem e reutilização do lixo.

#### **Ação 4 - Desenvolver ações gerais de educação ambiental envolvendo principalmente jovens, mulheres e crianças**

##### **Objetivos:**

- i) Sensibilizar e envolver a comunidade nas ações de educação ambiental, priorizando jovens, mulheres e crianças;
- ii) Fortalecer a participação de jovens, mulheres e crianças nas atividades realizadas na Unidade;
- iii) Promover a melhoria da qualidade de vida da população residente;
- iv) Promover a adequação aos padrões ideais de qualidade ambiental das atividades de manejo.

##### **Atividades:**

- i) Definir ações prioritárias de educação ambiental envolvendo questões relativas a qualidade de vida da população residente e qualidade ambiental das ações de manejo;
- ii) Criar e definir grupos formados por jovens, mulheres e crianças para atuarem nas ações de educação ambiental;
- iii) Capacitar os grupos gerais para realização das atividades
- iv) Sensibilizar e envolver a comunidade na preservação dos mananciais utilizados para captação de água;
- v) Elaborar material didático e educativo contendo os temas que envolvam as ações de manejo;
- vi) Articular parcerias para o desenvolvimento de ações de educação ambiental envolvendo principalmente jovens, mulheres e crianças;
- vii) Articular com os outros setores do ICMBio e parceiros para as ações de educação ambiental.

##### **Resultados Esperados:**

- i) Jovens, mulheres e crianças da comunidade capacitadas nas ações de educação ambiental;
- ii) Comunidade local envolvida nas atividades gerais da Unidade;
- iii) Material didático e educativo com temas que envolvam as ações de manejo elaborado;

- iv) Ações de manejo com padrão de qualidade ambiental satisfatório;
- v) IDH da população residente em índices aceitáveis;
- vi) Ter grupos criados e fortalecidos atuando nas ações de educação ambiental.

### **13.13. Programa de Recuperação de Ambientes Degradados**

O presente programa tem como objetivo identificar os ambientes degradados no interior da Floresta Nacional do Purus, assim como propor ações para sua recuperação.

Atualmente a existência de áreas degradadas limita-se às áreas de várzea, margens de cursos d'água e áreas de ocupação humana, não comprometendo a integridade física e natural da Unidade.

Especialmente nas áreas próximas à Vila Céu do Mapiá o Programa deverá ser integrado às atividades comunitárias com sistemas Agroflorestais que vêm sendo incrementadas desde 2001.

As áreas a serem recuperadas poderão ser objeto de plantios de florestas de uso múltiplo e com valor comercial, que possam gerar rendas a curto, médio e longo prazos, funcionando como "poupança verde" para os comunitários.

#### **AÇÕES:**

- 1 - Identificar as áreas degradadas, em uso ou abandonadas, no interior da Unidade
- 2 - Recuperar as áreas degradadas identificadas
- 3 - Monitorar as ações de recuperação de áreas degradadas

#### **Ação 1 - Identificar as áreas degradadas, em uso ou abandonadas, no interior da Unidade**

##### **Objetivos:**

- i) Identificar e mapear as áreas degradadas no interior da Unidade;
- ii) Constatar "in loco" as características das áreas degradadas mais representativas.

**Atividades:**

- i) Analisar imagens de satélites para a identificação, localização e quantificação das áreas degradadas;
- ii) Verificação em campo e caracterização das áreas degradadas com a participação das comunidades;
- iii) Classificar e definir as áreas prioritárias para recuperação.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter em 02 anos as áreas degradadas identificadas, mapeadas e classificadas em importância para recuperação.

**Ação 2 - Recuperação das áreas degradadas identificadas**

**Objetivos:**

- i) Recuperar as áreas degradadas identificadas;
- ii) Propor ações para minimizar as atividades degradadoras;
- iii) Propor alternativas de uso do solo que minimizem os impactos sobre o ambiente.

**Atividades:**

- i) Definir métodos e modelos para a recuperação das áreas degradadas, priorizando as localizadas em áreas de preservação permanente;
- ii) Definir métodos e modelos para a recuperação das áreas degradadas nas Zonas Populacionais, como por exemplo a implantação de sistemas agroflorestais, enriquecimento de capoeira, entre outros;
- iii) Capacitar os moradores sobre alternativas ao uso do fogo no manejo de roçados, através da disseminação de técnicas de agroecologia, permacultura e outros;
- iii) Estabelecer de forma participativa normas e critérios para a implantação de roçados e outros usos alternativos do solo na Zona Populacional.

**Resultados Esperados:**

- i) Ter em 03 anos métodos e modelos definidos para a recuperação de áreas degradadas

ii) Ter em 03 anos moradores capacitados e utilizando alternativas ao uso do fogo nos roçados;

iii) Ter em 02 anos definidas as normas e critérios para a implantação de roçados e outros usos alternativos do solo.

### **Ação 3 - Monitoramento das ações de recuperação de áreas degradadas**

#### **Objetivo:**

i) Acompanhar as áreas em recuperação, gerando informações para aprimoramento dos modelos e métodos utilizados.

#### **Atividades:**

i) Instalar parcelas para o monitoramento das áreas em recuperação;

ii) Avaliar o processo de sucessão nas áreas abandonadas e em recuperação, para propor adequações aos métodos e modelos em utilização.

#### **Resultados Esperados:**

i) Ter em 03 anos parcelas para acompanhamento, instaladas nas áreas em recuperação para acompanhamento do processo sucessional;

ii) Ter em 05 anos indicativos sobre a efetividade dos métodos e modelos de recuperação utilizados, bem com a indicação das adequações necessárias.

## **13.14. Programa de Relações Públicas e Institucionais**

Para a implementação do Plano de Manejo é imprescindível a articulação com entidades de diversos níveis - governamentais das três esferas e não-governamentais comunitárias, acadêmicas, financeiras, etc. -, pois muitas atividades previstas transcendem à competência estrita do ICMBio. A Gerência da Floresta Nacional, através deste Programa, deverá desenvolver uma política ativa de Relações Institucionais, construindo parcerias para viabilização do Plano de Manejo em múltiplos aspectos. O Conselho Consultivo – e, dentro dele, especialmente a Câmara de Integração Técnico-Institucional (CITI, ver seção 12.2.3) – são as instâncias onde se deve estruturar o núcleo central da Política de Relações Institucionais da Floresta

Nacional do Purus. Tendo em vista a implementação das diversas ações dos Programas, deverão surgir focos de estruturação de parcerias capazes de viabilizar atividades.

Será interessante estruturar Acordos de Cooperação Técnica entre o ICMBio e certas instituições, pautando objetivos específicos de parcerias envolvendo a Floresta Nacional. Especial atenção deve ser dada ao Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra – IDA. Esta organização não-governamental mantenedora do movimento cultural sediado na Vila Céu do Mapiá desempenha atividades e articula relações em todo o Brasil e diversos países do mundo. O IDA, como ONG sediada na Floresta Nacional de envergadura internacional, poderá desempenhar funções especialmente estratégicas, promovendo, juntamente com o ICMBio, articulações institucionais em favor de Projetos a serem desenvolvidos na Unidade.

Os Projetos, que estruturam a implementação de atividades no Plano, selam os compromissos institucionais finais envolvendo a Floresta Nacional. Todo Projeto terá uma entidade responsável pela sua execução e uma ou mais entidades fontes de recursos. Será interessante criar e manter um cadastro de instituições parceiras da gestão da Floresta Nacional sistematizando informações sobre cada uma, seu tipo, seus objetivos, contatos, natureza da parceria, histórico do relacionamento, etc. O Programa de Relações Institucionais também deverá estimular a integração entre parceiros, incentivando relacionamentos ligados ao Plano de Manejo.

### **Ação 1 - Estruturar a rede de parceiros da gestão da Floresta Nacional do Purus**

#### **Objetivo:**

i) Fortalecer a capacidade executiva do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus através da construção de parcerias institucionais.

#### **Atividades:**

i) Desenvolver proposta básica de uma Política de Relações Institucionais da Floresta Nacional;

ii) Celebrar Acordo de Cooperação Técnica entre ICMBio e Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra para estruturação de parceria focalizando articulações institucionais para implementar atividades na Floresta Nacional;

iii) Desenvolver e manter Cadastro de Instituições Parceiras do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus;

iv) Celebrar Acordos de Cooperação Técnica com instituições parceiras, focalizando objetos específicos de parcerias;

v) Articular com o INCRA para acesso das famílias residentes aos benefícios da reforma agrária e aos créditos do PRONAF.

vi) Estabelecer parcerias com as organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa para implementação das ações de manejo em geral e de desenvolvimento comunitário, em especial;

vii) Articular com o INCRA desenvolvimento de ações compartilhadas relativas à regularização fundiária da Unidade e das áreas do entorno;

viii) Articular com a FUNASA e Secretarias de Saúde para implementar alternativas de saneamento básico e ações de saúde compatíveis com a realidade local.

ix) Articular com as Secretarias de Educação e organizações afins para implementação de sistemas de educação compatíveis com as necessidades e especificidades locais;

x) Buscar parceria com ONG's locais e instituições ensino, pesquisa e de fomento para elaboração de projetos específicos voltados à implementação dos programas;

xi) Articular com o Serviço Florestal Brasileiro – SFB para implementação imediata dos programas relacionados a serviços e produção florestal;

xii) Articular com as Associações, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e Militar e Delegacias de Polícia de Pauni e Boca do Acre para desenvolvimento e implementação de Sistema de Justiça Comunitária e Segurança na Flona;

xiii) Apoiar a APAS e a Associação Deus é Amor dos moradores do rio Inauini para a continuidade da produção de couro vegetal.

### **Resultados Esperados:**

- i) Política de Relações Institucionais da Floresta Nacional do Purus operando.
- ii) Parceria com Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra (IDA) operando na captação de recursos para Projetos na Floresta Nacional
- iii) Acordos de Cooperação Técnica implementados com parceiros.

## 14. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma e orçamento apresentados a seguir constituem uma estimativa geral de custos das atividades previstas para o Plano de Manejo. É necessário, no entanto, mencionar uma ressalva: a execução física dependerá da real disponibilidade dos recursos estimados para cada atividade.

Verifica-se então, de um lado, a necessidade de implementar uma estratégia eficaz de captação de recursos, para que o Plano possa ser executado a contento. Essa política de captação de recursos será uma atividade prioritária para todo o processo de gestão. Os organismos que deverão estruturar tal política serão, principalmente: o Fundo de Gestão da Floresta Nacional do Purus (seção 13.1.1, ação 2), a Incubadora de Projetos (seção 13.1.4, ação 2), a Câmara de Integração Técnico-Institucional (seção 13.2, ação 4) e o Programa de Relações Públicas e Institucionais (seção 13.14).

Por outro lado, paralelamente à política de captação de recursos, deve ser desenvolvida uma prática sistematizada de priorização das ações, a cada momento, tendo em vista a real disponibilidade de recursos. Assim, dentro de uma definição de prioridades, muitas atividades poderão ser executadas em momentos diferentes do que foi originalmente planejado. Outras, eventualmente, terão que ser abandonadas, diante de dotações de recursos aquém das necessidades do Plano. As atividades de priorização das ações relacionam-se com: a Agenda de Trabalho do Plano de Manejo (seção 13.1.1, ação 1, atividade xiv), os Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento (seção 13.1.1, ação 1, atividade xiv e seção 13.2, ação 4, atividade ii) e a Agenda 21 Local da Floresta Nacional do Purus (seção 13.2, ação 6, atividade iii). Através dos ritos administrativos previstos nessa dinâmica de agendamento, será priorizada cada atividade a ser efetivamente implementada no processo real de gestão, tendo em vista suas reais possibilidades de implementação, diante dos resultados efetivos de dotações financeiras reais, resultantes da implementação da estratégia de captação de recursos.

Os instrumentos citados acima permitem considerar a ressalva mencionada no início, garantindo que a execução do Plano de Manejo tenha um andamento satisfatório, ainda que não se consiga alcançar sua plena e total implementação – o que, evidentemente, depende da disponibilidade real de recursos. No entanto, apesar de pautar recursos que nem sempre estarão disponíveis no tempo real, o cronograma

físico-financeiro apresentado a seguir é um instrumento de gestão que subsidiará a tomada de decisões a cada momento, em favor de uma ou outra atividade planejada, respaldando a própria estratégia de captação de recursos. Outra ressalva é que, no ato de deliberação de uma atividade, deve-se proceder a um orçamento mais realista e detalhado, que as estimativas gerais apresentadas a seguir.

Por fim, a título de esclarecimento, informa-se diversas atividades aparecem aparentemente sem estimativa de recursos orçados na planilha. Isto ocorre, seja em razão de essas atividades não acarretarem custos efetivos, ou em razão de seus custos estarem contemplados em outra atividade, já prevista no âmbito de uma ação correlata. Este Plano de Manejo procura integrar um amplo conjunto de atividades, ações, Sub-Programas e Programas de forma analítica, cujas lógicas específicas podem frequentemente convergir para atividades finais, que, de certa forma, já podem ter seu orçamento contemplado em outras partes do sistema. Neste caso, como se tratam de atividades correlatas realizadas unificadamente por duas ações paralelas, os recursos só estarão previstos em uma das ações/atividades convergentes listadas, evitando-se duplicações orçamentárias.

## 14.1. Cronograma Físico-financeiro detalhado por atividade

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>1. Programa de Administração</b>						
<b>1.1 - Sub-Programa de Gestão de Recursos Administrativos</b>						
<b>Ação 1. Estruturar e organizar os recursos humanos necessários à gestão da Flona</b>						
<b>Atividades:</b>						
i) Instituir a estrutura de administração e gestão da Floresta Nacional do Purus, e respectivo organograma	2.000,00					<b>2.000,00</b>
ii) Articular com Coordenação Regional e Diretorias do ICMBio para alocação de quadro de pessoal necessário para as ações de administração, manejo e gestão	X	X	X	X	X	-
iii) Formar Agentes Voluntários entre os moradores da Flona		20.000,00			20.000,00	<b>40.000,00</b>
iv) Articular com a Coordenação Regional e Diretorias do ICMBio e instituições parceiras para a contratação emergencial de serviços terceirizados para apoio à gestão - equipe mínima de 4 técnicos de apoio (de contabilidade, de mobilização social, de informática/web e de atenção ambiental), mais 12 agentes comunitários recrutados entre moradores das diversas Zonas Populacionais da Floresta Nacional;	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	<b>500.000,00</b>
v) Identificar a necessidade de mais pessoal terceirizado, especialmente para suprir as funções mais cruciais para a gestão da Flona em apoio administrativo e enquanto não são supridos quadros permanentes do ICMBio, buscar e disponibilizar recursos		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	<b>200.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
vi) Elaborar uma proposta de conteúdo de capacitação com base nas ações administrativas e de manejo propostas	2.000,00		2.000,00			<b>4.000,00</b>
vii) Articular com a Coordenação Regional e Diretorias do ICMBio e instituições parceiras para participação e promoção de cursos e eventos de capacitação do corpo de pessoal e quadro terceirizado	10.000,00	25.000,00	10.000,00	30.000,00	10.000,00	<b>85.000,00</b>
viii) Desenvolver um plano de ações para os serviços dos voluntários e de estagiários.		2.000,00			2.000,00	<b>4.000,00</b>
ix) Levantar as possibilidades de inclusão da Floresta Nacional do Purus nos programas de voluntariado	X	X				-
x) Definir estratégias para captação de voluntários e estagiários	X	X				-
xi) Formalizar cooperação com as instituições de ensino para estabelecer a Floresta Nacional do Purus como área potencial para pesquisa e estágio		10.000,00				<b>10.000,00</b>
xii) Proceder a um processo de nivelamento e reciclagem dos recursos humanos, disponíveis à Floresta Nacional, com leitura e análise conjuntas do Plano de Manejo	X					-
xiii) Preparar a base gerenciamento de informações necessária ao Programa de Administração, com os seguintes bancos-de-dados:(1) Planejamento e Controle da Agenda de Trabalho, 2) Carteira de Projetos, (3) Cadastro de Fontes de Recursos, (4) Cadastro dos Moradores, (5) Cadastro de Posses Rurais, (6) Cadastro de Controle de Visitação e (7) Fundo de Gestão da Floresta Nacional do Purus	15.000,00					<b>15.000,00</b>
xiv) Organizar as atividades a serem implementadas pela Gerência através da estruturação da "Agenda de Trabalho do Plano de Manejo de Floresta Nacional do Purus" a partir de <i>ritos administrativos básicos</i>	X	X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
xv) Organizar as Reuniões Trimestrais dos Conselhos Comunitários e os Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento (CITI), como ritos de controle da implementação do Plano e de programação de metas de curto prazo (trimestrais)	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	<b>300.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL AÇÃO 1</b>	<b>189.000,00</b>	<b>267.000,00</b>	<b>222.000,00</b>	<b>240.000,00</b>	<b>242.000,00</b>	<b>1.160.000,00</b>
<b>Ação 2. Estruturar os recursos financeiros necessários à gestão da Flona</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Criar o Fundo de Gestão da Floresta Nacional do Purus, com respectivo banco-de-dados, como instrumento contábil para estruturar e controlar o fluxo de recursos dentro do Plano	X					-
ii) Orçar os custos das atividades e ritos administrativos	X	X	X	X	X	-
iii) Elaborar o Plano Operativo e Orçamentário Anual para o ano seguinte no mês de julho de cada ano	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	<b>2.500,00</b>
iv) Identificar fontes de recursos para cada atividade proposta	X	X	X	X	X	-
v) Desenvolver a Política de Captação de Recursos da Floresta Nacional do Purus em conjunto com os parceiros da Câmara de Integração Técnico-Institucional	X	X	X	X	X	-
vi) Desenvolver o Cadastro de Fontes de Recursos como banco de dados para instrumentalizar a Política de Captação de Recursos	2.500,00	2.500,00				<b>5.000,00</b>
vii) Realizar anualmente operações de captação de recursos para implementação da Agenda de Trabalho comum, apresentando Projetos junto a instituições catalogadas no Cadastro de Fontes de Recursos	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>50.000,00</b>
viii) Articular com Coordenação Regional e outros setores do ICMBio a execução orçamentária e financeira dos recursos do órgão destinados ao Fundo de Gestão da Floresta Nacional do Purus	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	<b>2.500,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
ix) Articular através da Câmara de Integração Técnico-Institucional e assessoria parlamentar do ICMBio ou do Ministério do Meio Ambiente, a edição de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União em favor da Floresta Nacional	X	X	X	X	X	-
ix) Articular com entidades responsáveis por Projetos na Floresta Nacional do Purus e as instituições fontes de recursos de suas atividades, a estruturação e o controle da execução orçamentária e financeira de cada iniciativa		3.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>18.000,00</b>
x) Definir e estabelecer estratégia para o eficiente controle da arrecadação gerada pelas concessões.			5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>15.000,00</b>
xi) Apresentar, em abril de cada ano para Comissão designada pelo Conselho Consultivo, toda a comprovação de gastos realizados na Floresta Nacional no ano anterior, fortalecendo o controle social da gestão	X	X	X	X	X	-
xii) Elaborar mensalmente relatório de atividades executadas	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	<b>6.000,00</b>
xiii) Proceder anualmente ao controle das ações executadas e da efetividade do Plano de Manejo	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	<b>20.000,00</b>
xiv) Elaborar planos de trabalho trimestrais	800,00	800,00	800,00	800,00	800,00	<b>4.000,00</b>
xv) Definir e estabelecer estratégia para um eficiente controle da execução orçamentária	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	6.500,00	<b>32.500,00</b>
<b>SUB-TOTAL AÇÃO 2</b>	<b>26.000,00</b>	<b>29.000,00</b>	<b>33.500,00</b>	<b>33.500,00</b>	<b>33.500,00</b>	<b>155.500,00</b>
<b>Ação 3. Estruturar os recursos materiais necessários à gestão da Flona</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Definir e implantar a estrutura administrativa necessária para apoio ao manejo e gestão	5.000,00		5.000,00			<b>10.000,00</b>
ii) Identificar os locais estratégicos e implantar estradas e vias de acesso, com seus respectivos equipamentos de controle		50.000,00				<b>50.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iii) Identificar local estratégico e buscar parcerias para implantar pista de pouso na Unidade, com seu respectivo equipamento de controle, a ser estabelecida como nova Zona de Uso Especial, facultando a administração direta pelo ICMBio				50.000,00		<b>50.000,00</b>
iv) Cruzar as informações do Plano de Desenvolvimento Comunitário e as ações previstas no Programa de Desenvolvimento Comunitário com as necessidades de infra-estrutura da Unidade	x					-
v) Definir a estrutura mínima necessária para o funcionamento do escritório sede e postos avançados	x					-
vi) Providenciar a cessão para o ICMBio de instalações de propriedade do Ibama existentes na cidade de Boca do Acre para implantação da sede da Floresta Nacional do Purus em conjunto outras Unidades baseadas na cidade	x					-
vii) Elaborar projeto arquitetônico para o escritório compartilhado das sedes das Unidades de Conservação baseadas em Boca do Acre, aproveitando as instalações a serem cedidas pelo IBAMA, contemplando, no mínimo, sala das chefias, sala da administração, sala de técnicos, sala de reuniões, almoxarifado e alojamentos	2.000,00					<b>2.000,00</b>
viii) Elaborar projeto arquitetônico e de infra-estrutura para o escritório de referência do ICMBio na Vila Céu do Mapiá, contemplando, no mínimo, sala da chefia, sala de reuniões, recepção / administração, almoxarifado e alojamento anexo	1.500,00					<b>1.500,00</b>
ix) Elaborar projeto arquitetônico e de infra-estrutura e implantar as instalações de referência local do ICMBio no Rio Inauini, para uso compartilhado das administrações das Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini	2.000,00					<b>2.000,00</b>
x) Localizar pontos estratégicos para postos de controle	x					-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
xi) Elaborar projetos das instalações de apoio ao manejo e gestão – guaritas, portões, correntes, antenas, etc.	1.000,00					1.000,00
xii) Viabilizar os meios necessários para efetivação dos projetos propostos e garantir sua execução	90.000,00					90.000,00
xiii) Garantir a disponibilização dos seguintes recursos materiais para o escritório da Vila Céu do Mapiá: canoa de alumínio, motor de popa de 40 HP, motor de 11 HP com rabeta, placa solar de 50 A com controlador de carga, 03 baterias, inversor de carga de 1000 w; notebook, aparelho de fax, linha telefônica, gerador, modem para internet, data-show, motocicleta 150 cc.	60.000,00					60.000,00
xiv) Identificar os locais para melhor instalação dos equipamentos de comunicação entre a sede em Boca do Acre, escritório de referência na Vila Céu do Mapiá, ponto de referência no rio Inauini e postos de controle nas diversas Zonas Populacionais e Zonas de Manejo Florestal da Floresta Nacional	x					-
xv) Identificar os tipos de sistemas e de equipamentos de comunicação adequados para os diversos locais e diversas situações	x					-
xvi) Dimensionar a demanda de equipamentos para comunicação via internet	x					-
xvii) Articular para dotação dos sistemas de comunicação mais adequados e implantá-los	25.000,00					25.000,00
xviii) Desenvolver e manter sítio da Floresta Nacional do Purus na internet	5.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	13.000,00
xix) Dotar equipamentos de trabalho para os analistas ambientais e demais pessoal permanente contratado	6.000,00	3.000,00			40.000,00	49.000,00
<b>SUB-TOTAL AÇÃO 3</b>	<b>197.500,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>52.000,00</b>	<b>42.000,00</b>	<b>353.500,00</b>
<b>TOTAL SUB-PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS</b>	<b>412.500,00</b>	<b>351.000,00</b>	<b>262.500,00</b>	<b>325.500,00</b>	<b>317.500,00</b>	<b>1.669.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>1.2 - Sub-Programa de Regulamentação do Plano de Manejo</b>						-
<b>Ação 1. Construir o Plano de Utilização Comunitária da Floresta Nacional do Purus</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Criar grupo de trabalho na Floresta Nacional reunindo o ICMBio e parceiros envolvidos, com o objetivo específico de construção do pacto a ser formalizado pelo Plano de Utilização Comunitária		X				-
ii) Definir estratégia de mobilização das comunidades residentes com vistas à consensualização de um Plano de Utilização Comunitária a ser pactuado		X				-
iii) Conscientizar os moradores, principalmente as lideranças comunitárias, sobre o mecanismo das Concessões de Direito Real de Uso de terrenos da Flona para usufruto dos seus residentes, como garantia de posse legítima dos espaços de moradia e agricultura familiar, fundamentada no Plano de Manejo/SNUC/Constituição Federal e as contrapartidas de condutas sustentáveis a serem observadas por esses moradores		10.000,00				<b>10.000,00</b>
iv) Esclarecer aos moradores sobre direitos, deveres e sanções a infratores que devem constar no estatuto geral, que é o Plano de Utilização Comunitária a ser pactuado		10.000,00				<b>10.000,00</b>
v) Aprovar formalmente em assembléias gerais das associações de moradores e Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais, o texto consensualizado do Plano de Utilização Comunitária da Floresta Nacional do Purus		X				-
vi) Aprovar, em Reunião Ordinária Semestral do Conselho Consultivo, o Plano de Utilização Comunitária da Floresta Nacional do Purus, que foi previamente pactuado com os moradores			X			-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
vii) Definir estratégia para acompanhar o cumprimento do Plano de Utilização Comunitária através dos Programas de Monitoramento e de Proteção e Fiscalização		X				-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	<b>20.000,00</b>	-	-	-	<b>20.000,00</b>
<b>Ação 2. Construir os Planos de Ação dos Programas de Manejo</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estudar uma ordem de prioridade estratégica para regulamentação dos Programas, começando pelo de Gestão Participativa, para desenvolver demais com a participação dos seus respectivos atores	X	X	X	X	X	-
ii) Definir um "Roteiro Básico para Formatação dos Planos de Ação dos Programas de Manejo", à luz do Método da Semente		X				-
iii) Estudar a necessidade de contratação de consultores para desenvolvimento do Plano de Ação do Programa específico e, se for o caso, viabilizar e proceder;		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>40.000,00</b>
iv) Definir estratégia geral de mobilização e diálogo com os grupos de atores específicos envolvidos com os Programas, para consensualizar os Planos de Ação		X	X	X	X	-
v) Colher, entre os atores envolvidos, informações para a regulamentação das questões de manejo específicas a serem regulamentadas pelo Plano de Ação do Programa de Manejo em construção		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>40.000,00</b>
vi) Amadurecer a minuta do Plano de Ação nos fóruns da Agenda 21 Local		X	X	X	X	-
vii) Submeter a minuta do Plano de Ação à apreciação dos Conselhos Comunitários e da Câmara de Integração Técnico-Institucional		X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
viii) Aprovar no Conselho Consultivo a versão definitiva do Plano de Ação do Programa previamente avaliada pelos fóruns participativos subsidiários da Floresta Nacional do Purus		X	X	X	X	-
ix) Acompanhar a implementação do Programa à luz do Plano de Ação aprovado, cruzando com o Programa de Monitoramento e colhendo informações da prática executiva		X	X	X	X	-
x) Coibir alterações das regulamentações cruzando com o Programa de Fiscalização e Controle		X	X	X	X	-
xi) Corrigir distorções em revisões periódicas do Plano de Manejo						-
SUB-TOTAL DA AÇÃO 2	-	20.000,00	20.000,00	20.000,00		60.000,00
<b>Ação 3. Construir Planos específicos subsidiários aos Programas de Manejo</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Identificar necessidades de regulamentação de aspectos particulares dos Programas de Manejo através de Planos específicos subsidiários	X	X	X	X	X	-
ii) Incluir na estratégia de prioridades gerais do Plano de Manejo a necessidade de regulamentação de aspectos particulares de Programas através de Planos específicos	X	X	X	X	X	-
iii) Priorizar a constituição do Plano Diretor da Vila Céu do Mapiá, regulamentando o Programa de Desenvolvimento Comunitário local	X	X				-
iv) Lançar na Agenda de Trabalho do Plano de Manejo os ritos administrativos referentes à construção dos Planos específicos, incluindo seus Roteiros Metodológicos peculiares		X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
v) Constituir grupo de trabalho (GT) específico envolvendo a Gerência da Flona, participantes do Programa de Gestão Participativa e do Programa Implicado, para tratar da construção do Plano específico priorizado		X	X	X	X	-
vi) Estudar a necessidade de contratação de consultores para desenvolvimento do Plano específico e, se for o caso, viabilizar e proceder		10.000,00	20.000,00	30.000,00	40.000,00	<b>100.000,00</b>
vii) Definir, no âmbito do GT, estratégias técnicas e político-participativas para a construção do Plano específico priorizado		X	X	X	X	-
viii) Identificar e fazer representar em eventos de consulta técnica e comunitária, os segmentos envolvidos com as atividades a serem regulamentadas através do Plano específico para coleta de sugestões e consensualização		20.000,00	20.000,00	30.000,00	40.000,00	<b>110.000,00</b>
ix) Elaborar minuta do Plano específico e submeter à apreciação dos parceiros em Fóruns da Agenda 21 Local específicos, nos Conselhos Comunitários implicados e no Grupo de Trabalho Integrado		10.000,00	20.000,00	30.000,00	40.000,00	<b>100.000,00</b>
x) Aprovar no Conselho Consultivo a versão final previamente consensualizada.		X	X	X	X	-
xi) Disponibilizar e divulgar o Plano específico aprovado pelo Conselho Consultivo junto aos atores envolvidos com a regulamentação específica ali estabelecida		5.000,00	10.000,00	15.000,00	20.000,00	<b>50.000,00</b>
xii) Integrar com Programa de Fiscalização e Controle para controlar alterações no cumprimento das regulamentações		X	X	X	X	-
xiii) Integrar com Programa de Monitoramento para acompanhar a implementação do Programa de Manejo específico e reunir informações obtidas com a prática para as futuras revisões do Plano de Manejo		X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	<b>-</b>	<b>45.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>105.000,00</b>	<b>140.000,00</b>	<b>360.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>Ação 4. Construir as Instruções de Serviço, que detalharão regras sobre aspectos específicos e pontuais da gestão sócio-biental da Floresta Nacional do Purus</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Detectar aspectos pontuais da gestão sócio-ambiental da Floresta Nacional do Purus que necessitam ser detalhados e regulamentados de forma mais emergencial para orientar condutas específicas e/ou administrar conflitos localizados	X	X	X	X	X	-
ii) Incluir na Agenda de Trabalho do Plano de Manejo a necessidade de regulamentar aspectos particulares dos Programas e das Zonas de Manejo através de Instruções de Serviço específicas	X	X	X	X	X	-
iii) Definir Grupo de Trabalho (GT), para definir e implementar estratégias para construção da Instrução de Serviço específica	X	X	X	X	X	-
iv) Identificar e fazer representar em eventos de consulta técnica e comunitária, os segmentos envolvidos com as atividades a serem regulamentadas através da Instrução de Serviço para coleta de sugestões	1.500,00	3.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	<b>22.500,00</b>
vi) Elaborar minuta da Instrução de Serviço e submeter à apreciação dos parceiros em fóruns específicos da Agenda 21, nos Conselhos Comunitários implicados e, eventualmente, no Grupo de Trabalho Integrado	X	X	X	X	X	-
vii) Aprovar no Conselho Consultivo a versão final previamente consensualizada	X	X	X	X	X	-
viii) Disponibilizar e divulgar a Instrução de Serviço aprovada pelo Conselho Consultivo junto aos atores envolvidos com a regulamentação específica ali estabelecida	X	X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
viii) Integrar com Programa de Fiscalização e Controle para corrigir alterações em relação ao que foi regulamentado	X	X	X	X	X	-
xii) Integrar com Programa de Monitoramento para acompanhar a implementação da Instrução de Serviço e reunir informações obtidas com a prática para futuras revisões de aperfeiçoamento, ou mesmo extinção, conforme as demandas da realidade local.	X	X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	<b>1.500,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>22.500,00</b>
<b>TOTAL SUB-PROGRAMA DE REGULAMENTAÇÃO</b>	<b>1.500,00</b>	<b>88.000,00</b>	<b>96.000,00</b>	<b>131.000,00</b>	<b>146.000,00</b>	<b>462.500,00</b>
<b>1.3 - Sub-Programa de Regularização Fundiária</b>						-
<b>Ação 1. Promover a regularização fundiária da Floresta Nacional do Purus</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Consultar os cartórios de Boca do Acre e Manaus e os órgãos públicos estaduais (ITEAM) e federais (INCRA) e outras fontes para identificar as terras públicas e privadas existentes na Unidade	10.000,00					<b>10.000,00</b>
ii) Proceder a levantamento de benfeitorias e avaliação das propriedades privadas identificadas		25.000,00				<b>25.000,00</b>
iii) Articular interna e externamente, buscando captação de recursos e agilidade nos processos de transferência de domínio das áreas identificadas, públicas e privadas, para o ICMBio	1.000,00	1.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	<b>1.202.000,00</b>
iv) Abertura de picadas e instalação de marcos geo-referenciados conforme legislação pertinente.				200.000,00		<b>200.000,00</b>
v) Instalação de placas de sinalização nos limites da Unidade, priorizando as principais vias de acesso	5.000,00				5.000,00	<b>10.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
vi) Confeção das bases cartográficas e memorial descritivo, para subsidiar a correção dos limites do Decreto de Criação			6.000,00			6.000,00
vii) Definir áreas propostas para anexação e efetuar diagnóstico situacional		40.000,00				40.000,00
viii) Efetuar consulta pública para referendar a proposta de anexação		15.000,00				15.000,00
ix) Estabelecer parceria com a FUNAI e com a organização indígena local para a adoção dos procedimentos que se fizerem necessários para corrigir a sobreposição com área a Terra Indígena Inauini-Teuini		7.500,00				7.500,00
x) Definir e demarcar os limites acordados com a FUNAI e a organização indígena local.				20.000,00		20.000,00
xi) Produzir nova base cartográfica e memorial descritivo da Floresta Nacional incluindo as novas áreas e nova confrontação com a Terra Indígena e anexação das novas áreas identificadas			X			-
xii) Reedição do Decreto de Criação com solução da sobreposição dos limites com a Terra Indígena e anexação das novas áreas identificadas			X			-
xiii) Consultar os cartórios de Boca do Acre e Manaus e os órgãos públicos estaduais (ITEAM) e federais (INCRA) e outras fontes para identificar as terras públicas e privadas existentes na Zona de Amortecimento				10.000,00		10.000,00
xiv) Elaborar mapa de situação fundiária da Zona de Amortecimento.				1.000,00		1.000,00
xv) Adotar os procedimentos necessários para a destinação das áreas identificadas					5.000,00	5.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>16.000,00</b>	<b>88.500,00</b>	<b>406.000,00</b>	<b>631.000,00</b>		<b>1.141.500,00</b>
<b>Ação 2. Organizar Sistema de Concessões de Direito Real de Uso para as populações residentes</b>						-
<b>Atividades:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
i) Efetuar o mapeamento de todas as áreas ocupadas pelas famílias residentes, contemplando as unidades habitacionais, as áreas ocupadas para uso agrícola e pecuária e as áreas utilizadas para extrativismo		70.000,00				<b>70.000,00</b>
ii) Identificar as famílias que fazem jus ao direito de posse e uso, segundo legislação pertinente e segundo definições especiais estabelecidas no Plano de Manejo		10.000,00				<b>10.000,00</b>
iii) Estruturar o Cadastro de Moradores como um banco-de-dados acoplado ao Sistema de Informações Geográficas da Floresta Nacional do Purus	X					-
iv) Integrar com o Sub-Programa de Regulamentação do Plano de Manejo para estruturação do Plano de Utilização Comunitária (seção 9.1.2, Ação 1) para formalizar a institucionalização do instrumento legal das Concessões de Direito Real de Uso na Floresta Nacional do Purus		X				-
v) Celebrar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletiva com a Associação Deus É Amor, abrangendo a Zona Populacional e a Zona de Uso Comunitário do Rio Inauini.			X			-
vi) Celebrar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletiva com a Associação Fé Em Deus, abrangendo a Zona Populacional e a Zona de Uso Comunitário do Rio Purus			X			-
vii) Celebrar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletiva em caráter especial com a Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal - Patrono Sebastião Mota de Melo, abrangendo as Zonas Populacionais e a Zona de Uso Comunitário do Mapiá (ZPs 2 e 3 e ZUC 2)			X			-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
viii) Estabelecer os critérios, direitos e deveres relacionados com a ocupação do território pelos moradores, integrando com o Programa de Desenvolvimento Comunitário para contemplar os Planos Diretores das Zonas Populacionais, os micro-zoneamentos e outros parâmetros locais de planejamento territorial e com o Programa de Gestão Demográfica, para contemplar políticas locais e específicas de gestão populacional			X			-
ix) Implementar, através das entidades concessionárias coletivas das Zonas Populacionais, os Termos de Compromisso Individuais, beneficiando os moradores locais identificados com direitos de posse e uso de áreas da Flona, com memorial descritivo e anexo cartográfico, detalhando cada área concedida			X	30.000,00	30.000,00	<b>60.000,00</b>
x) Providenciar a remoção de moradores considerados intrusos, não qualificados para celebração dos Termos de Compromisso individuais	10.000,00		30.000,00			<b>40.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>10.000,00</b>	<b>80.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>180.000,00</b>
<b>TOTAL SUB-PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</b>	<b>26.000,00</b>	<b>168.500,00</b>	<b>436.000,00</b>	<b>661.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>1.321.500,00</b>
<b>1.4 - Sub-Programa de Gestão de Projetos</b>						-
<b>Ação 1. Estabelecer um banco-de-dados para a gestão de Projetos na Floresta Nacional do Purus na forma de uma Carteira de Projetos.</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Elaborar, à luz do método da semente, a estrutura de informações da Carteira de Projetos como um banco-de-dados, com respectivos formulários de tabulação de dados e planilhas de controle da implementação	X					-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
ii) Organizar o banco-de-dados da Carteira de Projetos em pastas referentes a cada uma das cinco fases do Ciclo de Vida de um Projeto (ver Quadro 01)	X					-
iii) Integrar com a Carteira de Projetos com o Sub-Programa de Autorizações e Concessões		X	X	X	X	-
iv) Integrar com o Programa de Monitoramento para acompanhamento das atividades		X	X	X	X	-
v) Integrar com Programa de Fiscalização e Controle para corrigir alterações face às regulamentações da Flona		X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ação 2. Estabelecer uma Incubadora de Projetos na Floresta Nacional do Purus</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Desenvolver <i>Curso de Confecção de Projetos</i> , à luz do Método da Semente, para ser oferecido anualmente pela Incubadora.	2.000,00					<b>2.000,00</b>
ii) Selecionar atores prioritários, focalizando especialmente a Vila Céu do Mapiá como público-alvo das primeiras edições do Curso, pelo alto potencial local para estruturação de Projetos	X	X				-
iii) Agendar e realizar anualmente o Curso de Confecção de Projetos, diversificando o público atendido, priorizando as comunidades residentes progressivamente		10.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	<b>55.000,00</b>
iv) Formatar Projetos, através do Curso, em conjunto com os moradores, a partir das suas propostas originais		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>40.000,00</b>
v) Integrar o Curso de Confecção de Projetos e os próprios Projetos da Incubadora com a Carteira de Projetos e com o Sub-Programa de Licenciamento e Concessões		X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
vi) Selecionar instituições no Cadastro de Fontes de Recursos afins aos objetivos de cada Projeto e encaminhar propostas para obtenção de fundos		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	<b>4.000,00</b>
vii) Assessorar e acompanhar a implementação do Projeto especialmente nas fases iniciais do seu Ciclo-de-Vida próprio		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>40.000,00</b>
viii) Promover treinamentos de atores em áreas de especial interesse para o Plano de Manejo (aquicultura, permacultura, etc.), capacitando-os para Projetos	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	<b>100.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>22.000,00</b>	<b>51.000,00</b>	<b>56.000,00</b>	<b>56.000,00</b>	<b>56.000,00</b>	<b>241.000,00</b>
<b>Ação 3. Estabelecer mecanismos de Controle de Projetos</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Desenvolver formulários dos Relatórios Trimestrais e dos Relatórios Anuais de Projetos, dentro do banco-de-dados da Carteira de Projetos, como instrumentos de coleta de informações para o Controle	X					-
ii) Coletar, analisar e emitir parecer sistematicamente sobre os Relatórios Trimestrais e Relatórios Anuais dos Projetos e incorporar ao banco-de-dados		X	X	X	X	-
iii) Integrar com o Programa de Fiscalização e Controle		X	X	X	X	-
iv) Emitir Boletim Trimestral e Boletim Anual de Controle de Projetos para serem apreciados pelos Conselhos Comunitários, Câmara de Integração Técnico-Institucional e Conselho Consultivo		X	X	X	X	-
v) Se eventualmente forem emitidos, anexar pareceres e recomendações formalizados pelos Conselhos ou Câmara de Integração Técnico-Institucional sobre os Projetos, à sua pasta no banco-de-dados da Carteira		X	X	X	X	-
vi) Anexar à pasta do Projeto qualquer relação formalizada por (ou com) algum parceiro, Projeto ou Programa do Plano de Manejo		X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	-	-	-	-	-	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>TOTAL SUB-PROGRAMA DE GESTÃO DE PROJETOS</b>	22.000,00	51.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	241.000,00
<b>1.5 - Sub-Programa de Autorização de Atividades e Concessões Especiais de Uso</b>						-
<b>Ação 1. Estabelecer Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Desenvolver proposta de critérios e rotinas para criação do Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus	X					-
ii) Construir Instrução de Serviço específica, regulamentando o Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus	X	X				-
iii) Integrar o Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus com o banco-de-dados da Carteira de Projetos		X	X	X	X	-
iv) Manifestar Parecer formal, a ser emitido pela Gerência da Floresta Nacional, caso-a-caso, contendo exigências relativas a cada Projeto, como condicionantes de cada Autorização concedida na Floresta Nacional, consultando instâncias superiores do ICMBio e subsidiando as instâncias legais de licenciamento ambiental		X	X	X	X	-
v) Discutir o Projeto em Câmara Técnica para Autorização de Projetos, a ser criada pelo Conselho Consultivo, em todas as fases do processo		6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	<b>24.000,00</b>
vi) Submeter as propostas de Projetos à apreciação dos Conselhos Comunitários implicados e da Câmara de Integração Técnico-Institucional		X	X	X	X	-
vii) Integrar o sistema de licenciamento com o Programa de Monitoramento e com o Programa de Fiscalização e Controle		X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	24.000,00
<b>Ação 2. Organizar Sistema de Concessões de Uso Especiais na Floresta Nacional do Purus</b>						-
i) Definir os tipos de empreendimentos passíveis de autorização para Concessão de Uso Especial	X					-
ii) Elaborar as normas para instalação e funcionamento para cada tipo de atividade		X				-
iii) Definir a localização ideal e adequada para cada tipo de atividade		X				-
iv) Identificar as instalações já existentes na Floresta Nacional e proceder a regularização da situação na forma proposta		5.000,00				5.000,00
v) Elaborar um sistema de controle das atividades sob Concessão de Uso Especial		X	X			-
vi) Definir um sistema de pagamento pelo direito de Concessão para os empreendimentos com fins lucrativos não comunitários		X	X			-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	5.000,00	-	-	-	5.000,00
<b>TOTAL SUB-PROGRAMA DE DE AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES</b>	-	11.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	29.000,00
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO</b>	462.000,00	669.500,00	856.500,00	1.179.500,00	555.500,00	3.723.000,00
<b>2. Programa de Gestão Participativa</b>						-
<b>Ação 1. Implementar o Conselho de Gestão</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Realizar as Reuniões Ordinárias Semestrais e outras, extraordinárias, conforme a necessidade	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	200.000,00
ii) Realizar reuniões, seminários e oficinas para sensibilização, capacitação e identificação de lideranças para qualificação e mobilização do conselho	20.000,00		20.000,00		20.000,00	60.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iii) Estabelecer ações de capacitação continuada dos atores envolvidos, para uma atuação eficiente e eficaz nas atividades do Conselho		15.000,00		15.000,00		<b>30.000,00</b>
iv) Estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento do regimento interno	X	X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>60.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>290.000,00</b>
<b>Ação 2. Promover o fortalecimento de organizações comunitárias para participação no processo de gestão</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Fortalecer a Associação Deus é Amor (Zona Populacional do Inauini), a Associação Fé em Deus (Zona Populacional do Purus) e a Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá (Zona Populacional do Igarapé Mapiá) para participação no Conselho Consultivo e no manejo da Unidade	20.000,00	14.000,00			14.000,00	<b>48.000,00</b>
ii) Apoiar a criação e fortalecimento de outras organizações comunitárias (associações e cooperativas) para a implementação das ações de manejo comunitário	10.000,00	7.000,00			7.000,00	<b>24.000,00</b>
iii) Realizar capacitação em associativismo e cooperativismo para aprimorar o desempenho das organizações comunitárias	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	<b>35.000,00</b>
iv) Realizar cursos e oficinas para a formação de agentes comunitários para atuação nas ações de manejo	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>50.000,00</b>
v) Realizar intercâmbios com organizações de outras Unidades de Conservação	15.000,00		15.000,00		15.000,00	<b>45.000,00</b>
vi) Buscar parcerias para a execução das atividades propostas	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	<b>10.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>64.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>34.000,00</b>	<b>19.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>212.000,00</b>
<b>Ação 3. Implantar e implementar os Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais</b>						-
<b>Atividades:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
i) Criar os Conselhos Comunitários através de eleições diretas das representações por critério de proporcionalidade demográfica intra Zonas Populacionais e renovar a cada dois anos	12.000,00		4.000,00		4.000,00	<b>20.000,00</b>
ii) Realizar as Reuniões Ordinárias Trimestrais dos Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais		16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	<b>64.000,00</b>
iii) Realizar atividades de capacitação dos conselheiros e outros moradores interessados, visando a qualificar os Conselhos Comunitários	15.000,00		15.000,00		15.000,00	<b>45.000,00</b>
iv) Conduzir as deliberações dos Conselhos Comunitários ao Conselho Consultivo para homologação		X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	<b>27.000,00</b>	<b>16.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>16.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>129.000,00</b>
<b>Ação 4 – Implantar e implementar a Câmara de Integração Técnico-Institucional (CITI)</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Congregar instituições, entidades, grupos de projeto e indivíduos que realizam ou apoiam (ou têm interesse em apoiar ou realizar) atividades na Floresta Nacional do Purus	X					-
ii) Realizar Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento		8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	<b>32.000,00</b>
iii) Criar um espaço de trabalho virtual para participação de parceiros nas atividades da CITI	X					-
iv) Reunir, consensualizar, fazer amadurecer e acompanhar, num nível técnico-institucional, todas as propostas de projetos a serem implementadas na Floresta Nacional do Purus	X	X	X	X	X	-
v) Propor e amadurecer uma Política de Captação de Recursos para a Floresta Nacional do Purus	X	X	X	X	X	-
vi) Assessorar técnica e institucionalmente o Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Purus e os Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais	10.000,00	20.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	<b>120.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	<b>10.000,00</b>	<b>28.000,00</b>	<b>38.000,00</b>	<b>38.000,00</b>	<b>38.000,00</b>	<b>152.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>AÇÃO 5. Implementar a educação no processo de gestão</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Organizar, na equipe da Gerência da Floresta Nacional (permanente ou provisória), grupo de trabalho específico voltado para a implementação da educação no processo de gestão	X	X	X	X	X	-
ii) Estruturar, no Conselho Consultivo, a Câmara Técnica de Educação no Processo de Gestão, articulando a Gerência com as Associações dos moradores da Unidade e outros parceiros, estabelecendo o núcleo embrionário funcional de todo o Programa de Gestão Participativa	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>25.000,00</b>
iii) Utilizar o "Método da Semente" como instrumento didático para facilitar a compreensão do Plano de Manejo por todos os atores envolvidos com a gestão	X	X	X	X	X	-
iv) Analisar os diversos públicos-alvos da gestão participativa e preparar estratégias de educação no processo de gestão apropriadas ao envolvimento de cada segmento	X	X				-
v) Estudar e implementar formas pedagógicas de tradução do Plano de Manejo para as linguagens e os universos dos diferentes segmentos envolvidos no processo de gestão						-
vi) Preparar, publicar e estruturar, em mídias diversas, tanto o material promocional para divulgação do Plano de Manejo, quanto o material didático para apoio à educação no processo de gestão	15.000,00	X	15.000,00	X	X	<b>30.000,00</b>
vii) Capacitar a equipe técnica do ICMBio, técnicos de apoio, agentes comunitários e outros segmentos envolvidos com a gestão socioambiental da Unidade em pedagogia social e planejamento participativo	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>50.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
viii) Preparar os eventos públicos da gestão socioambiental participativa considerando os aspectos didáticos de tradução dos conteúdos para os universos de cada ator	X	X	X	X	X	-
ix) Organizar, para os moradores das Zonas Populacionais, cursos com o método Paulo Freire para alfabetização de adultos e conscientização sobre o processo de gestão participativa na Floresta Nacional (eco-alfabetização de adultos);		30.000,00				30.000,00
x) Documentar, relatar e refletir sobre os aprendizados obtidos no processo de gestão	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	15.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 5</b>	<b>33.000,00</b>	<b>48.000,00</b>	<b>33.000,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>150.000,00</b>
<b>AÇÃO 6. Implantar e implementar a Agenda 21 Local da Floresta Nacional do Purus</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Elaborar tecnicamente, à luz do Método da Semente, amadurecer socialmente e encaminhar formalmente, projeto ao MMA, para a construção da Agenda 21 Local da Floresta Nacional do Purus	2.000,00					2.000,00
ii) Implementar Fóruns de Agenda 21 abertos, para diálogos diretos, gerais e específicos, entre poder público, moradores e outros atores, em ritos paralelos às Reuniões Semestrais do Conselho Consultivo, às Reuniões Trimestrais dos Conselhos Comunitários e aos Seminários Trimestrais de Programação de Metas e Agendamento (CITI)		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
iii) Estruturar a implementação da Agenda 21 Local constituindo consensos sobre compromissos específicos a serem incorporados à Agenda de Trabalho da Floresta Nacional do Purus		X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Mobilizar a sociedade local, com apoio de Agentes Comunitários, para implementação, em regime pró-ativo, da Agenda de Trabalho da Floresta Nacional do Purus		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>40.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 6</b>	<b>2.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>442.000,00</b>
<b>Ação 7. Organizar o Grupo de Agentes Comunitários da Floresta Nacional do Purus</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Resgatar o Grupo de Agentes Comunitários criado na Vila Céu do Mapiá durante o processo de construção do PDC	1.500,00					<b>1.500,00</b>
ii) Promover capacitações dos Agentes Comunitários na compreensão do Plano de Manejo e da educação no processo de gestão	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>25.000,00</b>
iii) Promover capacitações dos Agentes Comunitários em técnicas de mobilização social, produção de eventos, facilitação de reuniões e pedagogia social, incluindo instrumentos como teatro, música e artes em geral	X	X	X	X	X	-
iv) Promover intercâmbios com o Grupo Saúde & Alegria da Floresta Nacional do Tapajós, para aprendizagem em mobilização social e em captação de recursos para atividades culturais com populações florestais	15.000,00	15.000,00	15.000,00			<b>45.000,00</b>
v) Instrumentalizar todos os processos participativos da Floresta Nacional do Purus (com destaque para as reuniões do Conselho Consultivo e dos Conselhos Comunitários e Agenda 21 Local)	X	X	X	X	X	-
vi) Traduzir a linguagem técnica da gestão para os universos dos diferentes atores do Plano de Manejo	X	X	X	X	X	-
vii) Estabelecer convênios e elaborar projetos de captação de recursos para remuneração dos Agentes Comunitários da Floresta Nacional do Purus	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>25.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
viii) Integrar os Agentes Comunitários da Floresta Nacional do Purus no âmbito dos programas de voluntariado do ICMBio	X	X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 7</b>	<b>26.500,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>96.500,00</b>
<b>Ação 8 - Estabelecer gestão compartilhada com a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e todo o Mosaico de Unidades baseado em Boca do Acre</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Identificar os objetivos e atividades comuns desenvolvidas nas Unidades do mosaico, com ênfase entre as duas interligadas pelo rio Inauini	X	X	X	X	X	-
ii) Estabelecer estratégias para cooperação entre as organizações comunitárias das Unidades	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>25.000,00</b>
iii) Identificar projetos que possam ser estendidos para as diversas Unidades	X	X	X	X	X	-
iv) Definir estratégia de ação conjunta do corpo técnico e administrativo do ICMBio lotado nas Unidades	X	X	X	X	X	-
v) Estender as políticas públicas piloto de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Humano realizadas na Floresta Nacional do Purus para a Floresta Nacional Mapiá-Inauini e demais Unidades do Mosaico	X	X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 8</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>25.000,00</b>
<b>Ação 9. Estabelecer gestão compartilhada entre a Floresta Nacional e as Terras Indígenas do entorno</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Celebrar convênio ou acordo de cooperação técnica com a FUNAI e com organizações indígenas	5.000,00					<b>5.000,00</b>
ii) Identificar ações que possam atender a objetivos comuns das comunidades extrativistas e indígenas	X	X	X	X	X	-
iii) Estabelecer estratégias para cooperação entre as organizações indígenas e extrativistas	X	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>40.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 9</b>	5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	45.000,00
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE GESTÃO PARTICIPATIVA</b>	232.500,00	337.000,00	350.000,00	281.000,00	341.000,00	1.541.500,00
<b>3 Programa de Gestão Demográfica</b>						-
<b>Ação 1. Desenvolver uma política de gestão demográfica participativa na Floresta Nacional do Purus</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Elaborar proposta básica para implementar a ação, com a definição de estratégias, agenda de trabalho, responsáveis, recursos e fontes		10.000,00				10.000,00
ii) Criar fóruns de discussão específica da questão demográfica no âmbito técnico-institucional e no âmbito político-comunitário				10.000,00	10.000,00	20.000,00
iii) Divulgar informações obtidas nos censos das Zonas Populacionais e relatórios sobre o estado dos ambientes associados, como instrumento da construção de consensos sobre a gestão demográfica				2.000,00	2.000,00	4.000,00
iv) Propor, discutir e aprovar, nos fóruns participativos da Floresta Nacional, diretrizes de gestão demográfica, tendo em vista aspectos de ordenação territorial, aspectos de saturação populacional, de respeito às identidades culturais e às limitações legais					X	-
v) Criar nas diversas ações do Programa de Gestão Demográfica, canais de participação e diálogo com as comunidades envolvidas, através de suas representações institucionais e outros canais de comunicação		X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	10.000,00	-	12.000,00	12.000,00	34.000,00
<b>Ação 2. Definir e aferir o "grau de saturação populacional", especialmente na micro-bacia do Igarapé Mapiá</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>Atividades:</b>						-
i) Elaborar proposta básica para implementar a ação, com a definição de estratégias, agenda de trabalho, responsáveis, recursos e fontes		2.000,00				2.000,00
ii) Proceder à análise e à escolha dos parâmetros significativos para a definição e aferição de um "Grau de Saturação Populacional", bem como sua forma de avaliação			15.000,00			15.000,00
iii) Considerar e analisar fatores tais como o censo populacional periódico, projeções populacionais, padrões tecnológicos de uso e ocupação do solo, evolução histórica das imagens de satélites da Unidade, análise de capacidade suporte dos ambientes, avaliação do estado geral dos ecossistemas das Zonas impactadas e projeções de cenários futuros				20.000,00		20.000,00
iv) Consensualizar a definição de "grau de saturação populacional", bem como a seleção de parâmetros implícita, através de consultas junto a especialistas e pesquisadores, no âmbito técnico e à população residente e a outros atores envolvidos na gestão da Unidade				10.000,00		10.000,00
v) Apresentar relatórios quinquenais de avaliação do Grau de Saturação Populacional, enquadrando a área como "não saturada", "em vias de saturação", ou "saturada" e recomendando procedimentos para a gestão demográfica					5.000,00	5.000,00
vi) Aprovar as aferições do Grau de Saturação Populacional, bem como suas recomendações nas instâncias participativas da gestão da Flona no âmbito dos Seminários Quinquenais de Revisão do Plano de Manejo					X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	2.000,00	15.000,00	30.000,00	5.000,00	52.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>Ação 3. Definir e implementar estratégias para o controle demográfico</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Promover, com base no Levantamento Simplificado da População (ver ação 4), no primeiro ano da gestão, a desintração de pessoas não habilitadas a residir na Floresta Nacional do Purus, em esforço de parceria com as Associações representativas dos moradores de cada Zona Populacional	7.500,00					<b>7.500,00</b>
ii) Levar programas de planejamento familiar para a população residente					25.000,00	<b>25.000,00</b>
iii) Monitorar a entrada de novos moradores que irão formar novas famílias dentro da Floresta Nacional	X	X	X	X	X	-
iv) Conscientizar as comunidades residentes sobre a necessidade de contenção futura do crescimento populacional migratório nas áreas do igarapé Mapiá, com vistas à manutenção da sustentabilidade para as gerações futuras	3.000,00	X	X		X	<b>3.000,00</b>
v) Estabelecer, através dos Regulamentos Comunitários das ZPs, diferentes classes de presença humana, contemplando tratamentos diferenciados na política de gestão demográfica, prevendo as seguintes categorias: visitante, estagiário, morador autorizado (exclusivamente nas ZPs 2 e 3) e morador original.	X	X	X	X	X	-
vi) Conter progressivamente o credenciamento de novos moradores para residirem nas Zonas Populacionais do Mapiá, na medida em que a área seja enquadrada como "em vias de saturação", ou "saturada"	X	X	X	X	X	-
vii) Impedir a entrada de famílias e de pessoas não autorizadas que pretendem se estabelecer na Unidade	X	X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
viii) Co-responsabilizar as concessionárias coletivas das Zonas Populacionais e os moradores residentes pelo estabelecimento irregular de familiares e conhecidos dentro da Unidade	X	X	X	X	X	-
ix) Utilizar os Agentes Comunitários, com apoio dos Agentes Voluntários Voluntários no monitoramento da entrada e saída de pessoas e famílias na Floresta Nacional	X	X	X	X	X	-
x) Realizar operações de fiscalização periódicas na Unidade	X	X	X	X	X	-
xi) Credenciar visitantes e novos moradores das Zonas Populacionais do Mapiá de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento Comunitário	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	<b>10.000,00</b>
xii) Controlar a presença de visitantes e moradores do Mapiá à luz dos respectivos credenciamentos	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	<b>15.000,00</b>
xiii) Definir critérios de credenciamento para visitas e permanência de familiares e conhecidos de moradores da Unidade	X	X				-
xiv) Controlar a presença de familiares e conhecidos de moradores da Unidade à luz dos respectivos credenciamentos	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>50.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	<b>25.500,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>110.500,00</b>
<b>Ação 4. Efetuar o cadastramento das famílias residentes e atualizá-lo a cada dois anos e meio</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Aplicar novos questionários sócio-econômicos para inclusão de famílias não incluídas nos estudos, caso necessário	10.000,00					<b>10.000,00</b>
i) Realizar um censo simples de contagem da população no terceiro ano da gestão			5.000,00			<b>5.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iii) A cada cinco anos, fazer um levantamento sócio-econômico mais detalhado da condição de vida da população residente, buscando acompanhar o seu crescimento e desenvolvimento humano					20.000,00	<b>20.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	<b>10.000,00</b>	-	<b>5.000,00</b>	-	<b>20.000,00</b>	<b>35.000,00</b>
<b>Ação 5. Efetuar estudos, consultas e implantar (com a concordância das comunidades envolvidas), núcleos comunitários, concentrando a população do rio Inauini, numa política de gestão demográfica integrada com a da Floresta Nacional Mapiá-Inauini</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Realizar estudos com a participação das comunidades envolvidas, para identificação de áreas propícias à implantação dos núcleos, contemplando as variáveis ambientais, sociais e econômicas		2.000,00				<b>2.000,00</b>
ii) Fazer reuniões com a comunidade e conselheiros sobre os prós e contras de um novo modelo de ocupação mais adensada do espaço		2.000,00				<b>2.000,00</b>
iii) Condicionar a implantação dos Núcleos Comunitários à consulta e aprovação das comunidades residentes e Conselho Consultivo						-
iv) Realizar estudos e buscar parcerias com instituições para a implantação de serviços básicos de saúde, saneamento, educação, transporte, etc.		2.000,00				<b>2.000,00</b>
v) Promover gestões junto à prefeitura de Boca do Acre e/ou outras instituições para a instalação das escolas e postos de saúde nos núcleos habitacionais		2.000,00				<b>2.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
vi) Trabalhar e buscar apoio junto ao INCRA na concepção dos Núcleos habitacionais e nos reassentamentos que se fizerem necessários para a formação dos mesmos	X					-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 5</b>	-	<b>8.000,00</b>	-	-	-	<b>8.000,00</b>
<b>Ação 6. Equacionar a presença de estrangeiros na Flona</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular com a Polícia Federal para tratamento da presença de estrangeiros na Flona	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	<b>5.000,00</b>
ii) Promover a organização social de estrangeiros presentes na Flona para estruturação e negociação de interesses coletivos	X	X	X	X	X	-
iii) Estudar possibilidades de obtenção de vistos estendidos de permanência a título de estudos, mediante a integração entre Ibama, Polícia Federal e Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irineu Serra	X	X	X	X	X	-
iv) Promover censos periódicos da presença de estrangeiros na Vila Céu do Mapiá	X	X	X	X	X	-
v) Controlar a presença de estrangeiros ilegais na Flona	X	X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 6</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>		<b>4.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE GESTÃO DEMOGRÁFICA</b>	<b>36.500,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>58.000,00</b>	<b>77.000,00</b>	<b>243.500,00</b>
<b>4 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento</b>						-
<b>Ação 1. Criar um Núcleo de Extensão de Tecnologias Apropriadas à Floresta (NETAF)</b>						-
<b>Atividades:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
i) Desenvolver proposta básica de estruturação do Núcleo de Exensão de Tecnologias Apropriadas à Floresta (NETAF)	5.000,00	5.000,00				<b>10.000,00</b>
ii) Articular com instituições para implantação e desenvolvimento do NETAF		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>40.000,00</b>
iii) Articular com entidades e grupos de trabalho locais para estruturar o NETAF junto ao público-alvo da Flona		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>20.000,00</b>
iv) Articular processos de transferência de tecnologias apropriadas para a Flona		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>40.000,00</b>
v) Estruturar projetos-piloto de desenvolvimento experimental de tecnologias apropriadas à floresta		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	<b>400.000,00</b>
vi) Estruturar processos de difusão tecnológica junto a populações florestais locais, do entorno, municípios e outras áreas da Amazônia			100.000,00	100.000,00	100.000,00	<b>300.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>5.000,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>225.000,00</b>	<b>225.000,00</b>	<b>225.000,00</b>	<b>810.000,00</b>
<b>Ação 2. Formar Comitê Científico da Unidade</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estruturar o Comitê Científico da Unidade como câmara técnica permanente formalizada no Conselho Consultivo, a partir da rede de parceiros ligada ao Grupo de Trabalho Integrado para desenvolver pesquisas de interesse da Floresta Nacional do Purus;	X	X	X	X	X	-
ii) Capacitar os moradores, incorporando-os às atividades de pesquisa		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>20.000,00</b>
iii) Promover encontros periódicos para discussão sobre projetos de pesquisas inerentes aos objetivos da Unidade, com participação dos comunitários para uma abordagem participativa		15.000,00		15.000,00		<b>30.000,00</b>
iv) Promover Seminários e Workshops para divulgação dos trabalhos realizados para a comunidade e outros segmentos interessados	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	<b>75.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
v) Criar grupos de pesquisa, compostos por jovens e adolescentes "Jovens Pesquisadores"		X	X	X	X	-
vi) Disponibilizar as informações a partir de publicações científicas			X	X	X	-
vii) Envolver as escolas da Unidade nas atividades propostas		X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>15.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>125.000,00</b>
<b>Ação 3. Promover e incentivar a pesquisa científica e tecnológica sobre a fauna</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular com instituições de pesquisa a realização de levantamento detalhado da herpetofauna e da mastofauna, com ênfase nas espécies raras, ameaçadas e/ou com potencial de manejo ou criação para geração de proteína animal e de rendas sustentáveis		5.000,00				<b>5.000,00</b>
ii) Articular com o CEMAVE e outras instituições de pesquisa a realização de levantamento detalhado e monitoramento da avifauna;			7.000,00			<b>7.000,00</b>
iii) Buscar parcerias para realizar pesquisas sobre entomologia (insetos) com ênfase em espécies manejáveis para alimentação e geração de rendas sustentáveis;				3.000,00		<b>3.000,00</b>
iv) Divulgação dos conhecimentos obtidos com relação à fauna local			2.000,00	2.000,00	2.000,00	<b>6.000,00</b>
v) Criar bancos de dados com informações sobre os grupos da fauna local identificados						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	<b>-</b>	<b>5.000,00</b>	<b>9.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>21.000,00</b>
<b>Ação 4. Promover e incentivar a pesquisa sobre recursos hídricos</b>						-
<b>Atividades:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
i) Realizar análises físico-químicas e biológicas dos corpos d'água da bacia hidrográfica do Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência)			7.000,00			7.000,00
ii) Desenvolver estratégias de captação de água adequada para consumo humano						-
ii) Construção de um banco de dados referente às condições dos recursos hídricos, qualidade da água, regime hídrico (vazante, cheias, navegabilidade) e ecologia das espécies aquáticas da Unidade, subsidiando o estabelecimento de regras para seu uso, bem como o monitoramento ambiental das atividades de manejo desenvolvidas na Floresta Nacional				2.000,00		2.000,00
iii) Desenvolver e aplicar metodologias para estudos quali-quantitativos para utilização das águas pluviais em abastecimento doméstico e outros usos		10.000,00				10.000,00
iv) Desenvolver e aplicar metodologias para avaliar as interações ecológicas entre assentamentos humanos e os recursos hídricos		7.000,00				7.000,00
v) Desenvolver e aplicar metodologias de avaliação do impacto do aquecimento global sobre os recursos hídricos e medidas mitigadoras			7.000,00			7.000,00
vi) Divulgar o conhecimento obtido através dos estudos realizados			1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	-	<b>17.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>36.000,00</b>
<b>Ação 5. Promover e incentivar e pesquisa científica sobre a Flora</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estabelecer uma rede de parcerias com instituições de pesquisa para viabilizar a realização dos estudos propostos		5.000,00	5.000,00			10.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
ii) Realizar estudos da dinâmica florestal em parcelas permanentes para acompanhamento dos padrões da comunidade vegetal, principalmente nas fisionomias não investigadas de Floresta Ombrófila Aberta Submontana (Zona Especial de Pesquisa – ZEP2)			20.000,00			20.000,00
iii) Efetuar levantamentos florísticos e fitossociológicos mais detalhados da área de abrangência da Floresta Nacional, para que todas as diferentes fisionomias que a compõem sejam estudadas			10.000,00	10.000,00		20.000,00
iv) Efetuar estudos de dinâmica florestal onde sejam implantadas parcelas permanentes nas áreas de manejo, para acompanhamento dos padrões da comunidade vegetal			10.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00
v) Aprofundar estudos sobre as novas espécies identificadas, <i>Mezilaurus</i> sp. nov. (LAURACEAE) e <i>Saranthe</i> sp. nov. (MARANTACEAE) para identificação e avaliação da dinâmica e possíveis usos			5.000,00	5.000,00		10.000,00
vi) Ampliar os estudos sobre as espécies de distribuição gregária			3.000,00	3.000,00		6.000,00
vii) Realizar estudos sobre espécies ornamentais e medicinais			10.000,00	10.000,00		20.000,00
viii) Analisar a viabilidade econômica e ambiental do manejo de plantas ornamentais e medicinais				5.000,00		5.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 5</b>	-	5.000,00	63.000,00	43.000,00	10.000,00	121.000,00
<b>Ação 6. Promover e incentivar a pesquisa e geração de tecnologia sobre recursos pesqueiros</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular parcerias internas e externas para realização de pesquisas sobre a ictiofauna da região	3.000,00	5.000,00				8.000,00
ii) Realizar levantamentos sobre a ictiofauna da bacia do rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência)		10.000,00	5.000,00			15.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iii) Levantar quais são as espécies mais pescadas na área e propor alternativas para reduzir a sobre-pesca na região		10.000,00				<b>10.000,00</b>
iv) Estudar estratégias para o manejo adequado dos recursos pesqueiros na região		0,00				-
v) Avaliar quais são as espécies mais adequadas para a aqüicultura na bacia		0,00				-
vi) Estudar as técnicas adequadas para a aqüicultura na área		5.000,00				<b>5.000,00</b>
vii) Difundir os novos conhecimentos na região, especialmente nos municípios de Pauini e Boca do Acre, onde a atividade pesqueira tem importante papel na economia		0,00	10.000,00	10.000,00		<b>20.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 6</b>	<b>3.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	-	<b>58.000,00</b>
<b>Ação 7. Promover e incentivar e pesquisa sobre Recursos Florestais Madeireiros e Não-madeireiros</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estabelecer parcerias para ampliar os estudos sobre os recursos florestais da Floresta Nacional e sua Zona de Amortecimento		5.000,00				<b>5.000,00</b>
ii) Realizar levantamento detalhado do potencial florestal nas diferentes tipologias florestais da Unidade			100.000,00			<b>100.000,00</b>
iii) Implantar parcelas para inventário contínuo nas Zonas de Manejo Florestal			50.000,00	15.000,00	15.000,00	<b>80.000,00</b>
iv) Estudar as técnicas adequadas para o manejo florestal madeireiro e não-madeireiro na Floresta Nacional do Purus			15.000,00	10.000,00		<b>25.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
v) Pesquisar sobre as possibilidades de utilização de várias espécies que são abundantes na área não utilizadas, para usos diversos como construção, geração de energia, fabricação de móveis, óleos, resinas, alimentação humana, fibras, plantas ornamentais, medicinais, pigmentos naturais, etc., incluindo seu uso para outros fins, como alternativas de rendas para as comunidades			5.000,00			5.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 7</b>	-	5.000,00	170.000,00	25.000,00	15.000,00	215.000,00
<b>Ação 8. Promover e incentivar o desenvolvimento de Tecnologia no Beneficiamento de Produtos</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular parcerias para pesquisar tecnologias de beneficiamento de produtos madeireiros e não madeireiros adequadas a realidade da Unidade			5.000,00			5.000,00
ii) Realizar seminários, oficinas de capacitação, treinamentos e cursos sobre beneficiamento de produtos madeireiros e não-madeireiros			15.000,00			15.000,00
iii) Incentivar e apoiar as comunidades a buscarem tecnologias de beneficiamento dos produtos de aplicação medicinal e cosmética			5.000,00	0,00	5.000,00	10.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 8</b>	-	-	25.000,00	-	5.000,00	30.000,00
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE PESQUISA &amp; DESENVOLVIMENTO</b>	23.000,00	227.000,00	542.000,00	346.000,00	278.000,00	1.416.000,00
<b>5 Programa de Proteção e Fiscalização</b>						-
<b>Ação 1. Proteção, Controle e Fiscalização da Unidade</b>						-
<b>Atividades:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
i) Constituir de forma emergencial, a equipe provisória de fiscalização da Floresta Nacional, formada pelo Chefe da Unidade, analistas Ambientais, o Técnico de Apoio a Atenção Socioambiental e os Agentes Comunitários do Plano de Manejo (conforme seção 13.1.1. Subprograma de Gestão de Recursos Administrativos – Ação 1, atividade iv);	X	X	X	X	X	-
ii) Estruturar rede de apoio institucional à equipe da Floresta Nacional, construindo parcerias com o IBAMA, Polícia Federal e também na esfera estadual com a Polícia Militar e junto às delegacias de Pauini e Boca do Acre, para execução das ações fiscalizatórias;	X	X	X	X	X	-
iii) Instalar, em interação com o Programa de Controle e Fiscalização da Floresta Nacional Mapiá-Inauini, posto de controle e fiscalização no Rio Inauini, na entrada da Unidade e outro no igarapé Mapiá, também na entrada da Unidade, com capacidade de controle sobre a entrada do ramal na Unidade, que se encontra nas proximidades	X					-
iv) Estabelecer um plano de operações de fiscalização para coibir os ilícitos ambientais no interior da Floresta Nacional e na Zona de Amortecimento constando de 10 ações fiscalizatórias anuais	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	<b>125.000,00</b>
v) Intensificar as ações de fiscalização no período de maio a agosto, quando a caça predatória é mais frequente, principalmente aquela que envolve a captura e coleta dos ovos de tracajás;iii) Intensificar as ações de fiscalização no período de maio a agosto, quando a caça predatória é mais frequente, principalmente aquela que envolve a captura e coleta dos ovos de tracajás	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>50.000,00</b>
vi) Desestimular a manutenção de animais silvestres em cativeiro doméstico;	X	X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
vii) Estabelecer um plano de controle das atividades de manejo autorizadas/licenciadas na Floresta Nacional;	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	<b>20.000,00</b>
viii) Incentivar as denúncias anônimas das práticas ilegais na Unidade e divulgar Disque Denúncia (Linha Verde)	X	X	X	X	X	-
ix) Instalar placas com avisos de proibições, restrições e regulamentações	5.000,00					<b>5.000,00</b>
x) Controlar o acesso ao rio Inauini, a partir do ponto mais a jusante, onde o mesmo faz o limite entre as Florestas Nacionais do Purus e Mapiá-Inauini, assim como o acesso ao igarapé Mapiá, a partir do limite da Unidade	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	<b>12.500,00</b>
xi) Formar e capacitar equipe de Agentes Voluntários para atuarem na fiscalização, controle e Educação Ambiental;	20.000,00			20.000,00		<b>40.000,00</b>
xii) Estabelecer um plano de controle das atividades dos residentes dentro da área da Floresta Nacional	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	<b>20.000,00</b>
xiii) Organizar um sistema de desencadeamento eficiente de ações eficazes de fiscalização através do sistema de rádio ou tele-comunicação da Floresta Nacional.	X	X	X	X	X	-
xiv) Estabelecer sistema de controle de visitantes na Floresta Nacional.	X	X	X	X	X	-
xv) Promover ações de conscientização sobre a legislação ambiental, sobre os regulamentos do Plano de Manejo, cidadania e florestania.	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	<b>15.000,00</b>
xvi) Viabilizar três visitas anuais de equipe policial da comarca de Pauini à Floresta Nacional, para atendimento a comunidades	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	<b>60.000,00</b>
xvii) Promover atos de cidadania, trazendo à Floresta Nacional autoridades do judiciário para palestras e instituição de Sistema de Justiça Comunitária e segurança	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>25.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>90.500,00</b>	<b>65.500,00</b>	<b>65.500,00</b>	<b>85.500,00</b>	<b>65.500,00</b>	<b>372.500,00</b>
<b>Ação 2. Controle, Prevenção e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Capacitar os moradores da unidade e do entorno na utilização da queima controlada		15.000,00				<b>15.000,00</b>
ii) Capacitar os agentes ambientais voluntários e formar brigada de incêndio para atuar no combate a incêndios florestais		10.000,00				<b>10.000,00</b>
iii) Buscar alternativas viáveis, do ponto de vista técnico e econômico, para substituir o uso do fogo no preparo de áreas para agricultura				10.000,00		<b>10.000,00</b>
iv) fomentar sistemas de geração de renda apropriados à floresta substitutivos de pastagens						-
v) Integração com o ProArco e SIPAM para detecção de focos de calor via satélite						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>-</b>	<b>25.000,00</b>	<b>-</b>	<b>10.000,00</b>		<b>35.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>	<b>90.500,00</b>	<b>90.500,00</b>	<b>65.500,00</b>	<b>95.500,00</b>	<b>65.500,00</b>	<b>407.500,00</b>
<b>6 Programa de Monitoramento</b>						-
<b>Ação 1. Monitoramento dos cursos e corpos d'água</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estabelecer parcerias para a implementação do monitoramento da água			2.000,00			<b>2.000,00</b>
ii) Definir áreas para rotinas de coleta de amostras de água para análise, prioritariamente, próximos das concentrações populacionais e das atividades de manejo				5.000,00		<b>5.000,00</b>
iii) Definir locais e instalar estações fluviométricas e pluviométricas				5.000,00		<b>5.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Capacitar a população residente para acompanhar as atividades e proceder às coletas e leituras dos dados gerados nas estações fluviométricas e pluviométricas				1.000,00		1.000,00
v) Estabelecer parâmetros para o monitoramento da qualidade da água que atendam os objetivos do monitoramento				0,00		-
vi) Avaliar novas áreas para ocupação humana, em função da informação consumo X quantidade/qualidade de água					5.000,00	5.000,00
vii) Avaliar o impacto de terraplenos de assentamentos e vias de circulação sobre a produção de sedimentos e assoreamento no Igarapé Mapiá						-
viii) Avaliar o impacto dos usos humanos sobre os aspectos estéticos, físicos, ecológicos e paisagísticos do Igarapé Mapiá e os efeitos das estratégias de controle						-
ix) Realizar experimentos controlados de captação e reservação de águas pluviais para abastecimento doméstico e outros usos						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	-	2.000,00	11.000,00	5.000,00	18.000,00
<b>Ação 2. Monitoramento das atividades de manejo dos recursos naturais:</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estabelecer metodologias e critérios para a avaliação dos impactos e da sustentabilidade das atividades de manejo, atendendo as peculiaridades de cada modalidade				0,00		-
ii) Buscar parcerias com instituições de pesquisa para implantar ações de monitoramento				5.000,00		5.000,00
iii) Identificar ações impactantes e indicar sua adequação					5.000,00	5.000,00
iv) Desenvolver um sistema de informações e controle sobre o andamento e o desenvolvimento das atividades de manejo					5.000,00	5.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
v) Buscar e desenvolver novas técnicas de monitoramento do manejo					10.000,00	10.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	-	-	5.000,00	20.000,00	25.000,00
<b>Ação 3. Monitoramento das Zonas Populacionais</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estabelecer metodologias e critérios para a avaliação dos impactos e da sustentabilidade das atividades agrícolas			3.000,00			3.000,00
ii) Identificar novas áreas para o assentamento humano, onde o impacto sobre as Áreas de Preservação Permanente seja minimizado	0,00					-
iii) Realizar um diagnóstico situacional das áreas degradadas			5.000,00			5.000,00
iv) Criar mecanismos para acompanhar a evolução e as ações executadas em áreas degradadas				0,00		-
v) Gerar informações sobre o crescimento populacional acompanhando as taxas de natalidade, mortalidade e migração, através de censos periódicos				10.000,00		10.000,00
vi) Estabelecer metodologias e critérios para a avaliação do desenvolvimento humano, para acompanhar as ações do Programa de Desenvolvimento Comunitário			0,00			-
vii) Estabelecer formas de controle e avaliação do efeito de borda e fragmentação da floresta						-
viii) Estabelecer parâmetros para monitorar e então avaliar a evolução das experiências de recuperação de áreas com SAF's						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	-	-	8.000,00	10.000,00	-	18.000,00
<b>Ação 4. Monitoramento da efetividade de implementação do Plano de Manejo</b>						-
<b>Atividades:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
i) Estabelecer metodologias e critérios para a avaliação da efetividade da implementação do Plano de Manejo		0,00				-
ii) Identificar e propor novas ações a serem implementadas na Unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
iii) Criar uma matriz com os resultados obtidos e os resultados esperados das ações de cada programa , buscando dar visibilidade às ações que precisam ser implementadas e seu grau de implementação	0,00					-
iv) Efetuar avaliações da implementação do Plano de manejo em ciclos trimestrais, anuais e quinquenais	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	<b>15.000,00</b>
v) Dar ampla divulgação das avaliações de efetividade de implementação, fazendo com que o Conselho de Gestão participe efetivamente da gestão, cobrando ações e ajudando a implementá-las	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>15.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>29.000,00</b>	<b>28.000,00</b>	<b>76.000,00</b>
<b>7 Programa de Manejo Florestal</b>						-
<b>7.1 Sub-Programa de Preparação para o Manejo Florestal</b>						-
<b>Ação 1. Capacitar tecnicamente comunitários e organizações comunitárias</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Incentivar a proposta e produção de novos produtos com capacidade de mercado						-
ii) Capacitar as organizações comunitárias para buscar apoio e orientação na elaboração de Planos de Manejo Florestal Comunitário		10.000,00				<b>10.000,00</b>
iii) Capacitar as organizações comunitárias para o acompanhamento e controle dos Planos de Manejo Florestal Comunitário			15.000,00			<b>15.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Capacitar os comunitários para participarem das atividades técnicas decorrentes do manejo florestal						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	10.000,00	15.000,00	-	-	25.000,00
<b>Ação 2. Realizar os inventários para determinação do potencial florestal</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Definir o método de amostragem e a intensidade amostral ótima para a determinação do potencial madeireiro das áreas prioritárias		75.000,00	75.000,00			150.000,00
ii) Definir método de amostragem para os diversos produtos florestais não-madeireiros		10.000,00				10.000,00
iii) Priorizar os inventários nas áreas indicadas para a concessão florestal em nível comunitário e empresarial		0,00	0,00			-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	85.000,00	75.000,00	-	-	160.000,00
<b>Ação 3. Instalar parcelas permanentes para acompanhamento das atividades do manejo florestal</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Buscar parcerias com instituições de ensino e pesquisa para definir o sistema ideal de parcelas permanentes para acompanhar os efeitos do manejo, sua sustentabilidade e retorno econômico, para os diferentes produtos florestais manejados, para cada uma das escalas de manejo existentes na Floresta Nacional			3.000,00			3.000,00
ii) Buscar parcerias com instituições de ensino e pesquisa para orientar e acompanhar a instalação e medições periódicas das parcelas permanentes definidas como ideais a cada um dos produtos manejados e às modalidades de manejo existentes			50.000,00			50.000,00
iii) Propor alterações nos procedimentos dos manejos florestais em todas as suas instâncias e modalidades, quando necessário			15.000,00	15.000,00	15.000,00	45.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	-	-	68.000,00	15.000,00	15.000,00	98.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA O MANEJO FLORESTAL</b>	-	95.000,00	158.000,00	15.000,00	15.000,00	283.000,00
<b>7.2 Sub-Programa de Manejo Florestal Não-Madeireiro</b>						-
<b>Ação 1. Controlar a produção do sacramento Santo Daime</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estabelecer, juntamente com a ICEFLU e IDA o sistema de controle da produção do Santo Daime na Flona	X					-
ii) Recolher relatórios trimestrais da produção de Santo Daime.	X	X	X	X	X	-
iii) Elaborar projeto de reposição florestal da lenha utilizada na produção do Santo Daime e implementar		X				-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ação 2. Implementar um banco de sementes e mudas florestais</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Desenvolver projeto de banco de sementes e mudas.	X					-
ii) Articular com instituições parceiras para captação de recursos.	X					-
iii) Capacitar comunitários para coleta e manejo de sementes.		5.000,00				5.000,00
iv) Implantar infra-estrutura e implementar execução.		10.000,00				10.000,00
v) Articular com instituições e redes de sementes para intercâmbio e comercialização.		X	X	X	X	-
vi) Ativar, ampliar e multiplicar viveiros comunitários e familiares.		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
vii) Difundir sementes e mudas florestais entre agricultores familiares para a composição de sistemas agro-florestais familiares, com alta diversidade biológica e de produção como alternativa para os sistemas agro-pastoris tradicionais		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	<b>4.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	<b>18.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>		<b>24.000,00</b>
<b>Ação 3. Apoiar e incentivar a agregação de valor aos produtos florestais não-madeireiros</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Apoiar e buscar parcerias para identificação e realização de estudo de mercado para produtos de artesanato, artefatos, óleos, resinas, medicamentos, cosméticos, etc., com potencial de produção e mercado	3.000,00	2.000,00				<b>5.000,00</b>
ii) Apoiar e buscar parcerias para capacitação de comunitários em artesanato, pré-beneficiamento e beneficiamento de óleos, resinas, etc.		15.000,00				<b>15.000,00</b>
iii) Apoiar e buscar parcerias para instalação de infraestrutura comunitária para a produção de artesanato, pré-beneficiamento e beneficiamento de óleos e resinas			15.000,00			<b>15.000,00</b>
iv) Apoiar o desenvolvimento de projetos de beneficiamento de produtos florestais não-madeireiros na Floresta Nacional do Purus						-
iv) Buscar parcerias para a distribuição e comercialização dos produtos originados na FLONA						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	<b>3.000,00</b>	<b>17.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	-	-	<b>35.000,00</b>
<b>Ação 4. Identificar novos produtos florestais não-madeireiros com potencial de comercialização e uso</b>						-
<b>Atividades:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
i) Apoiar e desenvolver pesquisas para a identificação e estudo de viabilidade de manejo, beneficiamento e comercialização de novos produtos florestais não madeireiros			10.000,00			10.000,00
ii) Incentivar a diversificação da produção de produtos de origem não madeireira na comunidade						-
iii) Apoiar pesquisas sobre a viabilidade de manejo e comercialização de plantas com potencial ornamental, identificadas no levantamento florístico;			5.000,00			5.000,00
iv) Estudar a viabilidade de aproveitamento de matéria-prima nas áreas de produção florestal madeireira, nas fases pré e pós-exploratórias				5.000,00		5.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	-	-	15.000,00	5.000,00	-	20.000,00
<b>Ação 5. Apoiar e incentivar iniciativas de manejo sustentável da Castanha do Brasil</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Identificar junto às comunidades as áreas com maior potencial produtivo para manejo	10.000,00					10.000,00
ii) Incentivar e melhorar as atividades desenvolvidas pela COOPERAR		10.000,00				10.000,00
iii) Buscar parcerias para a capacitação de extrativistas em técnicas de manejo de castanha e para a melhoria da qualidade da produção			15.000,00			15.000,00
iv) Identificar produtos à base de castanha, que possam ser elaborados e comercializados pelos comunitários;			5.000,00			5.000,00
v) Normatizar o manejo de castanha em conjunto com extrativistas, parceiros e instituições de pesquisa			10.000,00			10.000,00
vi) Incentivar a produção e plantio de mudas de castanha (outras espécies também) em enriquecimento, recuperação de áreas degradadas e áreas em pousio						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 5</b>	10.000,00	10.000,00	30.000,00	-	-	50.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>Ação 6. Intensificar a produção de látex de seringa</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Buscar e desenvolver usos alternativos para a borracha e látex		10.000,00				10.000,00
ii) Fazer pesquisa de mercado para produtos oriundos do látex		5.000,00				5.000,00
iii) Apoiar, fortalecer e fomentar projetos que façam uso alternativo da borracha		10.000,00				10.000,00
iv) Capacitar os comunitários para a produção de artefatos manufaturados e de outros usos alternativos para a borracha		10.000,00				10.000,00
v) Realizar intercâmbio com outras iniciativas com borracha existentes na região		10.000,00				10.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 6</b>	-	<b>45.000,00</b>	-	-	-	<b>45.000,00</b>
<b>Ação 7. Diversificar a produção florestal não madeireira como potencial fonte geradora de renda</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Buscar parcerias para promover o manejo e comercialização de sementes para produção de artesanato			10.000,00	10.000,00		20.000,00
ii) Buscar parcerias para promover o manejo, utilização e comercialização de sementes para fins de reprodução de espécies florestais			10.000,00	10.000,00		20.000,00
iii) Realizar Estudo de viabilidade de produção e comercialização de sementes para viveiros, em função da riqueza de espécies florestais de interesse econômico, para suprir a demanda por mudas de espécies nativas				0,00		-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Buscar parcerias para promover o manejo e comercialização de óleos e resinas para fins comestíveis, medicinais e cosméticos, utilizados tradicionalmente pelas comunidades e esporadicamente comercializados			10.000,00			<b>10.000,00</b>
v) Buscar parcerias para desenvolver pesquisas que subsidiem o manejo das espécies não-madeireiras de interesse			5.000,00			<b>5.000,00</b>
vi) Normatizar de forma participativa o manejo dos diversos produtos florestais não-madeireiros produzidos na Floresta Nacional do Purus				10.000,00		<b>10.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 7</b>	-	-	<b>35.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	-	<b>65.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE MANEJO FLORESTAL NÃO-MADEIREIRO</b>	<b>13.000,00</b>	<b>90.000,00</b>	<b>98.000,00</b>	<b>38.000,00</b>	-	<b>239.000,00</b>
<b>7.3 Sub-Programa de Manejo Florestal Madeireiro</b>						-
<b>Ação 1. Implantar, implementar e aprimorar o Manejo Florestal Madeireiro Sustentável Comunitário</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Apoiar e fortalecer as Organizações Comunitárias para a implementação do manejo florestal comunitário	20.000,00					<b>20.000,00</b>
ii) Apoiar e buscar parcerias para capacitação de comunitários em técnicas de manejo florestal de baixo impacto	50.000,00	30.000,00				<b>80.000,00</b>
iii) Realizar estudos detalhados das Zonas de Uso Comunitário e Zona Populacional, identificando as áreas potenciais para implantação de manejo madeireiro	10.000,00	5.000,00				<b>15.000,00</b>
iv) Realizar o inventário florestal à 100% das áreas indicadas para o manejo madeireiro						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>80.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	-	-	-	<b>115.000,00</b>
<b>Ação 2. Agregação de valor aos produtos florestais madeireiros:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>Atividades:</b>						-
i) Apoiar e buscar parcerias para realizar estudo de mercado para identificação e desenvolvimento de produtos madeireiros com potencial para a comercialização		5.000,00				5.000,00
ii) Apoiar e buscar parcerias para capacitação de comunitários para a melhoria da qualidade dos produtos artesanais na Floresta Nacional do Purus		15.000,00				15.000,00
iii) Apoiar e buscar parcerias para instalação de infraestrutura comunitária para a produção de artesanato bem como o pré-beneficiamento e beneficiamento de produtos madeireiros		10.000,00	5.000,00			15.000,00
iv) Apoiar e incentivar concessionárias para instalação de infra-estrutura para beneficiamento da produção madeireira no interior da Floresta Nacional do Purus			5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00
v) Buscar parcerias para o desenvolvimento de produtos, com a madeira como matéria-prima, diversificando a produção			10.000,00			10.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	<b>30.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>60.000,00</b>
<b>Ação 3. Implantar o Manejo Florestal Madeireiro em escala empresarial na Floresta Nacional do Purus:</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Definir as áreas prioritárias para a concessão florestal nas Zonas de Manejo Florestal (ZMF) e Zona de Manejo Florestal e Faunístico (ZMFF), com base nos dados relativos à intensificação dos levantamentos na Floresta Nacional do Purus e facilidade de acesso					10.000,00	10.000,00
ii) Apoiar, fortalecer e capacitar as Organizações Comunitárias para participar dos editais de licitação de concessão florestal				10.000,00		10.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iii) Apoiar e incentivar o fortalecimento das empresas locais e regionais para participar dos editais de licitação de concessão florestal				10.000,00		<b>10.000,00</b>
iv) Realizar seminários sobre a concessão florestal e manejo sustentável madeireiro destinados às organizações comunitárias, a classe empresarial dos municípios vizinhos e seus governantes			10.000,00	10.000,00		<b>20.000,00</b>
v) Capacitar mão-de-obra comunitária para contratação pelas concessionárias, em todas as atividades do manejo florestal sustentável em escala empresarial						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	-	-	<b>10.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE MANEJO FLORESTAL MADEIREIRO</b>	<b>80.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>225.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE MANEJO FLORESTAL</b>	<b>93.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>286.000,00</b>	<b>88.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>747.000,00</b>
<b>8. Programa de Manejo e Criação de Fauna Silvestre</b>						-
<b>Ação 1. Incentivar e apoiar a criação e manejo das espécies da fauna utilizadas pela população local.</b>						-
i) Elaborar diagnóstico situacional da utilização dos recursos faunísticos com interesse econômico e para a subsistência		7.000,00				<b>7.000,00</b>
ii) Estabelecer mecanismos de monitoramento e controle da atividade de caça, considerando prioritariamente as seguintes informações: animais abatidos, peso corporal, espécies identificadas, período adequado, objetivo da caça e estimativa de consumo		12.000,00				<b>12.000,00</b>
iii) Estabelecer mecanismos de planejamento da atividade de caça;		0,00				-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Desenvolver pesquisas para avaliar os impactos gerados pela caça que subsidiem a proposição de medidas para garantir a sustentabilidade dos recursos faunísticos		15.000,00				<b>15.000,00</b>
v) Realizar estudos sobre o conhecimento tradicional em relação aos tipos de usos e acesso aos recursos faunísticos		10.000,00				<b>10.000,00</b>
vi) Realizar pesquisas para fornecer subsídios para o manejo das espécies utilizadas e outras espécies conhecidas			15.000,00			<b>15.000,00</b>
vii) Realizar pesquisas para incluir espécies vegetais locais que possam ser utilizadas para alimentação das espécies em cativeiro						-
viii) Definir e estabelecer locais e modelos adequados de infra-estrutura para os criadouros						-
ix) Identificar as espécies com maior potencial para criação em cativeiro			5.000,00			<b>5.000,00</b>
x) Levantar subsídios para criação em cativeiro de espécies com alto potencial para geração de proteína animal, especialmente tracajá ( <i>Podocnemis unifilis</i> ), tartaruga ( <i>P. expansa</i> ), jabuti-tinga ( <i>Geochelone denticulata</i> ) e jacaré-tinga ( <i>Cayman crocodilus</i> ) CITAR MASTOFAUNA E AVIFAUNA						-
xi) Realizar solturas de filhotes e indivíduos jovens na natureza para repovoamento						-
xii) Capacitar a comunidade local para participar das atividades de pesquisas e para a criação e manejo de fauna			15.000,00			<b>15.000,00</b>
xiii) Articular parcerias para o alcance dos objetivos propostos, principalmente com instituições de ensino, pesquisa e extensão e fontes de recursos		3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	<b>12.000,00</b>
xiv) Fazer visitas de intercâmbio com os comunitários em outras áreas onde se desenvolvam estas atividades			5.000,00		5.000,00	<b>10.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
xv) Buscar técnicas adequadas para o manejo e exploração sustentada do recurso faunístico			10.000,00			10.000,00
xvi) Desenvolver projetos de manejo e criação em cativeiro de espécies com potencial de uso alimentar e comercial						-
xvii) Promover pesquisas sobre desenvolvimento, alimentação, comportamento e reprodução das espécies de herpetofauna, avifauna e mastofauna em cativeiro e em ambiente natural						-
xviii) Realizar campanhas educacionais para a divulgação de condutas adequadas e legais relacionadas ao abate de animais						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	47.000,00	53.000,00	3.000,00	8.000,00	111.000,00
<b>Ação 2. Utilização indireta da fauna, por meio de observação e venda de imagens para documentários, vídeos, reportagens, entre outros</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estabelecer critérios relacionados à fauna para o turismo ecológico local em conjunto com as comunidades residentes						-
ii) Identificar e mapear locais mais apropriados para a prática das atividades de utilização indireta da fauna					2.000,00	2.000,00
iii) Estabelecer trilhas para observação da fauna silvestre local					20.000,00	20.000,00
iv) Capacitar moradores e os Agentes Ambientais Voluntários para atuarem como guias no acompanhamento de visitantes que realizem as observações da fauna local					10.000,00	10.000,00
v) Elaborar catálogos e material promocional para divulgação das potencialidades da Unidade					5.000,00	5.000,00
vi) Identificar espécies que possam ser atrativas para observação e para a promoção da Unidade					0,00	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	-	-	-	37.000,00	37.000,00
<b>Ação 3. Manejo e criação de abelhas nativas</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Realizar estudos que subsidiem o manejo e criação de abelhas nativas	10.000,00					10.000,00
ii) Incentivar os moradores para o uso dos produtos como fonte de alimento		7.000,00				7.000,00
iii) Capacitar moradores interessados para criação de abelhas nativas		15.000,00				15.000,00
iv) Promover a divulgação da produção de mel de abelhas nativas			2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
v) Efetuar estudos de mercado, identificando suas potencialidades e fragilidades	5.000,00					5.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	<b>15.000,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>43.000,00</b>
<b>Ação 4. Preservação de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Ampliar estudos para identificação e catalogação de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção que ocorram na Floresta Nacional				20.000,00		20.000,00
ii) Definir estratégias para a preservação das espécies identificadas				0,00		-
iii) Sensibilizar as comunidades locais sobre a importância de preservação das espécies				7.000,00		7.000,00
iv) Buscar parcerias para a implementação de projetos que visem a preservação destas espécies				5.000,00		5.000,00
v) Estruturar sistema de controle conservacionista da presença nas Zonas Populacionais de espécies que possam representar perigo aos moradores						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	-	-	-	<b>32.000,00</b>	-	<b>32.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE MANEJO DE FAUNA</b>	<b>15.000,00</b>	<b>69.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>37.000,00</b>	<b>47.000,00</b>	<b>223.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>9. Programa de Manejo de Pesca e Aqüicultura</b>						-
<b>Ação 1. Realizar o ordenamento dos recursos pesqueiros</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Desenvolver estudos que subsidiem o manejo de espécies da ictiofauna, incluindo espécies com potencial ornamental	15.000,00					15.000,00
ii) Elaborar diagnóstico situacional dos recursos pesqueiros no Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência)	10.000,00					10.000,00
iii) Efetuar estudos para o ordenamento pesqueiro no Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência);						-
iv) Elaborar um conjunto de normas juntamente com a comunidade para o exercício da atividade pesqueira	5.000,00					5.000,00
v) Promover Acordos de Pesca		20.000,00				20.000,00
vi) Efetuar mapeamento dos ambientes aquáticos e das áreas de várzea no Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência)	5.000,00					5.000,00
vii) Enriquecimento das áreas de várzea com espécies florestais que forneçam alimentação para a ictiofauna					5.000,00	5.000,00
viii) Realizar intercâmbios com experiências exitosas para implementação dos Acordos de Pesca		10.000,00				10.000,00
ix) Estabelecer mecanismos de monitoramento e controle da atividade pesqueira						-
x) Realizar cadastro dos moradores que desenvolvem atividades relacionadas à pesca no Rio Inauini, Igarapé Mapiá e Rio Purus (área de influência)						-
xi) Promover a fiscalização adequada do cumprimento das normas estabelecidas						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>35.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	-	-	<b>5.000,00</b>	<b>70.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>Ação 2. Incentivar e apoiar a aquicultura e o manejo de espécies da ictiofauna</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Elaborar projetos específicos, com a participação dos comunitários, para o manejo de lagos		10.000,00				<b>10.000,00</b>
ii) Promover cursos de capacitação em aquicultura com ênfase na criação de espécies utilizadas para consumo, comercialização e ornamentação		12.000,00				<b>12.000,00</b>
iii) Efetuar estudos para avaliar os impactos da aquicultura				15.000,00		<b>15.000,00</b>
iv) Elaborar diagnóstico das populações de pirarucu ( <i>Arapaima gigas</i> ), visando o estabelecimento de técnicas de manejo comercial da espécie			7.000,00			<b>7.000,00</b>
v) Realizar estudos etnoictiológicos visando a identificação de espécies utilizadas pela comunidade local para gerar subsídio ao manejo e criação dessas espécies	10.000,00					<b>10.000,00</b>
vi) Estimular a comunidade para a criação e manejo		0,00	0,00	0,00	0,00	-
vii) Estabelecer mecanismos de planejamento da atividade de pesca	0,00					-
viii) Identificar as espécies com maior potencial para aquicultura		5.000,00				<b>5.000,00</b>
ix) Articular parcerias para o alcance dos objetivos propostos, principalmente com instituições de ensino, pesquisa e extensão	4.000,00	4.000,00				<b>8.000,00</b>
x) Levantar possibilidade de reativar os criadouros (açudes) já existentes na Unidade						-
xi) Desenvolver estudos para viabilizar a implementação de criadouros comunitários nos bairros						-
xii) Desenvolver estudos para definir quais os modelos de criadouros compatíveis com a Unidade						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>14.000,00</b>	<b>31.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	-	<b>67.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE MANEJO DE PESCA E AQUICULTURA</b>	49.000,00	61.000,00	7.000,00	15.000,00	5.000,00	137.000,00
<b>10. Programa de Desenvolvimento Comunitário</b>						-
<b>(A) Zonas Populacionais 2 e 3 - Mapiá</b>						-
<b>10.1. Sub-programa de Reativação do PDC (ZP2 e ZP3 - Mapiá)</b>						-
<b>Ação 1. Retomada do PDC</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Criar Grupo de Trabalho específico, envolvendo ICMBio e parceiros para recuperação e atualização do PDC	10.000,00					10.000,00
(ii) Resgatar, se possível, a articulação institucional que deu suporte à elaboração do PDC, de modo a recuperar a assessoria técnica original e, eventualmente, incluir novos facilitadores .		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
(iii) Integrar com o Programa de Gestão Participativa para estruturar os processos de resgate, revisão e implementação do PDC à luz do Plano de Manejo.	X	X	X	X	X	-
iv) Incluir novos aspectos de desenvolvimento comunitário surgidos na Vila Céu do Mapiá posteriormente ao processo do PDC, tais como as discussões, articulações, estruturação de sistema e ações na área de Justiça Comunitária e estudar a extensão para outras ZPs	X					-
v) Definir as diretrizes e prioridades de desenvolvimento comunitário a cada ano da gestão e pautar, agendar e monitorar a implementação através dos Seminários Trimestrais de Programação de Metas		X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
(v) Desenvolver, com apoio da Incubadora de Projetos e da Câmara de Integração Técnico-Institucional, projetos de desenvolvimento comunitário pautados como prioritários pelos Conselhos Comunitários das ZPs e captar recursos para sua implementação.	10.000,00	20.000,00	30.000,00	40.000,00	50.000,00	<b>150.000,00</b>
(vi) Implementar os projetos de Desenvolvimento Comunitário.	X	X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>20.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>240.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE REATIVAÇÃO DO PDC (ZP2 e ZP3 - Mapiá)</b>	<b>20.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>240.000,00</b>
<b>(B) Zona Populacional 1 - Rio Inauini</b>						-
<b>10.2. Sub-programa de Produção e Geração de Renda (ZP1 - Inauini)</b>						-
<b>Ação 1. Implantar o manejo florestal comunitário</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Mapear as Zonas de Uso Comunitário para identificar as áreas potenciais para o manejo de uso múltiplo	5.000,00					<b>5.000,00</b>
ii) Capacitar a comunidade para administração das áreas de manejo comunitário;	20.000,00	30.000,00				<b>50.000,00</b>
iii) Desenvolver estratégias para a correta aplicação dos rendimentos do manejo em ações de desenvolvimento comunitário		2.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>2.000,00</b>
iv) Capacitar a comunidade para inclusão nas estruturas de mercado	5.000,00	5.000,00				<b>10.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>30.000,00</b>	<b>37.000,00</b>	-	-	-	<b>67.000,00</b>
<b>Ação 2. Incentivar e apoiar a produção de artesanato, artefatos e outros produtos com matéria-prima de origem florestal</b>						-
<b>Atividades:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
i) Investir na formação técnica dos artífices produtores de canoas e artesanato em geral		10.000,00	10.000,00			<b>20.000,00</b>
ii) Definir estratégias para agregar valor aos produtos da Floresta Nacional	0,00	0,00				-
iii) Efetuar levantamento e análise de mercado para os produtos						-
iv) Definir estratégias para promoção e inclusão dos produtos no mercado	5.000,00	0,00				<b>5.000,00</b>
v) Realizar intercâmbios para conhecimento de outras áreas produtoras para troca de experiências	7.000,00	7.000,00	7.000,00			<b>21.000,00</b>
vi) Propiciar a participação em feiras de produtos florestais	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>25.000,00</b>
vii) Incentivar a criação de grupos de artesãos, principalmente composto por crianças, jovens e mulheres						-
viii) Propiciar a capacitação continuada dos moradores para inclusão de novos produtos	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	<b>35.000,00</b>
ix) Apoiar e incentivar a produção de canoas e outras pequenas embarcações, aproveitando-se do número expressivo de artífices na região, como atividade de grande potencial na geração de renda		7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	<b>14.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>24.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>29.000,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>19.000,00</b>	<b>120.000,00</b>
<b>Ação 3. Melhoria da cadeia produtiva da castanha</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Buscar experiências e estabelecer novos métodos de exploração e técnicas adequadas para o transporte e armazenamento da castanha	8.000,00	8.000,00				<b>16.000,00</b>
ii) Realizar estudo de mercado para promoção e divulgação da Floresta Nacional do Purus como centro produtor de Castanha do Brasil		5.000,00	5.000,00			<b>10.000,00</b>
iii) Desenvolver estratégias para agregar valor à castanha produzida na Unidade e seu entorno		5.000,00	10.000,00			<b>15.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Estabelecer infra-estrutura básica para a cadeia produtiva da castanha	15.000,00	20.000,00				<b>35.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	<b>23.000,00</b>	<b>38.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	-	-	<b>76.000,00</b>
<b>Ação 4. Apoiar a troca de experiências entre as associações locais e outras organizações, relacionadas a produção e gestão associativa</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Identificar experiências exitosas de programas de produção e geração de renda a partir dos produtos florestais	5.000,00	5.000,00	5.000,00			<b>15.000,00</b>
iii) Promover uma cooperação permanente entre as associações locais e outras organizações envolvidas no processo de produção para troca de experiências	8.000,00	8.000,00	8.000,00			<b>24.000,00</b>
iii) Realizar viagens de intercâmbio para conhecimento de trabalhos realizados em outras regiões do País;			5.000,00	3.000,00	3.000,00	<b>11.000,00</b>
iv) Desenvolver sistema de informações sobre a cadeia produtiva dos produtos gerados na Floresta Nacional do Purus			3.000,00			<b>3.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	<b>13.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>53.000,00</b>
<b>Ação 5. Desenvolver ações voltadas à produção de pescado para fins comerciais pela população residente e do entorno</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) A partir do ordenamento pesqueiro e dos acordos de pesca previstos no Programa de Manejo de Pesca, estabelecer normas e procedimentos para a prática da pesca comercial no Rios Inauini, Purus e Igarapé Mapiá, garantindo a sua sustentabilidade e limitando-a restringindo-a às famílias residentes e do entorno da Unidade		X				-
ii) Buscar apoio e parcerias para estruturar a comunidade para o exercício da pesca comercial		5.000,00				<b>5.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iii) Buscar apoio e parcerias para implantação de criadouros artificiais de peixes comerciais		5.000,00				5.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 5</b>	-	10.000,00	-	-		10.000,00
<b>Ação 6. Incentivar e apoiar a continuidade das ações relacionadas à produção do couro vegetal.</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Apoiar e incrementar a atuação da Associação dos Produtores de Artesanato de Seringa – APAS, como articuladora e fomentadora da produção de couro vegetal;						-
ii) Desenvolver estratégias e estabelecer parcerias para reaquecer o mercado para matéria-prima e produtos de couro vegetal;						-
iii) Capacitar os moradores para retomar a produção de couro vegetal e agregar valor a partir da produção de artefatos na própria comunidade;						-
iv) Promover e participar de eventos para divulgação do produto.						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 6</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ação 7. Incentivar a utilização e o cultivo de espécies silvestres utilizadas para alimentação humana</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Efetuar estudo etnobiológico para identificação de espécies com possibilidade de introdução no mercado e para utilização humana, com destaque para as palmáceas, tendo em vista o seu largo uso pela população local e seu alto valor nutritivo			15.000,00			15.000,00
ii) Efetuar levantamento e estudo de mercado para as espécies identificadas			10.000,00			10.000,00
iii) Buscar ou desenvolver tecnologias para a exploração e beneficiamento dos novos produtos identificados			5.000,00	10.000,00		15.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Desenvolver estratégias de promoção dos produtos identificados no mercado;				5.000,00		5.000,00
v) Desenvolver campanhas para sensibilização da população local para o consumo diário dos produtos identificados				5.000,00		5.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 7</b>	-	-	30.000,00	20.000,00		50.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE PRODUÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA (ZP1 - Inauini)</b>	90.000,00	134.000,00	95.000,00	35.000,00	22.000,00	376.000,00
<b>10.3. Sub-programa de Educação (ZP1 - Inauini)</b>						-
<b>Ação 1. Construção e reforma dos prédios escolares nas comunidades da Flona</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estabelecer parceria com a Flona Mapiá-Inauini para a construção dos prédios escolares do Rio Inauini, já que essa atividade está prevista no Plano de Manejo da referida Unidade		3.000,00				3.000,00
ii) Definir, em conjunto com as comunidades, os locais ideais para construção das escolas;		4.000,00				4.000,00
iii) Articular parcerias com as prefeituras dos municípios de Boca do Acre e Pauini, através das Secretarias Municipais de Educação, para construção, reforma e manutenção das escolas;		90.000,00				90.000,00
iv) Construir três escolas ao longo do rio Inauini e Igarapé São Domingos, nas comunidades onde estão funcionando as unidades de ensino;						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	97.000,00	-	-	-	97.000,00
<b>Ação 2. Promover a educação de jovens e adultos</b>						-
<b>Atividades:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
i) Articular com o programa "Reescrevendo o Futuro", do Governo Federal, para implantar o referido programa nas unidades escolares existentes	X	X	X	X	X	-
ii) Articular com as Secretarias de Educação dos Municípios de Boca do Acre e Pauini o desenvolvimento de um programa para incentivar os jovens e adultos a participarem das aulas	X	X	X	X	X	-
iii) Implantar a educação formal de jovens e adultos nas escolas instaladas na área	X	X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ação 3. Promover a melhoria na qualidade de ensino das escolas existentes na Unidade e entorno</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular parcerias com organizações governamentais e não-governamentais para equipar/estruturar as unidades escolares visando alcançar o padrão mínimo estabelecido de modo a propiciar as condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade		8.000,00				<b>8.000,00</b>
ii) Obter através das parcerias carteiras escolares, TV, computadores, materiais didáticos entre outros equipamentos, para as escolas		3.000,00				<b>3.000,00</b>
iii) Articular com a Secretaria de Educação dos Municípios de Boca do Acre e Pauini o fornecimento de merenda escolar, prevendo a utilização de produtos oriundos das próprias comunidades (açúcar mascavo, sucos naturais, frutas, etc)	X	X				-
iv) Através da Secretaria de Educação, desenvolver um plano de monitoramento do ensino para subsidiar as ações de melhoria		5.000,00	5.000,00			<b>10.000,00</b>
vi) Propor ações para a melhoria na qualidade de ensino baseado nos resultados do acompanhamento do plano de monitoramento			3.000,00	3.000,00	3.000,00	<b>9.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
vii) Realizar periodicamente manutenção, pequenos serviços e/ou reparos da rede física nas unidades escolares						-
viii) Obter certificação dos conhecimentos locais através de convênios Unifloresta, UFV, bem como em outras instituições de ensino						-
ix) Adequar o currículo oficial para proporcionar acesso à universidade						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	-	16.000,00	8.000,00	3.000,00	3.000,00	30.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE EDUCAÇÃO (ZP1 - Inauini)</b>	-	113.000,00	8.000,00	3.000,00	3.000,00	127.000,00
<b>10.4. Sub-programa de Saúde e Saneamento Básico e Ambiental (ZP1 - Inauini)</b>						-
<b>Ação 1. Conscientizar e promover articulações para melhorias do saneamento ambiental básico de acordo com a realidade local</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estabelecer campanhas de educação ambiental e educação em saúde preventiva, para sensibilizar e envolver a comunidade nas ações relacionadas ao saneamento ambiental básico	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
ii) Criar e capacitar grupos de Agentes Voluntários de Saúde e Saneamento – AVSS e integrá-los no SUS						-
iii) Promover parcerias e articular com os órgãos de saúde e saneamento para implementação das ações propostas		3.000,00	3.000,00			6.000,00
iv) Implementar alternativas compatíveis com a realidade local para correta captação e tratamento de água e esgoto		15.000,00	15.000,00			30.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
v) Implantar e implementar sistemas de abastecimento de água contextualizados para a realidade local						-
vi) Implantar e implementar sistemas de esgotamento sanitário contextualizados com a realidade local						-
vii) Avaliar necessidade de implantar sistemas de tratamento de resíduos de acordo com as atividades produtivas						-
viii) Implantar e implementar gestão e destinação correta de resíduos sólidos, principalmente de pilhas		50.000,00	50.000,00			100.000,00
ix) Infra-estrutura de saneamento ambiental básico e para correta destinação de resíduos sólidos						-
x) Articular e promover parcerias para distribuição periódica de kit padrão* de saneamento básico (determinar o kit)	5.000,00	10.000,00				15.000,00
xi) Realizar análise da potabilidade da água que é utilizada para consumo humano e propor alternativas para adequação/tratamento se necessário (sai)		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
xii) Implantar sistemas de controle e monitoramento para avaliar o saneamento básico	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	40.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>18.000,00</b>	<b>92.000,00</b>	<b>82.000,00</b>	<b>14.000,00</b>	<b>14.000,00</b>	<b>220.000,00</b>
<b>Ação 2. Articular e promover parcerias para melhoria dos serviços básicos de saúde</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular a instalação de postos de saúde para atendimento comunitário disponibilizando periodicamente atendimento médico e odontológico		50.000,00	50.000,00			100.000,00
ii) Articular para contratação e capacitação de agentes de saúde e estabelecer rotina de visitas às famílias	10.000,00	10.000,00				20.000,00
iii) Treinar os futuros agentes de saúde, com o apoio do CMF (Centro de Medicina da Floresta – Vila Céu do Mapiá) para sensibilização da comunidade para o uso de medicamentos fitoterápicos e de medicina alternativa	10.000,00	10.000,00				20.000,00
iv) Desenvolver ações de saúde preventiva	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	40.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
v) Estabelecer rotina de visitas regulares de agentes de controle de endemias, devido à alta incidência de malária e outras doenças tropicais	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00
vi) Promover a capacitação de agentes de controle epidemiológico entre membros da comunidade		10.000,00			10.000,00	20.000,00
vii) Estabelecer parceria com a FUNASA e com demais órgãos de saúde para implementação do sub-programa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>38.000,00</b>	<b>98.000,00</b>	<b>68.000,00</b>	<b>18.000,00</b>	<b>28.000,00</b>	<b>250.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL (ZP1 - Inauini)</b>	<b>56.000,00</b>	<b>190.000,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>32.000,00</b>	<b>42.000,00</b>	<b>470.000,00</b>
<b>10.5. Sub-programa de Transporte (ZP1 - Inauini)</b>						-
<b>Ação 1. Melhorar e facilitar os deslocamentos fluviais para atendimento aos serviços essenciais</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Melhorar as condições de navegabilidade dos rios Inauini		20.000,00			15.000,00	35.000,00
ii) Articular e fortalecer a Associação Comunitária afim de capitalizá-la para provimento de embarcações e outros artefatos e equipamentos para transporte fluvial		5.000,00				5.000,00
iii) Articular junto às instituições públicas e ONG`s para prover embarcações para atendimento aos serviços de saúde, educação e transporte da produção			5.000,00			5.000,00
iv) Instalar infra-estrutura de apoio e suporte ao transporte fluvial			40.000,00			40.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>-</b>	<b>25.000,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>-</b>	<b>15.000,00</b>	<b>85.000,00</b>
<b>Ação 2. Avaliar as possibilidades e implantar vias de acesso e de ligação interna entre as unidades habitacionais e de produção</b>						-
<b>Atividades:</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
i) Determinar os traçados ideais para abertura e formatos das vias de ligação interna entre as unidades habitacionais e de produção		12.000,00				<b>12.000,00</b>
ii) Definir estratégias para viabilização da abertura e manutenção das vias de ligação interna		5.000,00				<b>5.000,00</b>
iii) Identificar e viabilizar os meios de transporte mais adequados a cada situação de necessidade de transporte terrestre			5.000,00			<b>5.000,00</b>
iv) Definir estratégias para aquisição dos meios de transporte terrestre			0,00			-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	<b>17.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	-	-	<b>22.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE TRANSPORTE (ZP1 - Inauini)</b>	-	<b>42.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	-	<b>15.000,00</b>	<b>107.000,00</b>
<b>10.6. Sub-programa de Melhoria do Padrão Alimentar (ZP1 - Inauini)</b>						-
<b>Ação 1. Estabelecer ações continuadas de educação alimentar</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) A partir de conhecimentos especializados, definir uma proposta de dieta alimentar adequada, principalmente a partir de produtos locais	15.000,00					<b>15.000,00</b>
ii) Ministras palestras nas comunidades sobre hábitos alimentares e dieta saudável	10.000,00					<b>10.000,00</b>
iii) Apresentar recomendações de receitas baseadas em produtos (ingredientes) da localidade, através de nutricionista	0,00					-
iv) Formar equipe de Agentes Multiplicadores para difundir e acompanhar a mudança no padrão alimentar	7.000,00	5.000,00				<b>12.000,00</b>
v) Incentivar a utilização espécies silvestres locais na alimentação	0,00					-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>32.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	-	-	-	<b>37.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>Ação 2. Incentivo ao cultivo de algumas espécies vegetais</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Incentivar a instalação de pomares e hortas nas colocações, visando a aumentar a oferta de frutas e verduras nas comunidades		10.000,00				<b>10.000,00</b>
ii) Apoiar o cultivo de espécies silvestres para alimentação humana, com destaque para as palmeiras, tendo em vista o seu largo uso pela população local, seu alto valor nutritivo e ainda por se constituir em ótima oportunidade de geração de renda		7.000,00				<b>7.000,00</b>
iii) Incentivar um aumento no consumo de produtos vegetais da floresta (folhas, caules, sementes, frutos, etc), especialmente aqueles mais abundantes na área e que apresentem importante valor nutricional		0,00				-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>		<b>17.000,00</b>	-	-	-	<b>17.000,00</b>
<b>Ação 3. Estimular a diversificação de fontes de proteína animal</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estimular os moradores a priorizarem o consumo de animais provenientes do manejo de fauna e de criadouros de animais silvestres legalizados, de acordo com o Programa de Manejo de Fauna			7.000,00	7.000,00		<b>14.000,00</b>
ii) Incentivar a criação de animais domésticos de pequeno porte, tais como, galinha, porco, marreco e pato, visando a diversificação das fontes de proteína animal	8.000,00					<b>8.000,00</b>
iii) Permitir e apoiar a criação limitada de vacas para produção de leite, principalmente para alimentação infantil, nas comunidades da Floresta Nacional, estabelecendo critérios para restrição da quantidade de animais por família	0,00					-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	<b>8.000,00</b>	-	<b>7.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	-	<b>22.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>Ação 4. Inclusão da população da Unidade e do entorno nos programas sociais ligados à segurança alimentar</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular com a secretaria municipal do bem estar social e com a coordenação regional do Programa "Fome Zero" a inclusão dos moradores da Floresta Nacional do Purus e do seu entorno nos programas sociais	3.000,00					<b>3.000,00</b>
ii) Levantar quais os programas sociais os moradores da Floresta Nacional do Purus e do entorno poderão ter acesso	0,00					-
iii) Apoiar o cadastramento dos moradores nos programas sociais disponíveis na região	7.000,00					<b>7.000,00</b>
iv) Divulgar aos moradores a condição estabelecida para alguns programas, que, para ter acesso ao benefício há necessidade dos filhos com idade escolar estarem matriculados no ensino formal, visando incentivar a educação	0,00					-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	<b>10.000,00</b>	-	-	-	-	<b>10.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE MELHORIA DO PADRÃO ALIMENTAR (ZP1 - Inauini)</b>	<b>50.000,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	-	<b>86.000,00</b>
<b>10.7. Sub-programa de Promoção da Cultura (ZP1 - Inauini)</b>						-
<b>Ação 1. Realização de Levantamento histórico-cultural</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Realizar pesquisa a partir dos relatos orais de remanescentes		7.000,00				<b>7.000,00</b>
ii) Fazer coleta de dados cartoriais de documentos históricos		0,00				-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iii) Obter documentos e informações de acervo sob domínio de particulares, para resgate da história que prenuncia e constitui memória social do povo		0,00				-
iv) Criar um banco de dados com as informações e matérias obtidas		5.000,00				5.000,00
v) Publicar materiais de divulgação sobre os aspectos sócio-culturais da Unidade, como forma de preservar o conhecimento histórico da área		3.000,00				3.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	<b>15.000,00</b>	-	-	-	<b>15.000,00</b>
<b>Ação 2. Criar e promover a Festa da Castanha e a Festa da Macaxeira</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Buscar parcerias para realização dos eventos				0,00		-
ii) Formar dentro da Associação, grupos responsáveis pela realização da festa, priorizando jovens e mulheres				5.000,00		5.000,00
iii) Realizar capacitação da comunidade para produção de derivados de castanha e de macaxeira		10.000,00				10.000,00
iv) Promover exposição e comercialização de produtos, subprodutos e derivados de castanha e macaxeira				7.000,00	7.000,00	14.000,00
v) Definir e Implantar estrutura necessária para realização do evento				0,00		-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	<b>10.000,00</b>	-	<b>12.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>29.000,00</b>
<b>Ação 3. Resgatar e fortalecer o folclore e a quermesse já existentes</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Estabelecer parcerias com Igrejas e organizações locais para realização de manifestações folclóricas e quermesses			3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
ii) Formar, apoiar e promover grupos folclóricos locais			3.000,00	4.000,00	0,00	7.000,00
iii) Produzir material para divulgação e educação cultural				2.000,00	2.000,00	4.000,00
iv) Definir estratégias para angariar fundos para as atividades			0,00			-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	-	-	6.000,00	6.000,00	2.000,00	14.000,00
<b>Ação 4. Desenvolver e difundir produtos do artesanato local</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Buscar parcerias para desenvolvimento das atividades		0,00				-
ii) Capacitar a comunidade para desenvolvimento de novos produtos e melhoria da qualidade do artesanato		5.000,00			5.000,00	10.000,00
iii) Definir estratégias para envolvimento de mulheres, jovens e crianças		0,00				-
iv) Promover feiras e exposições do artesanato produzido na Floresta Nacional			3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
v) Definir estratégias para agregar valor ao artesanato produzido na Floresta Nacional			0,00			-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	-	5.000,00	3.000,00	3.000,00	8.000,00	19.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA CULTURA (ZP1 - Inauini)</b>	-	30.000,00	9.000,00	21.000,00	17.000,00	77.000,00
<b>10.8. Sub-programa Apoio à Organização Comunitária (ZP1 - Inauini)</b>						-
<b>Ação 1. Fortalecimento das Organizações Sociais existentes na Floresta Nacional do Purus</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Apoiar o desenvolvimento de ações para o fortalecimento e regularização da Associação Deus é Amor	5.000,00	5.000,00				10.000,00
ii) Incentivar e apoiar a criação e formalização de organizações comunitárias, que contemplem a participação de mulheres, jovens e crianças, bem como o fortalecimento e regularização das existentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iii) Articular para ampliação da capacidade de promoção e acesso aos direitos fundamentais, como saúde, saneamento, transporte, educação, habitação e renda, que são os identificadores de melhor qualidade de vida	7.000,00					7.000,00
iv) Promover reuniões na comunidade com a finalidade de estimular os moradores a participarem das organizações comunitárias	12.000,00					12.000,00
v) Apoiar as organizações na definição de estratégia para arrecadação de recursos financeiros, para estruturação e desenvolvimento de projetos		7.000,00				7.000,00
vi) Estimular e apoiar a Associação Deus é Amor e outras organizações comunitárias na estruturação de sede, meio de transporte comunitário e outros		0,00	0,00			-
vii) Realização oficina de capacitação para as organizações comunitárias, visando ao fortalecimento do processo participativo	7.000,00			7.000,00		14.000,00
viii) Realizar cursos de formação de lideranças						-
ix) Realizar oficina de capacitação para elaboração e gerenciamento de projetos						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>31.000,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>-</b>	<b>7.000,00</b>	<b>-</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Ação 2. Criação de novas organizações sociais</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular com a Cooperar (Cooperativa Agro-Extrativista do Mapiá e Médio Purus) para extensão de sua organização até as áreas do Inauini						-
ii) Estudar a criação e formalização de uma cooperativa dos produtores e extrativistas do Rio Inauini e afluentes, que possa gerenciar algumas atividades de manejo comunitário e produção de forma cooperativa	7.000,00					7.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iii) Estimular o desenvolvimento de projetos de manejo comunitário e produção de farinha, artesanatos e outros produtos a partir da cooperativa ou associações		4.000,00				<b>4.000,00</b>
iv) Estimular a comercialização de gêneros alimentícios, insumos, ferramentas e outros, aos cooperados por preços mais acessíveis		4.000,00				<b>4.000,00</b>
v) Incentivar o cooperativismo, através de cursos e intercâmbios com outras organizações comunitárias	5.000,00			5.000,00		<b>10.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>12.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	-	<b>5.000,00</b>	-	<b>25.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE APOIO À ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (ZP1 - Inauini)</b>	<b>43.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	-	<b>12.000,00</b>	-	<b>75.000,00</b>
<b>10.9.Sub-programa de Infra-estrutura Comunitária (ZP1 - Inauini)</b>						-
<b>Ação 1. Implantação de infra-estrutura básica para atendimento a saúde</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular junto à Secretaria de Saúde e prefeituras municipais para construção de um posto de saúde em cada Núcleo Habitacional (se esses núcleos forem implantados) ou em local a ser definido que atenda o maior número de moradores possível	3.000,00					<b>3.000,00</b>
ii) Em conjunto com a associação dos moradores, buscar parceria para a aquisição de uma embarcação tipo voadeira (barco com motor de popa) para garantir o deslocamento rápido de pacientes em estado grave até o hospital de Boca do Acre		0,00				-
iii) Articular com as prefeituras municipais e secretarias de saúde para contratação de Agentes de Saúde do local, com estrutura que permita as visitas regulares aos moradores e encaminhamento de alguns pacientes à assistência médica	3.000,00					<b>3.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Articular com a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, a instalação de uma Unidade de Microscopia para Malária, em cada Núcleo Habitacional, se esses forem implantados, ou em local a ser definido que atenda o maior número de moradores possível		0,00				-
v) Articular com a secretaria de saúde para promover visitas regulares de médicos e dentistas às comunidades locais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>6.000,00</b>	-	-	-	-	<b>6.000,00</b>
<b>Ação 2. Melhorar as condições de moradia da população residente</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Definir com a Associação dos Moradores e com o INCRA uma comissão para administrar a aplicação do Crédito Habitação na melhoria do padrão de moradia	0,00					-
ii) Definir em conjunto com os moradores onde serão construídas as casas: em Núcleos Habitacionais (selecionar o local) ou nas colocações atuais, bem como o modelo padrão das residências	5.000,00					<b>5.000,00</b>
iii) Promover visitas de intercâmbio de representantes dos moradores a outras Unidades de Conservação onde já foi aplicado o Crédito Habitação	5.000,00					<b>5.000,00</b>
iv) Acompanhar a construção e/ou reforma das moradias		7.000,00	0,00			<b>7.000,00</b>
v) Buscar outras formas e meios para melhoria das unidades habitacionais			3.000,00			<b>3.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>10.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	-	-	<b>20.000,00</b>
<b>Ação 3. Implantar estruturas de saneamento básico</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular com FUNASA e outros parceiros a instalação de estruturas básicas de saneamento adequadas à realidade local		2.500,00				<b>2.500,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iii) Buscar parcerias para a abertura de poços para abastecimento de água onde for necessário						-
iv) Aquisição de filtros e outras formas de tratamento de água para consumo humano quando for o caso		1.000,00				1.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	-	<b>3.500,00</b>	-	-	-	<b>3.500,00</b>
<b>Ação 4. Implantar estrutura de geração e fornecimento de energia elétrica</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Avaliar demanda de energia em função dos equipamentos/máquinas que poderão ser instalados nas comunidades.		6.000,00				6.000,00
ii) Definir qual o sistema ideal e mais adequado para os Núcleos Residenciais, se for o caso, ou para as unidades habitacionais;		0,00				-
iii) Articular parceria com a coordenação do programa "Luz para Todos" para a implantação do referido programa na Unidade;		2.000,00				2.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	-	<b>8.000,00</b>	-	-	-	<b>8.000,00</b>
<b>Ação 5. Implantação de sistemas de comunicação para as famílias residentes e para as organizações comunitárias</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Articular com a Telemar a instalação de telefones públicos nos Núcleos Habitacionais, se esses forem implantados na área, ou em comunidades com maior concentração de pessoas		3.000,00				3.000,00
ii) Articular com os ministérios afins e entidades privadas para acesso aos programas oficiais de inclusão digital		0,00				-
iii) Articular com a Telemar a disponibilização de linhas residenciais e comerciais para comunitários que tenham interesse		0,00				-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 5</b>	-	<b>3.000,00</b>	-	-	-	<b>3.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>Ação 6. Implantar infra-estrutura de transporte de pessoas, produção e materiais</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Abertura de ramais e caminhos internos para facilitar a realização das atividades de manejo florestal, o escoamento de produtos e locomoção das pessoas		10.000,00				10.000,00
ii) Articular com as organizações comunitárias e outros parceiros a aquisição de barcos para uso comunitário no transporte de moradores, produtos e mercadorias		2.000,00				2.000,00
iii) Articular com as organizações comunitárias e outros parceiros a aquisição veículos de transporte interno		0,00				-
iv) Articular para construção de portos, atracadouros ou escadarias nos principais locais de embarque e desembarque		3.000,00				3.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 6</b>	-	15.000,00	-	-	-	15.000,00
<b>Ação 7. Estrutura comunitária para produção, beneficiamento e armazenamento</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Definir em conjunto com os moradores quais as atividades produtivas e de beneficiamento deverão ser realizadas em estrutura de uso comunitário		7.000,00				7.000,00
ii) Dimensionar com as comunidades a estrutura (instalações, máquinas e equipamentos) adequada para realizar a produção, beneficiamento e armazenamento de produtos, de acordo com as potencialidades e capacidades produtivas de cada comunidade		3.000,00				3.000,00
iii) Definir o local ideal para construção de cada instalação		0,00				-
iv) Apoiar as organizações comunitárias na articulação de parcerias para estruturação das unidades produtivas		2.000,00				2.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 7</b>	-	12.000,00	-	-	-	12.000,00
<b>Ação 8. Implantação de infra-estrutura para cultura, esporte, lazer e religião</b>						-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>Atividades:</b>						-
i) Definir com os moradores espaços para construção de praças públicas, play ground, campos de futebol, igrejas e centros comunitários		3.000,00				3.000,00
ii) Articular com os moradores a construção de campos de futebol e centros comunitários			0,00			-
iii) Articular com os moradores e com igrejas das várias denominações para construção dos templos nas comunidades		0,00	0,00			-
iv) Buscar parcerias para instalação de pracinhas e play ground nas comunidades			2.000,00			2.000,00
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 8</b>	-	3.000,00	2.000,00	-	-	5.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA COMUNITÁRIA (ZP1 - Inauini)</b>	16.000,00	51.500,00	5.000,00	-	-	72.500,00
<b>(C) Zona Populacional do Purus</b>						-
<b>10.10. Sub-Programa de Desenvolvimento Comunitário do Tabocal e Limoeiro (ZP4 - Purus)</b>						-
<b>Ação 1 – Construção do Plano de Desenvolvimento Comunitário do Tabocal e Limoeiro</b>						-
i) Realizar oficina de sensibilização da comunidade com vistas à definição de sua proposta de desenvolvimento comunitário.		2.000,00				2.000,00
ii) Estabelecer as demandas de desenvolvimento comunitário locais		2.000,00		2.000,00		4.000,00
iii) Definir as prioridades para o desenvolvimento comunitário local		2.000,00		2.000,00		4.000,00

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Articular com parceiros governamentais e não governamentais para atendimento às demandas prioritizadas pela comunidade.		2.000,00	4.000,00	2.000,00	4.000,00	<b>12.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	-	<b>8.000,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>22.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO TABOCAL E LIMOEIRO (ZP4 - Purus)</b>	-	<b>8.000,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>4.000,00</b>	<b>22.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO</b>	<b>275.000,00</b>	<b>650.500,00</b>	<b>378.000,00</b>	<b>176.000,00</b>	<b>173.000,00</b>	<b>1.652.500,00</b>
<b>11. Programa de Uso Público</b>						-
<b>Ação 1. 1 – Controlar o fluxo de visitantes na Vila Céu do Mapiá e toda a Floresta Nacional</b>						-
<b>Atividades</b>						-
i) Constituir Câmara Técnica no conselho Consultivo, envolvendo representantes do ICMBio, AMVCM e IDA-CEFLURIS, Associação Deus É Amor (Inauini) e Associação Deus por Nós (Purus) para definir o plano de controle integrado da visitação à Vila Céu do Mapiá e Floresta Nacional	1.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	<b>9.000,00</b>
ii) Estabelecer processo integrado com as Associações para padronização das autorizações de entrada e dos vistos de permanência de visitantes na Flona / Vila Céu do Mapiá, a serem emitidos em Boca do Acre e executar		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	<b>4.000,00</b>
iii) Utilizar os Postos de Controle da Floresta Nacional no limite com a Fazenda São Sebastião e no rio Inauini para registrar a entrada e saída de visitantes na Unidade	X	X	X	X	X	-
iv) Com base nas autorizações de visita e vistos de permanência na Flona emitidos e nos registros de entrada e saída de visitantes, estabelecer mecanismos de controle da visitação à Flona nas sedes das Associações, com supervisão periódica pelo ICMBio	X	X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>1.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>13.000,00</b>
<b>Ação 2. Desenvolver produto turístico comunitário unificado da Vila Céu do Mapiá.</b>						-
<b>Atividades</b>						-
i) Articular com órgãos públicos de turismo (especialmente o Programa de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente - PROECOTUR) e organizações não governamentais afins, a realização de oficinas participativas de planejamento de produto ecoturístico de base comunitária unificado na Vila Céu do Mapiá, com ênfase em associativismo e cooperativismo e na criação de uma agência de turismo receptivo	60.000,00	30.000,00				<b>90.000,00</b>
ii) Sensibilizar e mobilizar representantes de segmentos comunitários envolvidos com a atividade (AMVCM, IDA-DEFLURIS, serviços de transporte, hospedagem, comércio, alimentação, artesãos, etc.) para participação nas oficinas de turismo comunitário.	X	X	X	X	X	-
iii) Identificar, avaliar e desenvolver os atrativos turísticos potenciais na Flona, passíveis de serem explorados a partir do fluxo de visitação estabelecido na Vila Céu do Mapiá.		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	<b>120.000,00</b>
iv) Identificar e desenvolver estratégias de acesso a segmentos específicos de público-alvo para as atividades turísticas propostas.	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>25.000,00</b>
v) Avaliar os impactos socioambientais da atividade turística planejada, desenvolvendo estratégias de potencialização dos impactos positivos e de mitigação dos negativos, tendo em vista a definição das capacidades de suporte da visitação em cada local específico.	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>50.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
v) Avaliar os impactos socioambientais da atividade turística planejada, desenvolvendo estratégias de potencialização dos impactos positivos e de mitigação dos negativos, tendo em vista a definição das capacidades de suporte da visitação em cada local específico	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	<b>100.000,00</b>
vii) Estudar e estabelecer padrões para cada tipo de serviço associado à atividade turística na comunidade.	X	X	X	X	X	-
viii) Estabelecer estratégias de captação de recursos para projetos turísticos desenvolvidos pela comunidade.	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>25.000,00</b>
ix) Estudar e estabelecer procedimentos para autorização das atividades associadas ao turismo a serem desenvolvidas na Vila Céu do Mapiá, tendo em vista os padrões de serviços definidos para cada atividade	X	X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>410.000,00</b>
<b>Ação 3. Capacitar as associações comunitárias e a população residente da Unidade e da região para operar a atividade turística</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Capacitar a comunidade residente e do entorno nas atividades voltadas para os serviços turísticos		10.000,00		10.000,00		<b>20.000,00</b>
ii) Capacitar as Associações Comunitárias para que possam operar as atividades turísticas		10.000,00		10.000,00		<b>20.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	-	<b>20.000,00</b>	-	<b>20.000,00</b>	-	<b>40.000,00</b>
<b>Ação 4. Identificar áreas potenciais para visitação</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Levantar as potencialidades turísticas da Unidade	10.000,00	10.000,00		7.000,00		<b>27.000,00</b>
ii) Realizar estudos da capacidade de suporte das áreas escolhidas para visitação, com a identificação dos possíveis impactos e suas respectivas ações mitigadoras	15.000,00	15.000,00		10.000,00		<b>40.000,00</b>
iii) Envolver a população residente no processo de identificação das áreas potencialmente turísticas	X	X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Determinar as modalidades de turismo que poderão ser desenvolvidas na Unidade, tendo como principal critério, o grau de impacto causado sobre o meio ambiente	X	X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	<b>25.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	-	<b>17.000,00</b>	-	<b>67.000,00</b>
<b>Ação 5. Identificar áreas potenciais para instalação de infra-estrutura de apoio ao uso público</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Após escolhidas as áreas para a visitação, identificar o melhor local e opção através de critérios estabelecidos, para a instalação da infra-estrutura necessária para a atividade, buscando sempre impactar o mínimo possível a área escolhida e sua paisagem natural	X					-
ii) Listar a infraestrutura necessária para o serviço ecoturístico	X	X				-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 5</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Ação 6. Promover a Unidade como um novo pólo ecoturístico da Amazônia</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Consensualizar com as entidades concessionárias das Zonas Populacionais ou de Uso Comunitário para a implementação, ou não, de atividades turísticas a serem realizadas por terceiros nas áreas concedidas.	X	X	X	X	X	-
ii) produzir material promocional da Floresta Nacional destacando seus atrativos;	10.000,00		5.000,00		10.000,00	<b>25.000,00</b>
iii) divulgação da Unidade nos diversos meios de comunicação;					10.000,00	<b>10.000,00</b>
iv) Identificar e estabelecer parcerias com potenciais parceiros (empresários e operadores de turismo) que possam trazer investimentos para a Unidade, no desenvolvimento da atividade turística	X	X	X			-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 6</b>	<b>10.000,00</b>	-	<b>5.000,00</b>	-	<b>20.000,00</b>	<b>35.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE USO PÚBLICO</b>	<b>136.000,00</b>	<b>148.000,00</b>	<b>78.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>93.000,00</b>	<b>565.000,00</b>
<b>12. Programa de Interpretação e Educação Ambiental</b>						-
<b>Ação 1. Sensibilização em relação a pesca, caça predatória e retirada ilegal de madeira</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Desenvolver campanhas de sensibilização e esclarecimento junto a comunidade local e na região sobre os danos da pesca e caça predatória e sobre a retirada ilegal de madeira	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>25.000,00</b>
ii) Informar à comunidade sobre a legislação correlata e suas implicações			0,00			-
iii) Apoiar o desenvolvimento de acordos de pesca para contenção da pesca predatória			0,00	0,00	0,00	-
iv) Intensificar atividades de educação ambiental junto às Colônias de Pescadores e ao mercado madeireiro da região		3.000,00	3.000,00	3.000,00		<b>9.000,00</b>
v) Envolver os Agentes Ambientais Voluntários nas atividades previstas			0,00	0,00	0,00	-
vi) Buscar parcerias para a realização das atividades	3.000,00		3.000,00			<b>6.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>8.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>11.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>40.000,00</b>
<b>Ação 2. Esclarecer a população residente e da região e os concessionários quanto à legislação ambiental, sua aplicação e implicações</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Apoiar e qualificar os Agentes Ambientais Voluntários para exercício de suas funções na Unidade	15.000,00					<b>15.000,00</b>
ii) Capacitar a população local em atividades que requeiram conhecimento e aplicação da legislação		7.000,00		7.000,00		<b>14.000,00</b>
iii) Elaborar e distribuir material educativo adequado à realidade local sobre legislação ambiental	5.000,00		5.000,00		5.000,00	<b>15.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Promover palestras sobre Unidades de Conservação e especificamente sobre Florestas Nacionais	3.000,00		3.000,00			<b>6.000,00</b>
v) Promover palestras sobre o Ibama e suas funções	0,00		0,00			-
vi) Articular com outros setores do Ibama e parceiros para realização das atividades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	<b>23.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Ação 3. Sensibilizar os moradores e os concessionários para a coleta seletiva e destinação dos resíduos sólidos</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Efetuar levantamento mais detalhado sobre o lixo produzido na Unidade		5.000,00			3.000,00	<b>8.000,00</b>
ii) Definir alternativas compartilhadas para destinação dos resíduos sólidos, principalmente pilhas, garrafas pet, plásticos e latas		0,00			0,00	-
iii) Buscar parceria para reciclagem ou reutilização dos resíduos		3.000,00				<b>3.000,00</b>
iv) Desenvolver campanhas de sensibilização sobre os danos causados pelo lixo		2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	<b>4.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	<b>-</b>	<b>10.000,00</b>	<b>-</b>	<b>2.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>15.000,00</b>
<b>Ação 4. Desenvolver ações gerais de educação ambiental envolvendo principalmente jovens, mulheres e crianças</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Definir ações prioritárias de educação ambiental envolvendo questões relativas a qualidade de vida da população residente e qualidade ambiental das ações de manejo	0,00					-
ii) Criar e definir grupos formados por jovens, mulheres e crianças para atuarem nas ações de educação ambiental		0,00				-
iii) Capacitar os grupos gerais para realização das atividades		7.000,00				<b>7.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
iv) Sensibilizar e envolver a comunidade na preservação dos mananciais utilizados para captação de água		3.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>3.000,00</b>
v) Elaborar material didático e educativo contendo os temas que envolvam as ações de manejo		2.000,00		3.000,00		<b>5.000,00</b>
vi) Articular parcerias para o desenvolvimento de ações de educação ambiental envolvendo principalmente jovens, mulheres e crianças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
vii) Articular com os outros setores do Ibama para as ações de educação ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 4</b>	-	<b>12.000,00</b>	-	<b>3.000,00</b>	-	<b>15.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>31.000,00</b>	<b>37.000,00</b>	<b>19.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>120.000,00</b>
<b>13. Programa de Recuperação de Ambientes Degradados</b>						-
<b>Ação 1. Identificar as áreas degradadas, em uso ou abandonadas, no interior da Unidade</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) analisar imagens de satélites para a identificação, localização e quantificação das áreas degradadas	X					-
ii) verificação em campo e caracterização das áreas degradadas com a participação das comunidades	5.000,00					<b>5.000,00</b>
iii) classificar e definir (identificar) as áreas prioritárias para recuperação						-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>5.000,00</b>	-	-	-	-	<b>5.000,00</b>
<b>Ação 2. Recuperação das áreas degradadas identificadas</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) definir métodos e modelos para a recuperação das áreas degradadas, priorizando as localizadas em áreas de preservação permanente		0,00				-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
ii) definir métodos e modelos para a recuperação das áreas degradadas nas Zonas Populacionais, como por exemplo a implantação de sistemas agroflorestais, enriquecimento de capoeira, entre outros		10.000,00				<b>10.000,00</b>
iii) capacitar os moradores sobre alternativas ao uso do fogo no manejo de roçados, através da disseminação de técnicas de agroecologia, permacultura e outros		100.000,00				<b>100.000,00</b>
iv) estabelecer de forma participativa normas e critérios para a implantação de roçados e outros usos alternativos do solo nas Zonas Populacionais		10.000,00				<b>10.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 2</b>	-	<b>120.000,00</b>	-	-	-	<b>120.000,00</b>
<b>Ação 3. Monitoramento das ações de recuperação de áreas degradadas</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) instalar parcelas para o monitoramento das áreas em recuperação					30.000,00	<b>30.000,00</b>
ii) avaliar o processo de sucessão nas áreas abandonadas e em recuperação, para propor adequações aos métodos e modelos em utilização					10.000,00	<b>10.000,00</b>
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 3</b>	-	-	-	-	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE AMBIENTES DEGRADADOS</b>	<b>5.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	-	-	<b>40.000,00</b>	<b>165.000,00</b>
<b>14. Programa de Relações Públicas e Institucionais</b>						-
<b>Ação 1. Estruturar a rede de parceiros da gestão da Floresta Nacional do Purus</b>						-
<b>Atividades:</b>						-
i) Desenvolver Termo de Referência do Programa de Relações Institucionais da Flona.		X				-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
ii) Celebrar Acordo de Cooperação Técnica entre Ibama e Instituto de Desenvolvimento Ambiental Raimundo Irirneu Serra para estruturação de parceria focalizando articulações institucionais para implementar atividades na Flona.		X				-
iii) Desenvolver e manter Cadastro de Instituições Parceiras do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Purus.	2.000,00					2.000,00
iv) Celebrar Acordos de Cooperação Técnica com instituições parceiras, focalizando objetos específicos de parcerias.		X	X	X	X	-
v) Articular com o INCRA para acesso das famílias residentes aos benefícios da reforma agrária e aos créditos do PRONAF.	X	X	X	X	X	-
vi) Estabelecer parcerias com as organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa para implementação das ações de manejo em geral e de desenvolvimento comunitário, em especial.		X	X	X	X	-
vii) Articular com o INCRA desenvolvimento de ações compartilhadas relativas à regularização fundiária da Unidade e das áreas do entorno.		3.000,00	X	X		3.000,00
viii) Articular com a FUNASA e Secretarias de Saúde para implementar alternativas de saneamento básico e ações de saúde compatíveis com a realidade local.	X	X	X	X	X	-
ix) Articular com as Secretarias de Educação e organizações afins para implementação de sistemas de educação compatíveis com as necessidades e especificidades locais.	X	X	X	X	X	-
x) Buscar parceria com ONG's locais e instituições ensino, pesquisa e de fomento para elaboração de projetos específicos voltados à implementação dos programas.	X	X	X	X	X	-

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
xi) Articular com o Serviço Florestal Brasileiro – SFB para implementação imediata dos programas relacionados a serviços e produção florestal e à gestão da Flona.	X	X	X	X	X	-
xii) Articular com as Associações, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e Militar e Delegacias de Polícia de Pauni e Boca do Acre para desenvolvimento e implementação de um sistema de Justiça Comunitária na Flona	X	X	X	X	X	-
xiii) Apoiar a APAS e a Associação Deus é Amor dos moradores do rio Inauini para a continuidade da produção de couro vegetal.	X	X	X	X	X	-
<b>SUB-TOTAL DA AÇÃO 1</b>	<b>2.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	-	-	-	<b>5.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS</b>	<b>2.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	-	-	-	<b>5.000,00</b>
<b>TOTAIS GERAIS DO PLANO DE MANEJO DA FLONA DO PURUS:</b>	<b>1.453.500,00</b>	<b>2.701.500,00</b>	<b>2.686.000,00</b>	<b>2.435.000,00</b>	<b>1.746.000,00</b>	<b>11.022.000,00</b>

**14.2. Prioridades, possíveis fontes de recursos e orçamento consolidado por ação do Plano Manejo**

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>1. Programa de Administração</b>								
<b>1.1 - Sub-Programa de Gestão de Recursos Administrativos</b>								
Ação 1. Estruturar e organizar os recursos humanos necessários à gestão da Flona	1	ICMBio Parceiros	189.000,00	267.000,00	222.000,00	240.000,00	242.000,00	<b>1.160.000,00</b>
Ação 2. Estruturar os recursos financeiros necessários à gestão da Flona	1	ICMBio Parceiros	26.000,00	29.000,00	33.500,00	33.500,00	33.500,00	<b>155.500,00</b>
Ação 3. Estruturar os recursos materiais necessários à gestão da Flona	1	ICMBio	197.500,00	55.000,00	7.000,00	52.000,00	42.000,00	<b>353.500,00</b>
<b>TOTAL SUB-PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS</b>			<b>412.500,00</b>	<b>351.000,00</b>	<b>262.500,00</b>	<b>325.500,00</b>	<b>317.500,00</b>	<b>1.669.000,00</b>
<b>1.2 - Sub-Programa de Regulamentação do Plano de Manejo</b>								
Ação 1. Construir o Plano de Utilização Comunitária da Floresta Nacional do Purus	2	ICMBio Parceiros	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>20.000,00</b>
Ação 2. Construir os Termos de Referência dos Programas de Manejo	3	ICMBio Parceiros	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00		<b>60.000,00</b>
Ação 3. Construir Planos específicos subsidiários aos Programas de Manejo	2 a 3	ICMBio Parceiros	0,00	45.000,00	70.000,00	105.000,00	140.000,00	<b>360.000,00</b>
Ação 4. Construir as Instruções de Serviço, que detalharão regras sobre aspectos específicos e pontuais da gestão sócio-biental da Floresta Nacional do Purus	2 a 3	ICMBio Parceiros	1.500,00	3.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	<b>22.500,00</b>
<b>TOTAL SUB-PROGRAMA DE REGULAMENTAÇÃO</b>			<b>1.500,00</b>	<b>88.000,00</b>	<b>96.000,00</b>	<b>131.000,00</b>	<b>146.000,00</b>	<b>462.500,00</b>
<b>1.3 - Sub-Programa de Regularização Fundiária</b>								

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Ação 1. Promover a regularização fundiária da Floresta Nacional do Purus	2	ICMBio	16.000,00	88.500,00	406.000,00	631.000,00		<b>1.141.500,00</b>
Ação 2. Organizar Sistema de Concessões de Direito Real de Uso para as populações residentes	2	ICMBio	10.000,00	80.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	<b>180.000,00</b>
<b>TOTAL SUB-PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</b>			<b>26.000,00</b>	<b>168.500,00</b>	<b>436.000,00</b>	<b>661.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>1.321.500,00</b>
<b>1.4 - Sub-Programa de Gestão de Projetos</b>								
Ação 1. Estabelecer um banco-de-dados para a gestão de Projetos na Floresta Nacional do Purus na forma de uma Carteira de Projetos	2	ICMBio Parceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Ação 2. Estabelecer uma Incubadora de Projetos na Floresta Nacional do Purus	2	ICMBio Parceiros	22.000,00	51.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	<b>241.000,00</b>
Ação 3. Estabelecer mecanismos de Controle de Projetos	2	ICMBio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>TOTAL SUB-PROGRAMA DE GESTÃO DE PROJETOS</b>			<b>22.000,00</b>	<b>51.000,00</b>	<b>56.000,00</b>	<b>56.000,00</b>	<b>56.000,00</b>	<b>241.000,00</b>
<b>1.5 - Sub-Programa de Autorização de Atividades e Concessões Especiais de Uso</b>								
Ação 1. Estabelecer Sistema de Autorização de Atividades na Floresta Nacional do Purus	2 a 3	ICMBio	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	<b>24.000,00</b>
Ação 2. Organizar Sistema de Concessões de Uso Especiais na Floresta Nacional do Purus	2	ICMBio	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>5.000,00</b>
<b>TOTAL SUB-PROGRAMA DE GESTÃO DE LICENCIAMENTO E CONCESSÕES</b>			<b>0,00</b>	<b>11.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>29.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO</b>			<b>462.000,00</b>	<b>669.500,00</b>	<b>856.500,00</b>	<b>1.179.500,00</b>	<b>555.500,00</b>	<b>3.723.000,00</b>
<b>2. Programa de Gestão Participativa</b>								

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Ação 1. Implementar o Conselho de Gestão	1	ICMBio FNMA Parceiros	60.000,00	55.000,00	60.000,00	55.000,00	60.000,00	<b>290.000,00</b>
Ação 2. Promover o fortalecimento de organizações comunitárias para participação no processo de gestão	2	ICMBio Parceiros	64.000,00	40.000,00	34.000,00	19.000,00	55.000,00	<b>212.000,00</b>
Ação 3. Implantar e implementar os Conselhos Comunitários das Zonas Populacionais	2	ICMBio FNMA Parceiros	27.000,00	16.000,00	35.000,00	16.000,00	35.000,00	<b>129.000,00</b>
Ação 4. Implantar e implementar o Grupo de Trabalho Integrado (GTI)	1	ICMBio Parceiros	10.000,00	28.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	<b>152.000,00</b>
Ação 5. Implementar a educação no processo de gestão	2	ICMBio FNMA Parceiros	33.000,00	48.000,00	33.000,00	18.000,00	18.000,00	<b>150.000,00</b>
Ação 6. Implantar e implementar a Agenda 21 Local da Floresta Nacional do Purus	2	ICMBio FNMA Parceiros	<b>2.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>442.000,00</b>
Ação 7. Organizar o Grupo de Agentes Comunitários da Floresta Nacional do Purus	2	ICMBio FNMA Parceiros	26.500,00	25.000,00	25.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>96.500,00</b>
Ação 8. Estabelecer gestão compartilhada com a Floresta Nacional Mapiá-Inauini	1	ICMBio Parceiros	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	<b>25.000,00</b>
Ação 9. Estabelecer gestão compartilhada entre a Floresta Nacional e as Terras Indígenas do entorno	3	ICMBio FUNAI Parceiros	5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	<b>45.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE GESTÃO PARTICIPATIVA</b>			<b>232.500,00</b>	<b>337.000,00</b>	<b>350.000,00</b>	<b>281.000,00</b>	<b>341.000,00</b>	<b>1.541.500,00</b>
<b>3 Programa de Gestão Demográfica</b>								
Ação 1. Desenvolver uma política de gestão demográfica participativa na Floresta Nacional do Purus	2	ICMBio Parceiros	0,00	10.000,00	0,00	12.000,00	12.000,00	<b>34.000,00</b>

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Ação 2. Definir e aferir o "grau de saturação populacional", especialmente na micro-bacia do igarapé Mapiá	2	ICMBio Parceiros	0,00	2.000,00	15.000,00	30.000,00	5.000,00	52.000,00
Ação 3. Definir e implementar estratégias para o controle demográfico	2	ICMBio comunidades	25.500,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	40.000,00	110.500,00
Ação 4. Efetuar o cadastramento das famílias residentes e atualizá-lo a cada dois anos e meio	2	ICMBio FNMA Parceiros	10.000,00	0,00	5.000,00	0,00	20.000,00	35.000,00
Ação 5. Efetuar estudos, consultas e implantar (com a concordância das comunidades envolvidas), núcleos comunitários, concentrando a população do rio Inauini, numa política de gestão demográfica integrada com a da Floresta Nacional Mapiá-Inauini	2	ICMBio INCRA comunidades	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Ação 6. Equacionar a presença de estrangeiros na Flona	2	ICMBio IDA-Cefluris	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00		4.000,00
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE GESTÃO DEMOGRÁFICA</b>			<b>36.500,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>58.000,00</b>	<b>77.000,00</b>	<b>243.500,00</b>
<b>4 Programa de Pesquisa &amp; Desenvolvimento</b>								
Ação 1. Criar um Núcleo de Extensão de Tecnologias Apropriadas à Floresta (NETAF)	2	ICMBio FNMA Parceiros	5.000,00	130.000,00	225.000,00	225.000,00	225.000,00	810.000,00
Ação 2. Formar Comitê Científico da Unidade	2	ICMBio Parceiros	15.000,00	35.000,00	20.000,00	35.000,00	20.000,00	125.000,00
Ação 3. Promover e incentivar a pesquisa científica e tecnológica sobre a fauna	3	ICMBio Parceiros	0,00	5.000,00	9.000,00	5.000,00	2.000,00	21.000,00
Ação 4. Promover e incentivar a pesquisa sobre recursos hídricos	3	ICMBio Parceiros	0,00	17.000,00	15.000,00	3.000,00	1.000,00	36.000,00
Ação 5. Promover e incentivar e pesquisa científica sobre a Flora	3	ICMBio Parceiros	0,00	5.000,00	63.000,00	43.000,00	10.000,00	121.000,00

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Ação 6. Promover e incentivar a pesquisa e geração de tecnologia sobre recursos pesqueiros	2	ICMBio SFB parceiros	3.000,00	30.000,00	15.000,00	10.000,00	0,00	<b>58.000,00</b>
Ação 7. Promover e incentivar e pesquisa sobre Recursos Florestais Madeireiros e Não-madeireiros	2	ICMBio SFB parceiros	0,00	5.000,00	170.000,00	25.000,00	15.000,00	<b>215.000,00</b>
Ação 8. Promover e incentivar o desenvolvimento de Tecnologia no Beneficiamento de Produtos	2	ICMBio SFB parceiros	0,00	0,00	25.000,00	0,00	5.000,00	<b>30.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE PESQUISA &amp; DESENVOLVIMENTO</b>			<b>23.000,00</b>	<b>227.000,00</b>	<b>542.000,00</b>	<b>346.000,00</b>	<b>278.000,00</b>	<b>1.416.000,00</b>
<b>5 Programa de Proteção e Fiscalização</b>								<b>0,00</b>
Ação 1. Proteção, Controle e Fiscalização da Unidade	1	ICMBio Parceiros	90.500,00	65.500,00	65.500,00	85.500,00	65.500,00	<b>372.500,00</b>
Ação 2. Controle, Prevenção e Combate a Queimadas e Incêndios Florestais	3	ICMBio Parceiros	0,00	25.000,00	0,00	10.000,00		<b>35.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>			<b>90.500,00</b>	<b>90.500,00</b>	<b>65.500,00</b>	<b>95.500,00</b>	<b>65.500,00</b>	<b>407.500,00</b>
<b>6 Programa de Monitoramento</b>								
Ação 1. Monitoramento dos cursos e corpos d'água	2	ICMBio Parceiros	0,00	0,00	2.000,00	11.000,00	5.000,00	<b>18.000,00</b>
Ação 2. Monitoramento das atividades de manejo dos recursos naturais	2	ICMBio Parceiros	0,00	0,00	0,00	5.000,00	20.000,00	<b>25.000,00</b>
Ação 3. Monitoramento das Zonas Populacionais	2	ICMBio Parceiros	<b>0,00</b>	0,00	8.000,00	10.000,00	0,00	<b>18.000,00</b>
Ação 4. Monitoramento da efetividade de implementação do Plano de Manejo	1	ICMBio Parceiros	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	<b>15.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO</b>			<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>29.000,00</b>	<b>28.000,00</b>	<b>76.000,00</b>
<b>7 Programa de Manejo Florestal</b>								

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>7.1 Sub-Programa de Preparação para o Manejo Florestal</b>								
Ação 1. Capacitar tecnicamente comunitários e organizações comunitárias	2	ICMBio SFB parceiros	-	10.000,00	15.000,00	-	-	25.000,00
Ação 2. Realizar os inventários para determinação do potencial florestal	2	ICMBio SFB parceiros	0,00	85.000,00	75.000,00	0,00	0,00	160.000,00
Ação 3. Instalar parcelas permanentes para acompanhamento das atividades d(e)o manejo florestal	2	ICMBio SFB parceiros	0,00	0,00	68.000,00	15.000,00	15.000,00	98.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA O MANEJO FLORESTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>95.000,00</b>	<b>158.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>283.000,00</b>
<b>7.2 – Sub-Programa de Manejo Florestal Não-Madeireiro</b>								
Ação 1. Controlar a produção do sacramento Santo Daime	1	ICMBio SFB parceiros	-	-	-	-	-	0,00
Ação 2. Implementar um banco de sementes e mudas florestais	1	ICMBio SFB parceiros	0,00	18.000,00	3.000,00	3.000,00		24.000,00
Ação 3. Apoiar e incentivar a agregação de valor aos produtos florestais não-madeireiros	2	ICMBio SFB parceiros	3.000,00	17.000,00	15.000,00	0,00	0,00	35.000,00
Ação 4. Identificar novos produtos florestais não-madeireiros com potencial de comercialização e uso	2	ICMBio SFB parceiros	0,00	0,00	15.000,00	5.000,00	0,00	20.000,00
Ação 5. Apoiar e incentivar iniciativas de manejo sustentável da Castanha do Brasil	2	ICMBio SFB parceiros	10.000,00	10.000,00	30.000,00	0,00	0,00	50.000,00

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Ação 6. Intensificar a produção de látex de seringa	2	ICMBio SFB parceiros	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Ação 7. Diversificar a produção florestal não madeireira como potencial fonte geradora de renda	2	ICMBio SFB parceiros	0,00	0,00	35.000,00	30.000,00	0,00	65.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE MANEJO FLORESTAL NÃO-MADEIREIRO</b>			<b>13.000,00</b>	<b>90.000,00</b>	<b>98.000,00</b>	<b>38.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>239.000,00</b>
<b>7.3 – Sub-Programa de Manejo Florestal Madeireiro.</b>								
Ação 1. Implementar e aprimorar o Manejo Florestal Madeireiro Sustentável Comunitário	2	ICMBio SFB parceiros	80.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	115.000,00
Ação 2. Agregação de valor aos produtos florestais madeireiros		ICMBio SFB parceiros	0,00	30.000,00	20.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
Ação 3. Implantar o Manejo Florestal Madeireiro em escala empresarial na Floresta Nacional do Purus	3	ICMBio SFB parceiros	0,00	0,00	10.000,00	30.000,00	10.000,00	50.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE MANEJO FLORESTAL MADEIREIRO</b>			<b>80.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>225.000,00</b>
TOTAL DO PROGRAMA DE MANEJO FLORESTAL			<b>93.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>286.000,00</b>	<b>88.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>747.000,00</b>
<b>8. Programa de Manejo e Criação de Fauna Silvestre</b>								
Ação 1. Incentivar e apoiar a criação e manejo das espécies da fauna utilizadas pela população local	2	ICMBio FNMA Parceiros	0,00	47.000,00	53.000,00	3.000,00	8.000,00	111.000,00

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Ação 2. Utilização indireta da fauna, por meio de observação e venda de imagens para documentários, vídeos, reportagens, entre outros	3	ICMBio FNMA Parceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	<b>37.000,00</b>
Ação 3. Manejo e criação de abelhas nativas	2	ICMBio FNMA Parceiros	15.000,00	22.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	<b>43.000,00</b>
Ação 4. Preservação de espécies raras e/ou ameaçadas de extinção	3	ICMBio FNMA Parceiros	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	<b>32.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE MANEJO DE FAUNA</b>			<b>15.000,00</b>	<b>69.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>37.000,00</b>	<b>47.000,00</b>	<b>223.000,00</b>
<b>9. Programa de Manejo de Pesca e Aqüicultura</b>								
Ação 1. Realizar o ordenamento dos recursos pesqueiros	2	ICMBio FNMA Parceiros	<b>35.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	-	-	<b>5.000,00</b>	<b>70.000,00</b>
Ação 2. Incentivar e apoiar a aqüicultura e o manejo de espécies da ictiofauna	2	ICMBio FNMA Parceiros	14.000,00	31.000,00	7.000,00	15.000,00	0,00	<b>67.000,00</b>
<b>TOTAL DO PROGRAMA DE MANEJO DE PESCA E Aqüicultura</b>			<b>49.000,00</b>	<b>61.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>137.000,00</b>
<b>10. Programa de Desenvolvimento Comunitário</b>								
<b>(A) Zonas Populacionais do Mapiá</b>								
<b>10.1. Sub-programa de Reativação do PDC (ZP2 e ZP3 - Mapiá)</b>								
Ação 1. Retomada do PDC	1	ICMBio Parceiros	20.000,00	40.000,00	50.000,00	60.000,00	70.000,00	<b>240.000,00</b>

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE REATIVAÇÃO DO PDC (ZP2 e ZP3 - Mapiá)</b>			<b>20.000,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>240.000,00</b>
<b>(B) Zona Populacional do Rio Inauini</b>								
<b>10.2. Sub-programa de Produção e Geração de Renda (ZP1 - Inauini)</b>								
Ação 1. Implantar o manejo florestal comunitário	2	ICMBio SFB parceiros	30.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>67.000,00</b>
Ação 2. Incentivar e apoiar a produção de artesanato, artefatos e outros produtos com matéria-prima de origem florestal	3	ICMBio SFB parceiros	24.000,00	36.000,00	29.000,00	12.000,00	19.000,00	<b>120.000,00</b>
Ação 3. Melhoria da cadeia produtiva da castanha	2	ICMBio SFB parceiros	23.000,00	38.000,00	15.000,00	0,00	0,00	<b>76.000,00</b>
Ação 4. Apoiar a troca de experiências entre as associações locais e outras organizações, relacionadas a produção e gestão associativa	2	ICMBio SFB parceiros	13.000,00	13.000,00	21.000,00	3.000,00	3.000,00	<b>53.000,00</b>
Ação 5. Desenvolver ações voltadas à produção de pescado para fins comerciais pela população residente e do entorno	3	ICMBio comunidades parceiros	0,00	10.000,00	0,00	0,00		<b>10.000,00</b>
Ação 6. Incentivar e apoiar a continuidade das ações relacionadas à produção do couro vegetal.	2	ICMBio Parceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Ação 7. Incentivar a utilização e o cultivo de espécies silvestres utilizadas para alimentação humana	2	ICMBio comunidades parceiros	0,00	0,00	30.000,00	20.000,00		<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE PRODUÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA (ZP1 - Inauini)</b>			<b>90.000,00</b>	<b>134.000,00</b>	<b>95.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>376.000,00</b>

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>10.3. Sub-programa de Educação (ZP1 - Inauini)</b>								
Ação 1. Construção e reforma dos prédios escolares nas comunidades da Flona	1	ICMBio SEDUC	0,00	97.000,00	0,00	0,00	0,00	97.000,00
Ação 2. Promover a educação de jovens e adultos	2	ICMBio SEDUC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação 3. Promover a melhoria na qualidade de ensino das escolas existentes na Unidade e entorno	2	ICMBio SEDUC	0,00	16.000,00	8.000,00	3.000,00	3.000,00	30.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE EDUCAÇÃO (ZP1 - Inauini)</b>			<b>0,00</b>	<b>113.000,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>127.000,00</b>
<b>10.4. Sub-programa de Saúde e Saneamento Básico e Ambiental</b>								
Ação 1. Conscientizar e promover articulações para melhorias do saneamento ambiental básico de acordo com a realidade local	2	ICMBio FUNASA	18.000,00	92.000,00	82.000,00	14.000,00	14.000,00	220.000,00
Ação 2. Articular e promover parcerias para melhoria dos serviços básicos de saúde	1	ICMBio SEMSA	38.000,00	98.000,00	68.000,00	18.000,00	28.000,00	250.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL (ZP1 - Inauini)</b>			<b>56.000,00</b>	<b>190.000,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>32.000,00</b>	<b>42.000,00</b>	<b>470.000,00</b>
<b>10.5. Sub-programa de Transporte (ZP1 - Inauini)</b>								
Ação 1. Melhorar e facilitar os deslocamentos fluviais para atendimento aos serviços essenciais	2	ICMBio comuni- dades parceiros	0,00	25.000,00	45.000,00	0,00	15.000,00	85.000,00
Ação 2. Avaliar as possibilidades e implantar vias de acesso e de ligação interna entre as unidades habitacionais e de produção.	3	ICMBio comuni- dades	0,00	17.000,00	5.000,00	0,00	0,00	22.000,00

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE TRANSPORTE (ZP1 - Inauini)</b>			0,00	42.000,00	50.000,00	0,00	15.000,00	107.000,00
<b>10.6. Sub-programa de Melhoria do Padrão Alimentar (ZP1 - Inauini)</b>								
Ação 1. Estabelecer ações continuadas de educação alimentar	2	ICMBio comunidades parceiros	32.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
Ação 2. Incentivo ao cultivo de algumas espécies vegetais	2	ICMBio comunidades parceiros		17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Ação 3. Estimular a diversificação de fontes de proteína animal	2	ICMBio comunidades parceiros	8.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00	0,00	22.000,00
Ação 4. Inclusão da população da Unidade e do entorno nos programas sociais ligados a segurança alimentar	2	ICMBio comunidades parceiros	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE MELHORIA DO PADRÃO ALIMENTAR (ZP1 - Inauini)</b>			50.000,00	22.000,00	7.000,00	7.000,00	0,00	86.000,00
<b>10.7. Sub-programa de Promoção da Cultura (ZP1 - Inauini)</b>								
Ação 1. Realização de Levantamento histórico-cultural	3	ICMBio comunidades parceiros	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Ação 2. Criar e promover a Festa da Castanha e a Festa da Macaxeira	2	ICMBio comunidades parceiros	0,00	10.000,00	0,00	12.000,00	7.000,00	<b>29.000,00</b>
Ação 3. Resgatar e fortalecer o folclore e a quermesse já existentes na Floresta Nacional	2	ICMBio comunidades parceiros	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00	2.000,00	<b>14.000,00</b>
Ação 4. Desenvolver e difundir produtos do artesanato local	2	ICMBio comunidades parceiros	0,00	5.000,00	3.000,00	3.000,00	8.000,00	<b>19.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA CULTURA (ZP1 - Inauini)</b>			<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>9.000,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>17.000,00</b>	<b>77.000,00</b>
<b>10.8. Sub-programa Apoio à Organização Comunitária (ZP1 - Inauini)</b>								
Ação 1. Fortalecimento das Organizações Sociais existentes na Floresta Nacional do Purus	2	ICMBio comunidades parceiros	31.000,00	12.000,00	0,00	7.000,00	0,00	<b>50.000,00</b>
Ação 2. Criação de novas organizações sociais	3	ICMBio comunidades parceiros	12.000,00	8.000,00	0,00	5.000,00	0,00	<b>25.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE APOIO À ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (ZP1 - Inauini)</b>			<b>43.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>75.000,00</b>
<b>10.9. Sub-programa de Infra-estrutura Comunitária (ZP1 - Inauini)</b>								

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Ação 1. Implantação de infra-estrutura básica para atendimento a saúde	1	ICMBio SEMSA	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>6.000,00</b>
Ação 2. Melhorar as condições de moradia da população residente	1	ICMBio INCRA	10.000,00	7.000,00	3.000,00	0,00	0,00	<b>20.000,00</b>
Ação 3. Implantar estruturas de saneamento básico	1	ICMBio FUNASA	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	<b>3.500,00</b>
Ação 4. Implantar estrutura de geração e fornecimento de energia elétrica	2	Prefei- tura Amaz. Energia	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>8.000,00</b>
Ação 5. Implantação de sistemas de comunicação para as famílias residentes e para as organizações comunitárias	2	Prefei- tura	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>3.000,00</b>
Ação 6. Implantar infra-estrutura de transporte de pessoas, produção e materiais	2	Prefei- tura parceiros	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>15.000,00</b>
Ação 7. Estrutura comunitária para produção, beneficiamento e armazenamento	2	IDAM MDA INCRA	<b>0,00</b>	12.000,00	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.000,00</b>
Ação 8. Implantação de infra-estrutura para cultura, esporte, lazer e religião	3	Prefei- tura MinC	0,00	3.000,00	2.000,00	0,00	0,00	<b>5.000,00</b>
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA COMUNITÁRIA (ZP1 - Inauini)</b>			<b>16.000,00</b>	<b>51.500,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>72.500,00</b>
<b>(C) Zona Populacional do Purus</b>								
<b>10.10. Sub-Programa de Desenvolvimento Comunitário do Tabocal e Limoeiro (ZP4 - Purus)</b>								
Ação 1 – Construção do Plano de Desenvolvimento Comunitário do Tabocal e Limoeiro	2	ICMBio Parceiros	0,00	8.000,00	4.000,00	6.000,00	4.000,00	<b>22.000,00</b>

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>TOTAL DO SUB-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO TABOCAL E LIMOEIRO (ZP4 - Purus)</b>			0,00	8.000,00	4.000,00	6.000,00	4.000,00	22.000,00
TOTAL DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO			275.000,00	650.500,00	378.000,00	176.000,00	173.000,00	1.652.500,00
<b>11. Programa de Uso Público</b>								<b>0,00</b>
Ação 1. Controlar o fluxo de visitantes na Vila Céu do Mapiá	1	ICMBio IDA-Cefluris AMVCM Associações	1.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	13.000,00
Ação 2. Desenvolver produto turístico comunitário unificado da Vila Céu do Mapiá.	2	ICMBio Min. Tur. Proecotur	100.000,00	100.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	410.000,00
Ação 3. Capacitar as associações comunitárias e a população residente da Unidade e da região para operar a atividade turística	2	ICMBio Min. Tur. Proecotur	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	40.000,00
Ação 4. Identificar áreas potenciais para visitação	2	ICMBio Min. Tur. Proecotur	25.000,00	25.000,00	0,00	17.000,00	0,00	67.000,00
Ação 5. Identificar áreas potenciais para instalação de infra-estrutura de apoio ao uso público	2	ICMBio Min. Tur. Proecotur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação 6. Promover a Unidade como um novo pólo ecoturístico da Amazônia	3	ICMBio Min. Tur. Proecotur	10.000,00	0,00	5.000,00	0,00	20.000,00	35.000,00

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
TOTAL DO PROGRAMA DE USO PÚBLICO			<b>136.000,00</b>	<b>148.000,00</b>	<b>78.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>93.000,00</b>	<b>565.000,00</b>
<b>12. Programa de Interpretação e Educação Ambiental</b>								
Ação 1. Sensibilização em relação a pesca, caça predatória e retirada ilegal de madeira	1	ICMBio FNMA Parceiros	8.000,00	8.000,00	11.000,00	8.000,00	5.000,00	<b>40.000,00</b>
Ação 2. Esclarecer a população residente e da região e os concessionários quanto à legislação ambiental, sua aplicação e implicações	2	ICMBio FNMA Parceiros	23.000,00	7.000,00	8.000,00	7.000,00	5.000,00	<b>50.000,00</b>
Ação 3. Sensibilizar os moradores e os concessionários para a coleta seletiva e destinação dos resíduos sólidos	2	ICMBio FNMA Parceiros	0,00	10.000,00	0,00	2.000,00	3.000,00	<b>15.000,00</b>
Ação 4. Desenvolver ações gerais de educação ambiental envolvendo principalmente jovens, mulheres e crianças	2	ICMBio FNMA Parceiros	0,00	12.000,00	0,00	3.000,00	0,00	<b>15.000,00</b>
TOTAL DO PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL			<b>31.000,00</b>	<b>37.000,00</b>	<b>19.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>120.000,00</b>
<b>13. Programa de Recuperação de Ambientes Degradados</b>								
Ação 1. Identificar as áreas degradadas, em uso ou abandonadas, no interior da Unidade	2	ICMBio FNMA Parceiros	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>5.000,00</b>
Ação 2. Recuperação das áreas degradadas identificadas	2	ICMBio FNMA Parceiros	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>120.000,00</b>
Ação 3. Monitoramento das ações de recuperação de áreas degradadas	3	ICMBio FNMA Parceiros	-	-	-	-	<b>40.000,00</b>	<b>40.000,00</b>
TOTAL DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE AMBIENTES DEGRADADOS			<b>5.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>165.000,00</b>

Planejamento	Nível de Prioridade	Fonte	Desembolsos					Total
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>14. Programa de Relações Públicas e Institucionais</b>								
Ação 1. Estruturar a rede de parceiros da gestão da Floresta Nacional do Purus	1	ICMBio IDA-Cefluris	2.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>5.000,00</b>
TOTAL DO PROGRAMA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS			2.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	<b>5.000,00</b>
<b>TOTAIS GERAIS DO PLANO DE MANEJO DA FLONA DO PURUS:</b>			<b>1.453.500,00</b>	<b>2.701.500,00</b>	<b>2.686.000,00</b>	<b>2.435.000,00</b>	<b>1.746.000,00</b>	<b>11.022.000,00</b>

**14.3. Orçamento consolidado por programas e subprogramas do Plano de Manejo**

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>1. Programa de Administração</b>	<b>462.000,00</b>	<b>669.500,00</b>	<b>856.500,00</b>	<b>1.179.500,00</b>	<b>555.500,00</b>	<b>3.723.000,00</b>
1.1 - Sub-Programa de Gestão de Recursos Administrativos	412.500,00	351.000,00	262.500,00	325.500,00	317.500,00	1.669.000,00
1.2 - Sub-Programa de Regulamentação do Plano de Manejo	1.500,00	88.000,00	96.000,00	131.000,00	146.000,00	462.500,00
1.3 - Sub-Programa de Regularização Fundiária	26.000,00	168.500,00	436.000,00	661.000,00	30.000,00	1.321.500,00
1.4 - Sub-Programa de Gestão de Projetos	22.000,00	51.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00	241.000,00
1.5 - Sub-Programa de Licenciamento de Atividades e Concessões Especiais de Uso	0,00	11.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	29.000,00
<b>2. Programa de Gestão Participativa</b>	<b>232.500,00</b>	<b>337.000,00</b>	<b>350.000,00</b>	<b>281.000,00</b>	<b>341.000,00</b>	<b>1.541.500,00</b>
<b>3 Programa de Gestão Demográfica</b>	<b>36.500,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>36.000,00</b>	<b>58.000,00</b>	<b>77.000,00</b>	<b>243.500,00</b>
<b>4 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento</b>	<b>23.000,00</b>	<b>227.000,00</b>	<b>542.000,00</b>	<b>346.000,00</b>	<b>278.000,00</b>	<b>1.416.000,00</b>
<b>5 Programa de Proteção e Fiscalização</b>	<b>90.500,00</b>	<b>90.500,00</b>	<b>65.500,00</b>	<b>95.500,00</b>	<b>65.500,00</b>	<b>407.500,00</b>
<b>6 Programa de Monitoramento</b>	<b>3.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>29.000,00</b>	<b>28.000,00</b>	<b>76.000,00</b>
<b>7 Programa de Manejo Florestal</b>	<b>93.000,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>286.000,00</b>	<b>88.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>747.000,00</b>
7.1 Sub-Programa de Preparação para o Manejo Florestal	0,00	95.000,00	158.000,00	15.000,00	15.000,00	283.000,00
7.2. Sub-Programa de Manejo Florestal Não-Madeireiro	13.000,00	90.000,00	98.000,00	38.000,00	0,00	239.000,00
7.3. Sub-Programa de Manejo Florestal Madeireiro	80.000,00	65.000,00	30.000,00	35.000,00	15.000,00	225.000,00
<b>8. Programa de Manejo e Criação de Fauna Silvestre</b>	<b>15.000,00</b>	<b>69.000,00</b>	<b>55.000,00</b>	<b>37.000,00</b>	<b>47.000,00</b>	<b>223.000,00</b>
<b>9 Programa de Manejo de Pesca e Aquicultura</b>	<b>49.000,00</b>	<b>61.000,00</b>	<b>7.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>137.000,00</b>

Planejamento	Desembolsos					Total
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
<b>10. Programa de Desenvolvimento Comunitário</b>	<b>275.000,00</b>	<b>650.500,00</b>	<b>378.000,00</b>	<b>176.000,00</b>	<b>173.000,00</b>	<b>1.652.500,00</b>
10.1. Sub-programa de Reativação do PDC	20.000,00	40.000,00	50.000,00	60.000,00	70.000,00	240.000,00
10.2. Sub-programa de Produção e Geração de Renda	90.000,00	134.000,00	95.000,00	35.000,00	22.000,00	376.000,00
10.3. Sub-programa de Educação	0,00	113.000,00	8.000,00	3.000,00	3.000,00	127.000,00
10.4. Sub-programa de Saúde e Saneamento Básico e Ambiental	56.000,00	190.000,00	150.000,00	32.000,00	42.000,00	470.000,00
10.5. Sub-programa de Transporte	0,00	42.000,00	50.000,00	0,00	15.000,00	107.000,00
10.6. Sub-programa de Melhoria do Padrão Alimentar	50.000,00	22.000,00	7.000,00	7.000,00	0,00	86.000,00
10.7. Sub-programa de Promoção da Cultura	0,00	30.000,00	9.000,00	21.000,00	17.000,00	77.000,00
10.8. Sub-programa Apoio à Organização Comunitária	43.000,00	20.000,00	0,00	12.000,00	0,00	75.000,00
10.9. Sub-programa de Infra-estrutura Comunitária	16.000,00	51.500,00	5.000,00	0,00	0,00	72.500,00
10.10. Sub-programa de Desenvolvimento Comunitário do Tabocal e Limoeiro	0,00	8.000,00	4.000,00	6.000,00	4.000,00	22.000,00
<b>11. Programa de Uso Público</b>	<b>136.000,00</b>	<b>148.000,00</b>	<b>78.000,00</b>	<b>110.000,00</b>	<b>93.000,00</b>	<b>565.000,00</b>
<b>12. Programa de Interpretação e Educação Ambiental</b>	<b>31.000,00</b>	<b>37.000,00</b>	<b>19.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>120.000,00</b>
<b>13. Programa de Recuperação de Ambientes Degradados</b>	<b>5.000,00</b>	<b>120.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>	<b>165.000,00</b>
<b>14 Programa de Relações Públicas e Institucionais</b>	<b>2.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
<b>Total geral</b>	<b>1.453.500,00</b>	<b>2.701.500,00</b>	<b>2.686.000,00</b>	<b>2.435.000,00</b>	<b>1.746.000,00</b>	<b>11.022.000,00</b>